

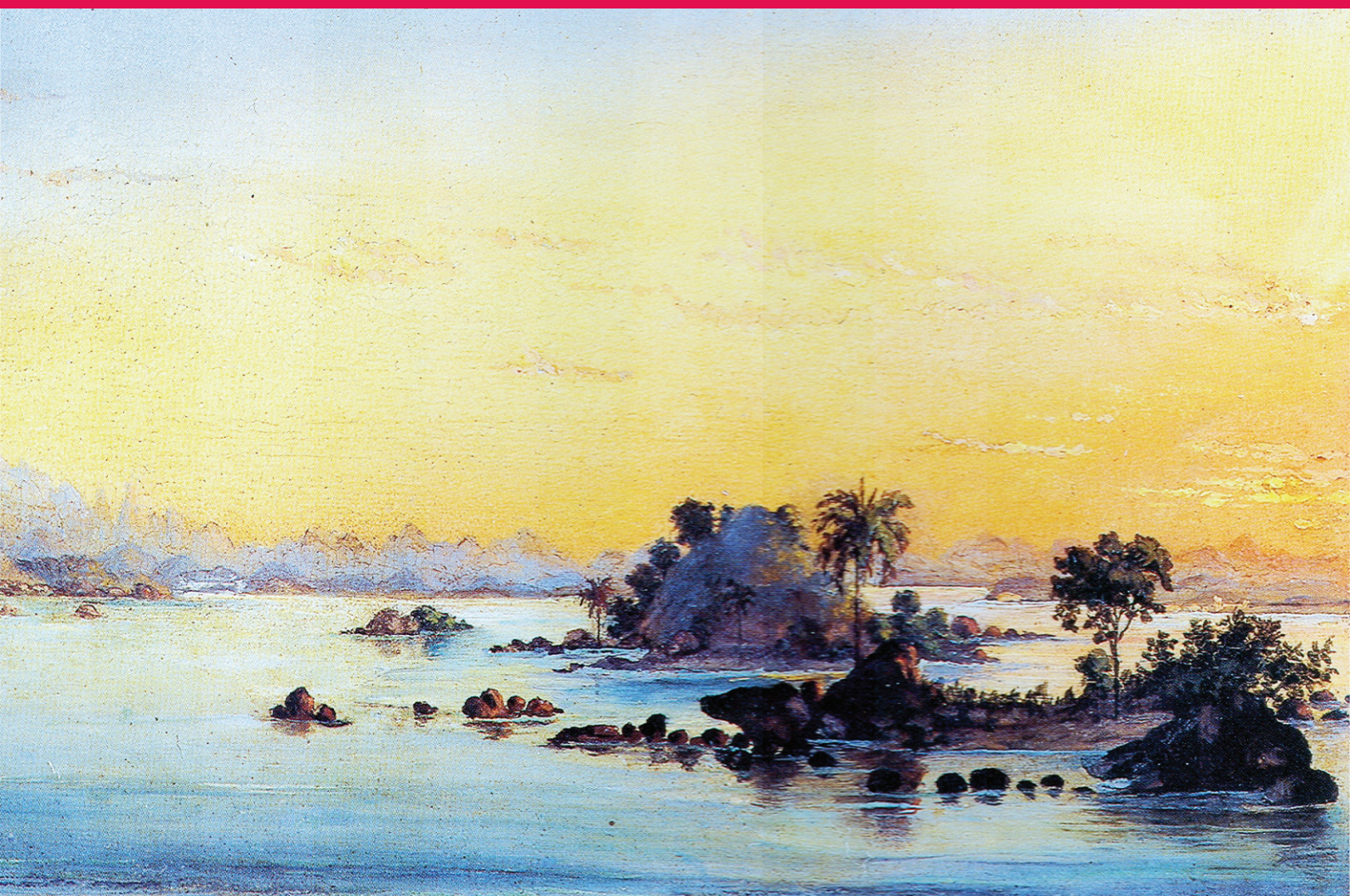
22

dezembro • 2016

# História da Historiografia

---

revista eletrônica quadrimestral



# História da Historiografia

issn 1983-9928

## Conselho Executivo

---

Alejandro Eujanian (UNR . Rosário . Argentina)  
Arthur Lima de Àvila (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)  
Helena Mollo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)  
Fábio Franzini (UNIFESP . Guarulhos . SP . Brasil)

## Conselho Editorial

---

Arthur Alfaix Assis (UnB . Brasília . DF . Brasil)  
Claudia Beltrão (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Durval Muniz de Albuquerque (UFRN . Natal . RN . Brasil)  
Fabio Wasserman (UBA . Buenos Aires . Argentina)  
Fernando Nicolazzi (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)  
Helena Mollo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)  
Julio Bentivoglio (UFES . Vitória . ES . Brasil)  
Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Pedro Meira Monteiro (Princeton University . Princeton . Estados Unidos)  
Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Raquel Glezer (USP . São Paulo . SP . Brasil)  
Rebeca Gontijo (UFRRJ . Seropédica . RJ . Brasil)  
Ricardo Salles (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Rodrigo Turin (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Sérgio da Mata (UFOP . Mariana . MG . Brasil)  
Temístocles Cezar (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)  
Tiago C. P. dos Reis Miranda (Universidade de Évora . Évora . Portugal)  
Valdei Lopes de Araujo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

## Conselho Consultivo

---

Astor Diehl (UPF . Passo Fundo . RS . Brasil)  
Carlos Fico (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Carlos Oiti (UFG . Goiás . GO . Brasil)  
Cássio Fernandes (UNIFESP . Guarulhos . SP . Brasil)  
Chris Lorenz (VU University Amsterdam . Amsterdã . Holanda)  
Denis Bernardes - *in memoriam* (UFPE . Recife . PE . Brasil)  
Edgar De Decca (UNICAMP . Campinas . SP . Brasil)  
Eliana Dutra (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)  
Estevão de Rezende Martins (UnB . Brasília . DF . Brasil)  
Ewa Domanska (Adam Mickiewicz University . Poznań . Polónia)  
Fábio Franzini (UNIFESP) . Guarulhos . SP . Brasil)  
Fernando Catroga (Universidade de Coimbra . Coimbra . Portugal)  
Francisco Murari Pires (USP . São Paulo . SP . Brasil)  
François Hartog (EHESP . Paris . França)  
Frederico de Castro Neves (UFC . Fortaleza . CE . Brasil)  
Guillermo Zermeño Padilla (Colegio del México . Cidade do México . México)  
Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)  
Hayden White (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)  
Iris Kantor (USP . São Paulo . SP . Brasil)  
José Carlos Reis (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)  
Jörn Rüsen (KI/ UWH . Witten . Alemanha)  
Jurandir Malerba (PUC-RS . Porto Alegre . RS . Brasil)  
Keila Grinberg (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Luiz Costa Lima (PUC-Rio . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Manoel Salgado Guimarães - *in memoriam* (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Marco Morel (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Marlon Salomon (UFG . Goiânia . GO . Brasil)  
Pascal Payen (Université de Toulouse II - Le Mirail . Toulouse . França)  
Sanjay Seth (University of London . Londres . Reino Unido)  
Sérgio Campos Matos (Universidade de Lisboa . Lisboa . Portugal)  
Silvia Petersen (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

## Secretario

---

Rodrigo Machado (UFOP . Ouro Preto . MG . Brasil)



## Editoração, revisão técnica e capa

João Carlos Furlani (UFES . Vitória . ES . Brasil)  
Rodrigo Machado (UFOP . Ouro Preto . MG . Brasil)

## Revisão de Língua Portuguesa

Adriana Carina Camacho Álvarez “Lectura traduções”

## Revisão de Língua Espanhola

Adriana Carina Camacho Álvarez “Lectura traduções”

## Revisão de Língua Inglesa

Adriano Moraes Migliavacca “Lectura traduções”

## Realização

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH)  
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO)  
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

## Apoio

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)  
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)

## Contato

Rua do Seminário, s/n • Centro • Mariana - MG • 35420-000 • Brasil  
www.historiadahistoriografia.com.br • historiadahistoriografia@hotmail.com • (31) 3557-9400

## Missão

*História da Historiografia* publica artigos, resenhas, entrevistas, textos e documentos historiográficos de interesse para os campos da história da historiografia, teoria da história e áreas afins. Tem por missões divulgar textos de teoria da história e história da historiografia, e promover o intercâmbio de ideias e resultados de pesquisas entre investigadores dessas duas áreas correlatas. Num momento em que, no cenário brasileiro, o crescimento do número de periódicos científicos apenas espelha (se bem que de forma algo distorcida) a ampliação dos programas de pós-graduação, é consenso que o próximo passo a ser dado é o da verticalização e especialização do perfil das publicações. *HH* foi fundada em 2008 exatamente a partir desse diagnóstico, e é hoje um periódico de referência para os especialistas das áreas de teoria da história e história da historiografia no mundo de língua portuguesa e espanhola. O periódico é uma publicação da *Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia*, do *Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro* e do *Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto*.

## Ficha Catalográfica

História da Historiografia. Ouro Preto / Edufop, 2016, número 22, dezembro, 2016, 345 p.

Quadrimestral  
ISSN 1983-9928

1. História - Periódicos

CDU 930(05)

## EDITORIAL EDITORIAL

8

## DOSSIÊ DOSSIER

Historiadores e historiadoras, esses desconhecidos: quem e como se escreve a História  
*The Historian as an unknown. By Whom and how is History written?*

Apresentação  
*Introduction*

**Fábio Franzini**

11

Escavando ruínas: memória, fronteira e escrita da História na narrativa de Alfredo Taunay  
*Excavating ruins: memory, frontier and the writing of History in Alfredo Taunay's narratives*  
**Wilma Peres Costa**

15

Ramiz Galvão, historiador e bibliotecário: práticas e lugares da produção historiográfica no Brasil de fins do século XIX e início do século XX

*Ramiz Galvão, historian and librarian: Practices and places of historiographical production in Brazil from the end of the 19<sup>th</sup> century to the beginning of the 20<sup>th</sup> century*

**Ana Paula Sampaio Caldeira**

**Adriana Mattos Clen Macedo**

42

Moldando o corpo do Brasil: Jaime Cortesão, Rodrigo Octávio, a representação de Gusmão e o metajogo na região do Prata

*Molding the body of Brazil: Jaime Cortesão, Rodrigo Octávio, the representation of Gusmão and the metagame in the Rio de la Plata region*

**Renato Amado Peixoto**

59

La “primavera renovadora” argentina a escala local: Ceferino Garzón Maceda y los estudios históricos sobre la sociedad y la economía en Córdoba (Argentina)

*Argentinian “Spring of Renewal” in a Local Scale: Ceferino Garzón Maceda and the Historic Studies of Society and Economy in Córdoba, Argentina*

**Fernando J. Remedi**

79

De preterida a preferida: considerações em torno da trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava (1935-1951)

*From neglected to preferred: considerations on the intellectual trajectory of Alice Piffer Canabrava (1935-1951)*

**Otávio Erbereli Júnior**

97

Trajetória de Maria Yedda Linhares: notas sobre a construção de um devir

*The path of Maria Yedda Linhares: notes about self the becoming*

**Carmem Silvia da Fonseca Kummer Liblik**

116

Modo de ser historiadora: Cecília Westphalen no campo historiográfico brasileiro da segunda metade do século XX

*Manner of being a historian: Cecília Westphalen in the Brazilian historiography field of the second half of the twentieth century*

**Daiane Vaiz Machado**

134

La imaginación cliométrica: una lectura narrativista de *Coacción y mercado* de E. Tandeter  
*The cliometric imagination: A narrativist reading of Coercion and Market by E. Tandeter*  
**Nicolás Lavagnino** 152

Virtudes epistêmicas na prática do historiador: o caso da sensibilidade histórica na historiografia brasileira (1980-1990)  
*Epistemic virtues and the historian's practices: the case of historical sensibility on Brazilian historiography (1980-1990)*  
**João Rodolfo Munhoz Ohara** 170

## ARTIGOS ARTICLES

Temporalidade, historicidade e presença em uma análise do prólogo do *Picatrix* (séc. XIII)  
*Temporality, historicity and presence in an analysis of the prologue of the Picatrix (13<sup>th</sup> Century)*  
**Aline Dias da Silveira** 185

Os limites entre a História e a Ficção  
*The limits between History and Fiction*  
**Renata Geraissati Castro de Almeida** 202

Para além da escrita hagiográfica: biografias católicas e cultura histórica no Brasil em fins do século XIX e início do XX  
*Beyond the hagiographic writing: Catholic biographies and historical culture in Brazil in the late nineteenth century and early twentieth*  
**Tiago Pires** 214

História e Musicologia: duas apropriações do passado  
*History and Musicology: two appropriation of the past*  
**Denise Scandarolli** 225

Julgamentos a serviço da História  
*Judgments service History*  
**Aline Micheliní Menoncello** 238

A historicidade do político: o debate sobre representação e cidadania no Império Brasileiro (1823-1840)  
*The historicity of the political: the debate on representation and citizenship in the Brazilian Empire (1823-1840)*  
**Luisa Rauter Pereira**  
**Hebert Faria Sena** 258

## RESENHAS REVIEW ESSAYS

Salvador: defesas da cidade e oposição à ocupação holandesa  
*Salvador: city defenses and opposition to the Dutch occupation*  
BEHENS, Ricardo. *Salvador e a invasão holandesa de 1624-1625*. Salvador: Pontocom, 2013. 215 p.  
**Alfons Heinrich Altmicks** 276

Escrever, existir, resistir  
*Writing, existing, resisting*  
RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Ed. Unicamp, 2013. 341p.  
**Aline Magalhães Pinto** 281

A hora da História das crianças  
*The Time of Children's History*  
BENJAMIN, Walter. *A hora das crianças: narrativas radiofônicas de Walter Benjamin*. Trad. Aldo Martins. Rio de Janeiro: NAU, 2015. 289p.  
**Camila Rodrigues** 289

## ENTREVISTA *INTERVIEW*

Do mundo como representação à multiplicidade das formas de representação do passado: uma conversa com Roger Chartier  
*From the world as representation to the multiplicity of forms of representation of the past: a conversation with Roger Chartier*  
**Marlon Solomon**  
**Raquel Campos** 296

## EM PAUTA *ON SCHEDULE*

Os lugares dos historiadores e da história na sociedade brasileira: Conferência de abertura do XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis  
*The places of historians and history in Brazilian society: Opening Conference of the XXVIII National Symposium on History, Florianópolis*  
**Rodrigo Patto Sá Motta** 321

PARECERISTAS DESTE NÚMERO  
*REVIEWERS OF THIS ISSUE* 337

NORMAS DE PUBLICAÇÃO  
*EDITORIAL GUIDELINES* 340

DIRETRIZES PARA AUTORES  
*GUIDELINES FOR AUTHORS* 345

# Editorial

editorial



¿Qué es un historiador? ¿Qué hace y cómo lo hace? ¿Quién decide que son ellos los indicados para manipular esa materia tan inestable, inasible e incluso peligrosa, como advertía en 1931 Paul Valery, que es el pasado de las sociedades? Las preguntas pueden resultar en apariencia simples y ociosas, sobre todo en una publicación especializada en la historia de la historiografía. Sin embargo, difícilmente coincidiremos en las respuestas que le corresponden a cada una de ellas. En parte, ello es así, porque la escritura de la historia, su lectura y los diferentes medios a través de los cuales ella circula en distintos contextos y momentos tiene una historia. Como toda historia, la de los historiadores, la de aquellos que frecuentan el pasado es, entre otras cosas, la historia de las disputas por el sentido de ese pasado y la de los futuros a los que nos sentimos inclinados inspirar.

Es por ello que no somos ajenos a la historia, somos, entre otras cosas, sujetos de y en la historia. Productos y productores de ella. Como tales, ciudadanos de un mundo al que intentamos entender para actuar y actuar al momento de intentar comprenderlo. Les ofrecemos el último número de un año en el que atravesamos acontecimientos dolorosos junto a fuertes sacudimientos en Brasil y Argentina como en el resto del mundo. Por otra parte, los ajustes financieros que afectan a nuestras sociedades y que generan incertidumbre sobre su futuro también nos aquejan. Lejos de la imagen del *flâneur* ante los escaparates del tiempo, más o menos distraídos respecto de los rigores del presente, actuamos en él. Con nuestras armas, medios y recursos.

8

Como historiadores no poseemos credenciales para predecir el futuro, pero sí podemos terminar el año con dos certezas. La primera, peca de pesimista, que las condiciones en las que realizaremos nuestro trabajo se verán afectadas por las reducciones presupuestarias que perturban a las universidades, al campo científico y a los hombres y mujeres de nuestros países. La segunda, más optimista, que seguiremos realizando nuestra tarea lo mejor posible, mientras haya pasado y tengamos futuro.

Este número da cuenta de ello y, al mismo tiempo, como señala Fábio Franzini en la presentación del dossier, podemos observar lazos de continuidad con las preocupaciones que orientaron los llamados anteriores. En este caso, el tema de la convocatoria es «Historiadores e historiadoras, esses desconhecidos: quem e como se escreve a História», que parte de una pregunta tan sencillamente formulada por Michel de Certeau y cuya respuesta es tan diversa y compleja, por la diversidad de modos legítimos de hacerlo: qué fabrica un historiador cuando hace historia. Los textos aquí reunidos muestran los diversos modos en el que los historiadores conciben su tarea y las diversas representaciones del trabajo del historiador que contienen esas diversas políticas y poéticas de la historia.

La sección de artículos libres, de algún modo continúa y amplía esta conversación sobre las prácticas historiográficas en los artículos de Aline Dias da Silveira sobre la obra de Picatrix; el problema de relaciones entre historia y ficción es analizado por Renata Geraissati Castro de Almeida; el estudio de las biografías católicas en el Brasil de finales del siglo XIX y comienzos del XX, de Tiago Pires; Denise Scandarolli explora los diálogos entre la historia y musicología; Aline

Michelini Menoncello revisita el tema del juez y el historiador en la figura de Pedro Augusto Carneiro Lessa; en tanto que Luisa Rauter Pereira y Hebert Faria Sena examinan los modos en los que el pasado, elaborado como experiencia histórica, irrumpe en los debates sobre ciudadanía y representación política en la Asamblea constituyente y la legislatura de Brasil, entre 1823 y 1840.

Junto al libro de Ricardo Behens sobre la invasión holandesa a El Salvador de 1664-1665, reseñado por Alfons Heinrich Altmicks, nos encontramos con dos libros que muestran la riqueza del campo de cuestiones abiertas por el dossier: Aline Magalhães Pinto realiza una lectura crítica de *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*, de Margareth Rago, y Camila Rodrigues reseña el valioso volumen que reúne textos de Benjamin en *A Hora das crianças: narrativas radiofônicas de Walter Benjamin*.

En una dirección similar debemos considerar dos textos cuya relevancia deriva de la calidad de las contribuciones y de su perfecta inscripción en la temática de este número. En primero lugar, publicamos la entrevista que Marlon Salomon e Raquel Campos le realizaron a Roger Chartier, durante su estancia como invitado del Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) de la Universidade Federal de Goiás. En "Do mundo como representação à multiplicidade das formas de representação do passado. Uma conversa com Roger Chartier", el historiador francés recorre su trayectoria intelectual, la relevancia en su obra del concepto de representación, la problemática y rica relación entre historia y ficción, entre otras cuestiones de principal importancia para la historiografía actual. Por su parte, el lugar de los historiadores y sus desafíos actuales es analizado por Rodrigo Patto Sá Motta en la Conferencia que brindó en la sesión de apertura del *XXVIII Simpósio Nacional de História*, que se desarrolló en Florianópolis en 2015.

Finalmente, incluimos dos textos cuya relevancia deriva de la calidad de las contribuciones y de su perfecta inscripción en la temática de este número. En primero lugar, publicamos la entrevista que Marlon Salomon e Raquel Campos le realizaron a Roger Chartier, durante su estancia como invitado del Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) de la Universidade Federal de Goiás. En "Do mundo como representação à multiplicidade das formas de representação do passado. Uma conversa com Roger Chartier", el historiador francés recorre su trayectoria intelectual, la relevancia en su obra del concepto de representación, la problemática y rica relación entre historia y ficción, entre otras cuestiones de principal importancia para la historiografía actual. Por su parte, el lugar de los historiadores y sus desafíos actuales es analizado por Rodrigo Patto Sá Motta en la Conferencia que brindó en la sesión de apertura del *XXVIII Simpósio Nacional de História*, que se desarrolló en Florianópolis en 2015.

# Dossiê

dossier

Historiadores e historiadoras, esses desconhecidos:  
quem e como se escreve a História

*The Historian as an unknown. By Whom and how is History written?*

# Apresentação

## Introduction

---

### Fábio Franzini

fabio.ff.franzini@gmail.com

Professor adjunto

Universidade Federal de São Paulo

Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Estrada do Caminho Velho, 333 - Jardim Nova Cidade

07252-312 - Guarulhos - São Paulo

Brasil

---

Quem assistiu a *Monty Python em busca do cálice sagrado* (1975) talvez se lembre de que a certa altura do filme as hilárias desventuras do rei Arthur e seus Cavaleiros da Távola Redonda são interrompidas por uma claquete e o anúncio de uma voz em *off*: “História para a escola, tomada oito. Ação!”. Um homem já idoso, de terno, lenço, gravata borboleta e cabelos desgrenhados, põe-se a falar de imediato. Trata-se, diz a legenda, de “um famoso historiador”. Em pé diante de árvores e ruínas e olhando para a câmera, ele começa a explicar de modo didático como, após fracassar na tomada de um castelo controlado por franceses, Arthur mudara de estratégia para encontrar o Graal; inesperadamente, então, um cavaleiro medieval surge num rompante e o decapita com sua espada.

Se o insólito da situação provoca o riso no espectador, em nós, historiadores e historiadoras, ela não deixa de gerar também certo desconforto. Afinal, a ácida ironia dessa sequência de pouco mais de trinta segundos remete às convenções que caracterizam a nossa profissão, às representações sobre nossa figura e às relações entre presente e passado – sempre tensas, ainda que, para a nossa sorte, dificilmente um vulto de outros tempos esteja à nossa espreita em um arquivo ou em uma biblioteca. Em outras palavras, nós nos reconhecemos naquele desafortunado colega fictício, nós nos vemos, sem dificuldade, fazendo o mesmo que ele, quem sabe até com linguajar e trejeitos semelhantes. É como, enfim, se estivéssemos diante de um reflexo: um reflexo distorcido, é verdade, mas que ainda assim não deixa de refletir a *nossa* imagem.

Até que ponto, no entanto, os próprios historiadores e historiadoras se interessam por se olhar no espelho e, sobretudo, em compreender de modo crítico aquilo que veem? Ainda que soe petulante, o questionamento não é descabido: de acordo com Gérard Noiriel, o *métier d'historien*, tal como apresentado por Marc Bloch, tornou-se após a Segunda Guerra Mundial uma referência importante nos debates sobre a autonomia e a legitimidade da disciplina história; em contrapartida, o “reforço das competências profissionais do historiador” não nos incentivou a empreender “uma efetiva sociologia da

corporação". Não por acaso, diz Noiriel, "a definição da palavra 'historiador' permanece hoje, mais do que nunca, uma questão de disputas internas".<sup>1</sup>

O dossiê que *História da Historiografia* ora publica busca chamar a atenção para a relevância de tal discussão, abrindo espaço para pesquisadores que a enfrentam sob diferentes recortes e perspectivas. Nada aleatória, a opção pelo tema também retoma e ecoa o clássico "A operação historiográfica", de Michel de Certeau, cuja pergunta inicial – "o que *fabrica* o historiador quando 'faz história'?" (CERTEAU 2006, p. 65) – serviu de mote para a chamada de artigos. Como dissemos então, pretendíamos receber textos que, ao tomar o *sujeito historiador* como tema central, discutissem como o lugar social, as práticas e regras do campo e a dimensão própria à escrita atuam sobre o trabalho de um historiador ou de uma historiadora particular e podem ser percebidos, apreendidos, compreendidos quando projetados sobre sua trajetória, sua produção, os debates em que se envolveu. Nesse sentido, a nossa questão operava um ligeiro, mas significativo, deslocamento em relação àquela de Certeau: *quem é o historiador, quem é a historiadora quando "fazem história"?*

Os leitores e leitoras poderão apreciar, nos artigos que se seguem, algumas das respostas formuladas. O dossiê se abre com a análise de Wilma Peres Costa sobre um texto inacabado de Alfredo Taunay, o "estudo histórico" intitulado "A cidade de Mato Grosso (Vila Bela), o rio Guaporé e sua mais ilustre vítima", publicado na *Revista do IHGB* em 1891. Atenta aos propósitos e aos procedimentos historiográficos de Taunay, a autora demonstra como este escrito específico revela um intelectual premido pelo presente vivido, pela história e pela memória, a quem resta, numa bela metáfora, escavar ruínas pessoais e nacionais em busca da compreensão do tempo do Império recém-suplantado pela República. A escrita da história mostra-se, assim, também como escrita de si, e vice-versa.

Logo depois, dois artigos abordam nomes que representam muito das formas e lugares do fazer historiográfico no Brasil antes da criação e, depois, da plena consolidação dos cursos universitários de História. Adriana Mattos Clen Macedo e Ana Paula Sampaio Caldeira destacam a atuação do hoje esquecido Ramiz Galvão, primeiro à frente da Biblioteca Nacional, entre 1870 e 1882, e mais tarde no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre 1912 e 1938. Em diálogo direto com Certeau, as autoras exploram e enfatizam a dimensão do lugar social do historiador, mostrando a complexidade do trabalho desenvolvido por Ramiz Galvão em ambas as instituições e seu significado para a historiografia brasileira entre as décadas finais do século XIX e as primeiras do XX. Renato Amado Peixoto, por sua vez, volta-se a Jaime Cortesão e sua participação no debate acerca da formação territorial do Brasil e da política externa do país nas décadas de 1940 e 1950. Neste caso, são o Ministério das Relações Exteriores e o

<sup>1</sup> "Après la Seconde Guerre Mondiale, la référence au 'métier du historien' sera fréquemment réactivée par ceux qui auront à coeur de défendre l'autonomie de leur discipline. Mais, paradoxalement, cette valorisation des compétences professionnelles de l'historien n'a pas incité ces derniers à entreprendre une véritable sociologie de leur corporation. La définition du mot 'historien' reste, aujourd'hui plus que jamais, un enjeu de luttes internes" (NOIREL 2010, p. 526).



Instituto Rio Branco que aparecem como os *loci* nada neutros ou desinteressados que abrigaram Cortesão e sua produção, uma vez que, como diz Peixoto, tanto o autor quanto o ponto de onde falava estavam inseridos num “metajogo” não apenas historiográfico, mas também político.

Com o texto de Fernando J. Remedi, historiadores e historiadoras ligados à Universidade entram em cena no dossiê. Remedi lança luz sobre o trabalho de Ceferino Garzón Maceda, que, a partir da Universidade Nacional de Córdoba, foi um dos artífices da “primavera renovadora” vivida pela historiografia argentina entre 1955 e 1966. Ao fazê-lo, expõe, por um lado, como as inovações promovidas por Garzón Maceda em direção a uma “história-problema” de corte econômico e social não abandonaram de todo a tradição disciplinar local de caráter documentalista, antes se mesclaram a ela; por outro, mostra como esse historiador foi uma voz solitária no contexto cordobês, o que fez dele a própria personificação das transformações historiográficas ali ocorridas.

Na sequência, três artigos enfocam três grandes historiadoras acadêmicas brasileiras, pertencentes, de certo modo, à geração de pioneiras em uma área dominada pelos homens (algo, aliás, ainda pouco tratado pela história da historiografia). Otávio Erbereli Júnior trata de Alice Piffer Canabrava, analisando especificamente o episódio do concurso para a cátedra de História da Civilização Americana da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, em 1946, no qual ela foi claramente preterida em favor de outro candidato – e o gênero, aqui, não é algo secundário, como mostra o autor. Já Carmen Silvia da Fonseca Kummer Liblik dedica-se a um balanço analítico da carreira de Maria Yedda Linhares, no qual atenta para aspectos pessoais e profissionais destacados pela própria Maria Yedda em entrevistas, mas sem deixar de propor, também pela perspectiva do gênero, uma reflexão sobre o que é silenciado ou mitigado por tais relatos de si. Por fim, Daiane Vaiz Machado apresenta como determinadas escolhas, posições e práticas fizeram com que Cecília Westphalen construísse e afirmasse seu “modo de ser historiadora” no decorrer da segunda metade do século XX; longe de traçar um percurso linear, o que a autora procura ressaltar é a dinâmica de tal construção, com as inevitáveis tensões e conflitos que a envolveram.

Fechando o dossiê, Nicolás Lavagnino e João Rodolfo Munhoz Ohara tomam discussões historiográficas atuais e inovadoras como ponto de apoio para os exercícios analíticos que desenvolvem em seus respectivos textos. Lavagnino examina o livro *Coacción y Mercado*, de Enrique Tandeter – “um clássico da historiografia acadêmica argentina contemporânea” –, à luz da teoria narrativista proposta por Hayden White; com isso, coloca em questão a potencialidade e os limites desta teoria para a compreensão da operação historiográfica e aponta como a sua radicalização pode revelar com maior precisão a presença da imaginação histórica e historiográfica no trabalho que realizamos com o passado. Já Munhoz Ohara parte dos conceitos de “virtude epistêmica” e “*persona* acadêmica” para perceber o sentido que historiadores e historiadoras brasileiros atribuíram à ideia de *sensibilidad histórica* nas décadas de 1980 e 1990. Por meio do exame de duas resenhas e um ensaio bibliográfico produzidos à época, o autor apresenta

por um ângulo bastante original os valores que se atribuíam ao “ser historiador” naquele momento – que, de certa forma, é ainda o nosso.

Tomados em conjunto, estes artigos demonstram que, apesar dos riscos inerentes a tal movimento, voltar-se ao *sujeito historiador* não significa ceder à tentação da “ilusão biográfica” (BOURDIEU, 2006), muito menos atribuir-lhe a característica do gênio individual e solitário, único responsável por sua vida e, principalmente, obra. Mais importante ainda, ao explorarem o que historiadores e historiadoras muito diferentes entre si produziram entre o século XIX e o XX, o que falaram de si próprios, o que se falou sobre eles e elas, os registros das instituições onde atuaram e pelas quais transitaram, os traços das redes de sociabilidade que teceram ou das quais se afastaram, os autores e autoras aqui presentes delineiam uma verdadeira agenda de pesquisa. Levada adiante, ela decerto possibilitará o desenvolvimento tanto daquela sociologia da corporação reclamada por Noiriel quanto novas e fecundas possibilidades para a história da historiografia.

Para encerrar, cabe notar que o escopo deste dossiê se liga diretamente ao de outros dois já publicados pela revista: o anterior, “A história e seus públicos. A circulação do conhecimento histórico: espaços, leitores e linguagens” (n. 20, 2016), e o que teve como tema “Os cursos de história: lugares, práticas e produções” (n. 11, 2013). Se cada um deles tem, evidentemente, a sua especificidade, a articulação entre si forma um rico e instigante painel sobre a identidade historiadora, o qual nós, editores, esperamos que expresse como *História da Historiografia* vem cumprindo um dos papéis mais importantes de um periódico científico: estar em sintonia com as questões de seu tempo.

14

### Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: \_\_\_\_\_. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 [1975], p. 65-119.
- NOIRIEL, Gérard. Métier/communauté. In: DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick; OFFENSTADT, Nicolas (Dir.). **Historiographies**. Concepts et débats, I. Paris: Gallimard, 2010, p. 518-528.

# Escavando ruínas: memória, fronteira e escrita da História na narrativa de Alfredo Taunay

Excavating ruins: memory, frontier and the writing of History in Alfredo Taunay's narratives

---

**Wilma Peres Costa**

wilma\_peres@uol.com.br

Professora adjunta

Universidade Federal de São Paulo

Rua Piauí, 413, ap. 43 - Higienópolis

01241001 - São Paulo - São Paulo

Brasil

---

## Resumo

O trabalho analisa o texto *A cidade de Mato Grosso (Vila Bela), o rio Guaporé e sua mais ilustre vítima*, de Alfredo Taunay (Visconde de Taunay), publicado na *Revista do IHGB* em 1891, como produto expressivo de um contexto de renovação das percepções historiográficas, a década que sucedeu à Proclamação da República. Procura entender esse trabalho como um "estudo histórico" (o termo é de seu autor) composto uma grande variedade de elementos – memória familiar, poesia, literatura, análise documental, crítica de fontes, resultando em um rico exemplar das possibilidades de convergência entre a escrita de si e a escrita da história.

## Palavras chave

IHGB; Romantismo; República; Memória.

15

## Abstract

The work approaches the text *The city of Mato Grosso (Vila Bela), the Guaporé River and its most illustrious victim*, by Alfredo Taunay (Viscount of Taunay), published in *IHGB Magazine* in 1891. This text is considered as an expressive outcome of a context of renewal of historiographical perceptions, the decade that followed the proclamation of the Brazilian Republic. It seeks to understand this work as an "historical study" (the term is utilized by Taunay himself) composed by a wide variety of elements - family memory, poetry, literature, documental analysis, criticism of sources, resulting in a rich example of the possibilities of convergence between writing itself and the writing of history.

## Keywords

IHGB; Romanticism; Republic; Memory.

---

Recebido em: 16/11/2015

Aprovado em: 15/7/2016

[...] é de uma das salas do abandonado palácio dos antigos capitães-generais de Mato Grosso que vos dirijo essas linhas, dessas imensas salas testemunhas outrora das festas de uma corte assídua junto aos depositários da autoridade real, e que agora, silenciosas, não repetem senão o surdo ruído do inseto que rói a madeira ou os passos do curioso que percorre seu recinto. Tudo ficou no mesmo estado desde o dia em que a sede do governo foi transferida para Cuiabá: a mobília, as pinturas, os armários, as mesas de trabalho, tudo ficou. Os pátios estão cheios de erva: por toda a parte vêm-se os sinais destruidores do abandono, e o combate das coisas existentes contra o tempo. Tudo representa a morte. [...] Uma das portas, que dão acesso para o interior, abre sobre o pátio. Por aí é que entrei. Nada tinha sido aberto. Havia, pois, um cheiro de bafio que, unido à escuridão, produzia sensação enimentemente triste: *a de um herdeiro que vem tomar posse da morada de seus antepassados*. Cada passo acordava um eco sonoro que o repetia além [...] Em tudo isso falaremos, quando tornar a ver-vos. Muito tenho que contar".  
Adrien Taunay, a seus irmãos (1828).

## 16

O trecho em epígrafe é parte de uma carta enviada pelo jovem viajante e pintor Adrien Aimé Taunay (1803-1828), a última que ele enviou a seus irmãos Felix e Theodore, moradores então do Sítio da Cascatinha, na Tijuca, em 1828. Adrien, Félix e Theodore eram filhos do pintor Nicolau Taunay (1755-1830), que viera ao Brasil na comitiva de artistas franceses recebida por D. João VI, que a memória familiar viria a consagrar como a *Missão Francesa de 1816* (TAUNAY 1956; PEDROSA 1998; SCHWARCZ 2008). Durante sua curta e fecunda estadia no Rio de Janeiro, Nicolau, pintor de relativo renome na França, participara do processo de implantação da Academia de Belas Artes, no Rio de Janeiro e retornara à França em 1821 com seus outros dois outros filhos, Hypolite e Charles Auguste, não sem antes fazer nomear seu promogênito, Félix-Émile (1795-1881), também pintor, para a direção da Academia (LIMA 1994; DIAS 2009). Reiterando a inserção da família no Brasil, sem perder o contato com a matriz francesa, o segundo dos irmãos que permaneceram no Brasil, Theodore Taunay iria, por sua vez, galgar importantes postos na representação consular dos interesses franceses no Brasil, tendo substituído o Conde de Gestas, aquele que iniciara, na Tijuca, a reunião dessa variada e ativa colônia de franceses que, tangida pelas várias marés revolucionárias, viera a se estabelecer no Rio de Janeiro e iniciar o plantio de café (MARQUESE 2001).

Adrien escrevia da cidade de Vila Bela, no Mato Grosso, para onde se adiantara de seus companheiros de viagem em um momento de acirramento do conflito com o Barão Langsdorff, chefe da ambiciosa e quase lendária expedição que pretendia percorrer o interior do Brasil, partindo do sistema fluvial paulista e buscando sua conexão com o sistema amazônico (COSTA; DIENER 2014). A carta comunicava aos irmãos distantes sentimentos sombrios e descrevia com palavras de grande poder evocativo o palácio dos capitães-generais, em Vila Bela, no Mato Grosso. Terminava de modo enigmático: "sejam felizes, é o que meu coração vos deseja e não se esqueçam que eu sou infeliz. Meu caráter é melancólico, embora eu mostre exteriormente, uma aparência de alegria".

Dias depois, o jovem Adrien viria a morrer afogado nas águas do Rio Guaporé, que tentara atravessar a nado, em meio a um violento temporal. O episódio trágico consternou profundamente não apenas seus familiares e companheiros de expedição, mas reverberou na vasta rede de cientistas e artistas viajantes da qual Adrien fazia parte desde a mais tenra juventude, quando, com apenas 14 anos, participara, como desenhista, da viagem de circunavegação comandada por Freycinet, a bordo da Fragata Uranie entre 1817 e 1820 (COSTA 2007; COSTA 2012).

Adrien, apesar de sua juventude, era já um veterano viajante, pintor exímio e dotado de outros talentos e habilidades artísticas. Sua morte trágica, cercada de circunstâncias dignas do herói romântico que seus familiares e contemporâneos nele reconheciam, deu-se em um ponto do território brasileiro que se revestiu de um forte peso simbólico. A “fronteira do Guaporé” foi um dos poucos trechos demarcados entre as possessões portuguesas e espanholas em meados do século XVIII, como parte das negociações que cercaram a assinatura do Tratado de Madri (1750) (CORTESÃO 1950). Esse ponto em que as bacias platina e amazônica quase se tocam formava uma importante referência das políticas ilustradas, como parte do formidável sistema de fronteiras líquidas que ajudavam a configurar o mito da Ilha Brasil, vale dizer o imaginário de um território totalmente protegido por fronteiras naturais (KANTOR 2007) Ele havia sido palmilhado na grande viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792) e ciosamente defendido de olhares que não inspirassem confiança à política portuguesa (o acesso foi negado a Humboldt, por exemplo) A expedição Langsdorff era a primeira a ter licença para refazer essa trajetória, que foi descrita por outro de seus participantes como uma “viagem fluvial do Tietê ao Amazonas” e tinha no rio Guaporé seu ponto nevrálgico.

O episódio trágico de Adrien em Vila Bela inspirou Alfredo Taunay (1843-1898), então já Visconde de Taunay, seu sobrinho, a escrever um de seus textos mais fascinantes e complexos, guiado pelas fontes familiares (inclusive aquelas deixadas pelo próprio Adrien) e por uma extensa pesquisa documental. Alfredo Taunay era filho de Félix, que além de pintor e diretor da Academia por longos anos, era dentre os Taunay o mais próximo da família Imperial. Como professor do jovem imperador, Félix desfrutou do seu convívio e da sua amizade desde que D. Pedro II era ainda um adolescente assustado com a antecipação da maioridade e das pesadas tarefas que o aguardavam no governo do Império do Brasil. A amizade perdurou durante toda a vida, pontilhada por visitas semanais para ler as notícias do mundo, para falar de arte e de literatura, entre outros interesses comuns.

Não por acaso é ao Imperador D. Pedro II, então no exílio, que Alfredo Taunay dedica o texto que temos em tela, texto que o seu autor denominou “estudo histórico”, publicado na *Revista do IHGB* em 1891 (TAUNAY 1891, p. 1-108).

O trabalho extenso e composto de fragmentos heterogêneos, onde a literatura se interpola à narrativa histórica, não teve fortuna crítica significativa,



em meio à grande e variada obra de Alfredo Taunay (MARETTI 2006; BAREL 2002; CASTRILLON-MENDES 2008). Ele ficou incompleto e seu autor lamenta tê-lo iniciado desde a sua primeira versão, queixando-se em vários momentos de sua correspondência da dificuldade de publicá-lo e da fria recepção que o cercara. Poucos foram também os comentadores entre os estudiosos atuais de sua escrita (MARETTI 2006; HARDMAN 1996).

Não obstante, como procuraremos demonstrar nesse artigo, esse texto apresenta um interesse particular para os historiadores por variados motivos. O primeiro e mais evidente para os estudiosos do pensamento de Alfredo Taunay é a percepção de que esse estudo histórico representa uma viragem em sua extensa obra, diferenciando-se dos trabalhos anteriormente escritos para a *Revista do IHGB*, precisamente pelo seu caráter "histórico". Outro motivo, não menos importante, refere-se ao momento em que ele foi escrito, tanto no que tange ao contexto mais amplo (os anos que se seguem à queda do Império) como ao contexto mais particular de sua vida e produção literária. A escrita do "estudo histórico" se dá em momento muito próximo daquele em que o Visconde de Taunay encetou as suas Memórias, sugerindo uma complexa e fascinante relação entre história e memória, entre escrita de si e escrita da história.

### **De cronista a historiador?**

18

Antes do texto que temos em tela, a trajetória de Alfredo Taunay nesse templo da escrita da história do Império que foi a *Revista do IHGB* fora, sobretudo, a do "cronista", ou seja, aquele que, como testemunha ocular relata o que viu para registro dos coevos e apreciação dos pósteros. Seu passaporte de entrada na *Revista* (onde ele assina como Bacharel Alfredo d'Escragnoille Taunay) foi a *Viagem de regresso do Mato Grosso à Corte* (TAUNAY 1869), relatando o retorno da Guerra do Paraguai, sem, entretanto, tratar especificamente do conflito bélico ao longo da narrativa. O texto foi publicado antes de sua obra mais conhecida sobre a Guerra do Paraguai, *A Retirada da Laguna* (1871) e estava impregnada por essa pulsão do retorno, característica da narrativa de viagem desde sua mais remota origem (*A Odisseia*, por exemplo) (HARTOG 2001). A forma histórica dessa pulsão no século XIX, tempo marcado pela expansão da leitura e pela circulação dos impressos, foi a estreita imbricação entre a viagem e a publicização do seu relato. Esta é o que se esperava do viajante em seu regresso e, mesmo, durante a sua própria realização, entretecendo a experiência da viagem com a construção da narrativa e sua publicação (VENAYRE 2007). À estreia, em 1869, seguiu-se, ainda na *Revista do IHGB* o relato da expedição ao Matto Grosso (TAUNAY 1874), realizada em 1865 e publicada em 1874, sem que outros episódios da Guerra merecessem de Alfredo Taunay outras intervenções na *Revista*. A partir de 1875, ele apareceu sobretudo como "tradutor" dos textos do viajante/desenhista francês Hercule Florence (embora inserisse no trabalho longo e denso comentário) (FLORENCE 1875) e como organizador do *Vocabulário da língua Guaná ou Chané*, além

das múltiplas orações fúnebres ou saudações laudatórias, tão ao gosto do Instituto (GUIMARÃES 1988, 2007; GUIMARÃES 2013, ENDERS 2000). Esses escritos (exceção feita às orações fúnebres) estão fortemente ancorados em narrativas que tratam do tempo presente e na força do testemunho ocular. Esse molde tinha, no Instituto, sua expressão destacada em Gonçalves de Magalhães (PUNTONI 1997), onde a narrativa de guerra, então uma guerra interna expressava a apropriação do território e de suas populações por um centro político que se impunha sobre os sertões e sobre as dissídias regionais, como a Balaiada.

Em Taunay, essa chave era a do domínio da natureza e da missão civilizatória sobre as populações sertanejas, em uma guerra onde o território, em sua vastidão, parece ser um adversário mais temível do que o estrangeiro ou o habitante dos sertões (SUSSEKIND 1990; 1996).

A mudança representada pelo artigo sobre Vila Bela repousa, sobretudo, nesse olhar retrospectivo que justifica a qualificação de “estudo histórico” dada pelo seu autor, que o fez publicar na *Revista do IHGB* em momento em que esta instituição, que gravitara sempre em torno da Coroa e de seus apoiadores, recebia de forma intensa o impacto da mudança do regime. A incursão que aqui fazemos tem em conta, assim, a missão que nela veem os apoiadores da monarquia decaída nos primeiros anos da República. Em sua temática mais ampla – a elaboração de uma “monografia” sobre uma região afastada e estratégica do território brasileiro, o estudo de acontecimentos históricos lá transcorridos, sobretudo conflitos intestinos e rebeliões debeladas pelo poder Imperial, o estudo se insere na tradição consolidada dos artigos da *Revista*. Da mesma forma, as “ruínas” se inserem também entre as temáticas fundadoras do Instituto e da *Revista*.<sup>1</sup> O que torna peculiar o tratamento que lhe dá o Visconde de Taunay é precisamente essa mescla heterogênea de procedimentos que aproximam seu autor do exercício do ofício do historiador, em um tempo como para a identificação de novas percepções do tempo e de uma nova consciência histórica.

### **A desilusão republicana: um tempo propício à História?**

Refletindo sobre os turbulentos tempos em que vivera, o diplomata e homem de letras René de Chateaubriand (1768-1848) considerava que existiam épocas “propícias à História”. Escrevendo em 1819, quando se consolida através da carta constitucional a monarquia restaurada, esse pensador que apreciava as transições e o sentimento do “entre-tempos”, via os franceses “entre dois impérios, onde um termina e outro começa”, o que lhes possibilitava lançar os olhos ao mesmo tempo para o passado e para o futuro. Essa condição transitiva tinha seu fundamento na situação peculiar em que “restam ainda monumentos suficientes da monarquia antiga para que possamos conhecê-la bem, enquanto

<sup>1</sup> Ver, por exemplo, a célebre “Relação histórica de uma oculta e grande povoação antiqüíssima, sem moradores, que se descobriu no anno de 1753, nos sertões do Brasil; copiada de um manuscrito da Bibliotheca Publica do Rio de Janeiro”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, v. 1, n. 3, p. 193-200, 1839.

que os momentos da monarquia que se *ergue*, nos oferecem *em meio às ruínas*, o espetáculo de um novo universo”.<sup>2</sup>

No século XIX, as ruínas do passado (Grécia, Roma, Palestina, Egito) exerceram grande atração sobre os viajantes e os narradores e se tornaram um dos principais topos da narrativa romântica. Meditar sobre elas foi prática e tema de poetas, romancistas e também de historiadores, estando presentes em distintos gêneros de narrativa como o relato de viagem, a memória e a autobiografia, esses últimos gêneros particularmente expressivos do século XIX.<sup>3</sup> No caso em tela, Chateaubriand se referia, como é sabido, à Revolução Francesa e à experiência inédita de “aceleração do tempo” que ela havia trazido para o cotidiano dos homens, fenômeno que permitia ver ruínas do passado e vislumbrar o futuro em esboço. Entre um mundo que acaba e outro que começa, a monarquia aparece como um traço de continuidade dentro da ruptura; elevando-se “entre as ruínas”, ela prefigura um “novo universo”, mediando entre o passado e o futuro. Se as ruínas são aqui o testemunho de um passado que pode ser “visto” e percebido pelo seu vestígio, a monarquia é um monumento (algo que dura e que persiste) em contraste com as “ruínas”, expressão do desastre e da devastação.

A percepção do tempo remete àquela tantas vezes citada metáfora do rio e das duas margens, uma conhecida que se abandona com tristeza e outra desconhecida das quais se aproxima com esperança nessa expressão do “estar entre” presente em ambas as formulações. Vale notar, entretanto, que, nesse caso, não temos as ruínas para testemunhar o passado. Antes, é a figura do homem que atravessa o rio, do nadador, quem estabelece o elo entre o passado e o futuro, é o indivíduo portador das inquietações e das esperanças, esse produto do século XIX, o “homem” e o “seu” tempo.<sup>4</sup>

É relevante observar que a primeira imagem provém de uma reflexão sobre a *escrita da história*, a segunda de um exercício da *escrita de si*, ambas, entretanto, alimentadas pelo fluxo turbulento de um tempo que se acelera e que desafia a compreensão. Uma e outra se nutrem desse sentimento de aceleração e de ruptura que permite um olhar sobre o passado e o rascunho de um projeto de futuro.

Creio ser possível considerar que, no Brasil, a primeira década republicana foi um desses períodos propícios à reflexão histórica, pela motivação que a

<sup>2</sup> No original: “L’époque où nous vivons est essentiellement propre à l’histoire : placés entre deux empires dont l’un finit et dont l’autre commence, nous pouvons porter également nos regards sur le passé et dans l’avenir. Il reste encore assez de monuments de l’ancienne monarchie pour la bien connaître, tandis que les monuments de la monarchie qui s’élève nous offrent au milieu des ruines le spectacle d’un nouvel univers. Nous-mêmes, avec nos malheurs et nos crimes, nous venons nous placer dans ce tableau ; du moins, si notre siècle est peu fécond en grands hommes et en grands exemples, il est fertile en grands événements et en grandes leçons”. René de Chateaubriand, *Le Conservateur*, 8 janvier 1819.

<sup>3</sup> O texto clássico é C.F.C. Volney, *Les Ruines Ou Méditations Sur Les Révolutions Des Empires, Par M. Volney, Député à L’Assemblée Nationale De 1789*, Genève, logo traduzida em diversas línguas, inclusive o português, C. F. C. Volney, *As ruínas, ou meditação sobre as revoluções dos impérios*. Lisboa: Typ. de Desiderio Marques Leão, 1822. Tradução de Pedro Cyriaco Silva.

<sup>4</sup> No original: “Je me suis rencontré entre les deux siècles comme au confluent de deux fleuves; j’ai plongé dans leurs eaux troublées, m’éloignant à regret du vieux rivage où j’étais né, et nageant avec espérance vers la rive inconnue [...]” (CHATEAUBRIAND 1952, p. 933-934).

aceleração das mudanças trazidas pela queda do Império, pela Abolição e pela nova organização federativa suscitou tanto para os que eram favoráveis ao novo regime como para aqueles que foram derrotados por ele, promovendo um olhar sobre o passado, no qual se embute a própria possibilidade de uma nova "periodização" ao abarcar o o Império como um *continuum*. Esse esforço atinge tanto os *loci* já consagrados da reflexão histórica no século XIX, como o Instituto Histórico e seus congêneres nos estados, como outros espaços da cultura impressa que nesse momento emergiam ou se ressignificam (como a *Revista Brasileira*, que vem a ser refundada em 1895). De fato, na primeira década republicana proliferaram os "Balanços" do período imperial. Predominaram aqueles de corte político e econômico, favorecidos pelos anos de instabilidade financeira que marcou o período. É o caso da *Resenha Financeira do Ex Império do Brasil em 1889*, de Amaro Cavalcanti e, no âmbito dos monarquistas a *História Financeira e Orçamentária do Império do Brasil*, de Liberato Castro Carreira, também de 1889, como também exercícios do que hoje se chamaria de *História do Tempo Presente* – balanços do breve período republicano movidos pelo afã comparativo como o organizado por Affonso Celso de Assis Figueiredo, visconde de Ouro Preto, *A década republicana*, em 8 volumes, entre 1899-1901. Nos redutos republicanos repontam os movimentos em favor de uma releitura do passado em que a república e não a tradição monárquica possuiriam ancestralidade e enraizamento na tradição brasileira, do qual *Origens Republicanas*, de Felício Buarque, de 1896, foi um dos exemplares mais expressivos. Naqueles de corte positivista, o combate pela memória ganhava uma pedagogia cívica, em obras como *Festas Nacionais*, de Rodrigo Octavio (1893), que buscava estabelecer um calendário de festividades adequado às crenças republicanas, onde ganhavam relevo os vultos como o de José Bonifácio e Tiradentes, bem como alguns personagens das lutas regenciais, que passava a ladear com a leitura menos partidária do Barão do Rio Branco em *Efemérides Brasileiras*, que vinha saindo no *Jornal do Brasil*, desde 1891.

O tema em si é extremamente rico e merece tratamento mais alongado em outro espaço (ALONSO 2009), mas é importante mencioná-lo aqui como o cenário em que, na sua inserção particular, os "reformadores monárquicos", como Joaquim Nabuco e Alfredo Taunay vão desenvolver sua experiência de escrita histórica. Tendo vivido os primeiros anos da proclamação da República como uma derrota política e uma catástrofe pessoal e financeira, eles foram impulsionados para o exílio na *república das letras*, envolvendo-se ativamente tanto no esforço de manutenção dos espaços tradicionais de sociabilidade letrada, como o IHGB, como no estabelecimento de novos espaços, como o generoso círculo de intelectuais que abrigava letrados de variadas tendências políticas, e que veio a desaguar na refundação da *Revista Brasileira* (1895). Aparentemente, foi Machado de Assis o grande animador desse esforço de escrita biográfica/histórica, estimulando especialmente Joaquim Nabuco e Alfredo Taunay a empreender narrativas sobre o período monárquico ancoradas

na vertente biográfica ou autobiográfica (NABUCO 1928; ALONSO 2007). É verdade que o tempo convidava ao exercício desses outros gêneros históricos até então pouco cultivados como a autobiografia, como as *Memórias* de Taunay, iniciadas em 1891, ou formas renovadas da biografia da qual Joaquim Nabuco viria a ser o expoente mais importante, com o livro *Um Estadista do Império*, publicado entre 1899 e 1900.

### **Visões do passado, modos de registro**

O registro do passado monárquico, o tempo da monarquia e o sentimento que ele inspira, parece que aqui era bem distinto daquele que inspirara Chateaubriand em sua fala anteriormente citada. Aqui, o tempo da monarquia é um monumento a ser construído no contexto de uma nação que é entendida como mergulhada no caos e na ausência de horizonte de expectativa. Ela não pode “iluminar”, mas precisa ser registrada para um tempo histórico que se vê como capaz de apagar seus feitos e mesmo a sua existência.

Em Nabuco, a escrita da *História do Império*, e, mais do que isso, a escrita do passado ibérico, é assim um combate prioritário, obra que faz convergir a “piedade filial” à “piedade nacional”. É assim que ele se expressa em seu discurso de recepção no Instituto Histórico e Geográfico em 1896, em que encarava o seu papel no Instituto como ligado a três motivos principais. O primeiro, ligava-se aos “trabalhos e pesquisas para escrever a vida de meu pai, o senador Nabuco. Ele tinha o costume, desde jovem, de guardar tudo o que lhe dizia respeito assim como a cópia da sua correspondência, e depois [...] formara o que chamava pecúlios, grandes volumes em que reunia opúsculos, artigos de jornais, cartas, manuscritos relativos a cada assunto da administração ou da política. Essa abundância de fontes que, segundo Nabuco, possibilitava uma vasta visão do homem público e de sua época, só o fazia lamentar a perda de tantos arquivos que estariam sendo legados ao esquecimento. É ao Instituto e aos historiadores (como Capistrano de Abreu) que ele confia a missão de proteger esses arquivos, perguntando “onde estão os papéis dos Andradas, de Feijó, de Olinda, de Vasconcelos, de Paraná, de tantos outros vultos da nossa história parlamentar?”.

A entrada no instituto era assim um protesto, um recrutamento de vontades para uma campanha contra “a indiferença que deixa desaparecer as fontes de informação histórica, os pergaminhos de família, o quadro íntimo, quando mais não seja, de todas as vidas notáveis”. Aliado a esse esforço, encontrava-se o que ele chamou de um motivo de piedade nacional: a necessidade de defender a própria história contra a ameaça trazida pela visão mutiladora dos republicanos, especialmente em sua vertente positivista. Dizia ele:

Nossa história está atravessando uma crise que se pode resolver, quem sabe, por sua mutilação definitiva. Uma escola religiosa – se se pode dar com propriedade o nome de religião a uma crença que suprime Deus – mais política em todo caso do que religiosa, pretende reduzir a história nacional a três nomes: Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant. Abstraio de fazerem o Brasil datar suas tradições somente da Independência,



atribuindo-se assim à história portuguesa, antes do que à brasileira, como se então não existissemos, a glória, os esforços de quantos lutaram para povoar, criar, conservar essa nossa nacionalidade durante os seus três primeiros séculos, direi somente que esquecer na história do Brasil a luta holandesa é esquecer a página sem igual de heroísmo e afirmação nacional do nosso passado (NABUCO 1901, p. 117).

Alinhando-se decididamente ao ideário da formação da nacionalidade a partir da colonização portuguesa e da ordem monárquica, tão cara ao Instituto, Nabuco focalizava seus argumentos na defesa do período Imperial como objeto historiográfico, sem o que “A ideia é a de que entre Tiradentes e José Bonifácio, de um lado, e Benjamin Constant, de outro, isto é, entre a Independência e a República, estende-se um longo deserto de quase 70 anos, a que posso dar nome de deserto do esquecimento” (NABUCO 1901, p. 118).

É notório como em sua magistral obra biográfica e histórica, o olhar a partir da queda do Império possibilitava a visão de conjunto sobre o século XIX, que se confundia quase com o período monárquico, inserindo nele periodizações, como a ideia de “auge”, “zênite”, “declínio” do regime.

Tanto para Joaquim Nabuco como para Alfredo Taunay a Guerra do Paraguai teve papel central nesse esforço de periodização e de cristalização da memória do Império. Para o primeiro, o período entretecido pela vida de seu pai, José Thomaz Nabuco de Araújo, pode ser percebido como um *continuum* demarcado pela geração da independência, em que a Guerra do Paraguai surge como baliza de demarcação de um tempo de crise. Escrita com base na documentação paterna, mas inspirada também na memória oral da experiência da Guerra transmitida pelo amigo André Rebouças, a narrativa de Nabuco configura um olhar sobre o espaço – a fronteira sul – e consagra um evento – a Rendição de Uruguaiana –, como lugar de explicitação da crise. É um olhar erudito, que tem como ponto de fuga o centro político. Nesse olhar, é a monarquia (o Imperador) que se desloca em direção à fronteira, fazendo emergir todo um caleidoscópio de fricções – a “contaminação” do caudilhismo platino, as lutas intestinas entre os partidos, o conflito endêmico entre o centro político e os interesses locais, o confronto entre a monarquia e a república, a explicitação do escravismo como fragilidade congênita do Estado Imperial (COSTA 2001).

No caso das memórias de Alfredo Taunay, a Guerra ocupa quase toda a obra (depois de alguns capítulos dedicados à infância e à adolescência), como se a vida a ser não ultrapassasse quase a experiência da Guerra. A escrita das *Memórias*, entretanto, ganha uma intersecção intensa com o “relato de viagem”, recobrando o frescor de uma “escrita em trânsito” e aproximando-se também do “romance de formação”. Nela, é o autor quem se movimenta, e esse movimento impregna sua narrativa de vida, consagrando uma geograficidade distinta – o interior do Brasil e a fronteira oeste. A experiência da coluna de Mato Grosso, fora também contada como narrativa de Guerra em *A Retirada da Laguna*, de 1871, revelando em seu molde clássico (*Anabase*, de Xenofonte), a pulsão em direção ao interior, a viagem para dentro.

O registro de uma memória histórica da guerra não deixou de estar entre as preocupações de Alfredo Taunay. Sua correspondência dessa época está carregada com essa preocupação e as cartas ao estudioso José Arthur Montenegro que estão guardadas na Biblioteca Nacional parecem indicar que ele confiava essa tarefa a ele, corrigindo dados, municiando-o com informações, com seu alentado acervo. É a ele que Taunay confia parte do seu trabalho nas memórias e o próprio texto aqui estudado.<sup>5</sup>

Em carta a José Arthur Montenegro de 1892,<sup>6</sup> Taunay descrevia seus sentimentos ao amigo distante, como marcados por grande retraimento, e afirmando que “esse retraimento, porém, tem grandes inconvenientes, melancolizando-me demais o espírito e alquebrando a energia. Sofro, aliás, o contrachoque de tudo quanto se está passando neste desgraçado país”. Colhido pela desilusão política em momento em que ainda era dotado de vigor físico e energia intelectual, sua escrita parece emergir de um esforço por superar a angustiada inação: “Sem saber bem como empregar a minha atividade, sinto-me não pouco infeliz. Estou como uma hélice que bate no ar, sem encontrar resistência para conhecer que é útil e aproveitado o seu esforço”.<sup>7</sup> A mesma carta fornece informações e incentiva o amigo no prosseguimento de seu trabalho sobre a Guerra do Paraguai e comunica a ele o seu envolvimento na tarefa simultânea da produção de três textos – o segundo volume dos *Estudos Críticos*, a segunda e a terceira partes da *Cidade do Mato Grosso* e as *Memórias*.

## 24

Satisfiz-me bastante saber que apreciara os dois opúsculos de minha lavra, 2º volume dos *Estudos Críticos* e *Cidade do Matto Grosso*. Propus a um editor publicarmos a 2ª e a 3ª partes desta última obra e ele recusou todas as combinações que lhe ofereci! E trabalha-se num país como este, onde quem, como eu, escreveu já matéria talvez de mais de 30 grossos volumes precisa mendigar o favor de ver impresso o que ele tem ainda a coragem de lançar no papel! Que lástima!

Também tenho me retraído quanto possível, escrevendo *Memórias*, cujos volumes entregaria à *Arca do Sigilo* do Instituto Histórico para serem publicados daqui a 50 anos, depois de 1943, isto é, cem anos da data do meu nascimento que foi a 22 de fevereiro de 1842, o que já me dá quase meio século.<sup>8</sup>

Nesse período, Alfredo Taunay milita de forma esporádica e bastante cética nas lides monarquistas, recolhendo-se a uma militância literária de preito à obra do Imperador deposto, então no exílio. Seu envolvimento com a escrita das *Memórias* ao mesmo tempo em que trabalhava no texto sobre Vila

<sup>5</sup> José Arthur Montenegro (1864-1901) foi oficial da marinha, reformando-se em 1884 em solidariedade aos companheiros durante a questão militar. Foi grande pesquisador e erudito propondo uma obra monumental sobre a Guerra do Paraguai. Aparentemente a grande obra de Montenegro sobre a Guerra do Paraguai permaneceu inédita apesar do seu monumental arquivo. Ele publicou um curioso trabalho que é fonte para o estudo das mulheres (MONTENEGRO 1893).

<sup>6</sup> Carta a José Arthur Montenegro, Petrópolis 11 de julho de 1892, Biblioteca Nacional, 050,001,008,n.005, seção de Manuscritos. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss459500/mss459500\\_005.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss459500/mss459500_005.pdf). Acesso em: 25 ago. 2016.

<sup>7</sup> Carta a José Arthur Montenegro.

<sup>8</sup> Carta a José Arthur Montenegro.

Bela que trabalhamos aqui é um indício importante para ajudar a compreender o caráter um pouco fragmentário desse texto, a meio caminho entre crônica histórica ao gosto da *Revista do IHGB*, com pitadas de força literária. A acoplagem de materiais e linguagens distintas talvez seja um pouco mal resolvida do ponto de vista estético. Menos que um defeito essa talvez seja, para o historiador, sua grande qualidade expressiva, pela qual deixa entrever as partes de que é composto – a relação peculiar entre literatura e história se faz através da memória.

Já em agosto de 1890, em carta ao cunhado e confidente Leopoldo Teixeira Leite, o autor demarcava o momento em que decidira a escrita das memórias. Ele inicia a carta falando de um artigo em que procurara engrandecer a obra do Imperador e reparar de certo modo a “injustiça” que lhe faziam os republicanos. Colocava suas esperanças na Providência, na *causa causarum*, do desejo de ir à Europa e da impossibilidade da viagem por conta dos cuidados com a mãe de que era a “alegria máxima, quase única”. Em um curioso excerto dessa carta, emerge uma interessante pista sobre a inspiração colhida para as *Memórias*.

[...] Estou escrevendo e muito – *Viagens passadas*. Vou encetar as *memórias de minha infância*, em que contaria coisas interessante e menos desilutorias que *La vie d’Henri Brûlard* (Henry Beyle). Já leste? Bem curioso – cousa novíssima. *UnCoeur de Femme de Paul Bourget*? Como é bom, como é bom! Um *fouillage* medonho no coração humano, um estudo de admirável verdade, uma psicologia angustiosa e tão exata, tão certa, que a gente fica sem respiração quase a devorar as páginas, ou antes, a lê-las mal, de tamanha sofreguidão!<sup>9</sup>

25

A obra autobiográfica póstuma de Stendhal acabava de ser publicada na França (1890), o que indica como Alfredo Taunay se mantinha conectado à cultura européia e nos dá o testemunho da forte impressão que o livro produzira sobre ele. A preciosa indicação nos remete de volta à contemplação das ruínas, pois é nelas que Stendhal (Brulard) encontra esse contexto inspirador. Desta feita, são as ruínas de Roma e a peculiaríssima sobreposição de camadas de tempo histórico que nelas se expressa que impressionam a personagem e movem sua decisão, ao suscitar sua inquietação sobre o tempo da vida. A visão de Roma, sob um sol magnífico num dia quente de outubro de 1832, um momento de plena alegria de vida, transportava a vista de Stendhal para aquela contemplação das ruínas em que a breve temporalidade da vida se acentuava frente os vestígios de tempos recentes e de muitos passados.

Eu me encontrei, essa manhã de 16 de outubro de 1832, em São Pedro, em Montorio, sobre o monte Janicule, em Roma, havia um sol magnífico. Um vento leve de sirocco apenas sensível faziaflutuar algumas nuvenzinhas brancas sobre o monte Albano: reinava um calor delicioso no ar, eu me sentia feliz em viver. Eu distinguia perfeitamente Frascati e Castel-Gandolfo, que estão a quarto léguas daqui, a vila Aldobrandini onde está este sublime afresco de Judite, de Dominiquin. Eu vejo perfeitamente o muro branco que marca as reparações feitas por último pelo príncipe F.

<sup>9</sup> Carta a Leopoldo Teixeira Leite, Coleção Taunay, Museu Paulista, pasta 11.

Borguèze, este mesmo que eu vi em Wagram como coronel do regimento de curiáceos, no dia em que M. de M..., meu amigo, teve a perna amputada. Bem mais longe eu percebo o rochedo de Palestrina e a casa branca do Castelo de São Pedro, que foi, em outros tempos, sua fortaleza. Abaixo da parede contra a qual eu me apoio, estão os grandes laranjais do pomar dos capuchinhos, depois o Tibre e o priorado de Malta, e um pouco depois, à direita, o túmulo de Cecilia Metella, São Paulo e a Pirâmide de Cestius. Na minha frente, eu vejo Santa Maria Maior e as longas linhas do Palácio de Monte Cavallo. Toda a Roma antiga e moderna, desde a antiga Via Apia com as ruínas de seus túmulos e de seus aquedutos até os jardins magníficos do Pincio, construídos pelos franceses, se descortina à vista. Este lugar é único no mundo, eu dizia a mim mesmo em sonho, e a Roma antiga, apesar de mim mesmo, se sobrepunha à moderna, todas as lembranças de Tito Livio me retornavam em turbilhão. Sobre o monte Albano à esquerda do convento, eu percebia os campos de Aníbal. [...] Ah, em três meses eu completaria cinquenta anos, alguma vez eu disse uma palavra sobre meus males de amor? (STENDHAL 2015, p. 30).

Poucos meses depois, em 25 de outubro, vamos encontrar Taunay em escrita febril do texto sobre Vila Bela, encantado com os pormenores curiosos que encontrara em velhos papéis familiares.<sup>10</sup>

Tomou-me agora um surto (ou um rapto??) de escrever, de maneira que, aproveitando o impulso, estou coordenando uns interessantíssimos apontamentos achados nos papéis de meu pai e preparando uma memória, cuja leitura muito lhe agradará, tenho certeza. Intitula-se *A cidade de Matto Grosso*, antiga Villa Bella, o rio Guaporé e a sua mais ilustre vítima. É o histórico da morte de meu tio Adriano Taunay, a 5 de janeiro de 1828 nas águas daquele rio. Os pormenores que tenho colhido são muito curiosos.<sup>11</sup>

## 26

Meses depois, em janeiro de 1891, o trabalho se transformara num grosso livro, e ele se lamentava de tê-lo começado, não fora a obrigação para com o Imperador. É possível que essa fadiga estivesse ligada à pulsão, mais forte, da escrita das memórias. Mas é também plausível que ela fosse o efeito dessa atitude nova, desse afã da pesquisa, da busca de indícios da "*verificação da mais ligeira data*", que nos atesta sua correspondência. A troca de cartas nos revela ainda o desgosto pela grande dificuldade de aceitação do trabalho, seja pela sua extensão, seja pelo seu próprio tema.

O trabalho incompleto, publicado em 1891, resultou em um texto de 108 páginas, divididos em 22 capítulos, publicados na *Revista do IHGB* sob o título "A cidade de Matto Grosso (antiga Vila Bela), o rio Guaporé e a sua mais ilustre vítima", com o subtítulo "Estudo Histórico". O que o presente artigo pretende propor é que a visita da temática das ruínas articulou nesse período sugestivo e "propício à história" a escrita do ensaio histórico à das memórias. As ruínas, como imagem e como metáfora, perpassam todo o texto, em complexa polissemia que interroga quem o examina hoje com o olhar do historiador. Em chave distinta dos outros textos por ele publicados na *Revista*, marcados pelo movimento, pela marcha, pela exploração do naturalista/soldado, agora o que se tem é um ponto

<sup>10</sup> Carta a Leopoldo Teixeira Leite, 25 de outubro de 1890, Coleção Taunay, Museu Paulista, pasta 11.

<sup>11</sup> Carta a Leopoldo Teixeira Leite, 12 de janeiro de 1891, Coleção Taunay, Museu Paulista, pasta 11.

fixo (Vila Bela) e nesse ponto são adicionadas camadas de tempo, incorporação do passado desse lugar e povoamento com seus personagens/heróis.

Tratar das ruínas de uma cidade abandonada nos confins do Império era tema que, longe de ser estranho à *Revista do Instituto*, inseria-se, na verdade, entre os interesses fundadores da instituição. Revisitar o tema nesse momento sensível, em que esse *locus* da escrita da história do Brasil imperial também era abalado pela queda do Império sugere o fechamento trágico de um ciclo. O sentido “histórico” atribuído ao texto nos convida a pensar a interrogação das ruínas como uma verdadeira exploração que vai encontrando, à medida que o trabalho se desdobra, múltiplas camadas de tempo e de significação que desafiam o narrador. Este, por sua vez, se coloca perante elas não como quem contempla, mas como quem escava, descobre, hierarquiza, classifica e busca incansavelmente uma narrativa.

### **Etapas de uma escavação**

O primeiro procedimento do narrador é a localização da cidade de Vila Bela, primeira capital do Mato Grosso, no projeto territorial do Império Português, pensado na sua projeção passada e futura. Fiel à concepção de história cara ao Instituto, fortemente ancorada na geografia e na sacralização do território, Taunay busca traçar um largo enquadramento histórico e geográfico, demarcado pelas duas primeiras personagens do texto: Vila Bela e o Rio Guaporé. Enfatiza-se o caráter estratégico dessa fronteira do império português, objeto de minucioso cuidado da administração de Marquês de Pombal, por ser ponto de contato entre as bacias platina e amazônica, lugar sensível por causa do contato sempre conflitivo com os espanhóis e na comunicação com o Grão Pará. Nessa reafirmação da territorialidade brasileira prefigurada no tratado de Madrid enraiza-se essa visão da nação brasileira como herança geográfica e institucional do projeto ilustrado. O sistema de fortificações erigido pelo marquês de Pombal é aqui mobilizado em sua força de realização material e na sua prefiguração de glórias futuras, comparando-se, inclusive, com as ações de Pedro, o Grande na expansão ocidental do Império Russo. A projeção de um Império nascia do contraste entre as possibilidades acanhadas da metrópole e a vastidão de seu Império Americano. As fortificações construídas desde a embocadura do Amazonas até o Mato Grosso são então desenhadas, como

27

[...] filhas do influxo de uma idéia dominante [que], parecem provar, que não era ela intenção vaga e sujeita. a hesitações mas, ao revez, depois de solícitamente afagada, germinara inteira no cerebro do onipotente assessor de D. José I, carecendo só de tempo para se tornar brilhante realidade e dar vida acabada a projeto muito mais difícil, largo e maravilhoso, do que o celebrado cometimento de Pedro Grande da Rússia, ao transferir a sede do seu dilatado imperio de Moscou para as margens do Neva (TAUNAY 1891, p. 2).

A Fortaleza de Macapá (1764) e o Forte Príncipe da Beira (1776), seu complemento, causam “pasma e admiração ao viajante, ao defrontar de



repente com essas solenes e alterosas moles, inseridas em meio da solidão e a desafiarem a incúria dos jovens e a destruição dos anos, é ainda hoje e por muito tempo será, homenagem ao marquês de Pombal, o Richelieu português” (TAUNAY 1891, p. 3).

Diante desses potentes vestígios do passado, aparecem pela primeira vez as ruínas. São os indícios da decadência da cidade de Vila Bela, construída para ser capital de toda essa vasta região “cujas ruínas causam intensa melancolia aos raros que a visitam hoje e, cientes das coisas do passado, ainda encontram naqueles outrora florescentes páramos, vestígios eloquentes de extintas grandezas que jamais nunca voltarão” (TAUNAY 1891, p. 3). A natureza indômita e o abandono de seus moradores, atraídos pelo novo centro político em Cuiabá reduziram a antiga capital a uma pálida lembrança do passado, em que os vestígios da grandeza teriam desaparecido, levados pelas enchentes do Guaporé.

A cidade e o rio que a assola e destrói compõem uma visão metafórica da própria nação luso-brasileira, na forma do projeto concebido por Pombal, de um poderoso Império, comparável, por Taunay, às próprias ações de Pedro, o Grande, na expansão para ocidente das fronteiras do Império Russo. O que resta do passado, o que havia nele de projeto de futuro, no presente (a queda da monarquia) é ruína. Pensar que o futuro poderá trazer ainda maior ruína parece ser o que atribui maior importância e urgência, ao trabalho dos que registram os acontecimentos do passado, por que, as remanescências materiais são fugidias e frágeis, é preciso que a narrativa as perpetue, antes que “percam esses mesmos vestígios a sua eloquência e qualquer significação até, chegando afinal dia – talvez bem próximo – em que fiquem de todo mudos e fechados à meditação daqueles que, levados por doloroso estímulo, tentem no estudo e na contemplação de destroços e escombros reconstituir épocas idas e fazer reviver largos e promissores trechos da história, que findaram em desastres, abandonos e irremediáveis tristezas” (TAUNAY 1891, p. 3).

Os destroços aparecem aqui não apenas como objeto de contemplação, mas como tema de estudo, eles são dotados de eloquência e significação, eles interrogam o estudioso para que os decifrem, como uma missão, quase um ofício.

Entra, em seguida, uma explicação em tom menor para a escrita do texto, casual, quase prosaica – a necessidade de dar divulgação e organização a algumas notas relativas à Vila Bela, de autoria de um amigo distante, o tenente coronel João de Oliveira Mello, que são descritas como perdidas entre velhos papéis “que há pouco revolve e pus em ordem, classificando uns, apartando outros para ulterior revisão, e destruindo muitos” (TAUNAY 1891, p. 4).

Essas notas haviam sido enviadas em 1876, quatorze anos antes da escrita densa do histórico. Debruçar-se sobre elas, que falavam já de desolação e abandono envolve um olhar sobre o passado recente e supor que este teria sido testemunha da aceleração desse declínio, apagando os vestígios de um passado mais feliz. O vigor narrativo nesse momento do texto vem opor essa força destruidora da natureza sobre a fragilidade da obra humana:

Catorze anos já lá se foram .... Que modificações poderão ter- se dado? Fácil é a resposta. Casas que desabaram, mato que ainda mais alteou nas ruas; inundações do Guaporé que levaram os restos do cais de outrora e fundo nas barrancas; esboroados e largos panos de muralha que tombaram [...] árvores que cresceram invasoras e à solta, gigantes da floresta em plena povoação, dominando no seu magestoso vigor e na sempre renascente alegria os destroços da obra dos homens, exuberantes e altivos, sobretudo gameleiras, terríveis estas no rápido engrossar, a se agarrarem às pedras, a insinuarem por toda a parte raízes, a principio humildes, tênues, delicadas, depois possantes, violentas, derrubando as mais fortes paredes e desagregando as construções mais rijas, das quais retêm, como que por escárnio, no liame de ubtrucada trama, enormes fragmentos, rochas inteiras suspensas numa rede de finas e penugentas malhas [...] (TAUNAY 1891, p. 4).

Nesse momento, o autor nos apresenta uma outra personagem – aquela que é designada no título como “a ilustre vítima” – Adrien Taunay, tratado e, sua forma abasileirada – Adriano – em todo o texto. Retomando o tema tratado por ele mesmo na *Revista*, a propósito da Expedição Langsdorff, Taunay insere aqui uma longa digressão sobre a morte trágica de Adriano no Rio Guaporé. O entretencimento dessas temporalidades – o enquadramento histórico da cidade de Vila Bela, o tempo da tragédia familiar, o tempo da Guerra do Paraguai – compõem a partir daí a narrativa em curiosa operação historiográfica de registro de memória, de exegese de fontes e de interrogação do passado.

As fontes que aqui se compulsam são aquelas da memória familiar. Em primeiro lugar, aquelas deixadas pelo próprio Adriano e, com elas os longos e tristes textos produzidos por sua família enlutada. Essa digressão permite à Alfredo Taunay inserir a si próprio como personagem da narrativa, mediando e explicando esses tempos, pois permite a ele colocar-se desde muito tempo, ligado à Província de Mato Grosso e à região, onde estivera durante a Guerra em episódio militar fracassado e registrado na Retirada da Laguna.

Razões de ordem mui particular pessoalmente me prendiam, e ainda hoje me prendem, a essa desolada parte de Mato Grosso e ao moribundo povoado de Vila Bela, antes, muito antes, até de fazer parte da célebre e infeliz expedição que foi ter àquela província e na sua faixa meridional, bem distante, portanto, da larga zona do norte, se moveu e tanto sofrimento curtiu, como mártir de mal pensados cálculos de Guerra (TAUNAY 1891, p. 5).

O autor se transporta para aquele passado distante pela memória familiar que marcaram indelevelmente o episódio trágico da morte de Adrien, presentificados pela tristeza sempre revivida e narrada. Ela se expressa por uma frase de Píndaro, expressão da cultura clássica compartilhada na família de eruditos franceses – “Felizes os que morrem moços, sempre serão lembrados.” Cinquenta anos eram passados, dizia Taunay, demarcando com isso a morte de seu pai, Félix, e a lembrança ainda o fazia ter lágrimas nos olhos, ao lembrar a morte do irmão mais novo no misterioso acidente. A memória aqui é o transporte para aquele lugar mítico, onde repontavam as maravilhas descritas pela última carta do jovem Adrien, cujo texto trazemos em epígrafe.

E, incidentemente, levado pela misteriosa sedução dos lugares muito e muito apartados, no centro de terras longínquas e nas brumas de distâncias immensas, me falava nessa Vila Bela, no palácio em ruínas, dos antigos e onipotentes capitães fenerais, nos frescos que o adornavam, nos painéis que encerrava, reproduzindo trechos inteiros de cartas do audacioso de tão chorado viajante (TAUNAY 1891, p. 5).

Desse lugar da fronteira, o leitor é conduzido pelas brumas da memória a outro ponto mítico do pintor Nicolau Taunay e seus filhos – a Tijuca, nicho de inserção da colônia francesa. Charles Auguste, Hypolite, Félix, Theodore e Adrien Taunay. A origem francesa da família é enfatizada, dando à vinda para a América um caráter de exílio, diante da percepção da possibilidade de uma tragédia nacional “o desmembramento da França” (TAUNAY 1891, p. 5). O jovem Adriano, caçula dos três irmãos tem menos que a idade do século, aproximando-o em idade a Victor Hugo, cujo célebre poema é citado – “Cesiècleavaitdeuxans” – sublinhando a inserção a formação francesa do jovem artista.

Poderíamos considerar as próximas vinte páginas do texto como um panegírico e mesmo como um *Réquiem*. A breve vida de Adriano é contada, enfatizando-se seu prodigioso talento artístico e sua vida aventurosa – a participação na volta ao mundo da fragta Uranie, a convite do explorador e geógrafo Louis Claude Freycinet (1779-1842), o precioso afresco sobre “O triunfo de Baco” que ele deixara nas paredes da casa da Cascatinha, objeto de admiração de artistas e viajantes que por lá passavam, seus dotes como musicista, sua erudição, sua juventude, sua beleza. Todos esses predicados são documentados pelos registros da memória familiar – longos, belos e tristes poemas, reproduzidos, em francês, no texto do ensaio. A construção do perfil do herói é remetida, assim, à sua última carta e à narrativa do achamento trágico de seu corpo pelo amigo e companheiro de expedição, o botânico Luiz Riedel.

O texto da última carta, descrevendo as salas do palácio abandonado dos Capitães Gerais de Mato Grosso, reverberam o destino trágico de uma edificação que jamais fora habitada, deixada quase intacta em sua beleza não vivida e a aproximam da própria vida de Adriano, morto jovem, sem ter vivido plenamente a existência. Mas ela traz também esse inquietante sentimento de posse descrito como “enimemente triste: a de um herdeiro que vem tomar posse da morada de seus antepassados” (TAUNAY 1891, p. 17).

Belo exemplar de escrita romântica – a contemplação das ruínas, a prefiguração da morte, o texto de Adriano sugere essa identificação entre o seu destino, o do palácio e o da própria cidade, na morte precoce, na vida incompleta e irrealizada.

Após o registro dessa atmosfera, Alfredo Taunay mudará sensivelmente a tonalidade do texto, em clara distinção com a tonalidade melancólica que até então o impregnava. A carta, tornada documento, vestígio, testemunho descritivo de um lugar, será objeto de um tenso e cuidadoso escrutínio, de uma

exegese incansável, tanto sobre o próprio Adriano como sobre os fatos por ele narrados. Como que reverberando esse duplo exílio da morte de Adriano, morreu longe de sua pátria e longe dos seus, Alfredo buscasse oferecer a ele uma morada, qualificando sua vida e nacionalizando sua morte. Dando a ela uma morada, dando ao herdeiro a posse de sua herança nesse lugar distante e sensível do território brasileiro.

### A posse de uma herança

Se os poemas familiares abrigaram Adriano na pátria da cultura francesa, Alfredo parece querer lidar de outro modo com a memória de Adriano e com as indicações porele deixadas. Em um primeiro passo, o autor procura controlar as impressões derramadas do carinho fraterno pela busca de alguma outra versão sobre Adriano, de alguém que o tivesse conhecido fora do círculo familiar.

Teriam sido as circunstâncias da extrema juventude e as vivíssimas afeições de família, que tamanho realce davam a esse mancebo audacioso e irrequieto, cujos dias terminaram de modo tão terrível e inesperado? Talentos especiais e vasta esfera intelectual que prometiam, com efeito, carreira excepcionalmente brilhante na vida? Sua atração, seu prestígio, seus dotes eram tantos assim, tão poderosos e irresistíveis? Havia motivo para tamanha explosão de dor, para tanta perseverança no luto? [...] (TAUNAY 1891, p. 30).

A resposta trazida por Alfredo Taunay para o enigma será a invocação de uma *testemunha ocular*, o velho Cardozo Guaporé, homem de cor encontrado entre os fugitivos da Vila de Miranda, durante a campanha do Paraguai. Esse homem, que contava mais de 80 anos, é descrito como “antigo coletor da Vila de Miranda que ali gozara de certa importância, pois cumulava suas funções de exactor da fazenda pública o exercício de advogado provisionado, ou antes, de rábula”. Homem de fé pública, portanto, Cardozo Guaporé será a fonte confirmadora do perfil heróico de Adriano Taunay.

O modo como esse conhecimento se travou e é narrado merece registro aqui, pois permite inserir o jovem tenente Alfredo em sua experiência da campanha do Mato Grosso em uma aventura também heróica, aproximando a sua imagem à de Adriano. Ele remete o encontro à

[...] penosa travessia dos pantanais entre o Coxim e o rio Aquidauana que, em começos do ano de 1866, me vi forçado a fazer [...], travessia que teria terminado em catástrofe, se não tivéssemos, quase ao acaso, chegado aos Morros, no planalto da serra de Maracaju, onde os habitantes da Vila de Miranda, expulsos pela invasão paraguaia de dezembro de 1864, haviam buscado refúgio seguro, sobretudo depois que os índios terenas, nas fraldas da montanha, conseguiram, em duas emboscadas, matar alguns inimigos mais ousados.

Dentre esses fugitivos estava o velho Cardozo Guaporé que, ao ouvir o nome de família, perguntara sobre o parentesco, para dar início a uma longa e entusiasmada descrição de Adriano e de seus feitos:

Ah! Que homem aquele!, exclamou o velho. E [...] começou ao mais ardente e exaltado pagenérico do ilustre mancebo, de suas qualidades proeminentes, sua coragem indomável, sua alegria incessante, sua atividade estupenda, sua generosidade ilimitada, suas aptidões inexcedíveis de músico, desenhista e poeta, sua habilidade em nadar, caçar e jogar armas, sem esquecer a notável e impressiva beleza, atraente e máscula, que lhe fazia correr mil aventuras de amor e lhe valia tantas e tão espontâneas dedicações [...] (TAUNAY 1891, p. 32).

A entusiasmada confirmação das qualidades do mancebo terminava com uma informação curiosa sobre o funeral de Adriano, que “sua morte tomou vulto de uma verdadeira desgraça pública. Assisti ao enterro, que levou a cidade inteira atrás de si. Parecia algum capitão general [...] (TAUNAY 1891, p. 32). O episódio, liberto do viés da afetividade familiar, ganhava agora uma referência nacional e regional – o enterro de um capitão general era acontecimento de máxima importância, compensador da morte solitária, em duplo exílio que se desenhara nos parágrafos anteriores.

Cardozo Guaporé trouxe também para a conversação o panegírico de Vila Bela e de sua rivalidade com Cuiabá, texto que, no ensaio de Taunay, permite conferir, entre outras descrições, os detalhes do palácio dos capitães generais referidos na memorável carta de Adriano – os retratos de D. João VI e de D<sup>a</sup>. Carlota, as pinturas e afrescos, as riquezas da cidade e a beleza de seu cais, a igreja de Santo Antonio e seu frondoso laranjal [...]

32

O testemunho de Cardozo Guaporé, mediando a temporalidade da Guerra do Paraguai e a viagem-aventura de Alfredo, confere, assim, veracidade ao perfil de Adriano e ao seu próprio relato.

Mas, nosso autor não parece se satisfazer com essa fonte. Faltava-lhe um documento escrito que atestasse a veracidade das belas descrições de Adriano, sobre a cidade, o cais e, principalmente, o palácio, agora desaparecido. Ela não se encontra em sua fonte principal, as notas de João de Oliveira Mello, que falam do declínio da cidade, de sua aparência devastada, sem permitir aferir a veracidade das descrições.

Principia-se assim uma nova etapa da pesquisa dos indícios e de interrogação dos documentos – a busca incessante da confirmação das célebres descrições e a busca do túmulo de Adriano. A insatisfação por não encontrar na sua fonte principal a confirmação de suas buscas o leva a uma curiosa “crítica de fontes” buscando explicar as razões da aparente omissão. Assim, ele se pergunta:

De todas essas indicações de Oliveira Mello desaparecera aquele toque de impressões vivas, muitas de feição artística, transmitidas por meu tio Adriano e corroboradas pelas minhas conversas com Cardozo Guaporé. Onde os símbolos da grandeza imposta pela sucessão de notáveis governadores, representantes da autoridade suprema dos reis de Portugal? Onde aqueles palácios e sinais do passado poderio? Onde os frescos e as pinturas das muralhas, os painéis? Onde o cais? Onde o eco das festas de outrora? Onde as igrejas com riquezas que ainda deviam existir e as muitas alfaias citadas, como eu ouvira, nos confins de Mato Grosso? (TAUNAY 1891, p. 53).

Ou seja, por que tudo isso fora omitido nas notas do velho militar? Seriam seus hábitos de concisão e *secura*? Estaria ele entregue aos “interesses do momento”, abandonado que fora, verdadeiro herói de Guerra, de modo que “não prurara perguntar às ruínas que o cercavam a história do passado”?

Uma longa digressão sobre a Guerra e o papel que nela tivera o Tenente Antonio Oliveira Mello é então introduzida no texto, o que impõe que nos detenhamos por um momento sobre o autor das notas que servem de pretexto à toda a narrativa. Trata-se do Tenente Coronel João de Oliveira Mello, personagem destacada dos episódios da Guerra do Paraguai na Província do Mato Grosso. Ele fora protagonista da Resistência do Forte Coimbra ao ataque paraguaio e, posteriormente, o responsável pela evacuação da população de Corumbá, em direção à Cuiabá. Seus feitos heróicos e humanitários haviam feito dele uma espécie de herói popular, tendo recebido reconhecimento por seus feitos militares. Promovido, por bravura a primeiro tenente em 1866, condecorado com o hábito do cruzeiro, capitão em 1867, major em 1871, comandante do distrito militar de Mato Grosso e da fronteira norte até 1877. Reformado no posto de coronel em 17 de julho de 1884, Taunay faz dele um desses exemplos de descaso e esquecimento dos heróis militares nos anos que se seguiram à Guerra. O que de deve notar é que a descrição desse personagem, que só aparece em detalhes já na metade do longo Ensaio, deve ser entendida também como uma espécie de preito a um amigo e confrade distante, que compartilha de certa forma a atmosfera melancólica que perpassa o próprio texto. João Oliveira Mello “é, pois, uma carreira acabada, uma existência finda, um simpes encostado do exército reduzido à inatividade, *bananeira que já deu cacho*, na melancólica síntese popular” (TAUNAY 1891, p. 54, grifo do autor). A compilação de suas notas é, pois, uma espécie de homenagem a um amigo e confrade, ele também, de certa forma, um habitante das ruínas. “Agrada-me, contudo [...] a altaneira solidão que rodeia aquele soldado, de cujas reminiscências ressaltam chispas de Glória, a acabar os dias nas ruínas de uma cidade condenada, perdida e sem mais esperanças possíveis de ressurreição, depois de largos períodos de grandeza, lustre e felicidade” (TAUNAY 1891, p. 54). O topo da ruína prolongada e inexorável, após a glória breve imprime-se, assim, sobre essa espécie de Segundo Narrador, o autor das notas, trazendo a Guerra do Paraguai e a fronteira do Mato Grosso para o proscênio da história que se vai narrar e que se imbrica, no primeiro momento, em um outro tempo.

A narrativa, que conduz à resignificação de toda essa região da fronteira, se assenta na mobilização da história do Forte Coimbra como bastião da resistência contra os espanhóis em 1801 e, a partir dele, a exaltação da figura de Ricardo Franco, herói daquele episódio. Daí para o ataque dos paraguaios ao forte em 1865 e a também heróica evacuação daquela praça de guerra, sob a liderança do Tenente Antonio de Oliveira Mello, vão se depositando camadas de tempo e de significações, fazendo com que a Guerra do Paraguai, contada aqui a partir de um episódio quase esquecido, apareça como nexos entre passado e presente, articulando escrita de si, memória familiar e escrita da História.



A pesquisa prossegue, compulsando s outras fontes que pudessem confirmar ou informar o relato de Adriano. Incontáveis páginas são dedicadas a descrever para o leitor essa procura, atestando a erudição de seu autor, o cuidado com que ele desenvolvia a consulta de documentos de várias origens, incluindo relatórios oficiais antigos, como os do defensor do forte Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra, de relatos de viajantes como Louis d'Alincourt e Francis de Castelneau, como Joaquim Ferreira Moutinho, entre outros. Esse último, em sua *Notícia sobre a Província de Mato Grosso* (1869) é alvo de críticas percucientes e ácidas, quando se contesta, por exemplo, nessa obra que é de 1869, a presença de uma descrição atribuída a Langsdorff, quando Alfredo Taunay observa que nada havia ainda sido publicado sobre a expedição Langsdorff antes que ele mesmo o fizesse em 1875. Ou quando descreve erradamente os pássaros ou grafa inadequadamente os vocábulos indígenas, apresentando-se como testemunha ocular, mas fiando-se na verdade, no relato de Castelneau. Nosso autor está muito longe do cronista que frequentara as páginas da *Revista do Instituto* na década de 1870. Ávido para demonstrar conhecimento da documentação ele observa estranhas repetições e coincidências, duvida da veracidade de certas afirmações critica, compara, hierarquiza, interpreta.

### **O corpo do herói e o seu lugar**

34

A interrogação exaustiva na procura da veracidade do relato de Adriano converge, no estudo histórico de Alfredo Taunay, à procura também ingente sobre o lugar exato de seu sepultamento. A descrição que dela restara foi a de uma testemunha ocular – uma carta do naturalista Luiz Riedel, amigo de Adriano e seu companheiro na expedição Langsdorff, que comunicara em carta à família o trágico acontecimento. Nessa carta, dolorosa e pungente, o amigo fora pouco explícito sobre o lugar do sepultamento e sobre as cerimônias fúnebres.

Entretanto, na madrugada de 8, vieram-me avisar que tinha sido descoberto. Corro... chego... vejo-o estendido na margem, mutilado pelos peixes... Lanço-me sobre ele... Poupei-me esses pormenores! No mesmo dia foi sepultado com a pompa devida à sua pessoa e família na igreja de Santo Antonio que ergue-se junto ao porto, encravado num frondoso e extenso laranjal. No mesmo dia 9 celebraram-se ceromônias religiosas, conforme o uso do país [...] (TAUNAY 1891, p. 19).

Nos documentos familiares, hoje sob a guarda do Museu Paulista, encontra-se uma carta datada de 14 de setembro de 1874, onde o mesmo João de Oliveira Mello, informa o comandante de armas da província sobre a impossibilidade de proceder à exumação dos ossos de Adriano Taunay e mesmo de identificar com precisão o lugar de seu sepultamento. Nela, o militar relata:

O Senhor Taunay faleceu em 1827 ou 1828, de asfixia por submersão, foi sepultado na igreja de Santo Antônio dos militares em sepultura comum e

sem inscrição alguma; e finalmente, desde datas remotas até a presente tem sido praxe enterrar dentro deste templo os militares que aqui tem falecido, sem distinção de classe: em consequência quando mesmo houvesse quem dessa época indicasse ao certo o lugar da sepultura, era quase que fora de dúvida que a ossada encontrada seria de outro indivíduo que não o senhor Taunay. É tudo quanto a respeito pude colher de pessoas bem informadas.

Temos assim, a evidência, que o jovem Alfredo Taunay e seus familiares haviam se esforçado pela descoberta do túmulo de Adriano nos anos que se sucederam à guerra. Esses esforços não apenas haviam sido baldados como pareciam colocar em questão a própria versão da carta de Riedel. Fica também evidente que as notas do major João de Olivera Mello (1876) faziam parte desse mesmo esforço de reconstituição do cenário daquela tragédia e dos seus pormenores.

O historiador J.J. Reis nos ajuda em parte a compreender essa busca incessante, ao nos ensinar que, no imaginário sobre a morte do século XIX, a morte por afogamento era considerada a pior das mortes. Aquele infeliz cujo corpo não pudesse ser encontrado, ficaria vagando, qual alma penada, o que se tornava ainda mais dramático, no caso em tela, pela hipótese nunca reconhecida, mas também nunca suficientemente negada, do suicídio.

A presença do corpo, sua recuperação eram essenciais para que fossem enterrados em lugar sagrado. O enterramento nas igrejas era, por suposto, a garantia do mais sagrado dos lugares, tanto por que garantia a proximidade física entre o falecido e as imagens sagradas possibilitava um simulacro da proximidade desejada, de forma que “a igreja era uma das portas de entrada do Paraíso”. Da mesma forma, as igrejas eram espaços de ligação entre o mundo dos mortos e o mundo dos vivos, pois para que estes, em suas orações, não esquecessem os que haviam partido. Os mortos se intalavam nos mesmos templos que tinham frequentado ao longo da vida” (REIS 1991, p. 171).

Emmanuel Fureix, estudioso das transformações dos ritos fúnebres na França do século XIX nos fala, por sua vez, desse *exílio do morto* por conta da criação dos cemitérios.

Na história da morte, o deslocamento dos cemitérios para fora das muralhas não significa apenas o triunfo do higienismo e de uma morte suavizada: ele faz enfim coincidir no espaço do monumento, suporte da memória, e o lugar de enterramento, suporte do cadáver. O defunto se torna um morto invisível mas localizado, um “morto lá” [...] A memória dos mortos transforma-se, de abstrata em monumental. A decoração do cemitério, túmulos alegóricos, inscrições, mas também os gestos de homenagem e de comemoração que aí se realizam fazem dele então um possível espaço cívico e político (FUREIX 2009, p. 74).

A “ilustre vítima” que povoa esse ensaio histórico, à luz dessas preciosas sugestões, padece de todas as trágicas dimensões do exílio – a morte por afogamento, a mutilação do corpo e o enterro, longe da terra natal (a França) e da pátria familiar e espiritual, o sítio da Cascatinha, na Tijuca.

O resgate dessa condição não passa mais pela contemplação das ruínas, na chave romântica, mas pela interrogação do que elas representam, através do trabalho de desconstrução e reconstrução próprio do historiador, que exigirá um constante movimento de aproximação e distanciamento entre Alfredo e Adriano, dando um significado muito peculiar a esse curioso “ensaio histórico”, escrito sob o influxo desse momento “propício à história” que foi a passagem da monarquia à república.

A exumação real que fora intentada em 1867 será agora realizada, através do texto, pois o que se impõe é, de um lado, encontrar o exato lugar do enterro de Adriano e exumar também os vestígios daquilo que ele, exímio pintor que era, deixou como último testemunho escrito. Era preciso tirar do esquecimento o palácio, suas alfaias, os retratos de D. João e D<sup>a</sup>. Carlota, os afrescos, tudo aquilo que ele narrara com o sentimento de um herdeiro que viesse na posse de sua herança. Era preciso comprovar que ele não morrera na obscuridade, mas que tivera um funeral tão importante quanto o de um Vice-Rei, como afirmara o testemunho ocular do velho Cardozo Guaporé.

A solução do enigma, no texto, é repleta de possibilidades sugestivas. Nosso autor vai encontrá-la na narrativa de João Severiano da Fonseca *Viagem ao redor do Brasil, 1875-1878* (FONSECA 1880-1881), publicada em 1880. Que força comprobatória maior poderia haver para esse *estudo histórico* do que as palavras de um estudioso que era irmão do próprio presidente de República, o Marechal Deodoro da Fonseca? Nesse livro, Alfredo Taunay vai encontrar, em longas e belas descrições, todos os pormenores que estavam presentes na carta de Adriano e no testemunho oral de Cardozo Guaporé. Lá estavam os afrescos, as pinturas a óleo, as alfaias, os lambrequins, as cenas que faziam combinar as evocações clássicas (Enéas e Dido), uma Hebe, e os retratos reais. O autor se compraz em transcrever longamente as descrições, parando e comentando a cada passo, comprazendo-se em encontrar, por fim a comprovação triunfante da investigação que por tanto tempo encetara.

36

Aliás, tudo quanto me narrara o velho preto vi, com verdadeira emoção, confirmado de modo bem expressivo e singular no livro do Sr. João Severiano: o lampadario de Casalvasco lá está mencionado; até o *passo* do Algre, tão poético e procurado para os *pic-nics* daqueles tempos, os *convescotes*, conforme o neologismo proposto; tudo, sem esquecer as queixas dos matogrossenses contra os cuiabanos, suas tentativas de resistência e nem mais nem menos de separação, e o rancor desde então consagrado à cidade, que despojou de todas as regalias a antiga capital daqueles fundos sertões (TAUNAY 1891, p. 75, grifo do autor).

Confirmação fiel das descrições da cidade e do seu palácio, a obra de João Severiano da Fonseca. Ele soluciona também, de forma cabal, o enigma do lugar do sepultamento de Adriano.

Da capela de Santo Antonio, aquele poético tempo rodeado de tão falado laranjal, conforme nos referira Riedel e cantado pelos dois poetas fraternos, nos dá o Sr. João Severiano valiosa notícia [...] E agora mais

aumenta a minha emoção – e assim consiga eu passá-la ao leitor – pois o ilustre viajante vai referir-se ao ente que inspirou tudo quanto tenho até agora escrito, como que na obsessão de um compromisso triste e grave que eu tinha de desempenhar. No chão dessa capela, calçada de tumbas rasas, estão, de um lado e do outro da capela mór, duas sepulturas, e uma delas é de meu tio, o tão chorado Amado Adriano Taunay “jovem e malogrado artista, diz o Sr. Dr. João Severiano, que em vez de colher os louros e as glórias de seu pai, das quais era legítimo herdeiro, veio, aos 24 anos de idade, morrer desastrosamente no porto do Guaporé”.

E aqui me detenho por um pouco, agradecendo de coração ao distinto escritor a honrosa referência que faz à minha família, como homenagem aquele mancebo finado em paragem tão longe do centro de civilização em que vira primeiro a luz do dia (TAUNAY 1891, p. 78).

O texto guarda ainda mais uma curiosa e reveladora surpresa – a identidade daquele que ocupava a outra sepultura, do outro lado da capela-mór. Este era nada menos do que Ricardo Franco, o responsável pela demarcação da sensível fronteira do Guaporé, o responsável pela defesa do Forte Coimbra, em 1801.

Do lado direito da capela de Santo Antonio dos Militares, diz-nos o Sr. Dr. João Severiano da Fonseca, se vê outra sepultura, em cujo tampo de madeira está inscrito o seguinte epitáfio:

RFAS  
Cte do R C D E  
Que gloriosamente defendeu Coimbra  
Em 1801  
& no mesmo lugar faleceu  
Em 21 de Janeiro de 1809  
Aqui jaz sepultado  
(TAUNAY 1891, p. 78).

37

O tom quase épico com que Alfredo Taunay nos comunica essa descoberta, e as páginas que ela dedica a explicar o traslado do herói de Coimbra para o sepultamento em Vila Bela, nos sugerem que o lugar do jazimento de Adriano sofria aqui, também, uma profunda re-significação. O morto não estava mais distante, exilado, ele jazia como herói e sua morte se tornava, de certa forma, uma consagração na história nacional.

A breve conclusão que podemos chegar no final da leitura e da reflexão sobre esse longo e complexo *Estudo Histórico* é que as ruínas que aqui são revisitadas demarcam uma aproximação mas também uma distância entre o topos romântico (da meditação) para o procedimento da interrogação metódica, mais própria do ofício do historiador. As ruínas, vestígios materiais do passado, sobrevivem aqui pelo texto, e são revividas e ressignificadas através dele. Elas desapareceram, mas as palavras sobreviveram e ganharam vida pelo trabalho do narrador. Elas são também suportes de múltiplas temporalidades – o projeto ilustrado, a defesa da fronteira do Império Português, o combate entre a natureza e a civilização, o lugar da juventude, da aventura, da tragédia, mas também o lugar dos episódios e dos homens esquecidos da Guerra do Paraguai.

Resgatada de seu exílio, a “vítima”, se torna “ilustre”. Monumentalizada, a morte vira memória histórica, nesse trabalho de exumar Adriano, resgatar seu corpo do exílio, para sepultá-lo, novamente, no panteão nacional. A inserção de múltiplas camadas de tempo na interrogação das ruínas articulam o movimento contraditória de conjurar e reencontrar Adriano, de identificar-se e distinguir-se, de exumar e voltar a sepultar. É possível sugerir que é ele que circunda e viabiliza o enfrentamento das *Memórias*, que começa em paralelo com a publicação do *Ensaio*. Nesse tempo “propício à História” que foi a primeira década republicana, essa foi a maneira encontrada por Taunay para refletir sobre a morte e sobre o tempo, entretecendo a memória familiar, a memória da guerra, a escrita de si e construindo uma contribuição peculiar para a escrita da história.

### Referências bibliográficas

ALONSO, Angela. **Joaquim Nabuco**: os salões e as ruas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. **Novos estudos**, n. 85, p. 131-148, 2009.

ARAÚJO, Valdeí Lopes. Política como história, como literatura: Um estadista do Império. In: ROCHA, João Cezar de Castro; ARAÚJO, Valdeí Lopes de Araujo (Org.). **Nenhum Brasil existe**: pequena enciclopédia. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003, p. 303-312.

38

BAREL, A. B. D. **Um Romantismo a Oeste**: Modelo Francês, Identidade Nacional. São Paulo: Annablume, 2002.

CASTRILLON-MENDES, Olga Maria. Taunay viajante: uma contribuição para a historiografia literária brasileira. **Revista do IEB**, n. 46 p. 217-240, 2008.

CÉSAR, G. Historiadores e críticos do romantismo: a contribuição europeia, crítica e história literária. Rio de Janeiro: LTC; São Paulo: USP, 1978.

CHATEAUBRIAND, F. R. de. Mémoires d’outre-tombe (1848). Paris: Gallimard; Bibliothèque de la Pléiade, II, 1952.

CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e Tratado de Madri. *Revista de História*, v. 1, n. 4, p. 437-452, 1950.

COSTA, Maria de Fátima. Aimé-Adrien Taunay e os registros dos índios Bororo. **Escrito - Revista da FCRB**, ano VI, n. 6, p. 235-246, 2012.

\_\_\_\_\_. Aimé-Adrien Taunay: um artista romântico no interior de uma expedição científica. **Fênix, Revista de História e Estudos Culturais**, v. 4, ano IV, n. 4, 2007.

\_\_\_\_\_; DIENER, Pablo. Bastidores da Expedição Langsdorff,.Cuiabá: Ed. Entrelinhas, 2014.

COSTA, Wilma Peres. Joaquim Nabuco, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império. **Ideias**, v. 2, p. 5-30, 2001.

- DIAS, Elaine. Paisagem e academia: Félix-Émile Taunay e o Brasil (1824-1851). Campinas: Ed. Unicamp, 2009.
- ENDERS, Armelle. "O Plutarco brasileiro". A produção de vultos nacionais no segundo reinado. **Estudos Históricos**, v. 14, n. 25, p. 41-62, 2000.
- FLORENCE, Hercules. A expedição do cônsul. Langsdorff no interior do Brasil. **RIHGB**, tomo XXXVIII, n. 1, p. I, 355-469, 1985. (Com continuação nos números seguintes).
- FONSECA, João Severiano da. **1836-1897**. Viagem ao redor do Brasil, 1875-1878, Rio de Janeiro: Pinheiro, 1880-1881.
- FUREIX, E. **La France des Larmes, La France des larmes**. Deuils politiques à l'âge romantique (1814-1840). Paris: Champ Vallon, 2009.
- GOELDI, Emilio. **Ensaio sobre o Dr. Alexandre R. Ferreira**: mormente em relação as suas viagens na Amazonia e sua importancia como naturalista. 1895. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221755>.
- GUIMARÃES, L. M. P. O periódico de uma 'société savante': a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889). **ArtCultura**, v. 14, p. 35, 2013.
- \_\_\_\_\_. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.
- \_\_\_\_\_. A disputa pelo passado na cultura oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). **Nação e cidadania no Império**: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 1, p. 93-122, 2007.
- HARDMAN, F. F. Euclides da Cunha, brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides. **Estudos Avançados**, v. 10, n. 26, p. 293-310, 1996.
- KANTOR, Íris. 2007. Usos diplomáticos da Ilha Brasil polêmicas cartográficas e historiográficas. **Varia história**, v. 23, n. 37, p. 70-80, 2007.
- LIMA, Valéria Alves de. **Academia Imperial das Belas-Artes**: um projeto político para as artes no Brasil. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- MARETTI, M. L. L. **O Visconde de Taunay e os fios da Memória**. São Paulo. Ed. Unesp, 2006.
- MARQUESE, R. B. (Org.). **Manual do agricultor brasileiro**: Carlos Augusto Taunay. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MONTENEGRO, José Arthur. **Guerra do Paraguai**: memórias de Mme. Dorothea Duprat de Lasserre. Rio Grande: Livraria Americana, 1893.
- NABUCO, Carolina. **A vida de Joaquim Nabuco**. São Paulo: CEN, 1928.



NABUCO, Joaquim. **Escritos e discursos literários**. Rio de Janeiro; Paris: Garnier, 1901.

\_\_\_\_\_. **Um estadista do Império**: Nabuco de Araujo: sua vida, suas opiniões, sua época. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1899-1900.

PEDROSA, Mário. Da missão francesa: seus obstáculos políticos. In: ARANTES, Otília (Org.). **Acadêmicos e modernos**. Textos Escolhidos III. São Paulo, Edusp, 1988.

PUNTONI, Pedro. A Confederação dos Tamoyos de Gonçalves de Magalhães: a poética da história e a historiografia do império. **Novos Estudos**, v. 45, p. 119-130, 1997.

REIS, J. J. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Relação histórica de uma oculta e grande povoação antiqüíssima, sem moradores, que se descobriu no anno de 1753, nos sertões do Brasil; copiada de um manuscrito da Bibliotheca Publica do Rio de Janeiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**, v. 1, n. 3, p. 193-200, 1839.

SCHWARCZ, Lilia. **O sol do Brasil**: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

40

SILVA, Dazio Gil Bernardino (Org.); KOMISSAROV, Bóris N. *et al.* (Ed.). **Os Diários de Langsdorff**. Tradução Márcia Lyra Nascimento Egg and others. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff. Rio de Janeiro: Fricruz, 1997.

STENDHAL. **Vie de Henri Brulard**. Nouvelle édition augmentée. Arvensa Editions, 2015 [1891].

SUSSEKIND, Flora. Palavras loucas, orelhas moucas: os relatos de viagem dos românticos brasileiros. **Revista USP**, n. 30, p. 94-107, 1996.

\_\_\_\_\_. **O Brasil não é longe daqui**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TAUNAY, Affonso. **A Missão Artística de 1816**. Rio de Janeiro, MEC, 1956.

\_\_\_\_\_. **Memórias do Visconde de Taunay**. São Paulo: Melhoramentos, 1948.

\_\_\_\_\_. Viagem de regresso de Matto Grosso à Corte. **RIHGB**, t. XXXII, p. 5-51, 1869.

\_\_\_\_\_. Relatório geral da comissão de engenheiros junto às forças de Mato Grosso (1865-1866). **RIHGB**, t. XXXVII, p. 79-177 e 209-339, 1874.

\_\_\_\_\_. A cidade do Matto Grosso, Villa Bella, o rio Guaporé e sua mais illustre vítima. **RIHGB**, t. LIV, 1891.

VENAYRE, Sylvain. Le voyage, le journal et les journalistes au xixe siècle. **Le Temps des médias**, v. 1, n. 8, p. 46-56, 2007.

VOLNEY, C. F. C. **As ruínas, ou meditação sobre as revoluções dos impérios**. Lisboa: Typ. de Desiderio Marques Leão. Tradução de Pedro Cyriaco Silva, 1822.

# Ramiz Galvão, historiador e bibliotecário: práticas e lugares da produção historiográfica no Brasil de fins do século XIX e início do século XX\*

Ramiz Galvão, historian and librarian: Practices and places of historiographical production in Brazil from the end of the 19<sup>th</sup> century to the beginning of the 20<sup>th</sup> century

---

**Adriana Mattos Clen Macedo**

adrianaclen@yahoo.com.br  
Professora adjunta A  
Universidade de Brasília  
SQN 402, bloco A, apto. 304, Asa Norte  
70834-010 - Brasília - Distrito Federal  
Brasil

**Ana Paula Sampaio Caldeira**

anapaula.sampaiocaldeira@gmail.com  
Professora adjunta I  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Rua Sena Madureira, 404, apto 203, Bairro Ouro Preto  
31340-000 - Belo Horizonte - Minas Gerais  
Brasil

---

42

## Resumo

Este artigo parte das questões propostas por Michel de Certeau em seu texto "A operação historiográfica" para examinar a escrita da história no Brasil entre as décadas de 1870 e 1930. Um intelectual específico desse período, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, nos servirá como fio condutor para essa análise. Embora não ocupe hoje lugar de destaque no panteão dos historiadores nacionais, Ramiz Galvão foi, em sua época, um intelectual-chave e uma referência pela sua atuação em diversas instituições de saber do Império e da República, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Biblioteca Nacional. Analisando justamente a atuação desse agente nessas instituições, procuraremos ressaltar dois aspectos: em primeiro lugar, como a tarefa de compor um passado para a nação brasileira na virada do século XIX para o século XX envolvia diversas práticas, agentes e espaços; e, em segundo lugar, como sua figura é representativa de uma mudança nas regras do fazer historiográfico, mudanças essas que nos ajudam a compreender o próprio lugar que esse intelectual ocupa na memória disciplinar.

## Palavras-chave

Operação historiográfica; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; escrita da história; intelectuais.

## Abstract

This paper takes the issues proposed by Michel de Certeau in his text "The Historiographical Operation" to analyze the writing of Brazil's history between the 1870's and the 1930's. A particular intellectual of this period, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, will be our guide for this analysis. Although he does not currently hold a central position in the pantheon of national historians, at his time Ramiz Galvão was a key-intellectual and a reference for his work in several knowledge institutions during the imperial and republican periods, such as the Brazilian Institute of History and Geography and the National Library. By analyzing his performance in these institutions, we seek to highlight two aspects: first, how the task of writing a past for Brazilian nation in the transition from the 19<sup>th</sup> century to the 20<sup>th</sup> century encompassed several practices, agents and places; and second, how he is representative of a change in the rules of historiographical *modus operandi*. This change helps us understand why he holds a position in the discipline memory.

## Keywords

Historiographical operation; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Writing of history; Intellectuals.

---

Recebido em: 20/10/2016

Aprovado em: 28/11/2016

\* Esta pesquisa contou com financiamento da Faperj.

Qualquer trabalho que pretenda formular interrogações sobre a escrita da história em suas múltiplas dimensões dificilmente poderá fazê-lo sem se deparar com a obra de Michel de Certeau. Autor bastante lido entre os historiadores brasileiros, os livros de Certeau abriram caminhos para um universo amplo de pesquisas, que pode ser condensado, de acordo com Eric Maigret, em três grandes direções: a epistemologia da história, a sócio-anthropologia das religiões e as teorias da ação e recepção (MAIGRET 2000).

Neste artigo, partiremos da reflexão proposta por Certeau acerca dos fundamentos da "operação historiográfica" para pensar a escrita da história no Brasil das últimas décadas do século XIX e primeiras do XX. Como se sabe, a compreensão da historiografia como uma "operação" permite considerar sua relação com um lugar de produção que lhe submete imposições, ao mesmo tempo em que possibilita o próprio trabalho do historiador. É justamente nesse lugar social que as regras da produção historiográfica se sobrepõem ao profissional da história e legitimam seu texto. Espaço em que se realiza uma espécie de "contrato" entre os historiadores e seus pares, o lugar social pode ser entendido, de maneira mais circunscrita, como a instituição de saber que permite e limita, silenciosamente, as regras do jogo "historiográfico" – o que significa, em última instância, validar quem é ou não historiador, bem como o que pode ou não pode ser considerado como obra historiográfica.

Lugar social é um conceito crucial no pensamento de Certeau, que, em alguma medida, dialoga com autores como Michel Foucault e suas reflexões acerca das regras de formação dos discursos (FOUCAULT 1997; 2010). Tal discussão permite, inclusive, dimensionar as atividades de pesquisa e ensino exercidas pelos historiadores nos dias atuais, bem como seu papel como agente que confere presença ao passado e que, por isso, tem um compromisso ético com a sociedade. Afinal de contas, na operação que realiza, o historiador enterra os mortos de uma sociedade e, paralelamente, estabelece um lugar para os vivos. Assim, a atualidade de Certeau passa, entre outras questões, pela reflexão acerca da subjetividade do historiador, pela atenção conferida à dimensão ética do seu trabalho e, também, pela necessidade de entender o significado que a historiografia como prática possui numa dada sociedade (CERTEAU 1982, p. 65-109).

Gostaríamos de nos centrar, em especial, nesse último ponto. No Brasil da virada do século XIX para o XX, momento em que ainda não existiam os cursos universitários de história, as regras do discurso historiográfico e o lugar por excelência para o desenvolvimento de uma escrita e reflexão sobre o passado remetiam para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), instituição que foi e continua sendo objeto de diversos estudos sobre a escrita da história no Brasil oitocentista.<sup>1</sup> Sem negar a centralidade do IHGB na definição do que era

<sup>1</sup> Muitos são os trabalhos que se dedicaram a pensar a escrita da história no interior do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vale ressaltar o estudo pioneiro de Manoel Salgado Guimarães (1988; 2011), além dos trabalhos de Temístocles César (2003; 2004) e Lúcia Paschoal Guimarães (1995; 2005; 2006a; 2006b). Estes três autores, além de terem desenvolvido suas próprias pesquisas sobre o IHGB, também orientaram importantes trabalhos que tomaram o Instituto Histórico e alguns de seus membros como objeto de estudos.

ser historiador naquele momento e na delimitação das tarefas que compunham esse ofício, temos como principal objetivo abordar o fazer historiográfico a partir de outras atividades e instituições imersas na tarefa de estabelecer os contornos da história nacional. Estas, particularmente, eram lugares de produção historiográfica que também ajudavam a caracterizar a identidade historiadora e o significado de se produzir história no Brasil no período aqui recortado.

Tomaremos como fio condutor de nossa análise um personagem específico, Benjamin Franklin Ramiz Galvão. Embora não ocupe, hoje, lugar de destaque no “panteão” dos historiadores nacionais, esse letrado foi um intelectual-chave e uma referência em sua época pela atuação em diversas instituições de saber imperiais e republicanas, como o próprio IHGB, mas também a Biblioteca Nacional (BN), o Colégio Pedro II e a Academia Brasileira de Letras (ABL). Nascido no Rio Grande do Sul em 1846, Ramiz Galvão mudou-se para o Rio de Janeiro ainda criança. Em sua juventude, como aluno do Colégio Pedro II, começou a tecer sua rede de sociabilidades e se tornou conhecido do Imperador, que costumava frequentar os exames finais daquela que era uma das principais instituições imperiais de ensino. Em 1870, aos 24 anos, foi nomeado pelo próprio monarca para dirigir a Biblioteca Nacional. Também pelas mãos de D. Pedro II, em 1872 assumiu o posto de sócio do IHGB, tendo exercido, ao mesmo tempo, essas duas funções e o magistério. Permaneceu na Biblioteca Nacional até 1882, desenvolvendo um projeto de modernização da instituição, o que fez da passagem pela BN uma marca em sua biografia. Já atuante no IHGB durante o Império, foi na República que passou a ocupar cargos estratégicos naquela Casa, tornando-se diretor da *Revista do IHGB* e orador perpétuo do Instituto. Morreu em 1938, aos 92 anos.

44

Tanto no Instituto Histórico quanto na Biblioteca Nacional, Ramiz Galvão foi alguém que arregimentou projetos, coordenou pessoas e atuou como historiador. Tornou-se, portanto, um nome bastante exemplar da diversidade das práticas e dos lugares de produção historiográfica no Brasil de sua época, como veremos adiante.

### **Um historiador na Biblioteca Nacional**

“Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em documento certos objetos distribuídos de outra maneira” (CERTEAU 1982, p. 81). Com essa afirmação, Michel de Certeau remete ao intrincado processo em que objetos de diversos tipos são transformados em fontes históricas: materiais que, em sua época, foram produzidos com uma finalidade, mas que, ao serem separados e reunidos, são transformados em acervos para o historiador. Se a moderna escrita da história está assentada em fontes e no trabalho em arquivo (elementos que vieram substituir a autoridade que alguns autores clássicos tinham quando a história era concebida de uma maneira mais próxima da retórica), isso não significa dizer que a constituição de acervos e de coleções seja algo que data da disciplinarização da história, no século XIX. Como nos mostram os trabalhos de Arnaldo Momigliano (2004; 2014), Anthony Grafton (1998), Blandine Kriegel (1988) e do próprio Michel de Certeau, tal prática, bem como o método de crítica documental, remetem à tradição antiquária e erudita.

Embora tenha sido posta à margem quando da construção de uma memória disciplinar, essa tradição legou à história com pretensões científicas justamente o cuidado com as fontes e a formação de conjuntos documentais.

Ao mesmo tempo, e de modo associado, museus, arquivos e bibliotecas tornaram-se, durante o século XIX, espaços por excelência de salvaguarda e proteção de documentos que foram patrimonializados e entendidos como testemunhos de um passado nacional comum a uma determinada coletividade. Por outro lado, como lembra Arlette Farge, trata-se de um processo que se assenta também na ausência e na falta, na medida em que é fruto de uma seleção que permitiu que certos materiais sobrevivessem ao tempo, enquanto outros foram legados ao esquecimento, ou mesmo ao desaparecimento (FARGE 1989). Certamente, esse balanço entre a lembrança e o esquecimento continua ainda hoje sendo constitutivo do trabalho do historiador, que seleciona os documentos que interessam às suas pesquisas. Assim, ao chamarmos a atenção para esse movimento que envolve a constituição de arquivos, como também de práticas que caracterizam o fazer do profissional da história, gostaríamos de destacar uma questão geral e outra mais específica, que servem aos interesses deste artigo.

A primeira delas diz respeito à forma como foi concebido o ofício do historiador a partir da constituição da história como disciplina: um ofício, como dito acima, profundamente marcado pelo trabalho com as fontes e os testemunhos de uma época, os quais passaram por um processo de mudança de estatuto, envolvendo práticas de seleção e de organização até se constituírem como arquivos. Ao atentar para esse ponto, Certeau parece chamar a atenção para a dimensão histórica do próprio trabalho desse profissional e para a necessidade de considerar o processo pelo qual os acervos são constituídos.<sup>2</sup> Disto decorre a segunda questão que gostaríamos de destacar, a qual diz respeito ao personagem aqui estudado. Se há algo que caracterizou a atuação de Ramiz Galvão como diretor da Biblioteca Nacional, esse traço foi o seu empenho em organizar arquivos e constituir coleções documentais, elemento central em seu projeto de fazer da BN uma instituição não só de salvaguarda de acervos, como também um espaço a serviço dos historiadores.

Durante a gestão de Ramiz Galvão, um de seus principais objetivos foi tornar a Biblioteca um ambiente útil para os intelectuais da Corte. Assim, era necessário que a Casa assumisse que, junto a armazenar livros, manuscritos e materiais iconográficos, uma de suas funções precípuas fosse auxiliar investigações e estudos de toda natureza. Para isso, ele trabalhou para que a instituição modernizasse seu sistema de funcionamento e, sobretudo, se dedicou a levar adiante um projeto de organização interna da biblioteca e de disponibilização de seu acervo a um público de especialistas. Nesse sentido, os

<sup>2</sup> Paul Ricoeur, trabalhando de maneira própria com a noção de operação historiográfica, também parece chamar a atenção para essa questão, especialmente quando considera o processo que leva do testemunho à prova documental, começando na memória declarada, passando pelo arquivo e chegando, enfim, à prova. É justamente aí, segundo Ricoeur, que a história se diferencia da memória, na medida em que objetiva os testemunhos, transformando-os em documentos, o que significa passar pelo crivo da verificação e da autenticidade (RICOEUR 2007; DOSSE 2010).



novos regulamentos da BN, que entraram em vigor a partir de 1876, dividiram-na em três seções: impressos e cartas geográficas, manuscritos e estampas. O mais importante, porém, foi a criação, no mesmo ano, de um veículo editorial para servir de meio de divulgação dos documentos ali existentes: os *Anais da Biblioteca Nacional*. A publicação desse periódico acabava por coroar aquilo que seria, para Ramiz, a sua função como bibliotecário. Mas caracterizava também a sua prática como historiador em exercício na BN, pois cabia a ele desenterrar os tesouros esquecidos, organizá-los, arquivá-los e, por fim, trazê-los a público para que possibilitassem toda a sorte de pesquisas. Portanto, era atribuição do bibliotecário ser ainda um editor:

Ele [o bibliotecário] examina, ordena e classifica como o naturalista; ele compara os textos, e decide a primazia, como o crítico; restaura os monumentos injustamente esquecidos e exuma as relíquias do passado como o arqueólogo [...]; arquivava, comenta e ilumina de notas as obras hodiernas para auxiliar as investigações do futuro, dá o fio de Ariadne a toda a sorte de pesquisas [...]; ao literato fornece e aponta os modelos e as fontes, ao sábio faculta os anais das academias, ao artista os materiais da composição, ao político os documentos da administração dos Estados; em suma, não há trabalhador no imenso campo da ciência profana ou sagrada ou no domínio das artes, a quem ele não preste o seu braço, não há monumento literário de vulto, para cuja construção ele não concorra com pedras angulares (GALVÃO 1887, p. 108).

## 46

Como editor dos *Anais da Biblioteca Nacional*, Ramiz Galvão conduziu esse periódico de maneira a sintonizá-lo em um projeto de biblioteca, definindo de maneira bastante clara os objetivos da publicação. Primeiramente, pretendia-se com ela formar um cânone das grandes coleções existentes na BN.<sup>3</sup> Esse objetivo expandiu-se e consolidou-se quando os *Anais* publicaram, em 1881, o *Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil*, com um levantamento inédito de documentos pertencentes a diversas instituições e particulares. Responsável tanto por um quanto pelo outro, os *Anais* e o *Catálogo*, Ramiz atuou não só na organização que conferiu significado ao acervo existente na Biblioteca, como também na definição e patrimonialização dos documentos tidos por indispensáveis para o estudo da história pátria. Assim, a partir do lugar que ocupava na BN, ele teve um papel central na publicização e divulgação de determinados documentos, esperando, com isso, elucidar pontos acerca do passado nacional e alinhar o periódico com as demandas de uma escrita da história pautada em fontes.

Mas, podemos falar ainda de uma terceira função envolvendo os *Anais da Biblioteca Nacional*: a de promover, dentro e fora do país, a própria Casa, inserindo-a na comunidade científica e letrada internacional, dando legitimidade

<sup>3</sup> Os *Anais da Biblioteca Nacional* publicavam não apenas documentos relativos à história pátria, dando prioridade aos manuscritos, mas também estudos, em sua maioria assinados pelos funcionários da instituição. O periódico teve também um papel muito importante na formação de um cânone das principais coleções da BN, como o acervo do abade Diogo Barbosa Machado e as cartas do padre José de Anchieta, além da coleção Camoneana e a de Alexandre Rodrigues Ferreira, todas elas catalogadas e analisadas em suas páginas. Eram publicadas ainda traduções (como a que Batista Caetano Almeida Nogueira fez de um manuscrito em língua guarani), trabalhos acerca de "estampas curiosas" existentes no acervo e estudos bibliográficos. Para uma análise mais detalhada acerca dos *Anais da Biblioteca Nacional*, ver: Caldeira (2016).

ao trabalho realizado ali dentro e construindo sua imagem como espaço de saber e investigação que, inclusive, permitiria ao Brasil acompanhar o movimento científico, literário e histórico das nações mais adiantadas. É justamente aí que reside a articulação entre o empreendimento editorial dos *Anais*, o projeto de biblioteca pensado por Ramiz Galvão e um projeto mais amplo de nação moderna, que envolvia outras instituições.

Nesse sentido, a passagem citada acima, escrita pelo próprio Ramiz, é reveladora da forma como ele mesmo dava sentido ao trabalho que realizava no interior da BN. Ele é preciso quanto à centralidade da ação de certo tipo de investimento intelectual: “subterrâneo”, como todo bom alicerce de uma sólida construção. Com profissionais qualificados, novos estatutos e a publicação dos *Anais*, o diretor buscava fazer da Biblioteca Nacional um local de pesquisa histórica e uma instituição guardiã e difusora do passado nacional, presente na materialidade dos documentos que possuía e que, desde 1876, passavam a ser publicados. Lidar com estes documentos, estudá-los, classificá-los e catalogá-los não era trabalho para qualquer um, mas requeria alguém que tivesse uma formação que o capacitasse para aquele serviço. Não por acaso, Ramiz Galvão buscou reformular seus quadros, formando uma equipe de trabalho que contava com nomes como Capistrano de Abreu, Alfredo do Vale Cabral, João Saldanha da Gama e José Alexandre Teixeira de Melo.

Como não podemos esquecer, Ramiz também fazia parte do IHGB. Isso significa dizer que ele estava familiarizado com as leituras e propostas daquele que era então o espaço de legitimação da escrita da história no Brasil. Mais ainda, estava também atento à aquisição de documentos históricos e à centralidade desse tipo de material para o trabalho do historiador. Como vimos, ele assumiu o posto na BN e entrou para a agremiação quase no mesmo momento, tendo as duas instituições como espaços privilegiados na sua formação como historiador – ainda que sua atuação mais forte no espaço do IHGB viesse a se dar somente a partir da República. Entendemos que, durante a década de 1870, o Instituto Histórico era para ele um lugar a partir do qual ganhava referenciais para exercer seu papel como historiador, enquanto a BN era o ambiente em que essa função efetivamente se exercia, mesmo porque o trabalho ocupava boa parte de seus dias, praticamente exigindo dele exclusividade. Ou seja, entendemos que foi nos salões da Biblioteca que ele se fez historiador, no trabalho cotidiano, realizado em equipe, com os documentos, na atuação como editor de obras e promotor de eventos, nos estudos que possibilitava e encomendava e na tarefa de divulgar o Brasil para os brasileiros e os estrangeiros. Se ao final de sua vida Ramiz já era visto como um intelectual “antiquado”, nas décadas de 1870 e 1880 podemos dizer que suas ações representavam a modernidade dos estudos históricos no país.

Assim, tomando de empréstimo uma expressão utilizada por José Honório Rodrigues ao se referir ao momento em que Capistrano de Abreu atuou como oficial da Biblioteca Nacional, consideramos a BN uma espécie de “laboratório da história” para um intelectual como Ramiz Galvão (RODRIGUES 1954, p. XXXIX-XL). Concebida como um espaço de produção de conhecimento, era nela que

Ramiz Galvão e todo o grupo de funcionários coordenado por ele atuavam como os “especialistas” que faziam esse laboratório funcionar, testavam possibilidades, desenvolviam projetos e colocavam procedimentos em prática. Mais do que organizar um arquivo, a equipe se empenhou em formar esse arquivo, selecionar e estabelecer uma ordem para os rastros do passado, colocando-os a serviço de alguém, o profissional da história.

É importante destacar que fazer da BN um espaço afinado com as demandas do moderno conhecimento histórico não significava, de modo algum, a intenção de rivalizar com o IHGB. Pelo contrário: o objetivo era ter com ele uma relação dialógica. Ambas as instituições, juntas, possibilitariam a escrita de uma história nacional e promoveriam o Brasil para os brasileiros e os estrangeiros. Nesse contato e na circulação pelos dois espaços, as relações mantidas no interior do Instituto poderiam fortalecer os projetos de Ramiz Galvão na BN.

### Um bibliotecário no IHGB

A validação dos métodos empregados por Ramiz Galvão em trabalhos classificatórios, desde a organização de catálogos e exposições na Biblioteca Nacional, alcançou seu ponto máximo com uma série de publicações e congressos fomentados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, já no século XX. O bibliotecário tinha se afastado das atividades na agremiação um pouco antes de 1882, quando foi nomeado para o cargo de preceptor dos príncipes imperiais. Só em 1909 retomou com regularidade suas tarefas no Instituto, após a sua eleição como sócio efetivo, já sob a presidência do Barão do Rio Branco. Três anos depois, ele teve uma ascensão progressiva, assumindo a vaga de orador perpétuo, a direção da *Revista do IHGB* e a coordenação de diversos projetos acadêmicos.

Nesse mesmo momento, o Instituto passava por uma renovação interna, graças à atuação de três intelectuais que formavam uma espécie de “trindade” dentro da Casa: o presidente Afonso Celso, o secretário Max Fleiüss e o orador Ramiz Galvão.<sup>4</sup> Eles teriam orientado todas as estratégias de atuação da agremiação entre 1912 e 1938 e poderiam ser caracterizados pelas suas posições a um só tempo conservadoras e progressistas. Conforme Lucia Maria Paschoal Guimarães (2006b, p. 62-3), “reformadores, eles inovavam sem romper com o passado e suas tradições. Patriotas extremados, faziam sucessivas profissões de fé no futuro do país”.<sup>5</sup> Sobre as atividades específicas de Ramiz na agremiação, Guimarães afirma que “suas contribuições à historiografia são bastante restritas”, posição particularmente justificada pelas avaliações do historiador e

<sup>4</sup> A ideia de uma “Trindade do Silogeu”, que modificou o perfil do IHGB após o fim do mecenato imperial e, com isso, sustentou as iniciativas acadêmicas, foi discutida por Lúcia Maria Paschoal Guimarães. Para a autora, os empreendimentos de grande porte como o Primeiro Congresso de História Nacional (1914), o *Dicionário Histórico, Etnográfico e Geográfico do Brasil* (1915-1922) e a concepção de uma Faculdade de Filosofia e Letras (1916-1921) foram sinais das novas práticas historiográficas e do conhecimento histórico produzido pela instituição, que, em sua análise, estão relacionadas à reabilitação da Revolução Pernambucana (1817) e à descoberta dos originais da *História da Independência*, de Francisco Adolfo de Varnhagen (que seria publicada pela primeira vez em 1916, na própria *Revista do IHGB*) (Cf.: GUIMARÃES 2006b).

<sup>5</sup> Em seu estudo acerca do IHGB durante o período republicano, Hugo Hruby procura matizar um pouco essa ideia, que associa o soerguimento do IHGB às presidências de Rio Branco e Afonso Celso. Ele destaca como a ampliação do ritmo de trabalho no interior da instituição já poderia ser percebida desde a gestão de Olegário Herculano de Aquino e Castro, entre 1891 e 1906 (HRUBY 2009).

crítico literário Wilson Martins e pela valorização do perfil de bibliófilo e erudito que conquistara na administração da Biblioteca Nacional.<sup>6</sup> Para ela, o trabalho deste acadêmico era caracterizado pela edição de bibliografias e periódicos, pela realização de pesquisas documentais e pela redação de artigos, mas suas produções não fornecem maiores indícios sobre o seu conceito de história (GUIMARÃES 2006b, p. 70).

Interpretação semelhante já aparecia em *A pesquisa histórica no Brasil*, escrita na década de 1950 por José Honório Rodrigues, na qual a vida intelectual de Ramiz Galvão é percebida pelas suas atividades administrativas, conferindo menor centralidade à análise de sua produção escrita. O perfil de organizador e executor de projetos institucionais durante o período monárquico, como a Exposição de História do Brasil e seu *Catálogo*, deu a ele experiência para seguir projetos semelhantes durante a República, como a direção da Associação do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil. Este cargo lhe permitiu organizar conferências em parceria com vários intelectuais para comemorar a data e defender uma versão da história a partir da matriz portuguesa.<sup>7</sup> Em seguida, a sua atuação no IHGB é renovada pela participação no Primeiro (1914) e no Segundo (1931) Congressos de História Nacional (1931).

A larga atuação de Ramiz, que ainda contemplou cargos na educação pública,<sup>8</sup> representa um desafio para a discussão teórica das suas obras. A diversidade de suas atividades corresponde ao fracionamento dos seus textos, que também possuem a particularidade de terem sido escritos de acordo com a sua ampla erudição. Desde os seus trabalhos de juventude, percebe-se a prioridade dada por ele à pesquisa documental, especialmente através da busca de fontes em arquivos e bibliotecas e da referência direta aos autores que se aproximavam e divergiam das suas opiniões. A prática e a escrita histórica não estão distantes daquelas defendidas e compartilhadas pelos outros sócios do IHGB. Ramiz Galvão respeitava as tradições historiográficas da agremiação e esteve à frente dos novos projetos da instituição nas primeiras décadas do regime republicano, atuando na presidência de comissões, na organização de

<sup>6</sup> "Wilson Martins faz apenas três referências: o estudo biográfico sobre frei Camilo de Monserrate [...]; uma tradução para o português da edição francesa da "Retirada da Laguna" e a monografia 'O púlpito no Brasil' [...]" (GUIMARÃES 2006b, p. 70). Sobre a análise do crítico literário, consultar Martins (1950, v. 6, p. 357).

<sup>7</sup> No âmbito dessa associação, destacamos o contato entre Ramiz Galvão e Capistrano de Abreu. Para o livro do Quarto Centenário, este autor reproduziu a sua tese apresentada no Colégio Pedro II para o concurso ao cargo de professor de história e corografia do Brasil. Tanto na tese como no artigo, Capistrano discutiu as origens da história brasileira, tendo a acuidade de elucidar informações encontradas em impressos e manuscritos, além de confrontar teses sobre o passado já sedimentadas pela produção historiográfica do século XIX. A ideia de descobrimento não se reduziu à definição precisa de uma data, ela também era entendida como um roteiro espacial da ocupação do território através do movimento de interiorização do povoamento (Cf.: ASSOCIAÇÃO 1900-1910, v. 1).

<sup>8</sup> Em fevereiro de 1890, Ramiz Galvão ocupava o cargo de Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal por indicação de Benjamim Constant, Ministro e Secretário de Estado e dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos durante o governo provisório do marechal Deodoro da Fonseca. Cabe ressaltar que Galvão exerceu diversas funções relacionadas ao magistério ao longo do Império e da República, de maneira que este tipo de atuação marcou profundamente a sua biografia, entendida pelos seus biógrafos e por ele mesmo como uma espécie de "missão" civilizatória e patriótica. Ainda no Império, Galvão lecionou Grego e Retórica no Colégio Pedro II, foi preceptor dos príncipes imperiais e ensinou Zoologia e Botânica na Faculdade de Medicina. Na República, foi diretor da Instrução Primária e Secundária (1891-1893), vice-reitor (1891) e presidente do Conselho Superior de Ensino (1919), professor do Ginásio Nacional do Rio de Janeiro (1897-1900), diretor do Asilo Gonçalves de Araújo (1899-1931) e reitor da Universidade do Rio de Janeiro (1921-1925).

eventos e publicações e também arrematando pessoas.<sup>9</sup> Há que se considerar ainda que ele foi um intelectual que viveu 92 anos, o que significa dizer que suas próprias concepções a respeito de questões historiográficas sofreram modificações e que não foram normatizadas durante a sua atuação como diretor da Biblioteca Nacional. Como seria natural, seu ímpeto também variou ao longo do tempo, e, ao final da vida, já bastante idoso, dedicou-se mais aos trabalhos ligados à memória do Instituto Histórico e menos às tarefas de organização de eventos e programas editoriais, que marcaram o período mais lembrado da sua carreira.

No Primeiro Congresso de História Nacional, organizado pelo IHGB em 1914, Ramiz Galvão definiu o regulamento do evento e a divisão em sessões temáticas que correspondiam aos seguintes recortes: História Geral do Brasil, História das Explorações Geográficas, História das Explorações Arqueológicas e Etnográficas, História Constitucional e Administrativa, História Parlamentar, História Econômica, História Militar, História Diplomática e História Literária e das Artes.<sup>10</sup> Os especialistas que contribuíssem com artigos inéditos poderiam tratar de qualquer assunto segundo essa divisão, desde que respeitassem também as balizas temporais entre 1500 e 1871, ou seja, do descobrimento do país à promulgação da lei do Ventre Livre. Essa cronologia pontuava momentos específicos da história nacional, enfatizava a marca empreendedora do império português e certo conservadorismo da agremiação em recuperar os acordos diplomáticos sobre questões territoriais e o tráfico de africanos, a ação reformadora de protestantes holandeses em Pernambuco, o exercício do poder moderador do imperador D. Pedro II, o devassamento do território pelos jesuítas e bandeirantes paulistas, a contribuição etnográfica dos jesuítas para a narrativa de cronistas e a manifestação de sentimentos constitutivos entre o Brasil e o Reino de Portugal. Nos limites deste artigo, podemos apenas apontar que as teses demonstravam uma preocupação com o aspecto mais cívico da história brasileira, identificado à relevância e ao orgulho do seu passado para circunscrever a direção moral do seu futuro.

A partir desse momento, Ramiz adotou o patriotismo como axioma da sua concepção de história, reflexo de um fenômeno mundial que tomou conta de instituições e países em decorrência da deflagração da Primeira Guerra Mundial (GUIMARÃES 2006a). A iniciativa tomada pelo IHGB foi a de estimular novas pesquisas, materiais e métodos que tratassem do civismo a partir de tópicos e personagens esquecidos ou descartados nos primeiros anos do governo republicano e que reafirmassem o compromisso da instituição com a

---

<sup>9</sup> Ramiz Galvão atuou no IHGB durante muitas décadas, ocupando cargos e posições distintas, como temos destacado aqui. Ao longo do período em que pertenceu à agremiação, trabalhou diretamente com intelectuais como o Barão Homem de Melo, Joaquim Fernandes Pinheiro, Max Fleiuss, Conde Afonso Celso, Capistrano de Abreu, João Ribeiro, Basílio de Magalhães, Afrânio Peixoto, dentre muitos outros.

<sup>10</sup> Essa divisão temática é similar à classificação adotada no *Catálogo da Exposição de História e Geografia*, de 1881. Para Guimarães (2006a), o Congresso de 1914 seguiu a tipologia do manual *Introdução aos Estudos Históricos*, de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos (1898). Entretanto, o IHGB priorizava nos "programas históricos" da sua revista temáticas indígenas, arqueológicas, literárias, econômicas, etc., como a própria autora analisou em sua tese de doutorado sobre a fase monárquica da agremiação (GUIMARÃES 1995).



escrita de uma história brasileira intimamente ligada ao seu passado colonial e monárquico.<sup>11</sup> Assim, ele recorreu ao passado em busca de manifestações cívicas de historiadores, nacionais ou estrangeiros, que teriam contribuído com obras meritórias, assentadas na consulta e na análise de documentos fidedignos. O sentimento patriótico relacionado ao trabalho do historiador estava associado a uma postura ética perante o arquivo, traduzida na busca incansável pela verdade dos acontecimentos. No entanto, essa não era a única tarefa do profissional e do seu campo. Havia também a necessidade de construir uma síntese histórica, baseada no controle do historiador sobre as fontes primárias e não necessariamente na formulação de um discurso totalizante, que desprezasse completamente a tradição erudita e as lições que o passado ainda poderia oferecer ao presente.<sup>12</sup>

No Segundo Congresso de História Nacional, realizado dezessete anos depois, foram mantidas as diligências em relação ao patriotismo e ao civismo; os organizadores, contudo, agora se concentraram na temática relativa à Independência, partindo do estudo da figura de D. Pedro I até o golpe da Maioridade, em 1840. Interessava aos membros do IHGB contemplar trabalhos que demarcassem a evolução da sociedade brasileira a partir de episódios decorrentes de ações individuais que não pudessem afetar a paz e a concórdia nacional.

No período compreendido entre esses eventos, a instituição promoveu outros dois projetos, o Congresso Internacional de História da América e o *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, ambos em 1922, como parte das comemorações do centenário da Independência. Também eles contaram com a participação de Ramiz Galvão. Para o Congresso de História da América, a comissão organizadora calculou a realização de trinta sessões de trabalho, cujo objetivo era discutir o conhecimento recíproco existente em todos os países americanos, aliando questões políticas a assuntos dos diferentes campos da história.<sup>13</sup> Ramiz Galvão atuou como presidente efetivo e como avaliador dos trabalhos científicos escritos pelos participantes. Ele seguiu o padrão adotado no congresso anterior, delimitando que os anais tivessem uma parte introdutória, dedicada ao conhecimento geral do continente, e, na seguinte, a apresentação de teses sobre os ramos do conhecimento histórico, que iam das explorações dos territórios aos avanços no campo da literatura e das artes. No total, foram publicadas noventa e nove teses, sendo um terço delas de autores estrangeiros. As bases para a elaboração da História Geral da América seguiam as prerrogativas de outros projetos comemorativos, que partiam dos descobrimentos até chegar à constituição política atual, mas havia ainda

<sup>11</sup> É importante destacar que uma das atividades planejadas pela organização do Primeiro Congresso de História Nacional era realizar uma excursão com os congressistas à cidade de Ouro Preto, considerada já nessa época como uma das principais relíquias coloniais brasileiras. Sobre a relação entre os intelectuais do Rio de Janeiro com a cidade mineira, consultar Gomes (1993).

<sup>12</sup> Como não houve um rompimento claro com o programa oitocentista da instituição, optamos por compreender essa síntese como uma preocupação com a finalização das pesquisas e a construção de uma explicação preocupada com a objetividade da narrativa.

<sup>13</sup> Cf. Regulamento geral do Congresso Internacional de História da América (INSTITUTO 1925, v. 1). Sobre o Congresso de História da América de 1922, ver Ribeiro da Silva (2011) e Guimarães (2005).



muitos pontos especiais, “bastante arrojados para a historiografia praticada no início do século XX” (GUIMARÃES 2006a, p. 202), já que as singularidades de cada cultura estavam cada vez mais inseridas nos campos do social. Se por um lado, a história adquiria estabilidade através de movimentos de repetição, onde se verificava aspectos comuns entre diversos países americanos, ela também desperdiçava algumas características locais.

Na coordenação do *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, Ramiz Galvão, junto a uma equipe proveniente das principais instituições de saber do país, com nomes como Augusto Tavares de Lyra, Aurelino Leal, Laudelino Freire, Henrique Morize, Afrânio Peixoto, entre outros, concebeu esse material como referência para o público leigo, que ignorava o conhecimento científico produzido no país. A estrutura formal do trabalho foi elaborada a partir de questionários que atendiam às subdivisões do conhecimento histórico e das respostas recebidas pelos diversos colaboradores selecionados entre os estados brasileiros, que serviriam como instrumentos para a produção dos verbetes publicados na obra. Para evitar a dispersão e precariedade das informações, a comissão solicitou às autoridades somente “dados seguros e autênticos sobre os acidentes geográficos, etnográficos e históricos da região, que lhes eram familiares ou que superintendiam” (GALVÃO 1922, v. 1, p. VI). Contudo, mesmo com o apoio do governo republicano, a iniciativa não teve resultado satisfatório, pois os dados chegaram de forma incompleta e pouco aprofundada.

52

A proposta do *Dicionário*, mais uma vez, possui semelhanças com o projeto do *Catálogo* e da Exposição de História e Geografia do Brasil. Quando da organização do evento e da publicação, Ramiz e os funcionários da Biblioteca Nacional enviaram uma carta para diversas autoridades das províncias do Império, solicitando informações autênticas sobre as histórias locais que pudessem auxiliar as futuras pesquisas, servindo assim como fontes sobre o passado e elevando a instituição ao influente lugar de arquivo. O retorno das províncias fora o mesmo dos estados e dos municípios, o que obrigara os funcionários a reverem as suas estratégias e a contar diretamente com os seus pares mais próximos.<sup>14</sup>

Nessa publicação, Ramiz Galvão ficou responsável pela preparação do verbete “Biografia”, que subdividiu em Chefes de estado (1815-1889), Regência provisória, Regência permanente trina, Regência una, Segundo Império e Período republicano. A elaboração desses perfis foi bastante objetiva e desrespeitou os critérios da pesquisa detalhada exigidos no questionário inicial; desse modo, a preocupação com uma narrativa biográfica que se construiu progressivamente no IHGB desde a criação do seu periódico foi suplantada, nesse verbete, pelo

---

<sup>14</sup> O cuidado em solicitar às províncias auxílio a partir do preenchimento de questionários remonta também a um tipo de prática muito comum no interior do IHGB e que, mais tarde, teve continuidade na Academia Brasileira de Letras (Cf.: RODRIGUES 2001). Vale ressaltar que em alguns dos chamados “textos fundadores” do IHGB já estava presente a ideia de que escrever a história pátria e coligar seus documentos deveriam ser tarefas a serem desenvolvidas coletivamente. Ramiz Galvão, nesse sentido, parece herdeiro desse tipo de trabalho historiográfico e intelectual, muito embora o fato de ter se dedicado à compilação, patrimonialização e publicação de documentos tenha reservado a ele um lugar de menor prestígio do que aquele ocupado por outros intelectuais, dedicados à produção de obras de teor mais analítico ou interpretativo.

modelo baseado exclusivamente na determinação dos fatos históricos.<sup>15</sup> Os protagonistas foram identificados por suas posições políticas, sendo que a marcha coletiva do tempo, representada pelo centenário da Independência, apareceu como um elemento secundário, submetido aos desígnios políticos.

A elaboração desse verbete não foi a única experiência de Ramiz Galvão como biógrafo. Ele se tornou o orador oficial do Instituto em 1912 e tinha o dever de preparar os necrológios dos sócios recém-falecidos. O desenvolvimento desse gênero historiográfico foi repensado pelos sócios no regime republicano, assumindo uma posição diferente daquela ocupada no período monárquico. A partir dos estatutos de 1890, as biografias foram perdendo prestígio na *Revista*, apesar da sobrevivência da comissão encarregada de “escrever a história sucinta de todos os nacionais e estrangeiros, que se assinalaram por serviços prestados ao Brasil” (*REVISTA* 1890, p. 641). Os homens não precisavam mais ser comparados às figuras heróicas, que se caracterizavam pela retórica avolumada das suas ações. As exigências da escrita biográfica ficaram mais singelas, contendo indicações básicas sobre o nome, a profissão, o local e a data de nascimento e morte, além de serviços prestados e obras publicadas, “tudo isto acompanhado de conveniente juízo crítico a respeito dos seus atos” (*REVISTA* 1890, p. 641). A avaliação se tornou menos criteriosa no decorrer dos números do periódico, cabendo muitas vezes à lembrança dos sócios e de outros personagens históricos, às menções do orador oficial, ou ainda, ao expediente administrativo da instituição, registrado nas atas do ano corrente. Assim, as biografias deixaram de fazer parte do universo de preocupações historiográficas para servir como registro de feitos esporádicos e de contribuições pontuais desses homens na história da instituição.

Desde seus primeiros discursos sobre os sócios falecidos no século dezenove até o penúltimo ano da sua vida, Ramiz Galvão escreveu mais de setenta textos, grande parte deles preparada na década de 1930, quando sua atuação no Instituto Histórico ficou cada vez mais centrada nas suas atividades como orador. No entanto, ele não cedeu completamente às restrições dos estatutos, pois concebia a recordação dos mortos como forma de agradecimento pelos serviços prestados à Pátria. Em sua opinião, “seria um delito esquecer os bons”, aqueles “que se despediram da vida depois de uma carreira laboriosa e fecunda, cheia de serviços, às vezes dos mais relevantes, às letras, às ciências e à Pátria”. Rememorá-los era um dever sagrado, e seu cumprimento significava nada menos que a antecipação do “julgamento definitivo da História” (*GALVÃO* 1918, p. 539-40).

Pelos elogios fúnebres, Ramiz procurou estabelecer um quadro favorável da história brasileira, mesmo quando não havia protagonistas de episódios heróicos. Aqueles homens possuíam virtudes naturais, que os acompanhavam em todas as fases das suas vidas e faziam com que eles desenvolvessem seus talentos e conquistassem seus cargos, sempre em benefício da sociedade. Os necrológicos do autor adquiriram uma significação cada vez mais conservadora

<sup>15</sup> Sobre a constituição das biografias como gênero historiográfico orientado pelo IHGB, ver Oliveira (2011).

ao combinar os valores da ética e da moral cristã com os critérios da verdade científica. Nesse momento da sua carreira, ele já não tomava a crítica histórica como principal ferramenta metodológica; desta forma, se antes a sua trajetória foi admirada pelo seu trabalho zeloso com as fontes e pela realização de ambiciosos projetos institucionais, no final do seu percurso profissional a sua atuação como historiador se assemelhou à função de um religioso que se preocupava com qualidades espirituais.

Por fim, é preciso comentar brevemente o papel exercido por Ramiz Galvão na organização da *Revista do IHGB* durante o período em que foi seu diretor, de 1912 a 1933. De acordo com suas palavras, ele foi escolhido para a função porque sempre teve “por norma não desobedecer à voz do comando, quando se trata[va] de servir aos interesses da Pátria” (GALVÃO 1912, p. 5). Esse entusiasmo cívico, generalizado entre os sócios, renovou os projetos acadêmicos da instituição e, por extensão, de seu periódico, que manteve a linha editorial de publicação de fontes legítimas e de artigos baseados na investigação rigorosa dos arquivos, mas também passou a revisar algumas temáticas obscurecidas pela política monárquica, como os movimentos revolucionários contra a metrópole portuguesa ocorridos entre os séculos XVIII e XIX. Tal postura revisionista, aliás, foi adotada não só na edição da *Revista do IHGB*, mas também no Primeiro e no Segundo Congressos de História Nacional e no *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, que comentamos anteriormente. Ramiz e os outros sócios não abandonaram os “processos mais apurados da crítica moderna” para as análises documentais, mas compreendiam que essa etapa deveria servir futuramente para trabalhos de síntese. Ele, em particular, entendia claramente qual era o seu desígnio como historiador do presente, apresentando-se frequentemente como organizador de um campo constituído pela verificação documental. Segundo essa perspectiva, o ofício do historiador da sua época seria superado por uma nova prática historiográfica, já que o conhecimento do passado não exigiria mais correções, ficando solidamente estabelecido como disciplina.

54

### **Considerações finais**

Como forma de encerrar esse artigo, podemos retomar as perguntas seminais propostas por Michel de Certeau em seu texto “A operação historiográfica”: o que “fabrica” o historiador quando faz história? Para quem trabalha? O que produz? Certamente, as respostas para essas questões não são únicas, e dependem da maneira como uma sociedade define o que é válido ou não para a historiografia.

Analisar a figura e a atuação de Ramiz Galvão a partir desse universo de questões propostas por Michel de Certeau nos pareceu profícuo por dois motivos principais, sendo que o primeiro deles guarda relação com o momento em que esse longo letrado viveu. Ramiz iniciou sua trajetória intelectual numa conjuntura em que uma sociedade letrada determinada ocupava o lugar central na definição das regras válidas para a escrita da história; essa sociedade, o IHGB, era por sua vez profundamente marcada pelas relações que mantinha

com o poder imperial e pela tarefa de constituição de um passado nacional. Esse espaço não era, como vimos, o único sintonizado com esse projeto historiográfico, já que, no interior da Biblioteca Nacional, Ramiz Galvão procurava remodelar essa instituição de maneira que também se tornasse um espaço de pesquisa e de produção para os historiadores. Se no início e no auge da sua trajetória ele atuou fortemente em algumas das mais importantes instituições dedicadas à tarefa de construção de uma memória nacional (empenhando-se no trabalho de coleta, crítica, constituição e divulgação de um patrimônio documental), ao final de sua vida as regras do "jogo historiográfico" pareciam ser outras. Como lembra Marieta de Moraes Ferreira, a partir dos anos 1930 o conhecimento histórico passou por um processo de profissionalização profundamente marcado pelo surgimento dos primeiros cursos universitários de história no país. Embora a importância do IHGB fosse reconhecida (e ainda se mantivesse), também despontavam críticas à historiografia produzida no interior do Instituto, entendida por alguns como excessivamente política, patriótica e consagradora das grandes figuras nacionais (FERREIRA 2013, p. 10). No caso de Ramiz, sua constante atualização em relação aos métodos e às práticas historiográficas se perdeu nos textos escritos na sua última década de vida, quando uma posição mais conservadora acabou ficando registrada como memória da sua atuação como historiador.

O segundo motivo diz respeito ao "produto" do trabalho de Ramiz Galvão, isto é, aquilo que poderíamos chamar de *obra* desse autor – sem desconsiderar que a noção de "obra", tal como a de "autor", devem ser analisadas criticamente, por sugerirem uma unidade de produções elaboradas de forma descontínua, conforme indicado por Michel Foucault, entre outros. Como vimos, Ramiz dedicou-se a tarefas de editoração, organização de acervos e eventos, elaboração de periódicos e divulgação científica, o que fez com que se situasse num lugar a partir do qual se comunicava tanto com seus pares, quanto com um público maior e menos especializado, que era atingido principalmente pelos dicionários e exposições que viabilizava. Nesse sentido, a figura de Ramiz Galvão permite analisar como a tarefa de compor um passado para a nação brasileira envolvia múltiplas práticas, projetos, públicos e espaços.

Talvez essa seja uma pista interessante para entendermos a maneira como ele foi "lido" por seus biógrafos e por outros historiadores: como alguém um tanto "fora de lugar", um historiador na Biblioteca Nacional, um bibliotecário no IHGB, alguém cujo trabalho foi marcado, fundamentalmente, por obras de compilação, sem grande valor do ponto de vista historiográfico. Entretanto, se ao final de sua vida, já bastante idoso, Ramiz Galvão parecia antecipar demandas que eram novidades no que diz respeito ao trabalho do historiador, em um momento importante de sua trajetória, circulando pelo IHGB e pela BN, ele estava sintonizado com as regras que pela tradição definiam a produção historiográfica no seu tempo.

## Referências bibliográficas

- ASSOCIAÇÃO do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil. **Livro do Centenário (1500-1900)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900-1910.
- BIBLIOTECA NACIONAL. **Catálogo da Exposição de História do Brasil realizada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro a 2 de dezembro de 1881**. Brasília: Editora do Senado Federal, 2000. 3 v.
- \_\_\_\_\_. **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: G. Leuzinger e Filhos, 1876-1882.
- CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. **O bibliotecário perfeito**: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) - Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.
- \_\_\_\_\_. Ramiz Galvão e o projeto de uma Biblioteca Nacional. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia. **Intelectuais mediadores**. Práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 177-215.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- CEZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de História Intelectual. In: PESAVENTO, Sandra. **História cultural**: Experiências de Pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 173-208.
- \_\_\_\_\_. Lição sobre a escrita da história. Historiografia e nação no Brasil do século XIX. **Diálogos**, v.8, n. 1, p. 11-29, 2004.
- DOSSE, François. Os três mastros entre dois recifes. A história entre vigilância e ficção. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. **Memória e identidade nacional**. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 15-30.
- \_\_\_\_\_. Michel de Certeau et l'écriture de l'histoire. **Vingtième Siècle - Revue d'histoire**, n. 78, p. 145-156, 2/2003.
- DUTRA, Eliana. A tela imortal. O Catálogo da Exposição de História do Brasil de 1881. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. XXXVII, p. 159-79, 2005.
- ENDERS, Armelle. **Os vultos da nação**. Fábrica de heróis e formação de brasileiros. Rio de Janeiro: FGV, 2014.
- FARGE, Arlette. **Le goût de l'archive**. Paris: Seuil, 1989.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. **A história como ofício**. A constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.



- \_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2010.
- GALVÃO, Ramiz. Frei Camillo de Monserrate. Estudo biográfico. In: **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger e Filhos, 1887.
- \_\_\_\_\_. Introdução. In: IHGB. **Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922. v. 1.
- \_\_\_\_\_. Introdução. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, t. 75, v. 125, p. 5-6, 1912.
- \_\_\_\_\_. Discurso do orador do IHGB [Elogios fúnebres]. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, t. 83, v. 137, p. 539-553, 1918.
- GOMES, Angela de Castro. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- \_\_\_\_\_. Essa gente do Rio... Os intelectuais cariocas e o modernismo. **Estudos Históricos**, v. 6, n. 11, p. 62-77, 1993.
- GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição**. Campinas: Papyrus, 1998.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Circulação de saberes, sociabilidades e linhagens historiográficas: dois congressos de História Nacional (1914 e 1949). In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006a, p. 162-181.
- \_\_\_\_\_. **Da escola palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2006b.
- \_\_\_\_\_. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: a Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n. 388, jul.-set. 1995.
- \_\_\_\_\_. Limites políticos de um projeto intelectual para a integração dos povos do Novo Mundo: o Primeiro Congresso Internacional de História da América (1922). **Topoi**, v. 6, n. 10, p. 192-212, jan./jun. 2005.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, n. 1, p. 5-27, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- HARTOG, François. **A história de Homero a Santo Agostinho**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- HRUBY, Hugo. **O século XIX e a escrita da história do Brasil: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895)**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **Anais do Congresso Internacional de História da América**. Rio de Janeiro: Imprensa



Nacional, 1925, v. 1.

KRIEGLER, Blandine. **L'histoire à l'âge classique**. Paris: PUF, 1988, 4 v.

MACEDO, Adriana Mattos Clen. **Método e escrita da história em Benjamin Franklin Ramiz Galvão (1846-1938)**. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013

MAIGRET, Éric. Les trois héritages de Michel de Certeau: un projet éclaté d'analyse de la modernité. **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, v. 55, n. 3, p. 511-49, 2000.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1950.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. São Paulo: EDUSC, 2004.

\_\_\_\_\_. História antiga e o antiquário. **Anos 90**, v. 21, n. 39, p. 19-76, 2014.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

\_\_\_\_\_. **Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

58

**RIHGB. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, t. 53, parte 2, 1890.

RIBEIRO DA SILVA, Ana Paula Barcelos. **Diálogos sobre a Escrita da História: Brasil e Argentina (1910-1940)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

RICOEUR, Paul. **A história, a memória e o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

RODRIGUES, João Paulo. **A dança das cadeiras**. Literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913). Campinas: Unicamp, 2001.

RODRIGUES, José Honório (Org.). **Correspondência de Capistrano de Abreu**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954.

TURAZZI, Maria Inês. Imagens da nação: a Exposição de História do Brasil de 1881 e a construção do patrimônio iconográfico. STEPHAN, Beatriz Gonzales e ANDERMANN, Jens (Org.). **Galerias del progreso**. Museus, exposiciones y cultura visual en América Latina. Rosário: Beatriz Viterbo, 2006.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. **História da Historiografia**, n. 2, p. 12-28, 2009.

# Moldando o corpo do Brasil: Jaime Cortesão, Rodrigo Octávio, a representação de Gusmão e o metajogo na região do Prata\*

Molding the body of Brazil: Jaime Cortesão, Rodrigo Octávio, the representation of Gusmão and the metagame in the Rio de la Plata region

---

**Renato Amado Peixoto**

renatoamadopeixoto@gmail.com

Professor associado

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

BR 101 - Km 01, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Sala 222 - Lagoa Nova

59078-970 - Natal - Rio Grande do Norte

Brasil

---

## Resumo

A representação de Alexandre Gusmão foi sedimentada por Jaime Cortesão em 1956 no contraponto das visões baseadas nos escritos de Rodrigo Octávio, produzindo uma representação do político que se colocava contra o alinhamento aos Estados Unidos. Esta fabricação estava inserida, também, no metajogo político e historiográfico do Prata e se postava contraparte da historiografia argentina. Além disto, Cortesão estava incorporado ao projeto de autonomia e profissionalização da corporação diplomática, centrado então no IRB, visando inscrever o papel do diplomata na formação do espaço e da identidade brasileira. A criação do IRB também propiciava a autonomia do MRE em relação a um projeto de história compartilhado com o IHGB. No caso, a disseminação da produção do IRB foi dinamizada pelas prescrições deixadas pela 'Comissão Revisora dos textos de História e Geografia'. Ao articular numa mesma perspectiva todos estes metajogos historiográficos e políticos, Jaime Cortesão leva o seu analista a ter de considerar instrumentos teóricos e metodológicos que permitam explicitá-los. Entendo que isto ultrapassa certas considerações usuais em torno dos termos 'Quem e como se faz a história', levando a ter de inquirir os insumos teóricos que serviram a Michel de Certeau de modo a poder pensar as questões da representação do político e do lugar do historiador em relação à escrita da história.

59

## Palavras-chave

Jaime Cortesão; História da historiografia; Representação.

## Abstract

The representation of Alexandre Gusmão was sedimented by Jaime Cortesão in 1956 in the counterpoint of the visions based on the writings of Rodrigo Octávio and, with this, it produced a representation of the politician which stood against the Brazilian alignment with the United States. This fabrication was also inserted in the political and historiographical metagame of the Rio de la Plata region, and it was placed against part of the Argentine historiography. In addition, Cortesão was incorporated into the project of autonomy and professionalization of the diplomatic corporation, centered in the IRB, aiming at inscribing the role of diplomat in the formation of Brazilian space and identity. The creation of the IRB also facilitated the autonomy of the MRE in relation to a shared historical project with the IHGB. In this case, the dissemination of the production of the IRB was stimulated by the prescriptions left by the 'Comissão Revisora dos textos de História e Geografia'. By articulating all these historiographical and political metagames in the same perspective, Jaime Cortesão leads his analyst to consider theoretical and methodological tools that allow his analysis. I understand that this goes beyond certain usual considerations around the terms 'Who and how history is made', leading to having to inquire about the theoretical inputs that served Michel de Certeau, so that we could think about the issues of representation and the place of the historian in relation to the writing of history.

## Keywords

Jaime Cortesão; History of Historiography; Representation.

---

Recebido em: 22/10/2016

Aprovado em: 7/12/2016

---

\* A primeira versão deste texto foi apresentada com o título de "A gênese da formação territorial do Brasil e os convênios para a revisão dos textos de ensino de História e Geografia com a Argentina e o Uruguai" na Jornadas 2015 da Universidad de La República Uruguay, realizada em Montevideu entre 7 e 9 de outubro de 2015, com o apoio financeiro da Ufrninternacional – Secretaria de Relações Internacionais & Interinstitucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

“O Brasil para os brasileiros” – segundo Jaime Cortesão – foi o lema que empolgou Alexandre de Gusmão na feitura do Tratado de Madri (CORTESÃO 1956, p. 380). Esta interpretação, ajuizada ao final do segundo tomo da Introdução da coleção *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, apontava claramente o diálogo, no qual o autor lusitano se colocava, e a posição por ele defendida no metajogo historiográfico e político brasileiro.<sup>1</sup>

Cortesão se postava firmemente em contrariedade à corrente historiográfica, consolidada na década de 1930, pelas exposições e escritos de Rodrigo Octávio no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), corrente essa que fora explicitamente endossada pelo Segundo Congresso de História Nacional, em 1931. Rodrigo Octávio destacava Alexandre de Gusmão como o precursor do pan-americanismo e como o inspirador da política de aproximação em relação ao Uruguai e à Argentina, iniciada pelo Governo Washington Luís em 1927.

Contudo, há que se salientar que Cortesão não divergia apenas do arrazoado historiográfico de Rodrigo Octávio, mas também se opunha às leituras desse conteúdo feitas pelos defensores do alinhamento com os Estados Unidos no período da Guerra Fria. A expressão “O Brasil para os brasileiros”, por exemplo, estava sendo contraposta à sua congênere “A América para os Americanos”, empregada em 1940 por Rodrigo Octávio para se referir ao legado de Gusmão, o qual vinha sendo equiparado por ele à expressão monroísta do pensamento de Elihu Root (OCTÁVIO 1941, p. 32), secretário da guerra no governo William McKinley e secretário de estado sob Theodore Roosevelt (PEIXOTO 2011a).

60

Em 1940, Rodrigo Octávio havia juntado vários argumentos distribuídos em seus textos das décadas de 20 e 30 para produzir o artigo “Alexandre de Gusmão e o Monroísmo”, publicado na Revista do IHGB de 1941, em boa parte para endossar as premissas de atuação da Comissão Brasileira Revisora dos Textos de História e Geografia, que havia sido liderada intelectualmente por Pedro Calmon em 1936.

Esta Comissão era resultado exatamente da política de aproximação com o Uruguai e a Argentina aplicada pelo governo Getúlio Vargas, durante a década de 1930, e que incluía o conagraçamento cultural e a promoção de acordos que visavam eliminar os contenciosos, inclusive, removendo dos textos didáticos de história e geografia as passagens e conteúdos que atentassem contra as relações entre aqueles países (PEIXOTO 2015).

Cabe apontar que o artigo de Rodrigo Octávio havia sido determinante para o engajamento historiográfico de Jaime Cortesão, na medida em que propiciara a suíte de reportagens sobre Alexandre de Gusmão, dirigida por Cassiano Ricardo para o jornal *A Manhã*, e a discussão historiográfica em que se Cortesão se integrou (PEIXOTO 2015, p. 56-57).

<sup>1</sup> Penso o termo “metajogo” por meio de uma ideia alargada de contexto – o conceito derridiano de “cena” – aplicada ao campo historiográfico com a preocupação de pensá-los enquanto jogo *do* mundo e jogo *no* mundo – o confluxo entre acaso, oportunidade, posição e interesse – visando com isso compreender os poderes envolvidos nesses *jogos* e sua relação com uma analítica da historicidade. Por conta disto, busco adaptar a teoria dos metajogos e do comportamento político esboçada por Nigel Howard (HOWARD 1971) para engendrar um exame simultâneo das interações continuadas entre o político e o historiográfico.

Jaime Cortesão se colocava também contra a visão explicitada em 1943 por Pedro Calmon em sua coleção *História do Brasil*, terminada de publicar justo em 1955 – um ano antes do seu texto –, apontado que ele empregava o argumento de que a separação dos destinos da América em relação à Europa já havia se dado desde 1750 por meio da “influência realista e profética de Gusmão” (CORTESÃO 1956, p. 379).

Contudo, há que se salientar que os defensores do alinhamento à política externa dos Estados Unidos não se baseavam apenas nos argumentos de Rodrigo Octávio ou de Pedro Calmon, mas descortinavam a naturalidade e anterioridade desse posicionamento, porquanto retroagiria ao início do século, se enraizando na política de aproximação deslanchada pelo Barão do Rio Branco. Esta teria como objetivo impedir que a política externa republicana não sofresse da solução de continuidade com a da monarquia, cujas origens datavam do reconhecimento de nossa independência pelos estadunidenses que, em última análise, aninhavam-se no legado pan-americanista de Alexandre de Gusmão (PEIXOTO 2011a; 2015).

Essa ideia fora ativada por Álvaro Lins em *Rio-Branco*, biografia escrita e publicada em 1945 sob o patrocínio do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para marcar a comemoração do centenário natalício do Barão. Lins alicerçava a ideia da “solução de continuidade” na interpretação de que a aproximação com os Estados Unidos fora esposada, nesses liames, pelo próprio Rio Branco no texto “O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo”, escrito sob o pseudônimo de J. Penn para o *Jornal do Commercio*, em 1906.

Em boa medida, a ativação dessa ideia também possibilitou a Álvaro Lins resedimentar outra figura do Barão do Rio Branco frente à historiografia de sua época, retrabalhando a sua atuação no comando do MRE para fazer com que esta fosse apresentada a partir de predicados verdadeiramente excepcionais. Nesse exercício, Álvaro Lins procurou equiparar o Barão do Rio Branco a Alexandre de Gusmão, juntando, ao primeiro, os predicados empregados para distinguir o segundo – a clarividência e a genialidade –, mas também rearticulando o *tópos* já consolidado em torno da figura de Gusmão: a continuidade dos esforços diplomáticos. Nesse intuito, Álvaro Lins optou também por juntar os esforços do Barão àqueles que haviam sido desenvolvidos por seu pai, o Visconde do Rio Branco, quando ele estava à frente da diplomacia brasileira no século XIX.

Em benefício de nosso raciocínio, entendo ser necessário circunstanciar que o texto “O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo”, em minha interpretação, foi escrito em apoio à mensagem do presidente Rodrigues Alves dirigida ao Parlamento em 3 de maio de 1906 e visava responder às críticas que se faziam, então, à visita de Elihu Root ao Brasil. Tais críticas tinham como argumento central o antagonismo da política externa estadunidense em relação à Monarquia e, note-se que a visita de Root se faria em seguida aos acontecidos no “Caso Panther”,<sup>2</sup> compreendido, à época, como o exemplo

<sup>2</sup> O confronto diplomático entre o Brasil e a Alemanha por causa do suposto rapto de um residente alemão em

da grave ameaça que o imperialismo apresentava à soberania do país (PEIXOTO 2011a, p. 50-52).

Dessa forma, penso que a reinterpretação de Lins foi tornada operante porque o sentido atribuído ao texto “O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo” se articulava não apenas com o exame da atuação de Rio Branco empreendido por Álvaro Lins, mas também com a resposta estadunidense aos acontecidos no “Caso Panther”. Por conseguinte, a ideia da solução de continuidade podia ser tomada como o alicerce da defesa do alinhamento automático com os Estados Unidos, na medida em que o *modus vivendi* do século XIX era desvelado como o *modus ponens* do século XX: a potência global, os Estados Unidos, reconheceria o Brasil como potência regional. Esse engenho foi representado no livro de Álvaro Lins, enquanto uma “moldura nova e brilhante para dar relevo a um quadro antigo”, que depois é transformada, durante a Ditadura Militar, numa “aliança não escrita” (PEIXOTO 2011a, p. 52-57).

Observe-se que a entrada de Jaime Cortesão no diálogo intelectual do MRE se deu apenas em 1943 e a partir da série de palestras *Como se esboçou o retrato do Brasil*, quando, diferentemente de Álvaro Lins, empregou-se a imagem do modelo e do retrato para se referir a um sentido da formação territorial que juntava Portugal ao Brasil e poderia ser verificado por meio dos mapas, apresentados como documentos da ocupação e penetração espacial, trazidos à história pela cartografia, de resto, um argumento que seria replicado em todos os cursos ministrados por Cortesão no Instituto Rio Branco – IRB (PEIXOTO 2015, p. 56-57).

62

O fato é que Jaime Cortesão, por sua vez, resedimentaria a figura de Alexandre Gusmão, em 1956, como representação do político, na medida em que seria contraposta à ideia do alinhamento automático com os Estados Unidos. Esta virada era articulada por Cortesão a partir do argumento de que, em vez do pan-americanismo, o protagonismo de Gusmão aceitava e favorecia a corrente histórica que apresentava a inevitabilidade do separatismo do Brasil e, por conta disso, Gusmão preparou o seu advento “nas dobras do Tratado de 1750”, “moldando o corpo do Brasil” (CORTESÃO 1956, p. 380).

Nessa explicação, o protonacionalista Gusmão, homem-forte do estado português, secreta e intencionalmente, havia transformado o futuro por meio dos instrumentos disponibilizados pelo seu presente. Assim, havia deformando propositalmente o Mapa das Cortes. Iludindo seus congêneres ao lançar mão de ilações históricas falseadas, teria conduzido ao engano igualmente a portugueses e a espanhóis. Em suma: tinha “moldando o corpo do Brasil” para proporcionar “o Brasil para os brasileiros” (CORTESÃO 1956, p. 380).

Ao articular numa mesma perspectiva o metajogo historiográfico e político, Jaime Cortesão leva o seu analista a ter de considerar instrumentos teóricos e

---

Santa Catarina, em 1905, foi nomeado de “Caso Panther” em virtude do envolvimento dos tripulantes de um barco germânico, a canhoneira Panther, que já havia se envolvido anteriormente em ataques à Venezuela e ao Haiti. O episódio levou à mobilização geral da Marinha de Guerra brasileira e ao envolvimento dos Estados Unidos em favor do Brasil, resultando em profundas impressões na cultura política brasileira, especialmente no que tange ao imperialismo e à xenofobia, bem como na formulação da política externa.



metodológicos que permitam explicitá-los. Entendo que isso ultrapassa certas considerações usuais em torno dos termos “Quem e como se faz a história”, levando a ter mesmo de inquirir os insumos que serviram a Michel de Certeau para pensar as questões da representação do político e do lugar do historiador em relação à escrita da história.

Penso que juntando no mesmo argumento historiográfico o acaso ao determinismo, e a causalidade à oportunidade, Jaime Cortesão trabalhava num posicionamento sensível àqueles brasileiros de seu tempo, quando a Geografia se somava à História. Ele não apontava apenas o tempo enquanto condição meta-geográfica e como base analítica nas possibilidades *geo-políticas*, mas considerava também o espaço enquanto condição meta-histórica, trabalhando as implicações *geo-políticas*, posições passíveis mesmo de serem resgatadas para trabalharmos as questões da representação e do lugar do historiador.

No primeiro caso, ao constituir o argumento historiográfico pelo investimento numa explicação do protonacionalismo de Gusmão, “moldando o corpo do Brasil”, Jaime Cortesão não apenas se colocava na luta de representações do campo político das décadas de 1940 e 1950, mas também na luta do campo historiográfico, pois estava reativando a representação de Gusmão “enformando” a Nação em seu território, esboçada há mais de cem anos pelo Visconde de São Leopoldo no seio do MRE, e que provocou a criação do IHGB (PEIXOTO 2015; 2011b).

No segundo caso, ao deslocar o problema da identidade e da nação brasileira do pan-americanismo para reconduzi-las a uma inteligência centrada em Portugal e, naquilo que idealizava como o papel dessa nação na civilização universal, Cortesão produzia uma explicação empreendida nas transições e nos arranjos complexos do metajogo político e historiográfico. Compreendendo que a produção historiográfica do Brasil se articulava à da região platina, a esta sobrepôs a ligação à produção lusitana, discernindo e amplificando o campo da produção historiográfica nucleado no IRB, Cortesão desobrigou os interesses da corporação diplomática dos arranjos operados noutras instituições e possibilitando, assim, a constituição daquilo que viria a ser chamado por José Honório Rodrigues de Política Externa Independente.

Ambos os casos nos possibilitam inquirir não apenas a ideia do papel do historiador em relação à escrita da História, mas a própria ideia de seus lugares. Visando isso, começaremos pela exegese do esforço que abrigou o exercício historiográfico de Jaime Cortesão no IRB; depois, analisaremos esse exercício em relação ao diálogo com a produção da região historiográfica platina, para, finalmente, inquirir a reativação da representação de Gusmão em 1956.

### **A coleção *Alexandre de Gusmão* e a consolidação do IRB**

Em 1950, na comemoração do bicentenário do Tratado de Madri, o MRE começaria a publicar a coleção *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, composta por nove volumes, sob a organização e a direção de pesquisa de Jaime Cortesão. Naquele ano saíam, fora da ordem de organização, dois volumes: *Obras várias de Alexandre de Gusmão* e *Documentos Biográficos*



– respectivamente os Tomos I e II de sua Parte II; no ano seguinte seriam publicados os dois tomos de sua Parte III – os *Antecedentes do Tratado*.

Somente em 1952, às vésperas de se completarem os duzentos anos do falecimento daquele que fora chamado de “avô dos diplomatas brasileiros” (JORGE 1916), é que começaria a ser publicada a contribuição autoral de Jaime Cortesão, o Tomo I da Parte I da Coleção, nomeado de *Introdução (1695-1735)*. Entretanto, o seu Tomo II – *Introdução (1735-1753)* –, somente sairia da *Imprensa Oficial* em 1956. Os volumes restantes da Coleção, a Parte IV (*Negociações*, em dois tomos) e *Execução do Tratado* (Parte V) seriam publicados até o ano de 1960.

Entretanto, a organização e publicação da Coleção não era um esforço isolado do IRB, mas fazia parte do ambicioso Plano de Pesquisa no Brasil articulado em abril de 1947 pelo diretor do IRB, Hélio Lobo. O Plano previa a outorga de bolsas de pesquisa anuais, bônus na entrega dos resultados em forma de livro, planejamento para impressão em editoras comerciais, pesquisa no exterior a ser realizada por funcionários do MRE e convênios com as Seções de História do Brasil das principais faculdades de filosofia.

O Plano de Hélio Lobo juntava nove projetos de pesquisa sob a direção de pesquisadores já distinguidos em esforços correlatos aos objetos de estudo dos projetos, caso de Jaime Cortesão, José Honório Rodrigues, Gilberto Freire, Artur César Ferreira Reis, Virgílio Correia Filho, Bruno de Almeida Magalhães e Octávio Tarquínio de Souza.

64

No entanto, apenas dois projetos – *De Tordesilhas a Saragoça, 1494-1529* e *Tratado de Madrid, 1750* – ficaram a cargo de um único pesquisador, Jaime Cortesão. O segundo deles seria exatamente o que daria origem à coleção *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, e já era diferenciado dos demais projetos do Plano na medida em que lhe eram destinados recursos suficientes para uma execução mais longa e onerosa, e se havia previsto a publicação dos seus resultados pela Imprensa Nacional. Isto acontecia porque o projeto *Tratado de Madrid, 1750* estava destinado pelo próprio IRB à condição de sua contribuição para as comemorações do bicentenário do Tratado (MRE 1947b).

No sentido de melhor se colocar o argumento de que a inserção de Jaime Cortesão no esforço do MRE deve ser pensada no metajogo político e historiográfico, é necessário observar que: as tarefas delegadas a Jaime Cortesão antes de 1947 não tinham a ver com a pesquisa; que o Plano de Pesquisas de Hélio Lobo discrepava completamente dos objetivos atribuídos ao IRB; que o projeto *Tratado de Madrid, 1750* surgira a reboque dos interesses de Cortesão; que seus interesses se articulavam com os objetivos da corporação diplomática; e que outro esforço de Cortesão, no âmbito da Biblioteca Nacional (BN), operava neste metajogo.

No que tange ao contrato acordado entre Jaime Cortesão e o MRE ainda no início de 1944, as tarefas às quais deveria se dedicar estavam distribuídas entre várias atividades e apenas umas delas, a organização do *Atlas Histórico do Brasil*, tangenciava a pesquisa. As demais diziam respeito às melhorias no funcionamento da Mapoteca do Itamaraty e à recapacitação do funcionalismo do Ministério, como a catalogação de arquivos, a consultoria e a docência (MRE 1946a).

Em relação aos objetivos do IRB, embora a pesquisa estivesse prevista entre as finalidades do Instituto pelo decreto-lei que regulava sua criação, sua direção não a considerava nem mesmo uma atividade secundária em 1946 – o caso dos seus cursos de extensão que, embora tivessem sido restritos à mínima atividade possível, estavam incluídos no planejamento do Instituto. Esse posicionamento derivava do entendimento de que todos os esforços do IRB deveriam estar focados no aperfeiçoamento dos servidores do MRE e na preparação de candidatos com a carreira diplomática e consular (MRE 1946b).

É importante considerar, no sentido de pensar a articulação dos interesses de Cortesão com os objetivos da corporação diplomática, que pelo menos dois dos memorandos expedidos pela direção do IRB, no ano de 1946, apontavam as enormes dificuldades enfrentadas para apenas se conseguir manter as novas regras de ingresso na carreira diplomática, provavelmente determinando que o foco do Instituto fosse mantido nos cursos de aperfeiçoamento e admissão. Pela leitura desses memorandos, fica claro que a direção do Instituto sofria grandes pressões para que se permitisse o ingresso de candidatos reprovados no exame vestibular do IRB, e que isto apenas repetia a velha prática de apadrinhamento, considerada responsável pelos desníveis na formação e no desempenho dos diplomatas (MRE 1946c; 1946d).

O interessante é que, paralelamente às reclamações contra o “pistolão” e os “protetores ou padrinhos”, se expressasse também a ideia de um novo papel a ser desempenhado na sociedade pelo IRB, e por uma Fundação Rio Branco ainda a ser criada (MRE, 1946c; 1946d). Aqui se detecta a formulação de que um campo de atuação dos diplomatas deveria se constituir no mesmo modelo em que então se organizavam as carreiras acadêmicas no Brasil, para o qual se pleiteava, inclusive, a formação de uma reserva de atuação fora das flutuações dos interesses políticos e, para isto, se salientava que o IRB deveria levar adiante, a despeito de suas limitações orçamentárias (MRE, 1946b), “um plano universitário capaz de garantir o nível cultural indispensável ao exercício da função diplomática” e almejar o “incremento da pesquisa histórica”, considerando o “aprofundamento da consciência internacional de nosso povo” (MRE, 1946c). Por conseguinte, mais do que uma simples escola de diplomacia, o IRB era pensado no concerto das atribulações passadas e presentes da corporação diplomática, e sincronizado com as ambições de seus integrantes como um “verdadeiro centro de irradiação cultural e de pesquisas históricas, destinado a desempenhar um papel relevante na história da cultura e da política internacional do Brasil” (MRE 1946c).

Penso que a influência de Jaime Cortesão é inegável, não apenas porque nessas formulações transparecem certos conteúdos de seus cursos História da Cartografia Política do Brasil e História da Formação Territorial do Brasil, mas por causa desses conteúdos já refletirem suas atividades de pesquisa. É importante considerar que essas atividades somavam-se à sua atuação de liderança enquanto docente e que ambas se desdobravam *em apoio à consolidação e à expansão das atividades do IRB*, crescendo-se à visão que dele se fazia na corporação. Além disso, é necessário salientar que a frequência e a aprovação nos cursos

ministrados por Jaime Cortesão no Instituto eram, então, determinantes para a progressão funcional dos diplomatas de carreira (PEIXOTO 2014, p. 201-202).

No endosso deste argumento da aliança entre as atuações de Cortesão e da Corporação, dois registros comprovam que o projeto *Tratado de Madrid, 1750* derivava diretamente da atividade autônoma de pesquisa de Jaime Cortesão, voltada então para os seus cursos e, indiretamente, ao debate com Rodrigo Octávio.

Em 1952, no prefácio ao Tomo I da Introdução da Coleção, Jaime Cortesão aponta que desde 1944, quando começara a lecionar o curso História da Cartografia do Brasil, havia cuidado “de fazer buscar e copiar a correspondência sobre as negociações do Tratado, que se encontrava dispersa em arquivos de Lisboa”, processo que demorou dois anos. Segundo Cortesão, este resultado foi convertido para o conteúdo de suas aulas, cujo sucesso chamou a atenção da direção do IRB, determinando que a organização da Coleção fosse confiada a ele em abril de 1947, por conta de o Instituto se posicionar frente às comemorações do bicentenário do Tratado em 1950 e do falecimento de Gusmão em 1953 (CORTESÃO 1952, p. 5).

Esse relato fica, em sua maior parte, corroborado pelo memorando de João Guimarães Rosa, à época Chefe da Secretaria do IRB, que nos traz outros elementos, efetivamente confirmando que a organização da Coleção já havia sido confiada a Cortesão, antes mesmo da elaboração do Plano de Hélio Lobo, e que Cortesão já havia acertado verbalmente a venda de toda a documentação acerca do Tratado e de Gusmão para o IRB, pelo mesmo valor de sua aquisição em Portugal. O problema é que tanto o volume (cerca de 1.200 folhas de papel almaço), quanto o valor (correspondente a dois meses do salário de Cortesão no IRB), bem como a indicação de que o acerto verbal teria ocorrido provavelmente em 1946, faz supor a cumplicidade de Hildebrando Accioly, diretor do IRB, no engajamento de Cortesão na pesquisa, até porque Accioly estava presente na reunião de abril de 1947 embora já não fizesse mais parte do IRB (MRE, 1947a).

66

### **A coleção *De Angelis* e o metajogo da região historiográfica do Prata**

Seguindo o argumento de que a inserção de Jaime Cortesão no esforço do MRE deve ser pensada no metajogo político e historiográfico, se deve levar em conta que paralelamente à coleção *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, Jaime Cortesão também estava à frente da organização e publicação dos *Manuscritos da Coleção De Angelis* para a BN, e vários registros apontam o entrelaçamento das duas atividades.

A Coleção da BN era composta por sete volumes e os dois primeiros foram publicados na ordem de organização da Coleção em 1951 e 1952 – *Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1594-1640)* e *Jesuítas e Bandeirantes no Itatim (1596-1760)* – mas os que lhe seguiram foram os volumes V e VI, publicados fora da ordem nos anos de 1954 e 1955, sendo que os volumes III e IV saíram somente em 1969 e 1970, junto com o volume VII.

O leitor deve notar que os volumes da coleção *De Angelis* publicados nos anos de 1954 e 1955, *Tratado de Madri – Antecedentes – Colônia do Sacramento*

(1669-1749) e *Antecedentes do Tratado de Madri – Jesuítas e Bandeirantes no Paraguai (1703-1751)*, se relacionavam diretamente com os dois textos autorais de Jaime Cortesão sobre Gusmão (também publicados fora da ordem) em 1952 e 1956, e endossavam seus argumentos pela exposição da documentação dos antecedentes do Tratado de Madri.

Voltando com o argumento de que a atividade autônoma de pesquisa realizada por Cortesão antecipou os movimentos no IRB e de que seus cursos no Instituto consolidaram a aliança de sua atuação com a corporação diplomática, noto que esses rastros podem ser descortinados na própria Introdução da coleção *De Angelis*. Nesta, Jaime Cortesão aponta que utilizara largamente os documentos dessa coleção para a elaboração tanto do curso História da Cartografia do Brasil quanto de História da Formação Territorial do Brasil, realizados justamente em 1945 e 1946. Além disso, Cortesão reconhece que fora convidado para organizar tal coleção pelo ouvinte de um de seus cursos, Rubens Borba de Moraes, então diretor da BN, após ele ter assistido sua exposição sobre os conflitos entre as bandeiras paulistas e os jesuítas espanhóis no Paraguai.

Na coleção *De Angelis*, como já acontecera na coleção *Alexandre de Gusmão*, se demonstra como a atividade de pesquisa de Cortesão havia desencadeado todo um processo e como a atividade docente tinha servido, enquanto instrumento transformador de sua carreira no Brasil, especialmente em relação à sua aliança com a corporação diplomática.

No caso da coleção *De Angelis*, embora não esteja apontado à qual curso o diretor da BN havia assistido, podemos inferir por meio do exame dos conteúdos de ambos os cursos, que se tratava de História da Formação Territorial do Brasil e como esta coleção fazia parte do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, por conseguinte, fechado a ouvintes externos. Assim, poderíamos supor que os cursos do Instituto ou, pelo menos o de Cortesão, possuíam um valor estratégico para o IRB, na medida em que funcionavam na ligação e na exposição dos valores da corporação diplomática junto aos demais integrantes do Estado.

Além disso, deve-se fazer notar que José Honório Rodrigues passou a fazer parte do corpo docente do IRB desde 1947 quando lhe fora designada a disciplina de História do Brasil – a ser lecionada na primeira turma do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (MRE 1947a) –, e que ele conviveria com Cortesão tanto na Divisão de Obras Raras da BN quanto no IRB, onde formariam juntos os núcleos duros do ensino de história e da pesquisa histórica.

Sabemos também que desde agosto de 1946, bem antes, portanto do anúncio do Plano de Pesquisa no Brasil pelo IRB e do início oficial das atividades de pesquisa de Cortesão para o Instituto, uma funcionária do MRE, a pesquisadora de história Astréa Dutra dos Santos, já trabalhava em dias alternados da semana no IRB e na BN, caracterizando a interação das atividades de Cortesão e destas com as do IRB (MRE 1947c). Além disso, sabemos que Hélio Lobo passara a fazer parte do corpo docente do IRB ainda em 1946, ministrando a disciplina História Diplomática, para fundar, junto com Jaime Cortesão, o primeiro curso de aperfeiçoamento de diplomatas do MRE (MRE, 1946a).

Dessa forma, entendo que as atividades de Cortesão à frente da organização e publicação dos *Manuscritos da Coleção De Angelis* e da coleção *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri, 1750* acabaram somadas ao esforço de transformação da corporação diplomática iniciado em meados da década de 1940, ou seja, o de incluir não apenas a fundação do IRB, mas a sua constituição como um centro de pesquisa e de ensino acadêmico. Por força da reforma administrativa, o IRB acabaria adensado pela tarefa de formar os ingressantes na carreira e de reciclar os seus membros intermediários (PEIXOTO 2014, p. 201-202).

Se retornarmos ao exame do primeiro volume da coleção *De Angelis*, observaremos ainda que a “Explicação” de José Honório Rodrigues, diretor da *Divisão de obras raras e publicações* da BN, postada à guisa de prefácio, aponta não apenas as origens, mas também a importância atribuída pelo MRE à documentação, e ele frisava que isto determinara mesmo a sua aquisição pelo Ministério em 1853.

Esse teor da Explicação de José Honório Rodrigues foi ratificado pela Introdução escrita por Jaime Cortesão, onde se salientava o interesse da Coleção para as discussões de limites do Brasil. Contudo, salta aos olhos que o apontamento não possuía apenas um mero interesse histórico, mas colocava a relevância da Coleção para discussões historiográficas atualizadas, sobretudo se repararmos na crítica ácida de Cortesão à atuação política de Pedro de Angelis e à radical desqualificação de sua posição enquanto historiador (CORTESÃO 1951, p. 51-53).

68

Penso que não fora por acaso que Cortesão destrinchara a sua Introdução em seis partes, das quais as três primeiras (*Pedro de Angelis ao serviço da Argentina; De Angelis e o cavaleiro de Wallenstein; e Pedro de Angelis ao serviço do Brasil*) cuidavam exatamente da atuação política e historiográfica de Pedro de Angelis. Por essas, Cortesão buscava mostrar que Pedro de Angelis não era movido por nenhum patriotismo, mas agira sempre a soldo de algum interesse e, por conta disso se movera a favor, não apenas da Argentina, mas também do Brasil e do Paraguai. Aliás, isto fica já ajuizado ao começo da sua Introdução:

Entre o começo e o término da existência, De Angelis atravessou altos e baixos numa carreira, por vezes brilhante, mas sempre inquieta, contraditória e descontínua. Havendo se imiscuído com zelo indiscreto e mercenário às lutas políticas, que no seu tempo com tão vivo estrépido incendiaram o Prata, ainda hoje em volta da sua memória se prolonga o choque das ideias e partidos antagônicos (CORTESÃO 1951, p.13).

Penso que este arrazoado voltava-se exatamente contra uma parte da historiografia argentina que, abrigada na circulação da região historiográfica do Prata, colocava periodicamente a ideia de que o governo do Brasil agira sempre nos moldes imperialistas.

Juntando-se este raciocínio àquele que relaciona as atividades de Cortesão às transformações na corporação diplomática, poderíamos interpretar a sua carta para Lafayette de Carvalho e Souza, diretor do IRB, em 1948, na qual comentava os progressos do seu trabalho (CORTESÃO 1948), como a síntese de um posicionamento articulado nas duas coleções, que compreendia o metajogo da região historiográfica platina e que era colocado em apoio e



apoiado por uma parte da corporação diplomática que se reunia em torno de um projeto para o IRB.

Esse posicionamento simultaneamente se colocava contra certas correntes da historiografia argentina, mas também da historiografia brasileira, que operavam separadamente no metajogo historiográfico e político da região e com objetivos assemelhados.

Este conceito dominante no Prata, pretende ser a base histórica da política revisionista, em particular dos argentinos, que nunca perderam a chance de reaver o território de Palmas [...] e declaram como um problema em aberto, o do Território dos Sete Povos [...] A futura obra do Instituto [...] será, sem ter o ar expresso, a resposta e o desmentido categórico àquela propaganda nacionalista, revisionista e acintosamente deformadora da história (CORTESÃO 1948).

### **As origens do revisionismo e a criação da Comissão Brasileira Revisora**

Por outro lado, existiria alguma conexão entre o embate de Cortesão com Rodrigo Octávio, a atuação da corporação diplomática e, o estabelecimento de prescrições estatais sobre a publicação e circulação das obras didáticas de história e de geografia no Brasil?

A Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), constituída em 1938 e consolidada em 1944 é considerada a predecessora do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), e se entende que a CNLD incorporou as atribuições da Comissão Brasileira Revisora dos Textos de Ensino de História e Geografia, reunida no ano de 1936, para atender às prescrições do Convênio firmado entre o Brasil e a Argentina em 10 de outubro de 1933 (OLIVEIRA; FREITAS 2013, p. 8-10).

Contudo, os textos acadêmicos dedicados a avaliar a Comissão Revisora e os seus efeitos têm, de modo geral, apontado sua origem nas iniciativas da Liga das Nações que visavam, então, revisar as obras didáticas com o fim de se eliminar delas os conteúdos chauvinistas que ainda alimentavam o antagonismo entre os membros dessa Liga (LEITE 2010a, 2010b, 2011; CELESTE FILHO 2010; SILVA 2011). Nesta compreensão as iniciativas da Liga, desenroladas inicialmente na Europa, teriam se desdobrado para as Américas e, segundo Ana Paula Silva, no caso específico de Brasil e Argentina, fariam "parte de um projeto que reunia intelectuais e políticos das classes dominantes, ligados à diplomacia, e seus projetos de futuro" (SILVA 2011, p. 270-271). Mesmo assim, alguns destes autores observaram a manutenção de algumas práticas do MRE no que dizia respeito ao seu papel na revisão dos textos didáticos, "não obstante a oscilação política" (LEITE, 2011, p. 87), por exemplo a evocação estrita daquele Convênio de 1933 no auge da Ditadura Militar (CELESTE FILHO 2010, p. 256).

Sem destituir a importância e a influência das iniciativas e das atividades ligadas à Liga das Nações e o argumento da interpenetração dos projetos de poder das elites brasilo-argentinas (SILVA 2015), nossa intenção é demonstrar que a Comissão Revisora de 1936 se integrava na partilha de interesses e tarefas assumida, desde 1838, pelo IHGB e o MRE (PEIXOTO, 2015, p. 48-49), e que a inserção de Jaime Cortesão no MRE possibilitou à corporação diplomática viabilizar sua autonomia em torno do IRB.



Portanto, não importaria compreender apenas o debate de origem da Comissão, mas também sua solução, na medida em que a inauguração dos instrumentos de intervenção direta nos conteúdos didáticos desencorajava, indiretamente, a produção acadêmica que não atendesse às diretrizes manifestadas pelos governos dos países envolvidos, mas idealizadas por suas instituições e corporações.

Nesse sentido, entendo que a produção e a liderança acadêmica de Cortesão era determinante para o engajamento do IRB na defesa de uma produção histórica e geográfica *revisionista* inaugurada em 1928, na medida em que por esta se permite incrementar a disseminação de uma visão identitária e espacial que endossava a participação dos diplomatas na criação da Nação. Permite-se afastar as possibilidades de confronto e aproximavam-se as nações do Prata numa articulação a ser desempenhada continuamente pelos diplomatas.

Alguns problemas devem ser apresentados ao leitor para que possamos explicar a relação da Comissão Revisora com os textos de Rodrigo Octávio e como estes podem estar concatenados com o escrito de Cortesão em 1956.

Por um lado, Cortesão se engaja na discussão na década de 1940, mas seu escrito se apresenta ao metajogo de 1950, na medida em que se procurava rever, no Brasil e na Argentina, os conteúdos historiográficos e geográficos já sedimentados desde a Comissão.

No Brasil, os defensores do alinhamento com os Estados Unidos na Guerra Fria o explicavam junto à articulação do posicionamento do Brasil como a potência regional da América do Sul por conta da "aliança não escrita" com os Estados Unidos (PEIXOTO 2011). Na Argentina, o Ministério da Educação buscava a criação de uma comissão para revisar a atuação política de Juan Manuel de Rosas. Seus defensores apontavam que este deveria ser valorizado exatamente pela defesa dos interesses nacionais, pela oposição ao domínio estrangeiro e à dependência econômica e contra as classes econômicas que buscavam seus modelos no exterior (RODRÍGUEZ 2001, p. 58).

Por outro lado, os textos de Rodrigo Octávio se colocam no metajogo de 1930 a partir da oportunidade de endossar o Primer Congreso de Historia Nacional do Uruguai de 1928, e não dos Convênios de 1933 com a Argentina e o Uruguai. Estes dois, mais celebram e regulam uma região historiográfica do que inauguram um concerto, na medida em que o Primer Congreso deriva de uma interação entre as instituições históricas e os historiadores, que remontava ao século XIX. Entendo, assim, que a solução do Primer Congreso em torno do revisionismo se deu em face do contexto geopolítico sul-americano, dos anos 1920, e em razão da organização de um consenso na região historiográfica do Prata.

A criação no Uruguai da Junta de Historia y Numismática Nacional, em 1926, possibilitou a renovação dos contatos entre os intelectuais e as instituições desse país com os seus congêneres brasileiros, na medida em que esta se apresentava paralelamente ao Instituto Historico y Geografico del Uruguai (IHGU), mas colocando-se, enquanto uma instituição, mais dinâmica e capaz de incorporar a nova intelectualidade, ainda que esse caráter renovador e antielitista não se verificasse sempre em suas práticas e que sua existência

fosse decididamente amparada pelo Estado (ZUBILLAGA 2002, p. 250-251; 2003, p. 182).

No caso da Argentina, somente no final da década de 1930 é que a transformação da Junta de Historia y Numismática Americana na Academia Nacional de la Historia (ANH) se consumaria enquanto um processo de renovação dos estudos históricos premiando a ascensão da Nueva Escola Histórica. Esta, por sua vez, apresentava a proposição de superar a velha tradição monografista e biográfica para reescrever cientificamente a história de seu país e consagrava a posição de seus integrantes numa nova rede institucional de investigação e ensino da História, que controlava as Universidades de Buenos Aires e La Plata (PRADO 2001, p. 17-18).

Por conseguinte, interpreto que o consenso historiográfico regional foi alcançado pela atuação de uma nova instituição, a Junta uruguaia, mais sintonizada com as transformações políticas e historiográficas que seus congêneres platinos. Nesse caso, teria se aproveitado a oportunidade das comemorações da independência do Uruguai, inclusive pelo dissenso em torno da celebração dessa efeméride, para acertar no Primer Congreso o concerto revisionista, que seria cancelado no Brasil em 1931, por iniciativa do representante uruguaio, no Segundo Congresso de História Nacional.

### **As bases da Comissão brasileira e o metajogo do Prata em 1928**

De que modo os escritos de Rodrigo Octávio se posicionaram no metajogo da região historiográfica platina, e como a produção de Cortesão se articulava com o esforço continuado de certos elementos da corporação diplomática?

As análises acerca da Comissão Revisora de 1936 e dos Convênios de 1933 não consideram a participação original dos uruguaiois e se basearam mais no exame dos textos finais da Comissão brasileira – suas Normas e Decretos – do que na investigação de suas atividades. Assim, é possível reconstituir boa parte de suas discussões e de seus antecedentes por meio das Atas das suas reuniões e dos documentos preparatórios guardados pelo Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI).

A composição mesma da Comissão brasileira já nos diz muita coisa, na medida em que praticamente toda ela era integrada por membros do IHGB e representantes do MRE, sendo que vários deles participavam das duas organizações – é o caso, por exemplo, de José Carlos de Macedo Soares, o presidente da Comissão no início de suas reuniões, quando ocupava o posto de Ministro das Relações Exteriores e, depois, chegaria a ser o presidente do IHGB.

Praticamente toda a discussão se desenrolou a partir das chamadas “bases”, elaboradas por Pedro Calmon, as quais, por sua vez, eram inspiradas na sua *História da Civilização Brasileira*. Ao contrário do que ficaria registrado, a Comissão começaria descortinando a ideia da revisão dos textos de história e geografia a partir da remissão aos países sul-americanos, e somente na segunda reunião mudou-se o foco da revisão para o pan-americanismo.

Sobre essa revisão – e será para esse ponto que migraremos nossa análise –, resguardam-se, principalmente, as origens da Comissão em suas Atas: ela

devia sua existência aos entendimentos dos diplomatas Hélio Lobo e Freitas Valle em suas passagens pela legação de Montevideú, quando participaram dos preparativos para o centenário da independência do Uruguai e, em decorrência deste, também do Primer Congreso, quando se propôs a revisão dos textos de história no Uruguai, no Brasil e na Argentina.

Hélio Lobo, colega de Jaime Cortesão na docência do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e diretor do IRB, à época do Plano de Estudos, fora também um dos preparadores dos entendimentos preparatórios do Primer Congreso, inclusive, daquele que previa a participação de representantes dos Governos brasileiro e argentino.

O representante do Brasil foi Braz do Amaral, deputado federal, presidente da Comissão de História Diplomática da Câmara dos Deputados e membro do IHGB. Sua participação foi marcada pelo apontamento de que os conflitos no século XIX teriam sido resultantes da herança colonial e, portanto, das desavenças entre Portugal e Espanha, as quais não faziam mais sentido para as nações do século XX. Ora, Braz do Amaral repetiu praticamente todos os argumentos já apresentados no IHGB, exatamente por Rodrigo Octávio e Hélio Lobo, à diferença que o primeiro destacava Gusmão como sendo o idealizador da ultrapassagem da herança colonial, enquanto o segundo colocava a questão mais nos termos geopolíticos visando lembrar a importância da intromissão da Inglaterra no conflito – uma reminiscência importante – para pensarmos o posterior posicionamento de Cortesão.

72

Tendo ficado à frente da Comissão de História Diplomática, Braz do Amaral defendeu que não fossem publicados os trabalhos ofensivos a quaisquer das nações americanas, e como resultado dessa proposição foram reprovados dois trabalhos e um outro foi encaminhado para modificar – tudo por causa de suas críticas ao imperialismo brasileiro. Seria exatamente pela tensão provocada por essas reprovações que um dos representantes uruguaios, Enrique Rogberg Bálparda, apresentou a proposta, depois aprovada pela Plenária, de que fosse feita a revisão dos livros didáticos de História nos três países.

No Brasil, isto seria transubstanciado por Rodrigo Octávio, na tese *Tratado de Paz com as Províncias Unidas do Prata – 1824*, a qual foi apresentada ao Segundo Congresso de História Nacional em 1931 junto com o pedido de aprovação da proposição de Bálparda, logrando êxito nas duas proposições.

Penso que as bases desse entendimento em torno da proposta de Enrique Rogberg Bálparda já haviam sido costuradas desde 1926, e depende de considerarmos tanto a ideia da região historiográfica platina quanto a da continuidade dos esforços combinados do IHGB e do MRE.

Em 1926, surgiu a Junta uruguaia, reunindo vários integrantes do Governo e de instituições oficiais, em razão da incapacidade do IHGU em absorver novos membros e se dedicar a atividades mais abrangentes. Entre as suas primeiras atividades, propôs-se a organização de um congresso histórico internacional para a comemoração do centenário da independência e que recebesse os representantes da Inglaterra, Brasil e Argentina, exatamente o Primer Congreso pelo qual trabalhou o diplomata Hélio Lobo, futuro diretor do IRB. A organização da Junta

foi inspirada nos modelos do IHGB e da Junta argentina; logo após a sua fundação Arturo Scarone, diretor da Biblioteca Nacional do Uruguai, ficou encarregado de estabelecer ligações com o IHGB, missão que desempenhou durante uma viagem oficial ao Rio de Janeiro para entregar à Biblioteca brasileira uma coleção de publicações oferecidas pelo seu Governo como gesto de intercâmbio cultural.

Desse modo, tanto a proposta da instituição quanto a ideia do que deveria ser o futuro evento ficaram bastante claras no discurso pronunciado por Aquiles B. Oribe durante a comemoração do primeiro aniversário da Junta: não seria apenas ensinar a história, mas “depurá-la de todas suas inexatidões”, e sua justificativa era a de que a evolução da história fora tão completa que se requeria a sua revisão, pois “pareciam ter sido outros os atores de sua história” (ORIBE 1928, p. 116-118).

### Considerações finais

Em um de seus livros, Ian Buchanan comenta surpreso o fato de que Luce Giard, principal biógrafa de Michel de Certeau, ter informado que não entendia por que Certeau lia e relia *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*. Para Buchanan, era óbvio que ele, assim como Marx, se perguntavam o porquê dos mortos não poderem ser deixados enterrar e por que recorriamos tão prontamente a mitos e fantasmas. Afinal, acalmar os mortos seria a principal tarefa dos historiadores desde Michelet: “encontrar os sentidos discursivos para colocá-los a descansar, mas, fingindo que haviam sido outros os que lhes perturbaram” (BUCHANAN 2000, p. 54).

Contudo, observo que outras informações nos são dadas por Giard: não apenas Certeau lia o *18 Brumário* em francês e alemão, mas este texto fora crucial para todos os seus escritos sobre historiografia (GIARD 1998, p. xii), o que também deveria surpreender Buchanan, uma vez que a observação de Marx se dá num texto sobre o político e sobre as representações do político, problemas que não eram o foco dos exames de Certeau.

Provavelmente outros problemas também deveriam estar sendo apresentados a Certeau em sua leitura do *18 Brumário*, uma vez que a célebre frase “Deixe os mortos enterrarem seus mortos” se abre no texto de Marx em mais sentidos: “A fim de alcançar seu próprio conteúdo, a revolução do século XIX deve deixar que os mortos enterrem seus mortos” (MARX 1996, p. 34). Penso que aqui Marx trata de apontar que o conteúdo das representações do velho político não servia aos revolucionários do século XIX, os quais deveriam buscar *o seu conteúdo*, ou seja, em vez de tornar negativa a busca da representação do político na história, Marx apontava um sentido positivo e ativo, ao alinhá-la com os conteúdos condizentes a eles: “A revolução social do século XIX não pode criar sua poesia do passado, mas somente do futuro [...] Lá a frase transcendeu o conteúdo, aqui o conteúdo transcende a frase” (MARX 1996, p. 34).

Mas talvez Buchanan devesse ter reparado que o mais intrigante não fosse pensar o porquê de recorrermos tão facilmente a mitos e fantasmas, mas o problema de que o próprio Marx recorreu a uma frase bíblica que se encaixava relativamente bem nas suas preocupações: “Mas Jesus lhe disse: ‘Deixa os mortos enterrarem os seus mortos, porém tu vais e anuncia o Reinado de Deus’” (Lucas 9:50).

Provavelmente isto não escapou a Certeau, obviamente porque ele era um jesuíta e, afinal, esta é apenas uma das várias passagens do *18 Brumário* em que Marx faz das referências religiosas o motor pelo qual o problema da representação foi analisado. Não poderia ser o problema da representação do político que tenha “deliciado” Certeau, como apontou Giard (1998, p. xii), mas, ao mesmo tempo, o incomodado?

Afinal, não se infere por isto a questão mesma da interpretação, tão central nos seus textos, a ponto de se querer destruir os falsos deuses da história? Pois Marx, em vez de tão somente destruir as representações não estaria argumentando em busca de outra representação, aquela que pudesse conduzir os revolucionários à verdade da Revolução? Não foi assim que Marx revelou, numa carta para Friedrich Engels em 1861, a sua admiração por Espártaco, como um real representante do proletariado dos tempos antigos? (MARX 1861).

O problema talvez seja que para Certeau a interpretação e, por extensão, a historiografia, tivesse mais a ver com Freud ou Nietzsche, do que com Marx ou Hegel, e que nesse sentido, ele tivesse que atravessar primeiro pelo cultural, para somente depois alcançar o político, como esclarece Buchanan (2000, p. 57).

Neste ponto, creio que Certeau dialogou e/ou foi influenciado por Pierre Klossowski, assim como também outros pensadores franceses do período: Michel Foucault, Jacques Derrida e Gilles Deleuze. Inclusive Foucault julgava que a melhor obra de filosofia que havia lido era *Nietzsche e o Círculo Vicioso*, da autoria de Klossowski (SMITH 2012, p. vii; 263-265).

74

Penso que a contribuição de Klossowski à compreensão da representação por aquela geração foi imensa e esta se deu por meio das definições e discussões de *Nietzsche e o Círculo Vicioso*, especialmente por conta de conceitos como simulacro, estereótipo, fantasma, prótase e apódase, articulados na reflexão dos problemas colocados por Nietzsche, onde emprestava especial atenção ao emprego do termo “suppôt”.

Neste ponto da argumentação, gostaria de fazer notar que Certeau e Klossowski dividiam a mesma experiência religiosa e, por conseguinte, as referências colocadas pela sua intensa preparação teológica, filosófica e espiritual. Enquanto Certeau seguira na Companhia de Jesus, Klossowski deixara o seminário da Ordem de São Domingos e, a despeito dessa decisão, a vivência ali impactou profundamente a sua escrita literária e acadêmica.

“Suppôt” é um termo utilizado na língua francesa do século XVI (segundo Daniel W. Smith, um dos melhores especialistas em Klossowski e Deleuze), e Klossowski o manteve em lugar de qualquer outro termo em *Nietzsche e o Círculo Vicioso* porque “suppôt” era intraduzível para o francês do século XX, já que era apenas substituído imperfeitamente pela palavra “agente” (SMITH 2012, p. xii-xiii).

Originalmente, o termo “suppôt” remete à filosofia escolástica como equivalente ao termo “suppositum”, uma substância que se completaria nela mesma e, independente de outras, era capaz de atuar ou sofrer por si mesma. No entanto, se cada “suppositum” era considerado uma substância, o contrário não seria verdadeiro, pois havia o caso de duas substâncias serem



tão unidas que formariam um único "suppositum", o que, aliás, é o caso do homem, considerado a união de duas substâncias incompletas: a alma e o corpo (HUNTER 1896, p. 149-150).

Prova de que Michel de Certeau não desconhecia o termo "suppôt" é a de que, pelo menos uma vez, este foi utilizado na edição francesa de *A escrita da História*, muito embora a tradução brasileira tenha preferido substituir "suppôt" pelo termo "agente" (CERTEAU 1975, p. 273; 2002, p. 264). No entanto, essa diferença em relação a Klossowski nos aponta um rastro que levaremos em consideração no curso deste raciocínio, pois o termo "suppôt" não poderia ter para Certeau a mesma importância que Klossowski lhe atribuía, pois era o "outro" que ele procurava interpretar e não a ideia de uma ligação que percorreria a representação e perfaria sua economia.

Num raciocínio que guarda semelhanças com o arrazoado de Certeau em torno da invenção do cotidiano, Klossowski pressupõe nas ideias do fantasma e do simulacro, não apenas um estado obsessional, mas também sua reprodução intencional a partir de um repertório, "os códigos de sinais do cotidiano" [le code des signes quotidiens], onde a lucidez não se oporia à ideia de delírio.

Nessa economia, o fantasma seria uma produção dos impulsos e deixaria de ser comunicável em si mesmo, daí a necessidade do simulacro. Como a célebre tirada de Marx no *18 Brumário*, Klossowski também lembraria que o simulacro toma a forma de mito ou paródia. No sentido da sugestão de Marx acerca de Espártaco, para Klossowski a produção do simulacro não seria negativa ou positiva, mas parte de uma economia crucial: o movimento criador de uma linguagem que não seria traduzida estritamente ou intercambiada: Klossowski apontaria mesmo que "a impotência para inventar simulacros é, portanto, apenas um sintoma de degenerescência" – situação que não desafia apenas a invenção dos simulacros, mas a sua interpretação (KLOSSOWSKI, 2000, p. 155).

Interessa-nos aqui mostrar que esta é parte de uma solução possível de ser articulada pelos contributos acessíveis a Certeau e que pode ser alargada de modo a aventarmos que Cortesão buscava em Gusmão justamente o mito, utilizando a representação do político em si, enquanto uma forma de interpretar a realidade. Resedimentar Gusmão não era apenas produzir um simulacro dentre tantos outros, mas constituir uma ligação com aquilo que tanto prezava – a Liberdade – por meio do repertório que operava e através das oportunidades que se lhe apresentaram.

Isto fica ainda mais claro quando Cortesão se afirma *neo-hegeliano e crociano* – no juízo acerca de Pedro de Angelis – o mito de Gusmão não servia para acalmar os mortos:

Somos dos que pensam que no juízo sobre os homens não pode separar-se inteiramente o intelectual do ser moral [...] Ao historiador, e muito mais se partilhar, como nós, o conceito neo-hegeliano de Croce sobre a história, não é lícito oferecer uma homenagem incondicional a essa espécie de homens, por mais serviços que tenham prestado à cultura universal. Do contrário, poderá, a justo título, concluir-se que ele aceita e desculpa, por simples amor de erudição, as traições à missão humana e divina do espírito, que é afirmar e defender o espírito criador e a sua expressão livre e isenta (CORTESÃO 1951, p. 52-53).



## Referências bibliográficas

### Documentação primária

- CORTESÃO, Jaime. [Correspondência] 29 dez. 1948. Rio de Janeiro [para] Carta a Lafayette de Carvalho e Souza. **Biblioteca Nacional**, Seção de manuscritos, 30.1.001 n. 15.
- MARX, Karl. Marx to Engels in Manchester' [London, 27 feb. 1861]. **Marx-Engels Correspondence**. Marx & Engels Internet Archive: Letters. Disponível em: <[http://marxists.anu.edu.au/archive/marx/works/1861/letters/61\\_02\\_27.htm](http://marxists.anu.edu.au/archive/marx/works/1861/letters/61_02_27.htm)>. Acesso em: 01 jan. 2016.
- MRE. Ata da Comissão Brasileira Revisora dos Textos de Ensino de História e Geografia, constituída em virtude do Convênio com a República Argentina, assinado no Rio de Janeiro a 10 de outubro de 1935. **AHI**, 135 1 13.
- \_\_\_\_\_. Contrato entre Jaime Cortesão e o Ministério das Relações Exteriores em 12 de fevereiro de 1942. Memorandos e Relatórios de 1946a. **AHI**. 136 5 13-16. Manuscrito.
- \_\_\_\_\_. Memorando de Hildebrando Accioly, Diretor do IRB, para o Ministro das Relações Exteriores João Neves da Fontoura em 4 de fevereiro de 1946. Memorandos e Relatórios de 1946b. **AHI**, 136 5 13-16. Manuscrito.
- \_\_\_\_\_. Memória de Lauro Escorel Rodrigues de Moraes sobre a criação do Instituto Rio Branco. 1946. Memorandos e Relatórios de 1946c. **AHI**, 136 5 13-16. Manuscrito.
- \_\_\_\_\_. Memorando de Hildebrando Accioly, Diretor do IRB, para o Ministro das Relações Exteriores João Neves da Fontoura. 5 de junho de 1946. Memorandos e Relatórios de 1946d. **AHI**, 136 5 13-16. Manuscrito.
- \_\_\_\_\_. Memorando de Hélio Lobo, Diretor do IRB, para o Ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura em 25 de março de 1947. Memorandos e Relatórios de 1947a. **AHI**, 136 5 13-16. Manuscrito.
- \_\_\_\_\_. Plano de Pesquisa no Brasil. Memorando de Hélio Lobo, Diretor do IRB, para o Ministro das Relações Exteriores em 23 de abril de 1947. Memorandos e Relatórios de 1947b. **AHI**, 136 5 13-16. Manuscrito.
- \_\_\_\_\_. Memorando de Astréa Dutra dos Santos, pesquisadora de História do IRB para o Secretário Geral em 24 de dezembro de 1947c. **AHI**, 136 5 13-16. Manuscrito.
- \_\_\_\_\_. Memorando de Guimarães Rosa, Chefe da Secretaria do IRB para Lafayette de Carvalho e Silva, Diretor do IRB em 28 de maio de 1947. Memorandos e Relatórios de 1947d. **AHI**, 136 5 13-16. Manuscrito.

**Obras de apoio**

- BUCHANAN, Ian. **Michel de Certeau**: Cultural Theorist. London: SAGE Publications, 2000.
- CELESTE FILHO, Macioniro. A proposta da Organização dos Estados Americanos para a censura de livros brasileiros de História no auge da ditadura militar. In: MARTINS, Maria A. S. R. (Org.). **Educação, mídia e cognição**. Bauru: Canal 6, 2010, p. 237-260.
- CERTEAU, Michel de. **L'écriture de l'histoire**. Paris: Gallimard, 1975.
- \_\_\_\_\_. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CORTESÃO, Jaime. Introdução. **Manuscritos da Coleção De Angelis**: Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1594-1640). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras, 1951. v. 1.
- \_\_\_\_\_. Introdução. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri**. Parte I, Tomo I, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1952.
- \_\_\_\_\_. Introdução. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri**. Parte I, Tomo II, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1956.
- GIARD, Luce. How tomorrow is being born. In: CERTEAU, Michel; GIARD, Luce. **The capture of speech and other political writings**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.
- HUNTER, Sylvester Joseph. **Of The Society of Jesus**. Manuals of Catholic Theology, Outlines of Dogmatic Theology. New York, Cincinnati, Chicago: Zigkr Brothers, Printers to the Holy Apostolic, 1896. v. II.
- JORGE, Arthur G. A. Alexandre de Gusmão: o avô dos diplomatas brasileiros (1695-1753). **Ensaio de História e Crítica**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916, p. 1-50.
- KLOSSOWSKI, Pierre. **Nietzsche e o círculo vicioso**. Rio de Janeiro: Pazulin, 2000.
- LEITE, Juçara L. Pensando a paz entre as guerras: o lugar do ensino de História nas Relações Exteriores. **Antíteses**, v. 3, p. 677-699, 2010a.
- \_\_\_\_\_. Professores e políticos em nome da paz: interesses internacionais por uma história ensinada. **Saeculum**, v. 22, p. 103-113, 2010b.
- \_\_\_\_\_. Revisando livros didáticos de História: ação da diplomacia cultural em nome da paz. **Tempo e Argumento**, v. 3, p. 77-99, 2011.
- MARX, Karl; CARVER, Terrell. **Marx**: Later political writings. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- OCTÁVIO, Rodrigo, Alexandre de Gusmão e o Monroísmo. **Revista do IHGB**, v. 175, p. 5-69, 1941.
- OLIVEIRA, Margarida M. D.; FREITAS, Itamar. Historiografia didática e prescrições estatais sobre conteúdos históricos em nível nacional (1938-2012). **Territórios e Fronteiras**, v. 6, p. 6-24, 2013.

- ORIBE, Aquiles B. Discurso del señor Aquiles B. Oribe. **Junta de História Nacional**. Montevideo: Imp. El Siglo Ilustrado, 1928. v. III.
- PEIXOTO, Renato Amado. Depois aconteça o que acontecer: por uma rediscussão do Caso Panther e da política externa de Rio Branco. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 54, p. 44-66, 2011a.
- \_\_\_\_\_. Enformando a Nação. **Cartografias Imaginárias**: estudos sobre a construção do espaço nacional brasileiro e a relação História & Espaço. Natal: EDUFRN, 2011b.
- \_\_\_\_\_. A flecha e o alvo: as origens, as transformações e a função do curso de História da Cartografia lecionado por Jaime Cortesão no Ministério das Relações Exteriores. **Antíteses**, v. 7, p. 184-209, 2014.
- \_\_\_\_\_. O modelo e o retrato: Jaime Cortesão, a História da Formação Territorial do Brasil e sua articulação com a História da Cartografia brasileira. **História da Historiografia**, n. 19, p. 46-65, 2015.
- PRADO, Gustavo H. La historiografía argentina del siglo XIX en la mirada de Rómulo Carbia y Ricardo Levene: problemas y circunstancias de la construcción de una tradición. 1907-1948. In: PAGANO, Nora; RODRÍGUEZ, Martha. **La Historiografía Rioplatense en la Posguerra**. Buenos Aires: La Colmena, 2001, p. 9-36.
- RODRÍGUEZ, Martha. Cultura y educación bajo el primer peronismo: el derrotero académico institucional de Ricardo Levene. In: PAGANO, Nora; RODRÍGUEZ, Martha. **La Historiografía Rioplatense en la Posguerra**. Buenos Aires: La Colmena, 2001, p. 39-66.
- SMITH, Daniel W. Translator's Preface In: KLOSSOWSKI, Pierre. **Nietzsche and the Vicious Circle**. Chicago: The University of Chicago Press, 1997, p. vii-xiii.
- SILVA, Ana Paula B. R. **Diálogos sobre a Escrita da História**: Brasil e Argentina (1910-1940). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
- \_\_\_\_\_. História e integração regional: intelectuais, convênios e livros no Brasil e na Argentina nas primeiras décadas do século XX. **História da Historiografia**, n. 18, p. 231-247, 2015.
- ZUBILLAGA, Carlos. **Historia e historiadores en el Uruguay del siglo XX**: Entre la Profesión y la Militancia. Montevideo: Librería de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación/Universidad de la República, 2002.
- \_\_\_\_\_. Comunidades historiográficas y renovación disciplinaria en Uruguay. 180. **Revista Complutense de Historia de América**. v. 29, p. 179-191, 2003.

# La “primavera renovadora” argentina a escala local: Ceferino Garzón Maceda y los estudios históricos sobre la sociedad y la economía en Córdoba (Argentina)

Argentinian “Spring of Renewal” in a Local Scale: Ceferino Garzón Maceda and the Historic Studies of Society and Economy in Córdoba, Argentina

---

**Fernando J. Remedi**

fremedi@yahoo.com.ar

Investigador del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET)

Centro de Estudios Históricos “Prof. Carlos S. A. Segreti” (CEH)

Universidad Nacional de Córdoba (UNC)

Miguel C. del Corro, 308 - 5006 - Córdoba

Argentina

---

## Resumen

Entre 1955 y 1966, la historiografía argentina experimentó una “primavera renovadora” con epicentro en las universidades. La bibliografía existente sostiene que Ceferino Garzón Maceda, desde la Universidad Nacional de Córdoba, fue uno de los principales impulsores de esa renovación. Sin embargo, no existen estudios que delimiten con precisión en qué consistió dicha renovación y cuáles fueron sus alcances. El objetivo de este trabajo es analizar la producción historiográfica de Garzón Maceda para delinear las características de la renovación en Córdoba, precisar su contenido y alcance. Se sostiene que en Garzón Maceda se evidencia una renovación que muestra un claro deslizamiento temático, acompañado de una combinación ecléctica de fuertes cambios y algunas notables permanencias en la metodología.

79

## Palabras clave

Historiografía argentina; Metodología; Historia social.

## Abstract

Between 1955 and 1966, Argentinian historiography experienced a “spring of renewal”, with its epicentre in universities. Existent bibliography states that Ceferino Garzón Maceda, from the National University of Córdoba, was one of the driving forces of such renewal. However, there are no studies that precisely define its features and extent. The objective of this work is to analyse the historiographic production of Garzón Maceda to outline the characteristics of the renewal in Córdoba and to specify its content and extent. It is stated that a renewal is evidenced in Garzón Maceda that shows a clear thematic shift, with an eclectic combination of strong changes and some notable permanent elements in methodology.

## Keywords

Argentine historiography; Methodology; Social history.

---

Recibido el: 9/8/2016

Aceptado el: 5/12/2016

## La "primavera renovadora" de la historiografía argentina

Entre 1955 y 1966, la historiografía argentina experimentó una "primavera renovadora",<sup>1</sup> caracterizada así porque el movimiento renovador estuvo animado de cierta efervescencia y vitalidad dentro de la disciplina, a la vez que su extensión fue limitada desde el punto de vista temporal -a apenas ese decenio- e institucional -se materializó sólo en un puñado de centros de investigación o cátedras- dentro de las universidades, en especial las de Buenos Aires, Rosario y Córdoba, articulada alrededor de historiadores como José Luis Romero, Nicolás Sánchez Albornoz y Ceferino Garzón Maceda, respectivamente. Esa renovación trajo cambios y permanencias en las formas de hacer historia, en vez de una ruptura radical con las tradiciones precedentes o el surgimiento de un paradigma innovador que se impusiera como hegemónico. Más bien, hubo una coexistencia entre un conjunto de expresiones historiográficas novedosas y variadas encarnadas en historiadores renovadores y la tradicional Nueva Escuela Histórica (NEH), consolidada durante décadas, pudiéndose hablar de una "dualidad historiográfica" entre ambas (MOREYRA 2002, p. 46). Además, la historiografía renovadora tuvo una presencia claramente minoritaria en los ambientes académicos, donde conservaron su predominio los exponentes de la NEH (DEVOTO; PAGANO 2009, p. 402).

80

La bibliografía sostiene que Garzón Maceda, desde la Universidad de Córdoba (UNC), fue uno de los principales impulsores de la renovación de los estudios históricos en la Argentina en ese período. Sin embargo, no existen estudios que en el caso apuntado delimiten con precisión en qué consistió concretamente dicha renovación y cuáles fueron sus alcances. Por ello, el objetivo de este trabajo es efectuar un acercamiento a la renovación historiográfica argentina desde una escala personal y local, analizando la producción de Garzón Maceda en Córdoba desde una perspectiva teórico-metodológica, para delinear las características que adquirió dicha renovación, precisar su contenido y alcance. Más allá de la discusión en torno a estos últimos aspectos, podría sostenerse que en Córdoba la renovación se circunscribió prácticamente a Garzón Maceda. Evocando el clima historiográfico de la Argentina de la primera mitad de los '60, Ruggiero Romano subrayaba ese límite de la renovación en ese lugar: "en Córdoba estaba esta figura extraordinaria de Garzón Maceda [...] Pero, con una sola figura no es suficiente, aunque fuera extraordinaria. [...] resulta necesario que alrededor de esa personalidad haya un tejido homogéneo, entre comillas, una escuela. No alcanza sólo con esta figura emergente" (ENTREVISTA 1999, p. 153). Así, aquí se abordará el análisis de la renovación en Córdoba a escala personal, vale decir, en Garzón Maceda, aunque los gérmenes de ese movimiento anidaron dentro de un círculo aúlico de jóvenes que por entonces transitaban sus primeros pasos en la investigación bajo su tutoría, como Assadourian, Arcondo, Endrek, entre otros.

Como sostuvo Korol es "difícil precisar en qué consistió la transformación que se impulsaba" dentro de la historiografía argentina de esa época. Se

<sup>1</sup> La expresión es utilizada por Moreyra (2002, p. 104), sin explicitar su contenido, pero su sentido se infiere con claridad de la lectura del trabajo.

trataba, ante todo, de “la existencia de un grupo que se veía a sí mismo como renovador”, y lo era frente a los enfoques predominantes, encarnados en la NEH y el revisionismo (KOROL 1990, p. 39-40). La NEH, de influencia mayor y más persistente dentro del mundo académico, se caracterizaba por la insistencia en un estricto rigor metódico, la erudición historiográfica, la heurística documental, la vigilancia crítica, el arraigo de una concepción genética del proceso histórico y el fortalecimiento de la idea nacional. El revisionismo, mientras tanto, subordinaba el pasado a los intereses políticos del presente -era a la vez una empresa política e historiográfica- y su producción evidenciaba apriorismo ideológico, carácter ensayístico, debilidad heurística y escasa familiaridad con la investigación empírica original (MOREYRA 2009, p. 23-27, 36).

Frente a ellas, las expresiones renovadoras propusieron un modelo alternativo de construcción del conocimiento que supuso cambios significativos en las orientaciones temáticas, metodológicas e interpretativas, visibles en un nítido deslizamiento desde la historia política e institucional, episódica, lineal y narrativa, hacia una historia económica y social entendida en sentido amplio, concebida como historia problema, analítica, de procesos sociales globales y profundos, vinculada a las ciencias sociales -economía y sociología-, que asumía a la cuantificación y la serialización como canon y recurría sobre todo a una documentación hasta entonces muy poco utilizada.

Ese modelo alternativo tuvo expresiones plurales y matizadas, fue producto de múltiples y eclécticas influencias, procedentes de la historiografía francesa de los *Annales* -con su característica heterogeneidad interna y diversidad de orientaciones coexistentes en su interior-, un difuso marxismo, la sociología funcionalista y la economía del desarrollo. La influencia más notoria provino de la historiografía francesa; los *Annales* de la segunda posguerra, según Korol, funcionaron como modelo de múltiples maneras: como “ejemplo militante de ruptura con una tradición” historiográfica, “modelo de renovación metodológica” y “ejemplo de renovación temática”. Además, las ambigüedades internas de los *Annales* los convertían en “un modelo especialmente adecuado para un grupo renovador cuyo programa era también necesariamente ambiguo en la medida en que se definía más por contraposición con las prácticas imperantes que por la ambición de constituir un proyecto sistemático” (KOROL 1990, p. 40).

La renovación se desarrolló en buena medida vinculada a la creciente internacionalización de la disciplina en curso desde la segunda posguerra. Como subraya Moreyra, “los renovadores se convirtieron en los interlocutores de pleno derecho con los historiadores de otros horizontes y ello ayudaba a compensar la debilidad de la presencia institucional en la universidad argentina” (MOREYRA 2002, p. 52).

Pese a sus avances, la renovación estuvo lejos de imponerse como nueva propuesta hegemónica dentro de la disciplina, por la inestabilidad política -con sensibles secuelas sobre la vida universitaria desde 1966, que entre otras cosas afectó severamente la transmisión personalizada e institucionalizada de saberes y prácticas historiográficas (DEVOTO; PAGANO 2009, p. 431)- y la marginalidad y relativa debilidad de su inserción institucional. El golpe de Estado de 1966 acabó



con los ámbitos de la renovación y marcó un giro en las líneas interpretativas. El Mayo francés y sucesos semejantes de fines de los '60 sacudieron a los medios académicos de Europa y Estados Unidos y fueron acompañados de profundos cuestionamientos a los paradigmas historiográficos hasta entonces dominantes, dando inicio a deslizamientos metodológicos que condujeron a la disciplina por nuevos derroteros, algo que también afectará a la Argentina pero hacia los '80.

### **La renovación historiográfica a escala local**

La renovación no se circunscribió a la Universidad de Buenos Aires y aunque el panorama fue desigual podría sintetizarse diciendo que fue significativa la penetración de los renovadores en Filosofía y Letras de la Universidad del Litoral en Rosario, mucho menor en Humanidades de la Universidad de La Plata y en la Universidad de Córdoba "la renovación historiográfica está asociada" a Garzón Maceda (DEVOTO; PAGANO 2009, p. 387-388, 396). Con referencia a éste, Devoto y Pagano señalan que sus preferencias metodológicas eran eclécticas, "combinaban la defensa de la escurpulosidad erudita tradicional [...] con una curiosidad hacia las nuevas corrientes historiográficas, en especial francesas" (DEVOTO; PAGANO 2009, p. 396).

En la producción elaborada en Córdoba sobre la temática, las referencias a la renovación señalan a Garzón Maceda como expresión local de ese movimiento, pero sin recurrir a la lectura detenida de su producción o, siquiera, al rastreo minucioso de sus escritos académicos, observándolos desde sus propuestas teórico-metodológicas para la construcción del conocimiento.

82

En un trabajo que ofrece una consideración global pero analítica sobre los estudios históricos en la Argentina en el siglo XX, Moreyra afirma: "Aunque no implicó una ruptura radical, Garzón Maceda marca un cambio decisivo en las temáticas de injerencia histórica. Varios de sus trabajos son de inclinación económico-social [...] incorpora los análisis de tipo cuantitativo y promueve un análisis serial" (MOREYRA 2002, p. 50).

Dos trabajos monográficos muestran una preocupación específica por Garzón Maceda y la renovación. El primero de ellos, animado por un espíritu pretenciosamente polémico, declara su intención de "puntualizar algunas características particulares del proceso renovador de los años sesenta en Córdoba", definiéndose como un avance que se concentra sólo en "el análisis bibliográfico de la temática [...] dejando para un momento posterior el análisis teórico metodológico de la producción [...]" (MURÚA 2010, p. 5). Según su autora, en los trabajos elaborados en Córdoba habría "un remarcado interés" por incorporar a Garzón Maceda "en las filas de la historiografía tradicional" (MURÚA 2010, p. 10), afirmación que estamos convencidos que revela una lectura equivocada de los mismos. Para Murúa, Garzón Maceda es "un referente insoslayable de la historia económica-social" (MURÚA 2010, p. 11), pero para formular sus apreciaciones se basa sólo en los juicios emitidos por algunos de sus dirigidos y valoraciones muy generales acerca de su obra. El trabajo carece de fortaleza analítica y argumental y el avance sobre el mentado análisis teórico-metodológico de la obra de Garzón Maceda sigue en espera.

El segundo trabajo aborda la renovación en Córdoba considerando que Garzón Maceda “jugó un rol decisivo” dentro de ella (GARCÍA 2010, p. 165). Su interés se concentra en los contactos entre los historiadores de Córdoba y colegas argentinos y extranjeros en una época de fuerte internacionalización de la disciplina. Está preocupado por la diferencia entre la expresión local de la renovación y la que se desenvolvía en Buenos Aires, más que por un detenido análisis de los supuestos teórico-metodológicos de la historiografía de Garzón Maceda, aunque introduce unas consideraciones generales sobre ellos.

### **Ceferino Garzón Maceda: apuntes sobre su trayectoria académica**

Ceferino Garzón Maceda (1895-1969) cursó estudios en la UNC, de donde egresó como abogado en 1918. Se desempeñó como Prof. Titular de “Introducción al Estudio de las Ciencias Jurídicas y Sociales” en la Universidad del Litoral (1920-21) y mucho después como Prof. Titular de “Historia Económica” en la Escuela de Ciencias Económicas de la UNC (1940-46), cargo del cual fue separado por razones políticas con el peronismo; fue reincorporado en 1955, desenvolviéndose como Prof. Titular de “Historia Social y Económica” en la Facultad de Ciencias Económicas (FCE) desde 1956 hasta su retiro en 1968.

Junto con su reincorporación, desde 1956 se hizo cargo de la dirección del Instituto de Estudios Americanistas (IEA), de la Facultad de Filosofía y Humanidades (FFyHH), lugar que ocupó hasta 1966, creando dentro del mismo la “Sección de Historia Social y Económica”. Fue Director del Departamento de Historia de la FFyHH (1960-62) y Presidente del Comité de Enseñanza de la Historia, integrante de la Comisión de Historia del Instituto Panamericano de Geografía e Historia (IPGH) de la OEA.

Su gestión como Director del IEA, a la par que dictaba su Cátedra de “Historia Social y Económica” en la FCE, fue su período más activo como investigador -dejando una muy escasa producción historiográfica-, como participante en eventos académicos internacionales y nacionales y como promotor decidido y crucial de iniciativas muy significativas para la historia económica y social en la Argentina, como la creación de la Escuela de Archiveros (1959) y la organización de la “Primera Reunión Argentina de Historia Social y Económica” (Córdoba, 1963), base para la constitución de la Asociación Argentina de Historia Social y Económica, que presidió hasta su muerte en 1969.

### **La renovación a escala local y personal: la labor en Córdoba de Garzón Maceda**

¿Cómo caracterizar la historiografía de Garzón Maceda atendiendo a sus presupuestos teórico-metodológicos? Como primera aproximación, se puede apreciar -desde nuestra perspectiva contemporánea- que se trata de una historia económica y social, interesada por el estudio de la economía -el intercambio mercantil, la circulación monetaria, los precios, en mucha menor medida la producción y el consumo-, pero que siempre exhibe una evidente preocupación por los diversos sectores de la sociedad y su participación diferenciada en la distribución del ingreso.

Por detrás de la economía y la demografía, notas destacadas de sus estudios sobre la Córdoba colonial, emerge el interés mayor por conocer la estructura social que la caracterizaba y su dinámica más general vinculada al desenvolvimiento de aquellas. En sus indagaciones sobre la circulación mercantil y monetaria siempre están presentes consideraciones acerca del impacto de la estructura económica y su desenvolvimiento sobre la estructura social y los sectores que la conformaban, en términos de cómo se distribuía el producto, hacia dónde se orientaban los beneficios del trabajo, cómo se canalizaban hacia el consumo o la inversión, la emergencia de nuevos grupos por la evolución de la economía, entre otras cuestiones. Sus análisis sobre el tráfico mercantil a larga distancia en la Córdoba colonial terminan remitiendo a la realidad social que le subyacía y lo sostenía, en términos de categorías a las que recurre -sin conceptualizarlas- como "capas sociales" y "formación social", con tufillo materialista histórico, marcadas por una inclinación hacia una intensa polarización social en la apropiación de los beneficios entre, de un lado, los comerciantes y encomenderos, y del otro, los indios y esclavos.

Por tanto, en sentido amplio, podríamos caracterizar a su producción, desde el punto de vista temático, como una historia social tal como se la concebía -de manera extendida- en la segunda posguerra por los *Annales*, el materialismo histórico y la teoría de la modernización. Una historia de ambición globalizante, con pretensión de dar cuenta de la totalidad social en su conjunto, bajo la supremacía explicativa de una causalidad social. Garzón Maceda define a la "historia social" como "la historia de la ordenación social y de las estructuras sociales, de los orígenes y transformaciones de los grupos sociales que se relacionan en un conjunto ordenado y que forman un cuerpo social y representan una unidad inteligible", considerando que esa "historia de las estructuras sociales está condicionada por factores políticos, económicos e ideológicos" (GARZÓN MACEDA 1958, p. XVII).

84

De sus limitadas expresiones también puede inferirse, tímidamente enunciada, cierta ambición totalizante de esa historia social; la búsqueda de -en sus palabras- "una visión completa y comprensiva de las estructuras sociales" hacía indispensable las investigaciones de la flamante demografía histórica, porque los padrones y censos de población contribuirían "al mejor conocimiento de las clases sociales y de su poder, social y político [...]" (GARZÓN MACEDA 1963, p. 198). Garzón Maceda ponderó a la publicación de esos relevamientos como una "contribución a la historia social argentina" (GARZÓN MACEDA 1961c, p. 30) y fue pionero en Córdoba en investigaciones de esa naturaleza.

Para conocer cabalmente esas estructuras de las sociedades de América Latina era necesario abarcar también "el estudio e investigación de la historia de las ideas dominantes o receptadas" (GARZÓN MACEDA 1963, p. 197), aunque podría arriesgarse que concebía una primacía explicativa de lo social por sobre lo político o las ideas dentro de esa totalidad articulada que eran las sociedades jerarquizadas de América colonial, como parecería inferirse de la siguiente afirmación:

Llegado el momento de las revoluciones con miras a la emancipación, las jerarquías sociales -capas superiores- no impregnadas de las nuevas ideas resisten el cambio social, aún cuando acepten el cambio de gobierno político. Las dificultades o resistencias se hacen visibles, por ejemplo, en la Argentina de 1810 a 1852 (GARZÓN MACEDA 1963, p. 198).

Esa historia económica y social, o social en su acepción más lata, se concentraba en la Córdoba colonial hasta el proceso emancipador. Garzón Maceda abrigaba la convicción de que en ese período se habían gestado y consolidado las vigorosas y resistentes estructuras económicas y las dependencias que, reforzadas en el siglo XIX, habrían obstaculizado -en el largo plazo- el desarrollo de los países latinoamericanos. En su trabajo más significativo, *Economía del Tucumán. Economía natural y economía monetaria. Siglos XVI-XVII-XVIII* expresaba:

Los problemas que actualmente se plantean a los países latinoamericanos en proceso de desarrollo económico y social, tienen sus orígenes en las estructuras económicas coloniales, que no desaparecen totalmente con la Independencia sino que llegan a acentuarse después de 1825, por la dependencia de economías dominantes, europea y anglo-americana (GARZÓN MACEDA 1968, p. 4).

La problemática del desarrollo estaba instalada en la agenda política, social y de los economistas, sociólogos e historiadores promediando el siglo XX, acompañando a la coyuntura de expansión sostenida experimentada por los países centrales desde la segunda posguerra. Los temas convocantes del “XI Congreso Internacional de Ciencias Históricas. Primera Conferencia Internacional de Historia Económica” (Estocolmo, 1960), al cual asistió Garzón Maceda, fueron “La industrialización como factor de crecimiento económico desde 1700” y “Estudio comparado de la agricultura en gran escala, después de la Edad Media”, discutiéndose las relaciones entre desarrollo, industrialización y cambio histórico, los métodos y modelos adecuados para estudiar y explicar aquel, así como la posibilidad de dividirlo en “etapas”, recibiendo tratamiento privilegiado la propuesta de Rostow -participante en el evento- sobre dicha cuestión (GARZÓN MACEDA 2000).

Desde el punto de vista teórico-metodológico, esa historia económica y social puede conceptualizarse como una historia problema, guiada por interrogantes y por la pretensión de ofrecer una interpretación conceptual de los hechos, tomando distancia de la historia económica meramente descriptiva, concebida como colección lineal de acontecimientos de la vida económica del pasado. En este tipo de historia, vista como anticuada, esos acontecimientos eran volcados dentro de una organización textual narrativa, sustituida en Garzón Maceda por otra de orden analítico, como resultado de su inclinación hacia una historia problema y elaborada mediante el uso sistemático de la cuantificación, rasgo que definía el horizonte hacia el cual se debía transitar. El cordobés marcaba una distancia, que pretendía nítida, con una anticuada historia económica acontecimental, cuando afirmaba:

En general, las investigaciones en historia económica han sido poco favorecidas. No se ha superado el período narrativo o descriptivo, sobre todo del período colonial, sin alcanzarse la etapa de una historia económica y social cuantitativa sectorial o global (GARZÓN MACEDA 1968, p. 4).

Del mismo modo, aspiraba a cambiar la perspectiva analítica en la historia colonial, deslizando la mirada desde las relaciones del espacio americano con la metrópoli hacia los vínculos forjados en su interior, entre las regiones y los espacios económicos que lo conformaban. Era una colonial "desde adentro", que enfatizaba en las dinámicas endógenas del enorme espacio americano, aunque en estrecha relación con la "economía-mundo" en formación. Ese cambio de enfoque impactaba en la explicación histórica y también en las fuentes, porque ahora ocupaban un lugar central los repositorios de los países latinoamericanos más que los ubicados en la península.

Dicho cambio era compartido por otros colonialistas latinoamericanos, entre ellos referentes chilenos de la época como Mario Góngora, Álvaro Jara y Rolando Mellafe (ENTREVISTA 1999, p. 156) y también promovido desde la Comisión de Historia del IPGH, cuyo "Plan del Programa de Historia de América" entrañaba, según Garzón Maceda,

una concepción de la historia colonial diferente de la tradicional en nuestra historiografía. No nos debe interesar tanto el problema de las colonias en función de la metrópoli, como la historia social, económica e institucional interna de las colonias, pero franqueando las fronteras de la historia local; el cotejo entre la historia interna y la historia externa es indispensable (GARZÓN MACEDA 1958, p. XVII-XVIII).

86

Como sentenciaba con esas palabras, era una "historia interna" pero no autocontenida, sino inserta como una pieza más (muy significativa) dentro del esquema de la "economía-mundo". Esta categoría está presente de manera recurrente en la breve obra de Garzón Maceda, donde resuena el eco de la "economía-mundo" braudeliana y la visión del historiador galo de las economías a escala planetaria en la modernidad europea. La investigación de Garzón Maceda sobre la economía de Córdoba del Tucumán en los siglos XVII-XVIII indagaba a esta última región como adscripta a la economía minera peruana, participante clave en circuitos mercantiles de larga distancia que la vinculaban con Perú y Brasil, e integrada en una "economía-mundo" (GARZÓN MACEDA 1968, p. 69). Este planteo, subrayan Devoto y Pagano (2009, p. 397), "era compatible con las perspectivas braudelianas y su interés por los grandes espacios, por un lado y por los fenómenos monetarios y comerciales, por el otro". Así, la historia colonial de Córdoba realizada por Garzón Maceda, pensada a escala regional, se imbricaba con desarrollos visibles desde otras escalas de observación, que remitían a procesos de mayor envergadura y a los centros de poder emplazados en Europa. Para él, "Potosí con su economía metálica dominante fue el polo de desarrollo de la región comprendida entre los Andes y el Río de la Plata, conectada a las economías del Atlántico, Brasil, Lisboa, Amsterdam, Londres y eventualmente Sevilla" (GARZÓN MACEDA 1968, p. 70).



Tomando distancia de modos más tradicionales de construir el conocimiento, la historia promovida por Garzón Maceda y otros colonialistas contemporáneos sostenía la conveniencia de examinar el pasado latinoamericano en términos de realidades regionales articuladas económicamente, que excedían las divisiones políticas y administrativas de los Estados-nación existentes. Era incluso una premisa impulsada desde el IPGH, subrayada por Garzón Maceda como presidente del Comité de Enseñanza de la Historia de la Argentina, que proponía para su consideración por el comité homónimo en la “V Reunión de Consulta” (1961), recomendar, nuevamente, que en la enseñanza de la Historia de América se prestara preferente atención a la historia social y económica de las regiones o áreas. Esta perspectiva novedosa derivaba de la misma investigación histórica sobre el desenvolvimiento de las economías coloniales, que revelaba la existencia de vastos espacios económicos regionales articulados por una densa estructura de circuitos mercantiles de larga distancia que desbordaban las fronteras administrativas y políticas forjadas en el siglo XIX.

La historia elaborada e impulsada por Garzón Maceda tenía naturaleza interdisciplinaria, ubicándose en la encrucijada de la historia, la economía y la demografía. Su desempeño simultáneo en la UNC como docente de “Historia Social y Económica” en la FCE y como Director del IEA en la FFyHH favoreció ese encuentro interdisciplinar, en especial dentro de la Sección de Historia Social y Económica, creada dentro de este último por Garzón Maceda. Esa inserción bifronte sirvió para fomentar la formación interdisciplinar y técnica de los jóvenes historiadores introduciéndolos en el conocimiento de la economía y la estadística, mediante cursos dictados por docentes de los Institutos de Economía y Finanzas y de Matemáticas y Estadística de la FCE (ARCONDO 1995, p. 11).

El carácter interdisciplinario de la historia de Garzón Maceda es visible en el uso de la teoría económica como herramienta heurística, supeditada al trabajo empírico, y su aspiración de alcanzar formulaciones conceptuales sobre la dinámica económica, apelando a categorías analíticas como, entre otras, “economía sin mercado”, “economía doméstica cerrada”, “economía natural”, “economía monetaria” y algunas, de uso mucho menos frecuente en él, como “sociedad semifeudal” o “relaciones de producción semifeudales”.

En sus investigaciones sobre la economía colonial del Tucumán sus fuentes de inspiración fueron los trabajos de Piffer Canabrava, un breve comentario sobre el mismo de Braudel y, sobre todo, una medulosa lectura del medievalista europeo Alfons Dopsch, pero también fue valiosa la contribución de la historiografía económica gala con sus planteos sobre los ciclos económicos con sus fases A (crecimiento) y B (descenso), como él mismo declara (GARZÓN MACEDA 1968, p. 28). En la principal contribución historiográfica del cordobés, la influencia señera es la de Dopsch, cuya tesis central de su *Naturalwirtschaft und Geldwirtschaft* (1930), publicada por primera vez en español en 1943 como *Economía Natural y Economía Monetaria*, era lo que -en palabras de Garzón Maceda- había “adoptado como criterio teórico”; en esa obra, Dopsch había establecido que la economía natural y la monetaria no eran dos formas sucesivas



cronológicamente y con sentido progresivo, sino que existían simultáneamente (GARZÓN MACEDA 1968, p. 3).

En la obra de Garzón Maceda, el uso de categorías analíticas y formulaciones conceptuales va acompañado de un intenso trabajo empírico y se percibe un reconocimiento de la complejidad de las realidades históricas indagadas. La investigación medulosa y detenida de las economías pretéritas, guiada por hipótesis de mediano alcance contrastadas con un registro empírico extenso, materializada en sesudas monografías, proveía un conocimiento más ajustado a la realidad de los hechos y, como resultado de ello, permitía cuestionar las formulaciones más abstractas y generales, incluso de pretensiones modélicas, de los teóricos de la economía o los economistas devenidos historiadores. Entre las conclusiones de una de sus monografías, Garzón Maceda afirmaba: "Queda comprobado el paso de una «economía sin mercado» a una economía pre-industrial con cambios complejos, que supera las formas de las llamadas «economía doméstica cerrada» y de «economía urbana»" (GARZÓN MACEDA 1968, p. 69).

Garzón Maceda recurre al uso sistemático de la cuantificación y la serialización en su indagación sobre la dinámica de la economía colonial regional, pero simultáneamente a menudo también apela al detalle revelado por la documentación acerca de las transacciones y las prácticas mercantiles concretas de agentes económicos individualizados y nominados a través del análisis de casos específicos significativos o representativos. Ambos caminos se concilian dentro de su estrategia de abordaje, donde la cuantificación y la serialización le permiten arribar a conclusiones que también pueden sostenerse desde la consideración de casos individualizados, algo que Garzón Maceda destacaba: "Creemos haber demostrado, con negocios concretos, la coexistencia de las formas de una Economía natural y Economía monetaria, no como etapas superadas, dentro de una economía-mundo" (GARZÓN MACEDA 1968, p. 48).

La producción de Garzón Maceda se muestra bastante apegada al registro empírico a la hora de elaborar sus conclusiones y muy prudente en la formulación de apreciaciones de orden más general. Cuestiona cierta tendencia hacia la generalización abusiva, apresurada o imprudente de economistas devenidos historiadores, cuyas modelizaciones o abstracciones no siempre conseguían sortear una seria contrastación con los hechos conocidos mediante una sistemática labor heurística con la documentación. Hacía suya la contraposición en boga entre muchos colegas entre la economía histórica y la historia económica, y compartía las críticas dirigidas hacia la primera de ellas respecto a sus aspiraciones -algo desmedidas- de establecer leyes generales de la economía, más bien ahistóricas, mientras que la segunda de aquellas ponía en evidencia, esforzadamente, la complejidad y variabilidad de la experiencia histórica, socavando las pretensiones legalistas cientificistas en las ciencias sociales. En su informe del "XI Congreso Internacional de Historia Económica", sobre el empleo de los modelos provistos por la economía y sus planteos sobre las etapas de desarrollo económico en boga, Garzón Maceda expresaba:

El criterio de los «economistas puros» discrepa con el de los historiadores economistas. El primer gesto del historiador es de desconfiar de las generalizaciones, pues tiene siempre presente las diferencias entre los hechos históricos. No obstante, es necesario efectuar análisis y enunciar generalizaciones, hasta el momento en que el análisis se simplifique tanto y que las generalizaciones descuiden tantas diferencias que queden más cosas oscuras que las elucidadas (GARZÓN MACEDA 2000, p. 134).

La interdisciplinariedad está también en el uso sistemático de la cuantificación y la serialización, establecidas como canon, en el estudio de la economía y la población. Esto suponía cambios significativos en los problemas de investigación y también en el tratamiento de las fuentes, alcanzando incluso a algunas antes utilizadas por otros historiadores. El ejemplo más notorio son las limitaciones de los trabajos de Pablo Cabrera, a quien Garzón Maceda tributó siempre profundo respeto por su labor intelectual y un reconocimiento a sus aportes historiográficos que ponderaba como “inestimables”, logrados “en base a una amplísima documentación”, pero señalaba que ésta no había sido “aprovechada integralmente” por la falta de un tratamiento cuantitativo. En este punto, la renovación temática y metodológica que supone la historia promovida por Garzón Maceda se percibe -como ejemplo concreto- en las diferencias de su enfoque frente al de Cabrera en el estudio de las estancias jesuíticas de Córdoba. Cabrera las indaga vinculando su existencia con instituciones de cultura y desde un abordaje estrictamente cualitativo, dando lugar a un trabajo que era -según Garzón Maceda- “de esmerada elaboración en cuanto se refiere a la formación de las grandes posesiones jesuíticas [...] y a sus producciones agrícolas-ganaderas [...] aun cuando en ciertos aspectos agrícolas falta el dato cuantitativo indispensable a una valoración económica” (GARZÓN MACEDA 1958, p. XIX). Desde una renovada perspectiva analítica y metodológica, sobre el mismo caso y con idénticos materiales, Garzón Maceda delinea un proyecto alternativo: inscribe a las estancias jesuíticas dentro de la historia económica y social, las considera como unidades productivas y plantea la necesidad de un tratamiento cuantitativo sistemático de la información provista por dos libros de cuentas que registraban el movimiento de esos establecimientos entre 1711-1762. Por contraste con Cabrera, Garzón Maceda proponía un proyecto diferente:

Esas estancias se nos presentan como unidades económicas que satisfacen necesidades del consumo de los Institutos o Casas de la Orden, y también de producción para el mercado interno. Habría que establecer «el cuánto» de ambos aspectos, que determinará el carácter de esas explotaciones. Falta conocer los reglamentos o instrucciones de administración y producción, como las que contiene el documento publicado por François Chevallier, para las haciendas jesuíticas de México (GARZÓN MACEDA 1958, p. XIX).

En la concreción de ese proyecto avanzó poco, examinando cuestiones estrictamente demográficas para la Estancia de Caroya en la segunda mitad del siglo XVIII, utilizando el Libro de Registros de Bautismos, Casamientos y Entierros de Esclavos y otros, con asientos para 1754-1799, lo cual se materializó en una

monografía, estrictamente cuantitativa (GARZÓN MACEDA; DORFLINGER 1961), expuesta en la "V Reunión de Consulta de la Comisión de Historia" del IPGH (1961), al considerarse en sesión plenaria el tema "La esclavitud en América".

La cuantificación y la serialización le aportaban la posibilidad de falsear hipótesis o cuestionar afirmaciones de la historiografía tradicional, basadas en datos cualitativos, y un recurso adicional para la reconstrucción histórica, apelando al contraste de fuentes de distinta naturaleza e informaciones cuantitativas y cualitativas. En *Economía del Tucumán* expresaba: "En los años en que el Cabildo de Córdoba sostenía que ésta era una ciudad pobre, se negociaban en Potosí y Brasil, por mercaderes portugueses y españoles crecidas cantidades de productos del Tucumán y especialmente de Córdoba" (GARZÓN MACEDA 1968, p. 7-8). Más adelante añadía: "Los esquemas que ofrecen las relaciones de los gobernadores y funcionarios, informe de un mercader portugués y de un minero de Potosí [...] se ajustan a la realidad de los cambios que registran las actas notariales de Córdoba" (GARZÓN MACEDA 1968, p. 24).

La producción de Garzón Maceda asumía la forma de monografías temáticas, de objetivos circunscriptos, fuerte componente empírico y cierto nivel de conceptualización, eludiendo las generalizaciones ambiciosas o la elaboración de síntesis. Abrigaba la convicción de que aún no era el momento de la construcción de grandes síntesis históricas, debido al desarrollo todavía limitado de los estudios sobre el pasado en la Argentina. No tuvo empacho en explicitar esa postura, como es evidente en su discurso homenaje a Pablo Cabrera de 1958; en esa ocasión, sobre la labor historiográfica del IEA, que por entonces dirigía, expresaba:

No hay un solo trabajo de generalización; no se ha llegado aún a una síntesis de esos períodos [colonial y nacional] para nuestra historia. Para alcanzar esta etapa de la elaboración histórica debe esperarse a contar con un número crecido de monografías analíticas sobre temas concretos con unidad interna (GARZÓN MACEDA 1958, p. XVI).

Así, en ciertos aspectos metodológicos, Garzón Maceda se identificaba -como señala García (2010, p. 181)- con la tradición documentalista precedente que en Córdoba se había acercado a la NEH y se presentaba como continuador de aquella.

Esas monografías reposaban sobre un sólido trabajo empírico, resultado del relevamiento y consulta de fuentes diversas, pero la nota dominante es la preferencia por aquellas que permitían un tratamiento cuantitativo sistemático, estadístico, incluso, serial. En este punto, eran innovadoras las técnicas o metodologías aplicadas, pero también lo era -aunque algo menos- la definición del corpus de fuentes inéditas seleccionadas. Se privilegiaron muy especialmente los protocolos notariales y expedientes judiciales, cuya existencia era conocida y habían sido utilizados antes, pero que no habían sido explotados sistemáticamente y en conjunto, mediante un relevamiento a gran escala en tanto serie documental. Ese tipo de tratamiento y la dimensión de la empresa heurística marca una frontera entre lo nuevo y lo viejo en la construcción del conocimiento

histórico en la época. A ellas se añadieron, sometidas también a tratamiento sistemático, los registros parroquiales (bautismos, defunciones, casamientos), relevamientos censales, libros de cuentas de las estancias jesuíticas, entre las principales. En contraposición, las tan transitadas normativas legales y textos prescriptivos del Estado pasaron a segundo plano, aunque sin abandonarse, a las vez que ahora se las enfrentaba desde una historia problema y un ejercicio de contrastación permanente con documentos de otra naturaleza. Frente a los textos prescriptivos, que revelaban cómo debía ser la realidad colonial, se otorgó clara primacía a los protocolos notariales y expedientes judiciales, especialmente a los primeros, que reflejaban más ajustadamente la realidad tal como había sido. Garzón Maceda es explícito sobre esa potencialidad superior de los protocolos: “Esas actas reflejan el rostro de la sociedad colonial como ningún otro testimonio” (GARZÓN MACEDA 1958, p. 6). Muchos años después, uno de sus discípulos, Assadourian, estimaba la opción metodológica por esa documentación, en desmedro de la legal, como “un principio de ruptura con la «historia tradicional» entonces dominante” (ASSADOURIAN 1983, p. 14).

Por todo lo dicho sobre las fuentes -tipo y tratamiento- creemos que García (2010, p. 182) sobrevalora la continuidad (o el deseo establecerla) que atribuye a Garzón Maceda en relación con la tradición documentalista local. A diferencia de García, pensamos que Garzón Maceda profundiza en tipos documentales ya conocidos pero poco utilizados, aún no explotados integralmente como serie, y cambia radicalmente su tratamiento al someterlos a cuantificación sistemática, marcando aquí con nitidez una distancia metodológica frente a Cabrera, algo que el mismo renovador hace notar cuando alude a las disimilitudes entre ambos en el estudio de las estancias jesuíticas, como ya se expuso.

En cambio, se puede marcar una continuidad significativa entre esa historiografía tradicional y la propuesta renovadora de Garzón Maceda, consistente en la enorme relevancia atribuida a la dimensión heurística de la investigación. Su sucesor en la dirección del IEA, Luque Colombres (1973, p. 8-9), en un homenaje a Garzón Maceda señaló que éste “auspiciaba con singular énfasis” la labor heurística y que ello marcaba una continuidad con lo que estimaba como “la línea tradicional seguida por la escuela historiográfica cordobesa iniciada por Monseñor Pablo Cabrera”. Garzón Maceda reconocía explícitamente una continuidad en materia del esfuerzo y la significación dedicados a la heurística documental entre la línea de trabajo del IEA bajo su dirección y “la orientación metodológica” de Cabrera. Para él, la labor heurística de Cabrera había sido “apasionada” y recuperaba una advertencia metodológica del mismo, dirigida a quienes sentían “vocación por la historia”, a quienes les señalaba “la imperiosa necesidad de recurrir a las fuentes y de encarar con humildad científica la consulta de los archivos: trabajo penoso, lento y que impide volar a la fantasía” (GARZÓN MACEDA 1961c). El cordobés hace un auténtico alegato en favor de la tarea erudita, la labor sobre las fuentes y su crítica; no obstante, deja claro que la erudición no definía el horizonte de aspiraciones del historiador, sino que ella era el soporte imprescindible -pero no suficiente- para que construyera sus propias apreciaciones sobre el pasado. Afirmaba que el énfasis en la heurística no suponía “una simple y llana aceptación

del documento como término del conocimiento histórico”, que “la crítica” le daría “su valor”, destacando lo que conceptualizaba como “la actitud comprensiva y el sentido constructivo en la elaboración histórica que compete al historiador” (GARZÓN MACEDA 1958, p. XV), otorgándole un papel activo en la reconstrucción del pasado: “No es una limitación a la letra del documento; deja a la actividad intelectual el encontrar el sentido que tiene todo hecho humano, siempre ligado a fines” (GARZÓN MACEDA 1958, p. XVI).

La insistencia en la dimensión heurística y el peso acordado a ella parecen haber atraído hacia Garzón Maceda las críticas de otros colegas acerca de un supuesto apego o subordinación a la fuente y a los hechos. Esto parece desprenderse de la alusión que Garzón Maceda hace, sin especificar nombres propios, a “quienes nos reprochan -y reprochaban al Doctor Cabrera- de hacer historia fáctica, y ser colectores de documentos”, lo que estimaba como una “apreciación [que] es injusta y carente de valor” (GARZÓN MACEDA 1958, p. XV). A la vez, se desmarcaba, crítica mediante, de cierta tendencia historiográfica que parecía exhibir pretensiones de exclusividad en la disciplina, que el cordobés consideraba como “un tanto sociologizante”, a la que denominaba como “historia de la cultura”, entendida “como síntesis explicativa del acontecer histórico, que atiende a los caracteres generales y prescinde de la individualidad y del carácter único de los hechos históricos” (GARZÓN MACEDA 1958, p. XV).

Por lo expuesto, consideramos errónea la inclusión de Garzón Maceda en la apreciación general de Moreyra sobre la renovación cuando sostiene que “los historiadores argentinos se enfrentaban mucho más radicalmente con las premisas de la historia erudita” de lo que lo habían hecho los *Annales*, corriente que -como se expuso- funcionaba como modelo de la renovación local (MOREYRA 2009, p. 54).

La significación atribuida a la dimensión heurística es perceptible en la exigencia a sus dirigidos de consagrar abundantes horas a la consulta de fuentes inéditas en los archivos locales. Además, promovió la publicación de fuentes documentales, haciendo suya una premisa central de la NEH, y emprendió y/o respaldó diversas iniciativas encaminadas a la organización y puesta al servicio de los historiadores de los materiales existentes en los archivos cordobeses, con preferente atención hacia los pertinentes para la historia económica, social y demográfica. En este aspecto se concebía como continuador de la tradición editorial del IEA, que a la sazón dirigía, iniciada en 1944. Pero en esta línea de trabajo propuso una iniciativa que, por su envergadura y los procedimientos técnicos y tecnológicos involucrados, suponía un auténtico salto cualitativo al impulsar su proyecto editorial -finalmente frustrado- sobre la población de Córdoba en 1779-1869, que el padrón colonial de 1779 y el censo de 1813. Esta última iniciativa, absolutamente ambiciosa e inédita para la Argentina, consistía en la aplicación de un tratamiento cuantitativo y mecánico a los datos censales mediante tarjetas perforadas, con la participación de la empresa IBM (GARZÓN MACEDA 1961a), así como la publicación de los resultados de esa labor.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> La concreción del proyecto insumió dos años y sus resultados se materializaron en dos volúmenes. Uno, con



Entre la escasa producción de Garzón Maceda resulta muy interesante dedicar unas líneas a “La Revolución de Mayo y la Universidad de Córdoba” (1961b), porque es el único trabajo de su autoría que -según nuestra apreciación- se aparta -y muy claramente- de la historia económica y social que promovió. Ese trabajo fue producto de la coyuntura conmemorativa de 1960, al cumplirse 150 años de la Revolución de Mayo, cuando Garzón Maceda era Director del IEA y del Departamento de Historia (FFyHH) y fue designado por la UNC como Presidente de la Comisión local para la celebración. El mismo finalizaba anunciando su continuación, que nunca se concretó, de modo que puede considerarse como una producción inacabada respecto al plan que su autor tuvo en mente. Quizás esas circunstancias contextuales expliquen su excepcionalidad temática, pero no desmerecen el análisis de los presupuestos teórico-metodológicos subyacentes y permiten apreciar algunas características y límites de la renovación encarnada en Garzón Maceda.<sup>3</sup>

En cuanto al tema, Garzón Maceda se aleja de la historia económica y social para adentrarse en una historia institucional y política, aun cuando se introduzcan algunas consideraciones de naturaleza social, que parecen actuar como contexto de las posiciones políticas e ideológicas. La organización textual, a diferencia del acostumbrado carácter analítico de los trabajos de Garzón Maceda, asume aquí un claro estatuto narrativo, con un relato de acontecimientos estructurado cronológicamente en una temporalidad lineal. Desde lo metodológico, la mirada se focaliza en acontecimientos y en acciones de individualidades sobresalientes, que se reconstruyen mediante una escrupulosa tarea erudita, buscando establecer con precisión algunos hechos apelando a fuentes inéditas y cuestionando conocimientos dados por establecidos por la historiografía. En ocasiones, el esfuerzo erudito se canaliza hacia hechos menores, cuya existencia se demuestra con un soporte documental novedoso y permite contradecir a la historiografía existente. Por ej., cuando afirma que el obispo Orellana “estuvo oculto en casa del Maestro Presbítero Juan José Espinosa [...] no en casa de Allende como relata Groussac”, posición que rebate apelando a una carta original conservada en el IEA (GARZÓN MACEDA 1961b, p. 17).

Por todo lo expuesto, ese trabajo encuadraría plenamente en los cánones temáticos, metodológicos y textuales de la NEH, aún dominante a mediados del siglo XX, y no mostraría filiación alguna con los presupuestos de la renovación, incluso con aquellos encarnados por Garzón Maceda.<sup>4</sup>

---

los antecedentes del empadronamiento, evidenció errores, se resolvió corregirlos y enmendarlos, algo que nunca sucedió; el otro, con la información censal, se imprimió pero no se encuadernó debido a errores en la transcripción de datos (ARCONDO 1995, p. 16-17, 23-24).

<sup>3</sup> Esa misma excepcionalidad quizás explique la nula consideración que mereció ese trabajo en la producción sobre Garzón Maceda.

<sup>4</sup> ¿Será esa la razón por la cual la bibliografía sobre Garzón Maceda, que enfatiza en su perfil renovador, ha omitido toda consideración sobre el trabajo aludido? La omisión es más llamativa aún porque el artículo es fácilmente accesible, está publicado en la *Revista de la Universidad Nacional de Córdoba*, en la cual aparecieron varias de las contribuciones de Garzón Maceda, que sí recibieron la atención de los estudiosos del tema.

### **A modo de cierre**

Tras la caracterización temática y teórico-metodológica de la producción de Garzón Maceda, supeditada al condicionante crucial que impone su corta cantidad de obras, es oportuno intentar delimitar en qué consistió la renovación historiográfica argentina de mediados del siglo XX mirada desde Córdoba y desde dicho historiador, desde una escala local y personal.

Frente a las formas de hacer historia aún dominantes en la época, la historiografía promovida por Garzón Maceda desde Córdoba supuso una nítida renovación temática, por su distanciamiento de la historia política e institucional y su orientación hacia la historia social en sentido lato o, si se quiere, una historia económica y social que comprendía lo demográfico como parte de lo último. Esta historia se concentraba en la dinámica económica y desde allí conducía inexorablemente a lo social, a los grupos que protagonizaban la vida económica y experimentaban las consecuencias de sus cambiantes coyunturas, a la vez que se evidencia una marginalización de las dimensiones más estrictamente políticas.

Desde sus presupuestos teórico-metodológicos, la renovación encuentra sus límites en la combinación de rasgos novedosos que suponen cambios de profundo calado con algunas orientaciones presentes en la historiografía precedente que revelan cierta continuidad con ella, en concreto con la forma de hacer historia de Cabrera y la desenvuelta en el IEA desde su fundación en 1944.

94

Lo novedoso reside en la elaboración de una historia problema, inspirada en formulaciones teóricas de la economía y con la ambición de elaborar generalizaciones de nivel medio acerca del pasado; la incorporación de nuevas técnicas como la cuantificación utilizada de manera sistemática, la estadística y la elaboración de series de extendida temporalidad; el uso orgánico y a gran escala de documentación hasta entonces poco explorada, y menos aún explotada, que permitía un tratamiento de ese tipo; incluso, la notable modernización que entrañaba la utilización del por entonces novedoso procesamiento mecánico de los datos cuantificables.

Las continuidades son perceptibles en el apego a la monografía histórica con fuerte correlato empírico -que a veces incluye la reproducción textual de documentos o la remisión a casos individuales minuciosamente examinados- y, sobre todo, en el notorio énfasis puesto sobre la labor heurística y la notable escrupulosidad erudita, además de la conexión especial que Garzón Maceda establecía de manera explícita y recurrente entre esos presupuestos y algunos de los que subyacían a la obra de Cabrera. Así, esa tradición disciplinar local, documentalista, como sostiene García (2010, p. 181, 183)- es recuperada y funciona como un contexto más de la operación historiográfica de Garzón Maceda.

Por tanto, en Garzón Maceda se evidencia una renovación historiográfica que muestra un claro deslizamiento temático, acompañado desde lo teórico-metodológico por una combinación ecléctica de fuertes cambios y algunas notables permanencias, de novedosas propuestas impulsadas con fuerza junto con significativos enlaces regresivos sostenidos con igual convicción. Incluso, podría conjeturarse que su deslizamiento desde la historia política e institucional

hacia la historia económica y social alentó intensamente la renovación de los presupuestos que sustentaron su labor historiográfica. Esto parece desprenderse del análisis realizado sobre el único trabajo editado del cordobés que puede situarse dentro de la historia política-institucional, donde se percibe cierto apego a las formas más tradicionales de construir conocimiento histórico.

En síntesis, la propuesta renovadora de Garzón Maceda no conllevó el abandono absoluto y la sustitución radical de los modelos de construcción de conocimiento tradicionales, sino más bien el enriquecimiento del paisaje historiográfico cordobés y argentino donde coexistieron formas diversas de hacer historia y dentro del cual las nuevas propuestas impulsadas por él eran de vanguardia pero estaban lejos de ser las predominantes.

### Referencias bibliográficas

- ARCONDO, Aníbal. **La población de Córdoba en 1813**. Córdoba: FCE, 1995.
- ASSADOURIAN Carlos. **El sistema de la economía colonial**. México: Nueva Imagen, 1983.
- DEVOTO, Fernando; PAGANO, Nora. **Historia de la historiografía argentina**. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.
- Entrevista a Ruggiero Romano. **Estudios Sociales**, n. 16, p. 151-163, 1999.
- GARCÍA, Diego. La renovación historiográfica en Córdoba. Un recorrido. En: AGÜERO, Ana; GARCÍA, Diego (Eds.). **Culturas interiores**. Córdoba en la geografía nacional e internacional de la cultura. La Plata: Al Margen, 2010, p. 165-184.
- GARZÓN MACEDA, Ceferino. Discurso en el acto académico del 12 de septiembre de 1958, en homenaje a Monseñor Dr. Pablo Cabrera. **Revista de la Universidad Nacional de Córdoba**, n. homenaje, parte 1ª., p. XI-XX, 1958.
- \_\_\_\_\_. **Economía del Tucumán**. Economía natural y economía monetaria. Siglos XVI-XVII-XVIII. Córdoba: IEA, 1968.
- \_\_\_\_\_. Ensayo de aplicación de medios mecánicos modernos de elaboración estadística para un análisis demográfico del empadronamiento del año 1813, realizado en Córdoba (R.A.). **Revista de la Universidad Nacional de Córdoba**, n. 3, p. 753-759, 1961a.
- \_\_\_\_\_. Informe sobre el XI Congreso Internacional de Ciencias Históricas y la Primera Conferencia Internacional de Historia Económica. **Revista de Economía y Estadística**, n. especial, p. 129-144, 2000.
- \_\_\_\_\_. La Revolución de Mayo y la Universidad de Córdoba. **Revista de la Universidad Nacional de Córdoba**, n. 1-2, p. 7-33, 1961b.
- \_\_\_\_\_. Relaciones profesionales entre los archiveros y los historiadores en Argentina. **Revista de la Universidad Nacional de Córdoba**, n. 4-5, p. 9-41, 1961c.

- \_\_\_\_\_; DORFLINGER, José. Esclavos y mulatos en un dominio rural del siglo XVIII en Córdoba. Contribución a la demografía histórica. **Revista de la Universidad Nacional de Córdoba**, n. 3, p. 625-640, 1961.
- KOROL, Juan. Los *Annales* en la historiografía argentina de la década del 60. **Punto de Vista**, n. 39, p. 38-42, 1990.
- LUQUE COLOMBRES, Carlos. Introducción. En: IEA. **Homenaje al Doctor Ceferino Garzón Maceda**. Córdoba: UNC, 1973, p. 7-9.
- MOREYRA, Beatriz. La historiografía del siglo XX: una mirada cuasi secular. En: \_\_\_\_\_ (comp.). **La Escritura de la Historia**. Una mirada sobre las prácticas y los discursos de los historiadores de Córdoba (Argentina). Córdoba: CEH, 2002, p. 19-112.
- MURÚA, Victoria. Un historiador en los márgenes: Ceferino Garzón Maceda y su lugar en la historiografía cordobesa. **Revista Escuela de Historia**, v. 9, n. 1, p. 1-11, 2010.
- TANDETER, Enrique. El período colonial en la historiografía argentina reciente. **Entrepasados**, n. 7, p. 67-84, 1994.

# De preterida a preferida: considerações em torno da trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava (1935-1951)\*

From neglected to preferred: considerations on the intellectual trajectory of Alice Piffer Canabrava (1935-1951)

---

**Otávio Erbereli Júnior**

oerbereljr@usp.br

Universidade de São Paulo

Doutorando em História Econômica FFLCH/USP (Bolsista CAPES)

Av. Prof. Lineu Prestes, 338, Cidade Universitária - Butantã

São Paulo - São Paulo

Brasil

---

## Resumo

Este artigo tem o objetivo de apresentar sinteticamente que a recuperação profissional da historiadora Alice Piffer Canabrava após a derrota no concurso para a cátedra de História da Civilização Americana, realizado em 1946, deveu-se a uma dupla conformação de fatores: a *cultura acadêmica* peculiar da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP) em suas décadas iniciais e a arraigada concepção da época acerca do lugar da mulher na sociedade. Em contrapartida, seu ingresso e sucesso na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) da mesma Universidade podem ser explicados pela *cultura acadêmica* distinta deste espaço. Para corroborar tal visão, também comparamos a trajetória de Alice Canabrava com a de outras mulheres que partilhavam de uma mesma ambientação institucional.

## Palavras-chave

Alice Piffer Canabrava; História intelectual; História da historiografia brasileira.

## Abstract

This article intends to demonstrate, in summary, that Alice Piffer Canabrava's defeat in the contest for the American Civilization History chair, taken place in 1946, was due to two factors: a peculiar *academic culture* of the University of São Paulo's School of Philosophy, Sciences and Languages in its early decades and an ingrained conception regarding women's place in society. On the other hand, her entering and success at the School of Economic and Administrative Sciences at USP can be explained by a distinct *academic culture* of that place. To support this outlook, the trajectory of Alice Canabrava is compared to that of other women who also shared an institutional setting.

## Keywords

Alice Piffer Canabrava; Intellectual history; History of Brazilian historiography.

97

---

Recebido em: 16/10/2016

Aprovado em: 20/12/2016

---

\* Agradeço a leitura atenta e as sugestões generosas da Profa. Dra. Raquel Glezer (FFLCH/USP).



Alice Piffer Canabrava (1911-2003) formou-se na Escola Normal Caetano de Campos, em São Paulo, em 1930, tendo recebido o diploma de “habilitação para o magistério público em São Paulo” e o prêmio Barão do Rio Branco, concedido ao aluno com as maiores notas em História e Geografia obtidas nos cinco anos de curso (CANABRAVA 1946, p. 1). Foi professora do curso primário entre 1931 e 1935 em Araras (SP), cidade onde nascera, e em 1935 ingressou no curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP) por comissionamento.<sup>1</sup> Dois anos depois, fez parte da segunda turma de formados da FFCL, com distinção na cadeira de História da Civilização.

Em maio de 1938, foi convidada pelo regente da cadeira de História da Civilização Americana, Paul Vanorden Shaw, para exercer a função de assistente adjunto de 2ª categoria. No ano seguinte passou às funções de assistente adjunto de 1º categoria e em 1942 logrou a posição de 1ª assistente em tempo parcial, após ter defendido a tese de doutoramento intitulada “O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)”, orientada por Jean Gagé e aprovada pela banca examinadora com distinção (CANABRAVA 1944). Em 1946, ao submeter-se ao concurso para a cadeira de História da Civilização Americana com a tese “A Indústria do Açúcar nas Ilhas Inglesas e Francesas do Mar das Antilhas (1697-1755)” (CANABRAVA 1981), não conseguiu a cátedra, mas obteve o título de livre-docente.<sup>2</sup> Ainda em 1946, com a fundação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) da USP, foi contratada por um ano como Técnica de Administração do Instituto de Administração para o setor de pesquisa histórica (CANABRAVA 1991, p. 2), sendo assentada ao final do prazo. Passou, então, a reger a cadeira de História Econômica da FCEA, tornando-se a primeira mulher catedrática da USP, via concurso de provas e títulos, em 1951, com a tese “O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875)” (CANABRAVA 2011).<sup>3</sup>

Em paralelo à carreira na USP, suas outras atividades acadêmicas envolveram a participação na Associação dos Professores de História do Ensino Superior (APUH), atual Associação Nacional de História (ANPUH), desde sua fundação, ocorrida na FFCL de Marília (SP), em 1961; a atuação como sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), sócia correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e sócia efetiva da Academia Paulista de História, na cadeira “André João Antonil”; e o papel de fundadora, em 1981, da *Revista Brasileira de História*. Em 1986, foi eleita professora emérita da USP, coroando uma *trajetória intelectual* vitoriosa para uma “professorinha do interior” (CANABRAVA 2005, p. 23-34).<sup>4</sup> Em um ambiente predominantemente masculino e de tradição bacharelesca, isto não era pouco.

<sup>1</sup> Em 1935, frente ao pequeno número de matriculados no segundo ano dos cursos da FFCL, o governo estadual abriu edital para que os professores que tivessem cursado Escola Normal pudessem ingressar na FFCL por meio de uma prova e com vencimentos, contanto que mantivessem boas notas ao longo do curso.

<sup>2</sup> Tal titulação era conferida aos candidatos que obtivessem nota superior a sete, mesmo que preteridos para a cátedra.

<sup>3</sup> A primeira edição desta tese foi publicada pela Indústria Gráfica Siqueira, em 1951, e a segunda pela editora T. A. Queiroz, em 1984.

<sup>4</sup> Caracterização feita por Alice Canabrava em depoimento em sessão organizada pelo Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU), ocorrida na reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em julho de 1984.

O que se pretende demonstrar aqui é que o insucesso da prof<sup>a</sup> Canabrava no referido concurso de cátedra na FFCL em 1946 deveu-se à *cultura acadêmica* peculiar da instituição, somada ao papel atribuído à mulher na sociedade da época, ao qual a Universidade não poderia estar imune.<sup>5</sup> Buscamos comprovar esta hipótese por meio da análise de três momentos de sua trajetória. Em primeiro lugar, a seção intitulada “Garantia de sucesso’ da tese doutoral” indica como a *operação historiográfica* da autora já estava coadunada a uma compreensão historiográfica cara aos intelectuais e professores renomados do período. Realçamos especialmente as concepções metódicas reelaboradas de Afonso Taunay (1876-1958),<sup>6</sup> realce justificado também pelo fato de ter acompanhado muito de perto o desenvolvimento intelectual de Alice Canabrava, desde os tempos em que fora sua aluna no curso de História da Civilização Brasileira até a obtenção da cátedra na FCEA.

Depois, na seção intitulada “O Concurso”, entendemos que Alice Canabrava possivelmente foi vítima de uma articulação masculina naquela ocasião. Dois pontos são significativos para uma tal compreensão: o sucesso de sua tese de doutoramento, em 1942, e as notas altas a ela atribuídas pelo prof. Sérgio Buarque de Holanda no concurso de 1946. Também realçamos a *cultura acadêmica* de cunho “bacharelesco” e totalmente pertinente àquele momento, não por acaso utilizada como justificativa legitimadora da vitória dada ao candidato concorrente. Por fim, em “A (con)sagração na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas”, buscamos demonstrar que o elemento fundamental para que a prof<sup>a</sup> Canabrava alcançasse a condição de catedrática, além de sua comprovada competência acadêmica, foi exatamente este novo espaço, a FCEA e, sobretudo, sua *cultura acadêmica* distinta daquela que marcava a FFCL.

### “Garantia de sucesso” na tese doutoral

Nos arquivos da FFLCH/USP encontra-se uma ficha que sintetiza a ata do doutoramento da prof<sup>a</sup> Alice Canabrava na cadeira de História da Civilização Americana. O trabalho intitulado “O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)” foi apresentado no dia 13 de novembro de 1942 e, aprovado com distinção, recebeu nota 9,56 da comissão examinadora, composta pelos professores Jean Gagé (presidente da banca e seu orientador), Plínio Ayrosa, Pierre Monbeig, Alfredo Ellis Júnior e Eurípedes Simões de Paula.

O professor Jean Gagé chegara à antiga FFCL em 1938, para substituir Fernand Braudel na cadeira de História da Civilização. Antes de retornar à França, Braudel escreveu uma carta ao diretor da Faculdade recomendando três alunos em especial: Eduardo D’Oliveira França, Alice Piffer Canabrava e Risoleta Violante Pereira, que já haviam escolhido os temas de suas teses. O de Alice

<sup>5</sup> Utilizamos aqui a noção de “cultura acadêmica” elaborada por Fritz Ringer, que a define como “a rede de convicções inter-relacionadas e explícitas acerca das práticas acadêmicas de ensinar, aprender e pesquisar, bem como sobre os significados sociais dessas práticas” (no original: “the network of interrelated and explicit beliefs about the academic practices of teaching, learning, and research, and about the social significances of these practices”) (RINGER 1992, p. 13).

<sup>6</sup> Afonso d’Escragnoille Taunay foi diretor do Museu Paulista entre 1917 e 1945 e professor da FFCL/USP de 1934 a 1937, dentre outros ofícios afins.

Canabrava seria “O papel de Lisboa na história de Portugal e particularmente nas grandes descobertas marítimas”. Braudel, que demonstrava conhecer o trabalho dos três recém-formados, encerrou a recomendação com os seguintes dizeres: “Sou partidário do comissionamento eventual desses estudantes, pois seus trabalhos anteriores são uma garantia de sucesso”.<sup>7</sup>

Seja pela orientação de Jean Gagé, seja por ter obtido acesso a outra documentação, relacionada não a Lisboa e sim a Buenos Aires, Alice Canabrava não levou adiante a pesquisa projetada por Braudel. Em suas reminiscências, e correndo todos os riscos subjacentes à utilização deste tipo de relato, ela afirmou o seguinte:

No caso da tese de doutoramento, [...] lembro-me bem como tudo começou. No Museu Paulista, deparei-me com vários volumes dos Arquivos de Buenos Aires. [...]. Na defesa, o Prof. Gagé, oficialmente meu orientador, declarou que eu havia feito a tese sozinha e que o meu trabalho nada tinha dele (CANABRAVA 1997, p. 159).

100

Se Gagé parece não ter tido participação na tese de Canabrava, pelo menos através de orientação direta, outro membro da banca examinadora, Alfredo Ellis Júnior, representava uma importante conexão intelectual para a autora. Por um lado, Ellis Júnior substituíra Afonso Taunay (a quem admirava desde os tempos do Colégio São Bento, em São Paulo) na cadeira de História da Civilização Brasileira, em 1938, e tinha uma concepção de história muito próxima à do historiador das bandeiras paulistas; por outro, o próprio Taunay redigiria o prefácio da tese de doutoramento de Alice Canabrava – algo muito expressivo, uma vez que, para François Hartog, o leitor moderno está habituado a encontrar no prefácio um verdadeiro discurso do método.

O prefácio é também o lugar onde se acertam as contas: elas são calculadas ou pagas, as dívidas são reconhecidas ou negadas. É nele que se confessam, afloram ou se ignoram as relações com a instituição (em sentido preciso ou amplo), a qual autoriza e dá crédito (HARTOG 2001, p. 11).

Notamos que, no prefácio da tese de Alice Canabrava, a autorização que provém de Afonso Taunay concede à obra dupla legitimidade: a da tese e da autora.

Distinta aluna do curso que professei na Faculdade de Filosofia, de 1934 a 1937, tive o ensejo de atribuir-lhe alta nota de aprovação que mereceu no último ano deste quadriênio. Vi-a continuar sempre empolgada pelos estudos de História, frequentando de modo mais assíduo a biblioteca do Museu Paulista e a do Instituto Histórico de São Paulo (TAUNAY 1944, p. IX).

Já aposentada da FCEA (a atual Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FEA), a prof<sup>a</sup> Alice Canabrava recordar-se-ia de que sua tese fora mesmo fruto de suas visitas ao Museu Paulista. Contudo, ela não partiu de um

---

<sup>7</sup> Carta de Fernand Braudel no acervo de Alice Piffer Canabrava. São Paulo, 16 de outubro de 1937. Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP): APC-P3, 01 CP-P3, 1(2).

problema já estabelecido para depois pesquisar no arquivo, procedimento este pertinente aos primeiros *annalistes* e sua *história-problema* (NOZOE, MELLO E SAES 1985); ao contrário, foi por ter encontrado vasta documentação sobre a Argentina colonial que lhe surgiu o tema:

[...] Encantei-me com o material, logo percebi que estava diante de um grande filão. Imediatamente comecei a copiar e a fazer o trabalho. Creio que levei um ano para realizá-lo. [...] Em certa medida, foi a fonte documental que inspirou minha pesquisa. Foi o primeiro amor. Eu gosto muito desse livro e até hoje eu o leio com prazer (CANABRAVA 1997, p. 159).

De volta ao prefácio de Taunay, o mestre, após perpassar rapidamente as três partes da tese, concluía afirmando que:

[...] Como excelente e honesta elaboração, agora desabrochada em inteligente realidade, é-me sobremodo grato cumprimentar a Autora de um trabalho efetuado sob as instigações das diretrizes norteadoras dos que escrevem história digna deste nome (TAUNAY 1944, p. XI).

Mas, o que seria para Taunay uma “história digna deste nome”? Não se pode, de saída, confundir sua atuação na cadeira de História da Civilização Brasileira da FFCL com seu método de escrita da história. Realmente, seus métodos de ensino eram bastante tradicionais quando comparados aos “mestres franceses”, como a própria Alice Canabrava não deixou de lembrar (2005, p. 28). Por outro lado, vinculá-lo diretamente à Escola Metódica Francesa seria desconsiderar várias nuances de sua *operação historiográfica*. Tais nuances, aliás, podiam ser percebidas muito antes da fundação da USP: em 1911, em sua aula inaugural no curso de História Universal da Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo, sua principal referência foi o livro de Langlois e Seignobos, *Introduction aux études historiques* (LANGLOIS; SEIGNOBOS 1992); contudo, mesmo falando sobre “Os princípios gerais da moderna crítica histórica”, Taunay não deixou de criticar alguns pontos do método, como ao afirmar que:

[...] não era mais tempo de Histórias nacionais porque a disciplina exigia tamanho rigor metodológico que era impossível a um homem dar conta de pesquisar todos os temas do período em sua generalidade. Nesse sentido, considerou que aquele era o tempo das monografias (ANHEZINI 2011, p. 40-41).

Nesse sentido, considerar a tese de Alice Canabrava uma monografia demonstra o apreço de Taunay por este trabalho. Em suas palavras, “a monografia de D. Alice P. Canabrava é digna de real apreço e lugar de destaque lhe fica assinalado nas resenhas bibliográficas sul-americanas, portuguesas e espanholas” (TAUNAY 1944, p. XI).

Outra crítica de Taunay à concepção historiográfica de Langlois e Seignobos diz respeito à sua recusa em aceitar a crítica deles à história da civilização (ANHEZINI 2011, p. 52). Destacamos como exemplo de que o historiador não deveria se restringir à história-batalha o fato de poder encontrar-se 23 anos

depois, em seu texto para a cadeira de História da Civilização Brasileira, a seguinte fala:

Já não são a história militar e a administrativa as únicas que interessam aos autores e ao público. Incumbem-se os monografistas de apresentar entre aqueles assuntos os da história econômica e da religiosa, os da história literária, artística e científica e, sobretudo, o da história dos costumes (TAUNAY 1937, p. 123).

Na introdução da tese, a prof.<sup>a</sup> Alice explicita parte de seus objetivos: “[...] procuramos ventilar principalmente as questões econômicas suscitadas pela colonização espanhola na região platina [...]” (CANABRAVA 1944, p. XIII). Percebe-se a relação da professora com a proposta de Taunay de abordar assuntos de história econômica nas monografias e o fato de que a história não deve se restringir apenas ao registro das “campanhas militares”. Assim, a autoridade concedida por Taunay a Alice Canabrava derivou de uma série de procedimentos historiográficos adotados por ela em sua tese e que foram propostos – ou, ao menos, defendidos – por Taunay: um estudo monográfico fundamentado em vasta documentação e que, escapando aos fatores da dita história-batalha, caracterizava-se como um estudo de história econômica.

Observamos que notórios intelectuais de origens distintas, como Afonso Taunay e Plínio Ayrosa, provenientes da tradição autodidata e vinculados ao IHGB, ao lado de Jean Gagé, Pierre Monbeig e Eurípedes Simões de Paula, já habituados com os métodos e práticas hauridos em um contexto de profissionalização do saber histórico e geográfico, aprovaram a tese de Alice Canabrava com distinção. E a historiadora também contou com a chancela de um importante membro da “missão francesa”: Fernand Braudel, o que a qualificava para concorrer a uma das futuras cadeiras vacantes da subseção de Geografia e História da FFCL/USP.

102

### “O concurso”

Desde 1938, Alice Canabrava era assistente de Paul Vanorden Shaw, que chegara da Universidade de Columbia para reger a cadeira de História da Civilização Americana. Em 1941, Shaw deixou a cadeira e Astrogildo Rodrigues de Mello foi designado para regê-la interinamente. Portanto, era preciso organizar novo concurso. Alice Canabrava relata que:

[...] em encontro casual com o professor André Dreyfus, Diretor da Faculdade de Filosofia, [ele] consultou-me sobre a possibilidade de concorrer ao concurso da cadeira de História da América, pois não desejava abri-lo para um único candidato, o professor contratado para a mesma (CANABRAVA 2005, p. 30).

Na fala de Dreyfus parece estar subjacente que não haveria problema algum em abrir o concurso apenas para um candidato, mas não soaria bem na comunidade acadêmica. Quando ele se realizou, entre os dias 30 de julho e 07 de agosto de 1946, apresentaram-se três candidatos: o regente interino Astrogildo Rodrigues de Mello, Odilon de Araujo Grellet, bacharel em Ciências

Jurídicas e Sociais e professor do Ginásio Estadual Franklin Roosevelt, e Alice Canabrava, então assistente de Rodrigues de Mello. Dos cinco membros da banca examinadora, dois foram indicados pelo Conselho Universitário: Zeferino Vaz, da Faculdade de Medicina Veterinária, e Jorge Americano, da Faculdade de Direito; os outros três foram indicação da FFCL: Eremildo Luiz Vianna e Jaime Coelho, ambos da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da Universidade do Brasil (UB), no Rio de Janeiro, e Sérgio Buarque de Holanda, do Museu Paulista. Observando o boletim de notas concedidas aos candidatos pelos membros da banca examinadora para cada prova (títulos, escrita, didática e defesa de tese), temos os seguintes quadros:<sup>8</sup>

**Tabela 1** - Candidato Astrogildo Rodrigues de Mello. Média geral final: 9,25

<b>Membros da banca examinadora</b>	<b>Títulos</b>	<b>Prova escrita</b>	<b>Defesa de tese</b>	<b>Prova didática</b>	<b>Média</b>
Jorge Americano	10	9	9	9	9,25
Zeferino Vaz	10	9	8	9	9,00
Jaime Coelho	10	10	10	9	9,75
Eremildo Luiz Vianna	10	10	10	9	9,75
Sergio Buarque de Holanda	9	9	8	8	8,50

103

**Tabela 2** - Candidata Alice Piffer Canabrava. Média final geral: 9,35

<b>Membros da banca examinadora</b>	<b>Títulos</b>	<b>Prova escrita</b>	<b>Defesa de tese</b>	<b>Prova didática</b>	<b>Média</b>
Jorge Americano	9	9	10	9	9,25
Zeferino Vaz	10	9	10	10	9,75
Jaime Coelho	9	9	9	9	9,00
Eremildo Luiz Vianna	9	9	9	9	9,00
Sergio Buarque de Holanda	9	10	10	10	9,75

<sup>8</sup> Tabelas elaboradas a partir dos dados coletados no Processo n. 46.1.325.8.0 (Concurso para a cátedra de História Americana). Arquivo da FFLCH/USP. *Boletim Geral*. "São Paulo, 7.8.46 Jorge Americano".



**Tabela 3** - Candidato Odilon de Araujo Grellet. Média final geral: 6,95

<b>Membros da banca examinadora</b>	<b>Títulos</b>	<b>Prova escrita</b>	<b>Defesa de tese</b>	<b>Prova didática</b>	<b>Média</b>
Jorge Americano	6	8	6	8	7
Zeferino Vaz	6	8	6	8	7
Jaime Coelho	6	8	6	8	7
Eremildo Luiz Vianna	6	8	6	8	7
Sergio Buarque de Holanda	6	8	6	7	6,75

A média final geral de cada candidato foi feita pelo somatório das médias atribuídas por cada membro da banca examinadora e dividida por cinco, ou seja, pelo número de membros da banca. Desta forma, como se vê, tem-se que a média final geral mais elevada é a de Alice Piffer Canabrava, com 9,35. Contudo, no parecer final da comissão examinadora, datado de 7 de agosto de 1946, encontra-se o seguinte:

Por esses quadros, verifica-se que os candidatos Srs. Astrogildo Rodrigues de Mello e Alice Piffer Canabrava, obtiveram média igual, isto é, 9,25, conseqüente das notas atribuídas pelo Presidente da Comissão, Prof. Jorge Americano. Este, entretanto, depois de verificado o empate, declarou que desempatava em favor do Sr. Astrogildo Rodrigues de Mello, considerando achar-se este cátedra, digo, candidato na regência da cátedra, em comissão, de História da Civilização Americana (PROCESSO 1946, p. 1).

104

No parecer final, foram levadas em consideração somente as notas do presidente da banca, Jorge Americano, uma vez que um dispositivo do edital o permitia:

**Tabela 4** - Parecer final

<b>Candidatos</b>	<b>Títulos</b>	<b>Prova escrita</b>	<b>Defesa tese</b>	<b>Prova didática</b>	<b>Média</b>
Astrogildo Rodrigues de Mello	10	9	9	9	<b>9,25</b>
Odilon de Araujo Grellet	6	8	6	8	<b>7,00</b>
Alice Piffer Canabrava	9	9	10	9	<b>9,25</b>

Segundo as notas por ele atribuídas, as médias finais de Astrogildo Rodrigues de Mello e de Alice Piffer Canabrava foram iguais, 9,25, e de Odilon de Araujo Grellet, 7,00. Ademais, na apreciação dos títulos, encontra-se o seguinte parecer:

Dos três candidatos inscritos, é de mister salientar os excelentes títulos dos Srs. Astrogildo Rodrigues de Mello e Alice Piffer Canabrava. Ambos são portadores de diploma de licenciados, obtiveram doutoramento em História e têm exercício no magistério de ensino superior da Cadeira a que ora concorrem. Cumpre salientar, ademais, que publicaram trabalhos valiosos no domínio da História da América. [...] Entre os Srs. Astrogildo Rodrigues de Mello e Alice P. Canabrava há, a favor do primeiro, a circunstância de ocupar o cargo de Professor em comissão de H. da Civilização Americana e possuir o título de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, enquanto a Profa. Alice Canabrava é assistente do mesmo, não tendo feito o curso jurídico, que é de grande auxílio para melhor entendimento dos problemas históricos, como, por exemplo, no tocante ao estudo das instituições políticas, sociais e econômicas (PROCESSO 1946).

No arrazoado do presidente da banca, pode parecer inusitada a afirmação de que o curso jurídico contribuiria para o melhor desempenho das funções de professor catedrático de História da Civilização Americana. Contudo, naquela *cultura acadêmica*, a tradição bacharelesca possuía grande peso. Como sugere Lidiane Rodrigues ao examinar as trajetórias de Alfredo Ellis Jr., Eurípedes Simões de Paula e Eduardo D'Oliveira França, o fato de esses três historiadores terem cursado a Faculdade de Direito os teria habilitado e legitimado a assumir cátedras na FFCL, principalmente com a anuência, quando não interferência, de Fernand Braudel:

No que se refira a dimensões factuais e sociais, ficaram ocultadas as trajetórias femininas. Ao que tudo indica, o interdito a elas não era oriundo de Fernand Braudel. Possivelmente ele estivesse atrelado aos compromissos assumidos com a elite contratante. Vocalizando os valores dela, um expressivo depoimento de João Cruz Costa – que auxiliou o missionário em sua aclimação no Brasil: “Isso de cátedras com catedráticos femininos não me parece coisa séria”. Ademais, a pesquisa sugere que outros atributos, além da oposição homem/mulher, estivessem em jogo nas disputas, por exemplo, a origem “comissionada” ou já capitalizada culturalmente. A investigar (RODRIGUES 2013, p. 99).

105

Efetivamente, todos os que sucederam aos professores estrangeiros nas cátedras de História haviam passado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco: Eduardo D'Oliveira França substituiu Émile Léonard na cadeira de História da Civilização; Eurípedes Simões de Paula substituiu Jean Gagé na cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval e Astrogildo Rodrigues de Mello substituiu Paul Vanorden Shaw na cadeira de História da Civilização Americana. No caso da cadeira de História da Civilização Brasileira, Alfredo Ellis Júnior também havia cursado a Faculdade de Direito quando sucedeu Afonso Taunay. Já quanto às relações de gênero, têm-se alguns relatos das hostilidades em relação à mulher na FFCL. Em entrevista concedida em 2001 ao projeto de Hélgio Trindade acerca da institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, América Latina e França, a socióloga Heleieth Saffioti, quando questionada acerca de quem ministrava o curso de Sociologia na FFCL durante sua graduação (1956-1960), afirma que:

Era o Fernando Henrique [Cardoso] e o Octavio Ianni. Havia a Maria Sylvia [de Carvalho Franco], que sofreu discriminações pelo fato de ser mulher. Inteligente ela é. Aquele livro dela, *Homens livres na sociedade escravocrata*, só recentemente que foi editado por uma editora comercial. Antes tinha sido editado por uma editora ligada à Maria Isaura [Pereira de Queiroz], que era amiga da Maria Sylvia e conseguiu publicar, porque o Fernando Henrique e o Ianni dominavam todas as editoras (SAFFIOTI 2012, p. 140).

Para além da oposição homem/mulher, Rodrigues (2013) também chama a atenção para a origem social dos catedráticos que sucederam aos professores estrangeiros. Ser mulher, entretanto, pesava mais naquela *cultura acadêmica*, uma vez que mesmo mulheres capitalizadas social e culturalmente, como Gilda de Mello e Souza, enfrentaram as hostilidades do grupo masculino. Heloisa Pontes, ao citar as mulheres que participaram do grupo "Clima", destaca Maria de Lourdes dos Santos, Ruth Alcântara e a própria Gilda, então ainda Moraes Rocha. Todas as mulheres tiveram um papel subsidiário no grupo, principalmente como secretárias de seus respectivos maridos, com exceção de Gilda, que tentou trilhar o caminho da escrita ficcional e acabou por seguir a carreira acadêmica.

De todas as mulheres do grupo, Gilda foi a única que conseguiu conciliar o trabalho e as atribuições domésticas com a carreira universitária. Diferentemente de Maria Lourdes, que como ela também se profissionalizou na Universidade de São Paulo, Gilda não abriu mão de seus projetos intelectuais e da vontade de escrever (PONTES 1998, p. 127).

## 106

Ainda no seu caso, o fato de ser mulher e ter escolhido uma temática "de mulher" para sua tese de doutoramento ("O espírito das roupas", apresentada em 1950), fizeram com que fosse preterida na sucessão da cadeira de Sociologia I, regida por Roger Bastide, seu orientador de tese, em favor de Florestan Fernandes (PONTES 2006, p. 90). Referindo-se a seu ambiente familiar tradicional, tanto em Araraquara quanto na capital paulista, para onde se mudou com 12 anos de idade para dar prosseguimento aos estudos, Gilda relata que parte daquilo de que fugia, e que era oriundo exatamente daquelas tradições, acabava por reencontrar na FFCL em seus colegas de curso:

Na verdade, o antigo preconceito masculino de que eu havia fugido se infiltrara renitente, se bem que mais brando, entre os próprios colegas de curso. Um ou outro talvez acreditasse sinceramente nas vocações intelectuais femininas, mas a maioria achava que qualquer prognóstico sobre nós era prematuro, pois ainda não tínhamos feito a escolha "essencial" – igual para todos –, aquela que, a seu tempo, iria revogar as demais: a escolha do marido. Não raro víamos aflorar formas mais agressivas de resistência, a suspeita, por exemplo, de que a nossa inquietação fosse estacional, derivasse apenas de uma privação afetiva. Passaria com o tempo sem deixar sequelas, como o sarampo e a coqueluche. Muitos talvez nem se lembrem desse juízo simplista – para não dizer simplório – de nossas perplexidades (SOUZA 2004, p. 69-70).

Fechada essa digressão, outro aspecto que chama a atenção nas atas do concurso de 1946 são as notas atribuídas por Sérgio Buarque de Holanda às três

teses apresentadas: 6 para Odilon Grellet, 8 para Astrogildo de Mello e 10 para Alice Canabrava. Este claro indício da superioridade da tese apresentada pela candidata revela também o grande apreço que o então diretor do Museu Paulista nutria pelo trabalho intelectual de Canabrava. Em ao menos quatro ocasiões posteriores tal apreço voltaria a aparecer: a primeira foi em artigo intitulado "Sobre o Colloquium", publicado no jornal *Diário Carioca* em 12 de novembro de 1950 (HOLANDA 2011, p. 55); a segunda, em "O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos", publicado em 15 de julho de 1951 no jornal *Correio da Manhã* (HOLANDA 2008, p. 614); a terceira, ao tratar de "História Econômica" no mesmo jornal, em 24 de agosto de 1952 (HOLANDA 2004, p. 138); e, por fim, em "Portugueses na América", artigo publicado em 09 de maio de 1959 no jornal *O Estado de S. Paulo* (HOLANDA 2011a, p. 279).

Destas quatro oportunidades, Alice Canabrava foi mencionada pontualmente em três; "História Econômica", por sua vez, é todo dedicado a ela, estabelecendo-a como sinônimo dessa especialidade. E o trabalho mais comentado por Sérgio Buarque neste artigo é exatamente a sua tese para a cadeira de História da Civilização Americana:

Da leitura dessa obra, apoiada numa impressionante bibliografia de impressos, além de copioso material manuscrito obtido de instituições como a Library of Congress de Washington ou a biblioteca da American Jewish Association de Nova York, sem falar nos arquivos brasileiros, e que representam um trabalho em muitos pontos sem antecedentes e verdadeiramente sem modelo em nossa literatura histórica [...] (HOLANDA 2004, p. 138).

107

Decerto por conta dessas características, a candidatura de Alice Canabrava à cadeira de História da Civilização Americana era vista como uma ameaça. Em suas memórias, ela relata que, depois que defendeu sua tese de doutoramento e despontou como possível candidata à cátedra, todos os catedráticos se voltaram contra ela:

[...] involuntariamente emergi, aos olhos dos meus colegas masculinos, como possível candidata ao provimento efetivo da cadeira de História da América, a ser posta em concurso. Até então, o relacionamento com esses colegas havia sido muito afável, direi até, não isento de estima pessoal (CANABRAVA 2005, p. 30).

Segundo Canabrava, *vis-à-vis* as notas de Jorge Americano, que empataram o concurso, o regulamento estipulava que todos os membros da banca deveriam votar em um candidato para que ficasse em primeiro lugar. Dois deles votaram em Astrogildo Rodrigues de Mello e dois em Alice Canabrava; com o desempate nas mãos do presidente, a escolha recaiu sobre Rodrigues de Mello. Anos mais tarde, Alice diria que:

[Jorge Americano] me mandou dizer que ele achava que o único erro na vida universitária profissional dele tinha sido decidir o concurso em favor da outra pessoa e não pra mim, mas que eu quisesses compreender que deram informações completamente erradas. Disseram que o outro

candidato sofria de uma doença incurável e que por isso ficaria logo na pequena cátedra. E eu mandei dizer pela mesma pessoa que ele não tivesse nenhum remorso, que estava tão feliz onde estava. Que por mãos tortas, linhas transversas, eu tinha encontrado um excelente caminho (CANABRAVA 1981a).<sup>9</sup>

Tais afirmações sugerem que os professores do curso haviam combinado um resultado para que Astrogildo Rodrigues de Mello assumisse a cátedra, contando com seu afastamento pouco tempo depois. Contudo, tal estratégia não passara de um engodo para ludibriar o então reitor Jorge Americano e evitar que uma mulher assumisse a cátedra. Tendo em perspectiva a posição de Sérgio Buarque de Holanda, que atribuiu maiores notas à tese de Alice Canabrava e não à de Rodrigues de Mello, pode-se intuir que os dois professores da FNFi, Eremildo Luiz Vianna e Jayme Coelho, talvez não quiseram se comprometer com uma disputa de poder interna à subseção de Geografia e História da FFCL/USP e preferiram “votar juntos”, uma vez que todas as notas por eles atribuídas aos candidatos, em todos os critérios, foram as mesmas. Podemos deduzir, assim, que os dois votos em favor do vencedor foram conferidos por Jayme Coelho e Eremildo Vianna, e que Sérgio Buarque de Holanda e Zeferino Vaz votaram em Alice Canabrava.

O depoimento de Olga Pantaleão, que também sofreu com as articulações do grupo masculino, é bastante esclarecedor dessa situação:

108

Finalmente, a Cátedra, posto final na carreira universitária na época, estava bem fora do alcance das mulheres: erguia-se uma muralha masculina contra a simples possibilidade. Nos anos 40, a única mulher catedrática na Congregação da Faculdade de Filosofia foi Noemy Silveira Rudolfer, que viera transferida do Instituto de Educação quando este foi extinto e, portanto, não tivera de pleitear a Cátedra. Durante quase um ano, de julho de 1946 a junho de 1947, mais uma mulher, eu mesma, pôde aparecer nesse quadro, regendo interinamente a Cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea. Durou pouco tempo: por pressão e ação do grupo masculino dominante no curso de Geografia e História tive de deixar a Faculdade, tendo feito o restante de minha carreira fora da USP. E, finalmente, uma mulher fez o concurso para a Cátedra de História da Civilização Americana: Alice Piffer Canabrava. Foi um acontecimento! Mas, apesar de ter obtido as melhores notas, não ganhou o concurso: a banca examinadora escolheu o segundo colocado em notas, homem, naturalmente, dando-lhe a Cátedra; esse absurdo era possível, então, por força do regulamento do concurso, o qual permitia à banca votar no candidato que ficaria em primeiro lugar. Isso foi tudo o que aconteceu, na década de 40, referente à ocupação da Cátedra pelas mulheres. Tudo bem ingressar na graduação por comissionamento; ser assistente; realizar doutoramento, mas, “tudo menos a Cátedra!” (PANTALEÃO 2004, p. 113-114).

Após o concurso, Alice Canabrava pedia demissão, pois não suportaria continuar como assistente de Astrogildo Rodrigues de Mello, e instalou-se

---

<sup>9</sup> Depoimento de Alice Piffer Canabrava ao Museu da Imagem e do Som de São Paulo, 1981. A referência do excerto reproduzido acima é: 00035EBR00027AD (Estudos Brasileiros, rolo 116.28 A-0151, número de Tombo 116.28).

na recém-inaugurada FCEA. Um novo momento se abria em sua trajetória acadêmica e intelectual.

### **A (con)sagração na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas**

No mesmo ano de 1946, Alice Canabrava foi convidada a integrar a nova faculdade por indicação do diretor da FCEA, José Reis, ao reitor da USP:

Tenho a honra de propor à Vossa Magnificência a nomeação de Dra. ALICE PIFFER CANABRAVA para exercer cargo de Técnico de Administração, padrão N, da tabela II da Parte Permanente do Quadro do Ensino, criado pelo Decreto-lei n.º 15 604, de 11 de Fevereiro de 1946, e lotado no Instituto de Administração, desta Faculdade, onde a interessada irá realizar trabalhos de investigação e pesquisa relativos à história da administração (PROCESSO 1946a, Ofício n. 58).

Após o trâmite burocrático junto ao interventor federal no Estado de São Paulo, Alice Canabrava foi nomeada para o setor de História do Instituto de Administração da FCEA, anexo à cadeira de Ciências da Administração. Sua função está descrita claramente: realizar pesquisas em História da Administração. Preterida no concurso da FFCL, ela agora construía uma nova *rede de sociabilidade* em sua também nova casa, onde, em 1951, chegaria enfim à cátedra, com a tese "O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875)". Neste concurso em que foi única candidata, a aprovação veio de seus pares Afonso Taunay, Sérgio Buarque de Holanda, Paul Hugon (catedrático de Economia Política e História das Doutrinas Econômicas da FFCL e FCEA), José Joaquim Cardoso de Mello Neto (do curso de Economia Política da Faculdade de Direito e presidente da banca) e Theotônio Monteiro de Barros Filho (diretor da FCEA). Na ata do concurso da cadeira de número X, de História Econômica, encontramos as seguintes notas atribuídas pelos membros da banca examinadora:<sup>10</sup>

109

**Tabela 5** - Notas atribuídas pela banca examinadora. Média final geral: 8,75

<b>Membros da banca examinadora</b>	<b>Títulos</b>	<b>Prova escrita</b>	<b>Arguição sobre a tese</b>	<b>Prova didática</b>	<b>Média</b>
J. J. Cardoso de Mello Neto	9	9	8	8	8,5
Afonso Taunay	10	9	9	9	9,25
Paul Hugon	10	9	8	9	9,00
Sergio B. de Holanda	10	8	8	9	8,75
Theotônio Monteiro	9	7	8	9	8,25

<sup>10</sup> Tabela elaborada a partir das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora. Cf. processo n. 51.1.12250.1.8 (arquivo da Reitoria da USP), conforme as atas do concurso. Estas notas encontram-se na página 6.



Como vimos, Alice Canabrava entendia os procedimentos de escrita da história de modo próximo às principais concepções de Afonso Taunay acerca do trabalho historiográfico. Além disso, havia o prestígio que seu trabalho obtivera junto ao professor Sérgio Buarque de Holanda, que, além de diretor do Museu Paulista, à época também atuava como professor de História Econômica na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (NICODEMO 2012, p. 115). Suas palavras davam ao trabalho da professora, agora da FCEA, uma legitimidade sem par, desfazendo quaisquer resquícios de mal-entendidos que tivessem sido gerados pelo malfadado concurso em que fora reprovada. Agora, sua aprovação na FCEA, que a tornou a primeira mulher catedrática da história da USP, estava de acordo com as diretrizes historiográficas de seus mestres Afonso Taunay e Sérgio Buarque de Holanda, bem como com os embasamentos constantes na tese de história econômica sob a perspectiva de Paul Hugon. Consta nas atas dos arquivos que, diante de grande assistência, Alice Piffer Canabrava foi aclamada catedrática da cadeira de número X da FCEA. Chegara o momento da “derrota” de 1946 se transformar em consagração.

A destacada carreira construída nesta Faculdade não seria capaz, contudo, de apagar completamente a mágoa pelo que ocorrera na FFCL. Exatos 35 anos depois, em carta para o amigo Francisco Iglésias, ela assim se referia à publicação em livro de sua tese de livre-docência, ocorrida naquele mesmo ano:

110

Demorei muitos anos para pensar na reedição, ou melhor, na edição, desde que a primeira versão constou apenas de 100 exemplares mimeografados para cumprir regulamento de concurso. Durante tantos anos não conseguia sequer abrir o meu exemplar. Trauma do concurso. Também nunca ia à Faculdade de Filosofia. Aos poucos fui sublimando. A verdade é que durante muito tempo sonhei com o concurso, em várias versões, eu sempre em situação difícil. A razão de tudo: eu havia sofrido muito com a perseguição, a Faculdade inteira contra mim, o próprio concurso, o meu pedido de demissão da Faculdade, minha ida para uma outra instituição universitária recém-criada. Tudo foi sofrimento, ainda que, um grande passo para melhor, e hoje, a distância no tempo, pode apreciar muito bem o que significou para minha vida. E posso repetir sua afirmação, também foi o único bilhete de Loteria que me foi dado ganhar em toda a minha vida, ir para a Faculdade de Economia. Ainda há pouco, na sessão solene do Departamento/Congregação, para minha despedida, deixei registrado que muito devo à Faculdade de Economia e tenho por ela um grande apego afetivo.<sup>11</sup>

Em outra carta também endereçada ao historiador mineiro, esta de 1982, a propósito da morte de Sérgio Buarque de Holanda, ela escreveu:

A sugestão de seu nome [Francisco Iglésias] para sucedê-lo na Faculdade de Filosofia é um exemplo, seu nome brotava espontaneamente de muitos aos quais ele [Sérgio Buarque] dava expressão. Para a Fac. Filosofia foi pena que V. não aceitasse, embora tenha eu de reconhecer que para V. como pessoa e como historiador, foi uma sábia decisão manter-se longe do “ninho de víboras”.<sup>12</sup>

<sup>11</sup> CCarta de Alice P. Canabrava a Francisco Iglésias. São Paulo, 31 de dezembro de 1981. Acervo de Alice Piffer Canabrava, Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP): APC CP – P1-28-(4), p. 1.

<sup>12</sup> Carta de Alice P. Canabrava a Francisco Iglésias. São Paulo, 29 de abril de 1982. Acervo de Alice Piffer

## Considerações finais

Em tempos idos, mas não tão distantes, eram imensas as dificuldades das mulheres que visavam a alcançar o mais alto posto da carreira acadêmica na FFCL-USP: a cátedra. Deparamo-nos aqui com os anos 1940, momento em que Alice Canabrava, como também Olga Pantaleão, enfrentaram as barreiras criadas pelos intelectuais masculinos. Nos anos 1950, foi a vez de outra grande pesquisadora, Gilda de Mello e Souza, se defrontar com elas, que permaneceriam pelo menos até a década seguinte: em 1967, Paula Beiguelman foi outra preterida, desta vez em concurso para a cadeira de Política em 1968, que alçou Fernando Henrique Cardoso à cátedra. De acordo com Heloisa Pontes:

Deixando de lado a questão da competência dos candidatos envolvidos nesse concurso, é preciso ressaltar que Paula Beiguelman foi a segunda mulher (depois de Alice Canabrava) a disputar uma posição mais sólida na Faculdade de Filosofia (PONTES 1998, p. 199).

De fato, a assertiva de Pontes não é descabida, pois a comparação com o caso de Alice Canabrava é inevitável. Ainda mais quando se toma ciência de que ela própria, Alice Canabrava, fez questão de participar da banca examinadora do concurso de livre-docência de Paula Beiguelman. Em carta endereçada a Francisco Iglésias, datada de 17 de junho de 1967, a professora relata que, mesmo evitando participar de bancas examinadoras de concursos, uma vez que o seu sofrimento como candidata em duas delas ainda era muito presente, não poderia deixar de atender ao pedido de sua amiga Paula; em especial, porque Florestan Fernandes impunha seu imperialismo progressivamente, valendo-se das mais variadas articulações:

111

No caso particular do concurso da Paula, eu aceitei pela grande amizade e admiração que tenho pela Paula. Como tive oportunidade de dizer a ela, quando insistiu comigo pela aceitação (o meu primeiro gesto é recusar logo), eu me via impelida a aceitar a indicação, como uma imposição de amor, a que eu não podia fugir. Parecia-me também (o que eu não disse a ela) que seria omissão imperdoável de minha parte se eu não participasse do concurso para defender a Paula, sabendo que o Florestan Fernandes forçou sua própria participação na banca com o propósito de dificultar o mais possível o caminho de nossa amiga, para colocar na cadeira de Política um dos dois de seus assistentes: Fernando Henrique ou Octavio Ianni.<sup>13</sup>

Alice Piffer Canabrava, Olga Pantaleão, Gilda de Mello e Souza, Paula Beiguelman... Poder-se-ia citar muitas tantas mulheres que, durante suas notórias trajetórias intelectuais, em algum momento foram bloqueadas justamente pelo

Canabrava, Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP): APC -Ca - P2, 11-(5).

<sup>13</sup> Carta de Alice P. Canabrava a Francisco Iglésias. São Paulo, 17 de junho de 1967. Acervo Francisco Iglésias, Instituto Moreira Salles (IMS-RJ): FI-C-CP (078), p. 4. Nesta mesma carta, Alice Canabrava relata que Florestan estava na banca e fez o que pôde para desqualificar a candidata, mas que esta foi aprovada. Contudo, Alice Canabrava não participou da banca do concurso para a cadeira de Política, em 1968, no qual Paula foi preterida e Fernando Henrique Cardoso saiu vitorioso. Nesta ocasião, a banca examinadora foi formada por Ruy Coelho e Sérgio Buarque de Holanda - indicados pela Congregação - e Orlando de Carvalho, José Honório Rodrigues e Victor Nunes Leal, indicados pelo Conselho Técnico-Administrativo (PINHEIRO 2016, p. 188).

fato de serem mulheres e tentarem alçar postos que naquele período estavam tradicionalmente destinados aos homens. Mesmo que a sociedade visse com bons olhos o posto de professora, naquela *cultura acadêmica* das décadas iniciais da FFCL/USP a regência da cátedra por elementos femininos não era bem vista. Ou, “tudo, menos a cátedra!”. Na percepção da própria Alice Canabrava,

[...] o ambiente da Faculdade de Economia era bem diferente do da Faculdade de Filosofia. Na Faculdade de Filosofia havia muitos “intelectualóides” que se diziam avançados, liberais, mas que, no fundo, eram extremamente preconceituosos para com a mulher (CANABRAVA 1997, p. 163).

Uma possível explicação para tal distinção pode ser encontrada nos intentos de criação da FFCL frente aos da FCEA. A primeira foi concebida com o fito de formar as elites dirigentes do país e colocar São Paulo como seu centro cultural e intelectual (CARDOSO 1982); a segunda foi gestada em outros moldes, ligados muito mais à formação de quadros técnicos em um contexto de intervenção do Estado na Economia, voltados à assessoria governamental e, posteriormente, ao setor privado. Assim, sua *cultura acadêmica* se aproxima mais das ditas faculdades profissionais, como Medicina, Engenharia, Direito e Agronomia, ainda que sem o peso da tradição das três primeiras. Por isso, Alice Canabrava nunca encontrou ali nenhum tipo de interdição por parte de seus colegas:

112

Sou muito grata à Faculdade de Economia e Administração (a nova designação com a reforma de 1970), na qual jamais encontrei a menor restrição, tanto eu como outras colegas, seja em trabalhos de docência como de pesquisa, e em funções administrativas (CANABRAVA 2005, p. 33).

Assim, ao destacar alguns pontos da trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava e esboçar algumas comparações com a trajetória de outras mulheres acadêmicas nos anos iniciais da FFCL-USP, esperamos ter demonstrado que os interditos às mulheres naquela ambientação institucional provinham de dupla fonte: a *cultura acadêmica* misógina predominante daquele momento e uma concepção arraigada acerca do papel social definido para a mulher. Em nosso entender, Alice Canabrava logrou sucesso na FCEA-USP exatamente pelo fato de que não se tratava apenas de outra Faculdade, mas, sobretudo de uma *cultura acadêmica* diferente.

### Referências bibliográficas

ANHEZINI, Karina. **Um metódico à brasileira**: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939). São Paulo: Unesp, 2011.

CANABRAVA, Alice Piffer. **O comércio português no rio da Prata (1580-1640)**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Boletim XXXV. História da Civilização Americana. N. 2, 1944.

\_\_\_\_\_. Memorial. In: Processo 46.1.126.8.7, 1946.

- \_\_\_\_\_. **Açúcar nas Antilhas (1697-1755)**. 2. ed. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.
- \_\_\_\_\_. Depoimento. Museu da Imagem e do Som. Estudos Brasileiros, rolo 116.28 A-0151, número de Tombo 116.28, 1981a.
- \_\_\_\_\_. **Curriculum Vitae**. São Paulo, 22 de Fevereiro de 1991.
- \_\_\_\_\_. Minhas reminiscências. **Economia Aplicada**. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 157-163, 1997.
- \_\_\_\_\_. O caminho percorrido. In: \_\_\_\_\_. **História Econômica: estudos e pesquisas**. São Paulo: Hucitec; Unesp; ABPHE, 2005, p. 23-34.
- CANDIDO, Antonio. Conto de duas cidades. In: CALDEIRA, João Ricardo de Castro (Org.). **Perfis buarqueanos: ensaios sobre Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina; IMESP, 2005, p. 9-16.
- CARDOSO, Irene. **A universidade da comunhão paulista**. O projeto de criação da Universidade de São Paulo. São Paulo: Cortez, 1982.
- FREITAS, Sonia Maria de. **Reminiscências**. São Paulo: Maltese, 1993.
- HARTOG, François. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **A história, de Homero a Santo Agostinho**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Para uma nova história**. Organização de Marcos Costa. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.
- \_\_\_\_\_. O pensamento histórico nos últimos 50 anos. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas**. Campinas: Ed. Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p. 601-616.
- \_\_\_\_\_. Sobre o Colloquium. In: COSTA, Marcos (Org.). **Escritos coligidos, 1950-1979**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Editora UNESP, 2011.
- \_\_\_\_\_. Portugueses na América. In: COSTA, Marcos (Org.). **Escritos coligidos, 1950-1979**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo; Ed. UNESP, 2011a.
- LANGLOIS, Charles-Victor & SEIGNOBOS, Charles. **Introduction aux études historiques**. Paris: Éditions Kimé, 1992 [1898].
- MELLO, Zélia Maria Cardoso de; NOZOE, Nelson Hideiki; SAES, Flávio Azevedo Marques de. Três Pesquisas Pioneiras em História Econômica (as teses universitárias de Alice Piffer Canabrava). **Estudos Econômicos**, v. 15, n. especial, p. 169-179, 1985.
- NICODEMO, Thiago Lima. Sérgio Buarque de Holanda e a Dinâmica das Instituições Culturais no Brasil 1930-1960. In: MARRAS, Stelio. **Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: EDUSP; IEB, 2012, p. 109-132.

- PANTALEÃO, Olga. Depoimentos. In: BLAY, Eva Alterman; LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. **Mulheres na USP**: horizontes que se abrem. São Paulo: Humanitas, 2004, p. 107-115.
- PINHEIRO, Dimitri. Jogo de damas: trajetórias de mulheres nas ciências sociais paulistas (1934-1969). **Cadernos Pagu**, n. 46, p. 165-196, 2016.
- PONTES, Heloisa. **Destinos mistos**: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-68). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- \_\_\_\_\_. A paixão pelas formas. Gilda de Mello e Souza. **Novos Estudos**, n. 74, p. 87-105, 2006.
- Processo 46.1.325.8.0. Arquivo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP: concurso para a cátedra de História da Civilização Americana, 1946.
- Processo 46.1.126.8.7. Arquivo FFLCH da USP: inscrição no concurso para a cadeira de História da Civilização Americana, 1946a.
- Processo 51.1.12250.1.8. Arquivo Reitoria USP: concurso para a cadeira de História Econômica Geral da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, USP, 1951.
- RINGER, Fritz K. **Fields of knowledge**: French academic culture in comparative perspective, 1890-1920. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- RODRIGUES, Lidiane Soares. Armadilha à francesa: homens sem profissão. **História da Historiografia**, n. 11, p. 85-103, 2013.
- ROIZ, Diogo da Silva. **Os caminhos (da escrita) da História e os descaminhos de seu ensino**: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968). Curitiba: Appris, 2012.
- \_\_\_\_\_. **A dialética entre o "intelectual-letrado" e o "letrado-intelectual"**: projetos, tensões e debates na escrita da História de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959). Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- SAFFIOTI, Heleieth. Entrevista. In: TRINDADE, Hélgio. **Ciências Sociais no Brasil**: diálogos com mestres e discípulos. Brasília: Anpocs/Liber Livro Editora, 2012, p. 139-155.
- SOUZA, Gilda de Mello e. Depoimento. In: BLAY, Eva Alterman; LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. **Mulheres na USP**: horizontes que se abrem. São Paulo: Humanitas, 2004, p. 61-75.
- TAUNAY, Afonso E. A propósito do curso de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. **Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1934-1935**. São Paulo, FFCL-USP, 1937, p. 122-131.

- \_\_\_\_\_. Prefácio. In: CANABRAVA, Alice Piffer. **O comércio português no rio da Prata (1580-1640)**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1944. (Boletim XXXV, História da Civilização Americana, n. 2).
- TRINDADE, Hégio. **Ciências Sociais no Brasil**: diálogos com mestres e discípulos. Brasília: Anpocs; Liber Livro, 2012.



# Trajетória de Maria Yedda Linhares: notas sobre a construção de um devir

The path of Maria Yedda Linhares: notes about self the becoming

---

**Carmem Sílvia da Fonseca Kummer Liblik**

carmemsfk@gmail.com

Doutoranda em História (Bolsista Capes)

Universidade Federal do Paraná

General Carneiro, 460, Ed. D.Pedro I, 7º andar, sala 716 - Centro

80060-150 - Curitiba - Paraná

Brasil

---

## Resumo

A trajetória de vida e profissional de Maria Yedda Linhares é o tema central desse artigo. Por meio da análise de entrevistas por ela concedidas, analisa-se como foi o processo da sua constituição como professora universitária e historiadora brasileira. Para além do conjunto de sua obra, a historiadora narra experiências pessoais e profissionais que estão articuladas, direta ou indiretamente, com sua formação, atuação profissional e identidade de historiadora. O incentivo de seus pais para se tornar independente financeiramente; o estímulo que recebeu em casa para a leitura e reflexão; a capacidade de se relacionar com um grupo grande de intelectuais; a ampla atuação em espaços institucionais e de pesquisa; o apoio e companheirismo de seu marido, José Linhares, são registros que marcam sua trajetória. Escolhemos trabalhar com a perspectiva de gênero como fio condutor da análise da trajetória desta historiadora, uma vez que em seus relatos aparecem experiências relacionadas direta ou indiretamente a esta questão.

116

## Palavras-chave

Maria Yedda Linhares; Gênero; Profissionalização do historiador.

## Abstract

The academic career and personal life of Maria Yedda Linhares are the central themes of this article. Through the analysis of interviews granted by her, we analyzed as was the process of her constitution as a university professor and a woman Brazilian historian. In addition to the set of her work, the historian recounts personal and professional experiences that are articulated directly or indirectly, with her training, professional work and historian's personal identity. The encouragement from their parents to become financially independent; the stimulus which she had received in her family environment for reading and reflection; the ability to relate to a large group of intellectuals; the wide performance in institutional spaces and research; the support and companionship of her husband, José Linhares, are records that mark her career. We chose to work with a gender's perspective as thread of the history of this historian's analysis, since in her reports appears directly related experiences or indirectly to this issue.

## Keywords

Maria Yedda Linhares; Gender; Professional historian.

---

Recebido em: 20/10/2016

Aprovado em: 8/12/2016

Maria Yedda Linhares (1921-2011) faz parte de uma geração de historiadoras, assim como Alice Piffer Canabrava, Olga Pantaleão, Eulália Lahmeyer Lobo, Maria Cecília Westphalen, Marina São Paulo Vasconcellos, entre outras, chamadas de "pioneiras" (BLAY; LANG 2004). Foram as primeiras mulheres a ingressarem nos cursos superiores de História a partir da década de 1930, coincidindo com o período em que eles foram criados e institucionalizados nas universidades brasileiras.

Em sua trajetória, Maria Yedda acumulou uma série de experiências sociais, acadêmicas e profissionais. Nas décadas de 1940 e 1950 enveredou sua pesquisa para o tema das Relações Internacionais, produzindo duas teses para o concurso de livre docência (1953) e de cátedra (1957). Nas décadas de 1970 e 1980, foi uma das pioneiras que implementou no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal Fluminense (UFF) temas voltados à História Agrária e do Abastecimento. Além disso, participou da União Nacional dos Estudantes (UNE) na década de 1940, atuou como tradutora, secretária de educação, coordenadora de Programas de Pós-Graduação e diretora da Rádio MEC. Dedicou-se mais de cinquenta anos em sala de aula, lecionando não só no Brasil, como também nos Estados Unidos e França e, conforme seus relatos, orientou mais de sessenta alunos de pós-graduação. Além de ter conquistado o título de professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro, recebeu o Prêmio Estácio de Sá do governo do estado do Rio de Janeiro. Também foi condecorada com o *Palme Académiques*, a mais alta distinção acadêmica do governo da França.

117

Ainda em vida, em 2001, Francisco Carlos Teixeira, Hebe Maria Mattos e João Fragoso publicaram um livro intitulado *Escritos sobre história e educação: homenagem à Maria Yedda Linhares*. Nele, foram reunidos textos de vinte e seis historiadores e historiadoras pertencentes à geração da década de 1980 formada substancialmente por Maria Yedda. Ela não foi apenas professora e orientadora desses profissionais, como também foi amiga e conselheira em diversas ocasiões. Maria Yedda, como afirmam os organizadores da coletânea, é uma das mestras na profissionalização do ofício de historiador no Brasil, cabendo a ela um papel decisivo na criação da jovem historiografia brasileira (SILVA; MATTOS; FRAGOSO 2001, p. 14).

Na trajetória de vida e profissional de Maria Yedda, portanto, pretendemos analisar os traços, sinais e situações que podem nos indicar como foi o processo da sua constituição como historiadora para além do resultado final de seu trabalho, ou seja, de sua obra e repercussões no interior do campo historiográfico. É irrefutável que a qualidade e o valor conferidos às suas obras são registros importantes e que, sem eles, não existe a possibilidade de relacioná-las ou incluí-las ao campo historiográfico. Mas a obra não é somente um produto que se realiza *em si* a partir de uma mente superior, diferenciada ou genial. Entendemos a obra como resultado final de um processo amplo no qual as dimensões da vida pública e privada se misturam, em que os aspectos subjetivos espelhados por redes de afetos e desejos movem estes agentes para o campo da pesquisa histórica, em que a identidade do historiador e da historiadora faz parte de um

dever sempre em composição conforme os contextos sócio-históricos, pessoais e institucionais.

### **Educação diferenciada e a opção pela História**

As origens sociais e familiares de Maria Yedda aparecem com muita frequência em suas entrevistas e depoimentos, bem como os detalhes das experiências de vida de seus pais. O sentimento de pertencimento a uma história familiar única e singular é acompanhado pela tomada de consciência e valorização da influência materna e paterna em sua vida. Se analisarmos sua história de vida quando jovem pelo viés biográfico, é impossível deixar de perceber a temática da genealogia. Ou seja, nenhuma posição de enunciação advém ingenuamente no espaço em que narra suas memórias: o desafio é justamente achar uma voz autobiográfica que possa dar sentido a um mito de origem, a uma genealogia, a um dever predestinado. Por isso, como sugere Leonor Arfuch, o espaço biográfico – a narração de histórias e experiências, a captação de vivências e lembranças – opera, completamente, no reconhecimento do próprio local de origem (ARFUCH 2010, p. 60). E, por extensão, Benito Schmidt também chama atenção para o fato de que em muitos trabalhos biográficos, é possível perceber que os autores buscam na infância e/ou na adolescência uma espécie de predestinação para suas atividades futuras (SCHMIDT 2000, p. 58).

118

De modo geral, Maria Yedda chama atenção em suas entrevistas que desfrutou um ambiente familiar que estimulava a leitura, os debates e a busca do conhecimento. Outro registro importante que aparece em sua narrativa é o incentivo que recebeu dos pais para buscar a independência financeira e autonomia intelectual, algo raro na educação feminina nas primeiras décadas do século XX. Podemos assinalar que as experiências de vida pelas quais ela passou na juventude, sobretudo aquelas relacionadas às interações sócio-familiares, impactaram sua futura jornada no meio acadêmico.

Certamente Maria Yedda recebeu uma educação diferenciada do ponto de vista do gênero. Como se sabe, essa historiadora nasceu na década de 1920, pertencendo a uma geração que atribuía às mulheres o papel de esposa, mãe e dona de casa, ocupações consideradas como o destino natural das mulheres. Maternidade, casamento e dedicação ao lar faziam parte da essência feminina, sem que houvesse muitas possibilidades de aberturas para espaços de resistência e contestação (PINSKY 2012). A vocação voltada para a maternidade e a vida doméstica seriam marcas de feminilidade, enquanto a iniciativa, a participação no mercado de trabalho, a presença no espaço público, a força e o espírito de aventura definiriam a masculinidade. A religião tinha um papel muito importante na vida das mulheres, reforçando e conferindo a elas seus lugares sociais permeados por um controle moral e sexual. Isso não quer dizer que todas as mulheres pensassem e agissem de acordo com o esperado – como é o caso de Maria Yedda e outras pioneiras – mas que as expectativas sociais faziam parte de sua realidade, influenciando suas atitudes e moderando suas escolhas. Por outro lado, sobre as diversas maneiras de expressarem suas subjetividades, é possível sugerir que Maria Yedda teve, com a mediação de sua própria mãe,

experiências diferenciadas na juventude, desviando-se – dentro de alguns limites – das exigências sociais impostas.

Quanto à educação, a mãe de Maria Yedda nunca permitiu que ela estudasse em colégios particulares de Fortaleza, principalmente aqueles dirigidos por religiosas. Preferiu que a filha recebesse instruções em casa, perto da família, justamente porque as “freiras só serviam para educar meninas ricas”. Foi dessa maneira que Maria Yedda aprendeu a ler e escrever com a ajuda de uma professora que ia até sua casa. A infância em Fortaleza foi marcada por muita música, dança, teatro e cinema. Costumava levar uma cadeira para assistir aos filmes que passavam no Grêmio Recreativo do Calçamento Mecejana, lembrando muito as cenas do famoso filme *Cinema Paradiso*. Apesar de nunca ter assistido peças de teatro, quando criança gostava de escrever roteiros que eram dirigidos e encenados por ela mesma e um grupo de amigas. De cabelos curtos e com franjinha, Maria Yedda “cantava, dançava, declamava, era muito metida, muito saliente, muito apresentada” (LINHARES 1992, p. 217). A historiadora afirma que era uma criança destemida e desinibida, cujo perfil se diferenciava dos modelos subjetivos femininos da época, em que as mulheres deveriam ser discretas, modestas, inibidas e pouco atuantes no espaço público.

A partir de 1929, as dificuldades econômicas que atingiram a família, principalmente o desemprego do pai, motivaram sua mudança para o Rio Grande do Sul. No entanto, a permanência da família neste estado foi restrita ao período de oito meses, uma vez que todos seguiram para o Rio de Janeiro, onde se estabeleceram definitivamente em 1933 e, como diz Maria Yedda “cessa nesse ponto o relato da família nordestina migrante”. Um dos problemas que ela enfrentou no transcurso dessas mudanças interestaduais foi a interrupção dos estudos. Até os 12 anos de idade, ela não tinha ainda completado a educação formal na escola primária. Mas perto da casa onde passaram a morar, na Tijuca, havia um instituto escolar chamado Lafayette. Foi nele que Maria Yedda se preparou para o exame de admissão no ginásio, iniciando posteriormente, o ensino secundário. Concluiu o ensino no Colégio São Paulo, onde muitas de suas amigas do Ceará estudavam também. “Aí mamãe brigou comigo, porque era colégio de freiras. Ela nunca botou o pé lá. Mas foi lá que terminei o ginásio” (LINHARES 1992, p. 218).

Quando estava no último ano do ginásio, em 1938, o Ministério da Educação promoveu um concurso intelectual – a Maratona Intelectual em História, Matemática e Português – no qual os colégios de todo o país podiam inscrever os alunos do ensino secundário. Contudo, as freiras do colégio não queriam inscrever Maria Yedda no concurso, uma vez que ela poderia “desmoralizar o colégio” por presidir a comissão do baile de formatura e por gostar de dançar: “[...] as freiras estavam com muita raiva de mim porque achavam que dançar era imoral” (LINHARES 1992, p. 218). Mesmo assim, Maria Yedda foi sozinha ao Ministério, explicou a situação que ocorria no colégio e solicitou sua inscrição. Tendo conseguido participar da maratona, ela realizou durante um mês as provas escritas e debateu diversos assuntos com outros alunos – quem competiu com ela, por exemplo, foi Darcy Ribeiro. E o resultado?

Depois de um mês de provas, uma animação danada, cheguei em casa com mamãe, voltando de um concerto no Municipal, e lá estava um telegrama com a notícia: eu havia tirado o primeiro prêmio nacional na maratona de história. Tive dez em tudo (LINHARES 1992, p. 219).

Um dos prêmios conquistados nesta maratona foi o livro *A História Geral*, de Varnhagen. Foi exatamente nessa época, em meados da década de 30, que surgiu o interesse pela História. Na verdade, Maria Yedda não tinha ainda uma noção clara do que era propriamente a formação em conhecimento histórico. Em um primeiro momento, a necessidade de trabalhar constituiu um dos principais motivos para o ingresso em um curso superior. “Estaria mentido se dissesse que foi por idealismo. Eu era uma moça pobre e precisava trabalhar. Na década de 30, o que uma moça de classe média sem recursos poderia fazer?”. O objetivo era se formar para depois se tornar professora em escola pública, apesar de que ela nunca sentiu vocação para trabalhar com crianças. Tampouco passou pela sua cabeça cursar Medicina, Engenharia ou Direito. Sua sorte foi a fundação da Universidade do Distrito Federal (UDF) pelo secretário da Educação, Anísio Teixeira, cujo projeto congregava cursos da área de Letras, Ciências Sociais, Ciências Físicas e Matemática. Em janeiro de 1939, aos 17 anos, Maria Yedda se matriculou no curso de História depois de ter passado no exame vestibular. “Era muito jovem diante dos colegas bem mais velhos e experientes no magistério, muitos formados nas faculdades tradicionais” (LINHARES 2007, p. 25).

## **120 Clio nas relações acadêmicas, profissionais e afetivas**

Na extinta UDF, Maria Yedda narra que teve aulas com Francis Ruellan, Victor Tapié e Antoine Bon. Os professores que mais marcaram foram aqueles que apresentavam ampla erudição e capacidade analítica, ao passo que as críticas convergiam àqueles que davam aulas “tradicionais”, “superficiais” e “positivistas”. Vale destacar que a passagem de Maria Yedda na UDF foi breve, uma vez que ela ganhou uma bolsa (1940-1942) do Institute of International Education, em Nova York, quando estava cursando o segundo ano do curso de História. Nos Estados Unidos, Maria Yedda teve experiências muito enriquecedoras do ponto de vista social e acadêmico. Ela narra que conheceu os costumes do país, aprendeu “seu cancionário, sua culinária” e era sempre convidada para passar feriados e fins de semana na residência das famílias de suas colegas. Frequentava festas, jogos esportivos, teatros, cinemas, além de ter ministrado um curso de Português no centro de línguas estrangeiras em Middlebury, Vermont. Do ponto de vista das descobertas intelectuais, foi nos Estados Unidos que ela teve contato, pela primeira vez, com temas voltados às relações raciais, escravidão, mundo agrário e história demográfica e econômica.

Vale ressaltar o que significava a experiência de viagens para as mulheres nascidas no início do século. Nas décadas de 1930 a 1960, uma mulher que viajasse a trabalho, sozinha ou com amigos, possivelmente não era bem-vista em um primeiro momento. Não só Maria Yedda, mas praticamente todas

as historiadoras da primeira geração<sup>1</sup> que fizeram carreira na universidade viajaram, frequentaram arquivos, bibliotecas e espaços institucionais em que, até o momento, prevalecia somente a presença de homens. Somadas às experiências docentes, um registro notadamente importante na carreira de Maria Yedda e dos historiadores e historiadoras da primeira geração, diz respeito às numerosas viagens a trabalho que fizeram, sobretudo ao exterior. Ao deixar o país, a historiadora teve experiências que decididamente impactaram não apenas em sua carreira, como também nas relações sociais e familiares. As viagens realizadas, a autonomia de programar as atividades, os contatos com docentes e alunos de instituições estrangeiras, e os diversos tipos de trabalho assumidos são indícios muito significativos que podem ser pensados à luz do conceito “sair” da historiadora Michelle Perrot. São mulheres que saíram fisicamente, realizando viagens, como também “saíram moralmente”, recusando os papéis que lhe eram atribuídos e buscando inserção e reconhecimento no mundo do trabalho (PERROT 2005).

Maria Yedda retornou dos Estados Unidos em 1942, a pedido de seu pai, pois a família passava por dificuldades financeiras e era preciso que trabalhasse para ajudar nas despesas domésticas. Passou a ensinar português para estrangeiros a fim de complementar a renda familiar e posteriormente trabalhou no DASP (Departamento Administrativo do Setor Público) como “técnica de pessoal”. Após o retorno, foi transferida para a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), sendo integrada à turma de Eulália Maria Lobo.

Um dos traços marcantes em sua trajetória acadêmica foi, desde cedo, sua inserção em espaços de sociabilidade. Ainda na época em que era estudante universitária, conheceu “toda uma juventude intelectual e politizada”. Tornou-se amiga de Samuel Wainer, Paulo Silveira, Joel Silveira, Carlos Drummond de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda e Hermes Lima. Em reuniões estudantis, travou contato com Mario Alves e Carlos Marighela. Outro grande amigo seu foi Darcy Ribeiro, cuja amizade iniciou-se em 1942. Foram cinquenta anos de amizade e juntos “elaboraram a Universidade de Brasília, que foi o grande momento de união de cérebros da universidade brasileira”. Outra pessoa que a influenciou na maneira de pensar a política no Brasil foi Gabriel Lacombe, diretor francês da agência Reuters e fundador da France Presse no Brasil.

Maria Yedda diplomou-se em História em 1944 e o acontecimento mais importante veio alguns anos mais tarde, em 1946, com o convite para ser assistente do professor Carlos Delgado de Carvalho, mestre de origem francesa e catedrático de História Moderna e Contemporânea. Como na época não havia concursos ou processos similares, os convites se davam conforme as relações de amizade entre catedrático e aluno. Maria Yedda conhecia bem

<sup>1</sup> Apesar de Maria Yedda formar-se no Rio de Janeiro, para se compreender as gerações de historiadores apoio-me na reconstituição das linhagens historiográficas propostas por Capelato, Glezer e Ferlini (1994). Elas evidenciaram três momentos distintos na escola uspiana de história – a USP teve papel fundamental na formação de outros cursos de História, especialmente os das regiões Sul e Sudeste. Temos os historiadores uspianos, chamados de “formadores”; em seguida os historiadores da primeira geração, orientados pelos formadores; e por último os historiadores da segunda geração, orientados por alguns formadores, mas principalmente pelos doutores da primeira geração (CAPELATO; GLEZER; FERLINI 1994, p. 350).



Carlos Delgado, “por relações de família”<sup>2</sup> e já tinha colaborado com ele na realização de dois livros. Sua aproximação com a cadeira História Moderna e Contemporânea alimentou, pioneiramente, seus estudos referentes à História das Relações Internacionais.<sup>3</sup>

O estudo das questões internacionais iniciou-se quando a UDF foi institucionalizada por Anísio Teixeira. Percebeu-se, em meio às turbulências da década de 1930 que o país estava vinculado às grandes transformações mundiais. Delgado de Carvalho, além de historiador, também possuía vivência diplomática e, além de implementar seminários, trouxe estudos sobre a Questão do Oriente, as rivalidades europeias, a ação do Imperialismo, e especialmente as rivalidades entre as potências em torno da dominação da África. Maria Yedda Linhares, em torno de quem se reunia um jovem grupo de pesquisadores - Hugo e Arthur Weiss, Francisco Falcon, Valentina Rocha Lima e, mais tarde, Ciro Flamarion Cardoso, José Luiza Werneck da Silva e Pedro Celso Uchoa Cavalcanti - aprofundaria tais análises, em especial em torno da questão do Imperialismo e da Descolonização (SILVA; MATTOS; FRAGOSO 2001, p. 11).

Apesar das dificuldades iniciais, Maria Yedda foi uma das precursoras nos estudos das Relações Internacionais e contou com alguns contratempos a serem superados no tocante à realização de sua pesquisa. Ela possuía uma documentação razoável sobre o Egito e política inglesa no Oriente Próximo, mas não o suficiente para o desenvolvimento de uma pesquisa. Narra que nos anos 1950 não havia no Brasil um sistema ou uma instituição que estimulasse a ida de pesquisadores ao exterior. Foram necessárias duas décadas para que a estrutura de um sistema de pesquisa em História se organizasse institucionalmente, algo que ocorreu somente no início da década de 1970, com a Reforma Universitária.<sup>4</sup> Maria Yedda buscou uma solução ao organizar uma biblioteca em sua residência, consolidada com seus próprios recursos:

Na realidade, procurei com meus próprios recursos organizar uma verdadeira biblioteca de pesquisa em minha residência, cerca de 800 volumes de documentação relativa às Relações Internacionais, às políticas do Imperialismo, documentação essa de origem francesa, alemã, italiana, austríaca e inglesa. Através do France Presse, recebia regularmente os artigos dos jornalistas sediados no centro das grandes questões internacionais e suas crises. Na medida do possível, estou segura de que fiz um trabalho sério e o único possível naquela conjuntura (LINHARES 2007, p. 29).

---

<sup>2</sup> A esposa de Delgado de Carvalho, dona Vera, era tia de uma grande amiga de Maria Yedda, Cecília Wagley.

<sup>3</sup> Por meio de sua amizade com o diretor da Reuters e France Presse, Gabriel Lacombe, Maria Yedda teve acesso a muitos documentos internacionais. Aos poucos, ela passou a encomendar documentos diplomáticos da Alemanha, Áustria, Itália, Inglaterra e França. Por causa disso, foi convidada para ensinar História das Relações Internacionais no Instituto Rio Branco.

<sup>4</sup> Além da militância política, os primeiros anos da década de 1960 foram marcados por um intenso movimento visando as mudanças do sistema universitário brasileiro, do qual participaram os docentes, os pesquisadores e o movimento estudantil no projeto que iriam resultar na Reforma Universitária. Entre as medidas propostas pela Reforma, com o intuito de aumentar a eficiência e a produtividade da universidade, sobressaem: o sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos e o fim do sistema seriado, a extinção das cátedras, a matrícula por disciplina, a carreira do magistério no ensino superior e a criação de cursos de pós-graduação (FÁVERO 2006; FERREIRA 2013).

Obviamente que as dificuldades de pesquisa não foram enfrentadas somente por esta historiadora, mas sim por todas as pessoas que fizeram parte da primeira geração de historiadores brasileiros. Tiveram eles que decidir, estruturar e organizar como o trabalho historiográfico deveria ser feito. Uma das primeiras medidas a serem tomadas era a compilação de referências bibliográficas atualizadas e relevantes para o estudo da história. Muitos historiadores e historiadoras criaram com seus próprios recursos vastas bibliotecas particulares, cujos livros não podiam ser encontrados nas bibliotecas das universidades. Com bibliotecas prontas em suas residências, era normal e frequente a visita de colegas da profissão, alunos e alunas para a consulta, empréstimos e, porque não, um café. Assim se organizaram os elementos que constituiriam inicialmente o “ofício do historiador” no Brasil, baseados numa forte rede de sociabilidades de historiadores e historiadoras, e demais intelectuais das ciências humanas para além dos espaços universitários.

Naquela época, um dos objetivos mais caros era a elaboração de um método de trabalho, especialmente que valorizasse a análise de fontes primárias e o debate crítico da bibliografia. Para isso se tornar possível, foi necessária a constituição de um perfil acadêmico e intelectual voltado para a pesquisa em grupo. O individualismo precisaria ser substituído, como afirma Maria Yedda, pelo “espírito coletivo”, em que os encontros e reuniões marcaram as experiências acadêmicas desses intelectuais. Em muitos casos, as reuniões não eram formais e não ocorriam nos gabinetes ou salas da universidade. Os encontros ocorriam nas residências dos intelectuais, restaurantes e bares:

123

Era muito comum eu e meu marido pegarmos um avião na quinta-feira e irmos até lá. Encontrávamos com Novais, Alice Canabrava, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, tomávamos um chope ou jantávamos, e no dia seguinte eu ia às livrarias. Era muito importante esse convívio, fazia parte da nossa prática. Vivíamos sonhando aqui em pesquisar como eles (LINHARES 1992, p. 229).

Maria Yedda não foi a única historiadora que estabeleceu e se inseriu em redes de sociabilidade com intelectuais das ciências humanas. Conforme entrevistas e depoimentos de Alice Canabrava, Eulália Maria Lobo, Maria Cecília Westphalen, Olga Pantaleão, entre tantas outras, os contatos e laços filiais com colegas de profissão foram de grande importância na constituição de suas carreiras. Por essas razões, sugerimos que a amizade foi um dos fatores que serviu como alicerce para as mulheres da primeira geração se tornarem historiadoras. Através dela, as profissionais da história construíram redes de relações que lhes davam suporte para confrontar a comum hostilidade à intelectualidade feminina.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> A hostilidade à intelectualidade feminina pode ser compreendida a partir de sua genealogia filosófica. Kant e Hegel, filósofos em cujas orientações a maioria dos historiadores europeus e americanos se basearam (nem que seja de modo derivativo), tinham gastos longos capítulos de suas obras descrevendo que estados subjetivos eram femininos. Para Kant, apenas os homens podiam operar moralmente de acordo com o princípio do imperativo categórico, e apenas eles poderiam ter de forma plena a razão inata para relacionar-se com o que estava fora de compreensão – isto é, da natureza – e assim desenvolver o conhecimento. Kant colocou as atividades das mulheres no reino da nutrição, da emoção, da sensibilidade e da cultura. Um platô nessa linha divisória surgiu com Hegel, cuja dialética bifurcou o mundo em um sujeito e um objeto

Beatriz Polidori Zechlinski, em sua pesquisa intitulada *Três autoras francesas e a cultura escrita no século XVII: gênero e sociabilidades*, exemplifica como os homens letrados ofereceram apoio intelectual e afetivo nos diversos momentos em que a autoridade literária de algumas escritoras foi questionada. Eles deram apoio e auxílio para as iniciantes, compartilhando com elas a experiência de superar os desafios de praticar uma atividade que era não só desaconselhada para as mulheres, mas considerada um desvio da sua verdadeira função social. Analisando algumas relações de amizade entre homens e mulheres do século XVII, Zechlinski verifica que existiram relacionamentos que não eram dicotômicos nem marcados pela oposição. Portanto, eram experiências não hierárquicas de troca intelectual nas quais se desenvolveu a afetividade entre homens e mulheres, retirando-as do patamar da subordinação (ZECHLINSKI 2012, p. 114-115). A amizade mostrava-se tanto para as escritoras estudadas por Zechlinski quanto para as historiadoras da primeira geração, não só como uma tática de inserção nos espaços do saber, mas também como uma experiência de igualdade que lhes proporcionava desenvolver relações com homens em esferas da vida social que perpassassem o âmbito familiar e doméstico.

### **Desafios da profissão, pesquisa e o “ser historiadora”**

124

Um dos acontecimentos que merece destaque na trajetória de Maria Yedda foi a conquista da cátedra. Contudo, como veremos a seguir, ela oferece sua própria visão sobre o que significava a Cadeira no contexto do ofício do historiador. Inicialmente, narra que apenas dois concursos davam acesso ao cargo de professor: concurso de livre-docência e de cátedra. Maria Yedda realizou provas para a livre-docência em 1953 e para a cátedra em História Moderna e Contemporânea em 1955, algo inusitado na década de 1950. Primeiro, porque era uma mulher fazendo concurso para a cátedra; segundo, era muito jovem e a cátedra significa o topo da carreira acadêmica; terceiro, concorreu em uma área que não tinha ainda tradição no Brasil – História Moderna e Contemporânea.

Sobre o processo da conquista da cátedra, a historiadora afirma que esse não era seu objetivo profissional, pois sentia-se despreparada, mas aceitou o desafio – foi convidada pelo professor Delgado de Carvalho para ser sua sucessora – e elaborou um tema que se gostava, qual seja: *As relações anglo-egípcias e o Sudão (março, 1950-novembro, 1951)*. Além da tese, deveria ministrar duas aulas para uma banca com cinco examinadores, cujos temas costumavam ser sorteados. Sobre esse processo, lembra-se que não se sentia segura para enfrentar um concurso assim:

Fui praticamente forçada a me inscrever na livre-docência por parte do meu catedrático que deveria se aposentar por limite de idade. Seu sucessor seria Antero Manhães, mas ele morreu subitamente e a cadeira

---

nitidamente opostos: senhor e escravo, masculino e feminino, duas partes mutuamente antagônicas. O sujeito soberano masculino lutava por supremacia, conhecimento e controle do objeto feminizado. Bonnie Smith sugere que, para os historiadores, essa realidade objetiva era encontrada em arquivos, fatos e nas informações analisadas. No caso das historiadoras profissionais dos Estados Unidos e de alguns países europeus, Smith indaga: “onde se posicionava a mulher profissional em um retrato de trabalho científico tão determinado pelo gênero?” (SMITH 2003, p. 392).

ficou sem um sucessor natural. Eu não queria, pois era muito jovem, com filhos pequenos e me sentia despreparada. No entanto, com apoio de meu marido e dos meus alunos, aceitei o desafio (LINHARES 2007, p. 32).

Maria Yedda tinha 36 anos de idade quando prestou este concurso, recordando-se que recebeu apoio fundamental de seu marido, José Linhares, e de Francisco Falcon, que era assistente da cadeira e que a ajudou com a leitura da bibliografia. Eles dividiam as leituras e todas as noites, às vinte e três horas, ela telefonava para que ele passasse os resumos que tinha lido. "Só consegui dar conta porque tive ajuda inestimável daqueles que já trabalhavam comigo, sobretudo de Francisco Falcon, que foi realmente formidável" (LINHARES 1992, p. 225). Menciona ainda que não era comum a presença de mulheres no regime da cátedra e que foi a primeira a ocupar este posto na FNFi, em 1955:

Foi um concurso muito importante, pois não era comum a mulher chegar ao posto de catedrática. Creio que fui cronologicamente a primeira na área científica. Esse processo todo me exauriu e passei a enfrentar ciúme das colegas" (LINHARES 2007, p. 32).

Na FNFi, os catedráticos da História eram vistos como resistentes ao coleguismo e à cooperação. Dedicavam-se a relacionamentos com poucos alunos, apadrinhavam seus sucessores, e autodefiniam-se como os únicos conhecedores de suas disciplinas. Quando foi extinta a cátedra, em 1967, Maria Yedda chegou a dizer a Hélio Vianna: "Dr. Hélio Vianna, acabou a cátedra. O senhor não manda mais na História do Brasil". Para ela, a "velha Filosofia" teve catedráticos brilhantes, como José Carlos Lisboa (Literatura Espanhola), Anísio Teixeira (Educação), Victor Nunes Leal (Ciências Políticas), Arthur Ramos (Antropologia), Josué de Castro (Geografia Humana), Thiers Moreira (Literatura Portuguesa) e Alvim Correa (Literatura Francesa). Mas, "parece que à História, os deuses do Olimpo não reservaram um final feliz, como uma sina, um destino implacável" (LINHARES 2007, p. 29).

Nesse caso, Maria Yedda refere-se especificamente ao historiador Eremildo Luiz Vianna. Ocupando a cadeira de História Antiga e Medieval, Eremildo não deixou boas memórias para ela, e praticamente em toda a primeira geração de historiadores da FNFi. Ele foi o responsável por denunciar aos órgãos de segurança da ditadura militar os professores de História da FNFi que mantinham posições políticas antagônicas à ditadura. Além dele, "havia o Helio Vianna, que considerava seu livro como a revelação da própria História" (LINHARES 2007, p. 29). A única exceção, como já dissemos anteriormente, era o professor Carlos Delgado de Carvalho, que a convidou para sucedê-lo na cadeira de História Moderna e Contemporânea.

Maria Yedda destacou-se não somente como professora e pesquisadora, mas também pelo comprometimento com os embates políticos e ideológicos da época. Além de se preocupar com a Reforma Universitária, ela passou por experiências conflitantes e traumáticas após o golpe de 1964. A universidade, naqueles anos de ditadura, tornara-se muito visada, particularmente o Instituto

de Filosofia e Ciências Sociais (IFSC).<sup>6</sup> Várias denúncias a professores e professoras foram feitas, as quais apontavam para a existência de uma célula comunista no Instituto. Conforme seus relatos, as denúncias foram feitas por Eremildo Viana e os “conspiradores” entregues à polícia. Por ter participado de muitos movimentos contra a ditadura, chegou a responder, entre 1964 e 1966, a sete inquéritos políticos militares (IPMs). Foi presa três vezes e, assim como outros professores, aposentou-se compulsoriamente em 1968 quando já era professora titular de História Moderna e Contemporânea da UFRJ. Conforme seu depoimento, dois registros de sua vida privada e pública foram prejudicados: o pessoal e familiar, bem como a profissão de historiadora e professora, uma vez que perdeu o direito de trabalhar.

Foi um período extremamente difícil de vida, para mim e para meu marido, filhos e meus pais, face às infâmias levantadas contra mim, movidas por inveja profissional. É profundamente lamentável que interesses mesquinhos fossem acobertados por instituições do Estado brasileiro. Foi-me negado o exercício de minha profissão no meu próprio país, por mim conquistada em concursos públicos de título, provas e teses em bancas oficiais. Negavam-me a subsistência e o direito de trabalhar (LINHARES 2008, p. 15).

126

Nesse momento, a cadeira de História Moderna e Contemporânea foi desmembrada em disciplinas autônomas, descoordenadas e sem pessoal com formação adequada para ministrá-las.<sup>7</sup> Maria Yedda recebeu convite de colegas franceses, entre os quais Fernand Braudel, Frédéric Mauro e Jacques Godechot para se estabelecer na França, de modo que passou cinco anos residindo nesse país, de 1969 a 1974. No primeiro ano, deu aula em Vincennes, por intermédio de Josué de Castro e logo depois foi nomeada professora titular em Toulouse. Conta ela que nessa “fase francesa”, foi muito importante o convívio com Ciro Cardoso, que estava fazendo doutorado lá. Fernand Braudel chegou a mandar dois telegramas para o Presidente Costa e Silva, pedindo que fosse autorizada sua saída da França e o retorno ao Brasil. O pedido foi autorizado e Maria Yedda retornou assim que soube que seria avó: “Voltei quando minha neta nasceu, voltei para ser avó” (LINHARES 1992, p. 239).

Maria Yedda retornou ao Brasil em 1974 e, aposentada pelo AI-5, estava proibida de atuar na universidade. Encontrou resistência por parte do setor privado para trabalhar e foi impedida de assinar as traduções que fazia. Foi somente em 1976 que retornou às atividades acadêmicas, ao ser convidada por um grupo de jovens economistas e cientistas sociais para participar de um Seminário sobre Desenvolvimento Agrícola organizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A intenção desse seminário era apresentar um extenso levantamento de fontes, suscitar novas questões e diversificar abordagens metodológicas. Apesar de ser uma estudiosa das Relações Internacionais, Maria Yedda aceitou o desafio e escreveu uma comunicação sobre o uso da História Quantitativa na História da

---

<sup>6</sup> A Faculdade Nacional de Filosofia (FNF) foi dividida em escolas e institutos. Foi criado, então, o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFSC).

<sup>7</sup> Até 1994 a UFRJ ficará sem um professor ou professora titular de História Moderna e Contemporânea.



Agricultura Brasileira. Dois meses depois do evento, recebeu um convite para estruturar um programa de pesquisa sobre a Agricultura Brasileira, passando a trabalhar no Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola (CPDA) da FGV.<sup>8</sup> Nele, foi pesquisadora, professora do Mestrado que se inaugurava, e diretora do Programa. Nessa experiência, contou com o apoio fundamental de Ciro Cardoso - que contribuiu com pesquisas relacionadas ao tema da escravidão, e Francisco Carlos Teixeira da Silva, com os quais iniciou uma longa e duradoura parceria intelectual e de amizade.

Na década de 1970, começava a se fortalecer a convicção de que a busca de fontes oficiais (mantidas em arquivos centralizados) e não oficiais seria fundamental para diversificar as interpretações da história brasileira e gerar novos campos de pesquisa. No Rio de Janeiro, Maria Yedda liderou o grupo de pesquisadores responsáveis pelas histórias agrárias no contexto da economia colonial brasileira. Amigos, colegas de profissão e ex-alunos, tanto do Rio de Janeiro quanto de São Paulo, desenvolveram seus trabalhos e os expuseram nos salões da antiga residência da monarquia no Horto Florestal do Rio de Janeiro. Entre eles estavam Maria Luiza Marcílio, Ester Boserup, Katia Queiroz Mattoso, Francisco Iglésias, Alcir Lenharo, Ciro Cardoso, Alice Canabrava, Francisco Falcon, Manoel Mauricio, Warren Dean, Barbara Levy, Ismênia de Lima Martins, Afranio Garcia, entre tantos outros. As marcas do grupo formado no Rio de Janeiro foram a grande produtividade acadêmica, a adoção de um método específico de pesquisa e a influência da história regional francesa. São dissertações e teses produzidas nos programas de pós-graduação da UFF e da UFRJ condizentes com a terceira geração de historiadores que se dedicaram a esse tema, sob a liderança de Maria Yedda.

A partir desse contexto, Maria Yedda e Teixeira da Silva produziram duas obras de grande importância para a historiografia brasileira, quais sejam: *História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)* (1979) e *História política do abastecimento*. Além de privilegiarem diferentes recortes espaço-temporais, nesses dois livros, os autores defendem uma abordagem metodológica que contempla diversos fatores para se compreender a história do abastecimento, como por exemplo, os transportes, o consumo, a renda gerada, os hábitos e as técnicas de cultivo, a organização fundiária, os hábitos alimentares, o consumo urbano etc. A ideia central não era fazer uma síntese da história do abastecimento, e sim "situar, historicamente, o problema do abastecimento".

Dois anos depois da publicação dessas obras, Maria Yedda e Teixeira da Silva avançam o entendimento das questões do abastecimento no contexto da economia colonial. Em *História agrária brasileira: combates e controvérsias* (1981), os autores analisam o elemento camponês no Brasil e a produção de subsistência, cujos temas eram ignorados pelos estudos historiográficos. Assim como a temática do abastecimento, o trabalho do camponês também começa a ser problematizado na década de 1970 conforme os estudos de Jacob Gorender, Ciro Flamarion Cardoso e Maria Isaura Pereira de Queiroz. Apesar de não concordarem

<sup>8</sup> O CPDA foi incorporado no início da década de 1980 à Universidade Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).



em muitos pontos de análise, esses autores têm como ponto em comum a percepção de um Brasil em suas especificidades sociais e econômicas que não podem ser compreendidas numa grande síntese. Maria Yedda e Teixeira da Silva chamam a atenção para a análise da dinâmica da produção de subsistência, considerando o uso e a posse da terra, os regimes agrários, as hierarquias sociais, os movimentos demográficos e os sistemas de cultivo.

Com o processo de redemocratização, Maria Yedda foi anistiada em 1979 e em 1980 reintegrada à UFRJ. Contudo, ainda precisou travar uma grande batalha para obter o regime de tempo integral e dedicação exclusiva, o que ocorreu somente perto de se aposentar, em 1991. Foi também professora da Universidade Federal Fluminense e, junto com Ciro Flamarion Cardoso e Francisco Falcon, implantaram a Pós-Graduação de História daquela universidade. Continuava empreendendo esforços por mudanças na formação dos estudantes, docentes e nos Programas de História do Brasil. Defendia que estes programas deviam levar em consideração as realidades locais. No início da década de 1980, recebeu convite para ser Secretária Municipal e Estadual de Educação do Rio de Janeiro nas duas gestões do governador Leonel Brizola (1983/1987 e 1991/1994), como também na primeira gestão do prefeito Marcelo Alencar (1983 a 1986). Nestas gestões, junto com Darcy Ribeiro, implantaram os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPS).

128

Tão importante quanto tudo o que aqui foi discutido, as formas mais amplas possíveis de engajamento político que despontavam já seriam o termômetro do quanto essa historiadora não era ingênua nem despojada de desejos intelectuais, acadêmicos e de transformação social. Pelo contrário, tinha posicionamentos políticos sobre os problemas brasileiros bem como a sua abrangência. Maria Yedda e tantas outras mulheres historiadoras da primeira geração, não foram apenas docentes e pesquisadoras em História distanciadas das realidades do seu país, mas sim mulheres que interpretavam as condições sociais, políticas e econômicas e desejavam mudanças por meio da participação política. “Mas é que aquele momento, torno a insistir, nós estávamos muito ligados ao país, ao social, à ideia de mudança. Em síntese, nós éramos politizados. Talvez nem soubéssemos disso, mas hoje é possível ver” (LINHARES 2007, p. 232). Para ela, o historiador profissional não pode se dedicar apenas aos “papéis velhos”, mas precisa ter também experiências diversas, ou como ela prefere dizer: experiência de vida.

Ganhava algum dinheiro e muita experiência de vida. Acho que isso tudo me preparou mais do que outras atividades puramente intelectuais a ser uma boa aluna de História. Sempre achei que o historiador não pode viver apenas no meio de papel velho, embora seja fundamental que ele domine e muito bem os seus instrumentos de trabalho, sobretudo os seus arquivos de documentos.<sup>9</sup>

Porém, se esperamos que ela situe sua contribuição tendo como base suas obras, ou que ela se defina como historiadora a partir delas, estamos cometendo

---

<sup>9</sup> Citação retirada Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/na-rhbn/morre-maria-yedda>. Acesso: 18 ago. 2016.

um equívoco. Sua identidade de historiadora contempla os múltiplos campos profissionais em que atuou, salientando principalmente o trabalho docente; a vida pessoal e subjetiva, ou seja, a maneira como “cuidou de si”; e a posição de um sujeito que mantém a preocupação com seu país, sua política e questões sociais. Percebemos uma memória profissional e pessoal que articula o presente e o passado, o esquecido e o rememorado, a experiência material e a subjetiva.

Apesar de aposentada, continuo dando minhas aulas na Universidade Severino Sombra (USS) em Vassouras, aqui perto do Rio, orientando pesquisa no curso de mestrado. Sou consultora da FAPERJ. De vez em quando, como já disse, me chamam para palestras, participar em banca de tese, em seminários de pesquisa, tanto no Rio como em outros estados, sobretudo Minas, onde há uma História Agrária em expansão de excelente qualidade. Como professora emérita da UFRJ, continuo em exercício, participando em cursos, seminários, bancas, etc., e cuido de mim: ando muito, faço bicicleta, hidroterapia, RPG, cuido dos gatos e da casa, e adoro cozinha. Continuo lendo meu Dante Alighieri, e, vez por outra, releio um conto do Joyce. Continuo adorando cinema e música, quanto mais moderna melhor, relembro minha infância cearense, minha paisagem nordestina, rezando e torcendo pela grande mudança que um dia virá, num futuro sem vítimas de fome, num Brasil sem latifundiários (LINHARES 2007, p. 43).

A narrativa de Maria Yedda acerca de sua própria avaliação de “sentir-se historiadora” nos revela a possibilidade de conflitarmos com a ficção e elaboração imaginária de um sujeito autor que trabalha solitariamente em seu gabinete com seus documentos. Esta é apenas uma das facetas de um trabalho que se articula com múltiplas dimensões, incluindo aquelas que atravessam o terreno dos afetos e das relações humanas. O “sentir-se historiadora” abrange também, não somente a pesquisa em si, mas projetos que envolvem a preservação de documentos e arquivos, projetos institucionais e de associações, orientação, docência e participação na vida pública. É mais que uma intelectual que desenvolve e escreve pesquisas: ela age na universidade, cria campos de discussão política, participa de grupos, constrói e amplia redes de sociabilidade e pertencimento. Todos esses movimentos, ações e experiências que ocorreram na vida não só de Maria Yeda como de outros profissionais constituem, de certa maneira, a base que fundamentou e estruturou a História como uma disciplina que possui um método de estudo que lhe é próprio, que tem uma prática regular de leitura e análise de documentos.

A existência de um “relato de si”, como vimos nas entrevistas, borram as fronteiras entre a vida do pesquisador e a suposta “neutralidade” conferida ao seu ofício. Ao pensar os atributos vinculados ao ofício do historiador e da historiadora, bem como as condições individuais e coletivas que constituem o “ser historiador” ou “ser historiadora”, Certeau chama atenção para algumas tendências que ainda defendem a “ideologia atomista de uma profissão liberal que mantém a ficção do sujeito autor, deixando de acreditar que a pesquisa individual constrói a história”. Os “relatos de si” que tantos outros historiadores e historiadoras forneceram em entrevistas, memoriais e depoimentos são

interessantes no sentido de observamos a maneira como eles constroem uma reflexão de si mesmos, de seu percurso profissional e intelectual. Nesse sentido, a atenção aos registros da memória, da biografia e de uma história de vida única e singular pode ser uma importante ferramenta de análise quando se pretende investigar o ofício da nossa profissão.

### **Vida familiar e profissional: pontos de tensionamento**

Quem é o historiador e historiadora quando faz "história?". Esta pergunta pode sugerir uma outra problematização, aquela que desloca o olhar das práticas de trabalho para a vida privada, pessoal. Nessa última seção gostaríamos de compreender como foi a experiência de lidar com dois tipos de atividades, uma pública e outra privada, que requerem, cada qual à sua maneira, dedicação e disponibilidade. Sobre esses temas, seria até mesmo pertinente perguntarmos se nossa classe profissional visualiza a articulação trabalho-família como uma questão social não só como objeto de estudos, mas como experiência individual e/ou geracional. Defendemos que certamente trata-se de uma questão social, pois a entrada das mulheres na vida pública e intelectual, tanto a partir de sua incorporação ao mercado de trabalho, como nos visíveis avanços de escolarização e na participação política, não foi acompanhada da inserção dos homens nas tarefas reprodutivas, historicamente associadas às mulheres. Com isso, sabe-se que o acesso à educação superior não foi suficiente para mudar os desequilíbrios e as desigualdades de gênero, principalmente em um espaço ocupacional no qual a alta qualificação, a formação continuada, a produção científica e a circulação nacional e internacional são indispensáveis à ascensão na carreira.

130

Se por um lado direcionamos nossa análise naquilo que foi dito, por outro, devemos também refletir sobre o que não foi dito ou parcialmente dito por Maria Yedda, ou seja, em temas que ainda hoje geram dúvidas, conflitos e tensões para as mulheres que trabalham, independentemente das atividades profissionais que exercem. Trata-se de reconhecer as intersecções entre vida profissional e a vida familiar, isto é, o tensionamento entre a esfera pública e privada. Nos testemunhos de Maria Yedda e de outras pioneiras<sup>10</sup> que contaram suas experiências de vida no meio universitário, não há menções a respeito de como elas lidaram com aspectos condizentes ao casamento, filhos, vida pessoal e familiar. Pergunta-se: aquelas que foram casadas, tiveram apoio e reconhecimento de seus maridos? Quais foram as dificuldades enfrentadas na divisão dos papéis sociais do casal? A maternidade foi um fator impeditivo no exercício de algumas atividades ou ocupação de cargos? Deixaram de realizar algum curso de pós-graduação em outro país em virtude da família? Com efeito, a articulação entre a vida pessoal com a profissional está ausente em seus relatos.

Isso indica um questionamento, o de que existe uma concepção permanente de que o trabalho do professor universitário, do pesquisador e, sobretudo do

---

<sup>10</sup> Citamos os depoimentos de Olga Pantaleão (2003), Alice Canabrava (2003), Eulália Lobo (1992; 2007), Emília Viotti da Costa (2007), Maria Odila da Silva Dias (2007) como exemplo.

intelectual, é algo dissociado de toda e qualquer atividade vinculada à vida doméstica e pessoal. Não se questiona, também, o quanto as experiências da vida privada impactam na carreira, na disponibilidade, no tempo dedicado à leitura e escrita, nas decisões tomadas e, por que não, na escolha dos temas pesquisados. Nesse sentido, o espaço universitário e o trabalho do historiador e da historiadora são tratados como campos neutros, nos quais não há interferência de experiências da vida pessoal.

Maria Yedda casou-se e teve filhos. No entanto, ficamos sabendo parcialmente a maneira como conciliou (ou não) a vida familiar e afetiva com a profissional. Em uma das entrevistas que concedeu a Mari del Priori, afirma que encontrou dificuldades com o tempo disponível para a realização de pesquisas: "Uma mulher normal como eu, com família, com filhos etc., não poderia dedicar 24 horas do dia à história. A gente tem, enfim, outras compensações na vida" (LINHARES 2006, p. 15). A historiadora casou-se com o cearense José Alves Linhares em 1947, aos 26 anos, um pouco depois que se formou. Desse relacionamento, nasceram Maria Teresa e José. Houve certa resistência na família dele, "pois não era comum a mulher casada trabalhar fora de casa. Ainda vigorava na sociedade, sobretudo nordestina, o papel da mulher para fins exclusivamente domésticos" (LINHARES 2007, p. 28). José fazia parte de uma família muito rica e tradicional, era escrivão de cartório e sobrinho do ministro e presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. Sobre o casamento, Maria Yedda relata com orgulho que:

Nosso casamento deu muito certo e fomos felizes como no conto de fadas. José tornou-se o maior incentivador e principal apoio à minha vida profissional nesses anos todos. No casamos em 1947 e vivemos 38 anos juntos, até ele falecer em 1985. Foi meu amigo e colaborador, orgulhoso de tudo o que eu fazia, solidário em todos os sentidos (LINHARES 2007, p. 28).

131

Nas entrevistas, a historiadora faz sempre questão de elogiar o marido por seu apoio. Ela recebeu incentivo profissional e financeiro de José em todas as fases de sua carreira, estando ele ao seu lado inclusive nos momentos mais difíceis, como na ditadura militar e nos embates com Eremildo Viana. Não apenas isso, mas as poucas linhas que Maria Yedda narra sobre seu marido, revelam um homem muito companheiro em relação às suas atividades, pois participava dos debates políticos e profissionais, viajava com ela, recebia muito bem seus amigos e lia seus trabalhos. Só pelo fato de Maria Yedda ter construído uma vasta sociabilidade com homens intelectuais, tecendo relações de afeto e amizade, indica o quanto José não colocou obstáculos para que ela exercesse uma das suas principais características: ser agregadora e politicamente bem relacionada. Foi ele, por exemplo, quem a incentivou a prestar o concurso para a cátedra: "Eu vivia aqui com meu marido, meus filhos, tinha uma vida doméstica muito boa, meu marido já se revelava naquele momento um colaborador de primeiríssima ordem. No fundo, foi ele quem me incentivou" (LINHARES 1992, p. 225).

Sobre os filhos e maternidade, não há menções em suas entrevistas de como os articulou com a vida profissional. Não conseguiremos responder como

uma mulher ativa, construtiva e dona de uma sólida carreira negligenciou ou não as obrigações do lar. No entanto, ficamos sabendo um pouco sobre esse tema nos registros do historiador Francisco Carlos Teixeira, seu ex-aluno e colega de profissão:

Do casamento teve Maria Teresa, "Teca", e José, "Zequinha"! Havia orgulho nos filhos, via-se neles, sentia por eles. Uma das maiores revoltas foi vê-los envolvidos na insidiosa e malsã campanha da imprensa golpista nos idos de março de 1964. Creio também que ambos pagaram algum preço - o preço de serem filhos de Yedda, o preço das horas roubadas, o preço de partilhá-la com todos nós, comigo, com Ciro Cardoso e principalmente com Francisco Falcon. Temos que pedir perdão por isso, perdão por tê-la tanto tempo conosco! A tudo se juntava a presença de Yonne Leite, outro motivo de orgulho de Yedda, que a via, com tudo que isso encerra, bem mais como filha do que irmã.<sup>11</sup>

Para as pioneiras que decidiram casar-se e ter filhos, foi imprescindível o apoio de seus maridos para que desenvolvessem uma vida profissional na História. Trabalhar numa universidade, conviver com intelectuais, viajar, frequentar espaços públicos como arquivos e bibliotecas, receber em casa alunos e alunas e poder dedicar o tempo para a leitura e escrita são ações que demandam compreensão e companherismo por parte de maridos e filhos. Mesmo aquelas que tiveram apoio de seus companheiros, provavelmente enfrentaram conflitos e tensões no manejo da vida profissional e doméstico-afetiva. Ainda mais no que se refere à maternidade, em que o papel atribuído às mulheres, nos ditos "anos dourados", era o de cuidar, amar e colocar os filhos em primeiro lugar.

132

Por fim, outro fator esteve relacionado com o fundamental apoio por parte de seu marido, foi a certeza da segurança financeira para se dedicar integralmente à pesquisa. O caso dela representa as experiências que muitos historiadores e historiadoras tiveram em relação à vida privada: no interior de seus lares, a possibilidade de poder compartilhar seus trabalhos com seus respectivos parceiros e parceiras e receber compreensão, parecem ter sido indicadores muito importantes que, direta ou indiretamente, modularam suas carreiras. No caso das historiadoras pioneiras, se a união com companheiros que tinham interesse em suas carreiras foi fundamental, há também de se considerar que elas não estavam integradas inteiramente em uma cultura doméstica tradicional.

### Referências bibliográficas

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BALDEZ, Coryntho. Entrevista: Maria Yedda Linhares. **Jornal da UFRJ**, ano 4, n. 40, 2008.

---

<sup>11</sup> Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Maria-Yedda-Leite-Linhares-%BF-1921-2011/19371>. Acesso: 30 ago. 2016.

- BLAY, Eva Alterman; LANG, Alice Beatriz. **Mulheres na USP**: horizontes que se abrem. São Paulo. Associação Editorial Humanitas, 2004.
- CAPELATO, M. H.; GLEZER, R.; FERLINI, V. L. A. Escola Uspiana de História. **Estudos Avançados**, v. 8, n. 22, 1994.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de A. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitárias de 1968. **Educar**. Curitiba: Ed. UFPR, n. 28, 2006.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Uma entrevista com Maria Yedda Linhares. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, 1992.
- \_\_\_\_\_. **A História como ofício**: a contribuição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.
- MORAES, José Geraldo; REGO, José Marcio. Maria Yedda Linhares. In: \_\_\_\_\_. **Conversa com historiadores brasileiros**. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.
- PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.
- PRIORI, Mari del. Maria Yedda Linhares: por uma história documentada. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, p. 15, 2006.
- SCHMIDT, Benito. Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema. In: SCHMIDT, Benito (Org.). **O biográfico**: perspectivas interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2000.
- SILVA, Francisco Carlos; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João (Org.). **Escritos sobre história e educação**: homenagem a Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- SMITH, Bonnie. **Gênero e História**: homens, mulheres e a prática histórica. Bauru: EDUSC.
- ZECHLINSKI, Beatriz Polidori. **Três autoras francesas e a cultura escrita no século XVII**: gênero e sociabilidades. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.



# Modo de ser historiadora: Cecília Westphalen no campo historiográfico brasileiro da segunda metade do século XX\*

Manner of being a historian: Cecília Westphalen in the Brazilian historiography field of the second half of the twentieth century

---

**Daiane Vaiz Machado**

daiane\_vm@yahoo.com.br

Doutora em História

Universidade Estadual Paulista

Avenida Brasil, 746 - Centro

85501-057 - Pato Branco - Paraná

Brasil

---

## Resumo

Este estudo investiga algumas faces do percurso intelectual de Cecília Westphalen (1927-2004). Buscamos interpretar seu modo de ser historiadora nas tensões do campo historiográfico brasileiro da segunda metade do século XX, tempo de delineamento do ofício a partir da instituição universitária. Foi na prática da história econômica e social quantitativa à *la Annales*, que aprendeu nos deslocamentos historiográficos à École Pratique des Hautes Études, que Westphalen fundamentou seus projetos de pesquisa e diretrizes para o ensino. Para compreendê-los, acena-se fundamental a historicização dos seus encontros e desencontros acadêmicos configurados em diferentes espaços de sociabilidade e produção do conhecimento, como a Universidade Federal do Paraná, a Associação dos Professores Universitários de História e a Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. Para tanto, mobilizamos a produção intelectual de Westphalen, a sua rede de correspondência, anais de eventos e atas de reuniões departamentais.

134

## Palavras-chave

História intelectual; Historiografia Brasileira; Cecília Westphalen.

## Abstract

This study investigates some facets of the intellectual route of Cecília Westphalen (1927-2004). Our intention is to interpret her manner of being a historian in the tensions of Brazilian historiography of the second half of the twentieth century, time of outlining the craft contours as from the university institution. It was by the practice of economic and quantitative social history à *la Annales*, which she learned on the historiographical displacements to École Pratique des Hautes Études, that Westphalen supported their research projects and guidelines for teaching. To understand them, stand out as fundamental the historicizing of her academic matches and mismatches configured in different places for sociability and production of knowledge, such as the Federal University of Paraná, the Association of University Teachers of History and the Brazilian Society of Historical Research. To do so, we mobilize the intellectual production of Westphalen, her network of correspondence, academic meetings proceedings and minutes of departmental meetings.

## Keywords

Intellectual history; Brazilian historiography; Cecília Westphalen.

---

Recebido em: 21/10/2016

Aprovado em: 13/12/2016

---

\* Pesquisa financiada pela Fapesp, processo 2012/17664-6.

Interrogar-se sobre os modos de ser historiador significa colocar em perspectiva o produto de uma prática específica (CERTEAU 2002). Voltar-se para os procedimentos que perpassam a escrita de um texto histórico compreende inquirir o fazer do historiador atento à sacralização dos objetos, conceitos, metodologias e autores. Suas práticas são situadas na conjuntura historiográfica em que foram executadas e sua produção analisada em diálogo com outros textos e com seus supostos leitores (GUIMARÃES 2005, p. 32; HARTOG 2003). A consideração desta dimensão do ofício se amplia com a indagação individual dos lugares de inserção social, com o mapeamento das redes de pertencimento, a elucidação dos jogos acadêmicos e políticos que convergem para a construção de um nome, “um lugar para si”, e a definição de uma posição particular no campo intelectual (SILVA 2002). O historiador também é o sujeito de uma vida singular, o que envolve ter como medida de sua postura historiográfica as suas convicções políticas, suas expectativas de sociedade e considerar que possam existir diferentes formas de “estar no mundo”, de atribuir significado às manifestações culturais e conturbações políticas (LORIGA 2011). A partir dessas premissas de partida, exploramos como Cecília Westphalen construiu seu modo de ser historiadora nas tensões no campo historiográfico brasileiro da segunda metade do século XX, período de delineamento do ofício a partir do meio universitário.

### **UFPR: a construção de um lugar para a pesquisa histórica**

Cecília Westphalen frequentou o terceiro Curso de História e Geografia regulamentado no Brasil. Ele foi criado em 1938, em Curitiba, formando a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras do Paraná, que em 1946 integrou a Universidade do Paraná.<sup>1</sup> Como o ensino superior recebia poucos subsídios, os alunos deveriam pagá-lo, e assim Westphalen, que em 1946 concluiu a Escola Normal no Instituto de Educação do Paraná, ingressou no Curso de Geografia e História por ser, objetivamente, o mais acessível financeiramente a uma normalista (WILLE 2010). Apesar da escolha ao sabor do possível, essa universidade se tornou seu principal lugar de atuação profissional e de projeção na cena pública.

Diplomada em 1950, sua obra de inserção no mercado editorial, *Pequena História do Paraná*,<sup>2</sup> e sua tese de cátedra em História Moderna e Contemporânea, *Carlos-Quinto, 1500/1558: seu Império universal*, defendida em 1957 (WESTPHALEN 1955), inserem-na em uma historiografia preocupada, sobretudo, em estabelecer os fatos e suas cronologias, preencher lacunas e corrigir pesquisas anteriores, própria à prática dos institutos históricos e geográficos e, ainda, das jovens Faculdades de Filosofia. O desprendimento dessa forma de olhar o passado, de ser historiadora, emerge de seus deslocamentos historiográficos internacionais, ou melhor, do encontro com Fernand Braudel e sua concepção de história, na École Pratique des Hautes Études (EPHE), e da

<sup>1</sup> A instituição foi federalizada em 1950.

<sup>2</sup> Obra de caráter didático, encomendada para integrar as comemorações dos cem anos de emancipação da 5ª Comarca de Paranaguá e Curitiba da Província de São Paulo (WESTPHALEN 1953).

aproximação com o grupo de professores que liderará a criação da Associação dos Professores Universitários de História (APUH, hoje ANPUH).

Dos deslocamentos, dois imprimem contornos centrais na ressignificação de sua identidade historiadora, duas experiências chaves no processo cognitivo de aprendizagem da prática da história econômica, com abordagem quantitativa à *la Annales*, e na arquitetura de sua rede de sociabilidade,<sup>3</sup> pulsada pelos diálogos historiográficos, apoios para publicação e divulgação de obras, tutelas de estudantes, enfim, relações regidas por trocas intelectuais, institucionais e políticas.

O primeiro localiza-se entre 1958 e 1959 e compreende sua experiência como acadêmica na Universidade de Colônia, Alemanha Ocidental, e um rápido estágio no *Centre de Recherche Historique* (CRH), na EPHE.<sup>4</sup> Este deslocamento ocorreu em função da divulgação de sua tese de cátedra e da intenção de colher com Braudel, especialista no século XVI, conselhos para alavancar sua pesquisa.

Com a percepção de que se tornava uma das únicas especialistas brasileiras no assunto, Westphalen rapidamente providenciou a impressão em formato de livro e o enviou para instituições estrangeiras de ensino e pesquisa. A perspicácia quanto à engenharia das relações sociais assegurou-lhe bolsa de estudos para participar dos congressos sobre Carlos V realizados em Madri e Colônia, onde pôde dar ímpeto à circulação de seu texto. Neste período, diversos centros europeus organizavam eventos por ocasião do IV centenário de morte do imperador.

136

O impresso posto em trânsito analisou a vida de Carlos V (1550-1558). Para situá-lo em uma nomenclatura (o que não significa em uma clausura) historiográfica, diríamos que se trata de uma biografia em que as ações políticas são chaves de compreensão do processo histórico.

Sem apresentar pesquisa original ou erudição, com uma cronologia bem estabelecida e sem lacunas graves, seus críticos internacionais elogiaram a leveza da escrita e o esforço de uma brasileira em conceber um trabalho tão distante das fontes (RICHARD 1958; ROBERT 1958; INFORMATIONS BIBLIOGRAPHIQUES 1958). A falta de manuseio das fontes foi notada nas resenhas francesas: "Muitos estudos de segunda mão figuram no livro",<sup>5</sup> na apreciação de Jean Richard (1958, p. 223). O que teria desencadeado algumas confusões, como a utilização de textos de autores como citação de contemporâneos do objeto, ou seja, como fontes. Ao submeter sua tese ao julgamento de uma historiografia marcada pelos princípios da crítica metódica,<sup>6</sup> seu texto não passou de um balanço bem escrito.

<sup>3</sup> A noção de rede de sociabilidade nos ajuda a refletir sobre os vínculos que Westphalen constituiu nos agrupamentos que fez parte. As redes organizam-se em torno de interesses e afinidades difusas, de ordem intelectual, institucional, política, afetiva. Quando nos aproximamos do microcosmo universitário as eleições podem ocorrer pelo estrito relacionamento profissional (pensando-o como estratégia de pertencimento que pode possibilitar ascensão na carreira), pela cumplicidade de orientações teórico-metodológicas e problemáticas partilhadas, e, o contrário, a oposição ao outro, a hostilidade a outras redes e as particularidades que as unem (SIRINELLI 2003, p. 231-269; 1998, p. 259-279).

<sup>4</sup> Na Universidade de Colônia Westphalen frequentou os Seminários de Richard Konetzke, estudioso da história social da América colonial espanhola, e de Theodor Schieder, ligado à "história estrutural" (Strukturgeschichte) e ao Grupo de Trabalho de História Social Moderna. A narrativa desta experiência, expressa na correspondência enviada à Altiva Balhana, registra sua insatisfação com o ensino alemão (MACHADO 2016a).

<sup>5</sup> "Beaucoup d'études de seconde main y figurent", tradução nossa.

<sup>6</sup> Princípios que, inspirados no historicismo alemão, foram sistematizados por Langlois e Seignobos em fins do

A crítica candente foi, no entanto, a que veio do *tête-à-tête* com Braudel durante o evento sobre Carlos V na Universidade de Colônia:

Ele deu uma chacoalhada em todo mundo, inclusive em mim, dizendo que a História dos événements da época de Carlos V estava feita com Brandi, que ninguém o ultrapassará tão cedo e facilmente; que é preciso deixarmos este resumo da história dos acontecimentos para entrarmos na história social, na história de todo dia, história da realidade tal como é, não como parece ser, e por aí a fora (WESTPHALEN 29 nov. 1958).

“Abandonemos esta efêmera história dos eventos, que de um horizonte individualista falseia a história da realidade”!<sup>7</sup> esta parece ter sido a direção da intervenção de Braudel. A inovação, que ele ali personificava, era o desafio abraçado pelos *Annales* desde 1929.

Este breve mapeamento das críticas estrangeiras ao trabalho de Westphalen permite ponderar o lugar concebido ao trato com a crítica metódica naquele espaço de produção e no Brasil. Poder-se-ia ainda associá-lo à primeira indicação de Braudel a Westphalen, quando, enfim, chegou ao CRH: ir a um lugar repleto de possibilidades para a escrita da história, os Arquivos Nacionais. A experiência com o arquivo era nova para a brasileira. Ensinada em uma estrutura em que predominava a formação do professor para o ensino secundário, ela nunca havia sido “levada a um arquivo durante o curso”, pois “a pesquisa, quando exigida, era apenas bibliográfica” (WESTPHALEN 1985, p. 34). Como, afinal, atesta a extensão do balanço bibliográfico de sua tese.<sup>8</sup>

De volta ao Brasil, a missiva escrita a Braudel em 1962 indica-nos como ela conferiu sentido ao seu primeiro deslocamento. Configuram-se centrais em sua narrativa a aproximação com os professores da USP (Eurípedes Simões de Paula, Eduardo D’Oliveira França e Alice Canabrava), a fundação de uma associação nacional de historiadores universitários e a implantação de projetos no Departamento de História (DEHIS) da UFPR: Levantamento de fontes para a história demográfica do Paraná; O comportamento político dos colonos de Santa Felicidade; História agrária do Paraná: formação da estrutura agrária tradicional e mudanças na estrutura agrária; e, Paranaguá e o Atlântico. Este último era o novo empreendimento de Westphalen (WESTPHALEN 1 out. 1962).

O projeto Carlos V cedia espaço à investigação que objetivava, com o Porto de Paranaguá, compreender os alicerces econômicos da sociedade paranaense do século XIX, enfatizando as técnicas da história quantitativa (FURET [1986]; DAUMARD 1959). Desse modo, vemos as implicações da EPHE sob a prática historiográfica de Westphalen.

137

século XIX. Os quais, segundo Gérard Noiriel, grosso modo, ainda regem a maior parte das regras e hábitos, o *modus operandi*, dos historiadores e definem os critérios de pertencimento a uma “comunidade histórica” (NOIRIEL 2005).

<sup>7</sup> No que tange à ênfase no termo “história da realidade”, Braudel considerava que “todas as aventuras individuais se fundem numa realidade, mais complexa, a do social, uma realidade ‘entrecruzada’, como diz a Sociologia” (BRAUDEL 2009, p. 23).

<sup>8</sup> O depoimento de Emília Viotti da Costa, que frequentava o Curso de História e Geografia da USP, corrobora com a imagem descrita por Westphalen: “A pesquisa em fontes primárias não recebia muito estímulo ou orientação. A maioria dos ensaios que escrevíamos eram historiográficos” (COSTA 2002 *apud* ROIZ 2012, p. 71).

Trata-se de um processo de transformação de seu vocabulário, a História como ciência social, a dialética da duração, os ciclos econômicos, as séries, a informática, passam a compor sua linguagem no ensino e na pesquisa. Em nível institucional, com o apoio dos colegas,<sup>9</sup> este novo modo de conceber o ofício foi significado na implantação de uma série de medidas de incentivo a modernização do trabalho historiográfico. O ato fundador foi a proposição, por ela, de instituição de um Seminário de História, a partir do qual os docentes estabeleceriam um “sistema de referência para se construir a História do Paraná” (WESTPHALEN *et al.* 2009, p. 291). Gesto que institucionalizava a busca pela formulação de uma história total, tornando-se a história regional uma estratégia de pesquisa da história praticada no DEHIS. Nesse sentido, forjou-se o “nós” (“sujeito plural que sustenta o discurso”)<sup>10</sup> desse lugar historiográfico, o fazer história econômica e social regional tornava-se uma intenção coletiva. Esta aparência de unidade não implica um enquadramento estanque, mas indica que havia um claro direcionamento a um estilo de prática historiográfica, a difundida pela historiografia francesa.

Nesse diapasão, iniciaram-se os projetos de pesquisas, que, primeiramente, se voltavam para coleta de fontes, pois a empiria deveria substituir o primado da pesquisa bibliográfica. Para a divulgação parcial dos resultados, criou-se o Boletim do Departamento de História, meio de interlocução com o público acadêmico e não acadêmico e, conseqüentemente, de afirmação de uma forma de fazer pesquisa.

138

Os textos publicados nos boletins foram as primeiras incursões no trato de um pesado material de quantificação (WESTPHALEN dez. 1962), eles são vitrines das experimentações em uma nova linguagem historiográfica, dão mostras do penoso processo de aprendizado desta prática e também enfatizam a seriedade do compromisso assumido no Seminário de História.

O impulso para o envolvimento dos alunos nos projetos era dado pela disciplina Introdução à História, que entrou no currículo em 1961 (WESTPHALEN *et al.* 2009, p. 297). Na disciplina, Westphalen implantou um regime regular de pesquisa de campo na Biblioteca Pública do Paraná e no Arquivo Público do Paraná, concebendo-os como laboratórios da História.

Acompanhando uma década de desenrolar dos conteúdos, vemos uma estrutura disciplinar que tencionava dar ao aluno um panorama geral das possibilidades metodológicas e técnicas do trabalho historiográfico.<sup>11</sup> A confiança de que métodos matemáticos poderiam levar a conhecer o passado com mais sobriedade e precisão, que se depreende desta estrutura, também pautava a grade curricular do Mestrado em História do Brasil.

Com o fortalecimento do par “empiria e metodologia”, a forma de organização curricular do Mestrado pode ser percebida como “extensão da graduação”,

<sup>9</sup> Principalmente Altiva Pilatti Balhana (1928-2009), professora de História da América e Brasil Pinheiro Machado (1907-1997), professor de História do Brasil.

<sup>10</sup> Toda pesquisa individual se situa num conjunto de práticas, essa premissa que ensaia ser implícita, segundo Certeau, está inscrita “numa rede cujos elementos dependem estritamente uns dos outros, e cuja combinação dinâmica forma a história num momento dado” (CERTEAU 2002, p. 71).

<sup>11</sup> O material pode ser encontrado no Acervo do Arquivo Permanente da Universidade Federal do Paraná.



em um enlace de interesses entre projetos de pesquisa docente (com foco na exploração de fontes regionais), ensino na graduação e formação do docente pesquisador no mestrado. Implantado em 1972, o curso surgiu com duas áreas de concentração: História Econômica e História Demográfica, acrescentando, em 1978, a História Social. Pouco depois, em 1981, teve início o Doutorado em História Demográfica.

Para estruturar os currículos, o programa de pós-graduação apostou nos intercâmbios acadêmicos, investiu na vinda de docentes à instituição e no envio de seus professores a centros de pesquisa no exterior, privilegiando o trajeto à Paris.<sup>12</sup> Frédéric Mauro, Adeline Daumard, Jacques Bertin e Louis Henry, foram alguns dos docentes franceses que circularam na instituição. Os contatos com estes pesquisadores, como as trocas de cartas evidenciam,<sup>13</sup> tiveram início, ou se intensificaram, a partir de 1970 quando Westphalen retornou de sua segunda viagem à Paris, onde foi buscar orientação metodológica e apoio técnico para finalizar a fase de cálculos e compor a obra sobre o porto paranaense.

O estreitamento de contatos profissionais na composição de sua rede de sociabilidade internacional foi uma das marcas deste segundo momento de seu deslocamento historiográfico. Isto porque, avaliando a historiografia *annalítica*, parecia-lhe que os ares historiográficos eram nuclearmente os mesmos de 1959, ou seja, a concepção de tempo braudeliana permanecia como elemento estruturante das temáticas, a metodologia era a quantitativa e a esfera privilegiada era a econômica e social. Assim, com certo descontentamento, ia aos Seminários de Braudel, Ruggiero Romano e Mauro “só para os contactos como dizem” (WESTPHALEN 21 abr. 1970). A sagacidade de Westphalen desnuda princípios implícitos das engrenagens do microcosmo acadêmico, onde: aprender é importante, mas construir redes de contato, abrindo portas para trocas futuras, também!

O descobrimento do novo, para ela, esteve no acaso do encontro com Bertin no *Laboratoire de Graphique* (WESTPHALEN 24 jun. 1970), quando se interessou pelo tratamento gráfico da informação a partir dos princípios da *semiologia gráfica* (BERTIN 1986); e na descompromissada frequência ao Seminário de Henry sobre Demografia Histórica (WESTPHALEN 7 abr. 1970), onde aprendeu a *técnica de reconstrução de famílias* (HENRY 1977).

Estes dois pesquisadores tornaram-se referenciais nos trabalhos desenvolvidos no Mestrado e Westphalen interpreta um papel importante na circulação de suas produções. Atuando como agente de interlocução de modos de fazer história, ela os trouxe ao Brasil, solicitou estágios e orientação para seus alunos, elaborou projetos editoriais de tradução de suas lições. O engajamento nestes empreendimentos de circulação do conhecimento pode ser alocado ao esforço de construção identitária do Programa de Pós-Graduação em História, pois ao passo que oferecia metodologia e ferramentas

<sup>12</sup> Destacamos: Carlos Roberto Antunes dos Santos, Sérgio Odilon Nadalin, Márcia Graf, Jayme Antônio Cardoso, Jair Mequelusse e Ana Maria Burmester, que seguiu para a parte francesa do Canadá.

<sup>13</sup> As cartas compõe, principalmente, o acervo da Coleção Cecília Westphalen, depositado no Arquivo Público do Paraná.



para o público brasileiro, identificava estes autores às disciplinas e projetos desenvolvidos na instituição.<sup>14</sup>

A identidade referida acima se pautava no estabelecimento de uma escola de formação de docentes-pesquisadores em história econômica e demográfica com abordagem quantitativa e tratamento informático. O slogan persuasivo de Westphalen “pas de chiffres, pas d’histoire”, era a orientação medular para a produção das dissertações (MACHADO 2016b). Estas foram volumosas e se espalharam entre os séculos XVII e meados do XX, priorizando temas como “Estruturas Agrárias, Campos Gerais, Povoamento do Paraná, Imigrações e Imigrantes, Comércio e Transportes” (MARCHI 1995, p. 40-41).

Este quadro manteve relativa estabilidade até a década de 1980, quando já se consolidavam visíveis frentes de “oposição à Prof<sup>a</sup>. Cecília”. A leitura de autores como Michel Foucault, Edward Thompson e Eric Hobsbawn, que começavam a ter maior circulação na historiografia brasileira (RAMOS 2015), também passavam a oxigenar este lugar de produção (MARCHI *et al.*, set. 1992/ago. 1993, p. 137). A despeito desta oxigenação, solidária do ímpeto à pesquisa histórica dinamizado a partir de 1959, foram décadas de relativo destaque do núcleo paranaense, ou, ao menos, de projeção de alguns de seus quadros em representativos lugares de produção do conhecimento, como as sociedades científicas (tópico que estudaremos a seguir). Colocação significativa se ponderarmos a polarização da produção historiográfica em torno do eixo editorial Rio-São Paulo.

## 140

### **ANPUH: lugar de encontros e desencontros**

Em 25 de maio de 1965, Westphalen fez uma pausa nas atividades cotidianas para refletir, a convite da carta de Amaral Lapa, sobre o “falecimento” da ANPUH. Lapa, então professor na Faculdade de Filosofia de Marília, onde a associação deu seus primeiros suspiros no encontro de 1961, relatava a inércia do Presidente Eremildo Vianna e a não realização do III Simpósio, previsto para 1963 em Fortaleza, e assim, com o peso de ter sido ele o autor da moção fundadora, pedia para que Westphalen se posicionasse ao seu lado na tentativa de impedir o iminente esfacelamento da associação (LAPA 11 mai. 1965; WESTPHALEN 25 mai. 1965).

Apesar de ter sido proposta como medida para suprir o isolamento dos professores universitário de História, a troca de cartas indica que os encontros de 1961 (Marília) e 1962 (Curitiba) não foram suficientes para sedimentar uma consciência associativa. O terceiro simpósio acabou acontecendo em Franca, em 1965, como reorganização de um evento local. Não obstante as circunstâncias, renascia ali a associação de historiadores. Westphalen, eleita 1<sup>a</sup> Tesoureira, junto com Eurípedes Simões de Paula, Presidente, e Alice Canabrava, ora como 1<sup>a</sup> Secretária ora como Secretária-Geral, formaram o dito “tripé operacional” da Diretoria (SIMÕES DE PAULA 1973, p. 8).

---

<sup>14</sup> O processo de seleção de uma tradução é uma das operações sociais relacionadas à circulação internacional das ideias. Como objeto de uma seleção é cabível ponderar a razão do interesse em determinadas publicações (BOURDIEU 2002).

Esta alusão aos encaixos dos primeiros anos de existência da associação mostra quão incipiente era o meio historiográfico universitário e como o processo de integração profissional foi lento e trabalhoso. Isto diz muito do lugar da pesquisa naquele momento, um lugar a ser instituído entre os docentes universitários. Ela também nos serve para localizar a presença de Westphalen como agente construtor deste lugar.

A APUH tornou-se um lugar de divulgação de temas de pesquisa, fontes, metodologias, técnicas de análise e debates teóricos. Nesse espaço, Westphalen divulgava os avanços que empreendia com os projetos desenvolvidos na UFPR: imigração e formação populacional; flutuações econômicas no Porto de Paranaguá (servindo-se largamente das teorias dos ciclos econômicos (Juglar, Kondratieff) e de análise estatísticas); formação histórica de Paranaguá; economia do Paraná Tradicional; levantamento de arquivos; técnicas didáticas. Também ministrou cursos<sup>15</sup> e presidiu mesas-redondas.<sup>16</sup> As proposições dos simpósios também facilitavam a participação de Westphalen e do grupo da UFPR, na medida em que, pelo menos até 1977, havia predomínio de temas comumente classificados como pertencentes ao campo da história econômica e social,<sup>17</sup> sugerindo, assim, a aceitabilidade destes domínios na historiografia brasileira.

A historiadora conquistou uma posição de destaque na associação. Da fundação, em 1961, até o IX Simpósio Nacional, em 1977, exercia cargos na Diretoria e gozava de reconhecimento administrativo e intelectual. Após esse ano, ela não mais circulou nos simpósios.

A Assembleia Geral Ordinária do IX Simpósio foi uma das mais "crispantes" (SIMÕES DE PAULA 1979, p. 13-32). Entre os episódios que levaram a tal definição, nos deteremos em dois: participação de professores secundários e estudantes como comunicadores nas sessões de estudos e repúdio aos Estudos Sociais.

A sigla APUH ou ANPUH (a partir de 1971) impunha delimitações de ordem hierárquica; era uma instituição para agregar professores universitários de História. No decurso dos anos, ela começou a incentivar a participação de estudantes e professores secundários, mas na condição de observadores. Em 1977, o número de estudantes já era superior ao dos docentes. O momento era de ressurgimento dos estudantes como força política frente ao governo militar. Na esteira do reavivamento do ativismo político, os professores começavam a se articular em Associações Docentes, e a USP foi a primeira (MOTTA 2014, p. 330-333). Quanto aos professores secundários, havia o acirramento do "problema" dos Estudos Sociais.

Professores de oposição eram localizados entre a USP e a UNICAMP e desde 1973 alguns nomes passaram a crescer como voz opinativa na ANPUH. Tomava identidade uma célula de pesquisadores que tinha interesse em se

<sup>15</sup> *A Crise na Civilização Ocidental* no VIII Simpósio, em 1975.

<sup>16</sup> No IX Simpósio, em 1977, Westphalen coordenou a mesa *A História no Currículo dos Cursos de Graduação das Faculdades de Filosofia*, e foi debatedora na mesa *Os Cursos de Pós-Graduação em História*, sob a coordenação de Canabrava.

<sup>17</sup> Curitiba, 1962 - A propriedade e o uso da terra; Franca, 1965 - Artesanato, manufatura e indústria; Porto Alegre, 1967 - Colonização e Migração; Campinas, 1969 - Portos, Rotas e Comércio; Goiânia, 1971 - Trabalho livre e trabalho escravo; Belo-Horizonte, 1973 - A cidade e a história; Aracaju, 1975 - A propriedade rural; Florianópolis, 1977 - O homem e a técnica.

manifestar contrário à política militar. Ora, parecia inteligente dar voz aos estudantes e professores secundários e assim congregar forças. Neste cenário, Fernando Novais (USP) propôs alterar o estatuto da instituição para que eles assumissem um papel ativo nas sessões, salvo o direito de voto na Assembléia Geral. Westphalen se opôs alegando desobediência ao estatuto vigente, pois, para uma alteração deste porte deveria ser organizada uma assembléia especial convocada com antecedência. Formaram-se, então, duas chapas: “proposta Novais” e “proposta Cecília” (WESTPHALEN 29 ago. 1977). Foram 73 votos a favor da alteração no estatuto, 14 contra e 5 abstenções.

A votação colocou em questionamento os objetivos e o alcance da associação para fora do meio universitário. Para Westphalen, apressadamente a ANPUH se descaracterizava, pois estudantes na condição de aprendizes pouco conseguiriam levar às sessões e a cultura da pesquisa não era regra entre os professores secundários.

De todo modo, sobressai-se a atitude de democratização da ANPUH com a proposta de alteração de seus estatutos justamente no período em que o país vivia “o apogeu da crença na ‘sociedade civil’” (NAPOLITANO 2014, p. 262). Essa contenda, somada às moções de repúdio à censura (MOÇÃO Nº 5 1979, p. 117), denotam o engajamento de grande parte dos associados com o seu presente. Engajamento localizável na história da associação somente em 1977, pois antes predominou o silêncio.

142

Na esteira do ambiente contestatório, promoveu-se uma mesa-redonda sobre Estudos Sociais.<sup>18</sup> Foi a primeira vez que o tema entrou na programação oficial. O repúdio à Lei nº 5.692/71 e suas emendas teve um número expressivo de adeptos e houve consenso de que as opiniões ali expressas deveriam ressoar nas páginas da imprensa (MOÇÃO Nº 7 1979, p. 121). Westphalen, que via na disciplina a possibilidade de integrar as Ciências Sociais que tinham como objeto comum o homem em sociedade e trabalhava em projeto de implantação nas escolas de Curitiba, novamente saiu derrotada (WESTPHALEN *et al.* 1976; 1977; VIANA 2015).

Westphalen ocupou diversos cargos de comando, seja dentro da universidade, seja no governo estadual ou federal. Naquele ano, ela era Diretora do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR e Conselheira do Conselho Federal da Cultura, por nomeação do general Geisel. É possível afirmar que a historiadora tenha alcançado esses postos por suas relações de certa cordialidade com o regime político à época, mas no que se refere aos debates sobre a disciplina na ANPUH ela alegava que seus colegas desconheciam os meandros da legislação e suas críticas eram de ordem ideológica. O debate sobre Estudos Sociais teria sido “quase apenas monólogo da esquerda em favor das lutas democráticas” (WESTPHALEN 9 ago. 1977).

A historiadora relacionava a esquerda ao marxismo e o marxismo a uma ingênua ideia de revolução. Essa percepção, que preza pelo equilíbrio e não

<sup>18</sup> *A História e o Problema dos Estudos Sociais*, sob a coordenação de Eurípedes Simões de Paula. Debatedores: Douglas Monteiro, José Bueno Conti, Francisco Falcon e Ulysses Guariba Neto.

pela ruptura, estava em consonância com a história que aprendeu com Braudel. Segundo François Dosse (2003), um de seus mais contundentes críticos, a sua concepção estrutural ao constranger o homem minorava seu papel como força coletiva. Em alguma medida, a visão de mundo de Westphalen estava pautada na filiação intelectual que fizera.

O Simpósio de 1977 é um marco no percurso intelectual de Westphalen, porque é o marco final de sua circulação na ANPUH, até então seu principal espaço nacional de comunicação do conhecimento.

### Um novo lugar: a SBPH

Westphalen não foi a única voz dissonante em 1977, mesmo que silenciosamente os descontentamentos existiram e se tornaram explícitos na figura de Maria Beatriz Nizza da Silva (1938-). Foi dela a proposição de trabalho conjunto para criar outra associação para contrabalançar a ANPUH:

[...] pensei na criação de uma Associação Brasileira de Historiadores. Vocês lembram do que se passou em Florianópolis. Se não me desliguei da ANPUH foi apenas por consideração para com o Prof. Eurípedes [...] acho que chegou a hora de criarmos uma nova Associação que de modo nenhum implique a relação com alunos e com professores secundários, a menos que estes sejam historiadores, isto é, tenham pesquisa histórica original publicada em tese, artigo ou livro. Vocês reparem: a ANPUH marginaliza uma série de historiadores que não são professores universitários. Basta lembrar aqui em São Paulo os historiógrafos do Instituto de Estudos Brasileiros ou do Museu Paulista; e no Rio então muitos exemplos há. Por outro lado marginaliza jovens pesquisadores com teses de Mestrado ou de Doutorado que ainda não estão inseridos numa Universidade (NIZZA DA SILVA 8 mar. 1978).

143

O ímpeto de Nizza da Silva se intensificou após a sua nomeação como Titular de Teoria e Metodologia da História da USP, em 1980, de cujo concurso Westphalen foi da comissão julgadora.<sup>19</sup> A ANPUH é um dos observatórios da construção do laço acadêmico entre elas, nos simpósios elas se encontravam constantemente. Nizza da Silva também circulou pelo Programa de Pós-Graduação da UFPR, a partir de 1974 e em diferentes anos, ela ministrou disciplinas sobre história social. Poderíamos falar de uma empatia pela similaridade de seus perfis: mulheres operosas, líderes austeras, com boa rede de sociabilidade nacional e internacional.

A carta convite que Nizza da Silva enviou à Westphalen, extensiva à Balhana, sugeria uma estratégia de agrupamento: convocar os que se sentiam marginalizados pela ANPUH, desde que fossem ativos na produção científica. Entre

<sup>19</sup> Nizza da Silva percorreu um caminho interdisciplinar em sua formação intelectual, ela se licenciou em Ciências Históricas e Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1961), na USP defendeu tese de doutorado em Filosofia (1967) estudando a metodologia da história do pensamento do filósofo português Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1848); direcionando-se à disciplina História e à história da cultura brasileira no Rio de Janeiro colonial, defendeu sua tese de livre-docência em Teoria da História na USP (1973), quando mobilizou referenciais da linguística, da antropologia, da sociologia da cultura, da filosofia e da história. O livro *Teoria da História*, antologia que organizou em 1976, traz textos que discutem problemas teóricos acerca da prática historiográfica em tempos em que esta questão era de segunda ordem e marca muito das suas escolhas na composição de sua produção intelectual.

eles, os pesquisadores que integravam os Institutos Históricos e Geográficos, que eram associados à prática amadora da História.<sup>20</sup> Reserva, até bem pouco, partilhada por Westphalen. A flexibilização na postura relaciona-se à criação de seu perfil combativo, e a aposta seria em novas alianças para “retomar” o espaço que se julgava encurtado, a partir de 1977 (WESTPHALEN [ago] 1980).

Aos interessados em filiar-se como sócios-efetivos, a Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH) colocava-se como acolhedora de diferentes correntes teórico-metodológicas, mas estabelecia uma fronteira distintiva ao rejeitar “manifestações de caráter político ou religioso” (WESTPHALEN 11 nov. 1980; ATA 11 de agosto de 1981). Uma alusão clara ao ocorrido na ANPUH.

Com a imagem de que a politização do discurso acadêmico que a ANPUH promovia prejudicava os resultados científicos da pesquisa, veiculou-se que esta havia se tornado um grande sindicato de pouco diálogo acadêmico.<sup>21</sup> Em contrapartida, era possível acusar a SBPH de ser uma sociedade “conservadora/reacionária”, e, mesmo, negacionista de sua responsabilidade ética. Estas figuras de oposição, caricaturais e pouco explicativas, é certo, foram, no entanto, funcionais à época, como se observa na troca de correspondência de Westphalen com os sócios. Na formação destes dois grupos há um ideal de condução da disciplina, uma disputa disciplinar, pouco verbalizada, entre a formação de um perfil de historiador engajado no debate público e um tipo “unicamente” devoto ao “desenvolvimento da pesquisa histórica no Brasil” (WESTPHALEN 11 nov. 1980), em uma aceção de que intervir não seria competência de quem faz ciência.

144

Cabe referir que a criação de outra sociedade não soava unanimemente como postura de afronta e oposição disciplinar, mas sim como caminho natural de um campo em idade madura. Ou seja, há de se ter cautela com a generalização para todos os sócios dos combates pessoais (que são também epistemológicos) próprios às idealizadoras.

Para seguir com o empreendimento foi preciso mobilizar um grupo. Como sócios fundadores, encontramos:

Arlinda Rocha Nogueira (IEB); Heloísa Belloto (IEB); José Eduardo Marques Mauro (IEB); Luci M. Hutter (IEB); Rosemarie E. Horch (IEB); Myriam Ellis (USP, IEB e Museu da Casa Brasileira); José Sebastião Witter

<sup>20</sup> Em 1981, Canabrava, Presidente da ANPUH, publicou um texto com um duplo objetivo: lançar a *Revista Brasileira de História*, que seria vinculada à associação, e fazer um balanço da trajetória da ANPUH. Nele, apesar de reconhecer a contribuição dos autodidatas, integrantes dos institutos históricos e geográficos, ela claramente os relacionava a um tipo de casta superior, as elites. Segundo Canabrava, a ANPUH vinha mudar esse quadro e assim inibia o amadorismo (CANABRAVA 1981, p. 4).

<sup>21</sup> Questionado sobre essa imagem, Estevão de Rezende Martins, sócio fundador da SBPH, testemunhou: “Essa imagem é a imagem clássica que foi dada na época, como forma de justificar a razoabilidade de criar a SBPH, e na realidade a ANPUH, no período do regime militar que se estendeu até 1985, e mesmo as associações científicas como a SBPC ou associações profissionais como a OAB, adquiriram um viés sindical sim. E adquiriram um viés político partidário também. Certas pessoas entenderam que isso era um desvirtuamento das finalidades, dentre as quais as principais inspiradoras e fundadoras da SBPH, Cecília, Altiva e Maria Beatriz. Eu entendia de uma forma um pouco mais...liberal, e dada as circunstâncias políticas do país, essa partidarização e essa sindicalização, que não poderiam ser permanentes, eram pelo menos compreensíveis. Mas haviam os que consideravam que o viés de esquerda ou revolucionário era absolutamente intolerável, e por conseguinte, numa espécie de ilusão sobre a neutralidade metódica da ciência de uma herança truncada de Max Weber, achavam que uma sociedade que reunisse só pesquisadores estaria imune a essa partidarização, a essa sindicalização” (MARTINS 2016).



(Arquivo do Estado de São Paulo); Odilon Nogueira de Matos (Academia Paulista de História, PUC Campinas); Célio Debes (Academia Paulista de História; IHGSP); Lycurgo dos Santos Filho (IHGSP); Maria Beatriz Nizza da Silva (USP); Aida M. Lavalle (UEPG); Olympio Westphalen (UEL); Altiva Balhana (UFPR); Cecília Westphalen (UFPR); Márcia Graf (UFPR); Odah G. Costa (UFPR); Oksana Boruszenko (UFPR); Arno Wehling (IHGB, UFRJ e Universidade Gama Filho); Darcy Damasceno (Biblioteca Nacional); Francisco de Assis Barbosa (Fundação Casa Rui Barbosa); Consuelo Pondé de Sena (UFBA); José Calans Brandão da Silva (UFBA); Renato Berbet de Castro (Conselho Estadual de Cultura da Bahia); Norma Goes Monteiro (UFMG); Mitiko O. Kehdy (UFMG); Earle Diniz Macarthy Moreira (UFRGS); Estevão C. de Rezende Martins (UnB); Maria Augusta Sant'Ana de Moraes (UFG); Walter Piazza (UFSC) (BOLETIM INFORMATIVO Nº 1 out. 1981).

Como haviam planejado, a sociedade abrangeria diferentes instituições e de diversas regiões do país. Tática para facilitar a divulgação e a mobilidade das reuniões, pois os encontros eram itinerantes e aconteciam anualmente, e configuração de outro elemento distintivo: alcançar núcleos de pesquisa desvinculados da docência universitária. A I Reunião Anual ocorreu em São Paulo, no Museu da Casa Brasileira, em 1981, ano de sua fundação. Como a primeira, todas as demais reuniões aconteceriam “fora” da universidade, acentuando seu caráter de zona neutra.

A SBPH não estabelecia temas para nortear as sessões de comunicação, a intenção era diagnosticar as linhas de pesquisa em curso. A forma de organização mantinha relativa estabilidade: duas ou três mesas-redondas, duas ou quatro conferências, comunicações divididas em grandes áreas (História Geral, História da América, História do Brasil, História Regional, Arquivos e Fontes, Metodologia e, às vezes, Historiografia) e, não assiduamente, painéis temáticos, geralmente relacionados aos centros de documentação.

As mesas-redondas assumiam papel central; refletiam o esforço de Westphalen e Nizza da Silva em mapear áreas de interesse da produção nacional para indicar suas lacunas e deficiências, em colocar em debate territórios de investigação com suas fontes, metodologias e técnicas e trazer à sociedade as datas comemorativas.

Já as conferências apresentam uma particularidade interessante. Das 64, somente 21 foram proferidas por brasileiros (11 foram de Nizza da Silva). Embora a procedência tenha sido variada,<sup>22</sup> havia um diálogo acentuado com franceses, norte-americanos e portugueses. O internacionalismo foi outra marca de distinção da SBPH e está relacionado à movimentação da rede de

<sup>22</sup> Miriam H. Pereira (Universidade de Lisboa), Alain Bideau (Universidade Lumière Lyon 2), Charles-Oliver Carbonell (Comissão Internacional de História da Historiografia), Ronald Hubscher (Universidade de Amiens), Adeline Daumard (Universidade Paris I), Jörn Rüsen (Universidade de Bochum), Jürgen Kocka (Universidade de Bielefeld), Peter Burke (Universidade de Cambridge), David Higgs (Universidade de Toronto), Muriel Nazzari (Universidade de Indiana), Manuel Pinto dos Santos (Universidade Nova de Lisboa), Elizabeth Kuznesof (Universidade do Kansas), Arthur Imhof (Universidade Livre de Berlim), Jorge Couto (Universidade de Lisboa), Karl Acham (Universidade de Graz), Avella Nello Angelo (Universidade de L'Aquila), Marianne Wiesebron (Universidade de Leiden); Ângela Domingues (Instituto de Investigação Científica Tropical/Lisboa), Avelino de Freitas de Menezes (Universidade dos Açores), Jean-Pierre Blay (Universidade de Paris I), Mary Karasch (Universidade de Oakland), Modj-ta-ba Chuo (Universidade de Tóquio), Alida Metcalf (Universidade de Trinity), Olivier Zeller (Universidade de Lumière Lyon II), Bourbacar Barry (Universidade de Dakar), Bert Barickman (Universidade do Arizona).



sociabilidade de Nizza da Silva e Westphalen e a abertura historiográfica que desejaram conferir à SBPH. Orientação presente também na *Revista da SBPH*, lançada em 1983.<sup>23</sup>

Quanto à produção intelectual de Westphalen, observamos algumas experimentações e o desenvolvimento de uma visão cataclísmica sobre o ensino universitário e o direcionamento da pesquisa. O que estamos nomeando como experimentações são temáticas que não se originaram dos projetos propostos na UFPR a partir de 1959. Assim, surgiram textos de análises historiográficas, pesquisas sobre a atuação da juventude brasileira nos movimentos da Abolição e da proclamação da República; sobre ideias positivistas e movimentos sócio-políticos brasileiros do final do século XIX e início do XX; sobre a repercussão da Revolução Francesa no Paraná; sobre a imagem da França que a imprensa paranaense recortou na figura do general De Gaulle durante 1940-1944; sobre níveis de riqueza de grupos de elite, constituição e transmissão de patrimônio, e seus modos de vida (lazer e festas); e sobre modernidade e urbanização.

A perspectiva temporal das pesquisas foi uma de suas inquietações. Westphalen, assim como Nizza da Silva, vinha se manifestando sobre o "excessivo interesse pela história imediata" entre os alunos de pós-graduação. Não se trata de uma militância contra esse direcionamento (ela mesma trabalhou com recortes recentes), mas sim de detecção, segundo ela, do abandono do trabalho árduo com os arquivos e da crítica histórica em benefício de conclusões precipitadas e de "sabor jornalístico" (WESTPHALEN 1991). Esta avaliação pessimista relaciona-se com a dita inconsistência do ensino de História Geral (Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea), com a concentração das pesquisas no Brasil republicano, e a formação de alunos deficientes em cultura geral.<sup>24</sup>

146

Havia uma proliferada desconfiança quanto à acentuada preocupação sociológica como motor das escolhas de temáticas de pesquisa, aliada a um engajamento desejoso de promover efeitos rápidos a partir da interpretação imediata dos fatos (NIZZA DA SILVA 1984, p. 208).

Na entrada do III Milênio,<sup>25</sup> um quadro obscuro foi pintado por Westphalen no caminhar de sua velhice e o seu principal espaço de manifestação foi a SBPH, lugar onde permaneceu como Presidente até 1999. Ela sucedeu Nizza da Silva em 1990, devido a sua partida para Portugal. Com o agravamento de seus problemas de saúde e o estado crítico de Alzheimer de Balhana, à qual direcionava seus cuidados, o ritmo de suas atividades foi diminuindo e o bastão foi passado para Márcia Graf, sua ex-aluna que se doutorou na USP sob orientação de Nizza da Silva. E, ao que tudo indica, após o seu falecimento a sociedade não se manteve por longo tempo, e, em torno de 2005 e 2008 ela findou.

<sup>23</sup> Conforme o acervo disponível no Arquivo Público do Paraná, a revista parece ter sido editada até 2002, totalizando 23 números. Em todos, a Comissão Editorial contou com colaboradores estrangeiros. A revista também foi o lugar onde circulou a produção dos sócios correspondentes (estrangeiros), seja pela publicação de artigos, seja por resenhas das obras que enviavam à SBPH.

<sup>24</sup> Cecília Westphalen organizou na XI Reunião, em 1991, a mesa-redonda "Situação da pesquisa em História Geral" que contou com a participação de Pedro Paulo Abreu Funari (UNESP), Maria Sonsoles Guerras (UFRJ) e Sandra Brancato (PUC/RS).

<sup>25</sup> A tríade "História, historiador e III Milênio" foi tema de duas mesas-redondas, em 1997 e 1999. Alguns textos foram publicados nos números 13 e 16 da *Revista da SBPH*.

## Considerações finais

Maneiras de se fazer história e de se dizer historiador estão em constante negociação no campo historiográfico. Westphalen construiu seu modo de ser historiadora filiando-se a um tipo de prática específica, a história econômica e social quantitativa *à la Annales*. Formando redes de estudos em diferentes lugares de produção do discurso histórico, UFPR, EPHE, ANPUH e SBPH, divulgou e militou por essa forma de fazer história. Compreendendo-a como científica e livre de ideologias políticas; esse tipo de prática seria capaz de consolidar o status acadêmico da pesquisa histórica no Brasil.

Em 1998, a historiadora, aposentada da universidade e com o enfraquecimento interno de sua figura pelos novos grupos que se formavam no DEHIS, fora do maior espaço de circulação acadêmica, a ANPUH, e tendo como principal reduto a SBPH, com poder de alcance mais reduzido, publicou *Porto de Paranaguá, um sedutor*, a materialização do seu processo de aprendizagem da prática. Passados dois anos, relançou, com tímida revisão, a sua abandonada tese de cátedra sobre Carlos V.

O mesmo campo historiográfico que admitia, no final do século XX, a valorização da ação e a subjetividade dos indivíduos, parecia reticente à análise ancorada na história econômica quantitativa, desenvolvida com a potencialidade dos *softwares* e com pose de objetiva. Com o progressivo desamor ao quantitativo, a obra, que simboliza uma vida dedicada ao estudo do porto e suas flutuações econômicas, não obteve a almejada receptividade, a despeito do esforço em aproximar-se dos homens e do entendimento da história marítima brasileira. Contribuição, talvez, um pouco tardia, algo como uma obra “fora de lugar” em meio aos outros tipos de escrita da história que então dominavam.

147

## Referências bibliográficas

- ATA da Reunião de Fundação da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, realizada em 11 de agosto de 1981. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- BERTIN, Jacques. **A neografia e o tratamento gráfico da informação**. Curitiba: UFPR, 1986.
- BOLETIM INFORMATIVO Nº. 1. São Paulo: SBPH, out. 1981. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná.
- BOURDIEU, Pierre. As condições sociais da circulação internacional das idéias. **Enfoques**, v. 1, n. 1, p. IV-XV, 2002.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- CANABRAVA, Alice P. A Associação Nacional dos Professores Universitários de História. **Revista Brasileira de História**, v. 1, n. 1, p. 1-11, 1981.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

- DOSSE, François. O traje novo do presidente Braudel. In: LOPES, M. A. (Org.). **Fernand Braudel: tempo e história**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 34-55.
- FURET, François. **A oficina da história**. Lisboa: Gradiva, [1986].
- \_\_\_\_\_; DAUMARD, Adeline. Méthodes de l'Histoire sociale: les Archives Notariales et la Mécanographie. In: **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, ano 14, n. 4, p. 676-693, 1959.
- GUIMARÃES, Manoel L. S. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. **Ágora**, v. 11. n. 1, p. 31-47, 2005.
- HARTOG, François. **O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.
- HENRY, Louis. **Técnicas de Análise em Demografia Histórica**. Tradução Altiva Pilatti Balhana e Jayme Antônio Cardoso. Curitiba: Ed. UFPR, 1977.
- INFORMATIONS BIBLIOGRAPHIQUES. **Revue française de science politique**, [S.I.], ano 8, n. 4, p. 982, 1958.
- LAPA, José R. do Amaral. Carta a Cecília Westphalen. Marília, 11 mai. 1965. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- 148 MACHADO, Daiane V. "Pas de chiffres, pas d'histoire:" a construção do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPR. In: PRIORI, Angelo (Org.). **História do Paraná: novos caminhos e novas abordagens**. Curitiba: CRV, 2016b, p. 235-255.
- \_\_\_\_\_. **Por uma "ciência histórica"**: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2016a.
- MARCHI, Euclides. et al. Trinta anos de historiografia: um exercício de avaliação. **Revista Brasileira de História**, v. 13, n. 25/26, p. 133-141, 1992/1993.
- \_\_\_\_\_. Relendo nossos mestres. **Ciências Humanas**, n. 4, p. 37-53, 1995.
- MARTINS, Estevão C. de R. **Estevão Chaves de Rezende Martins: depoimento** [abr. 2016]. Entrevistadora: Daiane Machado. Skype, 2016.
- MOÇÃO Nº 5. SIMPÓSIO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – ANPUH, IX, 1977, Florianópolis. **Anais...** São Paulo: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, 1979, p. 117-118. 1v.
- MOÇÃO Nº 7. SIMPÓSIO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – ANPUH, IX, 1977, Florianópolis. **Anais...** São Paulo: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, 1979, p. 121. 1v.
- MOTTA, Rodrigo P. S. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

- NAPOLITANO, Marcos. **1964. História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.
- NIZZA DA SILVA, Maria B. (Org.). **Teoria da História**. São Paulo: Cultrix, 1976.
- \_\_\_\_\_. Carta a Cecília Westphalen. São Paulo, 8 mar. 1978. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 3.
- \_\_\_\_\_. Rumos da pesquisa histórica no Brasil. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRIA (SBPH), III, 1983, Brasília. **Anais...** São Paulo: SBPH, 1984, p. 207-210.
- NOIRIEL, Gérard. **Sur la "crise" de l'histoire**. Paris: Gallimard, 2005.
- RAMOS, Igor G. **Genealogia de uma operação historiográfica: Edward Palmer Thompson, Michel Foucault e os historiadores brasileiros da década de 1980**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.
- RICHARD, Jean. Un 'Charles-Quint' Brésilien. **Annales de Bourgogne**, p. 223-224, 1958.
- ROBERT, Ricard. Cecília María Westphalen, Carlos-Quinto 1500-1558, seu Império universal. **Bulletin Hispanique**, v. 60, n. 4, p. 564-565, 1958.
- SILVA, Helenice R. da. **Fragmentos da história intelectual: Entre questionamentos e perspectivas**. Campinas: Papyrus, 2002.
- ROIZ, Diogo da S. **Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968)**. Curitiba: Appris, 2012.
- SIMÕES DE PAULA, Maria R. da C. R. Introdução. SIMPÓSIO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – APUH, VI, 1971, Goiânia. **Anais...** São Paulo: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, 1973, p. 7-25.
- \_\_\_\_\_. IX Simpósio de História, mudanças estruturais (Florianópolis, 1977). In: SIMPÓSIO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – ANPUH, IX, 1977, Florianópolis. **Anais...** São Paulo: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, 1979, p. 13-32.
- SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; \_\_\_\_\_. (Dir.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 259-279.
- \_\_\_\_\_. Os intelectuais. In: RÉMOND, Réne. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 2003, p. 231-269.
- VIANA, Iêda. A intervenção de intelectuais na reforma educacional do governo militar: discursos e práticas nas escolas municipais de Curitiba. **Antítese**, v. 8, n. 15, p. 243-268, 2015.
- WESTPHALEN, Cecília. 1ª CIRCULAR SBPH. Curitiba, 11 nov. 1980. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.

- \_\_\_\_\_. **Carlos-Quinto, 1500/1558**: seu Império universal. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1955.
- \_\_\_\_\_. Carta a Altiva Pilatti Balhana. Colônia, 29 nov. 1958. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- \_\_\_\_\_. Carta a Altiva Pilatti Balhana. Paris, 7 abr. 1970. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- \_\_\_\_\_. Carta a Altiva Pilatti Balhana. Paris, 21 abr. 1970. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- \_\_\_\_\_. Carta a Altiva Pilatti Balhana. Paris, 24 jun. 1970. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- \_\_\_\_\_. Carta a Fernand Braudel. Curitiba, 1 out. 1962. Coleção Fernand Braudel. Institut de France.
- \_\_\_\_\_. Carta a Fernand Braudel. Curitiba, 3 dez. 1963. Coleção Fernand Braudel. Institut de France.
- \_\_\_\_\_. Carta a Fernand Braudel. Curitiba, 5 mai. 1964. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- \_\_\_\_\_. Carta a Jayme A. Cardoso. Curitiba, 29 ago. 1977. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- \_\_\_\_\_. Carta a José Roberto do Amaral Lapa. Curitiba, 25 mai. 1965. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- \_\_\_\_\_. Carta a Maria Beatriz Nizza da Silva. Curitiba, [ago] 1980. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- \_\_\_\_\_. Carta a Mba de Ferrante. **Boletim do Arquivo Estadual do Paraná**, Curitiba, n. 17, p. 33-42, 1985.
- \_\_\_\_\_. Carta a Sergio O. Nadalin. Curitiba, 9 ago. 1977. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa não identificada.
- \_\_\_\_\_. *et al.* Ata da reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 2 de dezembro de 1964 [registrando sua constituição em princípios de maio de 1959]. **História - Questões & Debates**, n. 50, p. 285-315, 2009.
- \_\_\_\_\_. *et al.* **Estudos Sociais a partir da Longa Duração**. Curitiba: Ed. UFPR, 1976.
- \_\_\_\_\_. *et al.* **Estudos Sociais a partir da Longa Duração**. Relatório nº 3. Curitiba: UFPR, 1977.
- \_\_\_\_\_. História e Contemporaneidade. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRIA (SBPH), X, 1990, Curitiba. **Anais...** Curitiba: SBPH, 1991, p. 59-60.
- \_\_\_\_\_. O Pôrto de Paranaguá no ano de 1826. Estudo de micro-conjuntura. **Boletim da Universidade do Paraná**, Departamento de História,

Curitiba, n. 2, dez. 1962.

\_\_\_\_\_. **Pequena História do Paraná.** São Paulo: Melhoramentos, 1953.

\_\_\_\_\_. **Porto de Paranaguá, um sedutor.** Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1998.

WILLE, José. **Memória paranaense:** entrevista com Cecília Westphalen. Curitiba: Nossa Cultura, 2010, v. 6.



# La imaginación cliométrica: una lectura narrativista de *Coacción y mercado* de E. Tandeter

The cliometric imagination: A narrativist reading of *Coercion and Market* by E. Tandeter

---

**Nicolás Lavagnino**

nicolaslavagnino@gmail.com

Investigador en el Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas

Docente en la Universidad de Buenos Aires (UBA)

Puan 480, 4º, of. 431

1406 - Buenos Aires

Argentina

---

## Resumen

El presente artículo tiene por objeto interpelar la operación historiográfica, el quién y el cómo de la escritura de la historia, tomando como marco -si bien con algunas reformulaciones y radicalizaciones- la teoría narrativista del discurso historiográfico propuesta por Hayden White en su obra *Metahistoria*. La propuesta aquí consiste en aplicar el marco narrativista a un soporte textual que representa, hasta cierto punto, el paradigma de la obra historiográfica "profesional" de fines del siglo XX en Argentina: el libro *Coacción y mercado. La minería de la plata en el Potosí colonial, 1692-1826*, de Enrique Tandeter. El propósito es doble: iluminar algunos aspectos de la operación historiográfica en curso en *Coacción [...]* y, al mismo tiempo, señalar algunas de las limitaciones del enfoque narrativista tal como White lo presenta.

152

## Palabras clave

Hayden White; Narrativa historiográfica; Operación historiográfica.

## Abstract

This article aims to consider the historiographical operation, the question on who and how history can be written, taking as its theoretical frame -with some reformulations and developments - the narrativist theory of historiographical discourse proposed by Hayden White in his masterpiece *Metahistory*. The proposal here is to apply the narrativist framework to a textual base which represents, to some extent, the paradigm of the "professional" historiographical work of the late twentieth century in Argentina: the book *Coacción y mercado. La minería de la plata en el Potosí colonial, 1692-1826*, by Enrique Tandeter. The purpose is twofold: to illuminate some aspects of the historiographical operation at stake in *Coacción [...]* and at the same time to point out some of the limitations of whitean narrativist approach.

## Keywords

Hayden White; Historical narrative; Historiographical operation.

---

Recibido el: 21/10/2016

Aceptado el: 5/12/2016

---

\* La presente investigación ha contado con el financiamiento de UBA-CONICET (Argentina).

Todo está horadado como un cascabel, y las Labores antiguas y modernas son tantas que se cruzan por lo interior de sus entrañas como los vacíos de una esponja [...] [y] [...] cada uno trabaja donde puede, siguiendo la Labor en que se metió, sin saber de quién es, ni dónde se halla”  
(Correspondencia de Manrique a Sanz *apud* TANDETER 1992, p. 232).

### Revisitando la poética de la historia

A la hora de considerar la escritura y la operación historiográfica una de las fuentes teóricas habituales en las últimas décadas es Hayden White (WHITE 1992), quien desde *Metahistoria* en adelante ha postulado una teoría consistente y desafiante a la hora de concebir el discurso de la historia. El objetivo de la recuperación de esta teoría en este artículo es la aplicación de ese marco a un texto que puede ser considerado como uno de los paradigmas de la obra historiográfica “profesional” de fines del siglo XX en Argentina: el libro *Coacción y Mercado. La minería de la plata en el Potosí colonial, 1692-1826*, de Enrique Tandeter. Los resultados que se proponen con ello van en una doble dirección: por un lado enfocar los rasgos propios de la operación historiográfica en curso en *Coacción...* y, al mismo tiempo, enfatizar aspectos críticos habitualmente pasados por alto del enfoque narrativista de White.

En cuanto a lo primero es de notar que por su mismo sesgo dentro de la profesión el libro de Tandeter -en sí mismo un modelo de historia serial y cuantitativa basada en primera instancia en el análisis estadístico de fuentes- pareciera estar en las antípodas de una eventual relectura narrativizante. Encontrar, por tanto, el registro funcional de las operaciones tropológicas y narrativas dentro de la misma operación historiográfica supone un desafío doble. Por un lado implica cuestionar el *contrato de lectura* establecido en el texto (ECO 1996), que orienta al lector especializado en la decodificación de un texto que supuestamente “no narra”, en tanto parece requerir para su inteligibilidad de la operación de otros soportes -en teoría mayormente no narrativos-. La hipótesis aquí es que esos otros soportes lejos de cuestionar la narratividad del texto le dan carnadura.

Por el otro hacer emerger analíticamente este nivel operacional toma prudente distancia de cualquier fácil criticismo que pudiera hacerse a partir de esta emergencia (BARTHES 1971, p. 28): lejos de igualar la operación historiográfica a cualquier visión reduccionista de la literatura, la narración o la ficción, este registro de operaciones permite entender tanto la inteligibilidad de la operación historiográfica como su especificidad y eficacia. En este sentido el registro de operaciones discursivas no es el trampolín desde el cual saltar a un criticismo disciplinar genérico, sino más bien una vía de entrada, entre otras, a las densidades y complejidades operacionales del discurso historiográfico como acto comunicativo y epistémico.

De allí que, en cuanto a lo segundo, el análisis de la complejidad de un texto historiográfico contemporáneo permite iluminar algunos aspectos endebles de la habitual recuperación del marco whiteano (ANKERSMIT 2005; KUUKKANEN 2015; RUNIA 2006). Y esto se lleva a cabo con vistas no a abandonar el marco sino

paradójicamente con la intención de profundizarlo en cuanto ejercicio analítico. La hipótesis aquí es que la puesta en acto de la teoría permitirá apreciar algunas de las falencias de la misma y, eventualmente, corregirla.

Ahora bien, un rasgo peculiar del marco considerado es que desde las originales postulaciones whiteanas en adelante, por regla general el objeto textual al cual se ha aplicado la teoría (para endosarla o criticarla) ha consistido o bien en las obras de "grandes autores" del pasado disciplinar, mayormente los clásicos del siglo XIX -Ranke, Michelet, etc., tal la opción del propio White (WHITE 1978; 1992; KELLNER 1989), o bien se ha trabajado con textos enmarcados en temáticas específicas concernientes a la literatura historiográfica y testimonial sobre el Holocausto y otros acontecimientos "límite" o "modernistas" (FRIEDLANDER 2007; WHITE 1987; 1999).

Ante esto es particularmente notable que el análisis de White se centra en un período clave de la articulación disciplinar, el momento en que las prácticas y saberes propiamente historiográficos se institucionalizan y pretenden realizar una purga de todos aquellos elementos que buscaban mantener abierto figurativamente un pasado para todos aquellos que pretendieran abordarlo. La domesticación del pasado (lo que White denomina su *desublimación*; WHITE 1987, p. 75) es parte inherente de la articulación en el lenguaje ordinario de los historiadores de ciertos protocolos de significación que, para fines del siglo XIX o comienzos del siglo XX ya se encuentran instaurados.

154

En el curso de las décadas desde *Metahistoria* en adelante, la estructura de la propuesta whiteana no se ha alterado en lo sustancial, configurando una suerte de ecuación: teoría tropológico-retórico-poética de la historia + análisis puntuales de obras consideradas liminales (ya no clásicos en sentido estricto, pero sí obras que permiten enmarcar los contornos de realidades históricas diversas que desafían los límites disciplinares) + llamamiento disciplinar "crítico". Quizás lo que obras recientes como *The practical past* (WHITE 2014, p. xiv) permiten entrever es el creciente desencanto de White, la idea de que el llamamiento no será atendido, y de allí lo que parece en su última obra una condena *in toto* a la disciplina por su manifiesta incapacidad o renuencia de aceptar aquello a lo que se la invitaba cuatro décadas atrás.

En suma, si bien el análisis del curso de la obra whiteana y la evaluación de sus méritos y dificultades es materia de otro análisis, por regla general el punto de vista aquí asumido es que la teoría es fértil y válida, pero paradójicamente ha sido notoriamente desatendida por seguidores y detractores de la misma<sup>1</sup>, en la medida en que White se ha enredado en el curso del tiempo en discusiones cada vez más vastas, genéricas y, en cierto sentido, empobrecedoras.

Revisitar "la poética de la historia" nos exige concentrarnos en el núcleo de su apuesta conceptual: ¿cómo opera el historiador? ¿Cómo funciona el lenguaje y el discurso historiográfico? ¿Qué peculiaridades y especificidades tiene en el ámbito de la comunicación orientada cognitivamente? Las respuestas que se irán

<sup>1</sup> Una notable excepción sería Wulf Kansteiner, en particular su recensión de las dificultades teóricas presentes en White, así como también sus análisis de la obra historiográfica sobre el Holocausto de Saul Friedlander (KANSTEINER 1993; 2009).

desgranando a lo largo de este texto (el historiador opera tropológicamente; el lenguaje historiográfico pone en acto operaciones funcionales específicamente narratológicas; esas operaciones tienen por rasgo distintivo *el modo* en que se hilvanan en el discurso funciones heterogéneas con la finalidad de atender a las pretensiones epistémicas del “artefacto historiográfico”) suponen entonces recuperar el marco whiteano pero, a la vez, para tomar una prudente distancia de White, si es que hemos de evaluar la teoría, considerarla en sus limitaciones y virtudes, con miras a -en algún sentido- radicalizarla en pos de convertirla en un vehículo de análisis relevante del discurso y las operaciones historiográficas.

### **Operaciones historiográficas**

Publicado en 1992, como resultado según su autor de una labor de veinte años, *Coacción y Mercado* puede ser considerado como un clásico de la historiografía académica argentina contemporánea desde el momento mismo de su aparición. Traducido rápidamente al inglés y al francés, premiado a repetición en el curso de la primera mitad de la década de los noventa, considerado por muchos un texto capaz de exhibir la profesionalización definitiva en el ámbito de los estudios historiográficos actuales, *Coacción y mercado*, se presenta así como un artefacto de notable eficacia e impacto en su dominio. En este sentido, para comprender su eficacia es necesario comprender primero al texto en su contexto o, mejor, al sistema historiográfico narrativo forjado por Tandeter en *Coacción y mercado* en su punto de acoplamiento con el entorno historiográfico, político y social del cual emerge.

155

#### *a) El texto en su contexto*

Es por demás notorio que en apenas siete párrafos, los que componen la introducción al libro, Tandeter condensa un cúmulo de referencias contextuales que apenas pueden ser reconstruidas por el lector no avisado. En efecto, tratándose de un libro dedicado a un aspecto de la historia económica del mundo andino durante el período colonial, podría esperarse una mención del debate en torno a los modos de producción en América Latina, la polémica entre André Gunder Frank y Rodolfo Puiggrós (FRANK 1965; AAVV 1973), las tesis circulacionistas en boga durante las décadas del sesenta y el setenta, y las discusiones suscitadas por el debate Sweezy-Dobb o Perry Anderson en torno a las formas de transición del feudalismo al capitalismo (ANDERSON 1979).

Ciertamente internarse en este debate apasionante insumiría demasiado tiempo y espacio, además de que ya ha sido estudiado ampliamente. En todo caso conviene precisar en este punto que los primeros artículos de Tandeter están orientados a realizar un balance crítico de estos debates: en 1975 publica un artículo concerniente a la circulación monetaria rioplatense (TANDETER 1975), y un año después dedica un artículo al análisis de la dominación colonial en el cual lo que puede reconocerse es la crítica del autor a lo que considera el defecto principal del entero debate: el predominio de la taxonomía clasificatoria, la generalidad y la vaguedad por sobre la investigación histórica de una realidad histórica concreta y contextualizada (TANDETER 1976, p. 160).

El complejo contexto de una obra como *Coacción y mercado* incluye no solamente las vicisitudes teóricas de la época, sino también las políticas y biográficas que llevaron a su autor al exilio durante la Dictadura en la Argentina. Con el retorno de la democracia en 1983, Tandeter volvió al país, donde se consolidó como una figura prominente en la historiografía académica. Su integración disciplinar fue de tal grado que Tandeter es considerado, aún hoy, uno de los integrantes de la camada de historiadores que en la década del 80 encararon cierta idea de la profesionalización y "modernización" requerida por la historiografía en la Argentina. De hecho *Coacción y mercado* fue publicado en 1992 por la Editorial Sudamericana, en el marco de la colección "Historia y cultura" dirigida por Luis Alberto Romero. A fines de esa década dirigió brevemente el Archivo General de la Nación. Falleció en 2004.

*b) Segmentaciones de dominio contrapuestas*

Desde un punto de vista narratológico la forma en la que Tandeter incorpora el contexto denso reconstituido parcialmente en la sección precedente es notable: en apenas un párrafo, el primero de la introducción (TANDETER 1992, p. 9), se encuentra una única referencia a Gunder Frank, a los debates sobre los modos de producción, las diversas renovaciones historiográficas en la Argentina (mencionando a José Luis Romero) y dos notas a pie con referencias bibliográficas de artículos propios en los cuales evalúa las polémicas historiográficas y políticas concernientes al período colonial.

156

Las tribulaciones propias de la investigación ocupan los siguientes tres párrafos. La narración nos muestra a un investigador que va viendo desafiadas sus iniciales intuiciones respecto del objeto que pretende abordar: si el tema inicial era la circulación monetaria en el Río de la Plata en el siglo XVIII (TANDETER 1992, p. 9), las discrepancias de las fuentes lo obligan a inmiscuirse en el problema de la tendencia de largo plazo de la producción de plata en Potosí.

Adicionalmente encuentra un problema con las fuentes y la historiografía que le antecedió: mientras "la historiografía argentina repetía acríticamente" lo que Ricardo Levene había sostenido en sus investigaciones décadas atrás, basándose en un fiscal de la Audiencia de Charcas, Victorián de Villava -de quien Moreno había sido alumno-, Tandeter encontraba en los testimonios de Francisco de Paula Sanz y su asesor Pedro Vicente Cañete una visión radicalmente opuesta (TANDETER 1992, p. 10). El problema radicaba en que mientras Villava había trazado un mapa tétrico de la minería potosina de fines del siglo XVIII, en el marco de una aguda polémica en la que criticaba la legitimidad del trabajo forzado, Paula Sanz y Cañete se contaban entre los instrumentadores de las reformas borbónicas y, como burócratas ilustrados, habían intentado relanzar la minería potosina intensificando la *mita* en Potosí. Villava, al estar emparentado con Moreno y el ideario emancipador, era tenido por fuente fidedigna a la luz de la interpretación de Levene.

Ciertamente Paula Sanz y Cañete "gozan de muy mala prensa en la historiografía argentina por haber defendido tanto el trabajo forzado indígena, como, más tarde, la posición realista frente a los primeros patriotas de Buenos

Aires" (ibídem). Sin embargo el punto de arranque de *Coacción y mercado* es que "entre masas de retóricas y medias verdades" encontramos no en Villava sino en Sanz y Cañete una mejor aproximación a la originalidad y problemática concreta de la minería potosina.

Lo relevante en esta operación es la segmentación de dominio que realiza: los debates previos -incluyendo las muy relevantes contribuciones de autores como Assadourian que informan su recorrido conceptual; ASSADOURIAN 1982-son obliteradas completamente, con excepción de una muy breve mención. La intervención de Tandeter aparece como el término faltante en una línea de tres términos precedentes: Levene es asociado a Villava, que a su vez remite a Moreno. Levene, a su turno, representa a "la historiografía argentina". A su vez el develamiento del error de Levene implica la originalidad y pertinencia de la posición historiográfica de Tandeter: lo que se impugna en la página 10, y de allí en más enmarca toda la obra, es el defecto de la asociación metonímica de contigüidad que lleva de Levene, flecha del tiempo atrás, a Villava, pasando por Moreno.

Esto es, en apenas tres párrafos Tandeter ha enmarcado la clave desde la cual se deben leer las otras 313 páginas: el contexto amplio de la operación textual, repleto de tribulaciones, condensaciones de sentido, activaciones políticas, exilios, discusiones políticas presentes, discusiones teórico-metodológicas concernientes a la práctica historiográfica, renovaciones disciplinares y prácticas de profesionalización a la vuelta de la democracia, todo ello está condensado en un primer párrafo que apenas menciona las viejas discusiones, las cuales son consignadas oblicuamente por medio de un par de referencias bibliográficas.

Si la metonimia es un relevo de la implicación causal por mera contigüidad (WHITE 1992, p. 44), el defecto de "la historiografía argentina" es no otra cosa que el mal manejo de las implicaciones causales implícitas en la sucesión metonímica. Romper la metonimia implica remarcar la heterogeneidad de los campos que aquella pretende forzosamente integrar. El desplazamiento conceptual del autor es aquí no otra cosa que la forja de la propia metonimia, el hallazgo entre "masas de retórica y medias verdades" del propio punto de vista y de enunciación, aquel que permite captar "la originalidad de la minería potosina", que no es otra que la originalidad del propio Tandeter frente a una historiografía que, hasta aquí, no ha dejado de repetir a Levene.

### c) *El fracaso en la larga duración*

La bien ganada fama de *Coacción y mercado* como obra maestra de la historiografía argentina contemporánea (HERNÁNDEZ 2005; MOUTOUKIAS 1993) puede comenzar a comprenderse a partir de la riqueza de sus instrumentos, dispositivos, operaciones y recursos. Riqueza puesta al servicio de las múltiples capas de sentido que articulan su compleja trama. En efecto, una de las principales dificultades que entraña esta obra es la de llamar la atención con sus recursos mientras aparentemente presenta una línea argumental simple. Y sin embargo el punto de partida de esta lectura de la obra de Tandeter es que en el libro se deslizan no una sino tres tramas, irreductibles entre sí.



La primera trama es la más general y vasta: se propone presentar un argumento global concerniente al relanzamiento de la producción de plata en Potosí durante el siglo XVIII. La tesis global confronta con una tesis contrapuesta, aquella que pretendía mostrar la larga y declinante tendencia de la minería potosina durante toda la colonia -y de allí el argumento de Villava, que pretendía mostrar no solo la inhumanidad de los trabajos forzados, sino también su ineficiencia desde el punto de vista económico-, desde su auge en el siglo XVI. "Es la historia de esa modesta recuperación la que constituye la materia de este libro" (TANDETER 1992, p. 13), señala Tandeter, y ciertamente no sería exagerado decir que toda esta primera trama se encuentra condensada en el Gráfico 1 de la página 14.

La engañosa simplicidad de la formulación encubre mal la complejidad del tema a tratar, en la medida en que, como veremos, buena parte del libro estará dedicada al estudio acabado de otros tópicos, que difícilmente puedan subsumirse sin rezago en el relato de esa "modesta recuperación".

El problema global en la estructuración de la minería potosina ("su originalidad"), con ser complejos, admiten una fácil visualización, por medio del simple expediente de contrastar dos gráficos, el 2 (TANDETER 1992, p. 66) y el 7 (TANDETER 1992, p. 289). En esas dos páginas se condensa la escenificación global de la primera historia que *Coacción y mercado* pretende contar. Contrastando ambos cuadros resalta que la "originalidad de la minería potosina" no es otra que la de la triangulación entre salarios, rentas de la propiedad y ganancia del arrendatario en un contexto en que el salario está deprimido artificialmente en virtud de su carácter forzoso por la dominación colonial.

158

La línea argumental más amplia, la primera trama diremos, de *Coacción y Mercado* es la de la frustración sistemática de la intención estatal de relanzar la minería de la plata en Potosí. Esta primera trama es el suelo basal sobre la cual se erigen, distintivamente, las otras dos. Se despliega sobre todo en los capítulos primero y quinto, mostrando la tendencia en la larga duración que exhibe el endeble incremento de la producción. En la geografía del texto esta trama se ubica en los extremos, conteniendo y enlazando a las otras, proveyendo el silente pero movedido telón de fondo contra el cual se recortan los demás movimientos narrativos.

El vehículo de expresión de esta trama es la exposición de los dispositivos cuantitativos asociados a la historia económica, la seriación econométrica y la aplicación de métodos estadísticos al estudio del pasado, un tipo de labor que desde la *New Economic History* se ha denominado convencionalmente *cliometría*.

La marca en el orillo de la "modernidad" y disciplinarización de *Coacción y Mercado* es su uso competente y autorizado de estos recursos. Lejos de discutir leyendas "blancas" o "negras" de la conquista, o generalidades demasiado teóricas acerca de la dominación o el estatuto colonial, la disciplina historiográfica se instancia aquí en un procedimiento autorizado, sancionado como el modo "científico" y apropiado de producir conocimiento. Aunque no versa explícitamente sobre estos dispositivos, indudablemente el texto los *muestra*, y al mostrarlos los constituye en un objeto de reflexión teórica.

Ahora bien, esta trama cuantitativamente articulada muestra la frustración sempiterna de las intenciones de los agentes. En su marcación irónica toma distancia del punto de vista de los agentes, mostrando todo aquello que escapaba a su control (WHITE 1992, p. 45; FRYE 1977, p. 294). Narrativamente se construye como una trama cimentada en la ironía, a distancia de las agencias y subjetividades involucradas en procesos de larga duración allende los individuos, basadas en contradicciones estructurales, inintencionadas, circunstancias “queridas por nadie”.

d) *Subalternidades: los agentes a través de grietas de las instituciones*

Sobre esta base irónica centrada en la frustración estructural en la larga duración de las intenciones y agencias coloniales se constituye, no obstante, el plexo de tramas alternativas que dan carnadura y vida a *Coacción y Mercado*. En efecto, si la obra en cuestión hubiera consistido meramente en un recuento de las imposibilidades estructurales de largo plazo concernientes a la producción minera en Potosí, el impacto que suscitó habría sido considerablemente menor. Por el contrario, una vez asegurado el marco de larga duración en el cual se encuadra la historia que quiere contar, el texto avanza en una dirección rotundamente opuesta.

El capítulo 2 reconstruye el así llamado “entable de la *mita*”. El “entable” designa en el vocabulario de la época “el modo en que está entablada o dispuesta alguna cosa” (TANDETER 1992, p. 31). La disposición efectiva de la *mita*, y ése es todo el punto del segundo capítulo, difiere sensiblemente de la legislación presuntamente en curso, precisamente porque a lo largo del siglo que siguió a la conquista se asistió a la progresiva descomposición en jirones de la comunidad andina en la que aquella se aplicaba.

En este contexto es que la obra se bifurca en una doble dirección. Por un lado, y a esto consagraremos esta sub-sección, emprende una fascinante labor de exhibición de las subalternidades en el período colonial. Por el otro reconstruye la intensa faccionalización de las élites, los motivos biográficos, personales, económicos y políticos que la volvieron un intenso remolino de circunstancias.

El “entable” de la *mita* era el momento en el que esta tensión interna se manifestaba. En este punto emerge la configuración central de esta sub-trama: el título del libro, “Coacción y mercado”, denota la conjunción de dos términos pertenecientes, en teoría, a campos conceptuales opuestos. Mientras cierta bibliografía, en opinión de Tandeter, sólo se ha concentrado en la situación de los *mitayos*, lo cierto es que esa institución no agota la complejidad de la minería potosina.

Hasta hace poco tiempo la historiografía subrayaba con exclusividad la importancia de la coacción para definir las intervenciones indígenas en los mercados de trabajo, mercancías y tierras. Pero en los últimos años se han desarrollado estudios que plantean en toda su complejidad las opciones que el sistema colonial, y en particular la demanda mercantil, abría ante grupos e individuos del mundo indígena. La relectura de las fuentes tempranas permite descubrir la rápida percepción por parte de los indígenas de algunos mecanismos del nuevo mercado (TANDETER 1992, p. 100).

La "nueva perspectiva" obedece a un ejercicio de relectura y, como tal, permite descubrir estratos de sentido pasados por alto originariamente. Los capítulos segundo y tercero exhiben entonces la naturaleza de estas contigüidades no contradictorias entre impulsos coactivos y estímulos de mercado. Nuevamente aquí Tandeter ejerce un papel de labrador de heterogeneidades que desensamblan asociaciones demasiado apresuradas: si era apresurado ligar la suerte de Villava a su recuperación por Levene, o igualmente desacreditar a Sanz y Cañete por ser contra-revolucionarios, también lo es establecer juegos de suma cero entre las dinámicas de la *mita* y la coacción por un lado, y la lógica del mercado por el otro.

Este estudio de las subalternidades culmina con el largamente aclamado (HERNÁNDEZ 2005, p. 44) capítulo tercero sobre el *kajcheo*. Si la primera trama había mostrado la imposibilidad de la agencia intencional en el marco de las contradicciones de la larga duración, la segunda trama comienza a exhibir la precariedad y el desmonte de las linealidades demasiado prontas que estructuran la visión de la minería en Potosí. Y si en las páginas 15 y 16 se mentaron ordenadamente los rótulos de las presuntas funciones y divisiones del trabajo en la serie lineal de las labores en el Cerro, el capítulo tres presenta su violenta, caótica y propositiva realidad: terminada la semana laboral, durante los fines de semana, el Cerro es invadido por un ejército irregular de "langostas" (TANDETER 1992, p. 120) que se apropian de piedras y desmontes de alta ley que han "marcado" durante la semana.

160

*Mingas y mitayos* durante la semana, se transforman en "bandoleros" que ingresan con o sin consentimiento de propietarios y arrendatarios, para convertir la minería, al decir de Tandeter, "en una actividad popular". Las prácticas de resistencia de los trabajadores durante la semana, "acarreamos bazofias inútiles" o laboreando desmontes de baja ley, dejaban intencionalmente para un mejor momento la apropiación particular de las mejores piedras. Los fines de semana eran ese mejor momento, y la actividad de apropiación se denominaba *kajcheo*.

El *kajcheo* implicó, entonces, la constitución de una verdadera esfera productiva en la minería potosina, que escapaba al control de los empresarios y aún al de las autoridades. Colectivamente y masivamente indios, mestizos e incluso blancos, protagonizaban la producción como actividad popular (TANDETER 1992, p. 122).

Si en la larga duración las intenciones relevadas se ven frustradas, en el cortísimo plazo tal como se presentan en estos episodios fascinantes que reconstruyen las situaciones concretas de la vida cotidiana en el Potosí del siglo XVIII, el escenario está saturado de agencia y propositividad, resaltada en todos sus cruces, sus contradicciones, contestaciones, ambivalencias y herencias múltiples.

Esta realidad agenciada y a distancia de fáciles generalizaciones es presentada a partir de recursos propiamente narrativos: el estudio de caso del *kajcha* Antonio Choque y la reconstrucción densa del así llamado "Ruido" de 1751. Lo que se exhibe con ello es hasta qué punto por las grietas institucionales

coactivas e impersonales se filtran los impulsos agenciados de las subalternidades y propositividades que dan vida a la historia como tal.

e) *Élites y redes de relaciones personales*

La última trama de *Coacción y Mercado* se despliega enmarcada por las otras dos: es la que se desenvuelve al interior de las mismas élites potosinas, en sus eternas y complejas rencillas vinculadas, en lo sustancial, a la separación entre capital mercantil y propiedad minera y entre propiedad y gestión minera. Ésta trama reconstruye las redes de relaciones de parentesco entre diversas familias y grupos amplios que se vuelven visibles en la trama política y económica de Potosí durante el siglo XVIII por medio de un intenso proceso de faccionalización. A la manera de Susan Socolow en su *Merchants of Buenos Aires 1778-1810* (SOCOLOW 1978) lo que se reconstruye es una historia de la vida cotidiana del denso entramado colonial en el cual los diversos planos (biográfico, político, económico) se encuentran y se brindan mutua inteligibilidad.

La faccionalización interna encontraba, en última instancia, una contradicción insanable entre los intereses del propietario y los del arrendatario. El margen de uno se contraponía al del otro, en la medida en que el resto de los costos se resistían a la baja o se encontraban ya, como los salarios *mitayos*, artificialmente deprimidos. Por otro lado la limitación venía dada por la falta de estímulos para asumir riesgos en la labor minera, la cual básicamente consistía en la extracción de "suelos y desmontes" (CM, p. 17), los cuales eran el resultado de labores previas. Así las cosas la productividad era bajísima, natural corolario de un modo de producción básicamente rentístico y parasitario.

En la construcción de esta trama Tandeter finalmente esboza el aire paradójico de esta situación:

Podemos decir que la inflación de arrendamientos estimuló un aumento de las tareas impuestas a los mitayos que, a su vez, se tradujo en un aumento de la producción potosina durante la segunda mitad del siglo XVIII. De esta manera, el dueño de ingenios con mita, "verdadero zángano de la Azoguería"[...]" contribuyó indirectamente a la reactivación de la minería potosina (TANDETER 1992, p. 194).

Las tres tramas se encuentran, se enlazan y a la vez se distancian en este punto. Los impactos diferenciales de la coacción y del mercado llevan a la articulación de una *collatio*, en particular mediante la configuración de historias de "vidas paralelas" a lo Plutarco, en la cual lo que se muestra es que con ser supuestamente contradictorias, estas tensiones coactivas y de mercado se presentaban en una y la misma realidad.

El peculiar hallazgo de *Coacción y mercado* es la inescindible constelación de elementos heterogéneos que compone sus tramas, tanto como sus recursos textuales para "entablar" y disponer las cosas. Tendencias de largo plazo, secuencias disyuntas paralelas que suponen inestables y precarias conjunciones y el denso tramado de la historia de la vida cotidiana se retroalimentan con singular maestría. La multiplicidad de las tramas, lejos

de conspirar contra el funcionamiento de la obra como un todo, permite comprender su particular eficacia.

Si del conjunto de operaciones historiográficas hubiéramos de optar por una o por otra como "dominante" volviendo subrogantes y derivativas a todas las demás, la potencia del artefacto sería destruida en el acto. Pero para terminar de apreciar esto se hace necesario ponderar la variedad y riqueza de los juegos narratológicos implicados en la constelación inescindible de las heterogéneas tramas que componen *Coacción y mercado*.

### **Juegos narratológicos: modos de presentación, tiempo, voces, lecturas**

El ir y venir entre los soportes textuales es parte ineliminable de la vida del discurso. De hecho es esta heterogeneidad la que lo funda (WHITE 1978, p. 4). Entre los elementos presentes en el texto se encuentran aquellos que están vinculados mediante lo que los semióticos llaman *sintagmática interna*, esto es, "la disposición de las formas escritas vinculadas entre sí y con otras formas dentro del mismo espacio gráfico" (HARRIS 1999, p. 169). Esta operación permite comprender la forma en la que, por ejemplo, un cuadro remite a un mapa, que es recuperado en el texto y luego vuelve a mentarse en forma de gráfico. La funcionalidad del dispositivo depende de esta capacidad para interrelacionar contenidos dispuestos ("entablados") en soportes diversos que puedan ser recuperados en el momento de la lectura.

162

El análisis de la dispersión en el recurso a estos soportes sintagmáticos internos muestra que éste es más constante en aquellas secciones de la obra en las cuales las tramas agenciadas son inscritas en las tendencias impersonales de la larga duración o cuando se pretende proveer el contexto funcional a través del cual la conducta intencionada de los agentes se inscribe. De allí que la gran mayoría de los cuadros y gráficos se presentan en las proximidades *pero por fuera* de los extremos de inicio y final de la obra, cuando la trama que se presenta es la más general e impersonal. Cumplen una función mediadora entre la tendencia más general y la línea más narrativa.

El único momento en el que el soporte narrativo adquiere una preponderancia casi total, en detrimento de los soportes vinculados a los diversos recursos gráficos, se da en el tercer capítulo, en ocasión del tratamiento de los *mingas* y el *kajcheo* (segunda trama, aspecto "agenciado" de producción minera para el mercado como actividad popular), punto en el cual el modo de presentación predilecto es la recolección testimonial de actas y causas judiciales.

Así, el soporte textual narrativo cobra vigor cada vez que hay que reconstruir los dilemas, intenciones, conflictividades irresolubles y tensiones dinámicas propias de la situación. El contexto amplio en el cual esa dilematicidad se incrusta se confía a un ir y venir entre reconstrucción conceptual, narración breve, gráficos, cuadros y mapas que, en conjunto, anudan la malla semántica en la cual las tramas deben ser leídas.

Los modos de presentación (los recursos textuales empleados en el espacio gráfico), entonces, no son indiferentes a la estructura y dinámica de los contenidos configurados por medio del discurso. Y, a la vez, la trama no es



algo que se anuda a pesar de estos recursos, sino precisamente *a través* de ellos. La forma de evitar la recurrente tentación a priorizar un aspecto u otro de las tramas o un recurso en detrimento de otros, es el ir y venir de un recurso al otro a lo largo de todo el texto. En el centro de este flujo y reflujo narrativo se encuentra el episodio de los *kajchas*, pero la forma en que está “entablado” previene contra cualquier malentendido: es imposible (o sería extremadamente parcial) leer ese episodio con independencia absoluta de los demás.

A estos juegos entre tramas y soportes o modos de presentación, se añaden los juegos con el tiempo y el espacio en la disposición narratológica del discurso historiográfico. El libro pretende tratar sobre la minería potosina entre 1692 y 1826. La temporalidad en sí misma se encuentra notoriamente distorsionada en relación con una eventual comprensión “ingenua” o lineal de la sucesión temporal. Por ejemplo, el análisis de la *mita* potosina en el segundo capítulo comienza con un cuadro que remite a una visita censal del año 1790 (TANDETER 1992, p. 30), para referir acto seguido al programa administrativo del virrey Toledo en la década de 1570. Luego, sin mayores mediaciones, se inserta una descripción densa del episodio de los *mitayos* rebeldes de 1801, en lo que constituye un rotundo *flash forward* en la línea temporal que, a su vez, se vincula oblicuamente en una instancia temporal nunca tratada en detalle en el libro, pero que exige ser mencionada: las rebeliones de la década del 80.

Estas instancias temporales se iluminan recíprocamente: la rebelión de Tupac Amaru es ininteligible sin la intensificación de la explotación. La cautela reformista posterior es incomprensible sin el antecedente de la rebelión. El ir y venir temporal admite dilaciones, recapitulaciones, puestas en relación por medio de hiatos y líneas de sutura. Una de las líneas de trama exige poner en relación tres gráficos (el 1, el 2 y el 7), que van de 1581 a 1810, luego la línea de la acción narrativa vuelve al período 1790-1793 y luego salta a 1826. Las reversiones, hiatos y alteraciones de la línea temporal se complementan con la función de intensificación temporal: en el centro del texto se encuentra el episodio temporalmente más acentuado de todo el libro: el “ruido de 1751”, una serie de acontecimientos puntuales en el cual el texto invierte unas diez páginas.

No solo en los juegos temporales se divisa la operación narratológica. La originalidad de la minería potosina atrajo al investigador tanto como a muchos de sus investigados. En esos raros momentos en los que surge el reflejo entre el autor y aquellos de los que el autor habla, se visibiliza la nota discordante en los juegos con la voz y la forma en la que a partir de esa voz se monta el texto.

Ha sido muchas veces notado que el uso de pronombres en primera persona o el empleo de ciertos indicadores, deícticos y tiempos verbales suelen estar obliterados en el discurso historiográfico (BARTHES 1971). Estos emergen sin embargo con habitualidad en ciertas ocasiones, y *Coacción y Mercado* no es una excepción al respecto. La introducción al texto es una de ellas, en las que Tandeter no sólo emplea los recursos discursivos supuestamente ausentes, sino que los utiliza para enmarcar la tesis que va a sostener. “Era evidente que no podía aceptar sin más mis propias cifras”, “comprobé pronto que la historiografía argentina repetía acriticamente lo que Ricardo Levene había



sugerido en sus Investigaciones". "Sanz y Cañete gozan de muy mala prensa en la historiografía argentina [...] sin embargo en sus escritos inéditos, entre masas de retórica y medias verdades, pude empezar a vislumbrar elementos de la realidad socioeconómica potosina". "La originalidad de la minería potosina me atrapó, y me alejé así definitivamente de mi proyecto inicial centrado en la economía colonial rioplatense" (todas las citas, TANDETER 1992, p. 10).

Todas estas enunciaciones establecen desde el inicio mismo el código de lectura y la matriz conceptual desde la cual debe ser leído el texto. Sus tesis, en este punto, son indiscernibles del modo en que son enunciadas, por medio de la aparición de un indubitable *yo historiográfico*. Pero esta aparición no debilita sino que potencia la voz así articulada.

Con posterioridad, la fortaleza de esta voz autoral no desaparece simplemente porque deje de enunciarse. Una vez inmersos en las múltiples líneas narrativas, el yo historiográfico aparece en la operatoria autoral que lleva de una trama a otra, apelando para ello al manejo autorizado de los recursos múltiples (narrativos, gráficos, por configuración sintagmática) que permiten llevar adelante el múltiple decurso que el texto pretende presentar. Esa voz, en suma, aparece de manera eminente como el yo que por medio de la edición y el montaje labora incansablemente su propio "Cerro Rico" de fuentes, testimonios y labores historiográficas previas.

El pasado, al igual que el Cerro, está horadado como un cascabel. La posición de Tandeter es la de aquel que se identifica con el dilema de quién debe "relanzar" los exhaustos estudios sobre el mundo andino. Comprueba inicialmente que buena parte de la historiografía meramente se limita a trabajar "los sueltos y desmontes" que dejara Levene. Las labores antiguas y modernas se entrecruzan, en sus frágiles y presupuestas contigüidades, hasta dejar a los investigadores presos de sus presuposiciones y abstracciones de sentido, sin saber a quién pertenecen ni donde se hallan. La apuesta consiste aquí en la profundización de las vetas de análisis y la sofisticación de los "ingenios", apelando para ello a nuevas tecnologías historiográficas.

Densamente montado, intrincadamente elaborado, *Coacción y Mercado* articula una voz reconocible, no porque dé cuenta insistentemente de un yo autoral ansioso por hacerse notar, sino porque emerge un estilo reconocible en el modo vanguardista de editar y montar los recursos historiográficos. A partir de Tandeter el *entable* historiográfico es llevado a un nuevo nivel.

Ciertamente podemos ver estas modalidades cruzadas de prefiguración y configuración que son parte indubitable del texto. La pregunta que surge, inevitablemente, es ¿cómo se lee este texto? La operación lectora requiere aquí el recurso a dos conceptos mayormente ignorados en la discusión narrativista, pero notoriamente presentes en el análisis narratológico: cuáles son los *contratos de lectura* presupuestos por el texto, y cuáles son las operaciones de *concretización* requeridas por el mismo (INGARDEN 1998, p. 435). El contrato de lectura orienta en torno al conjunto de operaciones de recepción que deben ser realizadas para emparejar y completar las operaciones de configuración discursiva. Estipular el género del discurso (vg. "policial", "ensayo", "historiografía") presupone una

marcación definida del tipo de reglas que habrán de regir en ese contrato. Por caso, que el libro versa no solo sobre un dominio tenido por real y efectivo en un tiempo pasado, sino que su expresión en tanto obrar historiográfico sigue las reglas estipuladas por el género, atinentes a la bibliografía, el uso de otros textos, el modo de intercalar las citas, entre otras tantas. Y sin embargo la expresión más importante de esta codificación de género es relativa a la disposición de los elementos gráficos que deben ser recuperados por el lector, en sus concretizaciones, en particular aquellos atinentes a la dispersión sintagmática interna en la cual el texto descansa.

En efecto, la línea narrativa del texto depende de un lector capaz de fluir en una y otra dirección en el curso de la lectura. Debe ser capaz, para captar las tramas, de conectar dos gráficos separados por 223 páginas, de remitir lo visto en un cuadro a lo que se menta en un párrafo dos páginas antes o en una nota a pie varios capítulos adelante. La "seguibilidad" de la narrativa requiere la dislocación y recuperación permanente de lo leído previamente, en pos de retomar ulteriormente la línea del argumento. El tiempo de la acción narrada y el tiempo de la operación lectora divergen notoriamente. Estas son las reglas del género, ciertamente, pero *Coacción y Mercado* las lleva al paroxismo.

Los bucles o *loops* de lectura son permanentes en el curso de un abordaje regular del texto que obliga a la recapitulación sucesiva de lo visto previamente. Requieren ir y venir a lo largo del texto, pero también desplazarse oblicuamente atravesando diversos soportes textuales. Una trama emerge de la contrastación narrativa de dos gráficos. Otra de la interrelación entre un mapa, una serie de cuadros y una serie de eventos densamente narrados. La última descansa en la misma heterogeneidad de elementos: cuadros, árboles genealógicos, acontecimientos puntuales, testimonios judiciales, actas, reconstrucciones analíticas de fuentes dispersas. El lector presupuesto en el contrato de lectura es el que puede ejercer las concretizaciones de sentido que dan carnadura al género historiográfico. En este sentido las tramas heterogéneas son sólo uno de los niveles o elementos reconocibles en el sistema narrativo como un todo. Los demás ítems narratológicos son tan relevantes como aquéllas, y sin embargo suelen ser completamente pasados por alto (una excepción a esto, nuevamente, puede verse en KANSTEINER 2009).

165

### **Conclusión: la imaginación cliométrica**

El recuento de las operaciones historiográficas y los juegos narratológicos presentes en *Coacción y Mercado* deberían permitirnos apreciar no solo los estratos de sentido constelados en el texto -y de allí, con suerte, la riqueza de la perspectiva adoptada-, sino también poner en cuestión ciertas limitaciones del esquema narrativista originalmente acuñado por White. Desde *Metahistoria* en adelante se ha presupuesto que el conjunto de operaciones tropológicas que informan la base figurativa del lenguaje ordinario empleado por los historiadores se manifiesta en la superficie del texto por medio de una serie de compromisos ético-políticos, epistémicos y estéticos que argamasan, conjuntamente, la "poética de la historia".

Sin embargo en esto la lectura estándar de la teoría se revela demasiado lineal (ANKERSMIT 2001; 2005). Presupone tropos dominantes, tramas unitarias, implicaciones ideológicas prefijadas autoralmente, modos de argumentación formal homogéneos. Las tensiones que se recaban son siempre entre dominancias situadas en planos textuales diversos. Incluso el “estilo” en White surge de las afinidades y aporías resultantes entre caracterizaciones unilineales de conglomerados textuales complejos (WHITE 1992, p. 38-40).

Aquí hemos mostrado, no obstante, tramas múltiples y discordantes, que se vinculan con dinámicas de agenciamiento diferenciales: por caso, la frustración en la larga duración de los impulsos reformistas sugieren una perspectiva irónica y des-subjetivadora. La reconstrucción del entable de la *mita* monta un escenario trágico signado por lealtades y roles conflictivos, desgarrados por contradicciones insalvables. Esa tragedia es puesta en paralelo sin solución de continuidad con la mirada agenciadora y conciliadora de la producción minera como actividad popular, mostrando una forma heteróclita de reproducción social basada en la contestación subalterna por medio del *kajcheo*. Ese desafío puede fácilmente mostrarse como protocolarizado siguiendo los patrones propios de la comedia. Finalmente, la reconstrucción de los avatares y lides al interior de las élites de propietarios, arrendatarios y burócratas es performada articulando una auténtica sátira costumbrista, que permite mostrar la saturación de las agencias involucradas en el corto plazo.

166

Todas estas tramas tampoco re-envían a una implicatura ideológica uniforme, en la medida en que buena parte de las mismas dependen de las concretizaciones en el punto de recepción: ¿el estudio de las subalternidades contra-hegemónicas se sobrepone al estudio impersonal en la larga duración de las tendencias estancadas de la producción, la población y los precios en Potosí? ¿Agenciamiento o ironía? ¿Subalternidades o cliometría? ¿Énfasis en las potencialidades del cambio o prioridad concebida al aspecto paradójico de la sucesión de las tramas? Paradoja en la cual es el auténtico *zángano* de la minería potosina el que mediante su codicia culmina elevando la producción minera.

En su denso montaje y edición de recursos el texto está estructurado, primeramente, de forma metonímica. Pero es una metonimia contra el trasfondo de otras, que se ejerce irónicamente apelando para ello al recurso de la conjunción de lo aparentemente disyunto: la coacción junto con el mercado. O el mercado por la coacción, y viceversa. Y en la conjunción emerge la transfiguración de las identidades subalternas y el enredo de las perspectivas de la élite. *Mitayo* en la semana, *kajcha* sábado y domingo. Arrendatario y propietario. Reformista borbónico y contra-revolucionario. Lo uno por lo otro. Y en el camino, la articulación de un protocolo de exhibición de estas vidas paralelas: la *collatio* entre el propietario y el arrendatario. Entre las comunidades rurales en el entable de la *mita* y el *kajcheo* de los *mingas* urbanos. Entre la minería mexicana y la potosina.

Lo que podría decirse ante esta densidad operacional es que, paradójicamente, la tropología whiteana es en sí misma demasiado lineal e incompleta como para aprehender el conjunto de las operaciones narratológicas presentes en el discurso historiográfico. Pero este crudo diagnóstico no debería

llevar a desdeñar la teoría sino a complejizarla, volverla más eficaz. Por ejemplo, llamando la atención acerca de los modos de jugar con el tiempo, el espacio, la voz, las concretizaciones y los pactos y modos de lectura en el marco de las reglas que hacen a la eficacia del género como tal.

La dimensión de la sintagmática interna del texto, por ejemplo, ha sido completamente ignorada en el curso de las discusiones en torno a la narrativa. Lo cual es doblemente gravoso: no solo porque hay tramas que pueden instanciarse a través de un recurso eminentemente no narrativo (como la trama impersonal dispuesta a través de la comparación entre dos gráficos separados por más de doscientas páginas que debe ser concretizada temporo-espacialmente en el punto de recepción lectora), sino porque el discurso historiográfico está saturado de montajes no narrativos que dependen extensamente de estos recursos. Diríase que es una de sus modalidades específicas de operación.

Esto no implica que el discurso historiográfico sea eminentemente no narrativo, sino que su narratividad se construye de manera heterogénea apelando a recursos que operan en un nivel más abstracto del mismo. La heterogeneidad está dispuesta o *entablada* en el punto de emisión y es concretizada por medio de peculiares reglas de lectura.

En última instancia, la inobservancia de todos estos elementos ha derivado en una doble pérdida de interlocución entre teoría de la historia y práctica historiográfica. Por un lado juzgando demasiado limitada la aproximación narrativista, muchos historiadores han lisa y llanamente desatendido la perspectiva como un todo, en la medida en que consideran que sólo es válida para una forma demasiado reducida o anacrónica del discurso historiográfico: las formas de la imaginación histórica propias del siglo XIX, en el punto de encuentro entre la historia acontecimental narrativa y la filosofía especulativa de la historia.

Por el otro, del lado de la teoría, se han admitido de manera demasiado apresurada ciertas consideraciones que estipulan que tras su disciplinarización ha primado una purga de todo gradiente figurativo e imaginativo en el discurso acerca del pasado, configurando un protocolo discursivo marcado por la des-subjetivación autoral, el mandato irónico, la argumentación contextualista, el realismo epistémico y el conformismo disciplinar. A diferencia del siglo XIX, el XX habría carecido por completo de imaginación historiográfica, habiendo sido purgado y "desublimado" su contenido de todo cariz figurativo.

El propósito de este artículo ha sido doble: al mostrar los estratos de sentido tropológico-narratológicamente presentes en *Coacción y Mercado*, se ha intentado a la vez exhibir parte de aquello que falta elaborar en el diseño de un marco teórico capaz de abordar el discurso de la historia como un acto comunicativo específico. La radicalización narratológica del artefacto teórico mentado debería servir no solo para renovar las discusiones teóricas concernientes al marco disciplinar historiográfico, sino también para permitir relevar, con labores nuevas y ciertamente riesgosas, las formas eminentes de la operación historiográfica. Por ejemplo, los modos en que ha operado la *imaginación cliométrica* en artefactos densos, ricos, complejos, intrincados y en cascabel como la obra maestra, paradigmática, que es *Coacción y Mercado*.

## Referencias bibliográficas

- AAVV. **Modos de producción en América Latina**. México: Siglo XXI, 1973.
- ANDERSON, Perry. **El estado absolutista**. México: Siglo XXI, 1979.
- ANKERSMIT, Frank. **Sublime Historical Experience**. Stanford: Stanford University Press, 2005.
- ASSADOURIAN, Carlos. **El sistema de la economía colonial**. Mercado interno, regiones y espacio económico. Lima, 1982.
- BAL, Mieke. **Teoría de la narrativa**. Madrid: Cátedra, 1985.
- BARTHES, Roland. El discurso de la historia. In: SARLO, Beatriz (Comp.). **Ensayos estructuralistas**. Buenos Aires: CEAL, 1971.
- ECO, Umberto. **Seis paseos por los bosques narrativos**. Barcelona: Lumen, 1996.
- FRIEDLANDER, Saul (Ed.). **En torno a los límites de la representación**. Quilmes: UNQ Editorial, 2007.
- FRYE, Northrop. **Anatomía de la crítica**. Caracas: Monteávila, 1977.
- GUNDER FRANK, André. **Capitalismo y subdesarrollo en América Latina**. Buenos Aires: Signos, 1965.
- HARRIS, Roy. **Signos de escritura**. Barcelona, GEDISA, 1999.
- 168 HERNÁNDEZ, Juan Luis. La historiografía socio-económica colonial y los debates teóricos metodológicos. Algunas reflexiones. *Nuevo Topo*, n. 1, p. 33-54, 2005.
- INGARDEN, Roman. **La obra de arte literaria**. Madrid: Taurus, 1998.
- KANSTEINER, Wulf. Hayden White's Critique of the Writing of History. **History and Theory**, v. 32, n. 3, p. 273-295, 1993.
- \_\_\_\_\_. Success, Truth, and Modernism in Holocaust Historiography: Reading Saul Friedländer Thirty-Five Years after the Publication of *Metahistory*. **History and Theory**, v. 47, p. 25-53, 2009.
- KELLNER, Hans. **Language and Historical Representation**. Madison, Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1989.
- KUUKKANEN, Jouni-Matti. **Postnarrativist Philosophy of Historiography**. Londres: Palgrave McMillan, 2015.
- MOUTOUKIAS, Zacarías. "Enrique Tándeter, Coacción y mercado" (reseña bibliográfica). **Revista de Historia Económica**, v. XI, n. 1, p. 213-216, 1993.
- RUNIA, Eelco. Presence. **History and Theory**, v. 45, 2006, p. 1-29, 2006.
- SOCOLOW, Susan. **The Merchants of Buenos Aires 1778-1810**. Family and Commerce. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

- TANDETER, Enrique. El papel de la moneda macuquina en la circulación monetaria rioplatense. **Cuadernos de Numismática**, v. IV, n. 14, 1975.
- \_\_\_\_\_. Sobre el análisis de la dominación colonial. **Desarrollo económico**, v. 16, n. 61, p. 151-160, 1976.
- \_\_\_\_\_. **Coacción y mercado**. La minería de la plata en el Potosí colonial, 1692-1826. Buenos Aires: Sudamericana, 1992.
- WHITE, Hayden. **Tropics of discourse, Essays in Cultural Criticism**, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978.
- \_\_\_\_\_. **The content of the form**. Narrative Discourse and Historical Representation. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Metahistoria**. La imaginación histórica en la Europa del siglo XIX. México: Fondo de Cultura Económica, 1992 [1973].
- \_\_\_\_\_. **Figural Realism**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1999.
- \_\_\_\_\_. **The Practical Past**. Evanston, Illinois: Northwestern University Press, 2014.



# Virtudes epistêmicas na prática do historiador: o caso da sensibilidade histórica na historiografia brasileira (1980-1990)

Epistemic virtues and the historian's practices: the case of historical sensibility on Brazilian historiography (1980-1990)

---

**João Rodolfo Munhoz Ohara**

oharajrm@gmail.com

Doutorando em História (Bolsista Fapesp)

Universidade Estadual Paulista/Assis

Rua Primo Paganini, 941

18608-190 - Botucatu - São Paulo

Brasil

---

## Resumo

O que significa "sensibilidade histórica", e como tal característica foi considerada virtuosa para o ofício do historiador? Este artigo busca investigar tal questão tendo em vista a historiografia universitária brasileira entre 1980 e 1990, a partir da leitura de resenhas, obituários e artigos de homenagem publicados em periódicos acadêmicos da área de história no período. O tema da sensibilidade histórica aparece em dois sentidos diferentes: enquanto virtude epistêmica e enquanto meta-virtude, orientando o exercício de outras virtudes. Não se trata, porém, de simples ambiguidade ou contradição; diferentes concepções de história implicam diferentes maneiras de ser historiador, e, portanto, mobilizam diferentes repertórios de características virtuosas.

170

## Palavras-chave

Virtudes epistêmicas; Historiografia brasileira; Discurso.

## Abstract

What could it mean to say that one has "historical sensibility"? This paper investigates this question and how such sensibility was placed among the desirable values for a historian to hold and to exercise in his own professional practices. The main sources for this study are book reviews, obituaries, and homage articles published in Brazilian, history journals between 1980 and 1990. Historical sensibility, then, seems to appear in two different senses: (1) as an epistemic virtue and (2) as a meta-virtue, orienting the exercise of other virtues. This does not mean that historians properly disagreed about the meaning of historical sensibility, but rather that these two different uses refer to distinct repertoires of virtues configured around different notions of what is proper history – and, therefore, of what is a proper historian.

## Keywords

Epistemic virtues; Brazilian historiography; Discourse.

---

Recebido em: 4/10/2016

Aprovado em: 1/12/2016

Quando afirma que o estudo histórico é “como o veículo saído de uma fábrica”, e que está “mais ligado ao complexo de uma fabricação específica e coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal” (CERTEAU 2008, p. 73), Michel de Certeau dá uma direção para pensarmos a relação complexa entre o historiador enquanto indivíduo e o lugar social que condiciona sua prática. Isso porque o *lugar* (ou, em outro vocabulário conceitual, o *campo*)<sup>1</sup> impõe determinadas regras e procedimentos para validar não apenas *o que* conta como texto de história, mas também *quem* pode falar como historiador. Assim, é em relação a repertórios limitados e históricos de valores que um historiador, efetivamente, *aprende a ser* historiador: do modelo filológico clássico ao historiador politicamente engajado, diferentes concepções de história prescrevem diferentes maneiras de ser, diferentes *ethos* de historiador.

Deslocar a atenção da crítica teórica das *narrativas* históricas para as *práticas* que as estruturam requer, no entanto, a ampliação do nosso aparato conceitual. É neste sentido que os conceitos de virtude epistêmica e persona acadêmica, propostos por Herman Paul (2011; 2012b; 2013; 2014), nos ajudam a estudar as práticas historiográficas. Inspirando-se, por um lado, na discussão da *virtue epistemology* anglo-saxã, e, de outro, nos estudos de Lorraine Daston e Peter Galison (2007), Paul propõe que o conceito de virtude epistêmica serve de ferramenta útil para o historiador da historiografia ou o teórico da história que se preocupe em questionar a produção historiográfica enquanto prática, mais do que seus produtos finais acabados.<sup>2</sup> Ademais, Daston e Otto Sibum (2003), bem como Conal Condren, Stephen Gaukroger e Ian Hunter (2006), também servem de referência para o conceito de persona acadêmica, que articula um segundo nível de trabalho, no qual virtudes (epistêmicas, morais, políticas) se articulam para formar determinados modelos de conduta, em relação aos quais os indivíduos aprendem a ser historiadores.

Neste artigo, defino os conceitos de virtude epistêmica e, mais brevemente, persona acadêmica, para, a seguir, dedicar-me à análise de um tema que aparece em certos textos – resenhas, obituários e artigos de homenagem – publicados em periódicos acadêmicos da área de história, no Brasil, entre 1980 e 1990: a “sensibilidade histórica”. A partir da leitura atenta dos materiais, evidencio que o termo se refere a dois enunciados que organizam as práticas dos historiadores brasileiros do período: de um lado, a sensibilidade histórica constitui uma virtude epistêmica em si, enquanto capacidade de situar elementos individuais em uma cadeia mais ampla (o “processo histórico”); de outro, sensibilidade histórica se refere a uma meta-virtude, cujo papel é dar sentido ao exercício de

<sup>1</sup> Pode-se argumentar que a delimitação do lugar social operada por Certeau e o conceito de campo em Pierre Bourdieu não são intercambiáveis – o que está correto. Entretanto, para o propósito deste artigo, interpreta-se tanto o lugar quanto o campo em relação ao conjunto de regras que estrutura e legitima as práticas e os produtos da atividade historiográfica. Ademais, o próprio Certeau fala da investigação do lugar como uma “sociologia da historiografia” (CERTEAU 2008, p. 78).

<sup>2</sup> Com fins de precisão conceitual, noto que o artigo de 2011 de Paul fala em termos de “performatividade” e “performance”, e não de práticas. Em seus textos subsequentes, no entanto, o termo quase desaparece. Para minha perspectiva, opto por aproximar a proposta do conceito de prática no sentido de formular uma arquitetura conceitual mais ou menos coesa com relação às análises mais fundamentais de Michel de Certeau. Agradeço à prof. Maria da Glória de Oliveira por me apontar essa questão.

outras virtudes epistêmicas, como a erudição, o pensamento crítico e a leitura atenta. Essa dispersão não é acidental; ela demonstra, em certa medida, que os repertórios de virtudes epistêmicas em um dado contexto estão intimamente ligados a diferentes concepções de história. Em outras palavras, diferentes concepções de história implicam diferentes maneiras de ser historiador. Assim, este breve exercício de análise histórica visa evidenciar, a partir de um caso específico, o funcionamento de determinados elementos que atuam na produção da subjetividade do historiador enquanto historiador.

### **Virtude epistêmica**

A “epistemologia das virtudes” é um setor da epistemologia anglo-saxã que, desde os textos seminais de Ernest Sosa (1980) e Linda Zagzebski (1996), propôs a análise de problemas epistemológicos a partir do conceito de virtude epistêmica. A própria definição do conceito possui duas variantes: para confiabilistas, como Sosa, virtude epistêmica é *faculdade cognitiva confiável*, tal que seu exercício seja condutivo à verdade; para responsabilistas, como Zagzebski, virtude epistêmica é traço de caráter ou disposição que um agente epistemicamente responsável possuiria ou demonstraria ao produzir conhecimento.<sup>3</sup> Apesar dessa distinção, alguns temas comuns às abordagens confiabilista e responsabilista podem ser elencados: (1) o papel normativo da epistemologia, discutindo os problemas do ceticismo e da justificação do conhecimento, por exemplo; (2) a responsabilidade do agente na produção de conhecimento, argumentando que conhecimento é crença verdadeira produzida por virtude epistêmica, e não por sorte ou acidente; (3) o problema do valor do conhecimento (Cf.: GRECO 2010).

172

De outro lado, Lorraine Daston e Peter Galison definem virtudes epistêmicas como “normas que são internalizadas e aplicadas [enforced] por apelo a valores éticos, assim como eficácia pragmática em assegurar o conhecimento” (DASTON; GALISON 2007, p. 40-41). Em sua história da objetividade, narram as mutações sofridas por tal virtude epistêmica – de fidelidade-à-natureza [truth-to-nature], passando pela objetividade mecânica, até o julgamento treinado – e, com isso, visam demonstrar as reconfigurações nas maneiras de fazer ciência e de ser cientista entre os séculos XVII e XX. Em contraste ao interesse filosófico-analítico da epistemologia das virtudes, a história de Daston e Galison delimita a historicidade das virtudes epistêmicas e recoloca a produção do próprio sujeito de conhecimento no centro das preocupações: “O domínio de práticas científicas é inevitavelmente ligado ao domínio de si, o assíduo cultivo de um certo tipo de si mesmo [*self*]” (DASTON; GALISON 2007, p. 40).

Essas duas instâncias delimitam bem aquilo que gostaria de classificar como *uso filosófico* e *uso histórico* do conceito de virtude epistêmica. Enquanto

<sup>3</sup> Evidentemente, trata-se de caracterização sumária, com fins didáticos. Para mais detalhes introdutórios, ver Greco (2010) e Kvanvig (2011). Vale ressaltar que a epistemologia das virtudes, embora tenha emergido em proximidade com a ética das virtudes (*virtueethics*), constitui um campo à parte de reflexão na filosofia. Sobre a relação entre ética das virtudes e epistemologia das virtudes da perspectiva da teoria da história, ver Froyeman (2012) e a resposta de Paul (2012a).

o filósofo coloca suas questões no nível mais alto de abstração, buscando as condições e características universais das virtudes epistêmicas, o historiador está mais interessado em como diferentes arranjos históricos puderam considerar diferentes características como virtuosas no exercício da produção de conhecimento. Não se trata de postular a superioridade de uma abordagem em relação à outra, mas de evidenciar que os protocolos de trabalho operam em níveis diferentes de análise. Ademais, tal distinção também não significa que historiadores não lancem mão de abstrações – seria absurdo pensar em uma narrativa histórica sem articulação teórica, mesmo que oculta, dissimulada ou “inconsciente”; a diferença está, parece-me, em que, enquanto o filósofo se pergunta “o que é virtude epistêmica?”, o historiador rearticula a questão para “o que é virtude epistêmica para tal ou qual grupo?”

Ora, em seu artigo de 2011, Herman Paul propõe que o conceito de virtude epistêmica, naquilo que delimitar aqui como *uso histórico*, deve fornecer um vocabulário conceitual de grande valor às pesquisas nas áreas da teoria e da história da historiografia: “Sugiro que o conceito de ‘virtudes epistêmicas’ [...] nos permite conceber os ‘fazeres’ do historiador como performances idealmente reguladas por virtudes tais como diligência, precisão e veracidade” (PAUL 2011, p. 4). Trata-se de deslocar o foco das questões do texto histórico enquanto produto acabado para o que Paul chama de “performances”:

Historiadores se curvando sobre documentos antigos cuidadosamente removidos de pastas cinzentas em caixas marrons de arquivo, ou escrevendo um rascunho de um artigo, estão engajados em atividades performativas. *Eles leem, selecionam, associam, interpretam, definem e formulam*, sem mencionar uma dúzia de outras atividades [...] (PAUL 2011, p. 3, grifo meu).

173

Parece-me interessante notar que aquilo que Paul delimita como performance se aproxima muito da dimensão prática da operação historiográfica tal qual analisada por Certeau. Assim, pode-se notar um impulso comum de deslocamento de interesse: para além das discussões sobre os atributos e o funcionamento da estrutura narrativa do texto histórico, pretende-se problematizar as práticas que lhe dão forma, desde a separação e coleta dos documentos – “Em história, tudo começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira” (CERTEAU 2008, p. 81, grifo no original) – até a escrita *enquanto* prática – “De fato, a escrita histórica – ou historiadora – permanece controlada pelas práticas das quais resulta; bem mais do que isto, *ela própria é uma prática social* que confere ao seu leitor um lugar bem determinado [...]” (CERTEAU 2008, p. 95, grifo meu).<sup>4</sup> Mais do que a análise do funcionamento interno do texto histórico, o foco de análise aqui permanece sobre as operações que condicionam a produção do mesmo – as regras do campo, a produção de indivíduos aptos a falar do passado, o funcionamento coletivo da disciplina.

<sup>4</sup> Neste sentido, em minha leitura de Paul, substituo o termo performance pelo de prática não apenas com fins de consistência terminológica, mas também de consistência conceitual. Ademais, o próprio Paul, mais ao final do artigo, lança mão do conceito de práticas (PAUL 2011, p. 11).

Paul nota que a linguagem moralizante em relação ao trabalho historiográfico – ou seja, a prescrição de determinadas condutas para que um historiador realize bem seu trabalho – já está presente quando autores célebres de manuais históricos falam de seu trabalho, como no caso de Langlois e Seignobos, ou mesmo de Marc Bloch (PAUL 2011, p. 5-7). Mais ainda, esses valores são instrumentais também nas instâncias em que um historiador é avaliado por seus pares, como no caso de resenhas, pareceres, prefácios, obituários ou homenagens (PAUL 2011, p. 7). Neste sentido, parece-me, ao pesquisador caberia mapear as virtudes e os vícios elencados pelos historiadores e analisar as configurações coletivas desses valores, as correlações que estabelecem entre si, bem como as afinidades entre determinados valores ou repertórios de valores e determinadas concepções de história.<sup>5</sup>

Ora, apesar dessa mudança substantiva de foco, as fontes para tal estudo permanecem escritas – afinal, paratextos e textos auxiliares ainda são textos. Poderíamos questionar, portanto, a pertinência desse deslocamento, uma vez que não se tratam de observações etnológicas dos historiadores em prática, mas da leitura de textos. Por outro lado, a própria análise desses textos é de natureza bastante distinta: enquanto a teoria da história buscou nos textos históricos entender suas estruturas narrativas, esclarecer seus conceitos, avaliar seus argumentos e verificar como viradas temáticas ou conceituais se relacionavam a eventos exteriores ao texto, a análise que proponho na esteira de Paul visa mapear *discursos de avaliação* – discursos cuja finalidade não é necessariamente *substantiva* para a história, mas sim *normativa*. Assim, estudam-se textos não mais para perscrutar as regras que o estruturam enquanto narrativa histórica, mas as regras que estruturam as práticas que lhe antecedem e lhe deram forma, conteúdo e sentido.

174

### Persona acadêmica

Os repertórios de virtudes epistêmicas de que dispõem os grupos produtores de conhecimento se articulam a outras dimensões, como comprometimentos e objetivos éticos, políticos e econômicos, no que Paul chama de *persona acadêmica* (PAUL 2011; 2014; 2016). Tratam-se de modelos de conduta, tipificações abstratas que servem de parâmetro em relação aos quais os indivíduos que pertencem ou desejam pertencer ao grupo se posicionam para serem reconhecidos como tal – exemplos hipotéticos seriam o historiador engajado da *New Left*, o historiador arquivista do século XIX europeu, ou mesmo o historiador cientista dos *Annales*.<sup>6</sup>

<sup>5</sup> Assim, aproprio-me de Paul a partir de uma situação particular – aquela da perspectiva da arqueogenealogia avançada por Michel Foucault – apoiado também na concepção de *genealogia problematizadora*, na interpretação oferecida por Colin Koopman (2011). Neste sentido, compreendo a constituição e a configuração de virtudes epistêmicas como um aparato, um mecanismo de produção de subjetividade e de disciplinarização, a partir do qual produzem-se sujeitos autorizados a falar do passado de uma determinada maneira, em um determinado código – autorizados pelo *lugar*.

<sup>6</sup> Destes, apenas o segundo já conta com estudos publicados a seu respeito. Assim, aos outros, é preciso tomá-los pelo que são – hipóteses muito elementares. Sobre o historiador arquivista, ver os textos de Paul (2013), Pieter Huistra (2013) e Kasper Eskildsen (2013).

Daston e Otto Sibum, em 2003, propuseram aos historiadores da ciência a categoria de *persona científica*, definindo-a como “uma identidade cultural que simultaneamente molda o indivíduo em corpo e mente, e cria um coletivo com uma fisionomia compartilhada e reconhecível” (DASTON; SIBUM 2003, p. 2). Investigar a emergência dessas categorias possibilitaria investigar a história da ciência enquanto uma história de intervenção subjetiva, no corpo e na mente dos indivíduos que se arrogariam o rótulo de “cientista”. Assim, para eles, o conceito de *persona* se preocupa “[...] com a emergência e as implicações de categorias de pessoas – de maneiras coletivas de pensar, sentir, julgar, perceber, trabalhar – mais do que com biografias individuais em toda sua particularidade idiossincrática” (DASTON; SIBUM 2003, p. 3).

Em outro front, Conal Condren, Stephen Gaukroger e Ian Hunter propuseram que o conceito de *persona* seria uma ferramenta importante para a história da filosofia, mostrando que as distinções entre escolas e doutrinas filosóficas estava mais relacionada com diferentes maneiras de conceber o ser do filósofo do que com um debate racional de proposições. Para eles, a *persona* é “o ‘si mesmo’ [‘self’] construído propositadamente, cujas capacidades cognitivas e capacidade moral são cultivadas em prol de um conhecimento tido por filosófico” (CONDREN *et al.* 2006, p. 7).<sup>7</sup>

De ambas as perspectivas, como também para Paul, mas de maneiras diferentes, o conceito de *persona* designa diferentes maneiras de *ser* algo – cientista, para Daston e Sibum, filósofo, para Condren, Gaukroger e Hunter, ou historiador, para Paul. Evidentemente, cada uma das três abordagens traz suas próprias particularidades teóricas e suas dificuldades metodológicas. Dos primeiros, o alto nível de abstração faz com que a tipologia cubra vastas escansões de tempo; para os segundos, aquilo que nos acostumamos a ver como disputas entre escolas filosóficas implicam em disputas entre diferentes *personas* de filósofos, o que compreenderia períodos muito mais curtos de tempo. A proposta de Paul parece ficar entre ambas: as *personas* do historiador talvez não flutuem tanto quanto na filosofia, mas certamente são mais diversas do que as figuras que Daston e Sibum propõem estudar na história da ciência (PAUL 2014; 2016). Ademais, a tensão entre os modelos ideais de conduta e o exercício desses valores faz com que apenas através da leitura atenta de um conjunto expandido de casos individuais possamos entender como diferentes acadêmicos se posicionaram em relação às referências disponíveis em suas circunstâncias. Assim, “descontando casos excepcionais, os acadêmicos não viviam uma única *persona*, mas inspiravam-se nas *personae* disponíveis, no plural, para construírem-se a si mesmos [to fashion their own scholarly selves] no que possivelmente foi, com frequência, um balanço entre convenção e invenção” (PAUL 2016, p. 335).

Virtudes e *personae* enquanto objetos e campos de disputa: atentar-se às formações discursivas que faziam funcionar determinados modelos de

<sup>7</sup> Hunter, em texto solo, oferece a definição em outros termos: “A *persona* do filósofo é entendida como um tipo especial de si mesmo [*self*], cultivado por membros seletos da elite intelectual Europeia como os meios de portar conhecimento filosófico” (HUNTER, 2007, p. 574).



historiografia, eis a ementa mais geral de um programa de pesquisa que, parece-me, não precisa se limitar à academia europeia dos séculos XVIII e XIX (OHARA 2016). Neste sentido, volto-me para uma série constituída por três textos de segunda ordem – duas resenhas e um artigo de avaliação e balanço historiográfico<sup>8</sup> – para mapear um tema recorrente nesses materiais, qual seja, o da *sensibilidade histórica*. Que poderia constituir sensibilidade histórica no repertório de valores e condutas de que dispunham os historiadores brasileiros dos anos de 1980 a 1990?<sup>9</sup> Entre as resenhas e os ensaios bibliográficos publicados em periódicos acadêmicos de história no período delimitado, a referência à sensibilidade histórica aparece nos três exemplares aqui selecionados; tratando-se de gêneros avaliativos, ou seja, nos quais os pesquisadores veiculam julgamentos a respeito do trabalho de seus pares, pareceu-me particularmente adequado investigar como o tema poderia emergir nessas discussões.

### **Sensibilidade histórica como virtude**

No recorte proposto por este trabalho, a expressão sensibilidade histórica aparece pela primeira vez em texto de Francisco Iglésias, quando este se refere a Caio Prado Jr.: “Este [Caio Prado Jr.] já é um historiador dedicado principalmente à sua ciência: embora advogado de formação, é das sensibilidades históricas mais notáveis que o país já teve” (IGLÉSIAS 1983, p. 132). Mais adiante, o autor também celebra a grande sensibilidade de Marc Bloch (IGLÉSIAS 1983, p. 136), e censura a falta dela nas Histórias do Direito escritas por advogados (IGLÉSIAS 1983, p. 139). Em nenhum momento Iglésias faz questão de explicitar aquilo que entende pelo termo, mas uma leitura atenta da peça pode nos dar indícios interessantes. Primeiramente, o autor celebra entre os historiadores aqueles que dominam não apenas as técnicas da crítica documental, mas também as ferramentas de outras ciências sociais:

No caso da História, é certo que quem a cultiva com o domínio de algo mais que as técnicas específicas conseguem trabalhos de nível superior. Quem pesquisa e coleta milhares de documentos, mas não os organiza em certa linha interpretativa, pode fazer um catálogo, não fará obra significativa (IGLÉSIAS 1983, p. 134).

A capacidade de transitar entre as técnicas típicas da história e os *insights* de disciplinas avizinhas seria crucial no desenvolvimento de uma “obra significativa”. Apenas pelo recurso à interdisciplinaridade o historiador poderia

<sup>8</sup> A resenha enquanto gênero de avaliação recebeu alguma atenção no campo da crítica literária (cf. BONDI; SANZ 2014; HYLAND; DIANI 2009; MOTTA-ROTH 1998); na história, o estudo de resenhas é ainda tímido e pouco expressivo, ainda que se reconheça seu valor enquanto fonte. Fabio Franzini apresentou dois trabalhos sobre resenhas em duas edições do Seminário Nacional de História da Historiografia, mas nenhum dos textos parece ter sido publicado posteriormente. Sabrina Magalhães Rocha também apresentou trabalho sobre resenhas como fonte para a história da historiografia, mas igualmente não publicou o texto final. Ademais, a resenha aparece de maneira mais comum como fonte auxiliar em meio a outros tipos de documentos.

<sup>9</sup> O tema mais geral da “sensibilidade histórica” não é, certamente, uma novidade da historiografia moderna. Thierry, em carta de 1820, já mencionava a importância da sensibilidade do historiador que viria a escrever a “verdadeira” história da França (THIERRY 1835, p. 326). Quando Certeau cita Michelet na abertura de *A Escrita da História*, também evoca imagens de sensibilidade (CERTEAU 2008, p. 13-14). Este artigo, no entanto, fica detido à análise do material selecionado, optando por deixar o trabalho de erudição para outra ocasião.

encontrar subsídios para “dar forma” à sua narrativa, uma vez que as ligações entre os acontecimentos não se dão naturalmente ao pesquisador. Mas logo em seguida Iglésias alerta seus leitores:

No caso, como sempre - assim ensina o lugar comum - a verdade está no uso correto da interdisciplinaridade, não em seu abuso distorsivo [sic]. Se sem o apelo a alguma teoria que dê forma e consistência à interpretação o esforço do pesquisador pode dar em produtos finais bem pífios, no caso de seu apelo excessivo o resultado pode ser também pífio, embora às vezes brilhante e enganador nas aparências. É que o historiador se deixa dominar pela outra ciência, passando-a de auxílio a instrumento diretor do trabalho. E absorve e incorpora não só o indispensável para o bom proveito, mas até o *modo de ver*, a técnica de manipulação dos dados, chegando mesmo a conclusões que nada têm a ver com a História (IGLÉSIAS 1983, p. 134, grifo meu).

O termo central aqui é “o modo de ver”: o “uso correto da interdisciplinaridade” se daria quando o historiador, munido de ferramentas “emprestadas” de outras disciplinas, não se deixa levar pelas maneiras de proceder de outras áreas. Em outras palavras, quando ele não deixa de exercer seu “olhar de historiador”. Assim, entre a “sensibilidade” e o “olhar”, Iglésias deixa entrever que existe algo de específico, de particular e peculiar na maneira pela qual os historiadores apreendem o mundo, organizam suas referências e produzem seu conhecimento. Essa será a chave para entendermos melhor a que enunciado ele se refere quando trata da expressão sensibilidade histórica. Ora, diz Iglésias da tarefa central do historiador:

Situar no tempo, exprimir quanto se dá sob o signo de suas características, é a tarefa básica do historiador. Cabe-lhe interessar-se por todas as temporalidades, não se apegando apenas ao passado, segundo conceito genérico e limitado. [...] A capacidade de captar a mudança é um dos traços distintivos do historiador (IGLÉSIAS 1983, p. 135).

Então, “situar no tempo” define, para o autor, a tarefa fundamental do historiador – sua especificidade entre as ciências sociais.<sup>10</sup> Eis que, logo adiante, Iglésias ligará essa concepção de historiar com o elogio da sensibilidade histórica de Marc Bloch:

Quem melhor conceituou a especialidade foi Marc Bloch, em livro citado [Apologia da História], quando refuga a idéia de História ser só o passado e diz de seu interesse pelo presente, preferindo dizer que a História é o estudo do homem no tempo. Compreende pois o passado e o presente. [...] Pode fazê-lo [a apologia da história] exatamente por *sua alta sensibilidade histórica, que o levava a compreender o instante e a não ter dúvidas quanto a sua breve mudança* (IGLÉSIAS 1983, p. 136, grifo meu).

<sup>10</sup> Ver também, por exemplo, na crítica de Iglésias à periodização da historiografia brasileira por Silvio Romero: “Ora, ‘fases de evolução’ significam propósito de periodizar, mas, no modo feito, constituem apenas aproximação ou forma imprecisa de periodização, trabalho difícil e dispensável na historiografia, pois a categoria básica do conhecimento histórico é o tempo, a compreensão da história sendo a das diferentes temporalidades, nas quais se apura e se afirma o verdadeiro cultor do gênero” (IGLÉSIAS 2000, p. 21, grifo meu).

Assim, não seria de todo absurdo esboçar uma primeira definição de sensibilidade histórica neste contexto, em ligação à “tarefa básica” do historiador: *sensibilidade histórica é a capacidade de situar no tempo*. A sensibilidade histórica seria, portanto, aquilo que permite ao historiador instrumentalizar a interdisciplinaridade sem perder de vista o tempo histórico. Munido dessa capacidade, o historiador pode lançar mão de conceitos, teorias e modelos de outras disciplinas (como o fizeram os “pais fundadores” dos *Annales*) de maneira a subordiná-los à perspectiva do tempo histórico, esta sim central ao conhecimento que se pretenda histórico. Ceder à interdisciplinaridade sem sensibilidade histórica significa abrir mão daquilo que é específico, particular e caro ao historiador; significaria fazer coisa outra que não história.

Neste primeiro sentido, podemos dizer que a sensibilidade histórica constitui por si só uma virtude epistêmica: é pelo seu exercício adequado que se pode agir virtuosamente enquanto historiador. Em outros termos, aquilo que diferencia a pesquisa histórica daquela das outras ciências sociais é a capacidade do historiador situar os elementos de sua história no tempo. Logo, trata-se de uma capacidade desejável do pesquisador que deseja ser historiador. É possível encontrar outros subsídios para corroborar essa leitura mais adiante no mesmo texto, quando o autor repreende a falta de sensibilidade histórica nos livros de História do Direito escritos por advogados:

178

Lembrem-se, por exemplo, os [livros] de História do Direito produzidos por advogados. Alguns até de grandes juristas, homens superiormente afirmados em suas áreas. *Falta-lhes porém a sensibilidade histórica* e seus livros valem pouco ou até quase nada como História (IGLÉSIAS 1983, p. 139, grifo meu).

Eruditos, mas incapazes de situar os elementos de suas histórias em uma cadeia mais ampla de acontecimentos – situar suas histórias no tempo – esses livros de História do Direito teriam pouco a acrescentar à nossa compreensão histórica do Direito. Estariam mais próximos dos “catálogos” antes mencionados; coleções de fatos, colocados um após o outro, presumindo-se que *post hoc ergo propter hoc*. Iglésias completa mais adiante:

Demais, o historiador sem formação adequada [...] tem conhecimento reduzido do processo evolutivo. Interessa-se por certo tema ou época, por capricho ou afinidade com a área em que se especializou: faz o seu estudo, mas *não tem informação sobre quadro amplo*, de modo que comete erros elementares ou *é incapaz de colocar o assunto em contexto geral*; daí a produção padecer de insuficiência ou mesmo equívocos (IGLÉSIAS 1983, p. 139-140, grifo meu).

Aqui, parece-me interessante que o autor menciona a questão da formação. Considerando que nos anos de 1980 estamos começando a colher os frutos da expansão da pós-graduação iniciada na década anterior, a ligação entre a ideia de formação e o problema da sensibilidade histórica é importante: trata-se, afinal, de uma *disposição cultivada*, passível de ser ensinada e aprendida, e não de um dom divino. O exercício da sensibilidade histórica, ligado à ideia

de formação adequada, aponta para a hipótese de que as características tidas por virtuosas no exercício do ofício do historiador são parte de um mecanismo mais amplo de produção de subjetividade. Produz-se o indivíduo capaz de falar do passado de maneira legítima, tanto quanto se produzem discursos sobre o passado.<sup>11</sup> No caso específico, Iglésias se refere a determinada concepção de história para a qual os temas de “quadro amplo” e “contexto geral” seriam centrais; trata-se de uma formação capaz de cultivar nos alunos a sensibilidade histórica tal qual definida anteriormente.

### **Sensibilidade histórica como meta-virtude**

Nas outras duas peças nas quais a sensibilidade é evocada, no entanto, essa definição fica menos clara. Laura de Mello e Souza, por exemplo, elogia a sensibilidade com que Ronaldo Vainfas opera a análise dos discursos jesuíticos sobre a escravidão africana: “Feita com sensibilidade e erudição, a análise dos enunciados destes discursos é o ponto alto do livro. Neles, o Autor detecta a presença da patrística, da escolástica, da filosofia grega [...]” (SOUZA 1987, p. 202). Aqui, a sensibilidade e a erudição se mesclam; seria a sensibilidade a capacidade de decompor o discurso jesuítico com relação às referências intelectuais ali presentes? Tal entendimento estaria, de certa maneira, alinhado à concepção evocada por Iglésias, no sentido de localizar discursos em relação a uma cadeia maior de elementos. Por outro lado, pode-se começar a pensar a sensibilidade como algo diferente. Poderíamos pensar aqui em uma expressão que aglutina várias habilidades e disposições outras, dando a elas um sentido específico – o do ofício de historiar. Nesse caso particular, o exercício da sensibilidade histórica de Vainfas parece estar ligado à combinação de sua erudição com a atenção aos detalhes e o rigor de análise, no sentido de que a erudição torna significativo o detalhe enquanto evidência histórica. Vê-se, portanto, que a própria definição de sensibilidade histórica está intimamente ligada à concepção de história dos autores – e, conseqüentemente, a outros enunciados e configurações de virtudes epistêmicas.

Outro caso será útil para tentar esboçar um melhor entendimento do que poderia ser essa sensibilidade enquanto meta-virtude, ou uma virtude que dá sentido a outras. Ao resenhar *Linhagens do Estado Absolutista*, de Perry Anderson, Modesto Florenzano também dá margem a percebermos essa distinção. Assim ele comenta:

Perry Anderson não é um historiador profissional, seus estudos não são o resultado de um trabalho de pesquisa, em primeira mão, nos documentos históricos, mas são o fruto de uma “simples leitura de trabalhos publicados por historiadores contemporâneos, o que é uma outra coisa”. Não nos deixemos impressionar, contudo, por esta confissão dos limites da obra.

<sup>11</sup> Lembre-se que Iglésias via com certo entusiasmo a profissionalização da historiografia em sua forma universitária – em especial conforme expresso na obra, publicada postumamente, *Historiadores do Brasil*, na qual, apesar de tal entusiasmo, pondera que essa nova modalidade de formação “é recente e nunca faltou historiografia, às vezes do melhor nível. Algumas de suas obras primas são mesmo antigas, *fruto do talento ou do gênio*, da criação ou *da garra de autores de sensibilidade para a mudança, para a história*” (IGLÉSIAS 2000, p. 230-231, grifos meus).

Todos os seus trabalhos têm revelado um talento e sensibilidade raros que só os grandes, os autênticos historiadores possuem (FLORENZANO 1984, p. 75-76).

Fica pouco claro, novamente, o que Florenzano entende por “sensibilidade”, uma qualidade que apenas os “grandes” e “autênticos” historiadores possuiriam. Mas é significativo que o resenhista marque que, apesar de não ser “historiador profissional”, e de seus estudos não serem fruto de “trabalho de pesquisa, em primeira mão, nos documentos históricos”, apesar de tudo isso o autor resenhado seria possuidor de uma qualidade subjetiva que o tornaria um historiador de primeira grandeza.

Mais adiante em sua resenha, o autor celebra a capacidade de Anderson trabalhar com colegas das mais diversas matrizes teóricas:

Daí a riqueza de análise e interpretação que o autor nos oferece, isto é, do uso absolutamente inteligente e criativo dos trabalhos dos historiadores de todos os matizes teóricos. Daí também a fecundidade das suas reflexões, da sua teorização, isto é, da utilização, ao mesmo tempo, plena e rigorosa, mas não sacralizada, do materialismo histórico (FLORENZANO 1984, p. 76).

180

Aqui, mais do que uma habilidade ou disposição específica, a sensibilidade aparece como um campo no qual se organizam outras virtudes epistêmicas: *open-mindedness*, no caso, mas também a capacidade de síntese, a honestidade intelectual e a erudição. Essa hipótese de leitura abre, portanto, uma divergência em relação à concepção avançada em Iglésias. Os autores parecem lidar com duas concepções de sensibilidade histórica distintas: de um lado, uma capacidade específica, passível de ser treinada, aprendida e ensinada; de outro, um termo que aglutina outras habilidades e disposições, e que dá um sentido ao trabalho do historiador. A primeira dessas concepções atua como virtude, ou seja, como capacidade cujo exercício é desejável para o exercício da atividade historiadora; a segunda atua como meta-virtude, ou seja, como atributo direcionador que organiza o exercício das capacidades desejáveis do historiador.

### **Considerações finais**

Mais do que procurar desfazer essas ambiguidades, aquilo que me interessa mais nestes casos é explorar justamente os diferentes enunciados aos quais os resenhistas se referem usando uma mesma expressão. Isso porque os historiadores operam com repertórios limitados de características desejáveis. É neste sentido que apenas a leitura atenta dos textos nos quais essa linguagem axiológica é instrumentalizada pode fornecer subsídios para a pesquisa. Não se trata tanto de revelar algum sentido oculto por trás das palavras, mas de descrever as relações discursivas estabelecidas na superfície dos textos.<sup>12</sup> No caso da sensibilidade histórica, foi possível descrever duas formações

---

<sup>12</sup> Retomando aqui a figura elaborada por Foucault segundo a qual o enunciado não é visível, mas não é oculto. Ver Foucault (2012).

discursivas específicas em relação às quais os historiadores se situavam. De um lado, acompanhando uma concepção processual da história, a sensibilidade histórica designa a capacidade do historiador situar elementos individuais em cadeias maiores, dando-lhes um sentido e estabelecendo as relações entre esses elementos. De outro, a sensibilidade histórica designa o sentido do próprio fazer historiográfico, aglutinando outras habilidades desejáveis por parte do historiador – erudição, atenção aos detalhes, rigor de análise, *open-mindedness*, capacidade de síntese, etc. Tratam-se de duas formações que exercem funções diferentes na produção de subjetividade do historiador. Enquanto uma designa uma habilidade que pode ser aprendida, a outra dá um sentido que organiza certas competências do indivíduo.

Ademais, a análise das formações discursivas levada a cabo neste texto se detém em uma descrição sincrônica do fenômeno. Neste sentido, o que aqui se esboçou é uma espécie de retrato, ainda que inicial, da configuração do enunciado “sensibilidade histórica” na historiografia acadêmica brasileira entre 1980 e 1990. Trata-se, enfim, de um primeiro passo que, parece-me, pode seguir para leituras diacrônicas, comparativas, mas tal esforço fica além dos objetivos deste texto, de caráter mais modesto.

Para além do caso específico da sensibilidade histórica, parece-me plausível que a hipótese avançada por Paul, de que os historiadores (1) lidam com repertórios limitados de valores e condutas exemplares e (2) se situam em tensão entre os pontos de referência disponíveis nesses repertórios, não se esgota nos séculos XVIII e XIX, tampouco ao recorte geográfico da Europa. Avanço a reflexão, portanto, apontando que a linguagem, ou, mais ainda, a concepção “moralizante” do ofício do historiador não é traço arcaizante, reminiscência de um Antigo Regime historiográfico, mas é constitutiva de uma maquinaria que produz *sujeitos aptos* a serem historiadores.<sup>13</sup> Moralizante no sentido de que fundamenta o sucesso da empreitada histórica no sujeito produtor e em suas características subjetivas – a posse, o cultivo e o exercício de virtudes epistêmicas. Essa maquinaria, que entendo fazer parte daquilo que Certeau chamou de lugar social, permanece indissociável da capacidade de produção de sentido por parte da história. Faríamos bem em nos atentarmos para as consequências dessa questão.

181

### Referências bibliográficas

BONDI, Marina; SANZ, Rosa Lorés (Ed.). **Abstracts in Academic discourse: variations and change**. Bern: Peter Lang, 2014.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

<sup>13</sup> Para momentos ainda mais recentes, poderíamos chamar a atenção para as discussões em torno de como o historiador deveria se colocar em disputas políticas – como no caso do debate em torno do impeachment/golpe de Dilma Rousseff, ou da proposta “Escola sem partido” – que mobilizam discussões antigas em torno das relações entre comprometimento político e escrita da história, dos temas da objetividade; em suma, em torno de “modos de ser” historiador, ligados a concepções distintas de história.



- \_\_\_\_\_. **História e Psicanálise**: entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- CONDREN, Conal; GAUKROGER, Stephen; HUNTER, Ian (Eds.). **The Philosopher in Early Modern Europe**: the nature of a contested identity. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2006.
- DASTON, Lorraine; GALISON, Peter. **Objectivity**. New York: Zone Books, 2007.
- \_\_\_\_\_; LUNBECK, Elizabeth (Eds.). **Histories of Scientific Observation**. Chicago: The University of Chicago Press, 2011.
- \_\_\_\_\_; SIBUM, H. Otto. Introduction: Scientific Personae and Their Histories. **Science in Context**, v. 16, n. 1-2, p. 1-8, 2003.
- DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick; TREBITSCH, Michel (Dir.). **Michel de Certeau**: les chemins d'histoire. Bruxelles: Éditions Complexe, 2002.
- ESKILDSEN, Kasper Risbjerg. Inventing the archive: testimony and virtue in modern historiography. **History of the Human Sciences**, v. 26, n. 4, p. 8-26, 2013.
- FLORENZANO, Modesto. Resenha de Perry Anderson, *Linhagens do Estado Absolutista*, Porto 1984 (tradução do original: *Lineages of the Absolutist State*, New Left Books, Londres, 1976). **Projeto História**, São Paulo, n. 3, p. 75-77, 1984.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- FROEYMAN, Anton. Virtues of Historiography. **Journal of the Philosophy of History**, v. 6, n. 3, p. 415-431, 2012.
- GIARD, Luce; MARTIN, Hervé; REVEL, Jacques. **Histoire, Mystique et Politique**: Michel de Certeau. Grenoble: Jérôme Millon, 1991.
- GRECO, John. Virtue Epistemology. In: DANCY, Jonathan; SOSA, Ernest; STEUP, Matthias (Eds.). **A Companion to Epistemology**. 2. ed. Chichester: Wiley-Blackwell, 2010, p. 75-82.
- HUISTRA, Pieter. The trial of Henry of Brederode: historians, sources and location under discussion in 19th-century historiography. **History of the Human Sciences**, v. 26, n. 4, p. 50-66, 2013.
- HUNTER, Ian. The History of Philosophy and the Persona of the Philosopher. **Modern Intellectual History**, v. 4, n. 3, p. 571-600, 2007.
- HYLAND, Ken; DIANI, Giuliana (Eds.). **Academic Evaluation**: review genres in university settings. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.
- IGLÉSIAS, Francisco. A Historiografia Brasileira Atual e a Interdisciplinaridade. **Revista Brasileira de História**, v. 3, n. 5, p. 129-141, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Historiadores do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

- KVANVIG, Jonathan. Virtue Epistemology. In: BERNECKER, Sven; PRITCHARD, Duncan (Ed.). **The Routledge Companion to Epistemology**. London: Routledge, 2011, p. 199-207.
- MOTTA-ROTH, Désirée. Discourse Analysis and Academic Book Reviews: a study of text and disciplinary cultures. In: COLL, J. F.; FORTANET, I.; PALMER, J. C.; POSTEGUILLO, S. (Ed.). **Genre Studies in English for Academic Purposes**. Castellón: UniversitatJaume I, 1998, p. 29-48.
- OHARA, João Rodolfo Munhoz. The Disciplined Historian: “epistemic virtue”, “scholarly persona”, and the practices of subjectivation. A proposal for the study of Brazilian professional historiography. **Práticas da História**, v. 1, n. 2, p. 39-56, 2016.
- PAUL, Herman. Performing History: how historical scholarship is shaped by epistemic virtues. **History & Theory**, v. 50, n. 1, p. 1-19, 2011.
- \_\_\_\_\_. The heroic study of records: The contested persona of the archival historian. **History of the Human Sciences**, v. 26, n. 4, p. 67-83, 2013.
- \_\_\_\_\_. The Virtues and Vices of Albert Naudé: toward a history of scholarly personae. **History of Humanities**, v. 1, n. 2, p. 327-338, 2016.
- \_\_\_\_\_. Virtue Ethics and/or Virtue Epistemology: a response to Anton Froeyman. **Journal of the Philosophy of History**, v. 6, n. 3, p. 432-446, 2012a.
- \_\_\_\_\_. Weak Historicism: On Hierarchies of Intellectual Virtues and Goods. **Journal of the Philosophy of History**, v. 6, n. 3, p. 369-388, 2012b.
- \_\_\_\_\_. What is a Scholarly Persona? Ten theses on virtues, skills, and desires. **History & Theory**, v. 53, n. 3, p. 348-371, 2014.
- SOSA, Ernest. The Raft and the Pyramid: coherence versus foundations in the theory of knowledge. **Midwest Studies in Philosophy**, [s.i.], v. 5, n. 1, p. 3-25, 1980.
- SOUZA, Laura de Mello; VAINFAS, Ronaldo. Ideologia e Escravidão - os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial. Petrópolis, Vozes, 1986, 168 p. **Revista Brasileira de História**, v. 7, n. 13, p. 199-204, 1987.
- THIERRY, Augustin. **Dix Ans d'Études Historiques**. Paris: Just Tessier, 1835.
- ZAGZEBSKI, Linda. **Virtues of the Mind**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

# Artigos

articles

# Temporalidade, historicidade e presença em uma análise do prólogo do *Picatrix* (séc. XIII)\*

Temporality, historicity and presence in an analysis of the prologue of the *Picatrix* (13<sup>th</sup> Century)

---

**Aline Dias da Silveira**

aline.d.s@ufsc.br

Professora adjunta

Universidade Federal de Santa Catarina

Rua Di Cavalcanti, 31 - Lagoa da Conceição

88062-187 - Florianópolis - Santa Catarina

Brasil

---

## Resumo

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma reflexão historiográfica, cujos fundamentos são encontrados nos conceitos de temporalidade e historicidade concebidos por Martin Heidegger. Para tanto, serão apresentados alguns aspectos da obra *Ser e tempo* (*Sein und Zeit*), articulados com as interpretações e considerações de outros autores como Reinhart Koselleck, Hans Ulrich Gumbrecht, Cezar Luís Seibt e Valdei Lopes Araújo. Dessa forma, pretende-se contribuir com a construção das categorias historiográficas de temporalidade e historicidade. No segundo momento do texto, à guisa de exemplo, essas categorias serão aplicadas na análise de um documento medieval de astromagia, traduzido do árabe para o castelhano e o latim na corte do rei Afonso X de Castela, o *Picatrix*. Constata-se que a sociedade medieval, por se tratar de uma “cultura de presença” como propõe Gumbrecht, é um rico laboratório para a compreensão da fluidez das temporalidades e do fenômeno histórico da transculturalidade.

185

## Palavras-chave

Temporalidade; Historicidade; História Medieval.

## Abstract

The purpose of this article is to present a historical analysis, the fundamentals of which are found in the concepts of temporality and historicity developed by Martin Heidegger. For this, some aspects of the work *Being and Time* (*Sein und Zeit*) are presented and articulated, with the interpretations and considerations of other authors such as Reinhart Koselleck, Hans Ulrich Gumbrecht, Cezar Louis Seibt and Valdei Lopes Araújo. This analysis is intended to contribute to the construction of historiographical categories of temporality and historicity. In the second part of the text, these categories are applied in the analysis of a medieval document of astromagic, translated from Arabic into Spanish and Latin at the court of King Alfonso X of Castile, the *Picatrix*. It appears that, because it is a “presence-culture” as proposed by Gumbrecht, the medieval society is a rich laboratory for understanding the movement of temporalities and the historical phenomenon of transculturality.

## Keywords

Temporality; Historicity; Medieval History.

---

Recebido em: 23/3/2016

Aprovado em: 14/9/2016

---

\* Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), através de bolsa de Estágio Pós-Doutoral no Exterior, processo nº BEX 0673/15-3 na Universidade Humboldt de Berlim.

O historiador que se interessa por temas como o diálogo intercultural, a diplomacia inter-regional e o lugar social das minorias encontra na Península Ibérica medieval um laboratório denso de objetos e fontes de pesquisa, que abrigam, em sua própria linguagem e historicidade, os enlaçamentos de projetos e de memórias, articulando-os como presença, considerando esse termo no sentido que Heidegger lhe concede: como presença que vigora por ter sido presente (HEIDEGGER 2005, §76, p. 200-201).<sup>1</sup> Esta simultaneidade na presença de um presente passado significa que esse passado é um constituinte da consciência do Ser. Por essa perspectiva, é possível viabilizar a abertura para uma nova análise e compreensão do fenômeno histórico da transculturalidade presente nas fontes medievais. E, exatamente por se pretender falar de transculturalidade, torna-se necessário transcender os limites temporais e espaciais convencionalmente atribuídos à Idade Média.<sup>2</sup>

A obra de astromagia, o *Picatrix*, traduzida na corte do rei Afonso X de Castela (1252-1284) é uma destas obras que possibilitam a abertura concreta para a presença do passado que conduz ao fenômeno histórico mais amplo, pois revela a complexidade dos entrelaçamentos temporais de sua historicidade, como apontarei ao longo desta exposição. Por essa via, o presente artigo consiste em uma reflexão historiográfica que busca seus fundamentos nos conceitos de temporalidade e historicidade concebidos por Heidegger. Sem ter a pretensão de aprofundar a interpretação da obra e do pensamento deste filósofo, serão apresentados alguns elementos do livro *Ser e Tempo*, a fim de indicar uma construção das categorias historiográficas de temporalidade e historicidade a partir desta obra e da releitura da mesma, empreendida por outros autores como Reinhart Koselleck (2012; 2000), Hans Ulrich Gumbrecht (2009; 2010), Cezar Luís Seibt (2010) e Valdeci Lopes Araújo (2013).<sup>3</sup> No segundo momento, aplicarei essas categorias, a título de exemplo, na análise de um trecho do prólogo do *Picatrix*.

As fontes falam. Quem entre nós ainda não vivenciou uma experiência epifânica ao ler as fontes? Momento em que perguntas, ideias e possibilidades acometem a mente, estimulando o ânimo perante o horizonte de expectativas sobre aquilo que ainda podemos encontrar, levando nossos pensamentos para fora e/ou para dentro de nós: um sentimento de comunhão com a presença do passado. Epifanias que, pelo menos por alguns momentos, nos fazem sonhar,

186

<sup>1</sup> "Restos, monumentos, relatos ainda dados constituem "material" possível para a abertura concreta da presença que vigora por ter sido presente. Estes só podem se tornar material historiográfico porque, em seu próprio modo de ser, possuem o caráter de pertencer à história do mundo. E apenas se tornam material na medida em que são previamente compreendidos em sua intramundandade" (HEIDEGGER 2005, §76, p. 200-201). Ou seja, todos esses elementos que nos remetem a um "passado" podem despertar a consciência do Ser para a forma e para o quanto esse "passado" o constitui (dagewesen Dasein).

<sup>2</sup> Estou convencida que o caráter de presença do passado nas fontes medievais é tão intenso, que para entendermos uma fonte do século XIII como o *Picatrix* é necessário não só voltar à história do pensamento neoplatônico, como também à ciência mesopotâmica antiga, como demonstra o trabalho de Pingree (1980). Por este motivo, a utilização do termo medieval neste artigo refere-se a uma percepção e consciência do tempo, bem como utilização do passado presentes nas fontes, e não ao limite temporal e espacial convencional. Dessa forma, sigo as temporalidades e as espacialidades que a fonte me indica.

<sup>3</sup> A escolha desses autores legitima-se pela proximidade e suas interpretações com as expectativas do campo da História. No entanto, para um aprofundamento do entendimento filosófico da obra de Heidegger, sugiro as seguintes obras: Figal (2016); Casanova (2015); Stein (2002).

“nos fazem ansiar por saber” como já expressou Hans Ulrich Gumbrecht (2010, p. 148). Não há dúvidas que essa experiência constitui um diálogo com a fonte - não um monólogo. Com o passar do tempo, essa epifania se torna cada vez menos frequente: quanto mais nos aproximamos da fonte, dando-lhe sentido, mais sua presença deixa de nos afetar. Talvez, neste ponto, estejam marcadas as limitações da própria análise histórica, como Martin Heidegger evidenciou, quando rechaçou a utilização do termo História, preferindo o termo historicidade, pois a historicidade para Heidegger é constituinte do *Dasein*,<sup>4</sup> Ser/Presença, (2005, §74, p. 188), como melhor explicaremos no decorrer deste artigo.

Ao iniciar a pesquisa com um livro de astromagia do século XIII, o *Picatrix*, e ler seus prólogos, deparei-me com as diversas possibilidades instigantes de análise desta fonte e a possibilidade que mais me fascinou foi a análise das múltiplas temporalidades explicitamente presentes na obra. Com o termo temporalidades eu pretendia expressar a percepção e experiência humana no tempo. Porém, à guisa de compreender melhor esse “chamado” da fonte, busquei o conceito na obra de Martin Heidegger (1889-1976) *Ser e Tempo* (2005, edição original alemã 1927). Como resultado ocorreu a constatação de que no pensamento de Heidegger podemos encontrar fundamentos para categorias de análise do fenômeno histórico, os quais, por sua vez, podem recondicionar a interpretação e a escrita da História, pois “as condições que prefiguram a escrita da história não são apenas condições historiográficas, mas são também ontológico-existenciais” (ARAÚJO 2013, p. 41).

187

### Temporalidade e historicidade em Heidegger

Desde o início de sua obra *Ser e Tempo*, Heidegger está à procura do sentido do Ser, e para ele o Ser deverá ser compreendido a partir do horizonte da temporalidade, do tempo próprio (SEIBT 2010, p. 251). Assim, a temporalidade e a historicidade são muito importantes para a compreensão do ser. Mas qual seria o significado de temporalidade e historicidade para Heidegger? E como essas categorias poderiam nos auxiliar para a compreensão de nossos objetos de pesquisa?

Heidegger, assim como outros historiadores e filósofos de seu tempo, rechaçou a História tradicional. Sua crítica está no entendimento da História como o estudo do ser humano no tempo, como se a História se constituísse do conjunto de sucessões de fatos e ações passadas. O problema que Heidegger via nessa perspectiva é a do desligamento/separação do ser do presente em relação ao passado e - ainda mais grave para a percepção de Heidegger - do rompimento entre o passado e o futuro, pois essas relações seriam necessárias para a cura do Ser e a abertura para o mundo das coisas. Por

<sup>4</sup> Na tradição filosófica alemã anterior a Heidegger, *Dasein* é um termo utilizado como sinônimo para o vocábulo latino *existentia*. Heidegger confere ao termo um significado menos vago, já que seu objetivo é a compreensão do Ser pela perspectiva da fenomenologia, distanciando-se da filosofia existencial. Assim, os fundamentos para a constituição do Ser estão na Transcendência, na Temporalidade e na Historicidade (VETTER 2014, p. 246-248). Os tradutores da obra de Heidegger apresentam diversas interpretações para os termos concebidos por Heidegger. Neste artigo, será utilizada a tradução de Márcia Schubach para *Dasein*, ou seja, pre-sença/presença. Gumbrecht interpreta o *Dasein* como “ser-no-mundo” na obra *Produção de Presença* (2010, p. 96).



isso, Heidegger fala de historicidade e não de história, para evidenciar aquela como um fenômeno constituinte do Ser. A historicidade própria possibilitaria que o Ser reconhecesse a natureza de enlaçamento entre o passado e o futuro no acontecer, onde "acontecer" (ARAÚJO 2013, p. 39) poderia ser entendido como o fenômeno histórico. Esse entendimento é o que também podemos ler em Koselleck na sua obra *Futuro Passado* (2012), pois esse passado, tanto para Heidegger como para Koselleck, são as memórias/experiências e esse futuro são as projeções/expectativas, colocando-os no desenvolvimento de uma longa tradição intelectual alemã de relacionar o passado e o futuro, como a obra de Koselleck apresenta.

Ainda nos remetendo a Heidegger, existiriam dois tipos de historicidades segundo o pensador: a imprópria, também mais corrente, e a própria, emancipatória do Ser. Na historicidade imprópria, o Ser se imagina no tempo, numa situação que desvia a consciência da historicidade como um elemento na constituição interna do Ser, ou seja, não percebe que o entrelaçamento do tempo se realiza no próprio Ser (HEIDEGGER 2005, § 73, p. 183-187; ARAÚJO 2012, p. 39), ou no mundo do Ser. A historicidade própria é o módulo que temporaliza a temporalidade, isso significa que a historicidade dá medida e referência à temporalidade a partir da vivência humana. Assim, a historicidade própria é a temporalização da fluidez das experiências passadas e das expectativas do futuro efetivadas no acontecer ou fenômeno histórico, constituindo a percepção temporal humana da temporalidade. Pois, para Heidegger, a temporalidade em si não é o tempo físico, mas o processo interno da presença no mundo, o sentido de estar no tempo:

188

A análise da historicidade da pre-sença busca mostrar que esse ente não é "temporal" porque "se encontra na história", mas, ao contrário, que ele só existe e só pode existir historicamente porque, no fundo de seu ser é temporal. Todavia, a pre-sença deve ser chamada de "temporal" também no sentido de ser e estar no tempo. Mesmo sem uma construção historiográfica dos fatos, a pre-sença, de fato, precisa e se vale de calendário e relógio. Ela faz a experiência do que "com ela" acontece, como acontecendo "no tempo" (HEIDEGGER 2005, § 72, p. 181).

Ou seja, a qualidade "temporal" do Ser não seria determinada por uma força externa, porém, no sentido contrário, pela percepção ou consciência interna do tempo próprio do Ser. Nossa sincronização com o tempo natural por meio de calendários e relógios nos conduziria à sensação de que esses tempos se equivalem. No entanto, a percepção de temporalização do Ser é um processo interno. Cezar Luís Seibt entende, a partir de sua leitura de Heidegger, que tendo descoberto o tempo, o *Dasein* (traduzido por Márcia Schubach como *pre-sença*) volta para si mesmo e seu próprio pensar e, a partir do tempo compreendido, pensa a temporalidade de si (SEBT 2010, p. 252). Heidegger compreende quatro constituições existenciais temporais que formariam a estrutura da temporalidade, cada uma dessas poderiam se manifestar de forma própria ou imprópria:

**Compreensão** (*Verstehen*) – é o despertar do Ser para si mesmo e para as possibilidades que podem ser realizadas (VETTER 2014, p. 369). Sua temporalização é a projeção para o futuro. Koselleck utiliza o termo horizonte de expectativas (KOSELLECK 2012, p. 305-327) para expressar na linguagem da tradição historiográfica alemã essa percepção. A manifestação própria da compreensão está na antecipação e a imprópria na espera;

**A disposição** (*Befindlichkeit*) – é a disposição mental ou ânimo do Ser de se perceber e ser afetado. Sua temporalização é a afetação pelo passado. Koselleck aproxima-se dessa compreensão pelo termo espaço de experiências. Na historiografia, poderíamos entender sua temporalização como memória no mais amplo sentido. A disposição se manifesta propriamente na repetição e impropriamente no esquecimento;

**Decaída** (*Verfallen*) – Cezar Seibt utiliza a palavra decaída para a tradução do termo *Verfallen* e Márcia Schubach a palavra *de-cadência*.<sup>5</sup> Consciente de sua morte e livre da ilusão de eternidade, o Ser estaria pronto para a ação. Assim, sua temporalização (referência) é a consciência da finitude, é o instante, o *Augenblick*, o ato resolutório. Ao contrário, em sua impropriedade, a decaída manifesta-se pela dispersão. A decaída própria é o instante da decisão tomada a partir da fluidez da projeção para o futuro e da afetação do passado no acontecer presente, é a abertura para o mundo.

**Linguagem** (*Rede*) – Prefiro utilizar o sentido de linguagem para o vocábulo alemão *Rede* na obra de Heidegger (VETTER 2014, p. 344-346), recusando a prática corrente de traduzi-lo como “discurso”, pois a abrangência do termo linguagem aproxima-se mais do contexto conceitual do pensamento de Heidegger, como já colocou Ernildo Stein (2004), e tem uma maior eficácia na interpretação das fontes históricas, principalmente medievais, como mostrarei adiante. A compreensão, a disposição, e a decaída precisam da linguagem para ser articuladas, possibilitando, assim, a abertura do Ser para o mundo (HEIDEGGER 2005, §68, p. 148).

A articulação e a interação dessas quatro constituições existenciais temporais ativam um processo que nos remete à consciência do próprio Ser, de forma que esse transcenda uma ilusória determinação do mundo sobre si. Na temporalidade, o Ser se projeta no futuro (expectativas, projetos e utopias), retrocede no passado (experiências, memória) que convergem no instante da consciência de si e sua finitude atualizada, por isso a consciência do *Dasein* (pre-sença) na temporalidade não se restringe apenas ao momento passado.

Em relação ao conceito de historicidade na obra de Heidegger, Valdeci Lopes Araújo entende que essa “deveria ser compreendida como a temporalização da temporalidade humana, ou, em outras palavras, a efetivação dessa condição estrutural do humano, o tempo histórico” (ARAÚJO 2013, p. 39). Assim, temos uma definição de historicidade como tempo histórico, a partir da constituição temporal do fenômeno (compreensão, disposição, decaída e linguagem) em uma unidade denominada temporalidade, sendo que o tempo histórico é o que dá referências (memória, expectativas e vivência) a essa unidade.

<sup>5</sup> Eu prefiro entender *Verfallen* no sentido de entregar-se, pois o Ser se entregaria à certeza de sua finitude, marcada pelo seu nascimento e sua morte, em consequência, perceberia que somente pode contar consigo mesmo para sua própria transcendência do mundo. No entanto, continuarei utilizando o termo dos autores anteriores por reconhecimento ao estado da arte.

Um passo adiante: na análise de um fenômeno histórico, se deveria considerar a unidade constituída pela relação das expectativas, das experiências, da consciência e da linguagem, onde a linguagem é a fonte que presentifica o passado. Assim, a linguagem, (ou o discurso como muitos a interpretam) não é o todo, mas o meio pelo qual se pode acessar a temporalidade e a compreensão do fenômeno histórico. A fonte possibilita a abertura para o desvendamento do mundo ou, na linguagem historiográfica, da problemática colocada.

### **Experiências e expectativas**

A considerar essa relação, a utilização das categorias experiência e expectativa como constituintes da temporalidade parece extremamente pertinente, quando aplicadas à análise da fonte com o objetivo de compreender o fenômeno histórico. Koselleck afirma que a história em si, como objeto de pesquisa, ou a teoria da história ou a filosofia da história trata de categorias transcendentais, ou seja, meta-históricas: “tornou-se impossível, embora ainda se tente com freqüência, tratar cientificamente a história sem que se tenha uma ideia precisa das categorias pelas quais ela se expressa” (KOSELLECK 2012, p. 305). Com essas palavras, o autor legitima a utilização absolutamente necessária das categorias experiência e expectativa, as quais indicariam uma condição humana universal e se equivaleriam às categorias de tempo e espaço. Em outras palavras, elas remeteriam a um dado antropológico<sup>6</sup> prévio, sem o qual a história não seria, ou “não poderia sequer ser imaginada” (KOSELLECK 2012, p. 307-308). Koselleck esclarece essa sua tese:

190

experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas de seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político (KOSELLECK 2012, p. 308).

A experiência seria o passado presente, constituída tanto das acumulações de ações pessoais como coletivas. A expectativa seria um futuro presente, ligada ao mesmo tempo à pessoa e ao interpessoal, também se realizaria no hoje, voltada para o ainda não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Elas seriam partes constituintes de um presente, mas não seriam simétricas. Passado e futuro jamais chegariam a coincidir, pois a expectativa não poderia ser totalmente extraída da experiência. Por sua vez, a experiência estaria completa na medida em que suas causas são passadas, enquanto a experiência futura, antecipada como expectativa, se decomporia em múltiplos momentos temporais. Esses dois conceitos remeteriam à temporalidade humana e, meta-historicamente, à temporalidade da história (KOSELLECK 2012, p. 309-310).

O componente indispensável ao desenvolvimento da tese do autor é o espaço, pois o tempo só pode ser expresso na linguagem através de metáforas

---

<sup>6</sup> A ideia de um “dado antropológico” precisa ser entendida dentro do contexto da “Historische Anthropologie”, uma perspectiva alemã de pesquisa transdisciplinar nas ciências humanas. Uma obra interessante que apresenta um debate internacional sobre essa linha de pesquisa é Rösen (1999).

espaciais, o que também realça a ideia de presença temporal. Por esse motivo, Koselleck utiliza a metáfora “espaço de experiência” (*Erfahrungsraum*) e “horizonte de expectativa” (*Erwartungshorizont*), para mostrar que a presença do passado é diferente da presença do futuro. A experiência proveniente do passado é espacial, se acumula para formar estratos de tempos (*Zeitschichten*) anteriores que estão simultaneamente presentes. Por isso, o autor diz que a experiência salta por cima dos tempos. A experiência “não cria continuidade no sentido de uma elaboração aditiva do passado. A expectativa está para a linha por trás da qual se abre o futuro, um novo espaço de experiências que não pode ainda ser contemplado” (KOSELLECK 2012, p. 311). Não se trataria, aqui, de conceitos opostos, pelo contrário, eles indicariam maneiras diversas de ser, e da tensão que daí resulta poderia ser deduzido algo como tempo histórico. Ou seja, a tensão entre experiência e expectativa suscita diversamente novas soluções, constituindo o tempo histórico (KOSELLECK 2012, p. 312-313). Percebe-se claramente que o tempo histórico definido por Koselleck tem seu fundamento no conceito de historicidade de Heidegger.

Koselleck atribui às categorias espaço de experiência e horizonte de expectativa o valor de absolutamente indispensáveis. Com essa perspectiva, o autor exemplifica a operacionalização da análise do fenômeno histórico ou tempo histórico a partir dessas categorias, principalmente, quando dedica a última parte do capítulo quatorze da obra *Futuro Passado* à comparação da relação entre experiência e expectativa na época pré-moderna (medieval) e moderna. Com isso o autor pretende fundamentar a tese de que, na modernidade, a distância entre experiências e expectativas aumenta progressivamente. Diante das possibilidades abertas por Koselleck, aplico essas categorias na análise do *Picatrix*, a considerar que a fonte enquanto linguagem é a articuladora de ambas as categorias, tornando possível a abertura da presença para o fenômeno histórico.

191

## Presença

*Presença* é um conceito que vem sendo desenvolvido e utilizado nas últimas décadas na área da teoria da história e filosofia da história, principalmente na academia norte-americana (RUNIA 2006, 2014; FROEYMAN 2012; TELLES 2015), e colocado no debate crítico em relação às ideias de representação e sentido do passado. Hans Ulrich Gumbrecht insere-se nesse debate com a obra *Produção de Presença* (2010), cuja primeira edição em inglês e alemão ocorreu em 2004. Em sua crítica ao que ele chama de “existencialismo lingüístico” sobre a suposta incapacidade da linguagem de se referir às coisas do mundo, ele considera que na experiência da nossa relação com as coisas (especialmente artefatos culturais) não seria apenas uma relação de sentido, mas de presença (GUMBRECHT 2009, p. 12), contrariando a metafísica ocidental que separa objeto e sentido. Ele chama a atenção para a presença física da linguagem, sempre dada, mas que foi, dentro da cultura moderna, sistematicamente omitida ou mesmo colocada entre parênteses, e afirma que a linguagem pode produzir epifanias, nas quais o passado é tornado presente (GUMBRECHT 2009, p. 16; 2010, p. 148). Por essa perspectiva, a fonte pode, enquanto linguagem, tornar

presente o passado, no sentido de suscitar experiências sensoriais de presença. Por exemplo, na experiência de ler em voz alta os versos da *Divina Comédia* de Dante Alighieri.

Através da convergência entre o conceito de Heidegger do *Dasein* (*presença*) e as reflexões feitas por Hans Ulrich Gumbrecht sobre a presença do passado pode-se trazer luz sobre a aplicação desse conceito. Gumbrecht percebe na ideia de linguagem como a casa do Ser/Presença uma forma promissora de compreensão de fenômenos culturais, mas que, quando efetivada, pode vir a ser diferente daquilo que Heidegger quis dizer com estas palavras. Quatro aspectos desta metáfora lhe interessam. Primeiro, ele destaca o fato de que, frequentemente, uma casa torna os seus habitantes mais invisíveis do que visíveis. Assim, a linguagem não atuaria como uma "janela"; a linguagem não seria primordialmente a expressão da presença, com a qual esta linguagem possa ser entrelaçada. Contudo, em segundo lugar, poderíamos considerar a casa como sendo a promessa ou até mesmo garantia da proximidade daqueles que acreditamos nela residirem. Gumbrecht utiliza, então, o exemplo da linguagem do misticismo: "ela pode não tornar o divino completamente presente, e certamente não é uma expressão total do divino, mas ao ler textos místicos alguns de nós sentem-se mais próximos do divino" (GUMBRECHT 2009, p. 20). Em terceiro, o autor coloca que o que mais ele aprecia em relação à metáfora da "linguagem como a casa do Ser" seria a sua denotação espacial. Diferente do clássico paradigma hermenêutico de expressão, "o entendimento da linguagem como "a casa do Ser" (ou como a casa da presença) nos faz imaginar aquele que habita a casa como possuidor de "volume" e que compartilha, assim, o estatuto ontológico das coisas." (GUMBRECHT 2009, p. 20).

192

### **Um possível método de análise**

Como pensar, no entanto, a análise da fonte como linguagem que torna presente o passado não por seu potencial epifânico, mas como presença de vigor em seu próprio tempo histórico, por exemplo, o século XIII?

A resposta que encontro para essa questão é a seguinte: dever-se-ia considerar o enlaçamento dos espaços de experiências e do horizonte de expectativas presente na fonte, afinal, sem essas categorias a história nem poderia ser imaginada, como afirma Koselleck. Por essa via, o passado pode ser compreendido como fenômeno histórico. E, retornando à proposta de Gumbrecht, deveríamos sempre reconhecer a sociedade medieval como uma cultura de presença.

Gumbrecht define dois tipos de culturas referentes à presença do passado no presente: as "culturas de sentido", como a nossa cultura moderna, e as "culturas de presença" (GUMBRECHT 2010, p. 105), como a medieval. Por essa via, a compreensão da cultura medieval pode ser facilitada e impulsionada para outros entendimentos da noção de história e memória, na qual a presença do passado é manifesta cotidianamente e ritualisticamente. Gumbrecht coloca:



Uma cultura de presença, em contraste, integrará igualmente a existência espiritual e física em sua autorreferência humana (pense, por exemplo, na obsessão com a “ressurreição espiritual e corporal” na Cristandade medieval). Segundo, segue desta distinção inicial que em culturas de presença os seres humanos se consideram como parte do mundo de objetos ao invés de serem ontologicamente separados dele. Terceiro, e em um nível mais alto de complexidade, a existência humana, em uma cultura de sentido, se revela e se realiza em contínuas e progressivas tentativas de transformar o mundo (“ações”) que estão baseadas nas interpretações das coisas e na projeção dos desejos humanos no futuro. Este impulso para a mudança e a transformação está ausente nas culturas de presença nas quais os seres humanos buscam apenas inscrever seu comportamento no que consideram ser estruturas e regras de uma determinada cosmologia (chamamos de “rituais” os quadros situacionais para que tais tentativas correspondam a quadros cosmológicos mais amplos) (GUMBRECHT 2009, p. 13).

Não é novidade nos estudos medievais a constatação dessas formas diversas de relacionar-se com o passado, as quais poderíamos chamar no ocidente de relação pré-moderna e moderna, como os vários medievalistas já evidenciaram.<sup>7</sup> A novidade na interpretação de Gumbrecht, aproximando-se da proposta de Koselleck, é que essa diferença não ocorre simplesmente pelo passar sucessivo e evolutivo do tempo, mas em função do fenômeno mais complexo da medida da fluidez de expectativas e experiências da presença na temporalidade, transformando também - e inevitavelmente - as perspectivas das ciências humanas e, talvez, esse aspecto seria aquele que mais os aproximam de Heidegger e seu conceito ontológico de historicidade.<sup>8</sup>

Os livros de magia astral<sup>9</sup> traduzidos e reelaborados na corte do Rei Afonso X de Castela manifestam a reunião de suas temporalidades na articulação de linguagem filosófica e mágica que, indubitavelmente, abriga a presença cósmica, espiritual e física. Essa presença é construída na obra a partir das experiências milenares e contemporâneas, bem como das expectativas políticas do reino de Castela em tornar-se hegemônico no espaço ibérico e socialmente harmônico no sentido neoplatônico da fonte, ou seja, hierárquico e estável.

193

<sup>7</sup> Exemplo de algumas obras: LE GOFF, Jacques. *O Maravilhoso e o Cotidiano no Ocidente Medieval* (1983); LE GOFF, Jacques. *O imaginário Medieval* (1994); DUBY, George. *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo* (1994); GUREVICH, Aron. I.. *As Categorias da Cultura Medieval* (1991); ZUMTHOR, Paul. *La medida del mundo* (1984); BAKHTIN, Mikail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento* (1987).

<sup>8</sup> O interessante é que ambos os autores manifestam suas próprias expectativas. No caso de Gumbrecht, outra medida dessa fluidez poderia aproximar a linguagem em suas múltiplas e tensionadas convergências com a presença. Isso seria um meio em e através do qual poderíamos esperar uma reconciliação (ou pelo menos uma reaproximação) entre o Ser (*Dasein*) e os objetos no mundo (2009, p.20). No caso de Koselleck, o autor tem a visão de que poderia acontecer uma relação entre experiências e expectativas que viesse readquirir espaço em nossa sociedade, onde quanto maior a experiência, tanto mais cautelosa, mas também tanto mais aberta a expectativa, diferenciando-se da relação atual do progresso, na qual as experiências são pouco consideradas em função da rapidez das transformações e a grande exigência em relação às expectativas. “Para além de qualquer ênfase, ter-se-ia então alcançado o final da modernidade, no sentido de progresso otimizador” (2012, p. 327).

Sobre a percepção ontológica de Heidegger, o filósofo coloca: “A pre-sença de fato sempre possui a sua “história”, e pode possuí-la porque o ser deste ente se constitui de historicidade. Esta tese deve se justificar com vistas à exposição do problema ontológico da história enquanto problema existencial.”, HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo* (2005, §74, p. 188)

<sup>9</sup> Outros livros de astromagia traduzidos na corte de Afonso X e publicados: *Astromagia* (Ms.Reg.lat.1283<sup>a</sup>) (1992); *Lapidario*. Segün el manuscrito escurialense h.I 15(1981).



Perante as relações apresentadas neste artigo, proponho a análise da fonte em duas perspectivas. Na primeira, são articuladas as temporalizações, as expectativas e experiências, tornando-as fontes históricas, identificando o fenômeno histórico a partir de sua historicidade. Por essa perspectiva, a visão de mundo da fonte serve de acesso para compreender a sua temporalidade e o que se torna presente na linguagem medieval. Na outra perspectiva, são utilizados conceitos e categorias exteriores à fonte, concernentes às ciências humanas e à filosofia. Trata-se, como lembra Koselleck (2012, p. 305), de trabalhar metodologicamente, e de forma consciente, com conceitos ligados à fonte, bem como às categorias científicas do conhecimento. Ambas as perspectivas devem ser trabalhadas concomitantemente.

A considerar que o objetivo desse artigo consiste em uma modesta reflexão historiográfica possível, serão apresentadas algumas possibilidades de análise a partir de um trecho do prólogo da fonte:

Pelo louvor e pela glória do altíssimo e todo-poderoso Deus, o qual revela aos seus predestinados as ciências secretas, e também esclarece aos doutores latinos que desconheciam este livro, que os antigos filósofos editaram. Alfonso, pela graça de Deus ilustríssimo rei da Espanha e de toda Andaluzia, ordenou a tradução deste livro, com grande estudo e máximo cuidado, do árabe ao espanhol, cujo nome é Picatrix. Este é o trabalho perfeito terminado no ano do Senhor 1256, de Alexander 1568, de Cesar 1295 e dos árabes 655. O sábio filósofo, nobre e honrado Picatrix fez este livro a partir da compilação de mais de duzentos livros de filosofia, no qual tem o seu próprio nome nomeado.<sup>10</sup>

194

O fenômeno histórico que esse trecho presentifica é a transculturalidade manifesta no diálogo inter-religioso/cultural, diplomacia/conflitos inter- e intrarregional e o lugar social das minorias. Um caminho possível de análise desse fenômeno seria primeiro entendê-lo como objeto da cultura de presença do passado como categoriza Gumbrecht. Ou seja, “um passado que não passou”,<sup>11</sup> cuja presença quase sensorial, no sentido original latino de *prae esse*, que o coloca diante dos indivíduos, tornando-o quase tangível. É nesse passado milenar e ainda presente no século XIII que as sociedades medievais (tanto grega, como latinas, e islâmicas) fundamentaram e legitimaram o conhecimento. Por isso, a função explícita do *Picatrix* está em “revelar” as “ciências secretas” dos filósofos antigos, conhecimento que até mesmo os “doutores latinos” desconheciam. Assim, o fato de esses filósofos antigos serem pagãos ou muçulmanos não deslegitima em nada o valor da obra para o rei cristão. Não há nessas palavras

<sup>10</sup> Tradução da autora a partir da seguinte versão latina: “Ad laudem et gloriam altissimi et omnipotentis Dei cuius est revelare suis predestinatis secreta scienciarum, et ad illustrationem eciam doctorum Latinorum qui bus est inopia librorum ab antiquis philosophis editorum, Alfonsus, Dei gracia illustrissimus rex Hispanie totiusque Andalucie, precepit hunc librum summo studio summaque diligencia de Arabico in Hispanicum transferri cuius nomen est Picatrix. Hoc autem opus perfectum fuit anno Domini MCCLVI, Alexandri MDLXVIII, Cesaris MCCXCV, et Arabum DCLV. Sapiens enim philosophus, nobilis et honoratus Picatrix, hunc librum ex CC libris et pluribus philosophie compilavit, quem suo proprio nomine nominavit.” Picatrix. The Latin Version of the Ghayat Al-Hakim (1986, p. 1, linhas 1-6).

<sup>11</sup> WOLF, Christa. *Kindheitsmuster*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1989, p. 11: “Das Vergangene ist nicht tot; es ist nicht einmal vergangen. Wir trennen es von uns ab und stellen uns fremd”, citada por Jörn Rüsen em RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões de meta-história (2009, p. 163-209)

a ideia de conhecimento acumulado, mas revelado, pois a matéria da obra versa sobre o conhecimento essencial da ordem do universo em uma perspectiva neoplatônica,<sup>12</sup> pela qual o microcosmo (ser humano) tem presente em si o macrocosmo (universo).

O *Picatrix*, bem como seu texto original chamado *Gāyat al-hakīm*, é dividido em quatro tratados. Os dois primeiros desenvolvem explicações filosóficas de como se manifestam as leis do universo na relação entre micro e macrocosmo através do princípio neoplatônico de emanação.<sup>13</sup> Os dois últimos apresentam fórmulas e formas práticas de catalisar essa emanação a partir dos corpos celestes e direcioná-la para algum objetivo através de rituais. O princípio simpático de correspondência e influência dos corpos supralunares (planetas) sobre os corpos sublunares (terrestres) é a base fundamental das práticas, apresentando o caminho de como a força emanada pode ser intensificada, canalizada, direcionada e utilizada (SILVEIRA 2015). A essa prática é dado na fonte o nome de magia.

García Avilés (1999) divide os tratados de “ciências mágicas” da corte afonsina em três tipos: o da magia harraniana, que corresponderia às obras o *Picatrix* e o *Libro de Astromagia*,<sup>14</sup> onde são encontradas invocações, orações e práticas mágicas para atrair o poder dos corpos celestes através de imagens talismânicas gravadas em pedras e anéis. O segundo tipo de magia é chamado pelo autor de salomônico, no qual se encontraria o *Liber Razielis*,<sup>15</sup> cuja matéria versa sobre rituais de invocação a anjos, considerados mediadores entre o ser humano e os corpos celestes incorporando princípios da cabala prática, trechos de vários outros textos da tradição hebréia foram incorporados nessa obra. O terceiro tipo de livros seria representado pelo *Lapidario*<sup>16</sup> e o *Libro de las formas y de las imágenes*, os quais não apresentam cerimônias e invocações, mas descreverem as virtudes naturais e ocultas da natureza, principalmente as dos minerais, em relação aos movimentos dos corpos celestes, bem como as imagens mais propícias a talhar sobre os minerais para atrair a força dos planetas. Porém, a biblioteca astromágica da corte afonsina seria bem maior, já que se podem identificar trechos de obras não completamente traduzidas incorporados a obras finalizadas (GARCIA AVILÉS 1999).

Para compreender as experiências constitutivas da obra nesta cultura de presença é necessário ter em mente uma sociedade pautada pela tradição e pela memória, e considerar a tradição textual (egípcia, grega, indiana,

<sup>12</sup> O texto de Carlos Escudé, *Neoplatonismo y pluralismo filosófico Medieval: un enfoque politológico* (2011), constitui uma interessante base de discussão sobre o tema do neoplatonismo medieval pela perspectiva dos entrelaçamentos culturais. O desenvolvimento dos argumentos de Escudé demonstra como a busca do conhecimento transcendeu fronteiras espaciais, de identidades religiosas e étnicas, bem como superou os limites da diferença dos idiomas.

<sup>13</sup> Considerando os três princípios platônicos Uno, intelecto e alma, emanação - em grego *proeînai*, *aporreîn* - “é um momento descendente, e é seguida de uma conversão daquilo que foi emanado em direção de sua origem, num momento ascendente. Aquilo que emana do Uno volta-se para o Uno, e produz-se o Intelecto; de modo similar, uma vez que o Intelecto alcança sua perfeição, emana algo de si que, ao converter-se para o Intelecto, produz a Alma. Portanto, duas hipóteses, Intelecto e Alma, procedem hierarquicamente do Uno.” (LUPI; GOLLNICK 2008, p. 14).

<sup>14</sup> *Astromagia* (Ms.Reg.lat.1283<sup>a</sup>), ed., 1992.

<sup>15</sup> *Liber Razielis*, (Roma, Biblioteca Vaticana, Ms. Reg. lat. 1300).

<sup>16</sup> *Lapidario*. Según el manuscrito escurialense h.I 15, ed.1981.

caldéia, árabe) e a tradição filosófica neoplatônica no conteúdo do texto. A partir disso, a obra passa inevitavelmente a ser considerada na temporalidade da *translatio studiorum*. Esse é o termo utilizado já na Idade Média<sup>17</sup> para designar o movimento do saber de uma região do mundo para outra. Atualmente, o termo é definido como um movimento que teria se originado já na época helenística, onde textos do oriente médio e próximo fluiriam junto às traduções e reelaborações gregas nas principais capitais do período (PEREIRA 2004, p. 73). Essa tradição de traduções em busca do conhecimento essencial teria na Idade Média se desenvolvido em cidades como Harran no norte da Mesopotâmia (hoje na fronteira da Turquia com o Iraque), Damasco, Basra, Bagdá e dessas para o Mediterrâneo em Palermo, Toledo e Sevilha. De fato, a fluidez deste movimento é muito mais abrangente espacial e temporalmente, se considerarmos as traduções irlandesas, o intercâmbio de intelectuais irlandeses na corte de Carlos Magno (MEEDER 2010), as relações diplomáticas desse com os Califas de Bagdá (DREWS 2009) e as trocas viabilizadas através das Rotas da Seda desde a Antiguidade.

Retornando ao reino de Castela, o fato do *Picatrix* tratar-se de uma tradução do árabe para o castelhano e latim, feita por uma equipe liderada pelo judeu Yehuda Ben Mose ha-Cohen (DÍES BRASA 1984, p. 31), o remete à experiência de séculos de convivência e de conflitos entre cristãos, judeus e muçulmanos. Como já considerado em outros trabalhos (SILVEIRA 2013; 2014), o tratamento das minorias religiosas na Península Ibérica pelos monarcas muçulmanos e cristãos consiste em relações complexas que mesclam a instrumentalização das identidades culturais em favor dos respectivos projetos políticos com relações pessoais, as quais possuíam na época um sentido e um valor de legitimidade imensamente maior que na modernidade. Dessa forma, o fato de que os mouros e os judeus de Castela estavam sob a proteção de Afonso X significa, na prática, a doação de mesquitas para a comunidade judaica transformá-las em sinagogas em Sevilha,<sup>18</sup> ou a criação de uma universidade trilingue na mesma cidade, onde o árabe, o latim e o castelhano foram ensinados.<sup>19</sup> Por outro lado, significa também que o rei pode tomar o que quiser de seus protegidos e movimentar suas comunidades como bem entender. Indubitavelmente, todas essas experiências constituíram o melhor ambiente para a tradução do *Picatrix*. No entanto, a obra não é um resultado, mas um elemento na construção do projeto político de Afonso X no caminho de tornar realidade suas expectativas.

196

<sup>17</sup> Nos escritos medievais ocidentais a *translatio studiorum* pertenceria ao movimento da *translatio imperii*, termo utilizado para designar a transferência da *potentia* e *sapientia* do oriente ao ocidente, do Egito, Atenas, Roma à Paris. Otto von Freising estabelece esta relação já no prólogo de sua obra *Historia de duabus civitatibus* (1157), ver: Otto von Freising. *Chronik oder die Geschichte der Zwei Staaten* (1960, p. 12-14). No mundo muçulmano, seria o filósofo al-Farabī (século IX) que faria esse tipo de referência ao pensamento filosófico relacionando Atenas à Bagdá, passando antes por Antioquia, Harran e Merv.

<sup>18</sup> Em 05 de agosto de 1252, Afonso X doa há Igreja todas as mesquitas que estão em Sevilha, fora três mesquitas que foram doadas aos judeus por seu pai para tornarem-se sinagogas. Ver *Diplomatario Andaluz* (1991, documento 4, p. 6-7).

<sup>19</sup> Em 28 de dezembro de 1254, Alfonso X, na presença dos reis muçulmanos de Granada, Murcia e Niebla, seus vassallos, outorga a fundação dos Estudos e escolas gerais de latim e árabe. Ver *Diplomatario Andaluz* (1991, documento 142, p. 152-153).

Os projetos/expectativas que fluem para a obra *Picatrix* presentificam o desejo de Afonso X de tornar Castela hegemônica dentro da Península Ibérica e quiçá perante a cristandade latina e o mundo muçulmano: “rei de toda Espanha e Andaluzia”, como versa o trecho da fonte. Além disso, o jogo de temporalizações que o rei constrói no prólogo evidencia sua percepção temporal e a instrumentalização da memória, de forma a colocar o *Picatrix* na transcendência das identidades religiosas/culturais. Na frase “Este é o trabalho perfeito terminado no ano do Senhor 1256, de Alexander 1568, de Cesar 1295 e dos árabes 655”, o monarca transcende também sua limitação de rei dos cristãos, pois seu trono e sabedoria estão assentados sobre o poder e conhecimento dos gregos, dos romanos e dos muçulmanos. Por isso, o *Picatrix* “é o trabalho perfeito”, assim como o rei sábio o é.

A relação entre micro e macrocosmo presente nas fórmulas mágicas do *Picatrix* também fundamentam a grande obra legislativa afonsina, as *Siete Partidas*, a qual evidencia como o projeto político e social de Afonso está prenhe da experiência dos “filósofos antigos”. Principalmente na *ley I, titulo IX, partida II* podemos ler a relação do corpo (microcosmo) como o “mundo mayor” (macrocosmo) e de como o reino foi “semelhado” ao corpo por Aristóteles.<sup>20</sup> De forma que, assim como todos os membros e órgãos do corpo obedecem à “cabeça”, assim todos os membros da sociedade devem obedecer ao rei. Ou seja, reconhecer o seu lugar dentro da hierarquia do reino seria o mesmo que reconhecer o seu lugar na hierarquia do universo. Consequentemente, mouros e judeus possuíam também um lugar neste corpo e poderiam ser aliados do rei, seu protetor, perante os levantes da alta nobreza castelhana. A mesma nobreza que contestava os acometimentos de Afonso no sentido de instaurar a centralização do poder intrarregional na coroa castelhana.

197

### Considerações finais

Exatamente por se tratar de uma cultura de presença do passado, é possível perceber que os projetos (expectativas) do reinado de Afonso X são fortemente constituídos pelas experiências/tradições/memórias. Essa fluidez temporalizada das expectativas e experiências forma a historicidade da fonte, ao mesmo tempo em que, constitui a abertura para a compreensão do fato histórico. Na transculturalidade que a fonte faz presente, a tradução dos livros de astromagia serve também aos propósitos do monarca castelhano, pois quando o *Picatrix* esclarece e revela a ordem do universo, ele também fundamenta melhor o projeto político e social de Afonso X.

Quando Valdeci Araújo coloca que “as condições que prefiguram a escrita da história não são apenas condições historiográficas, mas são também ontológico-existenciais” (ARAÚJO 2013, p. 41), é inevitável para o medievalista pensar na percepção de mundo baseada nesta relação e experimentada pelo Ser no medievo. Ao procurarmos outras expressões da filosofia medieval - para além dos Pais da Igreja cristã - como é o caso dos livros de astromagia, encontramos

<sup>20</sup> *Partida II, Titulo IX, Ley I*. In: ALFONSO EL SABIO. *Las Siete Partida*. (1555, nova edição 2004).

postulados como este: “o ser humano é um pequeno mundo que corresponde ao um grande mundo, pois sua essência é uma partícula perfeita [...] e quem não atinge este nível de entendimento, não pode ser chamado de ser humano, mesmo que tenha a forma de um”.<sup>21</sup> Esta compreensão simbiótica entre o Ser (microcosmo) e o Mundo (macrocosmo) dá evidências à compreensão de Gumbrecht de que no medievo há uma cultura de presença do passado. Pois, o pensamento medieval astromágico compreende com facilidade a simultaneidade do Ser: já que o macrocosmo está presente no interior do microcosmo, a função da magia seria restabelecer a não-dissociação entre Ente e Ser, desfazendo, através de rituais, os limites temporais e espaciais, libertando e abrindo os portais para um universo mais profundo (do mundo da *pre-sença?*).

Refletir sobre os conceitos de temporalidade, historicidade e presença, nos faz perceber a necessidade da ciência histórica em familiarizar-se com o pensamento filosófico para que se possamos entender o passado de forma não dissociada do futuro.

### Referências bibliográficas

ALFONSO EL SABIO. **Astromagia** (Ms.Reg.lat.1283<sup>a</sup>). Napoli: Liguori, 1992.

\_\_\_\_\_. **Lapidario**. Según el manuscrito escurialense h.I 15. Ed. Rafael Lapesa. Madrid: Gredos, 1981.

\_\_\_\_\_. **Las Siete Partida**. Ed. Gregório Lopez. Madrid, 2004 [1555].

198

APPETITI, Emanuela. *Translatio Studiorum* in the activity of the institute for the preservation of medical traditions. **Medievalia**, v. 16, p. 13-21, 2013.

ARAÚJO, Valdeci Lopes. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia**, n. 12, p. 34-44, 2013.

BAKTHIN, Mikail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. São Paulo: Hucitec-UnB, 1987.

BERTOMEU, Fabio Vélez. *Translatio studiorum*: breve historia de la transmisión de los saberes. **Mutatis Mutandis**, v. 6, n. 1, p. 126-138, 2013.

CASANOVA, Marco Antônio. **Compreender Heidegger**. Petrópolis: Vozes, 2015.

DÍES BRASA, Mariano. Alfonso X El Sabio y los Traductores Españoles. **Cuadernos Hispano-americanos**, n. 410, p. 21-33, 1984.

**Diplomatario Andaluz de Alfonso X**. Ed. Manuel González Jimenez. Sevilla: El Monte, 1991.

DREWS, Wolfram. **Die Karolinger und die Abbasiden von Bagdad**. Legitimationsstrategien frühmittelalterlicher Herrscherdynastien im

<sup>21</sup> Tradução livre da autora a partir da tradução alemã do *Gayat al-Hakim*: “Wer aber hinter dieser Stufe zuruckbleibt, kann nicht als Mensch gezählt werden, wenn er auch die äußere Gestalt eines Menschen hat; denn er achtet nicht auf das wahre Wesen seines Seins, daß er nämlich eine kleine Welt ist, die einer großen Welt entspricht. Denn sein Wesen besteht darin, daß er ein vollkommenes Partikulare [...]”. *Gayat al-Hakim*, Tratado I, capítulo 6, p. 45, § 9-16).



- transkulturellen Vergleich. Berlin: Akademie Verlag, 2009.
- DUBY, George. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Lisboa: Estampa, 1994.
- ESCODÉ, Carlos. **Neoplatonismo y pluralismo filosófico medieval**: un enfoque politológico. Buenos Aires: Universidad de Cema, 2011.
- FIGAL, Gunter. **Introdução a Martin Heidegger**. Trad. Vinícius Lopes. Rio de Janeiro: Via Verita, 2016.
- FLORIDO, F. Léon. *Translatio Studiorum*: traslado de los libros y diálogo de las civilizaciones en la Edad Media. **Revista General de Información y Documentación**, v. 15, n. 2, p. 51-77, 2005.
- FROEYMAN, Anton. Frank Ankersmit and Eelco Runia: the presence and the otherness of the past. **Rethinking History**, v. 16, n. 3, p. 393-415, 2012.
- GARCÍA AVILÉS, Alejandro. Alfonso X y la tradición de la magia astral. In: MONTOYA MARTINEZ, J.; DOMÍNGUEZ RODRÍGUEZ, A. (Org.). **El Scriptorium Afonsí**: de los Libros de Astrología a las "Cantigas de Santa María". Madrid: Complutense, 1999, p. 83-103.
- \_\_\_\_\_. **Produção de Presença**: o que o sentido não consegue transmitir. Tradução de Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2010.
- GUREVICH, Aron. I.. **As categorias da cultura medieval**. Lisboa: Caminho, 1991.
- HEIDEGGER, Martin. **Sein und Zeit**. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2006 [1927].
- \_\_\_\_\_. **Ser e tempo**. Tradução de Márcia Sá Cavalcanti Schubach. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. **Zeitschichten**. Studien zur Historik. Mit einem Beitrag von Hans-Georg Gandamer. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Estratos do Tempo**: estudos sobre Historia. Rio de Janeiro: Contra Ponto, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Mass, Carlo Almeida Pereira. 3. ed. Rio de Janeiro: Contra Ponto, 2012.
- LE GOFF, Jacques. **O imaginário medieval**. Lisboa: Estampa, 1994.
- LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1983.
- LUPI, João; GOLLNICK, Silvania. A Teoria Emanacionista de Plotino. **Scintila**, v. 5, n. 1, p. 13-30, 2008.
- MEEDER, Sven. The Irish Foundations and the Carolingian World. In: **Settimane di Studio della Fondazione Centro Italiano di Studi Sull'alto**



**Medioevo. L'Irlanda e Gli Irlandesi nell'alto medioevo.** Spoleto: Centro Italiano di Studi sull'alto Medioevo, 2010, p. 468-493.

OTTO VON FREISING. **Chronik oder die Geschichte der Zwei Staaten.** Berlin: Rütten & Loening, 1960.

PEREIRA, Rosalie Helena de Souza. Do Ocidente para o Oriente: Harrân, último reduto pagão e centro de transmissão do pensamento grego para o mundo islâmico. In: De BONI, L. A.; PICH, R. H. (Org.). **A recepção do pensamento greco-romano, árabe e judaico pelo Ocidente medieval.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 71-88. v. 1.

**Picatrix.** Das Ziel der Weisen von Pseudo-Magriti. Trad. e ed. Hellmut Ritter e Martin Plessnaer. London: The Warburg Institute, 1962 [1933]. (Studies of the Warburg Institut, 27).

**Picatrix.** The Latin Version of the Ghayat Al-Hakim. Trad. e ed. David Pingree. London: The Warburg Institute, 1986.

PINGREE, David, Some of the Sources of the *Ghayat al-Hakim*. **Journal of the Warburg and Courtauld Institutes**, v. 43, p. 1-15, 1980.

\_\_\_\_\_. The Sabians of Harran and the Classical Tradition. **International Journal of the Classical Tradition**, v. 9, p. 8-35, 2002.

RUNIA. Eelco. Presence. **History and Theory**, v. 45, n. 1, p. 1-29, 2006.

200 \_\_\_\_\_ . **Moved by the Past: Discontinuity and Historical Mutation.** New York: Columbia University Press, 2014.

RÜSEN, Jörn (Org.). **Westliches Geschichtsdenken.** Eine interkulturelle Debatte. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1999.

\_\_\_\_\_. Como dar Sentido ao Passado: questões de meta-história. **História e Historiografia**, n. 2, p. 163-209, 2009.

SEIBT, Cezar Luís. Temporalidades e propriedade em Ser e Tempo de Heidegger. **Revista de Filosofia Aurora**, v. 22, n. 30, p. 247-266, 2010.

SENKO, Elaine Cristina. Afonso X, o Sábio (1221-1284) e a Recepção da *Translatio Studiorum* na Idade Média viva. **Revista Litteris**, n. 14, p. 238-251, 2014.

SGARDI, Marco. (Ed.). **Translatio Studiorum ancient, medieval and modern bearers of intellectual History.** Leiben; Boston: Brill, 2012. (Brill' Studies in Intellectual History, v. 27).

SILVEIRA, Aline Dias. A Trama da História na concepção de povo nas *Siete Partidas*. **Revista Diálogos Mediterrânicos**, n. 7, p. 66-83, 2014.

SILVEIRA, Aline Dias. Fronteiras da Tolerância e Identidades na Castela de Afonso X. In: FERNANDES, Fátima Regina. **Identidades e Fronteiras no Medieval Ibérico.** Curitiba: Juruá, 2013, p. 127-149.

- \_\_\_\_\_. Saber em movimento na obra andaluza *Gāyat al-hakīm*, o *Picatrix*: problematização e propostas. **Diálogos Mediterrânicos**, n. 9, p. 169-188, 2015.
- STEIN, Ernildo. Em busca da linguagem para um dizer não-metafísico. **Natureza Humana**, v. 6, n. 2, p. 289-304, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Introdução ao pensamento de Martin Heidegger**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- TELLES, Marcus Vinícius de Moura. Presença do passado e produção de sentido: Hayden White e Eelco Runia. In: XXVIII Simpósio Nacional de História/ ANPUH. **Anais...** Florianópolis, 2015, p. 1-16.
- VETTER, Helmuth. **Grundhiss Heidegger**. Ein Handbuch zu Leben und Werk. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 2014.
- ZUMTHOR, Paul. **La medida del mundo**. Madrid: Catedra, 1984.

# Os limites entre a História e a Ficção

## The limits between History and Fiction

---

**Renata Geraissati Castro de Almeida**

rgeraissati@gmail.com

Mestre em História

Universidade Federal de São Paulo.

Rua Doutor Armando Marcondes Machado, 43 - Vila Centenário

03645-060 - São Paulo - SP

Brasil

---

### Resumo

“O que fabrica o historiador quando ‘faz história’?”. Ao propor esta pergunta Certeau concluí que o historiador ao exercer seu ofício tem como resultado um produto, que tem imbricadas a presença de uma dimensão artística, que promove a ação do conteúdo sobre a forma, a consolidação da prática em um texto histórico. Ao propor um papel criador na prática do historiador, associado com um método de pesquisa documental, o autor mostra a História como um misto entre ciência e arte. O objetivo deste artigo é, portanto, compreender como estes debates entre história e ficção foram utilizados na produção historiográfica. Inegavelmente houve uma contribuição no sentido de tornar a todos os historiadores conscientes da poética da história, contudo, o estatuto das fontes continua mantido, não se pode deixar de considerar que o documento deve continuar a desempenhar um papel fundamental no fazer historiográfico, e que todo historiador ao criar sua interpretação, deve estar comprometido com o “princípio de realidade”.

202

### Palavras-chave

Historiografia; Narrativas; Ficção.

Abstract: “What makes the historian when ‘makes history’?”. In proposing this question Certeau concluded that the historian generate with his practice a product that has the presence of an artistic dimension, that promotes an action of the content through the form, consolidating the practice into a historic text. By proposing a creative role in the historian’s practice, associated with a method of documentary research, the author shows history as a mixture of science and art. The purpose of this article is therefore to understand how these debates between history and fiction have been used in the production of some historians. Undeniably there was a contribution towards making all historians aware of the poetics of history, however, the status of sources still be maintained, the document should continue to play a key role in historiography, and that all historian in the process of to creating his interpretation, must be committed to the “reality principle.”

### Keywords

Historiography; Narratives; Fiction.

---

Recebido em: 21/10/2016

Aprovado em: 6/12/2016

A História desde os anos de 1960 tem passado por uma intensificação de debates a respeito de sua epistemologia, contudo, é na primeira metade dos anos 70 que estas questões adquiriram maior visibilidade. Neste contexto, a historiografia trouxe à tona discussões metodológicas e teóricas, que versavam sobre a cientificidade da disciplina, o papel do historiador na produção do conhecimento histórico, e sua narrativa como um documento. A História deixou de ter em si mesma uma existência, passando a depender das escolhas da narrativa dos historiadores, consolidando seu papel ativo de autoridade para falar do passado.

Os primeiros esforços do campo que visaram compreender como se dava o processo da escrita e qual a relação desta com a verdade encontrou respostas nas obras de Paul Veyne em *Como se Escreve a História* (1971), Hayden White em *Meta-história* (1973) e Michel de Certeau em *A Escrita da História* (1975). As problemáticas levantadas por estes autores indicavam que os textos não eram análises objetivas das fontes a exemplo do que faziam os positivistas, mas sim uma construção narrativa. Contudo, como entender e analisar a produção desta escrita?

O historiador francês Paul Veyne propunha que a História era um romance real, isto é, uma narração de fatos reais tendo o homem como ator (VEYNE 1998). Assim como no romance o historiador efetua um enquadramento dos eventos, organizando-os, simplificando-os, o que denota que os eventos não são compreendidos em seu todo, mas sim lateralmente embasados em indícios. O francês, apesar de propor que os estudos históricos não recuperam o passado de fato como ele ocorreu, não deixa de corroborar que a História é o conhecimento a partir do documento, ainda que produza um relato lacunar.

Por sua vez, o historiador norte-americano Hayden White questionou o caráter científico da História, concentrando sua análise na produção dos discursos historiográficos. Sua obra *Meta-História - a imaginação histórica do século XIX*, publicada no ano de 1973, apontava que o discurso histórico possuía um conteúdo poético e linguístico, e a partir da análise da construção dos textos era possível compreender as principais formas de consciência histórica. Por meio da identificação nos textos de diferentes estilos estéticos e da recuperação dos elementos pré-figurativos era possível se obter um modo preciso de conhecimento histórico. Para White,

Nessa teoria trato o trabalho histórico como o que ele manifestadamente é: uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa. As histórias (e filosofias da história também) combinam certa quantidade de "dados", conceitos teóricos para explicar esses dados e uma estrutura narrativa que os apresenta como um ícone de conjuntos de eventos presumivelmente ocorridos em tempos passados (WHITE 1995, p. 12).

Verifica-se que para White a análise das obras deveria concentrar-se em seus aspectos internos. Ao colocar a forma narrativa da escrita em uma posição central o norte-americano a revela como um artefato literário, desconsiderando que possamos com a História atingir o princípio de realidade, já que a mesma

falha ao tentar reconstruir o passado por meio da evidência. Considerando que esta é um processo linguístico o que importa são as estratégias retóricas, metafóricas e ideológicas.

Já Michel de Certeau coloca em primeiro plano na análise historiográfica os historiadores ao ter como ponto de partida o que o mesmo fabrica quando "faz história" (CERTEAU 2006, p. 63). Em a *Operação Historiográfica*, Certeau considera o ato de escrever uma operação que é a combinação de "de um lugar social", de "práticas científicas" e de "uma escrita", sendo a escrita o momento da concretização das pesquisas dos historiadores em um produto. Por intermédio da pesquisa e escrita, o historiador transforma seus objetos de estudo e neste movimento opera uma transformação e consolida um produto (CERTEAU 2006, p. 80). Sobre este movimento Certeau destaca,

Poder-se-ia dizer que ela não mais parte de "raridades" (restos do passado) para chegar a uma síntese (compreensão presente), mas que parte de uma formalização (um sistema presente) para dar lugar aos "restos" (indícios de limites e, portanto um passado que é produto do trabalho) (CERTEAU 2006, p. 86).

Ao colocar a escrita como uma das três partes da operação historiográfica, Certeau indica a relevância que esta possui no ofício do historiador. A importância deste ato não se limita apenas ao conteúdo que esta traz em si, mas também à forma de sua produção, pois por meio desta podemos compreender qual seu contexto de produção e qual o lugar social que seu autor ocupa. No processo de gerar um produto, Certeau já indica a presença da dimensão artística no trabalho do historiador, mostrando que nesta operação o aspecto ficcional está inserido. Ao propor um papel criador no ofício do historiador, associado com um método de pesquisa documental, o autor mostra a História como um misto entre ciência e arte.

As reflexões destes autores repercutiram na produção dos historiadores contemporâneos e da geração posterior, e propiciaram que aspectos tais como cientificidade e veracidade da história se tornassem os principais elementos no embate dos últimos 50 anos. A dimensão dada ao papel criador na operação historiográfica e em que medida ele o produto gerado pela narrativa concebe a realidade do passado se tornou o ponto de divergência entre os historiadores da usualmente chamada *linguistic turn*. No entanto, além das discussões no interior deste grupo, suas obras circularam suscitando debates e críticas com outros historiadores partidários da micro-história e dos Annales.

### **A Virada Linguística**

Dentro deste grupo, muitas vezes categorizado uniformemente como pós-moderno temos uma enorme diversidade de concepções. A historiadora norte-americana Gabrielle Spiegel desde os anos 1990 tem analisado a produção destes autores e considerado o impacto de suas propostas para revisitar antigos debates. A respeito de uma coerência interna destes autores, Spiegel relata que "é difícil imaginar que não exista uma ideia compartilhada sobre o

que queremos dizer com esse termo [...] podemos identificar uma série de diferentes concepções, mostrando que as posições intelectuais expressas por estes são heterogêneas, principalmente na dimensão entre ficção e realidade”<sup>1</sup> (SPIEGEL 2007, p. 9). Retomando La Capra a autora corrobora que sua classificação em categorias como pós-estruturalismo e pós-modernismo são menos importantes que o resultado que implicaram em uma mudança nas concepções e no fazer histórico.

Visando mapear a produção do saber histórico a partir das perspectivas deste grupo o historiador inglês Alun Munslow escreve em 1997 o livro *Desconstruindo a História*. Nele o autor tem como objetivo analisar o limite da história em recuperar e apresentar com precisão o conteúdo do passado por meio da narrativa, uma vez que essa não é um meio neutro para descrever e explicar a realidade passada, mas sim um elemento externo que impõe um formato ao passado que não lhe é próprio, algo que remete à problemática da linguagem enquanto constitutiva da realidade ou apenas reflexo dela.

O inglês considera que a produção destes historiadores pode ser subdividida em três categorias que coexistem contemporaneamente, construcionistas, reconstrucionistas e desconstrucionistas. Posicionando-se dentro da categoria dos desconstrucionistas, o autor propõe que devemos revisar não apenas o método histórico, mas também seus fundamentos, pois, a história só é genuína quando a entendemos como uma criação e não como um empreendimento empirista objetivo. O fazer historiográfico seria o resultado de um trabalho de base linguística de transformação do passado por meio da narrativa, no ofício de reunir, selecionar e usar informações para a elaboração de um texto coerente. O historiador se por meio da imaginação figurativa impõe ao passado um enredo e o preenche com significados para constituir um presente, logo, não há correspondência entre o passado e sua representação narrativa (MELLO 2010, p. 232-238).

Logo, temos que o desconstrucionismo não aceita correspondência entre a evidência e a verdade histórica, uma vez que a construção de significados se dá pela estrutura narrativa e não por informações inerentes às fontes. Portanto, enquanto reconstrucionistas e desconstrucionistas aceitam a evidência como prova de um contexto que aconteceu no passado, por sua vez os desconstrucionistas creem que ela sinaliza apenas possíveis realidades de interpretações. Para desconstrucionistas, o conhecimento não é descoberto e sim criado pela linguagem, portanto nada é isento da formatação do historiador,

<sup>1</sup> Sobre a distinção entre ficção e história Hayden White pontua que grande parte dos historiadores acredita que “o que distingue os enredos “históricos” dos “ficcionais” é, antes de tudo, o conteúdo, não a forma. O conteúdo dos enredos históricos é o evento real, o que realmente aconteceu, e não o imaginário, inventado pelo narrador. Donde se infere que a forma com que os eventos históricos se apresentam a um possível narrador não é construída, e sim encontrada” (WHITE 2011, p. 441). Contudo, para o autor a questão não se resolve com o que é proposto nesta passagem, posto que é possível produzir textos imaginários sobre acontecimentos reais, não sendo em decorrência deste aspecto menos verdadeiros, logo, a distinção entre real e imaginário pertenceria tanto à ordem dos acontecimentos, quanto à dos discursos. Jean-Marie Schaeffer pontua que “um quadro figurativo seria uma ficção pelo simples fato de que ele é sempre uma imitação (uma representação análoga) da realidade”, portanto, em qualquer construção discursiva estaríamos operando e criando uma imitação, dada a incapacidade de recuperar algo como realmente ocorreu (SCHAEFFER 1999, p. 17). Para o autor, existem três condições básicas que fundamentam o estatuto ficcional: a similitude, a imitação e a fantasia lúdica.



comprometendo assim os critérios de objetividade. A evidência, a partir dessa perspectiva, não reflete o passado, mas serve ao historiador na composição de sua narrativa. Inserido na última categoria proposta por Munslow, Hayden White explicita seu ponto de vista a respeito da construção das narrativas como composições de fatos presentes nas fontes:

Muitos historiadores continuam a tratar os seus fatos como se fossem dados e se recusam a reconhecer, diferentemente da maioria dos cientistas, que os fatos, mais que descobertos, são elaborados pelos tipos de pergunta que o pesquisador faz acerca dos eventos que tem diante de si (WHITE 2001, p. 56).

Entre os rastros do passado e sua representação no presente, existe uma série de elementos extratextuais tais como, a ideologia, a linguagem, as preferências pessoais e as discussões historiográficas, que impossibilitam uma imparcialidade e objetividade. Contudo, para o método formalista proposto por White são relevantes apenas os aspectos internos às obras, como enredo, argumento e ideologia. Portanto, a análise da vida pessoal do escritor, seu contexto social específico e seus escritos passados não são necessários (WHITE 2001). Sua vantagem interpretativa é mostrar que a linguagem cria significados, sejam eles criados conscientemente ou não pelo historiador.

206

Munslow, contudo, ressalta que a abordagem desconstrucionista não é antirreferencialista, mas ela nos adverte sobre os limites que a evidência exerce no trabalho do historiador. A evidência não emite os significados do passado, nem permite que qualquer coisa seja escrita sobre ele. Muitos autores, entre eles Roland Barthes, consideraram que a história se propõe a criar uma realidade externa ao discurso, o que dá uma "ilusão de realidade" ao texto, isto é, o historiador ao trabalhar com fontes - elas também textos - reconstrói algo que nunca existiu. Algo semelhante ao que acredita Ricoeur, que diferentemente de Certeau não separa os momentos da operação historiográfica, pois todos os objetos de análise são textuais, e quando não estamos escrevendo estamos lidando com outros textos. Os autores críticos às análises do *linguistic turn* utilizam este aspecto autocentrado como principal ponto de defasagem desta teoria. Um desses é Dosse, para quem aqueles autores reduzem a história a uma atividade de interpretação de textos fechados em si mesmos (DELACROIX 2012, p. 341).

Munslow destaca os princípios teóricos de Hayden White "provavelmente o mais radical desenvolvimento na metodologia histórica nos últimos trinta anos" (MUNSLOW 2009, p. 187). Como principal expoente da categoria dos desconstrucionistas, alguns pressupostos whiteanos são relevantes para compreendermos o porquê Munslow o considera com uma proposta de análise radical. Para o norte-americano os eventos em si não trazem consigo uma dada história, isto é, os acontecimentos não são inerentemente trágicos, cômicos, satíricos, não há uma forma de escrita dos acontecimentos a ser descoberta. É o historiador que irá organizar as informações em uma narrativa dando-lhe um significado e lhe impondo um enredo, de acordo com um dos tropos metáfora, metonímia, sinédoque e ironia. Esse significado é, em grande medida, uma

consequência do tropo escolhido e não das próprias fontes. Esses dois pressupostos sustentam as afirmações de White, e as apropriações de Munslow, sobre o caráter impositivista do historiador, por meio da linguagem, na construção das narrativas sobre o passado e, conseqüentemente, de seus significados.

Em última instância, os estudos desconstrucionistas indagam se “o que se coloca em questão não é como o passado deve ser investigado e explicado, mas se o passado deve ao menos ser estudado” (WHITE 2001, p. 50). O fardo da história é lidar com uma disciplina que não faz sentido para seu presente (WHITE 2001, p. 52), é a perda da consciência histórica e a dúvida com relação ao seu valor.

### **Ficção e o Princípio de Realidade**

O legado deste debate para a atual historiografia está em uma inegável modificação nas concepções sobre o que é a ciência para a história. François Dosse propõe que a partir da década de 1970 os modelos cientificistas de história passaram por questionamentos, propiciando o surgimento de novas perspectivas. Neste cenário devemos entender a história não como “um saber cumulativo, mas como a coexistência e a sucessão de várias “linguagens teóricas de descrição” que definem uma pluralidade teórica”, destacando-se tanto a *linguistic turn*, como outra corrente historiográfica que buscou dar responder os mesmos problemas e que ficou conhecida como micro-história (DELACROIX 2012, p. 329).

Um dos representantes da última, Carlo Ginzburg<sup>2</sup> aponta que as modificações pelas quais passa a historiografia são decorrência do fracasso da aplicação da ciência galileana para as ciências sociais. O italiano concebe a história relacionada ao paradigma indiciário, que versa sobre o individual, possibilitando com a modificação de escala tornar possível perceber fatos relevantes negligenciados em contextos generalizadores. Portanto, a disciplina viveria em um dilema: ou continua a seguir o modelo galileano e assume um estatuto científico forte, obtendo resultados de pouca relevância ou então assume um estatuto científico frágil, porém consegue atingir resultados relevantes. Em outras palavras, ou se sacrifica o individual a generalizações ou se elabora um novo paradigma sobre conhecimento científico no individual.

Ao escolher como paradigma o método indiciário, Ginzburg, se propõe a produzir o conhecimento histórico com base nos rastros e a sintetizá-lo em sua escrita, que é também uma narração. Ao destacar o papel dos rastros, é retomado um dos fundamentos da historiografia, que se centra em torno da prova, dado que por meio da documentação o historiador cria suas hipóteses e possibilidades de interpretação.

Em momentos diferentes de sua trajetória o italiano mostra sua preocupação com esta questão, como demonstra em sua entrevista a Maria Lúcia Pallares propondo que “trabalhar em ambos os lados deve ser central

<sup>2</sup> Texto original de 1980. GINZBURG, Carlo. Signes, traces, pistes Racines d'un paradigme de l'indice. Le Débat, 1980. v. 6.

para os historiadores. Ter um profundo desrespeito pela mentira e, ao mesmo tempo, um profundo respeito pelas crenças, pelos sentimentos, me parece essencial (GINZBURG 2000, p. 281). Portanto, ainda que o estatuto dos documentos tenha se modificado, e que ocorra um ponto de contato entre discurso literário e histórico, não significa que as distinções entre ficção e história tenham sido sublimadas,

Termos como “ficção” ou “possibilidade” não devem induzir a erro. A questão da prova permanece mais que nunca no cerne da pesquisa histórica, mas seu estatuto é inevitavelmente modificado no momento em que são enfrentados temas diferentes em relação ao passado, com a ajuda de uma documentação que também é diferente. [...] Hoje, ao contrário, o entrelaçamento de verdades e possibilidades, assim como a discussão de hipóteses de pesquisa contrastantes, em alternância com páginas de evocação histórica, não desconcertam mais (GINZBURG 2000, p. 333-334).

Ao dialogar com os partidários da virada linguística, Ginzburg propõe que aqueles ao abordarem a questão da narrativa utilizam-se de porções “historiográficas individualizadas, geralmente fora do contexto ignorando o trabalho preparatório de pesquisa que as tornara possíveis” (GINZBURG 2007, p. 320). Por meio de atitudes relativistas anulam distinção entre ficção e história, entre narrações fantásticas e com pretensão de verdade,

Uma verificação das pretensões de verdade inerentes às narrações historiográficas como tais, implicaria a discussão dos problemas concretos ligados às fontes e às técnicas da pesquisa, a que os historiadores tinham se proposto em seu trabalho. Se esses elementos são desdenhados, como faz White, a historiografia se configura como puro e simples documento ideológico (GINZBURG 2007, p. 327).

208

Na produção historiográfica de White a referencialidade do discurso pautada na seleção documental não é abordada, se tornando o elemento que propiciou a crítica de outros historiadores. Em decorrência desta forma de análise intratextual White foi alvo, nos anos de 1990, de uma série de questionamentos por parte de Roger Chartier, que se negava a acreditar em uma diluição dos conflitos como unicamente frutos da linguagem. Para o francês esta falta de clareza entre história e ficção, ocasionou um abandono de toda intenção de verdade na produção historiográfica, propiciando um cenário maléfico que ignora os rastros deixados pelo passado (CHARTIER 2002). Para o autor é inconcebível pensar a história e os historiadores se diferenciando unicamente por aspectos formais internos ao discurso (CHARTIER 2002, p. 111) e não por sua menor ou maior pertinência em dar conta da realidade passada que é seu objeto.<sup>3</sup> Para ele,

Fazer a história da história não seria compreender como, em cada configuração histórica dada, os historiadores colocam em ação técnicas de

---

<sup>3</sup> Para White a História não pode ter uma comprovação rigorosa, portanto a operação sobre as fontes tem função ritual (MARQUEZ 2010).

pesquisa e procedimentos críticos que justamente dão a seus discursos, de maneira desigual, essa "honestidade" e essa objetividade? (CHARTIER 2002, p. 116).

Sua crítica a White evidencia que se a história produz um conhecimento que é idêntico ao gerado pela ficção, então como podemos considerar a questão da produção do corpus documental? Seria então a operação historiográfica um desperdício de tempo?

O mesmo desconforto com relação ao esvaziamento da distinção entre ficção e realidade é expresso por Art Spiegelman, que após ter sua obra *Maus* colocada na categoria de ficção, rebate com tom de ironia, que não teria passado por árduos anos de pesquisa para fundamentar o livro se soubesse que seria categorizado como ficção. Para Dominick La Capra a obra de Spiegelman, que é tanto "uma obra completa de memória e o duelo entre reconstrução histórica auto-etnográfica e arte" (LACAPRA 2009, p. 205) são relevantes para se problematizar esta distinção entre ficção e não ficção, uma vez que estas categorias binárias não dão conta das diversidades que permeiam a escrita.

Dentre os problemas levantados na distinção entre ficção/realidade se coloca o problema da validade dos testemunhos. Helmut Galle destaca que são categorias híbridas entre ficção e teoria literária (GALLE 2005, p. 3; p. 83), pois são a realidade experimentada pelo autor que é idêntico ao protagonista, e por seu conteúdo parecem novela, mas pertencem à história. Uma vez que são fruto da experiência, os testemunhos só podem ser escritos por pessoas que tiveram a experiência de viver neste passado, pois para poder ter as recordações deste passado é necessário que a pessoa tenha vivido neste contexto. Se a pessoa não viveu esta experiência o que ela expressa é outra coisa, que não um relato (GALLE 2005, p. 399).

De acordo com esta ideia, o autor de "Testimonio Ficcional, factual y falsificado" discorda de White na afirmação daquele de que não são os fatos que determinam o passado, mas sim as estruturas narrativas. Pois os testemunhos mostram que a factualidade e a referencialidade do texto nem sempre são internas, mas às vezes vem de seu contexto social de produção e se ligam a autoria de quem faz a afirmação, uma vez que esta afirmação se vincula a sua realidade vivida. Galle também destaca que apesar do que acreditava Roland Barthes, que na sociedade atual não fazia mais sentido em distinguir ficção e realidade, ambas continuam muito presentes nos interesses contemporâneos, gerando até processos judiciais (GALLE 2005), como mostrado nos exemplos de seu texto.

A questão da experiência possui uma enorme centralidade, na produção de Spiegel, assim como na de outro historiador alemão, Reinhart Koselleck. Ao abordar o revisionismo que desde os anos 70 questionava a legitimidade da representação do passado, dizendo que a realidade da ação (passado) é diferente de sua busca (história), Spiegel retoma Certeau e critica o fato desses trabalhos estarem apenas tem se preocupando com a última etapa do ofício do historiador, o processo a "escrita". A autora inserida na tradição historiográfica

anglo-saxã também destaca o documento como fundamental no processo de escrita da história,

Com certeza, a muito nós nos distanciamos de perseguir o “nobre sonho” de uma objetiva, investigação histórica baseada no positivismo, como Peter Novick habilidosamente demonstrou, não é mais compartilhada pela maioria dos historiadores, entretanto continuamos a insistir e respeitar a base empírica em toda investigação histórica. [...] Nós ainda acreditamos na função do corpo documental na pesquisa histórica [...] (SPIEGEL 2007, p. 3).

Para Spiegel não podemos deixar de considerar o lugar e a prática, pois além dos aspectos formais da escrita, a experiência do autor também influencia neste processo, contradizendo o que muitos pós-modernistas chamaram de a “morte do autor”. Algo semelhante é ressaltado por Koselleck que apresenta a História como fruto da relação entre escrita, experiência e método, mostrando que após 1780, se convencionou que a ela é tanto a realidade experimentada como o conhecimento científico e cognitivo produzido pela consciência social e individual. Para ele as mudanças metodológicas pelas quais passou a história são resultado de uma mudança de experiência via conhecimento sociológico, pois mudanças sociais e políticas geram inovações metodológicas. Em sua concepção o método é reflexo da experiência, pois é a partir de nossa experiência que analisamos a experiência alheia. Esta análise não é feita de forma aleatória, mas sim pautada em elementos concretos que dão credibilidade a noção de realidade do historiador. Para Koselleck história é a transposição do conhecimento em narrativa para assim obtermos conhecimento (KOSELLECK 2002, p. 58).

210

Spiegel parece concordar com o fato de que é a mudança da experiência vivida que gera uma mudança metodológica. Para ela podemos atribuir essa nova historiografia entre outros fatores ao Holocausto, pois este evento extremo provocou uma mudança na experiência que levou ao questionamento sobre o que era possível dizer sobre o passado. Segundo a autora este foi um momento-problema na relação entre *res et verba* (fato e palavra). Estas novas interpretações fundadas na ruptura (SPIEGEL 2007, p. 10) marcam profundamente os escritos de diversos historiadores. Veremos, portanto, que “para aqueles que sobreviveram e para os que vieram depois, o Holocausto parecia exceder a capacidade de representação da realidade” (SPIEGEL 2007, p. 11).

### **Considerações finais**

A contribuição de autores como Veyne, Certeau e White, e as futuras apropriações por Spiegel e Munslow, dentre outros que abordam a questão da escrita da história não pode ser minimizada. A partir das questões inicialmente propostas sobre o texto ou como um produto permeado de intencionalidades de seu autor, ou como uma construção do passado por intermédio da narrativa, possibilitou que os historiadores repensassem seu ofício e seu fazer historiográfico.

Portanto, autores tais como Ginzburg, Chartier e Dosse, ainda que contrários a diversos postulados destas teorias, buscaram se familiarizar com seus debates

para assim, terem fundamentos em suas críticas, defendendo assim um método e um rigor na produção historiográfica. Ginzburg destaca a relevância destas análises, dizendo que,

Até muito tempo atrás, a maioria dos historiadores enxergava uma nítida incompatibilidade entre a acentuação do caráter científico da historiografia (tendencialmente assimilada às ciências sociais) e o reconhecimento de sua dimensão literária. Hoje, ao contrário, esse reconhecimento é estendido cada vez mais a obras de antropologia ou de sociologia, sem que isso implique necessariamente, de quem o formula, um juízo negativo (GINZBURG 2007, p. 326).

Vemos que discussões iniciadas por Certeau como “lugar, prática e escrita” foram incorporadas como constitutivas da historiografia,

Acredito que há coisas que podem ser provadas, que há um lado objetivo a ser encontrado, que pode ser aceito mesmo por pessoas que trabalham com pressupostos diferentes, no entanto, também reconheço que os historiadores são pessoas que falam a partir de um lugar [...], portanto, o conhecimento que produzem também é localizado (GINZBURG 2000, p. 298).

Portanto é inegável que houve uma contribuição no sentido de tornar a todos os historiadores conscientes da poética da história. Porém não se pode deixar de ter em vista que o documento deve continuar a desempenhar um papel fundamental no fazer historiográfico, e que todo historiador ao criar sua interpretação, que é um misto de ciência e arte, deve estar comprometido com o “princípio de realidade”.

Dosse mostra que nos anos 90, visando manter a autonomia da História e reafirmá-la contra sua redução à ficção, às ficções negacionistas<sup>4</sup>, às derivas memoriais, às instrumentalizações sociais e políticas da história, houve um consenso mínimo entre os historiadores sobre a intenção de verdade. A noção de prova continua como parte preponderante do trabalho do historiador, que ao construir suas interpretações tem a obrigação de fornecer os dados que permitem dar credibilidade a mesma, e por meio do caráter de prova o historiador coloca sua escrita dentro do campo da história e não da ficção (DELACROIX 2012, p. 383).

Por fim, temos que destacar que as produções da *linguistic turn* até o presente momento se centraram em obras de reflexão teórica sobre o fazer historiográfico, porém ainda não elaboraram obras de História, isto é, elas até então se preocuparam em analisar como construir a produção do conhecimento histórico e não em como investigá-lo/abordá-lo. Portanto, para a maioria dos historiadores, por não ter uma obra de referência, parece ser impossível aplicar estes métodos na construção do conhecimento histórico.

<sup>4</sup> Para White os negacionistas não realizam uma reescrita da história nos moldes formalistas, pois seguem metodologicamente os modelos históricos convencionais, isto é, crítica das fontes. WHITE, Haden. A response to Professor Chartier's four questions. *Storia della Storiografia*, 27, 1995.



## Referências bibliográficas

- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: \_\_\_\_\_. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 [1975].
- CHARTIER, Roger. Figuras retóricas e representações históricas (Quatro questões a Hayden White) [1993]. In: \_\_\_\_\_. **À beira da falésia**. A história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade; UFRGS, 2002.
- DELACROIX, Chistian; DOSSE, François e GARCIA, Patrick. "Uma crise da História? (as décadas de 1980-1990). In: **Correntes históricas na França (séculos XIX e XX)**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV; São Paulo: Ed. da Unesp, 2012 [2005].
- GALLE, Helmut. Testimonio ficcional, factual y falsificado. Qué enseñan los casos de recepción equivocada de la literatura sobre el Holocausto. In: CRUZ, Manuel y BRAUER, Daniel (Comp.). **La comprensión del pasado**. Escritos sobre la filosofía de la historia. Barcelona: Herder, 2005.
- GINZBURG, Carlo. [Entrevista]. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **As muitas faces da história**. Nove entrevistas. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.
- \_\_\_\_\_. Apêndice – Provas e possibilidades (Posfácio a Natalie Zemon Davis, O retorno de Martin Guerre) [1984]. In: \_\_\_\_\_. **O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- 212 \_\_\_\_\_Unus testis – O extermínio dos judeus e o princípio de realidade [1990, 2005]. In: \_\_\_\_\_. **O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HOBSBAWM, Eric. A volta da narrativa [1980]. In: HOBSBAWM, Eric. **Sobre história: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LACAPRA, Dominick. "Fue la noche después de la Navidad": Maus, de Art Spiegelman [1998]. In: \_\_\_\_\_. **Historia y memoria después de Auschwitz**. Buenos Aires: Prometeo, 2009.
- KOSELLECK, Reinhart. Transformations of experience and methodological change. A historical-anthropological essay. In: \_\_\_\_\_. **The practice of conceptual history**. Timing history, spacing concepts. Stanford: Stanford UP, 2002.
- MARQUEZ, R. O. A teoria tropológica do discurso historiográfico: narrativa, descrição, evento, fato e ficção'. In: I Congresso Internacional do Curso de História de Jataí e 7 semana de Letras. **Anais...** Jataí, 2010.
- MELLO, Ricardo Marques de. Um desconstrucionista desconstruindo a história. Revista História da Historiografia, Ouro Preto. n. 5, p.232-238, 2010.
- MUNSLOW, Alun. **Desconstruindo a história**. Petrópolis: Vozes, 2009 [1997].
- VEYNE, PAUL. **Como se escreve a história**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998 [1971].

- SCHAEFFER, Jean-Marie. **Porquoi la fiction?** Paris: Éditions Seuil, 1999.
- SOUZA, Adriana Barreto de. Biografia e Escrita da História: reflexões preliminares sobre relações sociais e de poder. **Rev. Univ. Rural, Sér. Ciências Humanas**, v. 29, n. 1, p. 27-36, 2007.
- SPIEGEL, Gabrielle M. Revising the past / Revisiting the present: how change happens in historiography. **History & Theory**, v. 46, 1-19, 2007.
- STONE, Lawrence. O retorno da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história [1979]. In: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogerio Forastieri da (Org.). **Nova história em perspectiva**: Debates. São Paulo: CosacNaify, 2013. v. 2.
- WHITE, Hayden. **Meta-história**. A imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Edusp, 1995 [1973].
- \_\_\_\_\_. A response to Professor Chartier's four questions. **Storia della Storiografia**, v. 27, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Trópicos do discurso**. Ensaio sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 2001 [1978].
- \_\_\_\_\_. Enredo e verdade na escrita da história [1990}. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A história escrita**. Teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.
- \_\_\_\_\_. A questão da narrativa na teoria histórica contemporânea [1987]. In: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogerio Forastieri da (Org.). **Nova história em perspectiva**. Propostas e desdobramentos. São Paulo: CosacNaify, 2011. v. 1.

# Para além da escrita hagiográfica: biografias católicas e cultura histórica no Brasil em fins do século XIX e início do XX\*

Beyond the hagiographic writing: Catholic biographies and historical culture in Brazil in the late nineteenth century and early twentieth

---

## Tiago Pires

tiago\_pires@ymail.com

Doutorando em História

Universidade Estadual de Campinas

Avenida Catanduva, 458 - Jardim América

14811-220 - Araraquara - São Paulo

Brasil

---

## Resumo

A Igreja Católica em fins do século XIX e início do XX estava envolvida em diferentes projetos teológico-políticos de reforma e fortalecimento da identidade institucional. A escrita eclesiástica tornou-se uma ferramenta privilegiada para a concretização de tais projetos, sendo as biografias católicas uma das modalidades mais utilizadas. Neste artigo, pretendemos analisar algumas biografias católicas no Brasil, redigidas no âmbito da Arquidiocese de Mariana, buscando compreender de que forma esse estilo narrativo foi constituído como um projeto de fortalecimento da memória e da identidade institucional e sacerdotal, em diálogo com os enunciados e enunciações das hagio-biografias e da cultura historiográfica brasileira da época.

214

## Palavras-chave

Biografia; Catolicismo; Historiografia brasileira

## Abstract

The Catholic Church in the late nineteenth century and early twentieth century was involved in different theological-political projects of reform and strengthening of the institutional identity. Ecclesiastical writing has become a privileged tool for the achievement of these projects, and the Catholic biographies were one of the most used modalities. This article aims to analyze some Catholic biographies in Brazil, written in the Archdiocese of Mariana, trying to understand how this narrative style was established as a project to strengthen the memory and the institutional and sacerdotal identity, in a dialog with the contents and enunciations of hagio-biographies and Brazilian historiographical culture from that time.

## Keywords

Biography; Catholicism; Brazilian historiography.

---

Recebido em: 6/6/2016

Aprovado em: 11/11/2016

---

\* Este artigo é uma versão revisada e modificada de parte da minha dissertação de mestrado, com pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Em fins do século XIX e início do XX, a Igreja Católica, em sua multiplicidade de discursos e posicionamentos, manteve uma linha relativamente comum: a de promover uma unificação cada vez mais intensa sob a ótica de um catolicismo ultramontano, ou seja, de uma religiosidade ainda muito vinculada ao modelo tridentino e à obediência papal. O catolicismo contemporâneo deve ser pensado como plural (por isso o uso cada vez mais constante do termo “catolicismos”), ainda que o clero mais ligado à Santa Sé e aos altos cargos da instituição busque uma identidade mais unificada, pelo menos no recorte temporal que propomos analisar. O discurso eclesial anterior ao Concílio Vaticano II (1962-1965) pautava-se muito na ideia de uma Igreja centralizada que buscava uma identidade comum. Uma análise histórica cuidadosa logo nos revela que isso não passava de um discurso, já que a vivência religiosa (do clero e dos fiéis) se ramificava em vários momentos.

Em meio às diferentes estratégias de fortalecimento da instituição, a escrita eclesial assumiu um papel privilegiado na construção de modelos exemplares de sacerdotes e de igreja. As diferentes modalidades narrativas estavam longe de representar a fé daquela época. Alguns tipos narrativos, como as biografias e autobiografias, constituíam-se como uma prática discursiva em que a fé era criada/remodelada a partir dos diferentes projetos políticos. Por isso a necessidade de entendê-las não como retratações de um suposto “real”, mas como práticas formadoras de sentido (CERTEAU 1998, p. 278).

As biografias católicas de fins do século XIX e da primeira metade do XX se aproximaram do modelo das hagiobiografias,<sup>1</sup> sobretudo do estilo narrativo da obra de Francis Trochu (PIRES 2014). Nem sempre elas relatavam a vida de sacerdotes ou bispos com fama de santo, mas certamente descreviam trajetórias exemplares, principalmente daqueles padres ligados ao modelo romano e ultramontano. Na tentativa de legitimar seus enunciados, mantiveram um diálogo com a cultura histórica desse contexto. As biografias eclesiais de fins do século XIX e início do XX se apropriaram de alguns elementos da historiografia brasileira que circulavam nessa conjuntura, perpassando pelas concepções históricas e narrativas das biografias do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e mesmo da historiografia do início do século XX.

Neste artigo, o nosso interesse é entender de que maneira tais narrativas se apropriaram da cultura historiográfica brasileira da época para construir e legitimar os diferentes projetos religiosos e teológico-políticos da instituição e de seus membros. Dessa forma, não nos prolongaremos nas definições de hagiobiografia e das biografias laicas modernas, já realizadas em outros trabalhos (PIRES 2013).

<sup>1</sup> As hagio-biografias foram muito comuns durante o século XIX e início do XX. Abarcavam um estilo narrativo híbrido, que transitava entre as biografias laicas modernas, nos moldes das *Confissões* de Rousseau, e as tradicionais hagiografias. Não eram exclusivamente vidas de santos e nem biografias laicas. Havia, portanto, uma dificuldade em definir, no mundo católico, o que era biografia e hagiografia. Para um estudo mais aprofundado, conferir as definições presentes em Pires (2013).

## Biografias católicas no Brasil

Diferentemente das autobiografias, as biografias católicas foram mais recorrentes nesse recorte. Devido à pluralidade das obras biográficas eclesiais do período, recortamos como material de análise a do monsenhor José Silvério Horta e a dos bispos marianenses D. Viçoso (1787-1875) e D. Silvério (1840-1922) (HORTA 1934; PIMENTA 1920; SOUZA 1927). A biografia de José Silvério Horta foi escrita por seu sobrinho Francisco Horta. O arcebispo de Mariana, D. Silvério Gomes Pimenta, escreveu a vida de seu mestre D. Viçoso, e o primeiro arcebispo de Diamantina, D. Joaquim Silvério de Souza, escreveu uma das biografias sobre D. Silvério.<sup>2</sup> Os biografados foram eclesiais que atuaram na Arquidiocese de Mariana, bem como os biógrafos, com exceção do arcebispo de Diamantina. Prática comum, como poderemos notar, não só nas arquidioceses mineiras do período.

Em um breve levantamento das biografias católicas de fins do século XIX e da primeira metade do XX, conseguimos identificar um número significativo de obras, como: *Dom Epaminondas* (1941), escrita pelo padre Ascânio Brandão; *Dom Joaquim, 1º Arcebispo de Diamantina* (1935), do padre Celso de Carvalho; *D. Vital* (1932), de Perilo Gomes; *D. Joaquim Mamede da Silva Leite* (1941) e *Elogio histórico de d. João Nery, 1º bispo de Campinas* (1945), de José Carlos de Ataliba Nogueira; *Traços biográficos de Dom Silvério Gomes Pimenta* (1941), do monsenhor Alípio Odier de Oliveira; *Um grande brasileiro: D. frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, bispo de Olinda* (2ª ed., 1936), do frei Feliz de Olivola; *D. José Gaspar: biografia-depoimento* (1944), de Tavares Pinhão; *O bispo de Olinda perante a história (D. frei Vital M. Gonçalves de Oliveira, dos meninos capuchinhos)* (1878), de Antônio Manuel dos Reis; *D. Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo: esboço biográfico, homenagem do clero e dos católicos da arquidiocese, por ocasião do jubileu de sua sagração episcopal – 1894/1929* (1929), de Júlio Rodrigues; *Júlio Maria* (1924), de Jonathas Serrano; *Frei Rogério Neuhaus* (1934), do frei Pedro Sinzig (MICELI 2009, p. 187-191). Como se percebe, a construção das biografias do clero exemplar foi feita, em grande parte, por religiosos, mas algumas também por intelectuais renomados, como o professor de História do colégio D. Pedro II e membro do IHGB, Jonathas Serrano (1855-1944).

Tais biografias não eram escritas de forma aleatória. De acordo com Sergio Miceli (2009, p. 39), “alguns bispos preferiam redigir biografias circunstanciadas de seus patronos quando o status reconhecido de líderes de que desfrutavam os biografados era de molde a justificar um trabalho hagiográfico”, ou quando ganhavam destaque pastoral nas dioceses. Esse era o caso de monsenhor Horta e de D. Viçoso, ambos com fama de santidade e iniciados posteriormente no processo de canonização. Outra modalidade comum eram as histórias eclesiais, que, fazendo pequenos traços biográficos do clero, apresentavam uma leitura apologética e de reafirmação da Igreja diante da sociedade brasileira

<sup>2</sup> Mapeamos algumas outras obras de perfil biográfico sobre D. Silvério, como *O arcebispo negro: ensaio de uma síntese da vida e obra de D. Silvério Gomes Pimenta* (1942), de Benedito Ortiz, e *Traços biográficos de D. Silvério Gomes Pimenta* (1940), do monsenhor Alípio Odier de Oliveira.

(PIRES 2010, p. 5). Trata-se de um conjunto de biografias “produzidas com intenções edificantes, com frequência a versão oficiosa encomendada pela hierarquia a respeito de acontecimentos que deram margem a interpretações e as posições de facções do clero, ou de comprometer a imagem pública da organização” (MICELI 2009, p. 45). Além disso, a construção e difusão de modelos exemplares por meio de biografias era parte de um projeto reformista e político, voltado para a reafirmação da fé e do poder da Igreja Católica na sociedade brasileira, sobretudo a partir da Primeira República.

Ainda segundo Miceli, os modelos dessas narrativas biográficas foram homogêneos, aproximando-se do estilo das vidas dos santos, relatando a vida de eclesiásticos exemplares, prestadores de serviço à hierarquia católica de suas dioceses (MICELI 2009, p. 44). No entanto, podia acontecer que esses padres e suas narrativas não estivessem de acordo com o que a hierarquia eclesiástica almejava, tornando tal relação mais complexa e tensional. A postura e as biografias sobre certos padres milagreiros, como o padre Eustáquio Van Lieshout (1890-1943),<sup>3</sup> vigário de Poá, incomodavam alguns superiores católicos. Suas práticas de cura, interpretadas como sobre-humanas, muitas vezes eram associadas ao espiritismo ou à supersticiosidade do povo, aspectos para os quais a Igreja olhava com certa desconfiança. Lieshout foi afastado da diocese por tais questões, vindo a falecer em 1943. Mas, nem sempre a situação foi semelhante.

A biografia de monsenhor Horta, escrita por seu sobrinho Francisco Horta, está repleta de casos interpretados por ele como de ordem sobre-humana, o que chamou a atenção de outros grupos religiosos. Sabendo que era apreciado por círculos espíritas de Minas Gerais, monsenhor Horta fez questão de relatar em seus escritos os perigos da participação em tais reuniões (HORTA 1932, p. 26; HORTA 1939, p. 15-17), além de estar em ampla afinidade com as concepções teológicas e religiosas da Arquidiocese de Mariana. Consciente dessa associação com outras religiões, ele alertava de várias formas o seu não envolvimento, e mesmo sua reprovação, com as práticas mediúnicas que ganharam notoriedade no Brasil em fins do século XIX e início do XX (LEWGOY 2008, p. 86-87). Talvez tal fato tenha feito com que Horta e seus escritos, inclusive sua biografia, fossem mais apreciados pela hierarquia da Arquidiocese, algo que não ocorreu com as práticas e escritos sobre o padre Lieshout.

Nem sempre as biografias atendiam às demandas da hierarquia clerical, apesar desse cumprimento ser uma condição fundamental para a aprovação e para o projeto de escrita de muitas obras do gênero. Fazendo uso de um modelo de erudição histórica, pautada no uso abundante de documentação primária (cartas, sermões, autobiografias, testemunhos), os biógrafos traçavam a vida de seus coirmãos em um viés apologético e memorialista, porém menos romanceado e se apropriando de elementos da cultura histórica do contexto. Contudo, as biografias como obras de edificação não se restringiram ao âmbito

<sup>3</sup> O padre Van Lieshout nasceu em Aarle-Rixtel, Holanda, e faleceu em Belo Horizonte em 30 de agosto de 1943. Membro da Congregação dos Sagrados Corações, sua biografia foi publicada em 1944, escrita pelo padre Venancio Hulselmans, da mesma congregação.



religioso. Como nota Dosse (2009, p. 61), “em meados do século XIX, o modelo de [James] Boswell cede o passo ao domínio absoluto do que chamamos de biografia vitoriana, submetida a fortes coações moralizadoras. Obra de edificação, a biografia dessa época se confunde com a hagiografia”.

As biografias católicas foram, enfim, variadas: “histórias de vida de figuras eminentes da corporação eclesiástica, líderes, missionários, místicos, educadores, milagreiros e santos, com participação destacada nos principais acontecimentos religiosos e políticos da época”. Havia também os perfis de prelados e “as chamadas ‘polianteias’,<sup>4</sup> editadas em homenagem a diversos membros graduados do episcopado” (MICELI 2009, p. 43-44). As biografias que analisamos, entretanto, estavam para além do modelo hagiográfico.

### **Para além da escrita hagiográfica: um diálogo com as biografias históricas**

A fim de legitimar a autenticidade da escrita biográfica eclesiástica, seus autores optaram por dialogar com a economia de verdade presente na cultura histórica de seu contexto. Afinal, diante de uma sociedade em processo de laicização e da cultura histórica circulante, era preciso mais que um texto poético ou romanceado para difundir os modelos de sacerdotes exemplares, virtuosos e em alto grau de santidade, protótipos esses não tão comuns na cultura clerical nacional (OLIVEIRA 2010). Dessa forma, foi necessário elaborar e projetar uma identidade clerical para o Brasil, além de perpetuar a memória e a gratidão a esses eclesiásticos que ganharam fama em suas dioceses como missionários e pastores de almas de destaque (PIMENTA 1920, p. VI):

218

A história vem pois derramar estes benefícios, e estendê-los a um círculo muito largo. Se não fora sua valiosa coadjuvação, os bens do exemplo ficariam restringidos aos que tivessem a dita de os presenciar por si mesmos, ou os ouvissem destas testemunhas imediatas (PIMENTA 1920, p. V).

[...] com quantas dificuldades lutamos para não serem muitas as inexatidões nesta biografia bem o podem atestar os que com documentos e informações contribuíram para a escrevermos (SOUZA 1927, p. 7).

Uma das primeiras obras religiosas de perfil biográfico nas Minas oitocentistas foi a do prelado Dom Viçoso, escrita pelo futuro bispo da Arquidiocese de Mariana, Silvério Gomes Pimenta. A primeira edição foi publicada em 1876, abarcando, como diz o autor na introdução, um repertório dedicado aos futuros historiadores mineiros (PIMENTA 1920, p. III). A narrativa entrelaça à vida e à doutrina de Viçoso a história do desenvolvimento de Minas, apresentando suas virtudes, trajetória pessoal e, principalmente, sua atuação e formação religiosa. Uma escrita exemplar, a serviço da edificação e imitação dos padres e fiéis da Pátria. “Nutrimos esperanças que os Mineiros, há pouco sôfregos em escutar

<sup>4</sup> As polianteias “constituem um gênero extremado de apologia organizacional, concedendo aos prelados assim homenageados um tratamento honorífico idêntico àquele de que já desfrutavam as sumidades do episcopado europeu”. Eram obras editadas em ocasiões especiais ou encomendadas pelo interessado (MICELI 2009, p. 53).

a voz de seu Pastor, e que se apinhavam em derredor dele nas cidades, nas vilas, nos arraiais, e até nas fazendas” (PIMENTA 1920, p. VI). Próximo do povo, porém não milagreiro, o bispo incorporou um perfil de santidade já circulante no século XIX, menos “sobre-humano” e mais afeito às virtudes psicológicas e morais (ROSA 2000; VAUCHEZ 1987, p. 289). Sua biografia também ressaltou essa perspectiva:

[...] não dará no gosto de certos leitores, que mais buscam regalar a imaginação com espetáculo curioso, ainda que falsos, do que nutrir o entendimento e o coração com a narração de virtudes simples e comuns, as quais, se não tem o brilho do relâmpago, tem os encantos e suavidade da luz da autora, e os doces atrativos da verdura dos campos [...]. Não procures, leitor, nesta biografia esses rasgos extraordinários, e atos estupendos, com que Deus favorece alguns de seus santos, outra foi a missão de D. Antonio: ensinar com a palavra e com o exemplo as virtudes que todos podem imitar, e mostrar que um gênero de vida, ao parecer, tão vulgar e singela, se podem encerrar preciosos tesouros de santidade peregrina (PIMENTA 1920, p. VII).

A biografia de Viçoso tornou-se um modelo narrativo na Arquidiocese de Mariana para as futuras publicações desse perfil. A *Vida de D. Silvério Gomes Pimenta* (1927), redigida pelo bispo de Diamantina, D. Joaquim Silvério de Souza, cita a biografia de Viçoso e adota, inclusive, o mesmo estilo narrativo. As obras são repletas de citações e até referências, sendo estruturadas em diversos pequenos capítulos que vão da infância à atuação eclesial. A parte religiosa ocupa um espaço central, mas as vivências cotidianas, tais como as angústias e tensões do vivido, não são ocultadas da narrativa. Apesar de adotar um modelo temporal cronológico, a narrativa não constrói uma personagem totalmente solidificada e unificada durante a vida. As variações identitárias e as narrações de aspectos cotidianos do biografado não excluem a construção de suas virtudes, características essas que apresentam o diálogo da biografia católica com as biografias laicas modernas.

Tais biografias também dialogaram com o modelo das hagiografias, sobretudo porque os biografados e os biógrafos eram assíduos leitores das vidas dos santos e, dessa forma, se apropriaram da maneira de escrever e das virtudes e tópicos hagiográficos. A vida do biografado é significada em Deus, sendo ele um eleito da vontade divina: “Não eleva Deus algumas almas privilegiadas e tão levantados graus de santidade só por amor deles, senão para que sirvam de archote aos que vivem nas trevas deste mundo, e de guias seguros no caminho da virtude” (PIMENTA 1920, p. V). Nesse sentido, a biografia dialoga com a vida dos santos, porém sem necessariamente abarcar uma dimensão teofânica da temporalidade, na qual o tempo só revela o que já foi dado no início sagrado da existência do biografado. Além disso, muitos deles presenciavam em vida, ou no final da existência, o reconhecimento da sua santidade, sendo a escrita biográfica um dos meios de construir e legitimar a vida do “santo”. Esse foi o caso de monsenhor Horta, por exemplo.

A *Vida de D. Silvério Gomes Pimenta* apresenta variados capítulos que concatenam algumas de suas virtudes, as quais, por sinal, aproximam-se do modelo de pastor das almas também representado por D. Viçoso e monsenhor Horta: humildade, paciência, suavidade, caridade, respeito ao papa e aos superiores. Dom Silvério, próximo do povo e virtuoso, porém não milagroso, pregava com a superioridade do coração:

[...] vendo-o viver no meio deles, mais simples e operoso que eles, interessando-se por sua saúde, subsistência e sua alma, verificará quão sólida e vasta é a autoridade de quem governa pela superioridade do coração. [...]

Seguindo-o nas penosas e contínuas viagens, empreendidas dentro e fora do país, a bem de suas ovelhas, lendo suas evangélicas instruções, que não raro citaremos, contemplará o leitor um sacerdote fiel, um varão apostólico, por Deus suscitado para despertar energias, excitar santas emulações no serviço da salvação das almas (SOUZA 1927, p. 6-7).

Envolto em amplos debates políticos, articulados pelos seus pronunciamentos nas pastorais e nos jornais católicos, Silvério chegou a ser acusado de simonia. Sua biografia serviu também para resolver essa e outras polêmicas em que se envolveu, algo comum nas (auto)biografias laicas (CALLIGARIS 1998, p. 43). *A Vida de D. Silvério Gomes Pimenta* apresenta uma característica comum às biografias católicas: sua sujeição à hierarquia eclesiástica e aos modelos de santidade e virtudes que almejavam construir e propagar.

## 220

Protestando inteira obediência às leis da Igreja, reprovamos o que ela julgue neste escrito digno de censura, e declaramos não desejar nos antecipar ao juízo dela, se neste escrito alguma expressão que significa santidade nos sai da pena ao nos referirmos a D. Silvério ou a outrem (SOUZA 1927, p. 8).

As biografias católicas desse período almejavam construir as histórias “verdadeiras” dos prelados exemplares ou dos possíveis candidatos à santidade, utilizando com abundância a documentação primária e entrevistas com pessoas que haviam convivido com o biografado. “Consultamos as pessoas que lograram mais intimidade com o nosso Prelado, pedimos-lhes informações minuciosas de quantos sabiam, e estudamos escrupulosamente os documentos [...]” (PIMENTA 1920, p. VIII). Silvério Pimenta pede desculpas pelas faltas e lacunas da obra, mas expressa na introdução seu desejo de buscar a “verdade” e ser o mais fiel possível à vida de D. Viçoso. Pautadas em um método histórico crítico e no uso abundante de fontes na busca pela “verdade” e “imparcialidade”, as biografias católicas de fins do XIX e início do XX nos mostram um diálogo com alguns dos princípios da cultura histórica desse mesmo contexto a fim de legitimar um projeto teológico-político, indo além, portanto, do estilo hagiográfico e biográfico.

Narrar a vida de personagens ilustres e exemplares não se restringia ao âmbito religioso. Uma seção específica da *Revista Trimestral* do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi criada em julho de 1839 sob o título de

*Biographia dos Brasileiros Distinctos por Lettras, Armas, Virtudes, Etc.* Até 1899, foram contabilizados aí 154 trabalhos “sob a rubrica de *biografia* ou *apontamentos biográficos*” (OLIVEIRA 2007, p. 154). Tais narrativas estão entrelaçadas na consolidação do discurso historiográfico oitocentista no Brasil, empreendido pelo IHGB em meados da segunda metade do século XIX, com vistas à institucionalização da história como discurso dotado de regras próprias de elaboração e validação. Como se deve escrever a história da nação? Inicialmente, a veiculação da vida de personagens escolhidos como ilustres proporcionava a construção não só de um tipo de narrativa, mas de um modelo de nação que buscava no passado elementos para a sua consolidação no presente e sua orientação para o futuro.<sup>5</sup> O projeto historiográfico das biografias, que incorporou os métodos históricos disponíveis, baseava-se na fórmula da história mestra da vida, perdurando até o fim do século XIX, quando, não por acaso, as biografias do IHGB começaram a desaparecer (OLIVEIRA 2007, p. 157). O abandono do gênero biográfico a partir de 1880 está relacionado à mudança do projeto historiográfico do instituto, não mais pautado na história *magistra vitae*.

A escrita da história nacional na segunda metade do século XIX incorporou as premissas de um regime historiográfico com pretensões científicas na elaboração de biografias de personalidades ilustres da história do Brasil. A partir de tais indivíduos, a narrativa histórica corroborava para a consolidação de um dos projetos políticos e historiográficos do IHGB, voltado para a elaboração de modelos e exemplos que representassem o Brasil e sua identidade (OLIVEIRA 2010a, p. 39). Para tanto, a prática historiográfica fez uso abundante de fontes e de um olhar metodológico rigoroso, “imparcial”, em busca de um passado factual e verdadeiro (CEZAR 2003, p. 78). Tais noções aparecem com clareza nas biografias eclesiásticas que mencionamos anteriormente, apesar de sabermos que tal rigor não se desdobrava em objetividade e imparcialidade total.

Em todas as biografias católicas que analisamos, a introdução das obras apresenta uma proposta de escrever a história verdadeira do sacerdote, mais fiel possível à sua vivência. Utilizam-se fontes em diferentes modalidades e uma “imparcialidade” que garante ao trabalho, na visão de seus autores, um tom objetivo e histórico. Para reafirmar tais proposições, alguns autores, como o biógrafo do monsenhor Horta, definem que a obra não se trata de um texto literário, mas de uma apresentação da vida do padre José Silvério Horta. Na *Vida de D. Antonio Ferreira Viçoso* (1876), as pretensões em escrever um texto com valor histórico e destinado aos historiadores aparecem logo na introdução (PIMENTA 1920, p. III). Talvez essa diferenciação entre texto histórico e literário seja algo mais específico das biografias católicas da primeira metade do século XX, haja vista que:

<sup>5</sup> Algumas personagens religiosas também apareciam na seção de biografias do IHGB, ganhando um espaço considerável. Contudo, “grande parte dos brasileiros ilustres, cujas biografias foram estampadas no periódico do IHGB, teria destacada a sua atuação concomitante nos negócios públicos do Império e nos serviços prestados às letras nacionais” (OLIVEIRA 2010a, p. 40). De todo modo, “no rol dos religiosos, figuras como Manoel da Nóbrega (1517-1570), Antonio Vieira (1608-1687) e José de Anchieta (1534-1597), os dois primeiros nascidos em Portugal e o último natural das Ilhas Canárias, compõem parcela significativa do corpus biográfico entre 1839 e 1849: do total de 72 biografados no período, 19 são integrantes de ordens religiosas, e igualmente considerados servidores da nação” (OLIVEIRA 2007, p. 168).

Não seria fortuito que, no Brasil oitocentista, os homens de letras e de ciência compartilhassem os espaços institucionais dedicados à tarefa de inquirir o passado nacional. Nesse contexto, nas palavras de Temístocles Cezar, “nem sempre ser poeta ou romancista era incompatível com ser historiador; e ir de um gênero ao outro era uma opção, não uma impossibilidade intelectual”. No entanto, tornava-se evidente a consolidação de um ethos que, de modo mais específico, definia aqueles que se dedicavam à escrita da história. Nesse caso, conforme demonstrou Rodrigo Turin, uma tríade de atributos característicos da figura do historiador – a sinceridade, a cientificidade e a utilidade – delineavam a prática historiográfica em seus vínculos mais diretos com o projeto de nação que se buscava instaurar (OLIVEIRA 2010a, p. 47).

As apropriações do estilo historiográfico presentes nas biografias eclesiásticas não são feitas pelo simples gosto ou pela pretensão de contribuir para um projeto historiográfico. Sua intenção é a de propagar e consolidar a memória de sacerdotes virtuosos, às vezes considerados santos, servindo como material de edificação e difusão da fé, sobretudo no contexto do pós-1890, com a separação entre Estado e Igreja. As biografias católicas começaram a se multiplicar na primeira metade do século XX não por acaso. Os exemplos eram para ser imitados, voltados para a consolidação de uma identidade que a Igreja Católica buscava reforçar. Nessa perspectiva, a escrita biográfica eclesiástica do oitocentos, e mesmo a do início do século XX, apropriou-se do estilo narrativo e de algumas concepções do projeto historiográfico do IHGB, como a história mestra da vida e a escrita de biografias de “homens ilustres”, porém ilustres para a hierarquia eclesiástica.

222

Na virada do século XIX para o XX, a historiografia brasileira deixou de eleger grandes personalidades da elite brasileira para se preocupar com a “cor local”, com os regionalismos, como fez Capistrano de Abreu ao estudar o sertão. Há uma mudança da noção de objetividade e imparcialidade, sendo a proximidade identitária do historiador com o objeto algo que não prejudica o trabalho histórico (ANHEZINI 2005, p. 476-477). Diferentemente da noção historiográfica das biografias do IHGB, rompia-se com a noção da história mestra da vida:

Esses textos responderam a uma série de interpretações que também concebiam o passado como referente. No entanto, esses estudos referiam-se a um passado que não mais interessava ao presente, não trataram do passado que permaneceu preservado nos vestígios que naquele momento se descobriram e ganharam relevância (ANHEZINI 2005, p. 481).

Tais noções começaram a abrir caminho para uma escrita moderna da história que assumiria sua forma mais visível no ensaísmo das décadas de 1920 e 1930. O passado deveria ser eliminado e, a partir da escrita histórica do presente, deveria se projetar para o futuro um Brasil que até então não havia dado certo, vide o desencantamento dos autores com o sistema republicano (NICOLAZZI 2008, p. 30; 340). Em meio a tais regimes de historicidade, podemos dizer que as biografias eclesiásticas que analisamos se apropriaram de elementos da prática historiográfica das biografias do IHGB no oitocentos e



das noções de imparcialidade e verdade que se desdobraram na historiografia do início do século XX. Apesar de almejar reforçar uma identidade religiosa até então não muito recorrente no país, a Igreja não abandonou por completo o passado em busca de modelos novos a serem construídos. Dessa forma, o diálogo com uma escrita moderna é mais tensional para o catolicismo, graças à sua ampla ligação com o passado e com a tradição.

### Considerações finais

Os estilos narrativos mencionados anteriormente (hagio-biografias, biografias eclesiásticas e laicas, hagiografias) mantêm entre si uma rede de apropriações e aproximações, inclusive com o gênero historiográfico. As biografias católicas assumiam os traços heroicos e exemplares das hagiografias, fundamentando a vida de suas personagens em um viés providencialista. Todavia, incorporavam também as tensões da vida cotidiana presentes nas biografias laicas modernas surgidas a partir do século XVIII, como as *Confissões* de Rousseau, na qual a trajetória individual do “homem comum” era valorizada e apreciada. Entretanto, essas não eram as únicas referências.

O diálogo das biografias católicas com a cultura historiográfica de fins do século XIX e início do XX não almejava contribuir diretamente com o saber histórico promovido por instituições como o IHGB. O discurso historiográfico (assim como os seus métodos) servia como instrumento de legitimidade para as biografias católicas. A intenção de construir e divulgar “uma verdade” sobre personalidades exemplares do clero e sobre a memória da instituição fazia com que os biógrafos eclesiásticos se inspirassem nos procedimentos (ainda que retóricos) da cultura histórica da época, com destaque para os conceitos de “objetividade”, “verdade”, “imparcialidade” e “fontes/documentos”.

O discurso histórico era apropriado de maneira singular e manuseado a fim de que os escritos biográficos católicos assumissem um tom de “verdade”, contrapondo-se aos antigos estilos narrativos das hagiografias, das memórias e da ficção literária. Aproximar as biografias eclesiásticas do gênero hagiográfico ou literário poderia ser perigoso para uma conjuntura em que o discurso histórico se consolidava como promotor da identidade nacional, das “cores” regionais e de outros projetos políticos da nação.

### Referências bibliográficas

- ANHEZINI, Karina. Como se escreveu a história do Brasil nas primeiras décadas do século XX. **Varia Historia**, v. 21, n. 34, p. 476-477, Julho 2005.
- CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. **Estudos Históricos**, n. 21, 1998.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. **MÉTIS - história & cultura**, v. 2, n. 3, p. 73-94, 2003.



- DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: EDUSP, 2009.
- HORTA, Francisco. **Monsenhor Horta: esboço biográfico**. São João del Rei: Oficinas Gráficas Castelo, 1934.
- HORTA, José Silvério. **Cartas, sermões, práticas e outros escritos**. Compilados por Francisco Horta. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1939.
- HORTA, Monsenhor José Silvério. **Manuscrito autobiográfico** (Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana), 1932.
- LEWGOY, Bernardo. A transnacionalização do espiritismo kardecista brasileiro: uma discussão inicial. **Religião e Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 84-104, 2008.
- MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história**: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre *Casa-grande & senzala* e a representação do passado. Tese (Doutorado em História) - UFRGS, IFCH, Porto Alegre, 2008.
- OLIVEIRA, Gustavo de Souza. **Entre o rígido e o flexível**: D. Antônio Ferreira Viçoso e a reforma do clero mineiro (1844-1875). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. **Revista Brasileira de História**, v. 30, n. 59, p. 37-52, 2010a.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. Traçando vidas de brasileiros distintos com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (1839-1850). **História**, v. 26, n. 1, p. 154-178, 2007.
- PIMENTA, Silvério Gomes, padre. **Vida de D. Antonio Ferreira Viçoso**. Bispo de Mariana, Conde da Conceição. 3. ed. revista pelo autor. Mariana: Typographia Archiepiscopal, 1920 [1876].
- ROSA, Maria de Lurdes. "Fazer história"... para "fazer santos": uma impossível compatibilidade. **Lusitania Sacra**, 2ª série, n. 12, p. 439-441, 2000.
- SOUZA, D. Joaquim Silvério de Souza (1º Arcebispo de Diamantina). **Vida de D. Silvério Gomes Pimenta**, 1º Arcebispo de Mariana. Editada pelo Exmo. Sr. Dom Helvécio Gomes de Oliveira. São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu Coração de Jesus. Alm. Barão de Piracicaba, 36-A, 1927.
- VAUCHEZ, André. Santidade. In: **Enciclopédia Einaudi**, v. 12. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987.

# História e Musicologia: duas apropriações do passado

History and Musicology: two appropriation of the past

---

## Denise Scandarolli

denisescandarolli@gmail.com  
Bolsista Pós-Doutorado (Fapesp)  
Universidade Estadual de Campinas  
Rua Oshita Sigrist Pongelupe, 1113, torre 5, ap 2.  
13140750 - Paulínia - São Paulo  
Brasil

---

## Resumo

Este texto aborda as trajetórias da história e da musicologia enquanto disciplinas acadêmicas. Busca compreender seus diálogos e distanciamentos estabelecidos no processo de construção do conhecimento histórico e evidenciados pelas problemáticas trazidas por um objeto de estudo específico, a música. Dessa maneira, este trabalho visa apresentar de forma abrangente, questionamentos referentes às relações estabelecidas entre a musicologia e a história, considerando que ambas buscam o estudo do passado, no processo que as levou ao lugar de áreas de conhecimento específicos, com o intuito de proporcionar novos espaços de discussão e reflexões sobre a abertura de maior diálogo entre as duas disciplinas.

## Palavras-chave

História; História das ideias; História da historiografia.

## Abstract

This text approaches the paths of the history and the musicology, as academic disciplines. It's also aims to understand their dialogues and detachment established in the historical knowledge construction process and highlighting by the problematic brought by a specific object of study, the music. Thus, this work aims to present a comprehensive manner, questions concerning the relations between musicology and history considering that both seek the study of the past, in the process that led them to the place of specific areas of knowledge, in order to provide new spaces for discussion and reflections about opening more dialogue between the two disciplines.

225

## Keywords

History; History of ideas; History of historiography.

---

Recebido em: 14/6/2016  
Aprovado em: 22/8/2016

Durante o processo de estruturação da História e da Musicologia como conhecimento específico, ou seja, disciplinas com diretrizes aceitas por determinado grupo acadêmico, houve distanciamentos e diálogos estabelecidos entre estas duas áreas, que apesar de terem se firmado de forma singular no decorrer do século XX, são bastante próximas por tratarem, ambas, da ação do homem no tempo, ou mais especificamente, manter relações estabelecidas pela percepção dos tempos presente, passado e futuro em suas análises. As discussões que aproximam história e musicologia são amplas e muito recentemente começaram a ser debatidas, por isso, este texto tem como objetivo apresentar, de forma abrangente, alguns pontos referentes a esta temática, com o intuito de promover maiores reflexões e abrir cada vez mais espaço ao diálogo entre estas duas áreas de estudo.

Desde o final da década de 1980, mais precisamente a partir dos eventos ocorridos em 1989, em especial a queda do muro de Berlim, as ciências humanas viram-se envoltas em uma crise epistemológica, cujo questionamento de suas premissas e métodos abalou profundamente a credulidade nas obras anteriores (HARTOG 2013, p. 165). No caso da História, o impacto da desesperança com o futuro, as mudanças sociais, interpretados por François Hartog como a quebra do regime de historicidade moderno, futurista, e a passagem para um regime de historicidade presentista, fez com que os paradigmas da disciplina fossem questionados, ao limite de alguns autores decretarem este período como o fim da história (FUKUYAMA 1999; DOSSE 2003).

226

Da mesma forma que a história, a musicologia começou a questionar suas certezas epistemológicas e, sobretudo, a rigidez com a qual suas fronteiras foram mantidas dentro do universo acadêmico, pouco abertas ao diálogo interdisciplinar. Na França, alguns trabalhos como os de Philippe Bachman, Philippe Vendrix e Myriam Chimènes, todos publicados durante a década de 1990, buscam trazer à tona discussões envolvendo as pesquisas e produções acadêmicas em musicologia, principalmente referentes à musicologia histórica. Estes autores apontam a necessidade de se estabelecer um diálogo entre a história e a musicologia, já que, como afirma Myriam Chimènes, tanto musicólogos quanto historiadores ignoraram-se reciprocamente durante décadas.

A percepção por parte de alguns pesquisadores europeus deste isolamento epistemológico, no qual se encontrava a musicologia histórica, levou a Sociedade Francesa de Musicologia a organizar Jornadas de Estudos, buscando debater a disciplina, seus métodos, objetivos e seu futuro. No decorrer do ano de 1996, dois destes encontros foram realizados, contando com a participação de historiadores, musicólogos e historiadores da arte. No Brasil, neste mesmo período, alguns pesquisadores também iniciaram reflexões bastante frutíferas sobre os procedimentos epistemológicos adotados pela musicologia e sobre os paradigmas abordados pela disciplina, sobretudo por sua vertente histórica, além de lançarem tentativas de aproximar os estudos musicais e os estudos históricos (BARROS 2015; BARROS 2013a; BARROS 2013b; BLANCO 2004; ASSIS 2009; BLOMBERG 2011; SANT'ANNA 2016).

A musicologia histórica foi classificada por Myriam Chimènes em meados da década de 1990, como sendo “terra de ninguém”, cujo desbravamento está em curso e cuja conquista necessita de colaborações interdisciplinares. Para esta musicóloga francesa, o distanciamento mantido pelos historiadores em relação à música pode ser entendido como certa timidez face a um objeto de acessibilidade e de legibilidade diferente. Por outro lado, ela argumenta que os musicólogos também se mantiveram alheios aos questionamentos levantados pela história, no decorrer de todo o século XX. É justamente este estranhamento mútuo o que este trabalho pretende discutir.

Antes da institucionalização da história e da musicologia, processo que separou as áreas de atuação e objetos destinados a cada uma, os estudos do passado foram tomados por diferentes formas de representação. No que diz respeito aos estudos da história da música, Vendrix afirma que dois critérios foram necessários para o surgimento de uma demanda histórica acerca do domínio das produções artísticas. O primeiro critério é o formal: a história da música teria começado com o reconhecimento do princípio de aplicação de um método que permitisse fornecer às manifestações de criação musical relações de referência no tempo e no espaço. Estas relações passaram a existir depois que alguns autores tomaram consciência, nos idos do século XV e XVI, da importância da criação artística no decorrer da história, a qual repousaria sobre fundamentos de um verdadeiro “espírito histórico”. O segundo critério se sustenta sobre a oposição entre o discurso normativo e o discurso histórico (VENDRIX 2004, p. 71).

A obra de Gioseffo Zarlino, *Istitutioni harmoniche*, de 1558, sistematiza esta oposição, propondo dividir todos os estudos teóricos da música em duas partes: a história e o método. O método consistiria no estudo dos corpos sonoros, os quais Joseph Sauveur viria a chamar de acústica, no início do século XVIII. Quanto à história, se referiria ao estudo dos corpos sonoros por meio de manifestações escritas e de interpretação das obras por compositores de diferentes épocas, ou seja, o estudo de fontes históricas por meio dos princípios da análise textual definida pelos humanistas (VENDRIX 1993, p. 153).

Este sistema hermenêutico também estava presente nos estudos históricos de maneira geral. O período em que a obra de Gioseffo Zarlino foi escrita marca mudanças na importância do futuro para a escrita da história. Na renascença, período de desenvolvimento tecnológico, das navegações, das Reformas religiosas e da chegada dos europeus ao “Novo Mundo”, surge uma nova experiência de temporalidade, a qual compreende novas categorias de história, como a história Humana e a história Natural separadas da história religiosa, cujo horizonte de expectativa, em vez do fim do mundo previsto pela concepção de história anterior, inaugura como futuro um tempo diferente e novo (KOSELLECK 2006, p. 25). A partir de então, o período anterior passa a ser visto como superado, inferior ao presente, o mesmo que eleger um passado ideal como representativo do porvir, a antiguidade clássica, relegando a Idade Média à Idade das Trevas. Os conceitos – antiguidade, Idade Média e Idade Moderna – já se encontravam disponíveis desde o Humanismo, assim o tempo do renascimento era superior

ao período anterior por ter sido compreendido como fruto do reencontro com o passado clássico (KOSELLECK 2014, p. 257).

Da mesma forma, no que diz respeito aos domínios da música, só o novo mereceu a atenção neste período. As composições do passado não eram vistas como artefato com qualidade inerente que fosse necessário ser preservado. A noção de repertório é estranha às práticas dos séculos XV e XVI, salvo raras exceções. Por outro lado, algumas obras como o *Dictionnaire de la musique* (1703), de Sébastien de Brossard, o *Musicalisches Lexikon* (1732), de Johann Gottfried Walther e o *Esemplare a sia saggio fondamentale pratico di contrappunto* (1774-1775), de Giambattista Martini, tem como objetivo a curiosidade e a coleção, transformando a história da música em um agrupamento de experiências, a exemplo de algumas outras obras como a de autoria de Jacques Bonnet-Bourdelot (*Histoire de la musique et de ses effets* 1715), de Battista Martini (*Storia della musica*, 1757-1781), de Charles Burney (*A general history of music* 1776-1789) e de Jean-Benjamin de Laborde (*Essai sur la musique ancienne et moderne* 1781).

Esse papel do colecionador de fatos e curiosidades, o antiquário, aquele que reúne, compara e classifica, monumentalizando o passado, também estava presente na escrita da história. Mas, a vertente considerada oficial da história, escrita por aqueles que eram conhecidos como historiadores eruditos, consistia em narrativas dos feitos heróicos dos reis e nobres, as quais tiveram papel importante na estruturação representativa do Estado moderno. A crítica a esta forma de narrativa histórica foi feita de maneira mais sistemática pelos filósofos iluministas do século XVIII. Os questionamentos sobre o tempo e sobre o sentido da história trazidos pelos filósofos setecentistas eram concebidos a partir da noção de progresso e, assim como a noção de verdade, é cara a estes pensadores, em especial aos franceses, como Pierre Bayle, J. J. Rousseau, Voltaire e Condorcet, independentemente de sua percepção pessimista ou não do passado posto em relação ao futuro. Neste sentido que Koselleck afirma ter sido com o advento da filosofia da história que uma incipiente modernidade se desligou de seu passado, inaugurando, por meio de um futuro inédito, também o período que se convencionou a chamar de modernidade. Esse progresso, define Koselleck, se desenvolve na medida em que o Estado e seus prognósticos não eram capazes de satisfazer as exigências soteriológicas (KOSELLECK 2006, p. 28).

Reflexões sobre a música estavam presentes nos trabalhos dos filósofos do século XVIII, em obras como as de J. J. Rousseau – *Projet concernant de nouveaux signes pour la musique; Dissertation sur la musique moderne; Lettre sur la musique française*, entre outros. O conceito de progresso presente em outras áreas de estudo permeia também os estudos da música, a exemplo da explicação progressista dos sistemas composicionais, aparecendo de maneira bastante contundente como base da elaboração de uma ideia de progressão e melhora dos elementos musicais no decorrer do tempo. Sendo assim, a evolução musical torna-se progressiva e representativa da evolução do pensamento humano.

Contudo, a visão progressista da análise musical sofre modificações, por volta da virada do século, aparecendo nos estudos das artes outro argumento de que certas obras poderiam reivindicar um valor artístico permanente, como defende François-Joseph Fétis (1784-1871) em *La musique mise à la portée de tout le monde: exposé succinct de tout ce qui est nécessaire pour juger de cet art, e pour en parler sans l'avoir étudié*, publicado em Paris, em 1830. Dessa forma, subverte-se a ideia de progresso na ideia de transformação, pois a concepção progressista anulava por si só a lógica de qualidade inerente de uma obra anterior se comparada às produções contemporâneas.

A reivindicação de um valor histórico permanente para a obra de arte apoia-se, no século XIX, em uma definição mais abrangente: a ideia de clássico, definido como obras universais aquelas que constituem um bem comum à humanidade e também um patrimônio nacional. Mas, a escolha de quais obras poderiam ser consideradas como tal dependia de todo um julgamento de valor repousado na exclusão.

As concepções de história, de passado e tempo sofreram modificações desde meados do século XVIII, deixando de significar as múltiplas narrativas das experiências passadas (Historie), se seguirmos as definições de Koselleck, para referir-se à construção narrativa destas experiências (Geschichte). Pelo menos simbolicamente, como argumenta Hartog, o ano de 1789 pode datar uma mudança na percepção do tempo, um novo regime de historicidade, no qual a categoria do futuro se faz preponderante. Neste novo regime de historicidade o tempo passa a ser percebido como aceleração, o exemplar deu lugar ao único. O acontecimento converteu-se àquilo que não se repete. O presente rompe definitivamente com o passado (HARTOG 2013, p. 167).

Em meio a esta concepção temporal os estudos sobre o passado institucionalizaram-se, buscando estruturar uma linguagem científica aos moldes das ciências da natureza. Na história, este processo constituiu a percepção de um tempo histórico linear, em base cumulativa e irreversível, correspondendo especificamente a uma história política. Para os historiadores deste período o passado está morto, sendo possível acessá-lo somente por meio das pesquisas de fontes confiáveis, como os documentos oficiais. A institucionalização da escrita da história também direcionou as temáticas pesquisadas, as quais tiveram como foco a história da nação, dando forma às narrativas nacionais e crítica à concepção filosófica da história.

Este contexto é a base da afirmação de Vendrix sobre a história da música, de que a crítica histórica do século XIX é relativista e descritiva: ela se opõe à tradição clássica, absolutista e prescritiva que julgava toda obra em relação às normas atemporais. É justamente esta nova crítica aos estudos da música que funda, segundo o autor, a filologia e a história da música. Estas duas disciplinas compartilhavam a ideia de que o compositor e sua obra deveriam ser compreendidos em meio a sua situação histórica, ou seja, a percepção da temporalidade e não mais a análise das obras de forma atemporal. Entretanto, o discurso sobre a música passou a privilegiar biografias, cuja atenção era concentrada sobre a trajetória de vida de alguns poucos compositores,



escolhidos como ícones de determinado período, ou a realização de catálogos, como dicionários biográficos históricos, a exemplo das obras de Choron et Fayolle, *Dictionnaire historique des musiciens* (1810-1811), Ernst Gerber, *Nouveau lexique historique et biographique des compositeurs* (1812) e de Fétis, *Dictionnaire des musiciens* (1824) e *Dictionnaire biographique universel* (1833-1844). Semelhante à história, a musicologia neste período também concebe como prática de apropriação do passado a produção cronológica do tempo, que dispõe os fatos eleitos, *à priori*, como principais representantes do período narrado, forjando uma coerência ao encadeá-los como mais importantes na sua reconstrução, em ordem crescente no tempo histórico, do passado ao agora.

A fundamentação metodológica também é um ponto em comum no processo de estruturação das duas disciplinas, com a valorização de práticas empíricas, os quais vislumbravam métodos de seleção, leituras e análises das fontes. Alguns autores destacaram-se na pesquisa da história, principalmente durante a segunda metade do século XIX. Na Alemanha, pode-se dizer que duas escolas históricas se sobressaíram: a Escola Rankeana e a Escola histórica Prussiana, sendo assim, o pensamento histórico germânico passa por pesquisadores como Leopold von Ranke, Heinrich von Sybel, Barthold Georg Niebuhr, Johann Gustav Droysen, Georg Gottfried Gervinus, entre outros (BENTIVOGLIO 2011; SCHOLTZ 2011). Na França, outros historiadores, entre eles G. Monod, Langlois e Seignobos, buscavam seguir métodos empíricos para a escrita da história, enfatizando a objetividade dos estudos do passado e a verificação da certeza do fato por meio de documentos “inquestionáveis”, aqueles produzidos pelos órgãos oficiais. Conhecidos como metódicos, eles fundaram a chamada Revista Histórica, em 1876, como contraposição aos trabalhos pautados na narrativa romântica, da qual um dos principais representantes foi Jules Michelet (LE GOFF 2013; DOSSE 2003; BOURDÉ 1983).

230

De certa forma, a criação de revistas específicas de estudo, como a *Historische Zeitschrift* (1859), a *Revue Historique* (1876), assim como os *Annales d'histoire économique et sociale* (1929), *New Left Review* (1960) e a Revista *Quaderni Storici* (1966), foi definindo as fronteiras entre as disciplinas institucionalizadas no decorrer do século XIX e início do XX. Seguindo o mesmo movimento que outras áreas de conhecimento, vários periódicos especializados em musicologia foram criados. Na França foi fundada a *Revue d'histoire et de critique musicales* (1901), na Alemanha a *Die Musik* (1901) e a *Mitteilungen der International en Gesellschaft für Musikwissenschaft* (1929). A criação destas revistas foi possível graças à abertura de espaços de discussão, dentro das universidades, sobre temas relacionados à história e aos conhecimentos musicais. A partir de 1850, um certo número de cadeiras de musicologia foi criado, apoiadas pelos Estados europeus para promover a pesquisa científica nas artes musicais em geral e a de história da música em particular. A temática envolvendo os processos de nacionalização das sociedades europeias, nas últimas décadas do século XIX, apresentou-se como uma obrigação para os musicólogos, a de participar ativamente da elaboração e da difusão da memória coletiva, forjando uma

identidade nacional (VENDRIX 2004, p. 78). Papel que vinha sendo exercido também pela história desde a primeira metade do século XIX.

De certa forma, logo que a história da música se instituiu como disciplina de ensino superior, artística e universitária, ela se distanciou da crítica e da análise musical, criando uma separação que começará a ser questionada pela teoria da musicologia somente a partir da segunda metade de década de 1940.

Desde sua estruturação enquanto disciplina, a história da música centrou suas narrativas na perspectiva de exposição cronológica dos fatos, elencando apenas os compositores e composições considerados clássicos, em um sistema de exclusão, que silenciava as obras musicais que não pertenciam ao cânone dos principais autores europeus, os quais exemplificavam o desenvolvimento civilizatório daquelas sociedades. Sendo assim, a história da música foi resumida a alguns poucos compositores, músicos e interpretes já consagrados, representantes da genialidade artística do passado, endossando dessa forma, o próprio conceito de gênio forjado no século XIX.<sup>1</sup> Além disso, como aponta Vendrix, a musicologia pautou sua vontade de autonomia rejeitando, como intromissão intolerável, todas as interrogações e as críticas vindas das outras ciências.

Dessa forma, a narrativa que sustentou os escritos históricos e musicológicos até a primeira metade do século XX, fundava-se na concepção de um passado estático, alcançado apenas por meio de fontes objetivas, as quais funcionavam como ponte entre o presente e o passado. Por outro lado, a competência de leitura das fontes, consideradas capazes de fundamentar a escrita do passado elaborada pela história da música, também foi responsável pelo afastamento entre a musicologia histórica e a história. Para os pesquisadores da história da música, as obras musicais consistem em importantes documentos que legitimam e ressaltam a importância dos autores canônicos. Nestas abordagens, a progressão da técnica musical acompanha o progresso da sociedade na qual determinado compositor estava inserido. Apesar de se aproximarem na concepção narrativa e na forma de apropriação do passado, a história da música e a história mantiveram seus domínios demarcados, sobretudo, pela característica singular das fontes musicais, as quais demandavam ferramentas específicas para a sua compreensão, sendo necessário determinado grau de domínio de teoria musical ou composição musical para conseguir compreender uma partitura.

Depois da Primeira Grande Guerra e da recessão econômica do final da década de 1920, as certezas cunhadas em um passado glorioso, o qual levaria a um futuro de sucesso, foram postas em xeque. A objetividade do conhecimento do passado foi problematizada pelas ciências humanas com base nas incertezas do presente. A sociologia e a economia ganharam espaço, questionando a legitimação do discurso histórico do passado. A ideia de que "a história apenas dá sentido ao que não tem mais sentido" (HARTOG 2009, p. 171), como cita Hartog, inundou os espíritos de alguns historiadores. Determinados questionamentos, como o do evolucionismo e da ideia de progresso, deslocaram a reflexão da

<sup>1</sup> Alguns autores discutiram o desenvolvimento do conceito de genialidade entre os séculos XVIII e XIX, como Norbert Elias, Peter Gay e Richard Sennett.

história para outros terrenos, exteriores ao seu próprio território. Este período é marcado pelas novas ciências sociais, como a linguística, a psicanálise, a antropologia, por ciências que tinham como objeto o estudo da sociedade (DOSSE 1992).

Frente aos apontamentos trazidos pela sociologia, sobretudo a sociologia de Durkheim, na França, alguns historiadores distantes do tradicional centro de estudos históricos da Sorbonne, fundaram em Strasburgo a revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*. Estes historiadores defendiam novos paradigmas, questionando alguns pontos fundamentais presentes na escrita da história dos historicistas e dos metódicos, como a ideia de objetividade do conhecimento histórico e dos documentos do passado, da construção narrativa do passado baseado na colocação dos eventos de forma cronológica, assim como a ideia de que a única história possível era a história política (BLOCH 2001; FEBVRE [s/d]; DOSSE 1992; DOSSE 2004).

Para a historiografia francesa, o *Annales*, que tinha como principais representantes em sua primeira fase Marc Bloch e Lucien Febvre, trouxe importantes avanços nos estudos do passado, pois questionava o passado estático defendendo uma história interpretativa, comparativa, global, concebida como uma história-problema e como uma história em construção (BLOCH 2001). O pressuposto é o de que a história se constitui nos quadros das grandes referências do conhecimento possível de um período singular, uma vontade teórica de sintetizar a dinâmica das rupturas e a inércia das permanências, na perspectiva de um grande movimento da história da civilização. Uma história que incorpora os elementos de concepções divergentes, considerando os interesses científicos de cada área de conhecimento, vistas como ciências auxiliares, mas que sempre se reporta a uma realidade de abrangência superior, a civilização como experiência humana geral (FEBVRE; BERR 1932).

232

Dessa forma, reforçam a natureza epistemológica de uma "história problema", na qual o passado é uma elaboração problematizada e construída pelo historiador, a partir de questões postas pelo seu próprio presente, tendo a "verdade histórica" assumido um novo sentido, transformando-se na discussão sobre os processos de produção do conhecimento histórico, assim como considerando as partes que o constituem, seu sujeito, objeto e fontes.

Os documentos, que antes eram vistos como reflexo da realidade, passaram a ser analisados como produto de um grupo social inserido em determinado tempo e espaço. Sendo assim, eles não representam a verdade explícita, mas os interesses e ideologias de quem os produziram. Outro ponto de destaque e crítica à escrita da história anterior refere-se à narrativa linear do tempo histórico. Como, para o *Annales* a escrita da história só é possível por meio de questionamentos feitos ao passado, a linearidade passa a ser vista como uma apropriação artificial do tempo, uma compilação artificial dos eventos, os quais não representam a totalidade da história, mas sim a escolha subjetiva do autor da narrativa.

Não só os historiadores franceses estavam questionando a objetividade do processo de produção do conhecimento histórico. Outras vertentes de estudos

históricos também relativizaram os paradigmas historiográficos anteriores. Um exemplo é a Nova História americana, que teve em Carl Becker um importante representante. Becker sustentava a ideia de que os fatos do passado precisavam da experiência do presente para ter significado, abrindo a discussão para a percepção de um relativismo histórico marcado pela percepção de que o historiador está inserido em seu próprio tempo e este contexto marca seus escritos sobre história (BECKER 1931, p. 221-36). Esta corrente historiográfica relativizava o viés empirista dos historiadores marcados pela busca da objetividade científica, adotando conceitos advindos das ciências sociais.

Mas, "a crise do espírito", como apontam as reflexões de Paul Valéry (1957), publicadas em 1919, não atingiu o ofício do historiador da música com o mesmo impacto que atingiu a história. A "História problema", cujo foco era o questionamento do passado por questões do presente e a consciência da subjetividade das fontes, assim como dos autores, não encontrou espaço nos escritos da história da música, a qual permaneceu fiel à narrativa linear, cronológica e objetiva da história estática, que tinha como seus representantes aqueles já consagrados por sua genialidade. O cânone de gênios era mantido como premissa. A história da música, como passado imutável, continuava a ser estruturada com base na divisão temporal apresentada pela historiografia oitocentista e por periodizações originadas nas artes, como período clássico, neoclássico, renascimento, barroco, romântico, etc., períodos vistos como sucessivos e progressivos. Além disso, não foi pensado nenhum tipo de crítica historiográfica, já que o passado é apreendido e não analisado, as narrativas tendiam a ser apenas reproduzidas, transformando-se em verdades e legitimação da superioridade artística de alguns artistas e suas obras.

A percepção das diversas temporalidades, assim como das alteridades culturais também não foram consideradas nos estudos da história da música da primeira metade do século XX, os quais ficaram alheios ao conceito de anacronismo e à preocupação com análises e julgamentos não condizentes com o período estudado. Sendo assim, obras como *A history of Western Music*, de Donald J. Grout e Claude V. Palisca, ou *History of music*, de Roy Bennett, ou ainda *Tout l'Opéra*, de Gustave Kobbé, caracterizam-se como trabalhos extensos, panorâmicos, factuais e cronológicos, marcados por juízos de valores e que buscam o esgotamento da temática, supondo apresentar o domínio de toda a amplitude da História da Música.

Foi apenas nos anos de 1970 que houve uma tentativa real de crítica epistemológica da musicologia histórica, discutida em especial na obra do musicólogo alemão Carl Dahlhaus (1928-1989). De forma geral, os questionamentos internos à musicologia opunham a teoria musical e a história da música, sendo a última acusada de delimitar seu objeto de estudo a um processo histórico que não reconhecia e nem tinha o domínio das especificidades da música em si. Em oposição a esta ideia, Dahlhaus buscou promover uma forma de historiografia que fosse o contraponto e o complemento lógico da história social e da teoria da música, negando a história "événementielle", assim como vinham fazendo também os historiadores, e centrando seus interesses nas

análises das condições gerais da história, do gosto e da longa duração, ou seja, a mescla entre o ponto de vista diacrônico (a música como documento) e do ponto de vista sincrônico (a música como monumento) (DAHLHAUS 1983). Ele apontou ainda a necessidade de historicizar todas as atividades humanas, assim como realizar a articulação da história sobre o tempo, tomando como paradigma os questionamentos levantados pela história dos conceitos, próximo ao que vinha sendo desenvolvido, no mesmo período, pelos trabalhos de Koselleck (GREER 2000, p. 269).

Durante a década de 1980, as ciências humanas se abriram para debates interdisciplinares e para a aproximação dos apontamentos das ciências vizinhas. Este movimento de ampliação de diálogos entre vários campos de investigação foi fundamental nos estudos musicológicos para o desenvolvimento e maior visibilidade de determinadas áreas de estudo, como a etnomusicologia. Também denominada de Antropologia Musical pelo antropólogo americano Alan Merriam, em seu trabalho de definição da área – *The Anthropology of Music* (1964) – ela tem como objeto de estudo as práticas musicais enquanto cultura, enfocando, sobretudo, as práticas musicais de grupos sociais específicos, como índios, povos africanos, asiáticos, ou seja, priorizando as produções musicais realizadas fora do contexto cultural do ocidente tido como civilizado, cujo exemplo de conduta e prática é dado pelas culturas de matriz europeia. De certa forma, apesar da etnomusicologia ter se beneficiado desta ampliação dos diálogos entre diversas áreas de conhecimento, ela manteve-se à parte em relação à musicologia histórica, que ainda apresentava resistência à abertura para práticas e sistemas interpretativos externos.

234

Por outro lado, o desafio lançado às ciências humanas, no final da década de 1980, foi o inverso do precedente. A atenção não estava mais diretamente ligada à busca por inovações das disciplinas e avanço no campo epistemológico, mas numa crítica de seus postulados. Também a musicologia histórica vem reexaminando sua forma de produção de conhecimento, desde meados da década de 1980, mas esta preocupação com o estudo da história da historiografia musical só teve maior expressão a partir do início do século XXI.

A constatação do isolamento no qual foram mantidos os estudos da história da música, fez com que diversos pesquisadores buscassem abranger em seus trabalhos outras linguagens interpretativas, abrindo novos campos de pesquisa e direcionamentos teóricos, como o pós-estruturalismo, os estudos de gênero, o psicanalítico, entre outros. Aos poucos estes musicólogos começam a ocupar territórios ainda pouco explorados. Mas, este caminho implica em aceitar que a musicologia não deve se reduzir unicamente à escrita de fatos colocados em ordem cronológica e tomar consciência da multiplicidade de sistemas de representação que se cruzam, como o do autor, o do público e o da música.

A musicologia revisitada, ou seja, os questionamentos dos aspectos teóricos postos após 1989, como argumenta Vendrix, é guiada pela noção de apropriação e coloca no presente o centro de gravidade do temporal. A musicologia passa a entender-se como um agir no presente. Graças a esta perspectiva, novas orientações foram integradas ao discurso musicológico. A narração passou a



constituir-se como a mediação indispensável para a elaboração de uma obra histórica, ligando assim, o espaço de experiência e o horizonte de expectativa, chave explicativa de Koselleck na História, e endossado na musicologia por autores como Vendrix, Taïb e Legrand. Estes apontamentos da musicologia histórica são provenientes da abertura para diálogos com historiadores, principalmente aqueles ligados ao *Annales* pós-1970.

Apesar desta abertura para o diálogo com a história, alguns entraves ainda se apresentam, como a dificuldade que reside na definição de seu objeto, a música, assim como na elaboração do discurso, o qual depende de repensar a noção de evento e de contexto e a relação entre a compreensão da totalidade e da restituição do detalhe em sua singularidade.

O que é a música? Qual é a relação das músicas e dos compositores? Qual é a relação da música e da realidade? Qual é a relação da música e do público? Qual é a relação da música e da linguagem musical? Como compreender a tradição musical, sob seu aspecto dinâmico (a história) da mesma forma que sob seu aspecto estático (o valor)? (VENDRIX 2004, p. 1). São interrogações colocadas por Vendrix nos questionamentos iniciais apresentados em seu texto *Les concepts de l'histoire de la musique*, de 2004, as mesmas que ressoam em vários outros trabalhos, cuja inquietude busca reavaliar a produção historiográfica da música até os dias atuais, como forma de rever os caminhos possíveis a serem tomados.

Dessa forma, estes questionamentos estão no cerne das inquietações da musicologia histórica, que nos últimos anos vem buscando suprir as suas lacunas abrindo suas fronteiras para diálogos com outros domínios das ciências humanas. Mas, e no que diz respeito à música como objeto de estudo da história? Há ainda caminhos a serem percorridos. A barreira colocada pela linguagem musical parece até então dificultar a análise de obras musicais como fontes históricas. Por outro lado, de forma geral, a história também não se demonstra interessada nos questionamentos apresentados pela musicologia histórica, assim como em manter diálogos com esta área de pesquisa, proporcionando a abertura de novos campos investigativos dentro da história, que contemplates não apenas a música como produto social, forma pela qual esta arte vem sendo estudada dentro do que é conhecido como história social da música, mas que visse as obras musicais como linguagem, como documento em si, observando suas especificidades, permitindo que também a música ganhe espaços como aqueles já conquistados pelas artes plásticas, cinema, fotografia e literatura.

### Referências bibliográficas

ASSIS, Ana Cláudia de; LANA, Flávio Barbeitas Jonas Lana; FILHO, Marcos Edson Cardoso. Música e história: desafios da prática interdisciplinar. In: BUDASZ, Rogério (Org.). **Pesquisa em música no Brasil: métodos, domínios, perspectivas**, Goiânia: ANPPOM, 2009.

BACHMAN, Philippe. **La musicologie en France entre impasse et mutation: état des lieux et enjeux politiques**. Paris: Ed de la Maison des sciences de l'homme, 1992



- BARROS, José D'Assunção. A imaginação musical como um modelo de análise para a História Intelectual. **Tempos Históricos**, v. 19, p. 42-64, 2015.
- BARROS, José D'Assunção. A Imaginação Musical como um modelo possível para repensar a Teoria da História. **História e Cultura**, v. 2, p. 4-26, 2013.
- BARROS, José D'Assunção. Acordes Teóricos? A música como um modelo para a Teoria na História e em outros campos de saber. **Lusíada, Série de História**, v. 9, p. 11-38, 2013.
- BECKER, Carl. Annual address of the president of the American Historical Association. **The American Historical Review**, v. 37, n. 2, p. 221-36, 1931.
- BENTIVOGLIO, Júlio. Cultura Política e Historiografia Alemã No Século XIX: A Escola Histórica Prussiana e a Historische Zeitschrift. **História da Historiografia**, n. 6, p. 81-101, 2011.
- BLANCO, Pablo Sotuyo. "Diagnóstico, estratégias e caminhos para a musicologia histórica brasileira". In: **Música Hodie**. Vol. 4, nº 2, 2004, p. 93-102.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BLOMBERG, Carla. História da música no Brasil e musicologia: uma leitura preliminar. **Projeto História**, n. 43, dez. 2011.
- BOURDÉ, Guy. MARTIN, Hervé. **Les écoles Historiques**. Éditions du Seuil, 1983.
- CHIMÈNES, Myriam. Histoiresans musique. **Bulletin de la société d'histoiremoderne et contemporaine**, n. 1-2, p. 12-21, 1997.
- DAHLHAUS, Carl. **Foundations of Music History**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1983.
- DOSSE, François. **A história em migalhas**. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
- DOSSE, François. **História**. Bauru: Edusc, 2003.
- DOSSE, F. **História e Ciências Sociais**. Bauru: Edusc, 2004.
- FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa: Ed. Presença, [s/d].
- FEBVRE, Lucien; BERR, Henri. History. In: **Encyclopaedia of the Social Sciences**. New York: The Macmillan Company, 1932.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o Último Homem**. São Paulo: Ed. Gravita, 1999.
- GREER, David. **Musicology and sister disciplines: Past, Present, Future**. Oxford University Press, 2000.
- HARTOG, François. Experiências do tempo: da história universal à história global. **história, histórias**, v. 1, n. 1, 2013.

- IGGERS, Georg. **The German Conception of History: The National Tradition of Historical Thought from Herder to the Present**. Hanover: Wesleyan University Press, 1983.
- LE GOFF, Jacques. **Memória e história**. Campinas: Unicamp, 2013.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 25.
- \_\_\_\_\_. **Estratos do tempo**. Rio de Janeiro: Ed. PucRio, 2014.
- MERRIAM, Alan. **The Anthropology of Music Evanston**. Evanston: North Western University 1964.
- SANT'ANNA, Edson Hansen. As musicologias na Atualidade brasileira: o jogo do saber e seus paradoxos. **Revista Vórtex**, v. 4, n. 1, 2016.
- SCHOLTZ, Gunter. O problema do historicismo e as ciências do espírito no século XX. In: **História da Historiografia**, n. 6, , p. 42-63, 2011 [1989].
- VALÉRY, Paul. **Essais quasi politiques**. Paris: Gallimard, 1957.
- VENDRIX, Philippe, Aux origines d'une discipline historique. **La musique et son histoire en France aux XVIIe et XVIIIe siècles**. Genève: Droz, 1993.
- VENDRIX, Philippe. Historical science and cognitive science of music. Ways towards a conciliation. In: **Perception and Cognition of Music**. Hove: Psychology Press, 1997, p. 69-80.
- VENDRIX, Philippe. Les conceptions de l'histoire de la musique. In: NATTIEZ, Jean-Jacques. **Musiques**. Une encyclopédie pour le XXIe siècle: Les savoirs musicaux. Actes Sud: Cité de la musique, 2004, p. 628-648. v. 2.

# Julgamentos a serviço da História

Judgments service History

---

**Aline Michelini Menoncello**

aline\_menoncello@hotmail.com

Mestra em História (Bolsista Capes)

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Av. Dom Antônio, 2100 - Parque Universitário

19806-900 - Assis - SP

Brasil

---

## Resumo

Ao percorrer as atas da Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB) entre 1901 e 1921, analisei a participação de Pedro Augusto Carneiro Lessa (1859-1921), o ministro do Supremo Tribunal Federal. E deste modo interroguei-me: quem trabalha pela História no Instituto Histórico é o juiz Pedro Lessa ou o historiador Pedro Lessa? Tal pergunta será respondida a partir da problematização da categoria "autor" oferecida pelo filósofo francês Michel Foucault e pela análise dos textos assinados por Pedro Lessa: os pareceres emitidos para a *Comissão de História*, o estudo para o centenário de nascimento de *Francisco Adolfo de Varnhagen* e o *Lauda Definitivo* para decidir a data comemorativa da Confederação do Equador.

## Palavras-chave

Escrita da História; Discurso; História da Historiografia.

## 238 Abstract

By going through the records of the Brazilian Historical and Geographical Institute Magazine (RIHGB) between 1901 and 1921, I investigated the participation of Pedro Augusto Carneiro Lessa (1859-1921), Minister of the Supreme Court. Thus I asked myself: who works for History in the History Institute, the judge Pedro Lessa or the historian Pedro Lessa? This question will be answered from the questioning of the category "author" offered by the French philosopher Michel Foucault and analysis of the texts signed by Pedro Lessa: the evaluation in *History Commission*, the study for the centenary of the birth of *Francisco Adolfo de Varnhagen* and the *Final Report* to decide the commemorative date of the Confederation of the Equator.

## Keywords

History writing; Discourse; History of Historiography.

---

Recebido em: 21/10/2016

Aprovado em: 5/12/2016

Desde 1907 até 1921, nosso exímio colega prestou a esta laboriosa companhia os mais relevantes serviços, como membro da Comissão de História, relator de numerosos e brilhantes pareceres [...].

Entre seus lúcidos trabalhos, seja-me licito salientar [...] as duas magistras conferencias, que aqui aplaudimos a 17 de fevereiro de 1916 e 2 de julho de 1918.

[...]

Estas duas memórias bastariam para lembrar com muita honra o nome de Pedro Lessa, tal a agudeza de sua crítica, a abundância de sua argumentação, a segurança de seu juízo. Historiador e juiz, não se poderiam aliar mais admiravelmente os altos predicados daquele espírito superior (Elogio Fúnebre de Ramiz Galvão 1921, p. 884).

Pedro Augusto Carneiro Lessa (1859-1921), o famoso ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), pulicou o livro *É a história uma ciência?* (1900)<sup>1</sup>. Essa obra é a mais conhecida pelos historiadores, pois foi classificada como histórica pelos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1901, quatro décadas mais tarde, os editores do Suplemento Autores e Livros atualizaram o lugardela, como obra histórica (GOMES 1996). E recentemente o mesmo texto foi revisitado, interrogado e bem investigado para compreender a relação entre História e Ciências Sociais na Primeira República por Hugo Hruby (2007), Angela de Castro Gomes (2009; 2010; 2015), Piero Detoni (2013) e Bárbara Winther da Silva (2015).

*É a história uma ciência?* foi lida, avaliada e aprovada pelas *Comissão de História e Comissão de Admissão de Sócios* do IHGB, e assim, Pedro Lessa foi agraciado com uma vaga de sócio correspondente em 1901. Porém, só pôde tomar o assento após realizar o discurso de posse que aconteceu no dia 10 de junho de 1907. Até aquela ocasião, Pedro Lessa era professor da Faculdade de Direito de São Paulo e, alguns dias mais tarde, foi convidado pelo Presidente Afonso Pena a substituir a vaga de Lúcio de Mendonça no STF. Residir na antiga Capital do Brasil, ou seja, na cidade do Rio de Janeiro, possibilitou a Pedro Lessa não apenas exercer a sua função de juiz, mas também uma maior participação nas atividades no IHGB. Desse modo, ele deixou a categoria de sócio correspondente e passou a atuar como sócio efetivo do Instituto.

O IHGB era uma instituição antiga, foi fundado em 1838 e contava com prestígio e auxílios financeiros do Imperador D. Pedro II desde 1841. A queda da monarquia em 1889 e o desprestígio dos marechais que assumiram a presidência da República brasileira levaram o Instituto a quase encerrar suas atividades. Isto só não aconteceu devido à criação da categoria de sócios beneméritos. Os beneméritos eram homens que poderiam fornecer donativos sem precisar demonstrar a "suficiência literária". Esta estratégia impediu o fechamento das portas do IHGB. Pedro Lessa foi contemporâneo dos sócios Ramiz Galvão, Conde de Afonso Celso e Max Fleiüss. Essas três personalidades atuaram na

<sup>1</sup> A polêmica e conhecida *História da civilização na Inglaterra*, de Henry Thomas Buckle (1822-1862), foi traduzida para a língua portuguesa em 1900; Pedro Lessa escreveu a introdução dessa edição. No mesmo ano, Lessa republicou esse texto, em formato de livro, com o título *É a história uma ciência?*, e, em 1906, o referido texto ganhou espaço na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) com o título *Reflexão sobre o conceito da história*.

administração do Instituto durante as décadas de 1910 e 1920, tiraram, mesmo que lentamente, a instituição do isolamento político. Nesse novo cenário e, sobretudo, durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), o IHGB voltava a desfrutar dos prestígios intelectuais e também dos auxílios financeiros, que subsidiavam as pesquisas, participações em eventos no exterior e os congressos de História (GUIMARÃES 2007).

Pedro Lessa, apesar de não frequentar o Instituto com tanta assiduidade, foi vice-presidente da instituição, elevado em 1912 à categoria de sócio honorário,<sup>2</sup> participou de várias comissões e apresentou três estudos. No final de cada ano realizava-se no IHGB a Assembleia Geral; nessa reunião os sócios candidatavam-se aos cargos de presidência, de vice-presidência, de primeiro e de segundo secretários, de orador e de tesoureiro, assim como se candidatavam a membros das comissões permanentes – de *Fundos e Orçamento*, de *Estatuto*, de *História*, de *Geografia*, de *Etnografia*, de *Arqueologia* e de *Admissão de Sócios* – para o trabalho do ano seguinte. Pedro Lessa elegeu-se primeiro vice-presidente em 1909; concorreu ao cargo de orador em 1910 e 1911, mas perdeu as duas vezes para o Conde de Afonso Celso; em 1915, voltou a concorrer ao cargo de primeiro vice-presidente, entretanto perdeu para Manoel Cicero Peregrino da Silva; em 1918 e 1919, por fim, foi eleito segundo vice-presidente. Além dessas funções importantes, Lessa também integrou como membro a *Comissão de História* entre 1907 e 1920.<sup>3</sup>

240

A *Comissão de História* constituía-se de modo permanente por cinco membros eleitos em Assembleia Geral, responsáveis por analisar as obras consideradas históricas de um candidato a sócio correspondente ou efetivo. A comissão procedia da seguinte forma: primeiramente, o secretário comunicava, em sessão ordinária, a indicação de um candidato e informava a obra com a qual pleiteava tal vaga. Em seguida, a obra do candidato era encaminhada para a comissão com o indicativo do relator. Sem prazo predeterminado, o relator avaliava a obra e escrevia o parecer. Com o parecer em mãos, os membros da comissão reuniam-se para debatê-lo e para aceitá-lo integralmente ou para apresentar ressalvas. Então, em outra sessão ordinária, o parecer era encaminhado para o presidente do Instituto e lido pelo secretário para todos os sócios e, somente se fosse favorável, encaminhava-se o parecer para a *Comissão de Admissão de Sócios*. Durante esse tempo, o então juiz Pedro Lessa foi o relator de processos de dez candidatos.

Além da *Comissão de História*, Pedro Lessa também foi indicado pelos consócios para apresentar alguns estudos em sessões ordinárias ou extraordinárias, a saber: a alocução sobre a data de *Treze de Maio* (1912), a homenagem a *Francisco Adolfo de Varnhagen* (1916), o *Laudo Definitivo* (1918) e o estudo a respeito do *bicentenário de Philippe dos Santos* (1921). O breve estudo sobre a história da escravidão no Brasil, *Treze de Maio*, não foi nem publicado na revista nem aparece nas atas e o estudo do *bicentenário de Philippe*

<sup>2</sup> Atingiria a classe de sócio honorário somente o sócio correspondente ou efetivo com, no mínimo, dez anos de filiação ao IHGB que tivesse realizado trabalhos relevantes para o Instituto (GUIMARÃES 2007).

<sup>3</sup> Essas informações foram retiradas das atas do período compreendido entre os anos de 1907 e 1920.

*dos Santos* foi apresentado pelo sócio Jonathas Serrano, pois Lessa estava muito doente e não pôde realizá-lo. Os outros dois trabalhos – a homenagem a *Francisco Adolfo de Varnhagen* e o *Laudo Definitivo* – encontram-se registrados nas atas da revista do IHGB. O primeiro trabalho foi apresentado na noite de 17 de fevereiro de 1916 para comemorar o centenário de nascimento de Varnhagen (esse trabalho de Lessa recebeu, no ano seguinte, o prêmio de Conselheiro Olegário); e o segundo, o texto *Laudo Definitivo*, resultou da solução dada por Max Fleiüss para resolver a celeuma iniciada por Oliveira Lima e Gonçalves Maias, que divergiam a respeito da data comemorativa da Confederação do Equador. *Os pareceres*, o texto sobre *Francisco Adolfo de Varnhagen* e o *Laudo Definitivo*, são vestígios deixados por Pedro Lessa que resistiram ao tempo.

Para analisar todo esse material deixado por Pedro Lessa recorro a Michel Foucault (2006) para pensar a categoria autor. Foucault, ao refletir a respeito dessa categoria, não se preocupou com as análises sociológica e antropológica que são atribuídas ao indivíduo que escreve e assina o seu nome em um texto. A reflexão oferecida pelo filósofo francês consiste em uma análise do funcionamento de um determinado discurso em uma dada sociedade e o valor dado a determinado autor para que esse ou aquele discurso circule. Compreendeu, desse modo, que o indivíduo que escreve exerce a *função autor*. Porém, essa aproximação de Foucault é limitada; diferentemente do filósofo, selecionei apenas os textos assinados por Pedro Lessa; a *função autor* me possibilita examinar qual função Pedro Lessa exerceu no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Compreendendo que a História no Brasil não era uma disciplina autônoma e que Pedro Lessa era um juiz do Supremo Tribunal Federal, interrogo: quem trabalha pela História no IHGB, o juiz Pedro Lessa ou o historiador Pedro Lessa?

241

### **Narrador ou Juiz-relator?**

Durante o tempo em que integrou a *Comissão de História*, Pedro Lessa dividiu o espaço com outros sócios<sup>4</sup> – Benjamin Franklin Ramiz Galvão (1907 a 1911), Visconde de Ouro Preto (1907 a 1911), Bernardo Teixeira de Moraes Leite Velho (1907 a 1909), Antônio Jansen do Paço (1907 a 1911), Emydio Dantas Barreto (1910 a 1911), Clóvis Beviláqua (1913, 1915, 1917 a 1919), Augusto Olympio Viveiros de Castro (1913, 1915, 1917 a 1919), Luiz Gastão d'Escragnolle Doria (1913, 1915, 1917), João da Costa Lima Drummond (1913), Alfredo Valladão (1915), Laudelino Freire (1917 a 1918), Basílio de Magalhães (1918 a 1919) e Jonathas Serrano (1919) –, ora acompanhando o relator ora sendo o relator. Lessa foi indicado onze vezes à relatoria e analisou os trabalhos de João Coelho Gomes Ribeiro (1908), João Batista de Moraes (1909), D. Agustin de Védia (1910), Ataulfo Nápoles de Paiva (1912), Enéas Galvão (1913), Miguel Calmon du Pin e Almeida (1913), José Juan Biedma (1915), Alfredo Pinto Vieira Mello (1915) e João Martins Carvalho Mourão (1915). Apesar de ser indicado

<sup>4</sup> As datas entre parênteses, de Benjamin Franklin Ramiz Galvão a Jonathas Serrano, correspondem aos anos em que os sócios dividiram as cadeiras da *Comissão de História* com Pedro Lessa. Em 1914, 1916 e 1920 não foram registradas nas revistas do IHGB as Assembleias Gerais; por esse motivo, não tem como saber quais foram os sócios eleitos.



para analisar os trabalhos de Velloso Rebello e de Manuel Porfirio de Oliveira, Lessa não o fez, e a relatoria do primeiro foi transferida para Basílio de Magalhães e a do segundo para Clóvis Beviláqua. O inverso também ocorreu, a obra de Sousa Docca (1921) estava sob a relatoria de Manuel Cicero Peregrino da Silva e foi transferida para Lessa. Nove dos dez pareceres realizados por Pedro Lessa foram registrados em ata, apenas o parecer acerca da obra de D. Agustin de Védia não consta em ata e também não seguiu para a *Comissão de Admissão de Sócios*.

Diante desses pareceres a palavra relator chama-me atenção; afinal, relatar é uma ação do historiador? Intuo que ela pertença à área do Direito. Recorro, então, a quatro dicionários<sup>5</sup> e consulto o verbete. O primeiro dicionário que examino é o *Dicionário da Língua Brasileira*,<sup>6</sup> organizado por Luiz Maria da Silva Pinto (1832, p. 916), nesse dicionário, relator é: “o que relata algum fato” ou “*Juiz relator*, o que expôs a causa perante os outros Juízes seus colegas”. No segundo dicionário, *Grande Dicionário Português ou Tesouro da Língua Portuguesa*,<sup>7</sup> de Frei Domingos Vieira (1874, p. 177), entende-se por relator: “Pessoa que refere, historiando” ou “homem que refere, expondo a causa ante os juízes: ordinariamente dizemos o *juiz relator*, o que assoma o feito quanto aos fatos, e provas, e vota primeiro direito e sentença”. O *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*,<sup>8</sup> o terceiro dicionário que consulto é de autoria de Caldas Aulete (1881, p. 1512); nele o verbete relator significa “a pessoa que relata, que refere vocalmente ou por escrito todas as circunstâncias e fundamentos de um projeto de lei, de um processo, de um *projeto*, etc.”, mas também “*Juiz relator*, aquele a quem num tribunal coletivo é distribuído, em primeiro lugar, um processo para fazer o relatório fundamentando o seu voto”. Por fim, o último dicionário que exploro é o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*,<sup>9</sup> escrito por Candido de Figueiredo (1899, p. 437); nele, relator é “aquele que relata. Aquele que redige um relatório ou o parecer de uma comissão ou assembleia. Aquele que refere ou narra; narrador”.

Os quatro dicionários permitem que observe duas figuras para aquele que exerce a relatoria, o narrador e o juizrelator. O narrador é aquele que relata algum fato, historia, avalia um processo, redige um relatório ou um parecer;

242

<sup>5</sup> Compreendendo que Pedro Lessa viveu entre meados do século XIX e começo do século XX, foram consultados os dicionários em Língua Portuguesa que circularam no período.

<sup>6</sup> Luiz Maria da Silva Pinto (1770/80?-1869), dono da Tipographia de Silva, autor e tipógrafo do *Dicionário da Língua Brasileira*. O nome do dicionário chamou a atenção da pesquisadora Ivana Stolze Lima; ao estudá-lo, ela descobriu que, devido ao nome do dicionário, as pessoas achavam que o dicionário traria verbetes dos índios e não da língua portuguesa.

<sup>7</sup> Adolpho Coelho e Theophilo Braga foram dois dos editores do *Grande Dicionário Português ou Tesouro da Língua Portuguesa*, juntos organizaram e ampliaram o manuscrito deixado por Frei Domingos Vieira (1775-1857). O dicionário foi publicado em 5 volumes, entre 1871 e 1874.

<sup>8</sup> Francisco Júlio de Caldas Aulete (1826-1878) é o autor do *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Caldas Aulete tinha a intenção de criar um dicionário portátil e com palavras que fossem do domínio da conversação. A obra tem dois volumes: no primeiro, os verbetes vão de A a I e no segundo, de I a Z.

<sup>9</sup> O *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* foi organizado por Antônio Cândido de Figueiredo (1846-1925). A obra tem dois volumes.

o juizrelator é aquele que expõe as causas perante aos colegas, é o primeiro a fundamentar o voto ou a sentença. Então, apropriando-me da categoria autor, interrogo-me: quando trabalhava como relator no IHGB, Pedro Lessa estaria mais próximo à figura do narrador ou à figura do *juiz* relator? Ou seja, ele apenas relatou alguns fatos, historiando, avaliando e redigindo um parecer ou foi o primeiro a fundamentar, na *Comissão de História*, o voto ou a sentença? Para responder à questão examinarei aqui um dos nove pareceres de Pedro Lessa, escolhi um dos casos mais delicados entre os que estiveram nas mãos de Pedro Lessa, o caso do argentino José Juan Biedma.<sup>10</sup>

José Juan Biedma pleiteou uma vaga de sócio correspondente no IHGB. A categoria de sócio correspondente previa a admissão de estrangeiros, mas Basílio de Magalhães, o sócio do Instituto que analisou a obra de Biedma junto com o relator Pedro Lessa e com Clóvis Beviláqua, apresentou uma restrição à sua admissão; para Magalhães, o autor manifestava sobejamente em suas obras o antibrasileirismo. Já o relator Lessa (1915, p. 701) iniciou o parecer afirmando que reconhecia “o ilustre professor de História do *Collegio Nacional* de Buenos Aires, sr. José Juan Biedma”, pois ele muito merecia “ser eleito sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. Em seguida, utilizou uma tática frequentemente por ele usada no plenário do Supremo Tribunal Federal, o constrangimento.<sup>11</sup>

No parecer, Pedro Lessa (1916, p. 702) apresentou o livro *Atlas Histórico de la Republica Argentina*, classificou-o “como trabalho didático” e não colocou em questão “a excelência do método, a clareza, a concisão, o interesse das elucidações geográficas e históricas”. Em seguida, Lessa informou que Biedma, o “indefesso trabalhador”, também estudava as biografias de “seus homens ilustres” e ofereceu aos sócios um excerto da biografia de Bartolomeu Mitre Martinez (1821-1906):

Quando a posteridade formular seu juízo sobre o tenente-general Bartolomeu Mitre, com prévio estudo profundo de sua vida e com critério filosófico de Plutarco ou Tácito, muitos poucos serão os americanos comparáveis ao ilustre Argentino. Militar esclarecido, que realizou façanhas estratégicas como a passagem do Paraná, pelo exército aliado, e da campanha de Quadrilátero na guerra com o Paraguai, elevou-se à altura dos generais de gênio; estadista não igualado em sua pátria, realizou o que ninguém lograra – a união das províncias argentinas sob o regime federativo-nacional, e deu rumos superiores a política interna e externa da Republica; historiador e publicista de reputação europeia; cidadão de virtudes exemplares, que no apogeu do poder como no seio do país tem inspirado sempre aos seus compatriotas um carinho intenso, de que só há um exemplo no que Washington inspirou aos de sua nação; Mitre é um conjunto de qualidades e feitos ilustres, que a História imparcial colocará entre as primeiras grandezas do século XIX (LESSA 1916, p. 702-703).

<sup>10</sup> José Juan Biedma (1864-1933) foi indicado para sócio no dia 20 de abril de 1914. O parecer da *Comissão de História* foi entregue no dia 23 de agosto de 1915.

<sup>11</sup> No plenário, Pedro Lessa usava um leque preto e portava-se combativamente, discutia e até constrangia seus colegas com ironias (RODRIGUES 1991).

O trecho escolhido por Pedro Lessa provava o “exaltado patriotismo” de Biedma, mas o relator também sabia que esse mesmo sentimento patriótico fez com que “algumas vezes” o historiador argentino diminuísse “os homens e feitos das outras nações”, como havia acontecido em relação ao Brasil em outra obra do autor, *Crônica histórica del Rio Negro de Patogones*. Nesse momento, o relator preferiu não transcrever excerto algum desse outro trabalho. Usando um tom de dúvida, Lessa (1916, p. 703) afirmou: “não sabemos si é preferível censurar tais senões do ilustre cronista, ou apresentá-los aos nossos patrícios como um espelho em que devem mirar-se, para corrigir os defeitos opostos de que padecem”. Por fim, Pedro Lessa o aprovou por compreender que o historiador argentino era um vulgarizador da Geografia e da História de seu país e, para encerrar seu parecer, elaborou uma pergunta constrangedora: “que outro melhor título poderia ele exhibir à eleição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro?” (LESSA 1916, p. 703).

Clóvis Beviláqua, por seu turno, compreendia, assim como Pedro Lessa, que o historiador argentino sendo um patriota somente poderia exaltar a história de sua própria nação, por isso subscreveu o parecer do relator e julgou importante lembrar que Biedma, ao saudar o chanceler brasileiro, o general Lauro Müller, destacou as relações de amizade entre Brasil e Argentina:

[...] recordou [Biedma] a ação conjunta do Brasil e da Argentina na ereção da República Oriental do Uruguai, considerando esse fato “evocador do começo de uma amizade internacional consolidada, no tempo, por grandes fatos históricos e recíprocos interesses, a qual irradiará, calor e luz na alma e na consciência dos povos da América, que nos contempla” (BEVILÁQUA 1916, p. 703).

244

Afinal, o relator Pedro Lessa, o autor do parecer, aproximou-se mais da figura do *narrador* ou do *juiz relator*? Lessa é o *narrador* quando tecnicamente descreve e avalia o candidato e sua obra, mas também exerce a voz de *juiz relator* quando vestindo a toga expõe seus argumentos aos demais colegas fundamentando o seu voto. Saber narrar e julgar eram atributos necessários ao relator.

Talvez por ter os atributos de um relator que Lessa foi indicado por Max Fleiüss e Roquete-Pinto para homenagear Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) (ACTAS DAS SESSÕES DE 1915 1916, p. 648). Tal missão não era tão fácil, afinal, o homenageado era conhecido pela sua forte personalidade, pelas muitas desavenças que teve em vida e pelas muitas críticas que recebeu mesmo após a sua morte. Além disso, Pedro Lessa não seria o primeiro a narrar a vida e a obra de Varnhagen: naquela ocasião havia a biografia escrita por José Carlos Rodrigues (1844-1923), o discurso fúnebre de Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882), os artigos de João Capistrano Honório de Abreu (1823-1927) e o elogio de Manuel de Oliveira Lima (1867-1928) (GUIMARÃES 2011).

José Carlos Rodrigues escreveu a biografia de Varnhagen e publicou no jornal *O Novo Mundo* que passou a editar quando, após concluir o curso de Direito em São Paulo, foi morar em Nova Iorque. Essa biografia, publicada em

1873, contou com uma carta de agradecimento do biografado (GUIMARÃES 2011). Outro a escrever a respeito de Varnhagen foi Joaquim Manuel de Macedo. Como sócio do IHGB, coube a Macedo a incumbência de narrar as memórias dos membros do Instituto falecidos no ano de 1878. Ao recordar de Varnhagen, o autor fez críticas aos seus juízos sobre os indígenas, mas também lembrou de suas colaborações – documentos e artigos – e o denominou “homem-monumento” (GUIMARÃES 2011). Capistrano de Abreu, por sua vez, escreveu dois artigos: o primeiro intitulado “Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen” foi publicado no *Jornal do Commercio*, em 1878, e o segundo, “Sobre o Visconde de Porto Seguro”, foi publicado na *Gazeta de Notícias*, em 1882. Apesar das críticas de Capistrano de que faltava a Varnhagen o domínio da Sociologia e de que sua escrita estava comprometida com a visão do Estado Imperial, Capistrano comparou o historiador a um bandeirante, pelo seu caráter fundador da historiografia. No artigo de 1882, o tom empregado foi outro, Capistrano de Abreu criticou a forma narrativa uniforme que Varnhagen adotou em períodos distintos e argumentou que era necessário pensar a história do Brasil distribuindo-a em temas e delimitando as diferentes épocas (OLIVEIRA 2013; ANHEZINI 2015). Manuel de Oliveira Lima, o último dos autores mencionados a escrever a respeito de Varnhagen, rememorou a ocasião de posse de Varnhagen na Academia Brasileira de Letras, em 1903. Oliveira Lima o escolheu como patrono da cadeira 39 e narrou a vida de Varnhagen, o historiador do Brasil, em relação à sua própria vida, ou seja, “tornou a biografia do homenageado uma autobiografia” (MALATIAN 2001, p. 175).

Cada um desses estudos elaborou um Varnhagen diferente: Rodrigues elevou os feitos de Varnhagen ainda em vida, Macedo teceu críticas aos juízos de Varnhagen sobre os indígenas, mas também o transformou em “homem-monumento”, Capistrano de Abreu identificou o que faltara na *História Geral do Brasil*, criando o seu lugar na historiografia brasileira, e Oliveira Lima usou Varnhagen como um espelho para relatar suas próprias experiências. E Pedro Lessa, qual Varnhagen criou em 1916? Como falou dos descompassos do historiador do Brasil em uma cerimônia de homenagem? O autor Pedro Lessa precisou vestir a toga?

### **Estudo ou absolvição?**

Pedro Lessa (1917, p. 614) iniciou o seu texto com uma citação de Nicolau Maquiavel, na qual se lê: “a fortuna dispõe da metade de nossas ações, e confia a outra metade ao nosso livre arbítrio”. Lessa não partilhava da ideia de predestinação, por essa razão sugeriu aos ouvintes e, posteriormente, aos leitores que substituíssem as palavras fortuna por “condições e circunstâncias da vida” e livre arbítrio por “vontade”. Tais mudanças deixariam a frase de Maquiavel assim: as condições e circunstâncias da vida dispõem da metade de nossas ações, e confiam a outra metade à nossa vontade. Essa seria a chave para entender a vida e a obra de Varnhagen, Lessa (1917, p. 615) explicou que os dois fatores, condições e vontade, levaram Varnhagen “desde moço aos estudos necessários à realização da sua tarefa de historiador”. Afinal o autor de *História*

*Geral do Brasil* era “ainda jovem” quando iniciou a “carreira diplomática”, a oportunidade possibilitou-lhe viajar por várias “cidades da Europa e da América”, já a sua vontade o levou a “frequentar bibliotecas, arquivos e museus” e consultar “livros, mapas, autógrafos, inscrições, medalhas, moedas, gravuras, pinturas e toda espécie de documentos”. Usufruindo das condições e impulsionado pelas vontades, desse modo Varnhagen assumiu a responsabilidade de ser o “primeiro a escrever a história do seu país” (LESSA 1917, p. 614-615).

O trabalho do “iniciador da Historiografia brasileira” era, contudo, criticado por não “refletir” sobre a História. Pedro Lessa, sem nomear os autores da crítica, denominou-a de “imperdoável contrassenso” com aquele que escrevera a história nacional “de mais de três séculos” e justificou que, na época e no “ambiente que o cercaram, não se podia fazer com uma regular observância dos preceitos da Historiografia”, ou seja, “não lhe era possível adotar os rigorosos processos e seguir os fecundos preceitos da metodologia, que só mais tarde os historiadores e professores da Alemanha e da França divulgaram” (LESSA 1917, p. 615-617). Lessa argumentou que o historiador seguira os preceitos de sua época, buscara os documentos e narrara os fatos, afinal apenas mais tarde os historiadores alemães e franceses difundiram o método interpretativo. Para fundamentar seu argumento, Lessa lembrou-se dos conselhos de “um mestre da Historiografia contemporânea”, Ernst Bernheim. Não se sabe quais conselhos eram esses e nem a qual obra do historicista Lessa se referiu, no entanto, citar Bernheim o autorizou a afirmar que:

246

[...] o historiador pátrio, por necessidade lógica de seu espírito, feito de exatidão e de severidade, amor a verdade e a justiça, se esforçou, nos limites do possível, de acordo com os meios que lhe facultavam, por observar os cânones da Heurística, procurando penetrar o sentido dos livros e de todos os documentos sem os quais não se podia estudar as fontes da nossa História, adquirir ideias exatas a respeito da nossa arte rudimentar e de todas as nossas antiguidades (LESSA 1917, p. 617).

A escrita da História de Varnhagen seria feita de exatidão e severidade, amor à verdade e à justiça. Além desse nobre sentimento para com a história pátria, Pedro Lessa lembrou a todos de que o historiador brasileiro não tinha “nenhum modelo, nenhum antecessor, nenhum guia”, afinal “nenhum brasileiro ou português escrevera antes um só livro, a que quadrasse o título de História do Brasil”. Lessa asseverou que antes de Varnhagen existiram os cronistas Pero de Magalhães Gandavo (1540-1580), José de Anchieta (1534-1597), Manuel da Nobrega (1517-1570) e Gabriel Soares de Sousa (1540-1591), mas esses “nunca poderiam pretender o título de historiador”. Houve também aqueles que escreveram “sobre assuntos especiais e muito restritos”, como o Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão (1695-1779), autor de *Crônica dos Frades Menores da Província do Brasil*, Pedro Taques de Almeida Pais Leme (1714-1777), autor de *Genealogia das principais famílias de S. Paulo*, Frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800), autor de *Memórias para a História de uma capitania*, José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo (1753-1830), autor de



*Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI*, e Luiz Gonçalves dos Santos (1767-1844), autor de *Memória para servir à História do reino do Brasil*. Os materiais produzidos por esses últimos, segundo Lessa, “apenas proporcionaram ao historiador alguns subsídios, que só podiam ser aproveitados depois de uma rigorosa seleção” (LESSA 1917, p. 624). Em se tratando da obra *História da América Portuguesa*, de Sebastião de Rocha Pitta (1660-1738), o próprio Varnhagen não considerava uma obra de História; Pedro Lessa reescreveu a sua “apreciação”:

*A História de Pitta, que ainda hoje se aprecia pelo seu colorido poético, bem que omissa em fatos essenciais destituída de crítica e alheia a intenções elevadas de formas ou de melhorar o espirito nacional, fazendo avultar sem falar à verdade, os nobres exemplos dos antepassados, serviu de muito, por algumas de suas próprias exagerações, para recomendar à metrópole o Brasil. O autor não recorreu sempre, é verdade, às mais puras fontes da História; era mais imaginativo que pensado; mais poeta e admirador do belo do que crítico, vassalo da razão e escravo das provas autenticas; e querendo ser o Tito Lívio da pátria, narrando os fatos do Brasil, tinha menos presente o seu passado que tudo quanto sucedera em Roma e Cartago (LESSA 1917, p. 625).*

Além dos cronistas e dos autores das histórias restritas, Pedro Lessa não deixou de abordar um historiador estrangeiro que escreveu a História do Brasil antes de Varnhagen, o inglês Robert Southey (1774-1843). Lessa também conhecia as críticas de Taine e Victor Hugo a respeito do estilo narrativo de Southey; para esses autores, o historiador inglês era muito imaginativo e escrevia curiosidades pitorescas. Lessa somou essas críticas aos erros inadmissíveis para um historiador do Brasil e apresentou alguns exemplos da obra de Southey como prova do desconhecimento do território brasileiro:

Primeiro historiador do Brasil não pode ser quem, ao compor a História do Brasil, num capítulo descreve a fundação de Buenos Aires por d. Pedro de Mendoza e tomada de Assunção por Ayola; noutro narra como ao adiantado d. Pedro de Mendoza sucedeu no Prata Cabeza de Vaca; num terceiro conta-nos que outro espanhol fundou o Leste de Chuquiasca, na Bolívia, Santa Cruz de laSierra; mais adiante refere longamente a lutas do Bispo do Paraguai, d. Bernardino de Cardenas, com o governador Hinostrósa e com os Jesuitas, para depois ainda mais extensamente relatar certos tumultos no Paraguai, a usurpação parte do domínio espanhol por Antequera, o suplicio deste, a expulsão dos jesuítas de Assunção, e outro fatos da *História do Brasil* (LESSA 1917, p. 626-627).

Continuando com o tom irônico, Lessa afirmou que para “quem lê certos capítulos da História de Southey, as noções que ficam da Geografia do Brasil são tão exatas como as adquiridas por quem converse com um francês contemporâneo acerca do mesmo assunto”. Logo, Lessa (1917, p. 627) provou a “inferioridade da sua História em relação à de Varnhagen”, mas o seu senso de justiça e os conselhos de Bernheim levaram-no a ponderar, lembrando que na “qualidade de estrangeiro” Southey fez o melhor que podia para a sua época.



Após justificar o porquê Varnhagen era o “pai da historiografia brasileira”, Pedro Lessa voltou-se para as críticas feitas pelo monarquista falecido Eduardo Paulo da Silva Prado (1860-1901) e pelo consócio do IHGB Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo (1837-1918) à obra do Visconde de Porto Seguro. Eduardo Prado, ao realizar a Conferência Anchiétinas, teria dito que Varnhagen “mutilou a História” escrevendo “uma obra pálida e sem vida” (LESSA 1917, p. 630), e o Barão Homem de Melo negou o título de historiador a Varnhagen, “rebaixando-o à categoria de ‘um medíocre cronista’” (LESSA 1917, p. 647).

Afirmar que a história de Varnhagen era “pálida” e “sem vida”, como fez Eduardo Prado, remetia a outra crítica partilhada por seus contemporâneos, aquela de que o historiador do Brasil não seguiu os conselhos de Carl Friedrich Phillipp von Martius (1794-1868). Para examinar a polêmica, Lessa apresentou a tese das três raças de von Martius em *Como se deve escrever a História do Brasil* e, dessa maneira, pôde destacar a orientação de von Martius a respeito do tratamento a ser conferido a cada raça, bem como a expôs a indicação do naturalista de que a narrativa histórica deveria se parecer “com um epos”. Para explicar o que isso significava, Lessa (1917, p. 630) transcreveu as palavras de von Martius segundo as quais epos era uma narrativa composta “com todo o amor e todo zelo patriótico, com aquele fogo poético próprio da juventude, o que não exclui a aplicação e profundidade de juízo e firmeza de caráter, peculiar à idade madura e varonil”. Para Pedro Lessa (1917, p. 629), os conselhos de von Martius a respeito das três raças eram “sensatos”, “óbvios” e “necessários”, por isso seria impossível “a qualquer espírito medianamente lúcido e instruído compor uma História do Brasil sem os observar”. Tais conselhos foram respeitados por Varnhagen, o que ele não fez foi transformar a História em epos.

De qualquer modo, para provar que o historiador era vítima de acusações injustas, Lessa (1917, p. 630) recordou que von Martius foi botânico e estudou “carinhosamente a sua especialidade, as suas orquídeas, as suas citamíneas, as suas passifloras”, mas que, ao se afastar do “domínio dos seus estudos prediletos”, aconselhou os historiadores a escreverem um “poema heroico” da História do Brasil; ideias que, possivelmente, recordara das “leituras clássicas da sua adolescência”, principalmente dos escritos de Heródoto, de Xenofonte, de Tito Lívio ou de Salustio, mas Varnhagen, que publicou a sua obra em meados do século XIX, não poderia se servir desses modelos.

Não lhe podiam servir de modelos os novos capítulos, dedicados às nove Musas, e recheados de lendas e fábulas, da *História* de Heródoto, nem aquelas descrições de cenas da mais enaltecida moral, fantasiadas de Xenofonte na *História de Cyro*, nem aqueles equívocos, erros e falsidades, nem aquelas brilhantes e eloquentíssimas arengas, que abundam nas *Decades* de Tito Lívio, nem aquelas páginas admiráveis que Salustio escreveu só para exibir o seu estilo magnífico (LESSA 1917, p. 630-631).

Dessa forma, Pedro Lessa argumentou que o Visconde de Porto Seguro, assim como os historiadores da França, da Inglaterra e da Alemanha, era um

homem de seu tempo que tinha “a primeira qualidade do historiador” para aquela atualidade, “a fidelidade nas descrições, a verdade, a exatidão”. De acordo com o jurista brasileiro, o modelo de historiador francês era Fustel de Coulanges (1830-1889), pois ele estava rodeado “das mais seguras informações”, eliminava “todo elemento subjetivo”, abstraía “todas as minudencias dispensáveis” e excluía “todas as anedotas”. Um modelo da historiografia inglesa era Thomas Babington Macaulay (1800-1859), cuja “principal preocupação é a verdade, é ser exato e preciso”. Na Alemanha, Leopold von Ranke (1795-1880) retratou “exatamente os atos individuais dos homens e os fatos políticos”, Jacob Burckhardt (1818-1897) consagrou-se ao “desenhar os lineamentos gerais que caracterizam uma civilização”, Karl Marx (1818-1883) esforçou-se em “penetrar os motivos sociais dos atos coletivos e as causas que engendram os vários tipos de homens” e Eduardo Meyer (1855-1930) apresentou um quadro “complexo e orgânico” de “toda a antiguidade”. Com esses exemplos, Pedro Lessa buscou demonstrar que Varnhagen tinha “um espírito sério e instruído”, assim como o tinham os historiadores franceses, ingleses e alemães, e, por isso, era impossível adotar aquele antigo modelo de História orientado por von Martius, o modelo da *história mestra* (LESSA 1917, p. 631).

Para reforçar o argumento de que o injustiçado Varnhagen guiava-se pela verdade e amor à pátria, Pedro Lessa recorreu ao prólogo da *História Geral do Brasil* e reescreveu o excerto no qual Varnhagen descrevera sua compreensão da narrativa da História:

Convencido igualmente de que a verdade é a alma da História, que só ela pode oferecer harmonia eterna entre os fatos narrados, que a verdadeira crítica da verdade histórica não se pode aquilatar senão pela concordância nos incidentes, não nos poupamos a nenhum esforço, a fim de remontar as fontes mais puras. [...] procurando sempre escrever antes, *um livro útil e próprio a estimular o trabalho e a prática das boas ações*, do que puramente ameno e destinado à simples distração (LESSA 1917, p. 632-633).

A partir dessas afirmações, Lessa considerou injusta a tentativa do Barão Homem de Melo de chamar Varnhagen de cronista e, contra essa injúria, ironizou:

Crônica de mais de três séculos da vida de uma nação, feita metodicamente, com a reconstrução meticulosa, e tão documentada quanto possível, de todos os fatos de ordem histórica; crônica escrita depois de muitos anos de ininterruptas pesquisas e da aquisição de abundantes conhecimentos das ciências [...] não é Crônica; é História (LESSA 1917, p. 647).

Pedro Lessa desmontou as críticas de Eduardo Prado e do Barão Homem de Mello com o argumento de que Varnhagen era um homem do século XIX e, assim sendo, ele seguiu, assim como outros historiadores, as regras de seu tempo; não lhe cabia, portanto, seguir os preceitos da *história mestra* ou escrever uma crônica, por isso escreveu uma obra cívica e buscou narrar uma História que fosse “útil” e estimulasse o “trabalho” e a “prática de boas ações”. Porém, essas não foram as únicas acusações dirigidas por Eduardo Prado e

pelo Barão Homem de Melo; o primeiro afirmou que Varnhagen menoscabara “todas as heroicidades, da de Anchieta e da de Tiradentes” (LESSA 1817, p. 636), e o segundo acusou o autor da *História Geral do Brasil* de amesquinhar “Colombo, e lhe arrancou da frente os louros imarcescíveis” (LESSA 1917, p. 645) e considerou desnecessária a dedicação de Varnhagen à invenção do padre Bartholomeu Lourenço de Gusmão.

Tal afirmativa de Eduardo Prado estimulou Pedro Lessa a investigar em que momento o injustiçado historiador teria menoscabado Padre Anchieta. Pedro Lessa, então, reescreveu as breves linhas que Varnhagen dedicou ao personagem histórico, narrou primeiramente a chegada de Anchieta, o “zeloso Jesuíta”, em terras brasileiras e o seu projeto de fundar um colégio; em seguida, retratou o momento em que Anchieta fora feito refém pelos indígenas, e destacou que tal acontecimento levou o jesuíta a compor um poema em latim de seis mil versos em homenagem à vida da Virgem (LESSA 1917, p. 636-637). Após apresentar as palavras de Varnhagen, Pedro Lessa (1917, p. 637) argumentou que o historiador brasileiro fora “demasiadamente lacônico” e que o “fundador da cidade de São Paulo [...] bem merecia de um historiador paulista mais algumas linhas”, ou seja, mesmo reconhecendo que Varnhagen fora lacônico, o juiz Lessa sentenciou que a vida de Anchieta deveria ser objeto de um “historiador paulista” e não do historiador do Brasil.

Além de reescrever as palavras de Varnhagen a respeito de Padre Anchieta, Pedro Lessa as comparou com a narrativa do historiador inglês Robert Southey. O inglês narrara os momentos de descanso de Anchieta: “Para resguardá-lo do sol lhe formavam dossel sobre a cabeça as aves voadoras”; as cenas de quando o jesuíta precisava pescar: “Nas redes se lhe vinham meter os peixes, quando deles carecia”; os momentos nos quais Anchieta precisava introduzir-se na mata: “As feras da floresta o acompanhavam nas jornadas servindo-lhe de escolta” (LESSA 1917, p. 638). Com esses breves exemplos, Lessa (1917, p. 639) ironicamente sugeriu que Eduardo Prado preferia as crônicas de Southey às “árduas escavações do passado” de Varnhagen.

Eduardo Prado foi demasiadamente severo nas críticas anteriores, mas considerar que Varnhagen desdenhara Tiradentes foi para Lessa “ainda mais duro, para não dizer injusto”. Afinal, segundo o jurista brasileiro, o historiador brasileiro transformara “Joaquim José da Silva Xavier, alcunhado Tiradentes” em um revolucionário; nas palavras de Varnhagen: “desde que na alma lhe caiu a primeira centelha a favor da ideia de independência, lavrou o incêndio por tal forma, que não se pode mais apagar”. Em seguida, Lessa transcreveu a passagem em que Varnhagen dedicara-se a narrar o sentimento patriótico de Tiradentes, desde as ações “em favor da independência” da pátria até o momento de sua sentença (LESSA 1917, p. 640-641). Eis o trecho no qual Lessa provou a “glorificação de Tiradentes” por Varnhagen:

Do alferes Silva Xavier sabemos que ouvira a sentença com toda a serenidade; e que, estimava vir a pagar as culpas daqueles que ele havia comprometido. Por essa forma ele se adiantou a aceitar para si a responsabilidade desta nobre tentativa do martírio que hoje lhe confere

a posteridade. O dia 21 de abril veio ser designado para o do seu suplicio no Rio de Janeiro (LESSA 1917, p. 642-643).

Tiradentes narrado por Varnhagen, de acordo com as análises de Lessa, era um personagem patriótico e corajoso que lutou pela independência da pátria. Quem menosprezou, conforme o jurista brasileiro, a heroicidade do personagem histórico fora Robert Southey, pois o "historiador estrangeiro" não escrevera nenhuma "palavra que lembrasse a coragem, a serenidade e a grande e incontestada nobreza de ânimo" (LESSA 1917, p. 644). Desse modo, Pedro Lessa mais uma vez ironizou Eduardo Prado:

Não sei se foi nas páginas meramente descritivas, ou nas justas e irrefutáveis considerações que o bom senso de Varnhagen faz sobre os fatos narrados, que a perspicácia de Eduardo Prado descobriu qualquer menoscabo da heroicidade de Tiradentes, ou a intenção de deprimir a grandeza e a beleza dos feitos da nossa história (LESSA 1917, p. 643-644).

Após provar que Varnhagen não desqualificou nem padre Anchieta nem Tiradentes, Pedro Lessa voltou-se para a primeira acusação do Barão Homem de Melo: o historiador do Brasil teria amesquinhado Colombo. Para o juiz brasileiro, esse seria "um delito" "hediondo" e por isso a acusação merecia "um meticuloso exame" (LESSA 1917, p. 645). Lessa, dessa vez, não recorreu ao texto de Varnhagen, preferiu consultar Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895), o historiador português do descobrimento, e transcreveu algumas de suas "notáveis erudições", como o *Imago Mundi* (1483), do cardeal Pierre d'Ailly:

251

[...] "código venerável" que foi o catecismo onde o nauta [Colombo] ousado adquiriu talvez a maior parte dos seus conhecimentos cosmológicos"; em repetir a asseveração incontestável de que "na errada persuasão de haver abicado ás costa da Ásia, havendo chegado a ela desde a Espanha sempre por mar, pelo rumo do Ocidente, morreu o grande homem, que verdadeiramente se pode dizer que consumou a obra começada por Alexandre, de pôr em comunicação reciproca o gênero humano" (LESSA 1917, p. 645).

Pedro Lessa comentou também as formulações de Alexander von Humboldt (1769-1859). O geógrafo argumentava que o "continente americano fora antes pelo lado setentrional visitado por naturais da Irlanda e da Islândia", por isso foi "preciso que os portugueses chegassem por mar à verdadeira Índia, para ficar sabendo que era esta a mesma Índia [...] e que a região descoberta por Colombo formava um continente diverso" (LESSA 1917, p. 646). Tais ideias dos autores comentados por Lessa possibilitaram ao jurista certificar-se de qual era a versão histórica de Colombo e argumentar que era dessa narrativa que Varnhagen partilhava.

Após apresentar as provas de que Varnhagen não amesquinhou o descobridor do continente americano, Pedro Lessa atentou para a outra crítica do consócio a respeito da "navegação aérea" e do "invento do padre Bartholomeu Lourenço de Gusmão". O Barão Homem de Mello considerava que eram "páginas

acoimadas de impropria, destoante, indigna de um livro de História”. Para Lessa, tal consideração consistiria em outra tremenda injustiça e, por isso, o juiz brasileiro transcreveu o trecho de Varnhagen dedicado ao episódio, salientando que o fragmento ocupou menos de uma página:

O problema da navegação aérea é tão antigo como a humanidade, e, si a raça humana não acabar, ela tem de resolver favoravelmente; e então sim, que as nações experimentarão uma verdadeira revolução, e aí daquelas que, tendo julgado a resolução do problema impossível, não se hajam preparado para aguentar os abalos e choques dessa revolução (LESSA 1917, p. 648).

No mesmo parágrafo, Varnhagen escrevera que os homens deveriam construir uma máquina capaz de voar com a ajuda do conhecimento científico, assim como o fizeram com a navegação marítima. Lembrara ainda da invenção do Padre Bartholomeu Lourenço de Gusmão que criou, a partir da observação dos pássaros, a “Passarola”. Homem de Melo criticou tais argumentos de Varnhagen, ao passo que Lessa os avaliou como “uma página verdadeiramente profética”, afinal os impactos da revolução da navegação aérea foram verificados com o advento da guerra; conflito que, mais tarde, foi denominado Primeira Guerra Mundial.

252

Nessa extensa defesa, apesar de demonstrar que não faltavam acusações injustas a Varnhagen, o jurista brasileiro não deixou de destacar o “delito máximo de Varnhagen”, aquele “que todos os seus críticos lhe imputam e nenhum lhe perdoa”, e num tom de suspense e ironia questionou: “Será a falsa narração de algum dos fatos da História brasileira? Ou a indesculpável omissão de um acontecimento capital, ou decisivo? Ou a errônea interpretação de qualquer documento, ou qualquer fonte essencial da nossa História?” (LESSA 1917, p. 649). Ao que Lessa respondeu que não. O “delito máximo de Varnhagen”, aquele imperdoável, era seu juízo “sobre a escravização dos índios e o tratamento a estes ministrados” (LESSA 1917, p. 650). O assunto era polêmico e dividia opiniões, por isso Pedro Lessa explicou que “as ideias de Varnhagen acerca dos nossos autóctones não eram de [...] Varnhagen. Faziam parte integrante do ambiente da época” (LESSA 1917, p. 655), ou seja, o “delito” não era do historiador brasileiro, mas sim do tempo.

Pedro Lessa aproveitou a ocasião para afirmar “os predicados” do historiador, seu “o amor à justiça e à verdade”, adquiridos pela busca documental e pela organização dos fatos. Essa laboriosa missão, de acordo com Lessa, ajudaria as Ciências Sociais a compreenderem quem era o brasileiro e a derrubarem as outras visões cientificamente errôneas sobre o Brasil. Mesmo Varnhagen não sendo réu, Lessa, como um juiz, examinou as críticas endereçadas a ele e as julgou injustas, perdoou seus delitos ao considerar a época e as circunstâncias nas quais viveu o historiador e reafirmou o seu lugar como o pai da historiografia brasileira. Diferentemente de seus antecessores – Rodrigues, Macedo, Capistrano de Abreu e Oliveira Lima –, Pedro Lessa expôs um estudo que extrapolou as atribuições a ele conferidas pelo IHGB, na medida em que o juiz brasileiro



não somente apresentou uma homenagem ao centenário de Varnhagen, mas também julgou e absolveu o historiador.

Dois anos e meio após a comemoração do centenário de Varnhagen, Pedro Lessa foi escolhido para ser o “árbitro” que decidiria a melhor data para comemorar a Confederação do Equador, dia 2 ou dia 24 de julho, encerrando, assim, a briga entre Gonçalves Maia, Oliveira Lima e Basílio de Magalhães. Os jornais, *Diário de Pernambuco* e *A província*, foram palco de uma extensa divergência, pois o jornalista Gonçalves Maia ficou enfurecido com a mudança da data comemorativa do dia 24 para o dia 2, sem que os historiadores apresentassem uma prova cabal. Para rebater as críticas do jornalista, Oliveira Lima justificou que o historiador interpretava os documentos, mas também analisava as conjecturas dos fatos. Basílio de Magalhães tentou, assim como Oliveira Lima, explicitar a prática do historiador e publicou um parecer no *Diário Oficial*. Como a briga parecia não cessar, Max Fleiüss propôs nomear um árbitro para emitir a opinião definitiva sobre a questão, e assim, o Conde de Afonso Celso designou para esse fim o juiz Pedro Lessa (ANEXO 1919).

### **Laudo ou sentença?**

Responsável por escrever o *Laudo Definitivo* a respeito da data comemorativa da Confederação do Equador, Pedro Lessa não dispunha de nenhum documento novo, logo examinou a discussão dos dois historiadores e do jornalista. Assim, no dia 2 de julho de 1918, em reunião ordinária do IHGB, Lessa (1919, p. 423) leu seu laudo, iniciando a sua reflexão com uma breve citação da *História da independência do Brasil* de Varnhagen: “a prover-se de munições, a juntar a tropa, a reforçar os arsenais e a fazer proclamações, uma aos brasileiros, outra às províncias do Norte, uma terceira aos baianos, todas estas em seu nome, e uma quarta aos mesmos baianos, assinada pelos – povos dos Províncias do Brasil”. No trecho escolhido por Lessa, Varnhagen narrava o modo como Manuel de Carvalho Paes de Andrade organizara a revolução. A passagem fundamentou o argumento de que o evento foi “preparado durante alguns meses, cujas ideias propulsoras foram pouco a pouco infiltrando em várias províncias do norte do país”; proposição que nem Gonçalves Maia negara.

Pedro Lessa, “o árbitro desempatador”, recordou em seguida os três documentos assinados por Paes de Andrade. A primeira proclamação foi feita no dia 1 de junho, “dirigida aos Pernambucanos”, e por isso se excluiu “a ideia da confederação”; além disso, “nenhum dos contendores” reconheceu a data (LESSA 1919, p. 424). A segunda proclamação do dia 2 de julho dirigiu-se a todos os habitantes das províncias do norte do Brasil, clamou pela união dos brasileiros e é a data que Varnhagen reconheceu como o início do movimento ao afirmar: “Tirou por fim Paes de Andrade a máscara no dia 2 de julho, lançando as proclamações já preparadas, convidando todas as províncias do Brasil a formarem uma Confederação, que se chamaria do Equador” (LESSA 1919, p. 424). A terceira proclamação, por fim, espalhada pelo “chefe revolucionário [...] endereçada aos brasileiros, e sem data”, terminou com “Viva a confederação do Equador” (LESSA 1919, p. 424-425). Além dos três documentos, havia outra



data, a de 24 de julho, mas em relação a essa data “não se conhece proclamação alguma” e “não há documento algum”. Após rápida observação sobre as datas e os documentos, Pedro Lessa reconheceu:

Temos conseqüentemente a 2 de julho uma proclamação cuja data ninguém põe em dúvida, proclamação em que o presidente de Pernambuco se insurge contra o Governo Imperial, assume franca e solenemente o papel de revolucionário, expondo a sua liberdade e a própria vida, e instiga as Províncias do Norte a constituírem “um governo supremo, verdadeiramente constitucional”. É um ato formal de rebelião, há o início de uma perfeita revolução, e o fim desta só podia ser (sobre isto não é permitida nenhuma dúvida) a Confederação do Equador (LESSA 1919, p. 425).

Em seguida, Lessa (1919, p. 425) indagou: “Faltava alguma coisa para patentear que a proclamação de 2 de julho era o começo da revolução?”. E ele respondeu que, segundo Gonçalves Maia, “faltava a denominação, que se lê no outro documento, a proclamação ulterior sem data, de Confederação do Equador”. Nesse momento, Lessa (1919, p. 425) retomou o seu argumento inicial: “se todos os atos de Paes de Andrade foram praticados indiscutivelmente, e sem contestação de um só escritor pátrio, com o fito de se constituir essa tão anelada Confederação, a proclamação de 2 de julho só podia referir-se à Confederação do Equador”. Para embasar a sua decisão, Lessa utilizou o texto de Varnhagen, mas também a lógica:

## 254

Escolher para comemorar esses acontecimentos da nossa História, a data de qualquer dos atos preparatórios, fora evidentemente um alvitre indefensável. Escolher a data de qualquer dos atos praticados “depois de proclamada e bem conhecida a revolução”, é não menor absurdo. Não se devendo eleger para a comemoração do fato histórico, nem qualquer data em que a revolução ainda estava incubada, ainda se conservava em propaganda secreta, nem a data de qualquer fato ulterior ao dia, em que a revolução explodiu, e se corporificou em atos cometidos publicamente [...] (LESSA 1919, p. 425-426).

Valendo-se da lógica de que a revolução fora elaborada há muito tempo e que se tornara pública para todos os brasileiros no dia 2 de julho, Lessa argumentou que pouco importavam as conjecturas, como “indagar o momento, em que o Governo central foi informado”, ou que existisse uma prova cabal que atestasse que o documento sem data era de 24 de julho. O que realmente deveria importar era o momento revolucionário que todos reconheceram como o seu início e quando, tomado pelo sentimento patriótico, Paes de Andrade convidara a todos os brasileiros a participarem. Eis o *Laudo Definitivo* de Pedro Lessa, que também poderia se chamar *Sentença*, afinal o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro deu-lhe poderes para encerrar uma divergência, e ele, como um historiador, apresentou os fatos e interpretou os documentos e, como um juiz, determinou que 2 de julho era a data comemorativa para a Confederação do Equador.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Não existe hoje no Brasil um feriado nacional no dia 2 de julho para rememorar a Confederação do Equador. Mas o seu centenário não foi esquecido, no dia 2 de julho de 1924, os sócios conde de Afonso Celso e Manuel Cicero Peregrino da Silva realizaram uma conferência em uma Sessão Solene no IHGB (SESSÃO Solene 1927,

## Considerações finais

No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Pedro Lessa foi *historiador* ao demonstrar conhecer a historiografia e os conceitos modernos da História, por consultar as fontes frequentando bibliotecas e arquivos. Mas também foi *juiz* ao emitir pareceres, ao absolver Varnhagen das acusações que considerava injustas e ao interromper a disputa acerca de uma data comemorativa. Dito de outro modo, ao me apropriar da categoria autor de Foucault foi possível perceber que sob a assinatura de Lessa determinou-se quem era historiador no presente, quem foi historiador no passado e uma data histórica para o futuro. Assim, se por um lado, Lessa era um sócio sereno e justo, conforme necessidade do IHGB, por outro, ele exerceu a função do historiador togado. As necessidades da historiografia do período possibilitaram o surgimento de uma singularidade, o Juiz-Historiador, aquele que narra, julga, absolve e sentencia.

## Referências bibliográficas

- ACTAS DAS sessões realizadas no anno de 1912. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo LXXV, parte II, p. 221-583, 1913.
- ACTAS DE sessões de 1914. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, t. LXXVII, parte II, p. 497-653, 1916.
- ACTAS DAS sessões de 1915. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, t. LXXVIII, parte II, p. 611-832, 1916. [Parecer de Pedro Lessa e o voto de Clóvis Beviláqua, p. 701-703].
- ACTAS DAS sessões de 1916. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, t. 80, p. 611-868, 1917. [Conferência de Pedro Lessa em homenagem ao centenário de nascimento a Varnhagen, p. 613-666].
- ACTAS DAS sessões de 1917. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, t. 82, 1918, p. 764-769.
- ANEXO: Documentos completos sobre a Confederação do Equador. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo 83, p. 351-426, 1918 (1919). [*Lauda Definitivo* de Pedro Lessa, p. 423-426].
- AULETE, Caldas. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. v. 2.
- DETONI, Piero. **A síntese como desafio historiográfico na Primeira República**. Pequenos estudos de caso. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2013.
- FIGUEIREDO, Candido de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa: Tavares, Cardoso & Irmão, 1899. v. 2.

- FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Trad. Antônio Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. Lisboa: Nova Veja, 2006.
- GOMES, Angela de Castro. **A República, a história e o IHGB.** Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.
- \_\_\_\_\_. História, ciência e historiadores na Primeira República. In: HEIZER, Alda. VIDEIRA, Antônio Augusto Passos (Org.). **Ciências, civilizações e república nos trópicos.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 11-29.
- \_\_\_\_\_. **História e Historiadores.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- \_\_\_\_\_. Pedro Lessa, Reflexões sobre o conceito da História. In: NICOLAZZI, Fernando (Org.). **História e historiadores no Brasil: do fim do Império ao alvorecer da República (1870-1940).** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p. 67-168.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da Escola Platina ou Silogeu:** Instituto Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.
- GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. **Historiografia e Nação Brasil (1838-1857).** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra:** a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (1889-1912). 2007. 233f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2007.
- ANHEZINI, Karina. Na entrecena da construção da história do Brasil (1878-1934). In: MEDEIROS, Bruno Franco *et al.* (Org.) **Teoria e Historiografia: Debates Contemporâneos.** Jundiaí: Paco, 2015, p. 233-246. v. 1.
- LIMA. Ivana Stolze. Luís Maria da Silva pinto e o Dicionário da Língua Brasileira. **Humanas,** v. 28, n. 1, p. 33-67, 2006.
- MALATIAN, Teresa. **Oliveira Lima e a construção da nacionalidade.** Bauru: EDUSC, 2001.
- OLIVEIRA, Maria da Gloria. **Crítica, Método e Escrita da História em João Capistrano de Abreu.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.
- PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da Língua Brasileira.** Ouro Preto: Tipographia de Silva, 1832.
- RODRIGUES, Lêda Boechat. **História do Supremo Tribunal Federal.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1991. v. II.
- SESSÃO MAGNA comemorativa de 83º aniversário de Instituto em 21 de outubro de 1921. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** tomo 90, v. 144, p. 884, 1925 [discurso fúnebre de Ramiz Galvão, 21 out. 1921].

SESSÃO SOLENE especial em 2 de junho, comemorativa do Centenário da Confederação do Equador. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, t. 96, v. 150, p. 372-418, 1927.

SILVA, Barbara Winther. **A escrita da história no IHGB no final do Império e Primeira República**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015.

VALENTE, Paulo Giovanni Gomes. **Memórias da política, política da memória: o centenário da Confederação do Equador no Ceará (1924)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

VIEIRA, Domingos. **Grande Dicionário Português ou Tesouro da Língua Portuguesa**. Porto: Typographia de Antônio José da Silva Teixeira, 1874. v. 5.

# A historicidade do político: o debate sobre representação e cidadania no Império Brasileiro (1823-1840)

The historicity of the political: the debate on representation and citizenship in the Brazilian Empire (1823-1840)

---

## **Luisa Rauter Pereira**

lurauterp@gmail.com  
Professora Adjunta  
Universidade Federal de Ouro Preto  
Rua do Seminário, s/n - Centro  
35420-000 - Mariana - Minas Gerais  
Brasil

## **Hebert Faria de Sena**

hebert\_sena@yahoo.com.br  
Mestrando em História  
Universidade Federal de Ouro Preto  
Rua Ana Pereira de Jesus, 35 - Saúde  
37550-000 - Pouso Alegre - Minas Gerais  
Brasil

---

258

## Resumo

O presente artigo analisa o debate político na Assembleia Constituinte de 1823 e na Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro entre 1823 e 1840, evidenciando aspectos da historicidade do debate político. Mais precisamente, a forma da experiência que embasa as projeções da ação política, além das maneiras com que os fatos presentes, a história e o futuro foram imaginados pelos representantes políticos no debate sobre o problema da representação política. Concluímos que há uma diferença marcante neste âmbito entre os anos 1823 e 1840, que pode ser interpretado como um processo de maior historicização da experiência expressa na linguagem política. Nosso estudo pretende contribuir para a História da Historiografia, para a Teoria da História e para a História Política do Brasil Imperial, chamando a atenção para a importância da linguagem parlamentar como local de transformação da experiência da historicidade.

## Palavras-chave

Experiência; Linguagem; Historiografia brasileira.

## Abstract

This article analyzes the political debate in the Constituent Assembly of 1823 and the House of Representatives of Rio de Janeiro between 1823 and 1840, highlighting aspects of the historicity of the political debate. More precisely, the form in which the experience that gave the bases to the projections of policy action were formulated, in addition to the ways in which the present facts, the history and the future were imagined by political representatives in the debate about political representation. We conclude that there is an important difference in this area between the decades of 1820 and 1830, which can be interpreted as a process of greater temporalization of experience expressed in political language. Our study aims to contribute to the History of Historiography, to the Theory of History and to the Political History of nineteenth-century Brazil, drawing attention to the importance of parliamentary language as a place of transformation of the experience of historicity.

## Keywords

Experience; Language; Brazilian historiography.

---

Recebido em: 9/7/2016

Aprovado em: 11/11/2016

O debate político tem sido objeto de intenso interesse no contexto da renovação recente da história política brasileira<sup>1</sup>. Este texto pretende contribuir para este movimento apresentando uma pesquisa a respeito da temporalidade no debate parlamentar brasileiro entre 1823 e 1840, com enfoque especial na questão da representação política. Nossa abordagem pretende também contribuir para a história da historiografia ao fundir suas questões próprias à análise do debate político, considerando-o um local importante, para além das obras historiográficas propriamente, para a compreensão da irrupção da história como novo campo de orientação das sociedades modernas. Especialmente na primeira metade do século XIX, no qual a especialização científica era ainda bastante tênue e a história passava a ser vista como saber central dos assuntos humanos, a relação entre temporalidade histórica e política institucional parece ser de grande relevância.

Pretendemos entender a irrupção da temporalidade moderna no contexto brasileiro da primeira metade dos oitocentos no interior do próprio fenômeno político. Não nos interessa abordar como a linguagem política expressou uma transformação da consciência histórica vista como algo exógeno que lhe teria influenciado ou na qual ela estaria "inserida", mas, antes, compreender, na linha aberta por Pierre Rosanvallon (1998) e Marcel Gauchet (2005; 2007), como, no âmbito próprio do debate em torno das questões específicas da representação política moderna, foram forjadas novas compreensões e vivências do tempo. Nas respostas múltiplas aos impasses, dilemas e conflitos próprios ao desafio da representação institucional do Estado Imperial, a temporalidade própria ao fenômeno do político se apresentou de forma contundente na linguagem e nos conceitos políticos postos em uso pelos deputados e senadores do Império.

Acreditamos que o campo da História da Historiografia ainda se ressentida da escassez de estudos que tomam os debates parlamentares e as páginas dos periódicos como fontes. A maior parte dos estudos se debruça sobre obras, autores, academias e institutos. Poucos trabalhos têm atentado para esta questão na esfera do debate político "mais direto". Este novo esforço pode revelar aspectos da consciência temporal pouco presentes em âmbitos de conhecimento histórico mais ou menos formalizado por regras institucionais e disciplinares. Na vida política cotidiana, poderemos perceber permanências e mudanças, peculiaridades e combinações antes desconhecidas, de formas de conceber e vivenciar o passado e a temporalidade pelos atores históricos. Supomos que a linguagem política cotidiana sofre com menos intensidade e de forma menos organizada a influência direta do repertório historiográfico europeu e das regras formalizadas, sendo, portanto, um lugar para perceber diversidades e particularidades na experimentação e representação do tempo. Nesse sentido, propomos uma contribuição para um esforço presente de ampliar os objetos e o escopo da História da Historiografia rumo ao que Valdeci Araujo chamou, ao retomar a aposta heideggeriana, de uma "analítica

<sup>1</sup> Podemos citar alguns trabalhos recentes cujo corpo documental central foi formado por debates parlamentares: Christian E. C. Lynch (2008); Maria Elisa Noronha de Sá Mader (2006); Ivo Cozer (2006) e Miriam Dolhnikoff (2005).



da historicidade”, um saber ocupado em investigar não apenas o texto historiográfico e os lugares de sua produção, mas outros objetos que possam revelar as diferentes formas de acesso ao passado e de emergência do tempo histórico (ARAUJO 2013, p. 34-43).

Temporalidade e política são dimensões intrinsecamente conectadas. O “político” é um âmbito fundamental da vida humana que se dá no trabalho constante de construção de sentido do coletivo em meio à pluralidade, à diferença e ao conflito e participa de nossa condição humana temporal e finita.<sup>2</sup> As estratégias linguísticas desenvolvidas no âmbito político são constituídas mediante a tensão entre experiência e expectativa, passado e futuro, herança transmitida e reconfiguração de mundos. É no interior desta articulação que se dá a construção constante do âmbito político, assim como toda a experiência humana no mundo. Sendo assim, o político é uma das instâncias fundamentais da figuração coletiva tempo no espaço público, o que pode ser relacionado à nossa condição apontada por Martin Heidegger de “ser-no-mundo” apenas no sentido do “ser-com-os-outros”, do “acontecer em conjunto”, num “destino comum” (HEIDEGGER 1998).

Logo, justifica-se a aposta na análise dos debates no Parlamento e no Senado, uma vez que se trata de um âmbito no qual o político se expressa de maneira mais direta e incisiva, assim como as páginas dos periódicos e panfletos (os quais não pretendemos analisar aqui, mas que também constituem excelente corpus documental para este tipo de proposta de pesquisa). Evidentemente, a própria historiografia, em especial a oitocentista, em processo de institucionalização e especialização, também participa diretamente do âmbito político, produzindo visões éticas sobre o futuro da coletividade nacional a partir de um determinado “lugar sócio-político”, o que tem sido largamente apontado pelo campo da história da historiografia brasileira e internacional nas últimas décadas. Supomos também que os textos historiográficos causam efeitos no âmbito do debate político, embora estes sejam de difícil verificação, dada a relativa informalidade dos debates, o que se constata na falta de citações expressas, que, é claro, não costumam ter pertinência numa discussão acalorada como as ocorridas nas casas legislativas.

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer com mais precisão como vemos a relação entre o debate político em torno da representação moderna e a questão da temporalidade. Com o aparecimento, na experiência e linguagem políticas, da vontade do povo como o lugar da soberania e da legitimidade política, surge a problemática especificamente moderna de definir o que é esta entidade chamada “povo” e, logo, de construir instituições que de alguma forma permitam que esta se expresse (ROSANVALLON 1998). Uma vez que o alicerce da legitimidade política foi transferido de um ordenamento social firme, com lugares, direitos e deveres reconhecidos para cada parte, para uma

---

<sup>2</sup> Além de Marcel Gauchet (2005; 2007) e Pierre Rosanvallon (1998), outra referência fundamental é Hannah Arendt (2009), que acredita que o homem não tem uma “essência política”, tal qual imaginou Aristóteles. Antes, a política é uma dimensão que surge como construção puramente humana e se estabelece na relação entre os homens diferentes e plurais.

forma de legitimidade repousada na ambígua vontade do povo, a fixação dessa vontade e as formas de sua institucionalização se tornam uma dificuldade a ser solucionada. Logo, compreende-se a importância do debate político no contexto da formação dos Estados Nacionais Modernos no século XIX, em que o mundo político, sua linguagem e conceitualidade, se tornam um campo aberto de conflitos, possibilidades e invenções.

A incerteza moderna sobre os fundamentos da legitimidade, com o declínio da ordem metafísica do Antigo Regime, engendrou um mundo político e social caracterizado pelo movimento, pelo debate, pelo trabalho constante e inelutável da imaginação, projeção e reinvenção do laço social, que não está mais dado como antes. Há, portanto, uma conexão entre uma legitimidade sempre em construção pelas sociedades modernas e a historicização da realidade: se definirmos a democracia, como Marcel Gauchet (2005), como um regime de auto-instituição do social ou dos sentidos do coletivo, ela só pode se dar num mundo que experimenta e conceitua o tempo como um caminho aberto e produtor de diferença. Portanto, acreditamos que a experiência democrática que se inicia, com todos os seus limites e peculiaridades, no século XIX ocidental, é um elemento central na produção do mundo histórico.

A irrupção do elemento democrático e da história como tempo produtor de diferença acabaria trazendo à tona uma nova entidade: a sociedade. A sempre incerta definição e, ao mesmo tempo, a necessidade de operacionalização da soberania do povo, foram problemas que acabariam levando ao longo do século XIX a que o foco da linguagem e do pensamento político se voltasse para o mundo social como lugar e fenômeno central da vida coletiva. O mundo humano deixou paulatinamente de ser visto como resultado do poder, isto é, como resultado da força de líderes, príncipes e governantes, ou como resultado de vontades individuais de cunho abstrato, e passou a ser percebido como um intrincado emaranhado de experiências em movimento de transformação no tempo. No mundo da sociedade e da história, o poder e o direito natural deixam de ser a explicação única e inquestionável para a ordem social. É na esfera das relações entre os homens, independentemente do direito e do Estado, que o mundo da sociedade se dá e se revoluciona no tempo de forma autônoma. A sociedade se torna o laboratório de produção de si mesma e de sua própria história (GAUCHET 2007).

Tendo em vista tais premissas sobre a relação entre o fenômeno político da representação moderna e a temporalidade histórica, voltamos os olhos para a intensa experiência social e política do Brasil recém-independente, que exigiu dos grupos políticos em disputa uma viva argumentação no debate parlamentar. Nestas discussões sobre o futuro da nova nação, as concepções do tempo e da história tiveram papel estruturante.

Nossa tarefa incide sobre momentos iniciais da formação do Brasil como nacionalidade política, já fartamente estudados. Partiremos dos debates a respeito da cidadania na Assembleia Constituinte de 1823. A primeira constituinte foi uma ocasião interessante em que se confrontaram a herança do reformismo ilustrado luso-brasileiro veiculado pelo grupo "coimbrão" e a consciência mais radical e

revolucionária do monarquismo constitucional e do republicanismo expressos pelas várias vertentes da elite "braziliense". Numa segunda etapa, analisaremos brevemente alguns momentos do debate no Senado e na Câmara a respeito das reformas constitucionais iniciadas em 1832, após a crise do primeiro reinado e a Revolução da Abdicação no Sete de Abril de 1831.

A década de 1830 foi de grande importância na formação e consolidação do Estado Nacional Brasileiro e na reformulação da dinâmica do conflito e linguagem políticos. Foi um momento de contestação do projeto monárquico vitorioso após a outorga da Carta de 1824, o que foi visto por muitos como um grande "perigo" de quebra da "ordem" por rebeliões escravas, populares e de elites locais. Foi, por tudo isso, um intenso tempo de experiências políticas em que foram forjadas as bases políticas e ideológicas que sustentaram o Império Brasileiro. Foi quando o projeto liberal moderado das elites brasileiras se tornou vencedor, revelando seus impasses e limites quando confrontado com uma sociedade escravista marcada pela hierarquia social e racial. Ao final dos anos 1830, o projeto liberal moderado de 1831 sofre um golpe com a ascensão do "regresso" conservador que se imporia na década seguinte, conferindo nova direção ao Estado monárquico.

Na Constituinte de 1823 foram esboçadas algumas discussões sobre o sistema representativo que viriam a ser ampliadas ao final dos anos vinte e, sobretudo, na década de 1830. Quatro temas mobilizaram os parlamentares: a definição dos direitos de cidadania (por exemplo, a polêmica questão da cidadania política dos libertos e analfabetos); os mecanismos para evitar a fraude eleitoral; a representação das minorias partidárias (o que se traduzia no debate entre os defensores do voto de tipo distrital e os partidários do voto de tipo provincial) e a influência do executivo nas eleições. O tom geral dos debates era a procura de formas institucionais que garantissem a "boa representação", isto é, representantes ilustrados e virtuosos, que representassem o "bem comum" (DOLHNIKOFF 2009).

Em meados de setembro de 1823, foram iniciados os debates sobre a questão da representação política constitucional. As discussões principais se deram em torno das definições dos direitos de cidadania civil e política, bem como da construção do sistema eleitoral. Quem seriam os cidadãos brasileiros? Quem teria o direito à participação política? O anteprojeto constitucional elaborado por uma comissão liderada por Antônio tinha em seu capítulo 1, título II, a epígrafe "Membros da Sociedade do Império do Brasil". Em vista disso, o deputado pela província de São Paulo, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, apresentou uma emenda ao Projeto de Constituição, para que fosse substituída a palavra "membros" para "cidadãos". A questão era complexa e exigiu um longo debate a respeito da necessidade de incorporar o termo moderno "cidadão", com a universalidade e abrangência que lhe é própria, embora sem perder de vista as hierarquias que, convencionava-se, seriam necessárias entre os elementos do corpo político.

A emenda evidenciava que, em grande medida, a cidadania moderna que se estava pretendendo definir já era percebida como profundamente diversa da

cidadania de outros momentos da história. Era preciso definir muito claramente as balizas fundamentais do tipo de cidadania da qual se tratava, pois embora houvesse claramente um consenso em torno dos limites para a participação política, a ideia de que todos os homens livres eram cidadãos deveria ser preservada. Haveria diferenças entre os cidadãos, mas isso não deveria significar a perda da universalidade da cidadania, que era um pressuposto do sistema político moderno. Porém, devemos ter em mente que era um consenso na assembleia, uma concepção de cidadania como lugar dos homens virtuosos, portadores de certa capacidade moral, fundamentada na autonomia individual (POCOCK 2003). Virtudes e autonomia individual eram elementos centrais na linguagem política daquele momento, algo muito próximo ao que Quentin Skinner e John Pocock perceberam na linguagem política inglesa seiscentista (POCOCK 2002, 2003; SKINNER 1999). A cidadania era vista como convenção, e não como direito natural puro e inquestionável a ser expresso na realidade de modo direto. Sua existência deveria ser mediada pelos ditames da razão e a utilidade, indicados pela prova da experiência.

Essa experiência vinha em grande medida do passado remoto. Nesses argumentos a respeito das definições dos direitos de cidadania civil e política, vemos usos da história, como exemplo, o manancial de experiências de onde se extraíam princípios de conduta que deveriam guiar a construção das regras de cidadania no novo país. O caráter excludente da democracia grega ou da república romana era tido como argumento importante por alguns dos deputados na defesa de um sistema eleitoral que excluísse a “plebe” e os libertos. Vê-se neste momento, em grande medida, uma perspectiva temporal estável, na qual a exemplaridade da tradição Antiga era fundamental e ainda prevalecia na linguagem política.

Questão candente numa sociedade escravista em processo de modernização das instituições políticas, o direito de cidadania dos libertos foi um elemento central nesse debate. Se o índio e o escravo eram considerados como uma espécie de estrangeiros internos, por falta de virtudes, civilização e autonomia individual, a existência de libertos do cativo se apresentava como um desafio à razão política de então. O deputado pernambucano José Paulino de Almeida e Albuquerque teceu argumentos defendendo que nem todos os habitantes do Brasil deveriam receber o título de cidadãos, valendo-se do passado greco-romano como argumento de autoridade. Na passagem abaixo, provavelmente faz alusão a passagens das obras de Tito Lívio e Plutarco,<sup>3</sup> sobre a história greco-romana:

<sup>3</sup> O contexto da fala do deputado Almeida e Albuquerque, no que se refere à questão da cidadania na história de Roma, remete à figura de Ápio Cláudio Caeco, cônsul entre 307 e 296 a.C., e responsável, enquanto foi censor em 312 a.C., pelo ingresso de filhos de libertos no Senado e pela inserção nas tribos de indivíduos menos abastados, que certamente incluía libertos, mas provavelmente não somente este grupo social. Provavelmente, Almeida e Albuquerque está se referindo a uma passagem de Tito Lívio (*história*, livro IX, 46, 10-15). Vejamos a passagem: [...] “gostaria de mencionar um fato que nada teve de memorável a não ser como um testemunho da independência da plebe diante do orgulho dos nobres. Flávio foi visitar um colega enfermo, e certos jovens da nobreza que lá se achavam combinaram não se levantar até sua chegada. Ele então mandou trazer sua cadeira e daquele símbolo de sua dignidade contemplou seus inimigos humilhados e confusos. Aliás, Flávio havia sido nomeado edil pela facção popular do fórum, a quem a censura de Ápio havia dado força. Fora ele o primeiro a desprezar o Senado, escolhendo filhos de libertos para senadores. Como ninguém levasse em conta essas nomeações e Ápio se visse privado da influência que julgara conseguir na Cúria, ele introduziu elementos das mais baixas camadas da plebe em todas as tribos e assim corrompeu o

Na Grécia, os libertos não eram cidadãos, nem ainda seus filhos, posto que gregos fossem: não bastava mesmo ser filho de pai ingênuo, ou que nunca tivesse sido escravo: era preciso ser filho de dois naturais gregos: algumas vezes se prescindiu deste rigor, chamando-se à ignorância, ou como vulgarmente dizemos, fechando os olhos a certas circunstâncias; bem como aconteceu a respeito de Temístocles, que sendo filho de mãe estrangeira, a gloria de Atenas exigia que se afettesse ignorar-se esta circunstância. Em Roma, nós sabemos bem quanto a qualidade de cidadão era apreciada: vários regulamentos a este respeito tiveram sempre por fim a grandeza, e o esplendor do império. É verdade que houve tempo em que bastava ter nascido em Roma, e ter nascido livre para se ser cidadão; mas que resultou daí? Uma multidão de filhos de libertos, e de estrangeiros inundou a cidade. Ápio, o censor, tendo-os distribuído indiscriminadamente por todas as centúrias, eles se tornaram bem depressa senhores das deliberações pelo seu grande numero de votos; foi preciso depois que Fabio mudasse uma tal ordem, e que os separasse, e fizesse deles quatro centúrias distintas: por este meio restituiu a superioridade de votos aos verdadeiros romanos, que formavam trinta e uma centúrias: deste rasgo de política veio apelidarem-no máximo: é o que nos conta a historia. *Ora, não será isto um exemplo para não prodigalizarmos inconsideravelmente o foro de cidadão brasileiro? Não devemos ter em vista melhorar, e não abastardar, as gerações futuras?* [...] (AACB 23/09/1823).

264

Através do exemplo, o deputado quis convencer a assembleia do quão perigoso poderia ser a extensão da cidadania aos libertos, principalmente aos não nascidos no Brasil. Os momentos em que ela foi ampliada na república romana teriam sido marcados por crises políticas e ameaças à preservação da ordem e estabilidade do Império. Os exemplos deveriam ser considerados dignos de nota para uma não repetição dos erros do passado, exaltando a importância de "Fábio, o máximo" como restaurador da "ordem", por meio de sua política de restrição da cidadania aos "verdadeiros" romanos.

Contraopondo-se a essa visão de Almeida e Albuquerque, o constituinte Pedro de Araújo Lima (1793-1870) tentou acalmar os deputados, fazendo uso do passado para lembrar que "a palavra cidadão não induz igualdade de direitos" e que, portanto, sua rejeição era "odiosa". A cidadania de que se falava então não conferia os mesmos direitos e privilégios que na Antiguidade se dava àqueles que a possuíam e, portanto, a denominação deveria ser mantida. Araújo Lima argumentou que uma concepção "medieval" de cidadania não poderia nortear o debate. Para o deputado, todos os brasileiros livres deveriam ser cidadãos, deixando para trás o significado medievo da cidadania restrita ao morador da vila ou cidade, o único possuidor de certos direitos, e privilégios, entre os outros habitantes de uma região. Para o deputado, no mundo atual

---

fórum e o Campo de Marte. Os comícios que elegeram Flávio tiveram um caráter tão indigno que a maior parte dos nobres tirou seus anéis de ouro e seus colares. A partir desse momento, o Estado ficou dividido em dois partidos: o representado pelo povo não corrompido, partidário dos homens honestos aos quais venerava, e o da facção do Fórum. Essa situação permaneceu até que Quinto Fábio e Públio Décio foram nomeados censores. Por amor à concórdia e também para não deixar as eleições em nome da rale, Fábio separou toda a turba forense e distribuiu-a em quatro tribos a que se chamaram urbanas. Diz-se que essa decisão foi recebida com tanto agrado que o cognome de Máximo, que Fábio não conseguira em suas numerosas vitórias, foi lhe dado pelo restabelecimento da harmonia entre as classes[...]. Já o também referido Temístocles (528-462 a..C.) foi um importante estadista em Atenas. As fontes antigas realçam muito sua origem baixa. Provavelmente a referência que Almeida e Albuquerque faz a esse personagem está baseada na sua biografia por Plutarco (*Temístocles*, 1-2). Agradecemos ao professor Fábio Duarte Joly pela ajuda com as fontes antigas.



Isto, porém, acabou, e, portanto, deve ser extensa esta denominação a todos os indivíduos, que seria odioso que se conservássemos uma diferença, que traz sua origem de tempos tão bárbaros, e que é fundada naqueles diferentes privilégios, liberdades e isenções, que gozavam as povoações, segundo tinham ou não o foro de cidadão” (AACB 23/09/1823).

Em apoio a este argumento, o constituinte baiano Luís José Carvalho e Mello, interveio no debate para lembrar que a cidadania era um princípio geral aceito pelo direito público e que, portanto, todos os membros da nação deveriam ser cidadãos, e assim estarem ao abrigo e proteção das leis, formando parte da sociedade. Para ele, a própria história romana evidenciava uma tendência ao fim das distinções, uma vez que a *Lei 17 de statuhominum* extinguiu a diferença entre “cidadãos itálicos ou cidadãos romanos” e “cidadãos simples”, e “desde esta época quase todas as nações em geral prescreverão esta injusta distinção. [...]” (AACB 25/09/1823).

O deputado José da Silva Lisboa rememorou a “legislação liberal” romana, para lembrar a assembleia de que “ter o direito de cidadão brasileiro não é ter o direito de cidadão romano do tempo em que floresceu o povo célebre latino, cujo governo aspirou ao império universal”. Enquanto “este título dava grandiosos privilégios aos que nasciam em Roma, ou haviam adquirido o seu foro”, a situação atual requereria diferente concepção. Numa longa digressão sobre a incorporação legal dos libertos ao foro de cidadão romano, lembrou que o Imperador Justiniano, em observância da lei de Antonio Pio, *17 Dig. De Statu Hominum*, definiu que “todos os livres que habitarem na órbita do império, serão cidadãos, [pois] é do nosso interesse ter libertos e libertas – carecemos de manumissos” (AACB 30/09/1823). No intuito de tornar ainda mais explícita, o Imperador em outro documento defendeu que “ficassem compreendidos na lei, com geral largueza, todos os que merecessem a liberdade dos senhores, como em restituição da ingenuidade da natureza”. Desse modo, seria aceitável estender o título de cidadãos aos libertos, sem que isso significasse a extensão da plenitude do privilégio da participação política.

A história de Portugal também foi mobilizada na defesa da cidadania do liberto. Silva Lisboa lembrou que no alvará de 19 de setembro de 1761, D. José “concedeu todos os direitos de pessoas livres aos escravos que do Brasil se transportassem para Portugal, sem distinguir origens, cores e habilidades, se excetuando os vindos nas tripulações”. Embora a legislação visasse a evitar a concorrência dos escravos com os trabalhadores portugueses e desencorajar a saída de braços escravos do Brasil, a lei demonstra “que não se teve o melindre de desigualar tais libertos aos livres do país, sendo, aliás, a população quase toda de brancos”. Outro Alvará, de 16 de Janeiro de 1773, teria sido ainda mais “liberal” ao libertar os cativos do reino de Algarve “declarando-os hábeis para todos os ofícios, honras e dignidades sem a nota distintiva de libertos, que [...] a superstição dos romanos estabeleceu nos seus costumes e que a união cristã e a sociedade civil faz hoje intolerável” (AACB, 30/09/1823). Estes exemplos da legislação romana e moderna revelavam, para Silva Lisboa, uma tendência histórica rumo ao respeito aos princípios do direito natural e à liberdade que



não poderia ser ignorada na atualidade. Em face de tantos exemplos históricos, como a assembleia poderia “ter menos indulgência a toda sorte dos escravos, que obtiverem título legítimo de liberdade, que restabelece o direito natural e lhes dá a qualidade de livres?” (AACB 30/09/1823).

O argumento de Lisboa repousava na crença de que a falta de civilização dos escravos teria sido causada principalmente pelo tráfico e pelo cativo. Sua aposta na capacidade política para sanar esse mal era contundente. Embora não pudesse “fazer desaparecer tais diferenças”, a política tinha a função de “aproveitar os elementos que acha para a nossa regeneração”, rearticulando-os e, deste modo, continuou Lisboa, os escravos do Brasil passariam a ver “esta augusta assembleia com a devida confiança, na esperança de que velará sobre a sua sorte e melhora de condição, tendo em vista o bem geral, quanto a humanidade inspira e a política pode conceder”. Finalizando sua longa intervenção, Lisboa propôs uma emenda ao projeto, no sentido de incorporar ao foro de cidadãos “os libertos que adquirirão sua liberdade por qualquer título legítimo” (AACB 30/09/1823).

Henriques de Rezende continuou sua defesa da incorporação da palavra “cidadão” ao texto e da emenda sobre a cidadania do liberto, chamando a atenção para o passado português, responsável por implantar a “rivalidade” e prejudicar a harmonia no interior do Brasil através da forma como tratavam os colonos. Tal forma de tratamento que se queria dar ao liberto perpetuaria este padrão, fomentando a aversão entre este e os brancos, na nação independente, impedindo a harmonia nacional. Isto seria um verdadeiro “veneno” para a nação independente. Manter os libertos como estrangeiros seria alimentar o ódio e a aversão; já dar a eles o foro de cidadãos, seria “neutralizar o veneno” (AACB 30/09/1823).

266

Havia também argumentos baseados em experiências históricas recentes ou mesmo atuais, embora fossem pouco frequentes. Ainda que não possamos afirmar com precisão, nossa pesquisa nos apontou que estes eram majoritariamente vinculados ao discurso daqueles contrários à extensão da cidadania ao liberto nascido na África, mas as causas disso ainda precisam ser melhor exploradas. Tal argumento se baseava na segurança política que estaria ameaçada, caso o projeto passasse com esta emenda. Também se fundava na ideia de que os libertos eram africanos estrangeiros desterrados, e que, portanto, não poderiam ser cidadãos da nação brasileira. Por exemplo, para o constituinte João Severiano Maciel da Costa, Marquês de Queluz, em debate direto com Henriques de Rezende e Silva Lisboa, os “argumentos filantrópicos” não deveriam basear tal decisão, uma vez que exemplos históricos recentes evidenciavam o risco de uma decisão errada na matéria. A filantropia teria feito a França perder suas colônias, pois “logo que ali soou a declaração dos chamados direitos do homem, os espíritos aqueceram, e os africanos serviram de instrumento aos maiores horrores que pode conceber a imaginação” (AACB 30/09/1823). Além disso, os Estados Unidos da América sofriam com a questão do destino dos libertos, chegando a criar em 1816, na costa da África, uma “colônia de – *gens de couleur libres* – para onde se transportam aqueles

dentre eles que quiserem ir” (AACB 30/09/1823). Os perigos do crescimento da população de libertos eram percebidos por diversos povos, de modo que se estaria criando leis contra as alforrias. Este conjunto do que o deputado chamou de “experiências” seriam suficientes para impor mais prudência. A “admissão à família brasileira” dos libertos não poderia ser feita apenas adquirida a alforria. Era preciso tempo para que pudessem desenvolver adesão e afeição ao país, sua prosperidade e segurança. Vemos que, neste discurso, a experiência manejada é proveniente de uma percepção da história recentíssima americana, deixando de lado o passado clássico que era frequente nestes debates.

Esse início dos anos 1820 ainda era marcado por uma forte ambivalência no que diz respeito à sua experiência temporal. Embora o passado pudesse ainda seguramente ser trazido como exemplo de conduta e fonte de princípios de ordenamento político, a diferença entre os tempos já era nítida, e, portanto, o aspecto eminentemente produtor da passagem temporal. Os deputados estavam convencidos da necessidade de construção de um sistema representativo que condissesse com uma nova e diferente época, com o fenômeno peculiar de uma ex-colônia recém-independente em busca da construção de uma noção de cidadania moderna. Portanto, neste momento o tempo histórico era fortemente marcado pela coexistência entre um conceito de história de “tipo antigo” e moderno. Acreditamos que essa especificidade dos usos da história e representações do tempo são sintomáticas do embate entre o princípio político democrático, isto é, da soberania popular, e suas possibilidades reais de efetivação e institucionalização em uma realidade social marcada pela predominância de uma forte população de escravos, libertos e índios. Longe de ser uma especificidade brasileira, o problema da representação é eminentemente moderno e partilhado pelas nações europeias e americanas em processo de modernização política.

Numa assembleia constituinte, na qual se buscava projetar um novo sistema político, para um novo país, de certa maneira faltoso de experiências políticas próprias como nação moderna, fazia sentido buscar orientação em representações de passados longínquos. O aspecto eminente propositivo desses debates dedicados a pensar uma nova e moderna experimentação política para um país novo colocava o exemplo histórico pedagógico como arma central no debate público, sejam quais fossem os conteúdos argumentativos. Se havia poucas experiências locais nas quais basear as propostas de implantação de um sistema representativo moderno, era preciso buscar a segurança de princípios de conduta. E, naquele momento, o exemplo histórico Clássico, depositário por excelência de experiências atemporais, era uma referência central no debate político. Numa situação histórica marcada pela tarefa de projetar o novo, num novo país, com novas e modernas instituições, a crença na capacidade da racionalidade política para transformar o estado de coisas era inabalável, o que transparece, por exemplo, nas ideias de “remédio” e “veneno”, trazidas na fala de Henrique de Rezende, ou na noção da “tarefa da política” defendida por Silva Lisboa<sup>4</sup>. Essa crença era alimentada pela

<sup>4</sup> Valdei Lopes Araújo (2008) apontou esta mesma crença na racionalidade política nos escritos de José

presença do passado greco-romano como campo de experiências fundamental, do qual princípios políticos poderiam ser extraídos.

Essa linguagem da racionalidade e das virtudes, na qual a história exemplar era especialmente presente, que caracterizou em linhas gerais a linguagem política dos anos 1820, se transformaria rapidamente nos anos 1830 a partir de novos desafios à experiência política imperial brasileira. Tratou-se de um momento especial no qual diversos anseios se puseram na cena pública, uma vez que a disputa política foi incrementada pelo vazio de poder ocasionado pela abdicação do primeiro imperador. À medida em que as revoltas populares e tentativas sediciosas se avolumaram na capital e nas províncias, a questão da representação política do povo se tornou premente. As divergências entre as tendências de interpretação do liberalismo político e das formas de lidar com os conflitos nas províncias se amplificaram.

O debate em torno dos direitos de cidadania e regras eleitorais da monarquia constitucional brasileira seria retomado apenas em 1826, com a reabertura dos trabalhos legislativos, e, sobretudo em 1828, concentrando-se então em temas como as regras da eleição do corpo legislativo provincial e municipal, a eleição dos juizes de paz, a formação dos colégios eleitorais, a possibilidade de candidatura de libertos e de não católicos. A questão candente era ainda a das prerrogativas dos participantes do processo político no sentido do estabelecimento das distinções entre o direito de votar e de ser votado, isto é, entre a cidadania simples e a cidadania que abrangia o direito de ocupar um cargo eletivo. A linguagem das virtudes, bem como as referências a episódios edificantes da história clássica e medieval continuaram como tópicos centrais no debate.

268

Ao longo dos anos 1830, o campo de experiências interno que faltava em grande medida aos constituintes e deputados da década de 1830 foi sendo construído, sobretudo, a partir das avaliações da experiência de descentralização política iniciada com a reforma do Código de Processo Criminal em 1832 e o Ato Adicional de 1834. Se durante a década de 1820 a maior parte das discussões sobre as eleições giraram em torno da criação do sistema representativo brasileiro, ao longo da década de 1830 este tópico se transformaria. O sistema eleitoral representativo fortemente centralizado da década de 1820 sofreu uma série de modificações. As autoridades eletivas locais ganharam muita autonomia frente ao poder central. A avaliação de que o Império estava sendo levado ao caos da "barbárie" e da "anarquia", com riscos à unidade territorial se tornaria assunto contumaz nos debates dos deputados e senadores de amplos setores. As críticas às autoridades eletivas locais, sobretudo aos juizes de paz, se tornaram latentes, especialmente após os anos conturbados de 1835 a 1837, período no qual ocorreram as maiores revoltas provinciais<sup>5</sup>, dando ensejo ao movimento conhecido como regresso.

---

Bonifácio de Andrada e Silva no mesmo momento.

<sup>5</sup> Na literatura da época, a ironia em torno dos juizes de paz teve como exemplo a obra de 1838 *O juiz de paz na roça*, do diplomata do Império Martins Pena. Trata-se de uma peça teatral que retrata o juiz de paz como um indivíduo egoísta, corrupto, fortemente parcial em seus julgamentos, que não respeita as leis e a constituição (PENA 1997).

Tal reviravolta política, já amplamente analisada pela historiografia sobre o período, foi também uma reviravolta nas percepções, experiências e representações do tempo e da história. Se nos anos de 1820, a linguagem das virtudes e percepção do passado como reservatório de princípios edificantes ainda era muito presente nas variadas tendências de interpretação do mundo liberal em formação, ao longo dos anos de 1830 vemos um acento cada vez mais evidente nos temas da “experiência”, “circunstâncias” e “grau” ou “estado de civilização”. As referências clássicas, embora não desapareçam de todo, perderam muito espaço para as avaliações da experiência atual. Os impasses da experiência “democrática” dos anos 1830 compuseram um novo espaço de experiências nacional, com densidade o suficiente na visão dos contemporâneos para embasar as perspectivas de ação e de projeção futura.

Essa virada em direção aos fatos recentes da experiência brasileira e a rejeição ao que eram consideradas vãs teorias, ou argumentos baseados em experiências estranhas à realidade nacional, começou a tornar-se muito frequente. Tratava-se, claro, de uma tópica chave do liberalismo da restauração, presente nas obras políticas de Benjamin Constant, Guizot e Tocqueville, muito influente entre as elites desse momento. Entretanto, a emergência deste tópico no debate brasileiro, que não era uma novidade, tendo estado presente já no início dos anos 1820, devia-se não apenas a uma filiação intelectual a teorias europeias, mas à necessidade premente de interpretar e fazer frente um conjunto de fenômenos cuja intensidade forçava uma reorientação da atividade política. Assim como o movimento restaurador europeu elegeu a Revolução Francesa e, sobretudo, o período do Terror como o grande campo de experiências políticas orientadoras, no Brasil a experiência de descentralização política dos anos 1830, com suas revoltas e motins, teve o mesmo papel.

Em 1832, após o conturbado ano de 1831 na Câmara do Rio de Janeiro, a questão da positividade dos fatos e da necessária observação do “grau de civilização” aparecia com muito mais vigor do que nos anos 1820. Nesse sentido, Francisco Jê Acaiaba de Montezuma, em debate a respeito da Criação do Código de Processo, lembrava que, na atualidade, os povos querem que a política assente sobre fatos, e mais que tudo sobre a política e geral utilidade (ACDI 31/08/1832). Por sua vez, Bernardo Pereira de Vasconcelos declarava não julgar que o Brasil estivesse “neste grau de civilização que se lhe supõe” (CARVALHO 1999, p. 223).

Dois anos depois, o aparecimento destas concepções se amplifica. Por exemplo, no debate a respeito do número de deputados que deveriam compor as assembleias provinciais. A comissão encarregada de redigir o projeto definiu números previamente fixados, trinta e seis membros nas Províncias de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro Minas e São Paulo, 28 no Pará, Maranhão, Ceará, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Sul e vinte em todas as outras, sendo que este número poderia ser alterado por lei geral, isto é, pela Assembleia Nacional. Uma emenda procurou dar às Assembleias Provinciais o direito de definir tais números, o que seria uma ampla concessão à descentralização. Na discussão que se seguiu, muitos argumentos levantaram-se em contrário. O

deputado Paulo Araújo argumentou que esta medida feriria a uniformidade das províncias e a unidade nacional. Mais uma vez a comparação com a situação norte-americana é colocada. Enquanto a população dos Estados Unidos era composta de estados diversos, tinha leis diversas e não havia um centro forte, optou-se pela federação como forma de unidade contra o perigo da dispersão. No Brasil, a realidade era outra: as províncias não eram estados separados, mas compunham um mesmo Império, e o que se procurava com a reforma era apenas afrouxar um pouco os laços, sem ferir a uniformidade deste Império. O Brasil não estaria no grau de “a par dos povos mais avançados em civilização”. Logo, segundo Souza Martins, “nem todos os povos devem de chofre receber instituições para que não estavam preparados” (ACDI 25/06/1834).

O tópico da observação dos fatos, da experiência e do grau de civilização pautou o movimento pelas reformas do chamado “regresso conservador” a partir de 1837. O movimento era justificado pela contingência da situação social e pelo momento civilizacional do povo. A história recente do Brasil havia mostrado para estes homens que as ideias abstratas de liberdade e progresso haviam levado à onda revolucionária e à anarquia. O legislador deveria, portanto, voltar os olhos para a vida do seu povo.<sup>6</sup> São muitos os exemplos de discursos que poderíamos arrolar, mas um em especial parece ter dado tônica do fenômeno ao qual queremos iluminar. Em 1840, nas vésperas da aprovação das reformas regressistas, Paulino José Soares de Souza esforçou-se por mostrar em discurso no Senado, como então Ministro da Justiça, que o progresso não poderia transformar-se num ideal cego que não atentasse para a realidade da vida do povo e para sua história. Era preciso mergulhar na história do país, nos fatos, circunstâncias e costumes nacionais. A “vida do povo” brasileiro foi identificada diretamente aos oito anos da experiência regencial:

270

[...] Não é em fatos acontecidos em países estranhos, não é somente nas teorias dos juriconsultos, que se devem estudar e procurar remédios. É nos fatos, é na experiência do próprio país para o qual se legisla. Ora, é nesses fatos, é nessa experiência das nossas *coisas* que a administração encontra mais fortes razões para conformar-se com o projeto em discussão e apoiá-lo, e para persuadir-se que a sua adoção é um dos maiores benefícios que se pode fazer ao País. Sintoter de recordar ao Senado acontecimentos melancólicos, que todos deploramos [...].<sup>7</sup>

<sup>6</sup> “Muitas vezes, a vida de um povo está no que o legislador julga uma excrescência defeituosa [...]. Se o legislador depois conhece pela experiência que pela observação seu erro, há de insistir nele, porque já uma vez disse que aquele objeto era inútil e podia eliminar-se das instituições do país em perigo? Filósofos que viveram há poucos anos sustentaram que a história era o estudo mais desnecessário, sendo hoje a opinião contrária geralmente seguida” (CARVALHO 1999, p. 239-240).

<sup>7</sup> (ASI 16/06/1840). O discurso continua da seguinte forma: “V. Exa., sr. presidente, há de se recordar da situação em que se achava o Império na época da abdicação. O movimento revolucionário, resultante da fermentação em que se achavam os espíritos naquela época, estendeu-se a quase todas as províncias. A mesma capital do Império, onde existem tantos elementos de ordem, sofreu graves perturbações. Seguiram-se as desordens na comarca do Crato, no Ceará, as de Panelas e Jacuípe, nas províncias de Pernambuco e Alagoas, boatos de conspiração na Bahia, agitações no Rio Grande do Sul, e as edições de Ouro Preto e das fronteiras do Baixo Paraguai, as províncias de Mato Grosso. No ano de 1834, continuaram várias dessas comoções. Rebentou outra na província de Mato Grosso, foram aí assassinados 33 cidadãos; seus membros foram mutilados, seus bens saqueados, e violada a honra de suas mulheres e famílias. Nessemesmo ano rebentou a revolução do Pará, cujos horrores todos conhecemos. Não obstante, permita V. Exa., sr. presidente, que eu os apresente em epílogo traçado pelo general que pacificou essa província (Lê).- Nela, os rebeldes assassinaram as primeiras autoridades do país, arrastaram-nas pelas ruas, entregando-as ao escárnio da canalha; roubaram todas as famílias, assassinaram seus chefes, zombando das esposas e das filhas na



Embora não fosse uma perspectiva que expressasse todas as mentes e projetos políticos de então, o discurso do então ministro da justiça demonstrou o aprofundamento da história como experiência coletiva das elites políticas na segunda década de existência do Brasil como nação independente. A experiência do mundo social coletivo ganhava maior espessura e densidade, tornando cada vez mais anacrônicas a linguagem das vontades e do direito natural, que povoavam a racionalidade ainda bastante próxima da ilustração dos anos 1820, bem como a perspectiva tradicional da história como campo desconexo e plural de exemplos pedagógicos. Ainda que embrionariamente, a sociedade como unidade complexa de experiências humanas no tempo, apontada por Marcel Gauchet como marca da História como experiência coletiva na modernidade, passaria a ser o foco central das análises e projeções políticas, uma tendência que se aprofundaria nas décadas posteriores.

### Considerações finais

O surgimento do conceito moderno de história não foi um fenômeno relativo ao discurso historiográfico nacional, o qual se desenvolveu naquele momento a partir da Independência e se ampliou nas décadas seguintes. Seu desenvolvimento se deu também no interior do debate político parlamentar a respeito das possibilidades de definir, figurar e criar mecanismos de representar – ou afastar – o agente principal da nacionalidade, o povo cidadão brasileiro.

Há uma diferença clara entre os anos 1820 e 1830: enquanto nos anos 1820 os usos do passado como *Historia Magistra Vitae* ainda eram muito presentes, a partir dos anos 1830, perderam muito de sua presença no debate político, dando lugar a concepções sobre civilização, mais ou menos processualistas, ainda que pouco exploradas em termos de seu conteúdo. Acreditamos que essa diferença se relaciona estritamente com o momento do debate político e à experiência que lhe era subjacente. Enquanto nos anos 1820 a legislação eleitoral e as regras de representação política estavam sendo projetadas e modelos estavam sendo buscados para dar-lhes embasamento, era plausível e necessário buscar o passado remoto como exemplo. O legislador trabalhava mais no plano da

271

---

presença dos pais e dos esposos moribundos, ou *já* sobre os seus cadáveres; *violaram* e desonraram até crianças, que pareceram no mesmo torpe ato; devastaram quase todas as plantações: queimaram quase todos os engenhos e fazendas, etc.- A entrada do ano de 1835 trouxe novas comoções na província das Alagoas, onde os Cabanos se apresentaram com maior energia e força do que nunca. O interior do Ceará continuou a ser infestado de salteadores e assassinos. A Paraíba foi ameaçada de um rompimento sedicioso. A província de Sergipe foi o teatro de uma sedição; e, finalmente, rebentou a rebelião do Rio Grande do Sul, com que ainda hoje estamos a braços. Multiplicaram os cargos eletivos, que aquinhoaram com as mais importantes atribuições, sem observarem que não era possível que homens particulares, que não mister de cuidar dos seus meios de vida, dediquem quase todo o seu tempo aos negócios públicos; sem se lembrarem que a urna eleitoral, com um defeituoso sistema de eleições (defeituosíssimo é o dos nossos juizes de paz feitos nas nossas mesas paroquiais, muitas vezes tumultuariamente), havia de apresentar muitas vezes mais votados, não os homens mais dignos, mas sim os mais audazes, e muitas vezes facciosos e homens de partido. Estabeleceram nas leis uma uniformidade, de desarmonia com os costumes e circunstâncias de muitas localidades, sem se lembrarem de que a arte não consiste em governar, estabelecendo a uniformidade aonde ela não cabe, mas sim em governar, apesar das diferenças. Parcelaram demasiadamente a autoridade pública, que assim perdeu a força necessária. Reconheceram depois, pela experiência, todos estes defeitos da sua legislação, e trataram de reformá-la. [...] O projeto em discussão remove esses inconvenientes pela melhor maneira que permitem as nossas circunstâncias. O seu espírito, as suas doutrinas acham-se em inteira conformidade com o que nos tem ensinado uma dolorosa experiência de muitos anos, e com os remédios que a mesma experiência das nossas coisas tem apontado”.



projeção do que no diagnóstico, logo, as ideias, teorias e direitos eram sua fonte principal. O debate mantinha-se no campo das abstrações e modelos.

No início dos anos 1830, grandes reformas foram realizadas, pondo em prática muitos elementos idealizados nos debates anteriores. O país foi palco de inúmeros conflitos relacionados, muitas vezes, exatamente às novas formas de representação política instituídas nas reformas do início dos anos 1830. A história nacional se acelerou, tornando-se palco de fenômenos tidos como avassaladores. Essa experiência vertiginosa logo se tornaria um novo espaço de experiências, o qual passaria a embasar as análises e planejamentos políticos, transformando profundamente os parâmetros da linguagem política. A leitura sobre tais experiências foi fundamental nos desenvolvimentos da forma moderna de experimentar e representar o tempo no Brasil: os grupos políticos no poder tenderam a diagnosticar, através das interpretações a respeito das experiências históricas da década de 1830, o caráter despreparado do povo para a participação política por seu grau ainda embrionário de civilização. Era preciso aguardar que esse processo de civilização do povo seguisse seu lento rumo para que de fato a soberania do povo pudesse existir plenamente na nova nação em construção.

272 Cabe ressaltar que esse conceito de civilização tinha um conteúdo impreciso e pouco explorado nos debates. Tratava-se de um conceito de tal modo central na linguagem política da época que prescindia de qualquer tipo de explicitação detalhada de seu significado. Algo que nos parece relevante salientar é a imprecisão a respeito do aspecto temporal do conceito. Parece-nos razoável conjecturar que a perspectiva processual e futurista era parte de seu campo semântico, porém de forma frágil e limitada. O conceito assumiu um tom mais processual, mas que não implicava ainda em apontar para um futuro discernível. Isso é evidente, por exemplo, no aparecimento titubeante da ideia de processo ou marcha da civilização. Era muito mais frequente a noção de "grau de civilização", o que demonstra que em alguma medida não se tratava de uma visão processual em seu sentido desenvolvido. A civilização de que se falava se confundia ainda com a noção de progresso ou aperfeiçoamento das luzes, relacionado ao avanço da inteligência, das artes e costumes. Tratava-se de um processo ainda bastante "mental", não havia ainda de forma mais desenvolvida na consciência política da época a experiência da realidade humana como um emaranhado complexo e multifacetado de experiências em movimento no tempo rumo ao futuro.

Não se vislumbrava, propriamente, um futuro para o processo histórico. O desenvolvimento histórico brasileiro permanecia na visão dessas elites políticas numa eterna, lenta e melancólica<sup>8</sup> trajetória histórica, necessitando, portanto, na visão dos grupos que assumiram o poder, de uma perene tutela do Estado Monárquico. Os eternos diagnósticos sobre o estado ou grau inicial de civilização encerravam-se em si mesmos, pois parecia ainda impossível vislumbrar a constituição de um novo povo cidadão absolutamente apto à vida política moderna.

---

<sup>8</sup> Sobre o sentimento de melancolia na primeira metade do século XIX brasileiro, ver: Rangel (2011).

**Referências bibliográficas**

- AACB - Anais da Assembléia Geral, constituinte e legislativa do Império do Brasil (1823).
- ACDI - Anais da Câmara dos Deputados do Império do Brasil (1826-1840).
- ASI - Anais do Senado do Império do Brasil (1826-1840).
- ARAÚJO, Valdei Lopes. História da Historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia**, n. 12, p. 34-44, 2013.
- \_\_\_\_\_. **A experiência do tempo**. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008.
- ASI - Anais do Senado do Império do Brasil (1826-1840).
- ARENDT, Hannah. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: Difel, 2009.
- CARVALHO, José Murilo de (Org.). **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- COZER, Ivo. **O pensamento político do Visconde do Uruguai e o debate entre centralização e federalismo no Brasil (1822-1866)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - IUPERJ, Rio de Janeiro. 2006.
- DOLHNIKOFF, Mirian. Representação Política na Monarquia Brasileira. **Almanack Braziliense**, n. 9, 2009.
- \_\_\_\_\_. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.
- GAUCHET, Marcel. **La condición histórica**. Conversaciones con François Azouvi y Sylvain Piron. Madrid: Trotta, 2007.
- \_\_\_\_\_. Introduction. Les Figures du Politique. In: \_\_\_\_\_. **La Condition politique**. Paris: Gallimard, 2005.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- LÍVIO, Tito. **História de Roma**. Livro IX. São Paulo, PAUMAPE, 1990.
- LYNCH, Christian E. C. **O momento monarquiano**. O Poder Moderador e o pensamento político imperial. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2008.
- MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá. **Civilização e barbárie**: a representação da nação nos textos de Sarmiento e Viscobnde do Uruguai. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- PLUTARCO. Termístocles, **Vidas paralelas**. Tomo I. Biblioteca GaiusQvintvs. Disponível em: [http://www.imperivm.org/cont/textos/txt/plutarco\\_vidas-paralelas-ti-temistocles.html](http://www.imperivm.org/cont/textos/txt/plutarco_vidas-paralelas-ti-temistocles.html). Acesso em: 8 jul. 2016.
- POCOCK. J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EDUSP, 2003.

- POCOCK, J.G.A; GARCÍA, Eloy; VÁZQUEZ-PIMENTEL, Marta. **El momento maquiavélico**: el pensamiento político florentino y la tradición republicana atlántica. Madrid: Editorial Tecnos, 2002.
- PENA, Martins. **O juiz de paz na roça**. São Paulo, Biblioteca Folha, 1997. v. 5.
- RANGEL, Marcelo de Mello. **Poesia, história e economia política nos Suspiros Poéticos e Saudades e na Revista Niterói**: os primeiros românticos e a civilização do Império do Brasil. Tese (Doutorado em História), Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 2011.
- ROSANVALLON, Pierre. **Le peuple introuvable**. Histoire de la représentation démocratique em France. Paris: Gallimard, 1998.
- SKINNER, Quentin. **Liberdade antes do liberalismo**. São Paulo: Ed. UNESP 1999.

# Resenhas

review essays

# Salvador: defesas da cidade e oposição à ocupação holandesa

Salvador: city defenses and opposition to the Dutch occupation

BEHENS, Ricardo. *Salvador e a invasão holandesa de 1624-1625*. Salvador: Pontocom, 2013. 215 p.

---

**Alfons Heinrich Altmicks**

alfons.altmicks@ucsal.br

Professor

Universidade Católica do Salvador

Departamento de História - Largo da Palma, s/n - Nazaré

40040-170 - Salvador - Bahia

Brasil

---

## Palavras-chave

América portuguesa; História do Brasil; Colonialismo.

## Keywords

Portuguese America; History of Brazil; Colonialism.

276

---

Recebido em: 10/9/2016

Aprovado em: 6/12/2016

Ricardo Behrens é graduado em História pela Universidade Federal da Bahia, instituição na qual cursou, também, o mestrado em História Social. Atualmente, leciona o componente curricular “História e Patrimônio Histórico”, no Instituto Federal da Bahia (IFBA), e é pesquisador da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (ANPHLAC). Subscrito ao tema do seu mestrado, o livro “Salvador e a invasão holandesa de 1624-1625” traduz, para o mercado literário, os seus esforços diante da necessidade de compreensão deste singular período histórico, de apenas dois anos, em que tropas holandesas invadiram e dominaram a cidade de Salvador, resultando na inédita mobilização de lusitanos e nativos em torno da retomada da cidade.

O livro é dividido em cinco partes, inclusas Introdução e Considerações finais. Propositadamente, o tom adotado na sua redação tende ao narrativo, embora os rigores acadêmicos não sejam descuidados. A opção por um discurso inclinado à narração histórica se deve, sobretudo, à necessidade de adaptar a linguagem da investigação científica, que o subsidia, à realidade intelectual de leitores menos afeitos a este gênero de literatura, quiçá, leitores leigos ou provindos do Ensino Médio. Assim, por exemplo, mesmo cômico de que a Invasão de 1624 foi engendrada pela Companhia das Índias Ocidentais, sob ordens das Províncias Unidas, o autor decide por se referir aos invasores apenas como “holandeses”. Com esta estratégia, ainda que corra o risco de adotar uma caracterização simplista dos invasores, o autor opta por aproximar o leitor brasileiro do fato histórico, tal como, normalmente, é divulgado no Ensino Médio.

Na Introdução, Behrens avoca o contexto histórico que precedeu à invasão de 1624, marcado pela consolidação da União Ibérica<sup>1</sup> e pelo aumento do interesse holandês pelo açúcar produzido nas Américas. O autor descreve, pormenorizadamente, a chegada dos invasores e a fuga atabalhoada de portugueses e nativos, que viviam em Salvador. Ressalta as medidas tomadas pelo governador Diogo de Mendonça Furtado para defender a cidade, tão logo soube da presença de uma nau holandesa<sup>2</sup> na baía de Boipeba, um mês antes da invasão. Estas medidas teriam sido minadas pela atuação antagônica do bispo D. Marcos Teixeira, que, descrente da invasão e movido pela vontade de contrariar o governador, exortou o retorno das tropas do Recôncavo, convocadas para a defesa da cidade, deixando Salvador à mercê dos invasores.

Behrens também se ocupa, na Introdução, de elencar um percurso metodológico básico, através do qual a sua pesquisa foi estruturada. Diante da carência de publicações específicas sobre o tema<sup>3</sup>, o autor optou por mergulhar, diretamente, nas fontes seiscentistas originais, tais como relatos, literatura de

<sup>1</sup> A partir de 1580, logo após a morte de D. Sebastião, rei de Portugal, a coroa lusitana passou ao domínio espanhol, inaugurando um regime monárquico de confluência política, econômica e militar, que reuniu toda a Península Ibérica sob o governo de Filipe II, rei da Espanha. Esta combinação de potências expansionistas, que perdurou até o ano de 1640, foi chamada de “União Ibérica”.

<sup>2</sup> Esta nau, batizada “Holandia”, trazia o general Van Dort, comandante da esquadra que atacaria Salvador. Van Dort havia se separado da sua esquadra, na Ilha de São Vicente, Cabo Verde, e decidira vir à Bahia, para esperar o restante da armada em Boipeba. Porém, só se reuniria aos seus soldados três dias depois de tomada a cidade de Salvador.

<sup>3</sup> Com efeito, são poucas as publicações que tratam, especificamente, da Invasão Holandesa de 1624. A maior parte da literatura histórica sobre o tema versa sobre macrocontextos ou sobre a presença holandesa, como um todo, em terras brasileiras.



época, regimentos oficiais do governo, documentos comerciais ou administrativos, livros de ordens religiosas etc. A ressalva natural que se impõe a este tipo de fonte aponta para a sua subjetividade característica. Entretanto, ao realizar um minucioso trabalho comparativo, é possível filtrar informações históricas idôneas e coerentes, sem prescindir das subjetivações próprias de cada época.

No primeiro capítulo, intitulado "Salvador: uma 'aldeia aberta'", Behrens tece considerações sobre a natureza da cidade seiscentista, colocando em dúvida o seu *status* de "cidade fortaleza". De acordo com o autor, Salvador teria caído tão facilmente em poder dos invasores, sobretudo, porque a sua administração era marcada pelo improvisado – autorizado e incentivado, inclusive, pela própria Coroa – e por um alto grau de desorganização institucional. O seu desenho administrativo ainda não era claro, e os colonos se revezavam em cumprir funções essenciais à vida na cidade – como, por exemplo, planejar e executar ações para defendê-la. Além disso, o próprio sistema defensivo de Salvador apresentava fragilidades, especialmente, geradas pela falta de recursos, por sua inusitada topografia e pela extensão do seu território.

Em que pesem as suas dificuldades administrativas e o seu frágil sistema defensivo, Salvador padecia, ainda, de rivalidades entre os seus ilustres cidadãos, especialmente entre administradores e clérigos.<sup>4</sup> Behrens chama a atenção para o fato de que, após o fracasso do sistema de Capitânicas, Salvador fora concebida como o centro administrativo de toda a colônia portuguesa, cujo raio de ação se estendia à África e à Ásia. Isto provocava certa vaidade nos seus habitantes, especialmente, nos membros da administração da cidade. Além do governador, a cúpula administrativa era composta de um ouvidor-geral e de um provedor da fazenda real. A esta cúpula, seguia-se uma gama de funcionários intermediários, que se distribuíam nas funções de escrivães, de meirinhos ou de trabalhadores do Conselho de Vereança (Senado da Câmara). Havia também os clérigos, cuja enorme influência na incipiente sociedade soteropolitana os autorizava como administradores informais. Conquanto os interesses de todas essas categorias nem sempre coincidissem, era natural que rusgas e tramas fossem engendradas. Assim, desmoralizavam-se, sabotavam-se e impunham-se as suas vontades, uns sobre os outros.

No segundo capítulo, "Da resistência ao contra-ataque: uma ocupação sitiada", o autor ilumina o período da permanência holandesa na cidade. Ironicamente, embora os holandeses tenham logrado invadir Salvador, estabelecendo ali um domínio – ainda que precário –, a ocupação da cidade findou por torna-los "prisioneiros" dos colonos portugueses e nativos, porquanto estes tenham empreendido um rigoroso confinamento aos invasores, impedindo-os de ir além dos muros da cidade.<sup>5</sup> O exame da documentação de época, realizado por Behrens, revelou engenhosas estratégias bélicas utilizadas por portugueses e nativos para arrefecer o ânimo do invasor em seguir para além

<sup>4</sup> Nesse sentido, é emblemático o episódio envolvendo a conduta do bispo D. Marcos Teixeira, que minou os esforços do governador, desbaratando os homens reunidos do Recôncavo para defender a cidade dos holandeses.

<sup>5</sup> É preciso ter em conta o fato de que os holandeses estavam interessados nos engenhos e nas plantações de cana-de-açúcar. O objetivo da invasão não era apenas tomar Salvador, mas todo o Recôncavo Baiano.

da cidade. Estas estratégias objetivavam, basicamente, cortar o acesso dos holandeses à alimentação e à água potável e armar emboscadas aos grupos que ousassem se aventurar fora dos limites de Salvador.<sup>6</sup> Segundo o autor, a aderência de portugueses e nativos à opção do combate foi fundamental para a posterior retomada da cidade, o que aconteceria apenas quando da chegada da frota ibérica libertadora, em 1625.

No entanto, Behrens faz uma ressalva: a oposição encontrada pelos holandeses não foi unânime. A documentação consultada revelou, também, a existência de alguma cooperação entre colonos e invasores. Se alguns colonos auxiliaram os invasores, imaginando obter algum tipo de vantagem – especialmente, motivados pela riqueza que permaneceu dentro dos muros da cidade –, muitos negros o fizeram, na esperança de encontrar destino melhor do que a escravidão. Com efeito, um expressivo contingente de africanos foragidos (alguns dos seus senhores e outros tantos recém-aportados de navios providos de Angola) aderiu ao grupo holandês, para escapar à condição escrava. O mesmo não ocorreu com os indígenas, sobretudo os aldeados, cuja participação na resistência foi fundamental para o sucesso do cerco.<sup>7</sup>

No terceiro capítulo, “Da retomada à reorganização”, Behrens narra os fatos que confluíram para a expulsão dos holandeses da cidade de Salvador. Se, em terras baianas, o cerco e as emboscadas se tornavam, cada vez mais, efetivos; na Europa, o clima era de mobilização em torno de um orgulho nacional espanhol. A documentação de época mostra como os portugueses foram manipuladores habilidosos dos brios espanhóis, criando estratégias ideológicas extremamente competentes, que conclamavam os castelhanos ao combate. Estas estratégias culminaram com a montagem da armada que libertaria a cidade de Salvador. Por outro lado, a tensão gerada da perda da mais importante cidade colonial ibérica acirrou antagonismos históricos entre portugueses e espanhóis, postos, à época, em bandeira comum da União Ibérica. Os conflitos gerados desse acirramento teriam consequências posteriores, resultando na ascensão da dinastia de Bragança ao trono lusitano, restaurando, assim, a coroa portuguesa, sob as ordens de D. João IV.

Neste capítulo, o autor aborda, também, o cotidiano de Salvador, após a expulsão dos holandeses. Num primeiro momento, houve a necessidade de reorganização administrativa da cidade, tarefa nada simples, diante da falta de recursos.<sup>8</sup> Posteriormente, os colonos se deram conta de que deveriam reformar todo o sistema defensivo da cidade, de maneira a evitar outras invasões. Assim, fortes e embarcações foram reconstruídos, a um elevado custo para a cidade. Dentre as medidas adotadas para proteger Salvador, foi ordenada, também, a permanência de parte do contingente militar ibérico, chegado com a armada

<sup>6</sup> Embora os colonos ousassem, até mesmo, ações mais contundentes, como, por exemplo, tentar furtar os navios holandeses, ou provoca-los para uma batalha em campo aberto,

<sup>7</sup> Com efeito, os primeiros ataques aos invasores holandeses foram perpetrados por índios, movidos pela vingança pela morte de seus parentes, durante a invasão. Num segundo momento, praticamente, todas as incursões contra os holandeses contaram com a participação dos indígenas, especialistas no combate furtivo – emboscada, ataque e fuga.

<sup>8</sup> Uma vez que os invasores tenham saqueado boa parte da riqueza da cidade.

libertadora. No total, ficaram cerca de mil soldados, todos portugueses. O ônus da presença desses militares na cidade recaiu sobre os colonos, que tiveram os impostos expressivamente aumentados, de maneira a pagar as despesas e o soldo dos defensores. Conquanto os recursos fossem escassos, não sendo suficientes para mantê-los, os colonos passaram a temer uma rebelião. A situação foi mediada pelo Conselho de Vereança, que, além de reordenar as prioridades orçamentárias da cidade – até mesmo extinguindo órgãos públicos –, conseguiu repassar parte dos custos com a defesa de Salvador à Coroa.

Nas “Considerações finais”, Behrens adverte que tencionava, inicialmente, restringir-se ao cotidiano dos colonos, durante e após a invasão dos holandeses. Entretanto, com o desenrolar da investigação, ficaram patentes a amplitude e a relevância do episódio, o que provocou o deslocamento do seu interesse para a cidade de Salvador, em si mesma, percebida como o centro do projeto colonial expansionista lusitano. Desta maneira, a pesquisa foi redirecionada para o tema da natureza da cidade de Salvador. Os posteriores esforços, empreendidos pelo autor, voltaram-se para a descaracterização de Salvador, neste momento histórico, como uma “cidade fortaleza”. Por motivos supramencionados, a cidade só ganharia um sistema de defesa eficiente após a ocupação de 1624/1625.

O mérito do livro de Ricardo Behrens reside, por um lado, no detalhismo com que trata o tema. Com efeito, autores clássicos, como Francisco Adolfo de Varnhagen (1955) ou Alberto Silva (1963), não conseguiram evitar tratar alguns pontos do episódio com informações generalistas. Por outro lado, Behrens consegue uma comunicação fácil com o leitor. A sua literatura é fluídica, sedutora, mérito de um autor que transita, confortavelmente, nos papéis de pesquisador e de professor de História.

Para uma melhor compreensão do belíssimo “Salvador e a invasão holandesa de 1624-1625”, de Ricardo Behrens, recomenda-se, além da consulta aos supracitados textos de Varnhagen (1955) e Silva (1963), a leitura incidental de “Geografia de Salvador”, de Andrade e Brandão (2009). Outrossim, é de grande ajuda à compreensão da obra resenhada o texto do eminente professor Milton Santos (2008), “O centro da cidade do Salvador: estudo de geografia urbana”.

### Referências bibliográficas

- ANDRADE, Adriano Bittencourt; BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. **Geografia de Salvador**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2009
- BEHENS, Ricardo. **Salvador e a invasão holandesa de 1624-1625**. Salvador: Pontocom, 2013.
- SANTOS, Milton. **O centro da cidade do Salvador**: estudo de geografia urbana. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2008. (Col. Milton Santos, v. 13).
- SILVA, Alberto. **A primeira capital do Brasil**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1963.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História das lutas contra os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654**. Salvador: Livros Progresso, 1955.

## Escrever, existir, resistir

Writing, existing, resisting

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Ed. Unicamp, 2013. 341p.

---

### Aline Magalhães Pinto

alinealinemp@gmail.com

Professor adjunto

Pontifícia Universidade Católica-Rio

Rua Orenoco, 137. Apto 502 - Carmo

30310-060 - Belo Horizonte - Minas Gerais

Brasil

---

### Palavras-chave

Subjetividade; Autobiografia, Gênero.

### Keywords

Subjectivity; Autobiography; Gender.

A natureza não cria senão seres livres.  
(LACLOS, C. *Les liasons dangereuses*, 1783).

Rigor e criatividade andam lado a lado em *A aventura do contar-se* (2013), em que M. Rago se entrega a um esmiuçar reflexivo acerca da autorrealização de sete vidas como militantes, como artistas-de-si, como *mulheres*, entre os anos 1960 e 2010, no Brasil. O livro se insere no campo dos estudos de gênero, sexualidade e subjetividade, território que a autora domina com propriedade ímpar. Sendo uma das responsáveis pela recepção e circulação das reflexões foucaultianas no Brasil, M. Rago – cuja formação intelectual alia História e Filosofia-, construiu nos últimos trinta anos uma sólida carreira, em que se destacam as obras *Do Cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil, 1890-1930* (1985) e *Os Prazeres da Noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930* (1991).

*A aventura do contar-se* é um estudo sobre a relação de si para consigo e para com o mundo de sete mulheres, que abarca as positivities desses trajetos, mas também as censuras e obstruções que os marcam. Referidas pelo prenome, numa escrita que desafia os formalismos acadêmicos – traço evidenciado por Seligmann-Silva no prefácio -, cada uma dessas personagens atua como uma linha de força pela qual acompanhamos a conjunção entre práticas de liberdade e desvio de modelos que conforma parte importante da configuração histórico-cultural do Brasil contemporâneo.

282

Quem são elas? As irmãs Amélia Teles e Criméia Schmidt, militantes do PC do B à época da Guerrilha do Araguaia, fundadoras da União de Mulheres de São Paulo, ativistas e membros da Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos da ditadura militar brasileira; Gabriela Leite que, vinda de uma família de classe média, estudante da Usp, faz uma inusitada opção pela prostituição e se torna líder da Davida, organização pioneira em promover a cidadania das prostitutas; Ivone Gebara, freira e teóloga que rompe com a Teologia da Libertação para reinventar a relação da mulher com a religião católica, criticando os dogmas patriarcais dentro do domínio religioso; Maria Lygia Quartim de Moraes, socióloga ativista da causa feminista que viveu a experiência da perda do marido (Norberto Nehring, militante da ALN e assassinado pelo Regime Militar em 1970) e do exílio em Cuba, Chile e França; Tânia Swain, historiadora, que sai do Brasil para estudar e que corre o mundo com a companheira, vivendo a atmosfera incandescente do feminismo da Paris dos anos 1970; por fim, Norma Telles, que desiste da segurança do casamento em 1968, adere à contra-cultura, suas turbulências e experimentações, enfrentando a questão do corpo (sentidos, emoções, sentimentos), a um só tempo engessada pelo conservadorismo da sociedade e relegada pelas teorias revolucionárias como “dilema pequeno-burguês”. Entre elas, em comum, argumenta Rago, há a dimensão profunda da “experiência de incômodo e inadaptação diante dos modelos tradicionais de feminilidade” (RAGO 2013, p. 36).

O que alimenta a rede traçada entre as representações das vivências individuais, as instituições políticas e os contextos mobilizados, é apontado,

com pertinência, por Seligmann-Silva, como *parrhesia*. Isso é, “uma verdade eminentemente política, que fere, provoca e desmonta o *establishment*” (RAGO 2013, p. 15). Com efeito, Em *Le courage de la vérité: le gouvernement de soi et des autres*, Foucault argumenta a respeito dessa prática que fundamenta a democracia. Esse “falar franco” ou “dizer verdadeiro” constitui-se como uma atividade que compreende uma dimensão de risco por aquele que o enuncia.

Trabalhando no limiar entre o discurso historiográfico, discurso feminista e autobiografia, M. Rago arrisca-se num duplo sentido.

Dada a natureza das relações históricas em que se conformam os modos de subjetividade de seres humanos do gênero feminino no século XX, a autora reconhece que a autocircunscrição do eu feminino que escreve sobre si emerge sob o peso de parâmetros tradicionalmente masculinos. Essa circunstância determina que esse tipo de escrita implique numa experiência de desvio do modelo identitário previamente estabelecido, isso é, uma quebra da expectativa socialmente aprovada e uma luta pessoal contra o normatizado. O que leva a pesquisadora a descobrir seu “objeto” em meio aos códigos normativos hegemônicos masculinos e na oposição a eles. Portanto, a primeira dimensão do risco assumido por Rago se desvela, justamente, na composição do corpus trabalhado. Operando a partir da chave aberta por Foucault e sua concepção de *escrita de si* – técnica e prática de autoconstituição ética e política individual-, Rago discute um conjunto heterodoxo de fontes (detalhadamente apresentado ao final do livro), composto de artigos, livros, processos penais e sobretudo, entrevistas gravadas por ela ou já publicadas. Ou seja, embora algumas delas tenham autobiografias publicadas (GEBARA 2005; LEITE 1992; 2009), a fonte documental é um engenho intelectual fruto de uma disposição teórica.

Rago promove uma reinscrição dos elementos narrativos dispersos por esse corpus fragmentado. Essa reinscrição é, como atenta Sellingman-Silva, *heterobiográfica*. Ao abordar a difícil relação entre lembrança, esquecimento e trauma na escrita autobiográfica, a autora promove a crítica das relações entre memória e história, afirmando o caráter fragmentário da primeira assim como seu poder de transformar a paralisia dos momentos difíceis em frente de luta. Todavia, e isso sofisticava o trabalho, a confecção do texto reorganiza os elementos narrativos, mas não os submete a uma narrativa linear. À fragmentação das “fontes” corresponde uma fragmentação do texto, de maneira que podemos dizer que o livro é dotado de uma estrutura rizomática. Recusando a saída mais simples – que seria tratar de cada experiência subjetiva em capítulos separados, recompondo sete trajetórias lineares- a historiadora opta por uma estruturação que além de garantir a capilaridade do texto, produz um interessante efeito historiográfico e textual que questiona a narratividade do gênero.

O que nos leva ao encontro da segunda dimensão de risco enfrentada. A autora desenvolve a historicidade das formas humanas femininas de maneira a desafiar a tradicional conformação historiográfica da dimensão política. Sendo verdadeiro que a historiografia dedicada à contemporaneidade tem cada vez mais abordagens que dialogam com uma “nova história” (representações, iconografia, cultura política), é igualmente verdade que, em grande medida,



a História Contemporânea se deixa confundir com uma história política presa de forma tradicional aos temas da vertente clássica (partidos, instituições, classes). Nesse horizonte, Rago abre outro ponto de vista, fortemente inspirado na posição foucaultiana em relação ao poder, ao saber e a História – *modo de ver* marcado, portanto, por rupturas, descontinuidades, recomeços contínuos definidos por lutas e relações de força. Sua pesquisa e escrita tomam como ponto de irrupção um entrecruzamento dos movimentos subjetivos e traumas pessoais com um momento violento e dramático da vida política nacional, a ditadura militar, e seus estilhaços pelas décadas seguintes. A costura é tal que, a partir das vivências de Criméia, Amélia, Ivone, Tânia, Gabriela, Norma e Maria, conduzidos pela verdade corajosa de que nos lembra Foucault, visualizamos uma história da ditadura militar, uma história do socialismo, uma história dos movimentos sociais e das lutas por direitos civis, uma história da violência policial, uma história do pensamento feminista e do feminismo no Brasil.

Enfrentando essa dupla condição de risco, Rago trabalha a tensão entre o sentido coletivo e o individual, entre o texto e o contexto, por meio de uma elaboração teórica e reflexiva que não tenta negligenciar as hierarquias que conformam uma cultura fortemente misógina. Ao contrário, ela concede visibilidade e força ao que a ela resiste, cedendo espaço para modos subjetivos não privilegiados pelo atual estado de coisas.

### Unir os pontos

284

A conformação do texto se dá por meio da divisão em três capítulos – “Experimentações”, “Cartografias” e “Um lugar no mapa” –, antecedidos por uma introdução que fornece o arcabouço teórico do empreendimento, em que à mencionada base foucaultiana soma-se uma inspiração deleuziana. O aparato construído a partir da interlocução com a obra dos dois filósofos gira em torno da dimensão ética-existencial projetada sob um fundo estético. A relação ético-estético estabelecida têm o mérito de não configurar um esteticismo e sim uma análise direcionada a compreender o sujeito como um artífice de si mesmo.

Com essa chave, M. Rago adentra pelo contexto brasileiro conectando-o ao ambiente intelectual mais amplo em que o feminismo constitui uma força discursiva que concorre para a redefinição da noção de feminino. Esse processo envolve ressignificações que não se reduzem a um embate contra o “machismo”. Ele exige uma revisão dos aspectos misóginos de nossa cultura. Tarefa para a qual a delimitação teórica procedida por Rago em “Balizas” mostra-se crucial, ao articular de forma delicada as reflexões teóricas a respeito da produção da individualidade nas sociedades modernas às temáticas abordadas pelos feminismos, por meio da problemática da linguagem e das formações discursivas autobiográficas. Como consequência desse tratamento teórico, como afirma Rago, “a experiência deixa de ser vista como autenticidade do vivido, como evidência de si mesma, assim como o discurso deixa de ser considerado como mera abstração conceitual, reflexo da realidade, a partir de uma oposição binária que hierarquiza teoria e prática, pensamento e ação” (RAGO 2013, p. 31).

Mobilizando estudos como os de P. Lejeune, J. Peneff, M. McLaren, N. Richard, L. Arfuch, B. Sarlo, C. Taylor, J. Starobinski, entre outros, Rago procura mostrar como se constroem "artes feministas da existência" argumentando que o modo de vivenciar o gênero é mediado por um sistema de representações discursivas. Logo, o emergir de modos de existir mais plurais e nuançados prescinde da diluição do padrão identitário socialmente aprovado. O esforço da autora será o de mostrar como a escrita de si, em sua dimensão psicanalítica e política, contribui para essa solvência pois permite a reorganização, a expressão e a transmissão das experiências vividas produzidas por caminhos subjetivos desviantes. Para desnaturalizar a própria padronização, Rago trabalha o material advindo das vidas das mulheres que estuda como invenções possíveis. Sem romantizar e tampouco deixar de dotá-las do brilho que lhes é devido, cada uma das trajetórias abordadas compõe, simultaneamente, um posicionamento crítico em relação ao presente e uma possibilidade desviante em relação às expectativas socialmente construídas para as mulheres. Isso é, em relação aos traços misóginos da cultura dominante, M. Rago trabalha o que há de singular no modo de ser feminino que cada uma das feministas constrói e contra o que esse modo se posiciona.

O texto se abre com as histórias de Amélia Teles e Criméia Schmidt, – nascidas no meio operário e filhas de um ativo militante do Partido Comunista, preso em 1964. Para elas, a atividade política militante de esquerda e o universo policial sombrio da perseguição política sempre estiveram presentes. Militantes do PC do B, ao final de 1972, são detidas e imediatamente submetidas às práticas de tortura. Suas reelaborações revelam, pela crueldade da violência sexual, física e psicológica que enfrentaram, o que significava torturar uma militante de esquerda. Mais do que uma postura política, os corpos femininos que ousavam participar da luta armada carregavam a maior traição: a destruição da família. A deturpação que ser militante opera na figura da mulher como mãe e esposa devia ser castigada, como consequência à desobediência aos códigos impostos ao gênero.

A trajetória de Ivone Gebara também se desvia do papel da mulher dentro da família, ainda que tornar-se freira seja uma opção aceita socialmente. Para Ivone, a vocação religiosa permanece incontestada. O mesmo não se pode dizer da relação de sua identidade pessoal com aquilo que se espera de uma religiosa. Aquela que se tornará uma freira feminista, muito precocemente, entende-se socialista e, como teóloga da libertação, atua em várias frentes pela formação de leigos e religiosos na luta pela igualdade e justiça social.

De forma análoga, embora bastante distinta, Gabriela Leite também se desviou da aliança entre mulher e família. E sua forma de desvio, tal como a vocação religiosa, está fortemente inserida na cultura brasileira. Registrada no nascimento como Otilia, Gabriela foi uma tímida estudante da USP. De origem modesta, sentindo-se isolada e sem lugar na efervescência da cidade de São Paulo, se encanta com um caminho "mais fácil, aconchegante e sensual": a prostituição. A ilusão de uma "vida fácil" logo se desfaz face aos preconceitos enfrentados e já em 1979, Gabriela Leite faz parte do primeiro movimento das prostitutas da Praça da Sé em São Paulo.

Para Norma Telles, após cinco anos de casamento e dois filhos, desviar-se das funções familiares teve um gosto de abertura de horizontes. Antes de se casar, ela teve a oportunidade de viver, no final dos anos 1960, entre França e EUA, o auge dos movimentos de contracultura, deixando-se marcar profundamente por essa experiência. Divorciada, segue para a Índia, e dedica-se a um tipo de formação que recusa a anulação dos sentidos e a renúncia ao prazer. O desvio de Norma Telles amplia a gramática política, chamando atenção para temas como o do corpo, da sexualidade e da subjetividade.

Por sua vez, Maria Lígia Quartim de Moraes vive a experiência do desvio como uma ruptura que ganha corpo na perda do marido e consequente exílio em Cuba, no Chile e na França. Vinda de uma família influente e culta, conduzida por suas posturas políticas, o impacto do golpe militar e da repressão ressoa para ela como necessidade de enfrentar o medo da violência do Estado Brasileiro.

Por fim, Tânia Swain, que se muda para Paris em 1974, entrando em contato com a vanguarda feminista francesa e também norte-americana. Tânia e Marie-France, sua companheira, entregam-se a um tipo de experiência bastante raro entre as mulheres brasileiras daquele momento: ser viajante. Ao deixar se levar pelo espírito da viagem sem um homem como acompanhante, sem um motivo, sem um destino traçado ou tempo cronometrado, Tânia Swain adquire o olhar que desfamiliariza.

286

Ao longo do livro, a autora irá destacar o processo de consolidação dos modos de subjetividade desviantes que estavam a ser construídos por essas mulheres e a relação deles com o cenário brasileiro, marcado, nos anos 1970 e 1980, pelo surgimento de grupos feministas em que militantes partidárias e marxistas se misturam às novas gerações, que defendiam questões de sexualidade e de violência contra a mulher. Nesse momento, afirma Rago, "as feministas buscavam criar um a linguagem própria, capaz de orientar seus rumos na construção subjetiva das mulheres como novos protagonistas sociais e políticos" (RAGO 2013, p. 118).

Ao descrever e a analisar a amplitude que cada "gesto de escrita" ganha, Rago nos oferece um retrato de como cada uma dessas mulheres se tornaram o que são. Em cada um desses percursos, a condição de desvio atrela-se à questão da resistência.

Ivone Gebara desvencilha-se de algumas concepções religiosas da teologia da libertação e assume o feminismo dentro da Igreja católica. O feminismo, para a religiosa, foi a ferramenta intelectual que a tornou capaz da crítica às formas pelas quais, em nome da libertação social, justifica-se uma outra exclusão: a que confina às mulheres ao mundo privado. Ao longo dos anos 1980, Ivone se torna conhecida como a "freira do aborto". Fortemente atacada pela mídia conservadora, acaba sendo punida com o "convite" a se retirar do país e seguir, em silêncio, os estudos de teologia na Bélgica. O que não a cala. Em suas obras, dedica-se a refletir sobre as consequências de pensar o mundo como mulher, tendo a Igreja como espaço de luta simbólica.

Por meio do trajeto de Amélia Teles, Rago mostra a historicidade e a ambiguidade da experiência da opressão para o gênero feminino, desvelada tanto

em relação às instituições tradicionalmente masculinas (partidos, sindicatos, igrejas), como em relação às divergências entre as mulheres (burguesas, proletárias, lésbicas, negras).

A irradiação do feminismo no Brasil enredeia-se à história de Criméia Schmidt, uma das poucas sobreviventes da Guerrilha do Araguaia que esteve grávida na prisão, onde dá à luz. Contra ela pesaram, além da violência do Estado, o descaso e negligência do Pcdob – que condenava relacionamentos afetivos entre os membros do Partido. Sem o apoio dos militantes, sem documentos e sem emprego, ao sair da prisão, a clandestinidade retira-lhe o espaço da vida. Resistindo e lutando, Criméia Schmidt se apegava à própria história, por um lado, e ao movimento feminista, por outro. A construção de uma “memória emblemática” do período da Ditadura Militar e a militância em busca da criação de um espaço de subjetividade propriamente feminino caminham juntos na construção da identidade dessa mulher em guerra contra o Estado, em nome dos desaparecidos, e contra a misoginia de uma cultura cuja violência atinge brutalmente às mulheres.

Maria Lígia Quartim de Moraes encontra seu espaço de resistência na formação intelectual. No exílio, dedica sua atividade acadêmica à elaboração do luto, mas também à busca de novas formas de interação social e política. Atuante na militância do feminismo de esquerda, seu trabalho é fundamental para alimentar uma mentalidade que combate, igualmente, a desigualdade entre homens e mulheres no mundo privado e a exploração social do trabalho no mundo público.

Tânia Swain volta ao Brasil trazendo na mala não apenas o arcabouço foucaultiano e derridiano como também as intervenções de trabalhos como os de Nathalie Z. Davis e Joan Scott. Dedicando-se à introdução do feminismo no mundo acadêmico, a pesquisadora vem contribuindo para engendrar reflexivamente novas formas de entendimento do feminino.

Norma Telles, munida da convicção de que a atuação feminina como artista e escritora contém uma desobediência e uma rebeldia em relação aos códigos morais, se dedica a encontrar e analisar trabalhos “desapareceram” na confecção das histórias literárias e das artes. Esse tipo de trabalho não é importante simplesmente para “provar” que existiam mulheres artistas e escritoras. O que está em questão é fornecimento de imagens, modelos, formas e referências plásticas que inspirem a conformação de outros modos de identificação femininos.

Gabriela Leite rompe quase todas as barreiras ao assumir a prostituição como atividade. Quase. Aquelas que ainda faltavam, ela ultrapassa quando assume o prostituir-se como um combate simultaneamente político e subjetivo. Sua atividade conjuga sexo e força e nessa medida, Gabriela orienta seu feminismo de forma a não compreender a prostituição como a transformação da mulher em mercadoria. Inicialmente, como ativista na Boca do Lixo, depois pela Associação de Prostitutas do Brasil, até a criação da Ong Davida, ela luta pelos direitos civis, trabalhistas, pela prevenção à aids para todas as mulheres, sobretudo aquelas em situação socialmente desvantajosa. A construção de si operada por Gabriela Leite é marcante. Como afirma Rago: “Nunca imaginei que se lançar na prostituição

poderia ter um final feliz, sem a tradicional regeneração ou a morte trágica do personagem, como nos romances antigos” (RAGO 2013, p. 178).

Finalmente, o livro cumpre sua tarefa ao dizer de forma verdadeira e corajosa acerca do exercício cotidiano da liberdade e da autonomia, mostrando-nos que alcançar e transformar a esfera pública exige uma configuração desviante e resistente de si mesma.

### **Referências bibliográficas**

FOUCAULT, M. **Le courage de la vérité**: le gouvernement de soi et des autres II. Cours au Collège de France, 1983-1984. Éd. Frédéric Gros. Paris: Gallimard; Seuil, 2009.

GEBARA, I. **As águas de meu poço**. Reflexões sobre experiências de liberdade. São Paulo: Brasiliense, 2005.

LEITE, G. **Eu, mulher da vida**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

\_\_\_\_\_. **Filha, mãe, avó, puta**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

# A hora da História das crianças

The Time of Children's History

BENJAMIN, Walter. *A hora das crianças: narrativas radiofônicas de Walter Benjamin*. Trad. Aldo Martins. Rio de Janeiro: NAU, 2015. 289p.

---

## Camila Rodrigues

camilatutameia@usp.br  
Pós-doutoranda em História  
Universidade de São Paulo  
Av. Professor Lineu Prestes, 338, Cidade Universitária - Butantã  
05508-000 - São Paulo - São Paulo  
Brasil

---

## Palavras-chave

Walter Benjamin; História cultural; História da historiografia.

## Keywords

Walter Benjamin; Cultural history; History of historiography.



Em 2015, a editora carioca NAU foi pioneira ao publicar em livro a tradução para o português de vinte e nove textos escritos e irradiados pelo filósofo germânico Walter Benjamin (1892-1940) em seu programa *A hora das crianças*, destinado aos alemãezinhos entre 1929 e 1932. Na orelha da obra, intitulada *A Hora das crianças: narrativas radiofônicas de Walter Benjamin*, a pesquisadora Rita Ribes Pereira lembra que parte do conjunto reunido no volume fora inicialmente traduzida para uso do Grupo de Pesquisa Infância e Cultura Contemporânea, da UERJ, e só depois se pensou na tradução completa dessa produção, a qual aqui temos acesso.

Na vivaz tradução do músico e germanólogo Aldo Medeiros, a edição conseguiu preservar a agilidade e a comicidade daquelas performances orais, e esse peculiar material chega enfim ao conhecimento amplo dos historiadores brasileiros, mostrando como um dos mais importantes pensadores do século XX conceituou as crianças de forma até então incomum. Ao tomá-las como interlocutoras legítimas no diálogo sobre cultura e sociedade, marca-se uma ruptura importante a ser considerada pela historiografia da infância.

Como Walter Benjamin ficou conhecido por ter pensado possibilidades para os *mass media* já na época do seu advento, não soa de todo estranho ter acesso a um material produzido por ele para o rádio no final da década de 1920, quando esta tecnologia era muito recente na Alemanha. Porém, segundo a nota à edição alemã, escrita em 1985 por Rolf Tiedermann, o volume nos apresenta alguns trechos de correspondência de época, nos quais o flagramos questionando a importância desses trabalhos radiofônicos, apesar deles terem mantido sua estabilidade financeira por um tempo.

290

No livro temos narrativas autônomas, que de antemão possuem em comum apenas o fato de terem sido produzidas como base para as apresentações orais na performance direcionada às crianças, figuras que, em geral, pipocam nos textos benjaminianos, mas cuja presença nem sempre é destacada pelos críticos. Quando organizadas para a publicação no volume, elas compõem oito pequenos grupos, nos quais a maioria dos textos versa especialmente sobre algum tema, como se forjassem capítulos, tornando mais agradável sua leitura.

Inaugurando o primeiro mote encontram-se dois textos, intitulados "O dialeto berlinense" e "O comércio de rua e as feiras na Berlim antiga e moderna". Neles, Benjamin propõe às crianças conversas sobre o modo de falar específico do berlinense e a linguagem nas feiras de Berlim, destacando como a oralidade pode abrir caminho para a percepção humorística da vida. O radialista discorre sobre uma conhecida série de histórias curtas e engraçadas repetidas pelos berlinenses há várias décadas, sugerindo que aquelas anedotas registrariam melhor o que se passava pelas mentes dos berlinenses comuns que viveram o cotidiano da cidade, algo que, naquele início do século XX, não era assunto para a História.

No segundo grupo temático encontramos cinco contribuições: "O teatro de marionetes em Berlim", onde o radialista conta aos pequenos como foi que os bonecos deixaram de ser objeto de diversão para crianças para virar artigo da alta cultura de adultos. Em "A Berlim demoníaca", a história contada é sobre como o escritor fantástico E. T. A. Hoffmann se transformou em um dos

melhores “fisionomistas de Berlim” no século XIX. Em “Um menino nas ruas de Berlim”, Benjamin confessa a profunda influência que recebeu da bela descrição da infância na autobiografia do já então desconhecido Ludwig Rellstab, que evocava alegremente seus dias de meninice.

Para fechar o grupo, o radialista leva seus ouvintes para passear pelas lojas de brinquedos da cidade em dois textos. Em um deles, expressa a problemática em se falar diretamente com muitas crianças pelo rádio e, ao descrever uma de suas excursões pelas lojas de departamento berlinenses, interrompe repentinamente a narração. Pede, então, aos pequenos receptores que parem de ouvi-lo por um instante, porque ficou com receio de que pudesse receber muitas cartas de pais com perguntas assim:

O senhor enlouqueceu ou o quê? O senhor não acha que já é suficiente que as crianças passem o dia choramingando, e agora o senhor vem colocar essas coisas na cabeça delas, contando de não sei quantos brinquedos, dos quais até agora elas graças a Deus não tinham ouvido falar, mas agora todas querem ter, e, além de tudo, de coisas que nem sequer existem mais! (BENJAMIN 2015, p. 65-66).

Ao se imaginar como mediador no choque cultural entre as crianças e os adultos, Benjamin considera que não possuía uma solução que aproximasse ambas as partes, mas argumenta com os pequeninos que, quando alguém entende de alguma coisa – como acontecia com ele e os brinquedos –, tanto maior será sua alegria em dividir este saber. Era isso que eles deveriam tentar explicar a seus pais, caso eles também estivessem ouvindo ocultamente o programa infantil e rejeitando seu conteúdo.

No terceiro grupo, temos quatro textos sobre economia e produção industrial. Em “Borsing”, ele aborda uma conhecida firma berlinense na época; em “Casernas de aluguel”, fala sobre as novas formas de moradia urbana que surgiam em Berlim no início do século passado; e em “Visita à fábrica de latão” se propõe a descrever, internamente, o funcionamento de uma fábrica, para encanto das crianças. Esses programas tratam de assuntos importantes para a Alemanha do início do século XX, mas eram temas impensados para conversas com crianças. O fato de eles comporem o mote do programa benjaminiano atesta que *A Hora das Crianças* não se furtava em assumir os pequenos como colocutores para tratar de assuntos vividos na atualidade.

Em meio a esse grupo, porém, encontra-se o programa dedicado a “Theodor Hosemann”, que é um caso diferenciado. Ele fala sobre um ilustrador que o autor-radialista supõe ser um nome desconhecido de seus ouvintes, mas que certamente seus pais o conheceram quando crianças, pois:

As publicações para jovens que Hosemann ilustrava naquela época adoravam impressionar as crianças com histórias comoventes, considerando que assim garantiriam seu bom comportamento. Talvez seja aí que tenham se enganado. As crianças querem evidentemente conhecer tudo. E, se os adultos só mostram a elas o lado bem comportado e correto da vida, elas logo vão querer conhecer o outro lado por si mesmas (BENJAMIN 2015, p. 99).

Nesse trecho, o radialista demonstra aos pequenos que possui certo conhecimento sobre seus anseios, diferentemente da maioria dos adultos.

Abrindo o quarto grupo temático do livro, com cinco textos sobre perseguidos e excluídos, começamos com "Os 'Passeios pelo Marco de Branderbugo' de Theodor Fontane", no qual Benjamin conta algo que, possivelmente, seus pequenos destinatários não sabiam: que os jovens do movimento *Wandervögel*, cansados da vida urbana, passaram a fazer caminhadas por Branderbugo e isso resultou em uma extensa série de anedotas recolhidas por Fontane no século XIX, que compõem versões peculiares da história do local.

Em "Processos contra bruxas", o radialista alerta que não tratará das malvadas personagens de contos de fadas, mas de feiticeiras pagãs que, ao longo dos séculos, se transformaram em vilãs perseguidas na História. Em "Bandoleiros na antiga Alemanha", Benjamin trata de um grupo de pessoas fora da lei, que foram responsáveis pela composição de certo desenho cultural berlinense com seus brados, códigos de ética, língua, entre outras peculiaridades. Em "Os ciganos", fala desse grupo que não só possui cultura própria como também se orgulha muito dela e se esmera em preservá-la, o que era duramente reprimido nas zonas urbanas até os primeiros anos do século XX.

No último programa do bloco, "A Bastilha, antiga prisão nacional da França", o radialista fala de uma das mais conhecidas prisões da História, para onde não eram levados apenas criminosos, mas sim todos os que eram malvistas pelo rei. Era, portanto, um instrumento de poder, e sua tomada em julho de 1789 representa uma forte reação a esse poderio.

292

Na quinta parte do livro, o narrador conta três histórias sobre figuras ilustres que se tornaram personagens de narrativas de mistério mundialmente conhecidas: a breve e emocionante biografia do matuto "Casper Hauser", que acabou sendo inexplicavelmente assassinado; em "Doutor Fausto", narra a assustadora história do homem faminto por conhecimento e que virou personagem literário de Goethe; e em "Caglioto" explora a história do famoso farsante esotérico que teria vivido na Europa do século XVIII.

No sexto grupo, Benjamin apresenta uma tríade de textos sobre malandros e impostores. "As fraudes em filatelia" trata de falcatruas com selos, que eram frequentemente falsificados no início do século XX e que poderiam muito bem ser objeto de interesse das crianças que ouviam o programa, pois naquelas estampilhas elas poderiam encontrar paisagens, ilustrações históricas, símbolos para compor sua sabedoria infantil. No próximo escrito, narra uma divertida viagem a "Nápoles", destacando, entre outras coisas, a forte presença da máfia italiana Camorra. Em "Os bootleggers", ao abordar a rede de contrabando de bebidas nos Estados Unidos, o autor e locutor coloca aos ouvintes um questionamento interessante:

Por que devemos contar estas coisas às crianças? Devemos falar a elas sobre impostores e criminosos que desrespeitaram as leis para fazerem fortuna em dólares e, pior, assim conseguem alcançar seu objetivo? Sim, esta é uma questão que deve ser colocada e eu ficaria com a consciência pesada se simplesmente chegasse aqui e ficasse contando histórias com

tiros de pistola disparados para todos os lados. Eu preciso dizer algumas palavras sobre as leis importantes e os grandes propósitos que constituem o pano de fundo das histórias em que os contrabandistas de álcool são os heróis (BENJAMIN 2015, p. 209).

Ao inserir a si mesmo na própria inquirição exposta à meninada, assume claramente seu desejo de introduzir a criança no diálogo e também na reflexão sobre as possibilidades e limites de suas experiências radiofônicas.

A sétima parte do volume traz cinco textos sobre catástrofes memoráveis, o que é curioso em se tratando de um programa para crianças. "A destruição de Herculano e Pompéia" narra histórias de desgraças conhecidas desde a Antiguidade. "O incêndio do Teatro de Cantão" fala de uma fatalidade acontecida na China do século XVIII, com o narrador discorrendo sobre a então grandiosa dramaturgia chinesa, que no século XX já se encontrava esvaziada de significados. Conforme nota da edição, a escolha da China como tema deveu-se ao início do conflito entre os comunistas de Mao Tsé-Tung e os nacionalistas do general Chiang Kai-shek em 1927, apontando a disposição do programa em inserir a meninada nos assuntos da atualidade.

Em "O desastre ferroviário da ponte do Rio Tay", ocorrido no Canadá em 1927, menciona-se a existência de um "programa da emissora" impresso, para ser folheado pelas crianças, no qual elas encontrariam imagens do acidente publicadas na época. Em "A enchente do rio Mississipi em 1927", o radialista trata novamente de acontecimentos nos Estados Unidos e promete contar em um programa futuro, que não sabemos se ocorreu ou não, a história da Ku-Klux-Klan, que teria sido a maior e mais perigosa sociedade secreta norte americana: "comparada a ela, as façanhas de todos os contrabandistas de whisky e todas as gangues criminosas de Chicago parecem brincadeira de roda" (BENJAMIN 2015, p. 265).

Para fechar o grupo, temos "O terremoto de Lisboa". Benjamin conta a história desta que foi uma das maiores catástrofes da Europa e também expõe claramente sua metodologia como radialista, explicando-a através de uma analogia bem compreensível a uma criança no começo do século XX:

Vocês alguma vez já tiveram que ficar esperando na farmácia, vendo o farmacêutico preparar uma receita? Ele pesa as substâncias e os pozinhos grama por grama com a ajuda de pequeninos pesos de metal, até chegar à dose certa para fazer o medicamento. Pois da mesma forma que o farmacêutico, assim faço eu aqui quando vou contar alguma coisa para vocês no rádio. Os meus pesos são os minutos, e eu preciso medir exatamente o quanto disso e o quanto daquilo vou usar para chegar à mistura correta (BENJAMIN 2015, p. 235).

Ao compartilhar com as crianças os seus cuidados no planejamento das peças radiofônicas, o radialista as faz sentir que são singulares e que também fazem parte da produção daquele programa de rádio, feito especialmente para elas.

No derradeiro grupo temático encontramos dois programas ligados diretamente aos interesses das crianças: "Histórias reais sobre cães", lembrando,

inclusive, que já existia um dicionário de cães famosos, narrando suas lendárias anedotas, sublinhando sempre a proximidade entre a garotada e os animais. Já em “Um dia maluco”, temos uma atração em forma de jogo de perguntas engraçadas na primeira parte e suas respostas curiosas a serem reveladas no próximo programa. Adaptar um tradicional jogo oral infantil ao rádio era uma forma de inserir os pequenos na nova tecnologia da época, mas também de aproveitar um conjunto de saberes e procedimentos específicos da criança para fazê-las participar a partir de coisas de seu interesse.

Muito além de ser apenas uma leitura agradável e divertida, a disponibilização deste material no Brasil é importante, pois apresenta traços mais fortes do grande interesse de Walter Benjamin por assuntos referentes às crianças. Mostra, ainda, que, ao enxergar os pequenos como pares legítimos no diálogo histórico-social, juntamente com eles ele pôde refletir sobre os assuntos de destaque em seu ideário filosófico, como arte, política, cultura, memória, história.

Afora a importância teórica para o historiador, essa rica publicação pode ser entendida, simultaneamente, como narrativa histórica e como fonte de pesquisa, permitindo que se sonde os fluxos de um novo ideário em relação à criança, que passava a ser vista como interlocutora legítima. É possível assim envolver-se na escrita de uma então esboçada nova História da Criança a partir do século XX.

# Entrevista

interview



# Do mundo como representação à multiplicidade das formas de representação do passado: uma conversa com Roger Chartier

From the world as representation to the multiplicity of forms of representation of the past: a conversation with Roger Chartier

---

## **Marlon Salomon**

marlonsalomon@gmail.com  
Professor do Programa de Pós-Graduação em História  
Universidade Federal de Goiás  
Avenida Esperança, s/n - Campus Samambaia  
74690-900 - Goiânia - Goiás  
Brasil

## **Raquel Campos**

raquelmcampos@gmail.com  
Professora do Programa de Pós-Graduação em História  
Universidade Federal Goiás  
Avenida Esperança, s/n - Campus Samambaia  
74690-900 - Goiânia - Goiás  
Brasil

---

**296** **Palavras-chave**  
Representação; Narrativa historiográfica; Roger Chartier

**Keywords**  
Representation; Historical narrative; Roger Chartier.

---

Autores convidados  
Recebido em: 1/12/2016

No final de setembro de 2014, Roger Chartier permaneceu cerca de dez dias na Universidade Federal de Goiás. O historiador francês veio ao Brasil por meio de um convênio que o Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) possui com a Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS) e a convite do professor Marcos Antônio de Menezes. Durante essa estadia, ele participou de inúmeras atividades. Proferiu a concorrida conferência de abertura do IV Congresso Internacional de História, organizado pelo professor Marco Antônio de Menezes no *campus* de Jataí da UFG – cerca de 800 pessoas lotaram as dependências do auditório para ouvi-lo. Fez a locução de abertura do VII Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em História da UFG e da PUC-GO, em Goiânia. Participou de reuniões acadêmicas e administrativas com estudantes e professores do PPGH.

Mas sua presença no PPGH não se restringiu à participação em atividades acadêmicas. Em consonância com sua antiga preocupação com a divulgação da história e de sua produção para além das fronteiras universitárias, o eminente historiador francês concedeu entrevistas para a mídia local. Participou do Programa *Conexões*, da TVUFG, e falou ao Jornal *O Popular* – o conteúdo dessas entrevistas pode ser confortavelmente encontrado na internet.

Foi no quadro dessas atividades e durante essa estadia que organizamos uma entrevista (que contou ainda com a participação de Carlos Oiti Berbert Jr.) com o professor do *Collège de France* e da EHESS, voltada, em grande parte, para questões e aspectos historiográficos de sua obra. Inicialmente, procuramos abordar a trajetória de sua formação intelectual, preocupados em compreender como ela conectou-se com as próprias transformações da historiografia do livro, da leitura e da cultura escrita. Em seguida, buscamos indagar-lhe sobre a história do conceito de representação (referências, matrizes, etc.) e de como e em que contexto intelectual este conceito introduziu-se em seu trabalho. Essa indagação nos conduziu a solicitar-lhe que explicitasse a importância e o estatuto das reflexões teóricas e metodológicas em sua produção. Essa questão nos levou a um triplo questionamento: sobre o problema do estudo da historicidade da literatura e das práticas ficcionais, particularmente, em relação àquelas que concorrem com o pensamento histórico na representação do passado; em seguida, sobre o problema dos saberes da literatura e a polêmica atual sobre o que deve ou não diferenciar a abordagem historiográfica do objeto literário daquela feita por outras disciplinas (como a teoria literária, por exemplo); depois, considerando que o problema das implicações das teses narrativistas para a história deixou de ter a centralidade que tivera no último quartel do século XX, tratava-se de saber o que, em sua perspectiva, veio a ocupar o centro das reflexões sobre as relações entre história e literatura. Na última parte de nosso diálogo, o debate se deslocou para questões historiográficas atuais: a emergência recente de trabalhos de historiadores escritores de ficções ou que trouxeram a forma ficcional para o relato histórico; e sobre a importância que o gênero biográfico assumiu recentemente no campo historiográfico. Finalmente, abordamos a situação da historiografia no debate cultural atual na França. Logo após a morte de Jacques Le Goff, em meados de 2014, a direção da Rádio *France*

*Culture* anunciou o fim do hebdomadário radiofônico *Les Lundis de l'Histoire* [As segundas-feiras da História]. O fim desse histórico e importante programa de promoção da cultura histórica e da produção historiográfica seria sintoma de algum problema no mundo dos historiadores ou no mundo dos dirigentes da cultura francesa? Essa pergunta permite pensar a própria situação do mundo intelectual francês no início do século XXI.

*1. Marlon Salomon: Gostaríamos, em primeiro lugar, de agradecer ao professor Roger Chartier por sua disponibilidade para participar dessa conversa sobre algumas questões relativas à sua obra. Gostaria de começar com uma questão sobre sua trajetória intelectual. Com isso, não se trata de solicitar um ensaio de ego-história em uma entrevista, mas gostaria de saber se o senhor poderia falar um pouco sobre a trajetória da sua formação intelectual, de como foi conduzido a se interessar pela história do livro e das práticas de escrita. O que era então essa história do livro? Lembro que em 1958 foi publicado o importante livro de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, "L'apparition du livre". Eu imagino que esse livro tenha sido um marco, uma referência importante na época. Como era essa história do livro na época em que o senhor se formou – uma época fortemente marcada, nós o sabemos, pela história serial, pela história quantitativa –, como ela foi se transformando e como ela se configura atualmente? Como ela passou de uma história do livro para uma história das práticas de escrita, depois para uma história das práticas de leitura e finalmente para uma história que se preocupa com a literatura?*

298

**Roger Chartier:** Quando comecei a estudar história, na École Normale Supérieure de Saint-Cloud, entre os anos de 1964 e 1969, vivia-se o momento da história cultural serial, quantitativa, estatística. Pensava-se então que, após a história demográfica econômica e a história social, podiam-se aplicar os mesmos métodos de análise aos fenômenos, às produções, às práticas culturais. Era o momento em que historiadores tão diferentes quanto Pierre Chaunu e Michel Vovelle compartilhavam esse programa, que Chaunu havia chamado de "história serial no terceiro nível", quer dizer, para além da economia, da demografia e da sociedade, as práticas e produções culturais. Eu havia começado a trabalhar, dentro dessa perspectiva, com dois professores da École Normale Supérieure de Saint-Cloud – um deles, Daniel Roche, é agora um amigo – e meu primeiro trabalho foi sobre a sociabilidade intelectual na cidade Lyon (porque nasci lá) e a Academia de Letras e Ciências de Lyon no século XVIII (CHARTIER 1969). E nesse trabalho, publicado em um livro coletivo, em 1969, havia toda essa dimensão de uma história estatística – não somente dos indivíduos que haviam constituído as formas de sociabilidade, não somente da Academia, mas também das lojas maçônicas e sociedades literárias, além de uma análise quantitativa de bibliotecas. E nesse momento começou a se formar a percepção – não somente minha, mas compartilhada – dos limites desse tipo de abordagem. Porque ela cartografava a propriedade do livro, permitia estabelecer para um indivíduo, para um grupo social ou para uma instituição o que eram os campos

dominantes de seu interesse, mas não dizia muitas coisas sobre a interpretação, a apropriação dos textos; quer dizer, começou-se a apontar que havia um limite nessa descrição. Além disso, havia a ideia de que essa história estatística, que suporia fontes massivas e repetidas, que permitiam estabelecer as curvas, as porcentagens, em um certo sentido estava escondendo ou apagando as singularidades individuais. E foi a partir desse tipo de reflexão que nasceu uma outra perspectiva – talvez mais voltada para os usos do que para as distribuições estatísticas, para a leitura, mais do que para as bibliotecas e os livros. E durante os anos 70 houve mais ou menos esse movimento, compartilhado também pelos fundadores dessa história quantitativa, serial e estatística. Há os livros de Roche (1982), de Vovelle (1975), que focalizaram destinos individuais e fontes como diários autobiográficos.

Em relação a essa perspectiva, você mencionava o livro de Henri-Jean Martin. Eu conhecia Martin porque ele fora diretor da Biblioteca Municipal de Lyon, antes de se tornar professor na École des Chartes. Eu o havia conhecido no momento desse meu primeiro trabalho sobre a Academia de Lyon e durante alguns anos eu havia participado do seu seminário na École Pratique de Hautes Études, em Paris – ele havia então abandonado sua posição administrativa na biblioteca municipal, em Lyon. E havia ficado algo dessa relação no projeto mais tardio, dos anos 1980, da *Histoire de l'édition française*, em quatro volumes. Graças a Martin, uma outra tradição inseriu-se aí: não a sociologia histórica dos *Annales*, deslocada da estatística para uma atenção a casos mais individuais, mas a tradição clássica da bibliografia, da história do livro, da história da edição. Martin fora o autor, em 1969, de uma enorme tese sobre livro, poder e sociedade em Paris no século XVII, na qual se encontram estudos sobre os livreiros, os impressores e também as bibliotecas (MARTIN 1969). O livro de 1958, *L'apparition du livre* (FEBVRE 1992), traduzido em todas as línguas, é o livro essencial para definir um campo de estudo que não existia dessa maneira anteriormente. Ele é quase um livro fundador. E tem um título particularmente mal escolhido, porque ele enfatiza a consequência da invenção de Gutenberg: o livro impresso. Há alguns capítulos sobre o livro manuscrito, mas o objeto do livro são as transformações religiosas, mentais, políticas que nasceram com a invenção de Gutenberg. Mas não se pode dizer que ele inventou o livro, porque os livros não apareceram com a imprensa. Minha relação com esse livro passou não somente por reconhecer sua contribuição para definir um novo campo de estudos, mas também por mostrar os limites implicados por esse título. Porque o livro em sua forma códice, que é o suporte do livro impresso, existia desde os séculos II, III, IV da era cristã. A era do códice se inicia na Antiguidade e perdura até hoje. Então, a invenção do livro-códice não se liga a Gutenberg, e sim à sua aparição – particularmente nos meios cristãos, mas não somente – entre os séculos II e IV, em substituição a uma outra forma de livro, que era o rolo dos antigos. Pode-se discutir se devemos qualificar o rolo de livro. Em inglês, não; aí há uma oposição total entre o *book*, que é necessariamente o códice, e *scroll*, que é o rolo. No francês e em muitas outras línguas, pelo contrário, se pode falar em livro ao tratar-se dos rolos dos gregos e dos romanos. Menciono

isso para dizer que uma forma de revisão da contribuição de Febvre e Martin foi voltar a atenção para a revolução – que não era somente uma revolução técnica como a de Gutenberg, mas também uma revolução morfológica – que fez passar do rolo ao códice e que talvez tenha uma importância maior que a invenção da imprensa. Mas tudo isso foi o contexto posterior, o contexto da revisão das categorias dominantes na tradição dos *Annales*. Era o momento, os anos 1970, de crítica externa dos *Annales*: a tradição italiana da história de Franco Venturi, que considerava que o conceito de mentalidade ou a análise estatística apagavam o mais importante: a força criadora das ideias; ou a crítica de Carlo Ginzburg – se me lembro bem, *Il formaggio e i vermi* é um livro de 1976, cujo prólogo é uma crítica sistemática da reificação que implica a história estatística em relação à singularidade das experiências individuais, ainda que se possam localizar no fenômeno coletivo, mas com a atenção focada em um caso, um arquivo, um indivíduo (GINZBURG 1976). Havia também esse livro de Geoffrey Lloyd, *Demystifying mentalities*, que é também uma crítica globalizante do conceito de mentalidades, seja para uma sociedade inteira ou para um indivíduo (LLOYD 1990).

2. M.S.: *Rancière, com A noite dos proletários [...] (RANCIÈRE 1988).*

300

**R.C.:** E com *Os nomes da história* (RANCIÈRE 1993). Havia esse contexto externo e também um contexto interno de crítica, na École des Hautes Études en Sciences Sociales, que procurava demonstrar os limites – e a importância também, evidentemente – desse tipo de abordagem que havia dominado, desde os anos 1950 até os anos 1970, 1980, a história cultural dos *Annales*. E daí esse projeto sobre uma história da leitura, projeto sobre uma visão mais global da cultura escrita: não somente os livros, mas também suas outras formas. E, para mim, houve duas influências fundamentais – e que cito muitas vezes. Em primeiro lugar, a tradição italiana de história da escrita, que começa com o saber paleográfico, a história das escritas. Um autor como Armando Petrucci é absolutamente essencial, porque obriga a considerar a totalidade da produção escrita de uma sociedade – não somente os livros, manuscritos ou impressos, como também todas as outras formas: epigráfica, manuscrita, pintada.

3. M.S.: *Lápides mortuárias...*

**R.C.:** Tudo isso. Para mim, a leitura e depois o contato com Petrucci foram uma maneira de deslocar ou situar a história do livro dentro da globalidade da história da cultura escrita. E uma outra referência fundamental, que citei ainda ontem, é Donald McKenzie, que considera que o saber bibliográfico pode se tornar uma sociologia dos textos, no sentido em que o mesmo projeto deve considerar a produção dos livros e dos textos, sua circulação e suas formas de apropriação, mas também o modo como a materialidade das formas de inscrição dos textos, em qualquer que seja o suporte, contribui com a produção do sentido. Era uma maneira de romper com a tradição segundo a qual o sentido está inscrito no

funcionamento linguístico do texto. Em um objeto escrito há vários elementos que definem seu status, sua percepção e a construção de seu sentido por parte do leitor.

Então, eu diria que, para mim, foram esses dois elementos: por um lado, a crítica interna da tradição dos *Annales* e, por outro lado, a leitura das críticas gerais do modelo da historiografia francesa, ou, mais precisamente, essas contribuições da bibliografia anglo-saxônica, isto é, inglesa, americana e, no caso de McKenzie, da Nova Zelândia e Austrália – que é um campo particular do estudo do livro, que se utiliza da técnica clássica da bibliografia material, mas para abordar a construção do sentido dos textos. E, além dela, a tradição italiana, que obriga a considerar não somente o livro, mas outras formas escritas; não somente a literatura, mas todas as formas da escrita ordinária, cotidiana; e a mostrar as homologias que podem existir entre elas.

4. *M.S.: Uma pergunta dividida em duas. Como, a partir daí, o senhor chegou ao conceito de representação? Em que momento há essa aproximação, o que estava em jogo nela, nesse momento em que o conceito de representação se colocou? Junto a isso, talvez fosse interessante que o senhor retomasse um pouco a análise das críticas que foram feitas ao emprego do conceito de representação, na história cultural, vamos dizer assim. Em geral, podemos dizer que as críticas dirigidas a esse conceito partem do pressuposto de que o conceito de representação é um conceito platônico: de um lado, há o real, e de outro lado, a representação. Parece-me que essa seja uma crítica, como se pode perceber, ingênua do conceito de representação, já que, tal como o senhor o emprega, ele não tem absolutamente nenhuma relação com isso. Daí um desdobramento da questão: esse conceito de representação que se cruza com a história cultural, qual é sua relação com o conceito de representações sociais dos fundadores da sociologia – E. Durkheim, L. Lévy-Bruhl, M. Halbwachs, M. Mauss, etc.? Porque eu me lembro exatamente que A. Koyré, em um texto da década de 1940, dizia que para a sociologia, para as ciências humanas nascentes no final do século XIX e início do século XX, as representações sociais são a própria realidade; a realidade que estudam e a que se dedicam as ciências humanas são as representações (KOYRÉ 1945, p. 290). Então, qual é a relação desse conceito, que é retomado nos anos 1980, com a tradição da escola sociológica, vamos dizer assim, que aproximações, que distanciamentos, que percursos e filiações podem ser traçados? E também gostaria de indagar se boa parte dessas críticas feitas ao conceito de representação não decorre de um desconhecimento do trabalho de Louis Marin – que me parece ter tido uma importância fundamental aí e que no Brasil teve apenas um título (MARIN 2000), salvo engano, traduzido até hoje, que é muito pouco comentado. Eu não me lembro, por exemplo, de ter tido um professor que tenha falado de Marin, não me lembro de nenhum colega meu ou historiador brasileiro que o tenha citado...*

**R.C.:** Há aqui o risco de uma reconstrução retrospectiva, lógica, perfeita, teleológica, mas as coisas não acontecem dessa maneira – e essa é a razão pela



qual não tenho muita confiança no gênero da ego-história: ele implica que você reconstrua como necessária e singular o que foi muitas vezes o resultado de acasos e de trabalhos coletivos. A primeira vez, eu acho, que utilizei essa noção foi como o título desse artigo dos *Annales*, "Le monde comme représentation" – era um jogo com Schopenhauer –, dentro do contexto do que, naquele momento, os diretores dos *Annales* qualificavam de "virada crítica" (CHARTIER 1989, p. 1505-1520). Eram os anos 1989, 1990, não me lembro bem da data – é normal para um historiador dos *Annales* não se lembrar das datas –, mas foi nesse contexto. E, se poderia dizer, para imediatamente rechaçar as interpretações idealistas ou platônicas do conceito, que uma de suas fontes mais importantes foi a sociologia de Pierre Bourdieu. Eu havia começado a conhecer e a colaborar esporadicamente com Bourdieu a partir de 1985 e 1986. Em *A Distinção*, as lutas de representação, identificadas como lutas de classificação, são fenômenos sociais essenciais na construção do mundo social (BOURDIEU 1979). E ninguém vai considerar que Pierre Bourdieu seja um pensador idealista ou platônico. Dessa maneira, esse conceito de representação se encontrava imediatamente ligado à sociologia mais sociológica, articulando os esquemas de julgamento, apreciação, percepção, que constituem o *habitus* de um indivíduo e que são a incorporação, no indivíduo, do mundo social tal como ele ou ela o experimentaram. E ao mesmo tempo em que são resultado, estas representações são também produtoras, porque definem, em cada momento da experiência social, limites, fronteiras, classificações, identificações. E, para Bourdieu, lutas de classificação e lutas de classe não poderiam ser separadas, donde o papel fundamental da representação.

302

A construção desse conceito se explica pelo fato de que o próprio Bourdieu estava intimamente ligado a essa tradição que você lembrava: de Marcel Mauss e Durkheim, da sociologia francesa de *L'Année Sociologique*, de finais do século XIX e começos do XX. Bourdieu editou os livros de Mauss, em sua coleção nas Edições Minuit. Havia aqui uma primeira filiação, de representações coletivas como incorporação do mundo social e como criadoras do mundo social. Mas, da perspectiva histórica, parecia-me interessante cruzar essa primeira referência com a referência a Louis Marin, que era também uma figura intelectual importante, discreta e ao mesmo tempo difícil de traduzir – Marin tem uma língua sutil. Ele usava o conceito de representação o mais próximo possível de seu sentido no século XVII: a representação é aquilo que um poder ou um indivíduo ou um grupo social dá a ver de si mesmo. Daí, com Marin, todas as possibilidades de identificar as raízes, desde Pascal ou os moralistas do século XVII, da representação como dirigida à imaginação. E Marin era um dos mais importantes historiadores a analisar Pascal e o jogo da representação que dá a crer o que existe e o que não existe. É o caso do texto de Pascal que eu citava outro dia: os médicos ou os juízes que precisam da representação no sentido de *montrer*, de mostrar algo, de uma identidade que pode ser também uma ilusão. Mas como a imaginação está sempre vulnerável a essa ilusão, o que se encontra aqui é o funcionamento social. O que se poderia pensar, em termos da

sociologia de Bourdieu, como o elemento desta representação que um grupo se dá de si mesmo e dos outros; era um elemento essencial para compreender como se formavam identidades e, inclusive, classes sociais. O primeiro livro de Luc Boltanski sobre os executivos, *Les cadres*, era fundado nessa ideia: dizer que havia uma grande variedade de ofícios, de posições sociais, de lugares de exercício do trabalho, mas que a unificação disso através de um estilo de vida, de uma representação dada por esses indivíduos que pertenciam a ofícios diversos e que, entretanto, partilhavam uma maneira de viver, de morar, o estilo de vida e o gosto, os quais impunham, finalmente, a realidade da classe executiva: sindicato, reconhecimento nas estatísticas do Estado, classificação sócio-profissional (BOLTANSKI 1982). Os executivos foram se inventando. Me parecia um modelo interessante também para pensar historicamente o fracasso desse mesmo tipo de empreendimento. Na França de começos do século XVII, o mundo de juristas, advogados, administradores – que eram membros do *Tiers État* [Terceiro Estado], como os camponeses ou artesãos – queria estabelecer um quarto Estado ou estamento, mas fracassaram porque havia uma definição jurídica da sociedade dividida em *oratores*, *bellatores* e *laboratores* (os que oram, que combatem e que trabalham) – as três ordens do feudalismo, como havia escrito Georges Duby (1994) –, que não o permitia, ao passo que uma sociedade democrática permite uma forma de maleabilidade do social. Então esse era o segundo sentido, que poderia conduzir ao terceiro sentido, seguindo-se também a Marin, em seu enfoque da representação do poder e do poder da representação. O poder da representação estava comprovado pelas múltiplas formas de representação do poder e aqui havia um sentido mais tradicional da representação como o que representa aos outros: pode ser o rei, podem ser os deputados, pode ser uma instância abstrata. Mas a noção, com essas referências de Bourdieu, Durkheim e Mauss, de Marin e Pascal, e o sentido mais político, por exemplo de Kantorowicz, permitia evitar o que havia de limitado na noção de mentalidade e articular várias formas de história. Essa é a razão pela qual eu havia pensado que esse conceito podia ser útil em vários contextos. Daí evidentemente o rechaço de uma visão das representações que é o alvo das críticas que você mencionava: a representação nos afasta da realidade social, ela nos afasta da verdade histórica – que é o tema desenvolvido nos últimos anos. Podem existir usos do conceito de representação passíveis efetivamente de crítica, mas se se pensa na origem do conceito, em sua trajetória, se vê que não somente ele não nos afasta da realidade social, porque ele a constrói [...]

5. M.S.: *Ele é a própria realidade social.*

**R.C.:** Sim, ele é a própria realidade social e não nos afasta da verdade objetiva, porque é justamente o deciframento das representações mitológicas que pode mostrar que, detrás dessas representações, as realidades sociais são diferentes. Assim, a análise aproxima-se do que foi – o que permanece sendo a tarefa fundamental do historiador.

6. M.S.: *Carlos, me parece que você tinha uma pergunta justamente sobre "O Mundo como representação".*

*Carlos Oiti Berbert Jr.: Existe um desdobramento possível na pergunta iniciada pelo professor Marlon. Gostaria de falar de um livro clássico do senhor, "A História Cultural, entre práticas e representações" (CHARTIER 1988). Este é um livro que, no Brasil, lhe deu reconhecimento e instigou uma série de pesquisas. Entretanto, muitos leitores brasileiros não estão a par da trajetória que o senhor desenvolveu no decorrer de todos esses anos, pois a meu ver o seu trabalho envolve teoria da história – limites e possibilidades do conhecimento histórico – de um lado, e, de outro, uma história da leitura, que estão profundamente relacionados. Quais seriam os elementos que marcariam algumas mudanças ou permanências em relação a essa obra clássica que o senhor escreveu na década de 1980?*

**R.C.:** Sim. Para tratar disso, começemos falando de meus interesses mais recentes. Parece-me que o que me interessou cada vez mais, dentro do marco definido por esse conceito de representação, foram as concorrências na sociedade entre várias formas de representação do passado – porque, finalmente, não sou sociólogo, então essas são as representações mais evidentes que posso considerar – e aqui abre-se todo um campo de reflexão. Nunca trabalhei com memória, mas fui, como muitos, um leitor de Ricoeur. Um de meus objetos de reflexão e de pesquisa foi a concorrência entre representações do passado através da ficção e representações do passado no trabalho historiográfico. Então, havia esse deslocamento para as representações do passado em uma dada sociedade – pode ser a nossa sociedade, mas também aquela do século XVII ou do XIX. E talvez o segundo deslocamento consista em que, embora seja útil desenvolver uma reflexão teórico-metodológica, devemos, não obstante, produzir algo com essa reflexão.

Como um exemplo dessa concorrência, em uma mesma sociedade, de dois discursos sobre um acontecimento, eu escrevi um estudo sobre uma comédia de Lope de Vega, *Fuenteovejuna* [*Fonte das ovelhas*], que se fundamentava em uma crônica histórica.<sup>1</sup> Analisei o trabalho de distorção, transformação operado por Lope de Vega para sua comédia em relação à fonte por ele utilizada – que era essa crônica, na qual é narrado o mesmo evento, uma rebelião de camponeses contra o tirano do lugar. É um exemplo de articulação, concorrência, transformação de um mesmo evento ou acontecimento através de duas formas de sua representação. Evidentemente, não podemos pensar que a crônica seja o próprio acontecimento; a própria crônica é uma representação e deve ser decifrada como tal. Mas para fazer uma obra estética com seu próprio efeito ou projeto, evidentemente Lope distorce, transforma o que havia lido na crônica. Eu havia feito a mesma coisa a respeito de Shakespeare, que utiliza as crônicas de Holinshed para as peças históricas. O exemplo para lê-lo era a rebelião de

---

<sup>1</sup> "Représenter. Fuente Ovejuna" (CHARTIER 2014, p. 43-89).

Jack Cade, de 1450, que se encontra na segunda parte de *Henrique VI*. Aqui também se trata do mesmo jogo: como a obra shakespeariana se refere à crônica de Holinshed e, ao mesmo tempo, como Shakespeare vai misturar, em sua representação do evento, vários momentos históricos totalmente separados. Eu procurei fazer um tipo de trabalho dessa natureza, textual e histórico, mas que mobiliza o conceito de representação. E por outro lado, na perspectiva de Petrucci, me interessei cada vez mais pelas continuidades e as homologias entre o que chamamos literatura e outras produções escritas na mesma sociedade. É uma reflexão que pode conduzir à historicidade ou historicização dos conceitos – com o livro sobre *Cardênio*, a peça perdida de Shakespeare inspirada pelo *Quixote* de Cervantes, ou com outros textos, pretendi mostrar a descontinuidade no regime de produção da ficção (CHARTIER 2011). Evidentemente, um conceito como literatura deve ser utilizado, mas devemos sempre pensar que ele é um produto histórico – entende-se como literatura uma criação original, de um autor singular e que é proprietário de sua obra. Esses três elementos não existiam, de modo algum, ou pelo menos semelhante, nos séculos XVI e XVII. A escrita era muitas vezes resultado de uma colaboração; a invenção, dentro da imitação, não é a originalidade romântica; e quem é proprietário do texto é o livreiro-editor, e não o autor. Em outras palavras, os três conceitos que para nós definem a literatura – propriedade intelectual, singularidade-originalidade da obra e nome de autor – não existiam de maneira idêntica.

Então, eu queria introduzir na reflexão a profunda descontinuidade histórica e isso me mobilizou nos últimos tempos – considerando também essa ideia de que talvez, particularmente na França, houvesse uma tendência de substituir a história pela historiografia. É interessante estudar a história como um objeto, mas me parece que devemos também nos mobilizar para, como historiador e particularmente historiador da primeira época moderna, produzir análises diferentes, originais de fenômenos históricos. Essa é a razão pela qual sempre me parece útil ter, em meus livros, reflexões teóricas, metodológicas, historiográficas – e estudos de caso. Voltamos à origem: Martin. Estudos de casos, mas mais bem equipados, se pensarmos que se deve estudar não somente os textos em sua dimensão textual, mas também as formas materiais de sua inscrição e circulação e, se for possível, as formas de sua apropriação e interpretação. Dessa maneira, torna-se possível fazer análises um pouco diferentes ou mais ricas do que o que se fez tradicionalmente.

Recentemente, como eu comentava com o Marlon, escrevi sobre Las Casas, sobre o livro famoso *La Destrucción de las Indias*, porque esse é um texto paradigmático para esse tipo de abordagem, no sentido em que foi traduzido em todas as línguas e no sentido em que cada contexto de sua publicação lhe dava um sentido novo, como se cada um pudesse ser os índios, uma vez que tivesse como inimigos os espanhóis (CHARTIER 2015, p. 107-142). Assim, os protestantes dos Países Baixos, os ingleses ameaçados pela Invencível Armada, os venezianos em conflito com o Papa no começo do século XVI, os catalães durante a rebelião dos Segadores de 1640 e, finalmente – paradoxo supremo – os *criollos*, que eram os herdeiros dos conquistadores. Eles utilizavam Las

Casas, que foi novamente publicado em espanhol nos começos do século XIX – em Bogotá, Guadalajara, México e também, em espanhol, em Londres, Filadélfia e Paris – como o manifesto da independência e do risco de que os *criollos* fossem os novos índios, destruídos pelo mesmo exército que havia destruído os índios. É um exemplo. E por que é possível fazer esse tipo de análise? Porque se vê que há aqui dois problemas: o problema da tradução – embora geralmente o texto esteja traduzido sem particular adaptação – com a transformação do sentido pelos elementos textuais preliminares, já que muitas vezes há prólogos, prefácios, que explicam por que o texto tem uma relevância em vários contextos; e também o problema da materialidade, porque estudei todas essas questões utilizando as primeiras edições de cada tradução. Então, história do livro, história do texto e história do contexto se vinculam e me parece que pode ser uma contribuição interessante para um texto que geralmente é comentado a partir de sua primeira edição e de sua função tão importante como elemento da *leyenda negra*. Entre parênteses: descobri que nunca se utilizava essa expressão “*leyenda negra*” durante os séculos XVI e XVII – a realidade sim: a descrição das crueldades, das tiranias dos espanhóis. Porém foi só no começo do século XX que um autor espanhol, Julián Juderías, e para denunciar os que haviam construído a “*leyenda negra*”, a utilizou pela primeira vez. Mas não como uma denúncia, e sim como uma denúncia da denúncia. Seriam esses alguns dos deslocamentos mais recentes no interior do meu trabalho.

306

Não há necessariamente uma coerência, tudo isso é também o resultado de oportunidades – que começam com as oportunidades da documentação. A partir do momento em que passei a ser professor-visitante na Universidade da Pensilvânia, houve duas coisas. Por que razão eu pude começar os estudos sobre Las Casas? Somente porque, em uma biblioteca, havia todas essas traduções. E por que havia todas essas traduções? Porque um colecionador americano apaixonado por esse e por outros dos primeiros textos sobre a América havia doado sua coleção à biblioteca da Universidade. Mas em Paris, em Madrid, você não poderia encontrar a totalidade desse *corpus*. E lá faltava somente uma edição, que de toda maneira eu não poderia ler: a tradução holandesa, que foi a primeira de todas as traduções. Mas se vê que foi por uma casualidade. Se eu tivesse sido professor – não sei – em Dallas, não teria havido essa oportunidade. E eu nunca teria escrito esse estudo sobre Las Casas. E por que eu desenvolvi muitos estudos sobre Shakespeare, que pôde conduzir ao livro sobre Shakespeare e Cervantes? Porque, na Universidade da Pensilvânia, o grupo mais interessado no que discuto – textos, livros, leituras, apropriação, materialidade do texto – é fundamentalmente o grupo dos críticos shakespearianos. Donde uma tradição da Universidade – e ela é tão forte que há uma biblioteca, dentro da biblioteca, exclusivamente dedicada a Shakespeare e ao mundo elisabetano, o que transforma as condições do trabalho. Não devemos pensar que o trabalho intelectual é puramente um trabalho ideal; há condições materiais. Seria impossível fazer o livro sobre Cardênio se eu estivesse na França, porque nenhuma biblioteca compra tudo o que se publica sobre Shakespeare – a cada dia, suponho, a metade desta sala poderia ser ocupada por novos textos



sobre Shakespeare. Na Pensilvânia, sim, se faz isso. Havia uma documentação extraordinária que se podia consultar imediatamente. Então, devemos introduzir esse elemento que uma história intelectual pura apaga.

*7. Raquel Campos: Aproveitando a pergunta do professor Carlos Oiti sobre a relação entre uma prática historiográfica e a reflexão sobre a disciplina da história, eu gostaria, em um primeiro momento, de fazer uma questão sobre a escrita da história da primeira modernidade – que é o seu objeto de estudo. Um de seus objetos privilegiados é a literatura. O senhor acabou de reiterar e sempre reitera a necessidade de uma abordagem histórica da literatura, que considere, por exemplo, que o conceito de literatura, tal qual nós o entendemos, não existiu sempre, mas apenas a partir do século XVIII. Pensando especificamente na sua abordagem, o senhor sempre insistiu na necessidade de associar análise dos objetos e das práticas, segundo as contribuições da história cultural, à crítica textual, rompendo com uma certa divisão social do trabalho, segundo a qual aos historiadores e sociólogos caberia o estudo da recepção e dos usos das obras, enquanto os literatos se ocupariam da gênese e da interpretação dos textos. Há alguns anos, essa questão foi retomada em um número dos Annales sobre "Os saberes da literatura", organizado por Antoine Lilti e Étienne Anheim (ANNALES 2010). Na Introdução desse número, eles recolocaram essa ambição de que os historiadores não permanecessem no exterior dos textos, interessados pelas instituições literárias, pela história social e política dos autores e pelas condições de publicação e leitura (ANHEIM 2010, p. 253-260). Acontece que esse número dos Annales suscitou uma grande polêmica entre os próprios historiadores que estudam literatura, e uma das críticas feitas foi a da perda da abordagem histórica, pelo superdimensionamento da crítica textual. Daí a minha questão: até que ponto a sorte de uma abordagem historiográfica da literatura estaria suspensa à permanência dessa divisão entre historiadores que estão "fora do texto" e os literatos que se ocupam do texto? A partir do momento em que o historiador "adentra o texto", não se sente que aí mesmo se perde a especificidade de sua contribuição para uma abordagem histórica da literatura?*

307

**R.C.:** Em primeiro lugar, me parece que o problema dos "saberes da literatura" – isto é, da capacidade cognitiva da literatura – tem a sua singularidade. Esse é o tema também de Carlo Ginzburg em *Le fil et les traces*, em que ele considera não tanto a forma literária da escrita da história, mas sim a capacidade de conhecimento dos textos literários (GINZBURG 2007). Esse é um tema em si mesmo, porque se trata de saber que tipo de conhecimento é proposto pela literatura, se seria um conhecimento mais histórico que a história – como na reivindicação da tradição judaica de que a relação verdadeira com o passado é uma relação ritual, e não aquela da historiografia. Era o sonho dos autores que você conhece, do século XIX, que podiam afirmar que a relação literária com o passado – comprometida, íntima, dinâmica – era mais forte do que a inércia da crítica erudita dos historiadores. Ou, então, seria um outro tipo de saber,



não se trataria de uma substituição de um pelo outro. Essa é uma questão não totalmente separada da outra dimensão mencionada, que seria o que significa uma abordagem histórica da literatura.

Eu gostaria de dizer que, salvo o momento da crítica estruturalista, semiótica, do *New Criticism* da América dos anos 1930 e 1940, da *Nouvelle Critique* de um pouco depois, toda forma de abordagem da literatura – inclusive por parte de historiadores da literatura que rechaçavam a história – foi histórica. A tradição mais clássica necessariamente é histórica. O que está em discussão hoje é quais são os instrumentos mais adequados para essa abordagem. Efetivamente, havia uma reticência, particularmente na França, da crítica literária contra a abordagem de tipo histórico, sempre considerada como sociológica ou bibliográfica. Como disse você: “fora do texto” – que seja considerado como útil ou como sem interesse, mas sempre era “fora do texto”, como se vê nas análises de Antoine Compagnon. Quando eu me candidatei ao *Collège de France* – ou melhor, ninguém é candidato ao *Collège de France*, mas se deve encontrar alguns dos colegas antes da eleição – eu encontrei um crítico literário, Michael Edwards, que agora está na Academia Francesa, e ele me disse: “Sim, você se interessa por tudo o que está ‘em torno do texto’; eu me interesse pelo texto”. Era uma ilustração perfeita de “fora” e “dentro” – esses historiadores da literatura não consideravam como realmente muito importante todo esse contexto, porque faziam um tipo de análise interna de Molière, Shakespeare.

308

Só que essa é uma posição que, por exemplo, não faz nenhum sentido na crítica ou na filologia espanholas sobre Cervantes, o Século do Ouro, a picaresca; e tampouco no mundo dos estudos shakespearianos. A ideia de que cada um com sua própria ferramenta ou conhecimento está “fora” ou “dentro” do texto” coloca de imediato um problema: onde está o limite? Porque se se aceita a ideia da materialidade dos textos, o que alguns consideram como “fora” – a encadernação, a tipografia, a *mise-en-page*, a inscrição gráfica e ortográfica dos textos – para outros, e não necessariamente historiadores, mas também críticos literários, é considerado como estando “dentro”, como algo que pertence ao texto. Dessa maneira, a própria fronteira é bem menos clara. Me parece que no caso francês se estabeleceu uma reticência maior contra a ideia de que cada um – crítico literário, historiador ou especialista de bibliografia – pode contribuir com uma análise do texto nas suas formas de inscrição ou recepção, porque lá há sempre essa obsessão da redução sociológica ou da história material sem grande interesse. Mas, o que se passaria quando se entra “dentro do texto”, qualquer que seja a pessoa que o faça? O que acontece?

Para mim, ninguém pode ter todas as competências, saberes, referências, que seriam idealmente necessárias. Mas, se se entra no texto, se entra também em uma profunda historicidade. Pois o que é fazer uma análise textual? É reconhecer que tipo de poética, que figura da retórica foi mobilizada. Nada mais histórico do que a transformação da poética, a hierarquia dos gêneros, a definição dos gêneros. Ou nada mais histórico que as retóricas sucessivas que podem ser como que o padrão ou a matriz da criação literária. Ou nada mais histórico do que as maneiras de conceber os textos, como por exemplo, fontes

de lugares-comuns no período do Renascimento ou como o encontro com uma subjetividade singular no tempo do Romantismo. Dessa maneira, me parece que a historicidade não é somente a da materialidade ou a da recepção; ela é também a historicidade de elementos que são o mais textuais possível. Um historiador não necessariamente domina o saber necessário para essa forma intrínseca de historicidade, mas focar o funcionamento do próprio texto não é abandonar uma perspectiva historicizante. Daí também as muitas reações que existiram no campo da história da literatura contra essa ortodoxia linguística ou semiótica dos anos 1960. Eu mencionava ontem a teoria da recepção alemã, a *reading-response theory* na perspectiva da fenomenologia ou finalmente o *New Historicism*. O que seria objeto do diálogo, e talvez da tensão, entre essas várias perspectivas, seria o que é a leitura e o que é o texto. É possível separar uma obra dos vários estados textuais? Ou considerar que a pluralidade das práticas de leitura deve ser apagada, como no caso da teoria da recepção, em favor de um leitor ideal, hermeneuta, e que busca sempre o sentido?

Cada vez mais estou convencido de que evidentemente existem tradições diferentes – a universidade está construída a partir da diferença das disciplinas –, mas, em relação a uma perspectiva desse tipo, não vejo uma diferença tão forte entre as tradições disciplinares. Talvez porque na minha experiência com a crítica filológica espanhola ou com o mundo shakespeariano essas diferenças não sejam tão importantes. Não se pergunta a uma pessoa se ela tem um passaporte de historiador, bibliógrafo ou de crítico literário, mas sim o que ela pode mobilizar para compreender o texto em todas as suas dimensões, desde a produção até a recepção, desde a retórica ou a poética até a inscrição na materialidade do objeto. E algumas vezes, há até mesmo uma inversão! Tenho dado cursos com Peter Stallybrass, que é um crítico literário shakespeariano, e muitas vezes ele é muito mais histórico do que eu, porque em Shakespeare há criações poéticas que, em um certo sentido, se afastam da estética de seu tempo. Então, os estudantes divertem-se em ver que o crítico literário mostra-se tão historiador, em um sentido mais material, enquanto que eu estou sempre defendendo que a escrita de Shakespeare não é tão má. Porque há a tendência de se reduzir as singularidades, de procurar localizar o que é uma forma excepcional dentro de todo o constrangimento que Shakespeare compartilhava com os outros. Depois, coloca-se o problema de saber por que Shakespeare e não Marston ou Fletcher.

A questão da construção do cânone é uma questão que vai no mesmo sentido, porque por um lado é uma construção de instituição, de seleção, começando com os livreiros-impressores de Londres, que decidiram publicar um *folio* de Shakespeare e não de outros autores – salvo Ben Jonson, que havia decidido ele próprio reunir suas obras, antes de Shakespeare. Eis aí uma canonização pelo mercado ou pela edição. Depois há a canonização pela crítica, pela escola. Há muitos fenômenos sociológicos, institucionais que se podem estudar, mas a diferença aqui é se há ou não uma obra que permita essas reapropriações. E devemos entrar no texto para entender por que coisas tão particulares a um tempo podem adquirir um impacto universal. É uma discussão, porque se vê aqui

que as duas coisas, dentro e fora, vão de par, não se podem separar. Talvez hoje haja um abuso também dessa discussão, porque todo colóquio é sobre história e literatura. Me parece útil que seja assim, mas talvez pudéssemos deslocar um pouco os termos, por exemplo como você dizia em relação à literatura.

Essa é uma questão à la Foucault: estamos prisioneiros de um vocabulário que trai a descontinuidade histórica. E evidentemente podemos pensar, como o fazia Foucault, que havia sexo antes da sexualidade, loucos antes da loucura e talvez literatura antes da literatura. O problema é que devemos utilizar essas palavras sabendo que são historicamente inscritas em uma descontinuidade, e ao mesmo tempo não podemos evitá-las – seria absurdo dizer que não se pode falar da literatura latina ou da literatura medieval. O problema é quando se esquece que, por trás do uso da mesma palavra para situações tão diferentes, existem descontinuidades fortes, na materialidade, na retórica, na poética, na leitura. Não sei o que diria Antoine Lilti frente a essa discussão, mas me parece que se devam considerar as duas vertentes – a do poder de conhecimento da literatura e a dos conhecimentos históricos necessários para compreender a literatura.

310

*8. R.C.: Eu gostaria de colocar ainda uma outra questão, aproveitando justamente o problema da insistência nas relações entre história e literatura, que o senhor acabou de mencionar. O senhor dedicou vários textos a uma questão que foi central entre os anos 1970 e 1990: o desafio imposto à história pelas teses narrativistas. O debate sobre as relações entre história e literatura, no último quartel do século XX, foi dominado por esse problema do narrativismo. E atualmente pode-se considerar que esse problema se encontra, de uma certa maneira, resolvido ou ao menos apaziguado. Neste volume lançado recentemente na França, À quoi pensent les historiens, Christophe Granger afirma, no prefácio, que o "ogro narrativista" já não coloca tanto medo nos historiadores (GRANGER 2013, p. 5-23). Dado isso, o que, do seu ponto de vista, ocupa hoje o centro do debate sobre as relações entre história e literatura?*

**R.C.:** Sim, você tem razão. Parece-me que esse debate sobre a escrita da história, que foi absolutamente fundamental, está mais ou menos resolvido. Em um livro como aquele de Michel de Certeau, *L'écriture de l'histoire* (CERTEAU 1982), há duas perguntas fundamentais: uma primeira dimensão, e que se encontra aceita atualmente, é a da relação entre a produção da história e o lugar institucional no qual ela é produzida, os limites que implicava essa situação. A segunda era a propósito da escrita da história que, ainda quando se definia como estatística, quantitativa, não-narrativa, dependia, sem embargo, das fórmulas narrativas e das figuras retóricas. Isso é que foi aceito, talvez com dificuldade, pelo mundo dos historiadores que, sem sabê-lo, como Monsieur Jourdain em Molière, estão escrevendo na forma narrativa, mesmo quando se multiplicam os quadros, as estatísticas, as curvas. Atualmente, o problema se deslocou para essa ideia da concorrência das formas de presença do passado na sociedade, qualquer que seja ela – as de hoje evidentemente, mas também as do passado. Isso definiu

um outro contexto de discussão sobre ficção e saber, que é a questão do poder de conhecimento da ficção e dos limites ou das condições, das exigências da produção do saber.

Essa é a razão pela qual eu estava criticando esse abuso, mas compreendo bem por que essa questão da literatura e história é tão importante. Porque em todos os países europeus recentemente estamos assistindo, de novo – como, no século XIX, o viu Chateaubriand – à multiplicação de romances que se apresentam como uma história mais verdadeira que a história dos historiadores, por ser mais comprometida, mais afetiva, mais cercada de sentimentos, desejos. São todos esses romances, no caso francês, sobre o período de Vichy, da Segunda Guerra Mundial. E no caso espanhol também. E não são romances históricos como os de A. Dumas, porque ele não pretendia escrever uma história mais verdadeira do Renascimento com seus romances. Era talvez uma matéria histórica, mas que se destinava a uma ficção, que não pretendia substituir a narração dos historiadores – no mercado do livro, talvez, mas não no nível do conhecimento. Aqui é diferente. Os livros de Javier Cercas, os livros sobre a Segunda Guerra Mundial que utilizam todas as figuras de ficção, não são romances históricos, mas textos sobre o passado e que se consideram como mais fiéis, mais respeitosos, com uma capacidade de compreensão mais forte do que a obra histórica. Eles definem uma preocupação sobre literatura e história, por levantarem essa questão do conhecimento da ficção, do que significa isso, que tipo de conhecimento seria esse. Essa era já uma observação de Hayden White. Quando se dizia que sua análise da retórica da história afastava-a do conhecimento, ele questionava: mas quem poderia dizer que não há conhecimento da sociedade nos livros de Alejandro Carpentier ou de outros romancistas latino-americanos? Essa é uma maneira de discutir isso. A outra, evidentemente, seria reafirmar aquelas que são as exigências próprias da escrita da história. E talvez, como havia percebido Ricoeur em seu último livro, *La mémoire, l'histoire, l'oubli* (RICOUER 2000), se deveria distinguir, teoricamente, e não na prática da pesquisa, mais claramente entre o momento documental, de crítica das fontes, o momento do modelo explicativo – que podia se construir tanto a partir dos mecanismos desconhecidos pelos atores históricos, como a partir de sua própria vontade, projetos, estratégias – e a escrita. Nesse livro, para proteger a capacidade de conhecimento da história, mais do que em *Temps et récit* (RICOUER 2010), Ricoeur distinguia esses três elementos. Isso não significa que o historiador comece com as fontes, para depois decidir qual o seu modelo de explicação e, finalmente, escrever; tudo é contemporâneo. Mas teoricamente era uma distinção que devia reafirmar a capacidade de saber da história, distinta, em sua originalidade, do conhecimento talvez produzido pela literatura. Então, a reflexão epistemológica não desaparece nesse novo contexto, mas se reforça, em um certo sentido, e pode ter, talvez, uma nova figura, nessa nova relação entre documentos, explicação e escrita. Eu veria o contexto atual definido mais ou menos dessa maneira, o que explicaria o interesse por essas questões na França e as muitas reflexões sobre história e literatura.

9. M.S.: *Esse diagnóstico da questão teórica atual indicaria que a história dos*

*historiadores – e essa seria uma visão pessimista – perdeu o monopólio da representação do passado? E isso permitiria também dizer que há uma crise da história? Enfim, ficamos sabendo recentemente do fim de Lundis de l’histoire; a história está em crise? Ou seria antes, como o senhor havia dito, que essa concorrência da presença do passado no presente é uma tensão inerente à própria disciplina?*

*R.C.: Eu gostaria de acrescentar, também nesse sentido, se esse fenômeno que se observa hoje na França, de os historiadores escreverem literatura, como Philippe Artières, que escreveu sobre seu tio assassinado em Roma (ARTIÉRES 2013), ou Patrick Boucheron com seu livro sobre Maquiavel [...] (BOUCHERON 2008).*

*M.S.: E Antoine de Baecque [...] (BAECQUE 2014).*

*R.C.: Sim, justamente. E será que isso pode ser pensado nesse mesmo registro, de uma crise da história?*

*M.S.: Os historiadores foram capturados pela ficção?*

312

**R.C.:** Em primeiro lugar, acho que nunca os historiadores ou cronistas detiveram nem o monopólio nem sequer um papel dominante na presença do passado na sociedade. Se se comparam as crônicas utilizadas por Shakespeare e as peças históricas, não há comparação possível. Milhares de pessoas haviam assistido às representações de obras históricas, e quantas haviam lido as crônicas de Holinshed ou de Hall ou de Grafton? E no século XIX, ainda que não houvesse a ideia de cientificidade nos romances de Alexandre Dumas, que comparação possível entre seus leitores e os de Augustin Thierry ou de Fustel de Coulanges? Então, nunca houve esse papel dominante. O problema é compreender como se apresenta essa ficção e, em segundo lugar, como reagem os historiadores. Uma dessas reações é serem tentados eles mesmos pela ficção. Mas devemos estabelecer distinções, porque em alguns casos sempre houve a tentação da hipótese na história.

Um exemplo mais forte foi, não de fantasia literária, mas a *New economic history*, que decidia pela exclusão de um fenômeno e tentava compreender o desenvolvimento econômico sem ele. É o famoso livro sobre a economia dos Estados Unidos sem os trens e o sistema ferroviário (FOGEL 1964). É a ideia de um laboratório, num certo sentido: você suprime uma variável, um elemento da realidade histórica e é como construir um modelo, para ver e comparar: com os trens, sem os trens – e testa-o. Então, essa ideia de introduzir hipóteses, jogos com a realidade, em um livro de história o mais sério e clássico possível, talvez seja o que faz Patrick Boucheron (BOUCHERON 2008). Em seu livro, ele supõe que Leonardo da Vinci tenha encontrado Maquiavel – e não há nada que permita afirmar que esse encontro tenha ocorrido. Mas é um livro que quase poderia funcionar sem essa hipótese, em que a documentação é uma documentação histórica, a análise das razões pelas quais se podia eventualmente pensar que



eles tinham se encontrado é uma análise meticulosa. Dessa maneira, é uma forma, no caso da *New economic history*, de extrair um elemento e, no caso de Boucheron, de acrescentar um elemento histórico não provado, mas que vai dar mais força à demonstração. Outras tentações são um pouco diferentes, como as de Artières ou de Baecque. Não sei o que pensar. São exercícios intelectuais, como se os historiadores talvez tivessem ciúmes frente à literatura, como se pensassem que não fossem capazes de fazer coisas tão interessantes, tão literárias, tão estéticas. Não sei se alcançam sucesso ou se fracassam, cabe aos leitores decidir [...] Mas não me parece, em um certo sentido, muito importante, porque é um exercício que não implica quase nada na discussão que temos, sobre o saber da ficção ou o saber necessário para compreender a ficção. Ele me parece um pouco desvinculado dessa discussão. Por exemplo, se pensarmos em historiadores norte-americanos, também Natalie Davis aderiu a essa tentação em seu livro sobre as três mulheres, três destinos: uma francesa que vai para o Quebec, uma holandesa naturalista que vai para o Suriname e uma judia que não vai a lugar algum, mas que constrói seu mundo através de sua autobiografia (DAVIS 1995). Você se lembra de que o Prólogo é uma conversa entre essas três mulheres e a própria Natalie Davis. No livro, isso não importa, é um livro particularmente rico, como todos os livros de Natalie Davis. Então, estaríamos aqui mais na perspectiva de Boucheron, da *New economic history*: é um suplemento, em um certo sentido, que permite compreender se havia algo que essas mulheres compartilhavam nos séculos XVI e XVII. Apesar de suas diferenças religiosas, podia-se imaginá-las conversando. É mais como uma hipótese, geralmente para uma ideia de que fosse possível em determinado momento, em que as identidades religiosas podiam ser negociadas.

313

Por outro lado, acho que nunca se poderia encontrar nada desse tipo em Ginzburg, Robert Darnton e Arlette Farge – e são historiadores que têm uma dimensão literária, se se entende por isso o sentido banal da palavra, como composição da obra. No caso de Ginzburg, utilizando técnicas de composição dos livros que não são somente o modelo narrativo do romance do século XIX, mas mais cinematográficas, como no caso de *Il formaggio e i vermi*. No caso de Roberto Darnton ou de Arlette Farge, há mais essa ideia de fazer presente as almas mortas, uma atenção aos destinos individuais, às palavras dos atores, uma maneira de compartilhar, em um certo sentido, essas trajetórias de vida, que são muitas vezes fragmentos de uma trajetória de vida. Mas algo que irrita particularmente Arlette Farge é que lhe perguntem que, já que seus livros são literatura, por que não escrever um romance. Ela considera que o trabalho histórico é suficiente, que cada um tem sua competência, talento, definição do saber. Parece-me que pode ser um pouco superficial essa tentação da literatura.

10. M.S.: Por outro lado, os historiadores hoje, mais do que nunca, passaram a escrever biografias – o que era, do ponto de vista teórico, um gênero totalmente exterior ao campo historiográfico. E talvez nunca os historiadores tenham escrito tantas biografias como hoje. E isso é um fenômeno que é mais ou menos geral.

R.C.: Sim, mas a biografia pode ser a melhor ou a pior das coisas. Evidentemente,



e como você disse, era o gênero mais clássico, o que se vendia. As biografias eram o setor dominante nas livrarias, na França, para a história. E nesse sentido havia um padrão e essa ideia de reconhecer, de encontrar uma outra vida, que não supunha necessariamente uma reflexão crítica sobre o que se escrevia. Mas na tradição dos *Annales*, quando se afastaram os paradigmas originais, havia a vontade de revolucionar os gêneros mais clássicos – a batalha de Bouvines, com Duby (1973), e São Luís, com Le Goff (1996); dizer que se podia fazer uma história inovadora através dos gêneros mais clássicos. E, em um certo sentido, isso significava, por um lado, retomar a tradição de Febvre. Porque se pode dizer que, salvo sua tese, Febvre escreveu somente biografias – mas não como aquelas da Fayard, e sim Rabelais (FEBVRE 1947), Margarida de Navarra (FEBVRE 1944), Bonaventure des Periers (FEBVRE 1942), Lutero (FEBVRE 1928). Havia uma tradição de utilizar o gênero da biografia para discutir um problema. E no caso de Le Goff isso era interessante porque se sabem poucas coisas sobre São Luís, então era uma biografia *décalée*: todos os textos sobre ele eram submetidos a uma crítica antes de se poder, eventualmente, acercar-se da realidade histórica de São Luís. Então, há uma nova geração de biografias que pode utilizar esse modelo que Duby e Le Goff introduziram.

314

O problema complicou-se quando a biografia se apoderou dos próprios historiadores, ou porque eles foram convocados para escrever sua ego-história, no livro editado por Pierre Nora – e todos aqueles que não foram convocados para fazê-lo haviam inventado maneiras de escrever sua própria ego-história: prólogo, prefácio, entrevista, etc.; ou, paralelamente, com as biografias de Foucault, Certeau, Ricoeur, Castoriadis, etc. Acho que deva corresponder a algo relativamente profundo, porque há pessoas que não leem nossos livros, mas leem uma biografia. Não sei, mas merecia uma análise essa ideia de um encontro com o passado através de um destino. Muitos desses leitores não estabeleciam uma grande diferença entre biografias que, para nós, são livros de história, porque têm uma dimensão problemática, e uma biografia que é uma pura narração. Por que esta fascinação do encontro com o outro? Talvez porque se jogue tanto com uma ideia da universalidade – significa se encontrar a si mesmo, de uma certa maneira, ou com alguém semelhante – quanto com o tempo, a distância dos tempos. A biografia permite associar a diferença – um mundo exótico, perdido, estranho – e o reconhecimento do indivíduo de hoje com o passado. Talvez seja o gênero em que se entrecruzem mais essa dimensão de invariantes antropológicas – muitas dessas biografias são histórias de ódio, amor, paixão, vingança, todo um repertório de emoções trans-históricas – e ao mesmo tempo uma cor de distância histórica: a corte renascentista, o mundo medieval. Parece-me que seja uma das razões; não sei, nunca havia pensado sobre isso, estou refletindo agora. Parece-me que outros gêneros históricos não tenham essa dupla dimensão. Se você descreve o mundo social passado, isso é algo interessante, que pode ter consequências até hoje, mas é algo separado. A biografia supõe que há algo de invariante na natureza humana – e inclusive, há uma distorção profunda em se atribuir, como dizia Lucien Febvre, aos homens e mulheres do Renascimento sentimentos que somente depois do século XIX

poderiam ser imaginados. Para um leitor, isso não importa tanto, é mais a história de encontrar as mesmas paixões ou emoções em vários tempos e esse prazer da distância, com a certeza de reconhecimento.

Uma terceira vertente é a escrita das biografias de gente sem biografia, todo esse movimento de biografias populares, o Menocchio por Ginzburg, Ménétra por Daniel Roche (1982), Joseph Sec por Michel Vovelle (1975); há muitas. Mas se vê que, por exemplo, no caso de Natalie Davis, há essa dimensão: a biografia tornou-se cada vez mais forte em sua obra. Todas as primeiras obras de Natalie Davis foram sobre grupos sociais, profissionais, religiosos e esse livro, *Women on the margins*, era um livro de três biografias. Quando uma grande historiadora se apodera do gênero, produz algo diferente de uma biografia repetitiva.

11. M.S.: *Fomos surpreendidos pelo fim de Lundis de l'histoire!*

R.C.: *Ah, o fim da história! É uma coisa da qual efetivamente não falamos.*

M.S.: *Mas o fim de 'Lundis de l'histoire' é sintoma de alguma coisa no mundo dos historiadores ou no mundo dos dirigentes da cultura francesa?*

**R.C.:** Ambos. Acho que há um fenômeno geral que é a redução do espaço nas mídias para o saber acadêmico ou científico. Isso se vê com os suplementos literários e as resenhas nos periódicos: menos numerosas, menos longas, sempre reduzidas. Na França, somente três jornais têm um suplemento literário: *Figaro*, *Libération*, *Le Monde*. Eu havia trabalhado com o *Libération* e depois com o *Le Monde*, e a cada vez há uma pressão maior para que as resenhas sejam as mais curtas possíveis. Então, perde-se toda a dimensão de uma discussão intelectual. E é um filtro para livros que nunca vão ter direito a uma resenha. Então, é um fenômeno um pouco geral. Parece-me que na Espanha, com as autonomias regionais, cada periódico – de Valencia, Barcelona, Madri, Sevilha – tinha seu suplemento literário e ali se manteve um pouco mais a presença dos universitários como autores. Porque o que acompanha essa evolução é que se torna desnecessária a presença de um historiador profissional para fazer uma resenha que é mais ou menos um sumário do livro. A presença dos intelectuais profissionais, isto é, de professores ou de pesquisadores, se justifica porque eles podem contribuir de uma maneira que um jornalista não o poderia. Mas se se define um padrão de publicação que não está interessado nessa discussão intelectual, então eles não servem para nada. O primeiro elemento é esse, na imprensa.

O segundo seria para os programas das diversas mídias. Efetivamente, aqui estamos diante de um bom exemplo. Os *Lundis de l'histoire* passaram a ser vistos, depois da morte de Le Goff – que era intocável – como um programa um pouco do passado, um programa intelectual demais, que não podia atrair... – não sei quem, porque as pessoas que escutam a *France Culture* não são necessariamente aquelas que vão a um concerto de rock. Mas também é a ideia de que haja coisas muito difíceis, abstratas, que podem ter seu lugar particular,

como uma reserva de macacos, mas que não têm projeção pública. Parece-me uma evolução realmente preocupante, porque significa que a distância entre o saber científico, que geralmente é acadêmico – não somente, mas geralmente –, e a comunicação para um público mais amplo vai aumentar, a comunicação deste saber vai desaparecer, as pontes não existem mais. Porque eu sempre pensei a atividade de escrever resenhas ou fazer programas de rádio a propósito dos novos livros não necessariamente para que os leitores ou auditores comprem esses livros – claramente há obras que não são para todos, que têm uma tecnicidade intrínseca que se deve respeitar; as pessoas quando escrevem aceitam que vão vender sessenta ou cinquenta exemplares, porque esse é o nosso ofício. Mas o importante era que existisse uma relação entre esse saber e uma comunicação mais ampla. Claramente essa não é mais uma ideia aceita. É um caso entre outros. Porque nesses programas de história, o que eu tentava fazer – o que não é uma questão do “eu”, era a questão da função do programa – era também dar presença às novas edições dos clássicos da literatura – Shakespeare, Cervantes, Diderot; era organizar um encontro com as ciências sociais – Godelier, Bourdieu. Como a história era uma matéria mais visível, ela permitia essas ações – não há programa sobre a crítica literária, por exemplo, salvo para os lançamentos, mas não para reedições e história literária; não existe. Então, era, através da história, uma maneira de fazer presente esse tipo de trabalho, respeitando o que Raquel dizia, a historicidade de cada um frente a esse empreendimento. Mas talvez nesse caso seja uma indicação de que na França, pelo menos, a história como disciplina ou como grupo de autores não desempenha o mesmo papel que anteriormente.

316

Talvez o desaparecimento de figuras como Le Goff e Duby tenha sido um elemento para a dificuldade atual de inventar novos formatos de história, ou que sejam imediatamente reconhecidos por um grupo mais amplo que a universidade. Há fenômenos objetivos, não somente a má vontade de tal ou tal pessoa. A história em geral talvez não exerça a mesma sedução, a mesma atração que exercia. Seria interessante observar por quê. Há menos gosto, salvo para as biografias, para os livros de história. A própria produção não tem a mesma força que anteriormente. Não porque as pessoas trabalhem menos ou sejam menos inteligentes, e sim porque há condições objetivas: na universidade, há muito mais tarefas administrativas e de ensino do que no meu tempo. É mais difícil publicar hoje do que há vinte anos. Muitos acadêmicos estão tentados a abandonar a carreira por um outro tipo de ofício – político, nas mídias, etc. Toda uma série de fenômenos objetivos diminuíram a presença da história e, uma vez que isso se cruza com a ideia de que não se deva dar eco a coisas demasiadamente difíceis, pode conduzir a essa situação atual. Daí, me parece, um estado lamentável do mundo intelectual, no qual as opiniões substituíram os saberes. Os jornais diários estão cheios de colunas de opinião. É a razão pela qual penso que a expressão “intelectual francês”, que podia ser um sinônimo, agora é um oxímoro. Bernard Henry-Lévy é a encarnação perfeita disso. Há uma confusão total. Na filosofia, isso é ainda mais forte. Porque há uma diferença muito grande entre a filosofia séria, que não tem projeção, e o que passa como

filosofia, e que é produção de opinião fundada sobre nada, nenhum trabalho, nem dados, nada; são opiniões, somente. O professor tem uma opinião, mas o carniceiro também tem; por que ele não participa desse debate público?<sup>2</sup>

Não quero cair na ideia de que os ostrogodos, os visigodos, os vândalos estão às portas da cidade. Mas são fenômenos objetivos e, para terminar, me parece que talvez nos falem estudos suficientemente precisos para compreendê-los – podemos deplorá-los, podemos pensar que era melhor no passado, mas o problema é que as pessoas podem ter má vontade, mas são fenômenos objetivos que se devem estudar, compreender e, se possível, corrigir. Para que voltemos ao sinônimo, em lugar do oxímoro.

### Referências bibliográficas

ANHEIM, Étienne; LILTI, Antoine. Introduction. **Annales**. Histoire, Sciences sociales. Savoirs de la littérature. Paris, 65e. année, n. 2, mars-avril 2010, p. 253-260.

**ANNALES**. Histoire, Sciences sociales. Savoirs de la littérature. Paris, 65e. année, n. 2, mars-avril 2010.

ARTIÈRES, Philippe. **Vie et mort de Paulo Gény**. Paris: Le Seuil, 2013.

BAECQUE, Antoine de. **La traversée des Alpes**. Essai d'histoire marchée. Paris: Gallimard, 2014.

BOLTANSKI, Luc. **Les cadres**. La formation d'un groupe social. Paris: Éditions Minit, 1982.

BOUCHERON, Patrick. **Léonard et Machiavel**. Lagrasse: Verdier, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **La distinction**. Critique sociale du jugement. Paris: Minit, 1979.

CERTEAU, Michel de. **L'écriture de l'histoire**. Paris: Gallimard, 1975.

CHARTIER, Roger. **A história cultural, entre práticas e representações**. São Paulo: Difel, 1988.

\_\_\_\_\_. **Cardenio entre Cervantes et Shakespeare**. Histoire d'une pièce perdue. Paris: Gallimard, 2011.

\_\_\_\_\_. L'Académie de Lyon au XVIIIe. siècle, 1700-1793. Étude de sociologie culturelle. In: **Nouvelles études lyonnaises**. Histoire et civilisation du livre. Genève; Paris: Droz, 1969. v. 6.

\_\_\_\_\_. Le monde comme représentation. **Annales**. Economies. Sociétés.

---

<sup>2</sup> No final de 2015, Roger Chartier lançou um projeto intitulado *Débats d'histoire*, cujo formato, em grande medida, retoma aquele de *Lundis de l'histoire*. Trata-se de um programa mensal (registro sonoro) a propósito de um livro recentemente publicado, de uma hora de duração, constituído de um diálogo com três participantes, do qual, quase sempre, um deles é o autor do livro em questão. *Débats d'histoire* pode ser acessado gratuitamente no youtube.com ou na página de Roger Chartier no site do Collège de France. Acesso: <http://www.college-de-france.fr/site/roger-chartier/Debats-d-histoire.html>.

Civilisations. Histoire et sciences sociales: un tournant critique. Paris, 44e. année, v. 6, novembre-décembre 1989, p. 1505-1520.

\_\_\_\_\_. Textes sans frontières. In: \_\_\_\_\_. **La main de l'auteur et l'esprit de l'imprimeur**. XVIe.-XVIIe. siècle. Paris: Gallimard, 2015, p. 107-142. (Collection Folio Histoire).

\_\_\_\_\_. **L'Œuvre, l'atelier et la scène**. Trois études de mobilité textuelle. Paris: Garnier, 2014, p. 43-89.

DAVIS, Natalie Zemon. **Women on the margins: three seventeenth-century lives**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.

DUBY, Georges. **Le dimanche de Bouvines**. 27 juillet 1214. Paris: Gallimard, 1973.

\_\_\_\_\_. **Les trois ordres ou L'imaginaire du féodalisme**. Paris: Gallimard, 1978.

FEBVRE, Lucien. **Autour de l'Heptaméron**. Amour sacré, amour profane. Paris: Gallimard, 1944.

\_\_\_\_\_. **Le problème de l'incroyance au XVIe siècle**. La religion de Rabelais. Paris: Albin Michel, 1947.

\_\_\_\_\_. **Origène et Des Périers ou L'énigme du Cymbalum Mundi**. Paris-Genève: Droz, 1942.

318 \_\_\_\_\_ **Un Destin**. Martin Luther. Paris: Presses Universitaires de France, 1928.

\_\_\_\_\_; MARTIN, Henri-Jean. **L'apparition du livre**. Paris: Albin Michel, 1958.

FOGEL, Robert. **Railroads and American economic growth: essays in econometric history**. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1964.

GINZBURG, Carlo. **Il filo e le tracce**. Vero, falso, finto. Milan: Feltrinelli editore, 2006.

\_\_\_\_\_. **Il formaggi e i vermi Il cosmo di un mugnaio del '500**. Torino: Einaudi, 1976.

GRANGER, Christophe. Ouverture: Science et insouciance de l'histoire. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **A quoi pensent les historiens?** Faire de l'histoire au XXIe. siècle. Paris: Éditions Autrement, 2013, p. 5-23.

KOYRÉ, Alexandre. Le mouvement philosophique sous la Troisième République. In: MIRKINE-GUETZEVICH, Boris (Org.). **L'oeuvre de la Troisième République**. Montreal: Éditions de l'Arbre, 1945.

LE GOFF, Jacques. **Saint-Louis**. Paris: Gallimard, 1996.

\_\_\_\_\_. **São Luís**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

LLOYD, Geoffrey. **Demystifying mentalities**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

MARIN, Louis. **Sublime Poussin**. São Paulo: Edusp, 2000.

MARTIN, Henri-Jean. **Livre, pouvoirs et société à Paris au XVIIe. siècle**, 1598-1701. Genève: Droz, 1969.

RANCIÈRE, Jacques. **La nuit des prolétaires**. Archives du rêve ouvrier. Paris: Fayard, 1981.

\_\_\_\_\_. **Les noms de l'histoire**. Essai de poétique du savoir. Paris: Seuil, 1993.

RICOEUR, Paul. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Seuil, 2000.

\_\_\_\_\_. **História, memória, esquecimento**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.

\_\_\_\_\_. **Temps et récit**. Paris: Seuil, 1983-1985. 3 v.

ROCHE, Daniel. **Journal de ma vie**: édition critique du journal de Jacques-Louis Ménétra, compagnon vitrier au XVIIIe. siècle. Paris: Montalba, 1982.

VOVELLE, Michel. **L'irrésistible ascension de Joseph Sec, bourgeois d'Aix**. Aix: Edisud, 1975.



Em pauta  
on schedule

# Os lugares dos historiadores e da história na sociedade brasileira: Conferência de abertura do XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis

The places of historians and history in Brazilian society: Opening Conference of the XXVIII National Symposium on History, Florianópolis

---

## Rodrigo Patto Sá Motta

rodrigopsamotta@gmail.com

Professor adjunto

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Av. Presidente Antônio Carlos, 6627, 4º andar, sala 4134

31270-901 - Belo Horizonte - Minas Gerais

Brasil

---

## Palavras-chave

História do tempo presente; Historiografia brasileira; História da historiografia.

## Keywords

History of present time; Brazilian historiography; History of Historiography.

321

---

Autor convidado

Recebido em: 1/12/2016

Gostaria de iniciar esta conferência dizendo da grande honra que é estar à frente da nossa entidade – e de vocês – e fazer a conferência inaugural do Simpósio Nacional dos historiadores brasileiros. Essa sensação fica ainda mais intensa quando trazemos à memória as inúmeras pessoas que trabalharam pela ANPUH durante as suas cinco décadas de existência, responsáveis por construir essa bela história. Exatamente por perceber a dimensão da responsabilidade assumida é que esta diretoria trabalhou muito ao longo do biênio que se encerra agora, para administrar condignamente e mesmo aprimorar o legado recebido dos nossos antecessores.

É com grande felicidade que vivenciamos este momento de abertura do XXVIII SNH, um evento muito ansiado e muito importante para nossa área, e que exigiu o trabalho dedicado de inúmeras pessoas. Difícil expressar o reconhecimento devido a todas e a todos que trabalharam pelo sucesso do SNH, em especial os colegas da ANPUH/SC, da UFSC e da UDESC. O sucesso deste evento deve muito à dedicação abnegada das(os) colegas de SC, e, especialmente, ao seu profissionalismo e capacidade de trabalho em equipe. A diretoria que tenho o prazer de dirigir, e que igualmente se empenhou a fundo para garantir um excelente Encontro, teve sorte de contar com parceiras e parceiros assim para compartilhar a organização do SNH 2015.

Este evento foi organizado em torno de um tema que serve de mote e inspira à reflexão: os lugares dos historiadores, velhos e novos desafios. Há diversas maneiras de interpretar e de dialogar com esse tema, e algumas delas implicam questões cruciais para todos nós, tanto os profissionais da história como a sociedade.

322

O primeiro lugar dos historiadores que gostaria de mencionar está exatamente aqui, a ANPUH. Começamos refletindo sobre o lugar que a ANPUH ocupa, e os espaços que ela poderia ocupar. É fundamental fortalecer ainda mais nossa entidade, que já é uma senhora madura a caminho de completar 54 anos de vida. Afinal, ela ocupa um lugar indispensável para os(as) historiadores(as), já que nos oferece espaço para reunião e debate, e nos representa como grupo profissional.

Reside aí, exatamente, um grande desafio: combinar de maneira adequada o papel da ANPUH como entidade representativa dos historiadores, portanto o seu lugar político, com a sua faceta de entidade acadêmica, ambos igualmente importantes. Segundo alguns registros de memória, desde o seu primeiro evento a ANPUH enfrenta esse dilema. Falso dilema, assim me parece, pois a entidade deve cuidar das duas frentes de ação. O verdadeiro desafio é encontrar o adequado equilíbrio entre as duas facetas. Além de representar os interesses comuns dos historiadores, o que passa frequentemente por uma discussão prévia – às vezes uma disputa – para definir tais interesses, a ANPUH deve fortalecer sua dimensão de entidade científica, o seu papel de fomentar o debate e a produção do conhecimento na área de história, como temos feito por meio das Jornadas da ANPUH, por exemplo. Na mesma linha, é muito importante que a entidade trabalhe para elevar ainda mais a qualidade do debate acadêmico promovido nos seus eventos.

Não é fácil manter em equilíbrio esses dois lados da entidade, o lado político e o lado científico, pois existem pressões e estímulos conjunturais que podem levar a balança a pender para uma das direções. É fundamental não deixar esmaecer a faceta acadêmica da ANPUH, pois quanto mais respeitável ela for do ponto de vista acadêmico, quanto mais for reconhecida pela linha de frente da historiografia, e também pelas demais entidades científicas, tanto mais força terá para exercer a função de representar os historiadores. E tanto maior será sua capacidade de ocupar um lugar político relevante, um aspecto da atuação da ANPUH (e dos historiadores) fundamental, e que será retomado adiante.

Refletir sobre o papel da ANPUH como entidade científica tornou-se ainda mais importante no quadro recente, em vista da criação de novas organizações associativas dedicadas a campos específicos do conhecimento histórico. É sinal de pujança da área, sem dúvida, a indicar o desenvolvimento e consolidação de grupos de pesquisa que sentem necessidade de criar espaços próprios de discussão. Esse processo denota o crescimento do nosso campo e, portanto, deve ser considerado positivo. E é assim que penso, sinceramente, não vejo as novas entidades como concorrentes da ANPUH, e nem que elas tenham tal intenção. Um sinal positivo nessa direção é a participação de dirigentes de algumas dessas entidades nas atividades da ANPUH, da qual são sócios e à qual reconhecem como a entidade maior dos historiadores do Brasil.

Esclarecendo o argumento, a preocupação é encontrar uma forma de compatibilizar a diversificação da área com o fortalecimento da ANPUH como espaço de debate acadêmico para os historiadores. Trata-se de questão para refletir com calma, mas uma alternativa seria pensar novas formas de organizar a relação entre a ANPUH e os grupos de pesquisa, especialmente os GTs, que já são parte da nossa estrutura, mas também pensar outras maneiras de integrar as entidades científicas. Seja como for, reitero o ponto principal: precisamos aumentar ainda mais a densidade acadêmica da nossa entidade, o que incrementará a sua capacidade de representação, inclusive do ponto de vista político.

Do que foi dito não se deve depreender sintoma de fraqueza, bem ao contrário. A ideia é planejar o futuro e adaptar a entidade para novos desafios que virão logo à frente. Na verdade, a ANPUH está bastante forte, notadamente no que toca ao quadro de associados, que atingiu números impressionantes. No momento, temos 7.224 associados, sendo que penas neste ano de 2015 foram 1.422 novas filiações.

Outro sinal de pujança da ANPUH, claro, é este Simpósio Nacional de História, que tem números marcantes: mais de 3 mil comunicações (distribuídas em cerca de 110 Simpósios Temáticos), mais de 20 Grupos de Trabalho em funcionamento, dezenas de minicursos e oficinas, lançamento de 136 publicações durante o evento, e um público estimado total de 5 mil e 500 pessoas.

Com o crescimento, previsivelmente, aumentaram as demandas e os problemas que somos instados a enfrentar. Por isso, outro grande desafio é melhorar a infraestrutura da nossa entidade, para oferecer à diretoria e aos colaboradores condições de atender adequadamente às demandas que chegam à

ANPUH todas as semanas. Nossa infraestrutura melhorou de maneira significativa nos últimos anos, graças ao excelente trabalho de sucessivas diretorias, mas, ainda é insuficiente diante das demandas crescentes.

A expansão do nosso quadro associativo em anos recentes deveu-se também ao crescimento do sistema universitário e de pós-graduação no mesmo período. Infelizmente vivemos um momento ruim este ano, com corte de verbas e retração de investimentos públicos. A propósito, há algumas semanas fizemos um manifesto protestando contra o corte de verbas federais para os cursos de pós-graduação. Esperamos que a maré ruim passe e as coisas melhorem a partir de 2016.

De qualquer modo, o crescimento da fase anterior foi enorme e gerou o grande sistema universitário que temos hoje. Para percebê-lo basta citar alguns dados estatísticos. Segundo dados do INEP, havia em 2013 no Brasil 514 cursos de licenciatura em História (presenciais e EAD), com 79,3 mil alunos, dos quais um pouco mais de 11 mil obtiveram a graduação naquele ano. E mais 68 cursos de história (presumivelmente bacharelado), com cerca de 8,4 mil alunos (com 1.290 concluintes). Assim, em 2013 havia quase 90 mil pessoas fazendo graduação em história no Brasil, e é provável que o número hoje seja ligeiramente mais elevado.

Os dados mostram que os cursos de graduação formam cerca de 10 mil historiadores por ano. Mesmo que apenas uma parte deles entre no mercado de trabalho exercendo a nossa profissão, está claro que temos um campo enorme para ampliar a atuação da ANPUH. O mesmo pode ser dito quando observamos os dados para a pós-graduação, em que o crescimento foi ainda mais intenso.

324

Na pós-graduação *stricto sensu*, de acordo com a página da CAPES, temos hoje 69 programas na área de história, dos quais 9 são mestrados profissionais, 23 são mestrados acadêmicos e 37 oferecem simultaneamente mestrado e doutorado. Em 2012, que o foi último ano considerado na avaliação mais recente da CAPES, havia 2039 doutorandos e 3555 alunos fazendo mestrado, números que vêm crescendo continuamente. No mesmo ano de 2012, foram defendidas 929 dissertações de mestrado e 287 teses de doutorado na área de história que, junto à produção dos historiadores mais experientes, confluem para a publicação de centenas de artigos, capítulos de livro e livros autorais.

São dados alvissareiros, não há dúvida, que indicam a enorme pujança da nossa área e do sistema universitário brasileiro como um todo. Evidentemente, nossa situação relativa no quadro internacional mudou para melhor – embora necessitemos ainda melhores estratégias para a chamada internacionalização – e o horizonte parece promissor, desde que a crise econômica e os cortes no financiamento público sejam, efetivamente, conjunturais.

Os dados sobre a pós-graduação colocam em foco mais um lugar fundamental para os historiadores, o da produção do saber. Nesse domínio, um dos desafios é combinar o aumento quantitativo da produção com a devida qualidade. Isso evitaria distorções e mesmo certos exageros, que de tão disseminados afetam até estudantes nos semestres iniciais da graduação, alguns já obcecados em recheiar o “Lattes”, independente da qualidade dos

produtos. Autoridades responsáveis estão cientes e existem algumas iniciativas positivas, mas há muito o que discutir e aperfeiçoar, inclusive nos processos avaliativos, que têm falhas e nem sempre são acompanhados da necessária transparência. A avaliação é fundamental para aferir a qualidade da produção do conhecimento, assim como para balizar o bom uso dos recursos públicos. E não devemos aceitar críticas vagas contra o quantitativismo que servem apenas para escamotear falta de compromisso e incompetência. No entanto, para que cumpra seus objetivos, a avaliação deve priorizar a qualidade, e não empurrar todo o sistema educacional e de pesquisa na direção de uma corrida sem fim pelo incremento de estatísticas.

Um ponto importante é persistir na luta para que as agências responsáveis pela avaliação reconheçam o livro como resultado principal da produção dos historiadores, e de outros pesquisadores afins. O livro autoral demanda tempo para maturar, o que está em contradição com a noção de urgência de certa lógica burocrática. Claro que os artigos publicados em periódicos são meios significativos de divulgar a produção, no entanto, os livros autorais têm impacto mais importante na nossa área. Os livros autorais resultam de investigações e análises acumuladas em período de tempo dilatado e têm formato adequado à produção e divulgação de conhecimento inovador no campo da história, já que colocam em foco objetos complexos cujo escopo não é compatível com a forma artigo. Por isso, é fundamental defender as características próprias à nossa disciplina (e à área de Humanas como um todo) e não se dobrar aos padrões das ciências naturais que, devido às suas especificidades, produzem prioritariamente artigos.

Gostaria de destacar agora outro lugar em que se faz fundamental a presença e a atuação dos historiadores e das historiadoras: o espaço público. Ressalte-se que a expressão está sendo usada em sentido lato, para evitar um debate conceitual que não cabe neste momento. Refiro-me aos espaços e locais de circulação de ideias e opiniões, em especial as mídias tradicionais e as novas redes sociais, mas também as escolas, as universidades e outras esferas de sociabilidade.

É fundamental termos estratégias corretas e, antes de tudo, a disposição para enfrentar e ocupar esses espaços. Nesse lugar, frequentemente nos vemos diante de um dilema, pois a pesquisa e a produção de conhecimento na área de história demandam muito tempo, como já ressaltado. Por isso, não é fácil encontrar energia para atuar nos espaços públicos. Além do mais, encontramos muitos aborrecimentos nesse caminho e, por vezes, frustração. Ainda assim, é preciso ter disposição para enfrentar as intempéries, e riscos, tanto por dever profissional quanto por obrigação cívica.

Nesse campo está incluído o desafio da divulgação do conhecimento, um problema chave para todas as áreas do saber, posto que não é suficiente realizar uma produção de boa qualidade. Necessário também que essa produção seja divulgada, tanto para o grande público como, na nossa situação, para o sistema escolar. No último caso, não se trata de pensar uma relação hierárquica e unidirecional. As escolas não são consumidoras passivas da produção



universitária, além do que os profissionais do ensino básico têm a sua própria produção. Ainda assim, permanece verdade que pesquisas realizadas na ponta da historiografia influenciam a produção nas escolas.

Porém, gostaria de destacar o desafio da divulgação mais ampla do conhecimento histórico, para além do espaço escolar. Para isso, há que considerar o quadro em que vivemos, marcado por notável curiosidade pública em relação a representações sobre o passado, tanto as que são produzidas pela história como as que são produzidas por outras formas de discurso. Muitas pessoas desejam consumir representações sobre o passado, mas, com frequência, esse público contenta-se com versões superficiais e/ou pitorescas sobre personagens e eventos históricos. Esse fenômeno há muito tornou-se um nicho no mercado editorial e cultural, e não tem faltado oferta de produtos para atender a essa demanda, por vezes com resultados muito lucrativos. Há cerca de um século falava-se, em geral de maneira crítica, da existência de uma literatura “sorriso da sociedade”. Pois bem, hoje temos também um gênero de história “sorriso da sociedade”, mais preocupada em entreter do que em analisar e refletir. Não se trata de fazer uma crítica moralista do fenômeno, nem meramente de saber quem vai ganhar o mercado, se os historiadores ou outros profissionais. A preocupação é alertar para a necessidade de ocupar esses espaços, especialmente para que a oferta ao grande público inclua também produtos de boa qualidade.

326

A propósito, vale a pena lembrar a distinção clássica entre o conhecimento histórico e outras formas de representar o passado ou a experiência no tempo. A distinção está no fato da história operar com procedimentos científicos, seguir um método, pautar-se pela crítica das fontes e buscar evidências diversificadas. O historiador deve desconfiar das suas fontes, inquiri-las em busca da verdade, uma meta que é inalcançável em sentido puro, mas que ainda assim permanece o objetivo principal. Portanto, o ponto diferencial é que o historiador pode levar ao público um conhecimento mais crítico, mais reflexivo. Nós também podemos atender à curiosidade e à necessidade de divertimento do grande público, mas, com a peculiaridade de incluir no pacote o “biscoito fino”, ou seja, levar o leitor à reflexão crítica.

Por esse roteiro chegamos ao lugar político da história. Eis aí uma questão essencial: a política e o político estão inextricavelmente implicados na nossa disciplina. É impossível desconectar o conhecimento histórico da política, afinal, o nosso campo de saber nasceu no calor das disputas políticas e fortemente ligado ao Estado, que sempre se ocupou dos discursos e representações sobre o passado, invariavelmente tentando controlá-los. Em séculos recentes, ou melhor, em décadas recentes, felizmente alcançamos condições de produção do conhecimento em clima de liberdade, inclusive com a possibilidade de criticarmos o Estado – e como criticamos! Mas, isso não significou uma redução do lugar político ocupado pela história. Ao contrário, o nosso campo continua tão imerso nas disputas políticas como sempre esteve. A diferença é que hoje há mais espaço para divergências e controvérsias, mais liberdade.

Diferentes projetos políticos recorrem à história para posicionar-se diante da sociedade e para buscar legitimidade, e não faltam exemplos para confirmar

essa asserção. Naturalmente, é mais simples mencionar temas próximos a meu universo de pesquisa, como a questão das políticas de memória e de busca da verdade no que se refere às ditaduras recentes.

Naturalmente, um exemplo significativo são as chamadas Comissões da Verdade, cujas atividades envolveram historiadores dos dois lados, tanto no interior delas (no papel de pesquisadores ou assessores) como fora, nesse caso criticando os seus resultados ambíguos. Outro exemplo, mais próximo ainda, são os recentes protestos de rua (e nas redes sociais) contra o governo Dilma Rousseff, em que grupos políticos de direita apropriam-se do golpe de 1964 e da ditadura em chave positiva, defendendo que uma nova intervenção militar seria necessária e justa para salvar o país de novo do comunismo, e para entrega-lo mais uma vez aos homens de verde-e-oliva, que, de acordo com tal perspectiva, teriam feito um ótimo trabalho durante aqueles vinte anos de ditadura.

Portanto, mesmo que por hipótese desejássemos uma assepsia política da história, ou o afastamento da história em relação às lides políticas, isso seria impossível. Afinal, a história (e a memória) integra as estruturas mais básicas da constituição política das nossas sociedades, ao fornecer representações formadoras de imaginários coletivos que ajudam a instituir e dar legitimidade à comunidade política.

Brinquei há pouco com a hipótese de afastar a história das lides políticas. Mera brincadeira! Ao contrário, acho necessário o engajamento político dos historiadores. Evidentemente, estou pensando para além da mobilização em benefício dos nossos interesses como grupo, o que devemos fazer também e fazemos (como no caso do PL que regulamenta a nossa profissão, que não será tratado agora por ser tema da Assembleia de quinta-feira; pelos resultados positivos alcançados, ou seja, a virtual aprovação do projeto no Congresso, trata-se de exemplo de que podemos nos engajar de maneira eficiente em defesa de nossos interesses).

Refiro-me, em especial, ao engajamento em debates políticos mais amplos, de alcance social geral. Como a história integra necessariamente as disputas políticas, os historiadores são constantemente chamados a tomar parte do debate. E não deveriam se furtar a esse papel, que ao mesmo tempo provoca o dever profissional e toca a nossa obrigação cívica. O conhecimento histórico é importante elemento na formação da opinião política das pessoas e, nesse ponto, temos muito a oferecer.

A propósito, no Brasil há indicadores preocupantes sobre a existência de um conhecimento histórico e mesmo de uma cultura histórica precários na sociedade. Vou citar alguns resultados de pesquisa de opinião que ajudei a realizar em 2010, junto com meu colega Adriano Cerqueira. A enquete foi aplicada somente em quatro estados brasileiros (DF, MG, PE, PB), mas ainda assim pode ser considerada representativa.

A pesquisa teve muitas variantes, mas vou citar apenas o resultado para a primeira pergunta, uma questão aberta aplicada aos entrevistados: "O que aconteceu na política brasileira em 1964?" O índice de desconhecimento revelado nas respostas foi surpreendente, bem mais alto do que esperávamos.

Nos quatro estados, somente entre 10% e 20% dos pesquisados conseguiram dar resposta satisfatória à pergunta, mencionando golpe, revolução ou ditadura (vocábulos que revelam, é claro, opiniões políticas diferentes em relação ao evento). Depois da primeira pergunta, e na medida em que a pesquisa avançou explorando outros temas, como a censura, o milagre econômico ou o tricampeonato de 1970, o índice de desconhecimento foi diminuindo. Mesmo assim, os resultados mantiveram elevado índice de desconhecimento total sobre a história da ditadura: mais de 60% dos entrevistados nessa pesquisa não tinha memória nem conhecimento sobre o crucial período vivido pelo país entre 1964 e 1984.

Frente a esses dados, cabe indagar: é possível ser cidadão com opinião política consistente na ausência de conhecimento sobre a história política recente do país? Como fazer escolhas entre os diferentes caminhos e propostas que se apresentam para o futuro? Como os cidadãos que desconhecem os eventos de 1964 e subsequentes podem se posicionar diante dos defensores de novo golpe político? Como podem avaliar a extensão e o significado da crise política e econômica atual, que alguns discursos procuram pintar em dimensões catastróficas, se desconhecem momentos anteriores que poderiam servir como balizas para análise?

Vale a pena insistir sobre a manipulação em torno de 1964, pois muitos atores estão formando a opinião de certos grupos com base em representações ligeiras sobre a ditadura. Parece-me que aqui é fundamental a nossa atuação. Eis aí, portanto, um lugar chave para o historiador: o espaço público, o debate político, de que somos partes integrantes, inexoravelmente. A questão é perceber isso de maneira adequada e estabelecer a melhor forma de participar, de engajar-se, o que implica considerar a existência de limites.

328

A reflexão sobre os contornos e os limites do engajamento público nos leva a dois temas chave: os procedimentos éticos e a busca da verdade. (A questão da ética, a propósito, será discutida na Assembleia do dia 30). O engajamento público referido – e defendido – aqui deve ser balizado por princípios éticos. Não cabe ao historiador profissional, no exercício do seu trabalho, seja ele pesquisador ou professor, manipular o seu conhecimento para induzir as pessoas na direção de posições sectárias. É um equívoco essa forma de politizar o conhecimento histórico, pois, além de empobrecer a história, presta-se mal serviço político.

O assunto está mais candente nos dias atuais, pois existe uma iniciativa legislativa de inspiração direitista no Congresso para limitar o debate político nas salas de aula. Uma iniciativa infeliz que a ANPUH criticou em manifesto público, posto que a malsinada lei traria limites à liberdade dos professores em sala de aula e abafaria o debate político nas escolas. Ao contrário, necessitamos de mais debate político, precisamos de maior participação dos cidadãos para que formem opinião sólida no caminho que desejarem.

O argumento é que o historiador deve contribuir com o debate político, mas sem tentar empurrar qualquer pacote sectário de ideias. Devemos participar oferecendo bom conhecimento sobre a história, para que os cidadãos possam dele se apropriar e formar sua opinião política, suas próprias escolhas. Isso não

significa dizer que devemos esconder nossa própria opinião, até porque isso é quase impossível na prática; mas significa defender um discurso pluralista, que respeita as diferenças. O pluralismo em questão deve ser bem entendido, pois há limites estabelecidos pelas convenções políticas dominantes e aceitas pela maioria (presumivelmente), e que estão consagrados na legislação. Trocando em miúdos, a aceitação do pluralismo não inclui compactuar com preconceitos e diferentes formas de opressão, como o racismo, a violência contra as mulheres, a homofobia, a intolerância religiosa entre outros, que devem ser denunciados e combatidos. De igual forma, e isso é uma preocupação atual, devemos ter tolerância zero para os discursos autoritários que defendem o retorno à ditadura, sob qualquer pretexto.

As temáticas do engajamento, da ética e do pluralismo (bem entendido, ou bem orientado como tentei argumentar) implicam outra questão fundamental, que é quase tabu em certos meios acadêmicos: a verdade.

Nos dias que correm, a questão da verdade não é debate restrito ao universo acadêmico, com repercussão somente nas polêmicas sobre os limites do conhecimento. Neste momento, em que estão em disputa representações sobre o passado recente de autoritarismo e violência, a demanda por verdade implica também desafios de ordem política e jurídica. Quando entram no foco da história os regimes autoritário-repressivos e, pensando de maneira mais ampla, qualquer forma de violência e opressão, os argumentos relativistas e hipercéticos, que são populares em alguns meios acadêmicos, revelam melhor as suas limitações. O investigador que atua nesse terreno não pode adotar o argumento relativista, ou seja, a posição de que discursos com pretensão à verdade devem ser desprezados como puro resquício do positivismo. A realidade é apenas um texto? Ela não passa de uma construção do historiador? Dá para aceitar tais postulados quando tratamos de temas como golpe de Estado, tortura, violência, trabalho escravo e censura? Não pode haver mesmo representações verdadeiras acerca da história?

É possível, sim, estabelecer certas verdades com base em evidências documentais. E não apenas no campo da história recente, é claro. Podemos afirmar, por exemplo, o fato de que houve um golpe autoritário em 1964, o fato de que a escravidão deixou um legado ainda não superado no Brasil, o fato de que o nazismo provocou o genocídio de judeus e ciganos europeus. A possibilidade de estabelecer asserções verídicas desse tipo implica, também, e isso é fundamental, a certeza de poder refutar certas inverdades e mistificações históricas.

Entretanto, para além do estabelecimento de verdades factuais, por fundamentais que elas sejam, a busca por explicações ou pela construção de sentidos implica desafios mais complexos, naturalmente, sujeitos a maiores polêmicas. Mesmo assim, tais polêmicas podem ser travadas em terreno firme, em que os referentes estejam bem estabelecidos, o que torna certas análises mais aceitáveis ou densas que outras. Em outras palavras: nem todas as interpretações sobre o passado têm o mesmo valor, o que nos permite reclamar um realismo crítico, distante tanto do positivismo quanto do relativismo cético, ambos igualmente ingênuos. Citando Paul Ricoeur: "Em outros termos, quando

juntas, escrituralidade, explicação compreensiva e prova documental são suscetíveis de credenciar a pretensão à verdade do discurso histórico”.

Assim, os historiadores podem e devem ter uma pretensão à verdade, sabendo dos limites e dificuldades implicados nesta busca, e o caráter provisório e incompleto do conhecimento que produzem. Precisamos estar atentos para o fato de que, alheios às disputas acadêmicas acerca das dificuldades para a construção de representações verdadeiras, outros agentes sociais interessados no passado recente almejam verdades inquestionáveis e absolutas.

Importante refletir sobre esse problema, também, tendo em vista a sua repercussão nos espaços de divulgação pública e de formação escolar. Considerando, em especial, o caso do ensino básico, o impacto do relativismo gera confusão e insegurança em relação ao valor do conhecimento histórico, além de disseminar a compreensão equivocada de que qualquer versão histórica tem igual valor.

A propósito, eis aí mais um lugar fundamental para a história e os historiadores: o ensino. O tema ficou para o final não porque seja menos importante que os outros, ao contrário. Voltemos nossa atenção agora para a educação básica, em especial o ensino fundamental e o médio, um lugar estratégico, sem dúvida. Do ponto de vista da nossa profissão, o lugar ocupado pela história e pelos historiadores na educação básica é absolutamente fundamental, pois ele vai definir, em grande medida, as linhas mestras da formação e da atuação profissional. O lugar ocupado pela história no ensino escolar tem grande influência sobre o perfil da formação de historiadores nas universidades, tanto no que diz respeito aos números, ou seja, à quantidade de postos de trabalho, portanto às vagas necessárias no ensino superior, como no que se refere ao tipo de formação a ser enfatizado. Assim, o ensino básico define contornos essenciais da nossa profissão, e apenas por essa razão já deveria merecer a mais cuidadosa atenção.

330

No momento está em curso um debate decisivo, pois algumas lideranças políticas e autoridades educacionais têm se ocupado de mais uma reformulação do ensino básico. Um dos vértices dessa discussão é o projeto de lei 6.840, apresentado em 2013, que resultou dos trabalhos de uma comissão especial instituída pela Câmara dos Deputados (Comissão Especial destinada a promover Estudos e Proposições para o Ensino Médio - CEENSI) para reformular a Lei de Diretrizes e Bases da Educação no referente ao ensino médio. O Projeto de Lei incluiu algumas propostas excelentes, como o estabelecimento de jornada integral para os estudantes do nível médio, que teriam 7 horas diárias de ensino, além de outros pontos que não é possível comentar agora. Mas ele trouxe também alguns problemas.

Interessa destacar que o PL propõe reorganizar os currículos do ensino médio a partir de quatro áreas do conhecimento, a saber: linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas. Ademais, nota-se a intenção de estimular a integração entre as áreas partindo de certa noção vaga de interdisciplinaridade, com impactos importantes na formação de professores para o ensino básico que, no lugar de frequentarem cursos nas tradicionais áreas



(história, geografia etc.) fariam, no nosso caso, uma licenciatura em Ciências Humanas. Essa tendência tem defensores tanto no poder Legislativo como no Executivo, já que há algum tempo o MEC tem estimulado a criação de cursos de licenciatura interdisciplinares, ideia bem acolhida em algumas universidades.

Para aumentar a nossa ansiedade, o projeto de lei dos deputados, em sua versão original, definia que “a base nacional comum dos currículos do ensino médio compreenderá, entre seus componentes e conteúdos obrigatórios, o estudo da língua portuguesa; da matemática; do conhecimento do mundo físico e natural; da Filosofia e da Sociologia; da realidade social e política, especialmente do Brasil; e uma língua estrangeira moderna”. Pelo que se vê no texto, o PL poderia provocar o deslocamento da história e da geografia em benefício da Filosofia e da Sociologia, campos de saber muito próximos de nós, quase irmãos, mas que poderíamos começar a olhar como concorrentes caso a lei prosperasse em sua formulação original.

Da mesma forma que outras entidades, a ANPUH protestou contra o risco de desvalorização do conhecimento específico das disciplinas básicas implícito no projeto de lei. Não se trata de questionar a importância da interdisciplinaridade, mas de afirmar que essa só pode existir com base nas disciplinas, ou seja, se as disciplinas forem desestruturadas não poderá haver interdisciplinaridade. Além disso, permanece a desconfiança de que o objetivo real da burocracia educacional é encontrar meios de lidar com a falta de professores para o ensino básico. Se essa interpretação (um pouco maliciosa, eu admito) estiver correta, a intenção seria, no lugar de enfrentar a razão principal para a falta de professores, que é a precariedade das condições de trabalho, buscar a alternativa de ter professores generalistas habilitados (supostamente) para lecionar qualquer conteúdo das grandes áreas.

Nossos protestos tiveram algum efeito, pois a Câmara dos Deputados aprovou um substitutivo ao projeto original que trouxe melhor solução para a questão dos currículos escolares. Do ponto de vista que interessa aqui, o mais significativo na nova redação do projeto é uma menção explícita à história e à geografia, ao lado da sociologia e da filosofia, como componentes curriculares obrigatórios da área de ciências humanas. Uma vitória parcial, mas ainda há indefinições e projetos em debate que demandam atenção.

No momento, está em curso outra iniciativa do MEC que merece acompanhamento cuidadoso. Trata-se da elaboração de proposta para a chamada Base Nacional Comum Curricular, que significa tentativa de colocar em prática orientações do Plano Nacional de Educação. Há cerca de um mês foi anunciada a criação de uma comissão de especialistas para elaborar um documento preliminar para a base nacional comum curricular, que deverá ser entregue ao Conselho Nacional de Educação em fevereiro de 2016. Fiquemos alertas, portanto, para participar desses debates e contribuir para o bom andamento das propostas. A ANPUH não foi convidada a indicar representantes, embora a portaria ministerial preveja uma comissão de 116 membros, mas podemos participar assim mesmo, enviando propostas e integrando os debates públicos (que estão prometidos nos documentos, esperamos que para valer). Difícil saber se essa iniciativa do MEC



vai se efetivar, já que colocar 116 pessoas para trabalhar juntas é um desafio enorme, e dentro do próprio governo há posições divergentes. De qualquer modo, nosso papel é estar atentos e participar.

Por isso, não foi sem motivo que dedicamos à questão das propostas de reformulação dos currículos escolares a última jornada de debates da ANPUH, em maio deste ano, quando reunimos colegas experientes nesse campo para debater a situação. Nos trabalhos da Jornada ficou claro que temos algumas divergências em certos pontos, mas também ficou evidente a existência de um consenso básico em defesa das especificidades da disciplina e do conhecimento histórico.

Naquela Jornada levantamos uma questão crucial para o debate sobre a importância da história no ensino básico, que também implica o lugar da história de maneira mais ampla. Trata-se da pergunta clássica: para que serve a história? (que pode incluir a variante “a quem serve a história?”) Essa pergunta já foi formulada inúmeras vezes e mereceu a atenção de figuras luminares da historiografia, como Marc Bloch, por exemplo. Seria ingênuo, portanto, pretender dizer algo de novo. Mas é relevante recolocar o questionamento clássico mais uma vez, neste momento em que parecem surgir dúvidas sobre o lugar da história nas escolas e em outros espaços públicos, e, também, em que muitos se contentam com registros de memória e a febre comemoracionista para atender à curiosidade sobre o passado.

O deslocamento da história acadêmica para lugar social menos prestigiado é tendência visível em certos países, ao ponto de alguns autores falarem, apropriadamente ou não, em crise da história. Na França, por exemplo, país em que a nossa disciplina assumiu lugar proeminente no mundo da cultura e no mundo acadêmico, o pessimismo parece ter tomado conta das oficinas de Clio. Entre as evidências citadas para demonstrar a suposta crise estão a queda na vendagem de livros, o desinteresse dos jovens em seguir a profissão e a falta de cargos universitários.

Na análise de François Hartog sobre o declínio do regime moderno de história, o tema da crise encontra fundamentação mais sofisticada. Segundo essa perspectiva, o regime moderno de historicidade entrou em crise por não haver mais um horizonte de expectativas à frente – nem revolução redentora, nem nação, nem o progresso. O conceito moderno de história, que surgiu na passagem entre os séculos XVIII e XIX com base na tensão entre espaço de experiência e horizonte de expectativa, quando a percepção de que um tempo em constante mudança e um futuro brilhante iluminavam o olhar sobre o passado, nos termos da bela análise de R. Koselleck, foi deslocado da posição dominante que vinha ocupando desde então. Como em anos recentes o futuro passou a ser visto não mais como promessa de um mundo melhor, mas, ao contrário, como ameaçador e potencialmente trágico, o regime moderno de historicidade vem sendo superado pelo presentismo. De acordo com essa análise, ao contrário da história, que perscruta a experiência humana no tempo com base no afastamento crítico e na preocupação de perceber mudanças, a febre comemoracionista e a onda memorialista, nutridas pelo presentismo, disseminam um olhar que sugere identificação e atemporalidade. Na inspirada imagem evocada por Hartog, a

musa da História, Clio, está a ser superada por sua mãe, Mnemosine, a deusa da memória, que vem assumindo (ou reassumindo) o seu lugar de proeminência. Enfim, parece haver de fato algumas nuvens ameaçadoras no horizonte do nosso campo de saber e da nossa profissão, tanto aqui como alhures.

Por isso, reiterando, é necessário levantar questões que ajudem a pensar o nosso lugar na sociedade. Então, perguntemo-nos ainda uma vez: por que a história (por certo, a história acadêmica, crítica etc.)? Por que a sociedade e o Estado deveriam manter o lugar privilegiado que essa disciplina ocupa tradicionalmente? Ainda é justificável o investimento na história? Afinal, não estariam superados os contextos políticos que produziram o interesse pela história, em especial o impulso para construir identidades nacionais e fortalecer as organizações estatais correspondentes? Se o Estado nação que institucionalizou a história está em crise, também ela não estaria em vias de superação como campo de saber relevante? Se não há mais horizonte de expectativa e estamos condenados a um eterno presente e à memorialização nostálgica do passado, para que a história?

Como se trata de encontrar razões para que a sociedade continue acreditando na relevância da história, e nela investindo recursos públicos, notadamente nos campos da educação e da pesquisa, respostas espirituosas do tipo “a história serve para dar trabalho aos historiadores” não resolvem o problema. Também não é suficiente dizer que a história serve para atender à curiosidade sobre o passado, a dos próprios historiadores e a dos segmentos do público que se interessam. Isso é verdade e, de fato, é perfeitamente legítimo dedicar a vida a essa curiosidade, e ao prazer que a paixão da descoberta nos proporciona. No entanto, não parece motivo suficiente para que a sociedade financie o estudo e o trabalho de milhares de profissionais, e destine a esse campo do saber um lugar destacado no sistema escolar.

Creio que a defesa mais eficaz da história passa pela recuperação de argumentos clássicos, portanto, nada de surpresas. Mas, também, passa por recolocar velhos temas sob novos ângulos. Em grande medida, há que retomar alguns termos da discussão anterior sobre o lugar político da história, seu papel na formação de cidadãos e no debate sobre alternativas para o presente e o futuro.

Ressalve-se, mais uma vez: a referência é a um engajamento político da história orientado para a democracia, para o pluralismo. Pois a história tem servido também para justificar a opressão, a violência e o autoritarismo. Em tais situações, a propósito, o lugar dos historiadores é denunciar tais usos/manipulações do conhecimento, tais formas de exploração política da história, para o que devemos lançar mão de instrumentos proporcionados pela própria história acadêmica, como o seu aparato crítico e o compromisso com a busca da verdade. No entanto, como os valores democráticos podem ser divulgados também por outras áreas do saber, é fundamental destacar o que seria específico à nossa disciplina.

A história não é *magistra vitae*, impossível acreditar ainda nessa fórmula. Muitos atores nada aprenderam com a experiência do passado e repetiram

os mesmos erros. Porém, o conhecimento histórico pode contribuir para a formação de cidadãos críticos, ao oferecer-lhes oportunidade de analisar o seu lugar na experiência temporal e escolher caminhos de ação. A história ainda é indispensável para compreender o mundo e para fundamentar as decisões atuais, na medida em que coloca em perspectiva a experiência humana no tempo. Recuperando o que foi dito antes, como é possível a um cidadão formar sua opinião e valores políticos sem tomar como referência experiências passadas, mesmo que seja para recusá-las e buscar novas alternativas?

A história não é mais necessária para construir a identidade nacional, pelo menos não no sentido que esse projeto teve no século XIX. Mas ainda é útil ao esforço de entender o que somos e a conjecturar sobre o que desejamos ser. A pesquisa histórica segue importante para entender esse pedaço do Globo a que chamamos Brasil. Como ele se formou em conexão com outros espaços da América, da África, da Europa e da Ásia?

Como surgiu esta sociedade, que tem como grande marca um elevado padrão de desigualdade entre seus grupos componentes, uma característica estrutural que tem sido tão complicado superar? Como explicar essa cultura política, caracterizada, entre outros elementos, pela conciliação e acomodação de conflitos nos estratos da elite, o que contribui para tornar muito difícil romper com tradições arraigadas e democratizar o Estado? Como entender essa conformação étnica, simultaneamente miscigenada e elitista, que permite alguns níveis de aproximação horizontal ao mesmo tempo em que reafirma a presença de um peculiar racismo?

334

Exatamente por isso, pela existência de tantos problemas ainda por enfrentar – e que se enraízam no passado – é que podemos olhar com menos pessimismo para as possibilidades da história e para o futuro. Nosso horizonte de expectativa não apresenta apenas nuvens espessas, ainda há o que buscar no futuro: uma sociedade menos desigual e mais democrática, que consiga alcançar desenvolvimento econômico e social sem destruir o meio ambiente; e que seja capaz de encontrar lugar neste mundo em constantes transformações com base em identidade plural e aberta às diferenças, mas, ao mesmo tempo referenciada em alguns traços comuns, indispensáveis para a convivência no mesmo espaço.

Verdade que essas expectativas não são tão ambiciosas como fazer uma revolução, ou construir uma nação. Difícil, nos dias atuais, deixar-se tocar ainda por utopias progressistas calcadas no otimismo iluminista. Porém, considerando a história brasileira, esse modesto horizonte de expectativas não é coisa de pouca monta, e pode alimentar os sonhos de qualquer um por muitos anos ainda. Desse modo, o conhecimento da história ainda pode contribuir para a projeção de um futuro melhor, de maneira que o regime moderno de historicidade não está superado totalmente, pelo menos nestas plagas.

Assim, caros e caras colegas, muitos são os lugares da história e dos historiadores. Atuemos nesses espaços, portanto, armados com a devida dedicação profissional, os necessários princípios éticos e o engajamento público, bem entendido. Seguimos ocupando lugares e funções sociais ainda

muito relevantes. É gratificante perceber que, para além do grande prazer proporcionado pelo trabalho como historiador, a dedicação a esta profissão ainda tem importância social.

Trabalhem, portanto, e enfrentemos os desafios com otimismo. E aproveitemos bem este lugar, o nosso XXVIII Simpósio Nacional de História, e os espaços e oportunidades que ele nos proporcionará.

# Pareceristas deste número

reviewers of this issue

## Pareceristas deste número

---

Ana Mónica Lopes (UFOP)  
Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva (UERJ)  
Andre de Lemos Freixo (UFOP)  
Andrés Freijomil (UNGS - Universidad Nacional de General Sarmiento – Argentina)  
Angelo Carrara (UFJF)  
Antonio Ozai da Silva (UEM)  
Cesar Maia Buscacio (UFOP)  
Claudio DeNipoti (UEPG)  
Cláudio Pereira Elmir (UNISINOS)  
Daniel Faria (UnB)  
Diego García (Universidad de Cordoba – Argentina)  
Diogo Roiz (UEMS/Amambai)  
Douglas Marcelino (UFMG)  
Edison Vicente de Lima (UFOP)  
Edmar Checon de Freitas (UFF)  
Fabio Wasserman (UBA – Universidad de Buenos Aires – Argentina)  
Flavio Limoncic (UNIRIO)  
Francisco Sousa (UERJ)  
Henrique Gaio (UFOP)  
Ignacio Martinez (Universidad Nacional de Rosário – Argentina)  
Igor Salomão Teixeira (UFRGS)  
Izabel Marson (Unicamp)  
Janete Silveira Abrão (IELAT - Instituto Universitario de Estudios Latinoamericanos  
- Universidad de Alcalá - Espanha)  
João Paulo Pimenta (USP)  
João Paulo Coelho de Souza Rodrigues (UFSJ)  
José Carlos Vilardaga (Unifesp)  
José Rivar de Macedo (UFRGS)  
José Adriano Fenerick (USP)  
Juan Andrés Bresciano (Universidad de la Republica – Uruguay)  
Jurandir Malerba (PUCRS)  
Lidiane S. Rodrigues (USP)  
Luciana da Costa Dias (UFOP)  
Luisa Rauter Pereira (UFOP)  
Marcelo de Mello Rangel (UFOP)  
Marcelo Durão Rodrigues da Cunha (UFES)  
Marcia Cury (Unicamp)  
Marco Aurelio Vannucchi (CPDOC/FGV)  
Marcos Cezar de Freitas (Unifesp)  
Maria da Glória Oliveira (UFRRJ)  
Marian Margaret Lopes (Unicamp)  
Marlon Salomon (UFG)  
Marta Philp (Universidad Nacional de Córdoba – Argentina)

337



Mateus Fávaro Reis (UFOP)  
Moema Vergara (MAST)  
Nelson Schapochnik (USP)  
Nicolás Lavagnino (FLACSO - Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales - Argentina)  
Omar Acha (UBA - Universidad de Buenos Aires - Argentina)  
Patrícia Valim (UFBA)  
Paulo Henrique Martinez (Unesp)  
Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO)  
Rafael Faraco Benthien (USP)  
Rainer Câmara Patriota (UFOP)  
Renata Dal Sasso Freitas (Unipampa)  
Renato Viana Boy (UFFS)  
Ronaldo Jesus (UFJF)  
Simone Meucci (UFPR)  
Stella Maris Scatena Franco Vilardaga (USP)  
Tania Regina de Luca  
Teresa Maria Malatian (Unesp - Franca)  
Tomás Sansón Corbo (Universidad de la Republica - Uruguai)  
Valdei Lopes de Araujo (UFOP)  
Valeria Castelló-Joubert (UBA - Universidad de Buenos Aires - Argentina)  
Verónica Tozzi (UBA - Universidad de Buenos Aires - Argentina)

338

# Normas de publicação

editorial guidelines

1) As colaborações poderão ser feitas sob as seguintes formas:

1.1. Artigo inédito e original (entre 28.000 e 54.000 caracteres com espaço, incluindo as notas e as referências bibliográficas).

1.2. Resenha de livro (máximo de 18.000 caracteres com espaço). As resenhas devem ter título, seguido pela referência bibliográfica completa da obra. Caso seja necessário, a bibliografia deve vir ao final da resenha, e as notas devem seguir os padrões editoriais da revista. Recomenda-se que as resenhas de livro escrito por um só autor apresentem uma avaliação crítica do trabalho à luz da literatura previamente existente sobre o tema.

1.3. Textos e documentos historiográficos. Os documentos devem ser antecidos por um pequeno texto de apresentação, escrito pelo autor da submissão. O conjunto (apresentação + documento) não deve ultrapassar os 80.000 caracteres com espaço. Recomenda-se entrar em contato com os editores antes de preparar a submissão.

1.4. Entrevistas. Devem contar com um texto introdutório acerca do entrevistado. O conjunto (apresentação + entrevista) deve conter de 27.000 a 54.000 caracteres com espaços. Recomenda-se entrar em contato com os editores antes de preparar a submissão.

2) A revista aceita três tipos de resenha:

2.1. Resenha resumo: texto que se limita a resumir ou descrever o conteúdo de um livro, sem qualquer crítica ou julgamento de valor, sem a preocupação de relacionar a obra resenhada a outras do mesmo gênero. Objetivo principal é informar o leitor e divulgar a obra.

2.2. Resenha crítica: além de resumir a obra, faz uma avaliação da mesma, apontando aspectos positivos e negativos, além de procurar situá-la em relação a outras do gênero ou que tratam do mesmo tema. Trata-se de um texto de opinião, também conhecido como *recensão crítica*. O objetivo da resenha crítica não é apenas informar o leitor sobre a obra, mas guiar o leitor no conjunto da produção historiográfica sobre um dado assunto, indicando parâmetros para o estudo de um tema, ao situar a obra em relação aos estudos e apontar suas contribuições e lacunas. Exige que o resenhista tenha conhecimentos da área e erudição suficiente para poder situar a obra em um contexto de estudos.

2.3. Resenha temática: trata de vários textos que tenham um assunto comum; é uma espécie de balanço bibliográfico sobre um tema. Tem caráter necessariamente crítico, pois demanda análise e opinião sobre os estudos tratados. Assim como no caso da resenha crítica de uma obra, a resenha temática também tem por objetivo guiar os leitores no conjunto dos estudos sobre um dado tema.

3) Os artigos devem conter, no início, resumo (de 700 a 1.050 caracteres com espaço) e três palavras-chave, ambos seguidos de traduções para língua inglesa.

4) Recomenda-se que os autores dividam os artigos em seções, que devem consistir em títulos explicativos, em negrito e com maiúscula apenas no início

(ou, se nele houver, substantivo próprio). Em hipótese alguma será aceita a divisão de seções por algarismo.

5) Serão aceitas resenhas de livros que tenham sido publicados, no máximo, há três anos ou então títulos há muito esgotados e com reedição recente. Recebemos, excepcionalmente, resenhas de obras publicadas em anos anteriores, desde que haja justificativa, considerando a relevância do livro e a atualidade das questões que aborda.

6) A contribuição deve ser original e inédita, não estar sendo avaliada por outra publicação e não ter indicação de autoria. Os autores devem excluir todas as informações do arquivo que possam identificá-los como tal.

7) Quando houver financiamento da pesquisa, o autor deve indicar, em nota de rodapé ligada ao título da contribuição, a instituição financiadora.

8) As resenhas, os textos e documentos historiográficos e as entrevistas deverão conter três palavras-chave em português e em inglês, assim como os respectivos títulos nos dois idiomas.

9) As citações em língua estrangeira devem ser traduzidas. O original constará em nota de rodapé, com a informação sobre a autoria da tradução.

10) Todos os artigos, inclusive os submetidos para publicação em dossiê, serão analisados por, pelo menos, dois membros do Conselho Consultivo ou assessores *ad hoc*, que podem, mediante consideração da temática abordada, seu tratamento, clareza da redação e concordância com as normas da revista, recusar a publicação ou sugerir modificações. Os pareceres têm caráter sigiloso. Ao Conselho Editorial fica reservado o direito de publicar ou não os textos enviados de acordo com a pertinência em relação à programação dos temas da revista.

11) Os artigos, resenhas, entrevistas e textos e documentos historiográficos passarão por uma pré-seleção do Conselho Editorial que avaliará sua pertinência com relação à temática do periódico. Uma vez aprovados na pré-seleção, serão encaminhados para pareceristas.

12) As resenhas, entrevistas, e textos e documentos historiográficos serão avaliados por um membro do Conselho Editorial ou Consultivo, que levará em conta os critérios de pertinência temática do material apresentado com relação à linha editorial do periódico e a qualidade e consistência do texto da resenha, entrevista ou texto e documento historiográfico.

13) As palavras-chave devem ser preferencialmente retiradas do banco de palavras-chave elaborado pelos editores da revista. Caso o autor considere recomendável inserir uma palavra-chave que não esteja contida no referido

banco, deve expressamente pedir sua inclusão no sistema de busca. A solicitação será avaliada pelos editores.

14) As colaborações devem ser enviadas em Times New Roman, corpo 12, espaçamento 1,5 e com margens de 3 cm. As citações com mais de três linhas devem ser destacadas do texto, sem aspas, compondo parágrafo com recuo, à direita, de 1,5 cm, corpo 11 e espaçamento simples.

15) Todos os textos deverão ser apresentados após revisão ortográfica e gramatical. A revista publica contribuições em português, espanhol, inglês, francês e italiano.

16) As notas de rodapé devem ser apenas de caráter explicativo. As referências devem vir em corpo de texto tendo o seguinte formato: (ABREU 2005, p. 36).

17) A referência à textos clássicos também deve ser feita no corpo do texto, com indicações do nome do autor, da primeira palavra do título da obra (em itálico) e da seção e/ou as linhas citadas, tal como nos seguintes exemplos: Aristóteles, *Poética* VII; Tucídides, *História* IV, 49. A referência completa à obra citada deve aparecer ao final do texto, na lista da bibliografia utilizada.

18) As referências bibliográficas, listadas em ordem alfabética, devem estar no final do texto e seguirem os modelos abaixo:

342

Livro

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

Capítulo de livro

CASSIRER, Ernst. A linguagem. Introdução e exposição do problema. In: \_\_\_\_\_. **A filosofia das formas simbólicas**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 9-74.

Coletânea

CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Org.). **Representações**: contribuições a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000.

Artigos em periódico

RIGOLOT, François. The Renaissance Crisis of Exemplarity. **Journal of the History of Ideas**, v. 59, n. 4, p. 557-563, 1998.

Texto disponível na internet

HEGEL, Georg W. F. **Filosofia da História**. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 1995. Disponível em: <http://gutenberg.spiegel.de/buch/1657/1>. Acesso em: 20 set. 2013.

Trabalho publicado em anais eletrônicos

ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares de. O polêmico Corsário, um pasquim da Corte Imperial (1880-1883). In: SEMINÁRIO DIMENSÕES DA POLÍTICA NA HISTÓRIA: ESTADO, NAÇÃO, IMPÉRIO, I, 2007, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: Clio Edições, 2007, p. 500-501.

Tese acadêmica

RIBEIRO, Tatiana O. **A apódexis herodotiana**: um modo de dizer o passado. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) - Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Artigo de jornal

GLEISER, Marcelo. Newton, Einstein e Deus. **Folha de S. Paulo**, 13 jun. 2010. Ilustrada, p. A23.

Pede-se os autores que indiquem, nas referências bibliográficas, a primeira edição de livros com várias reedições, seguindo o padrão: CROCE, Benedetto. Teoria e storia della storiografia. Bari: Laterza, 1973 [1913].

19) Desde o seu terceiro número, a revista **História da Historiografia** adotou a nova ortografia estabelecida no Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Recomenda-se aos colaboradores a adoção da nova ortografia nos materiais enviados para avaliação e publicação na revista.

343

20) O envio de manuscritos implica a cessão de direitos autorais e de publicação à **História da Historiografia**, que não se compromete com a devolução das colaborações recebidas. Os textos publicados na revista não podem ser republicados em outros meios e/ou formatos sem a autorização expressa dos editores. Os dados, conceitos e opiniões apresentados nos trabalhos, bem como a exatidão das referências documentais e bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.

21) Todas as colaborações devem ser enviadas exclusivamente pelo site da revista: <http://www.historiadahistoriografia.com.br>.



# Diretrizes para autores

guidelines for authors

## 1) Sugestões para a elaboração de resumo:

O resumo é um breve sumário do artigo. Ele não deve ser uma introdução do texto, mas uma descrição completa e sintética do conteúdo do artigo, indicando os objetivos e os aspectos centrais do argumento, a forma de abordagem do tema e as conclusões e/ou hipóteses do estudo. As informações devem ser expostas em um parágrafo, com narrativa contendo introdução (tema central do estudo e objetivos), meio (forma de abordagem do tema e fontes utilizadas) e fim (conclusões ou hipóteses principais).

### *1.1. Detalhamento das partes do resumo:*

**Introdução:** a parte inicial do resumo deve fornecer uma introdução ao tema ou problema do estudo. Ela deve identificar a questão central do trabalho. É preciso dizer em poucas palavras sobre o que é o artigo. A introdução deve ser seguida pelos objetivos (gerais e específicos) do estudo, sendo possível eliminar a introdução e expor os objetivos no início de forma mais direta.

**Meio:** apresenta de forma clara as questões, os objetivos, os argumentos centrais e a forma de abordagem do tema.

**Fim:** indica a conclusão principal do estudo ou a hipótese (quando houver).

### *1.2. O resumo deve poder responder às seguintes questões:*

Do que o texto trata?

Quais os objetivos?

Como o estudo foi conduzido?

Quais foram os resultados ou as conclusões da pesquisa?

Lembramos aos autores que o resumo é o primeiro contato do leitor com o estudo e pode ser o único elemento recuperado nas bases de dados científicos sobre um determinado tema. Além disso, se o resumo for bem escrito poderá auxiliar os avaliadores do artigo, esclarecendo possíveis dúvidas sobre os objetivos e conclusões do autor. Também poderá atrair leitores para o texto.

## 2) Sobre as palavras-chave

As palavras-chave devem comunicar os conceitos e/ou categoriais centrais do estudo. A seleção criteriosa das palavras-chave facilitará a recuperação das pesquisas, uma vez que tais palavras são utilizadas na indexação e busca de estudos nas bases de dados científicos.